REVISTA DO

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

REVISTA DO

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

n.5 – 2011 – ISSN 1983-6031
publicação anual

Expediente

Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro
Eduardo Paes

Secretário Municipal de Cultura
Emilio Kalil

Diretora do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro
Beatriz Kushnir

Gerência de Pesquisa
Sandra Horta

Editores
Beatriz Kushnir
Sandra Horta

Revisão
Claudia Boccia

Versão Inglês
Marcela Miller

Projeto Gráfico
www.ideiad.com.br

Pesquisa Iconográfica
Yama Arruda

Conselho Editorial
André Luiz Vieira de Campos (UFF e UERJ)
Ângela de Castro Gomes (CPDOC/FGV/ e UFF)
Ismênia de Lima Martins (UFF)
Ilmar R. de Mattos (PUC/RJ)
James N. Green (Brown University)
José Murilo de Carvalho (UFRJ)
Lená Medeiros de Menezes (UERJ)
Luciano Raposo de Almeida Figueiredo (UFF)
Maria Luiza Tucci Carneiro (USP)
Mary del Priori (USP)
Stella Bresciane (UNICAMP)
Paul Knauss (UFF e Arquivo Público do Estado do RJ)
Tania Bessone (UERJ)

Foto de capa
Caminho aéreo do Pão de Açúcar. Pavilhão da Exposição de 1908 - Abertura dos Portos
Augusto Malta, 1908 - AGCRJ

O conteúdo dos textos é de única responsabilidade de seus autores.

REVISTA DO

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

n.5, 2011

A publicação do quinto número da *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro* revela o vigor de um periódico que vem contribuindo para a divulgação dos mais recentes estudos realizados sobre a cidade do Rio de Janeiro, abrangendo inúmeras áreas do conhecimento e incentivando os pesquisadores a debruçarem-se sobre a urbe carioca, elegendo-a como palco e personagem dos acontecimentos.

Tendo como prioridade a multidisciplinaridade e a intenção de acolher em suas páginas estudos relevantes que promovam uma reflexão sobre o Rio de Janeiro, a *Revista do Arquivo* procura estabelecer um canal entre a sociedade, os arquivos e a produção universitária, publicando artigos, ensaios e resenhas originais e inéditos de professores e estudantes do Brasil e do exterior.

A Secretaria Municipal de Cultura chancela esta publicação por considerá-la um veículo importante para a afirmação do Arquivo da Cidade como um organismo vivo, pulsante, atuante e antenado com as conquistas de seu tempo, favorecendo a interlocução acadêmica e o debate interdisciplinar, consciente da sua função essencial de preservar a memória coletiva.

Emilio Kalil
Secretário de Cultura

Em seu quinto número, a Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro demonstra o empenho de seus editores em manter o ritmo alcançado nos números anteriores, priorizando a interdisciplinaridade e acolhendo em suas páginas reflexões sobre a cidade e seus habitantes, como igualmente os debates intrínsecos à Arquivologia.

Se no número 4, a Revista do Arquivo da Cidade recebeu a colaboração de um artigo sobre a imigração dos galegos para o Rio de Janeiro, escrito por Esmeralda Acuña, investigadora do Centro de Ciências Humanas e Sociais de Madri; este número traz a contribuição de duas articulistas portuguesas, Odília Gameiro, mestre em História Medieval e arquivista na Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada, Portugal, e Paula Gonçalves, doutoranda em História, membro do Centro de Estudos de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa, que versa sobre o controle do vocabulário dos processos da Inquisição, relativos a réus nascidos e/ou moradores no Rio de Janeiro, recentemente disponibilizados pela Torre do Tombo. Isso demonstra o interesse que este periódico vem despertando entre aqueles que, de seus países, debruçam-se sobre temas relacionados ao Brasil.

Trabalhos nas áreas de História, História Social da Cultura, História da Arte, Ciências da Comunicação e Geografia traçam um painel "vívido e vibrante" da cidade, tantas vezes capital, desde as primeiras fortificações na entrada da baía de Guanabara, passando pelo debate sobre a regulamentação do serviço doméstico no fim do século XIX, pelas discussões travadas na Câmara Municipal com relação à abolição da escravatura e à alforria por meio do Livro de Ouro. Apresenta, ainda, a ocupação do Campo de Santana e as diferentes denominações que recebeu no decorrer dos séculos, a criação de um campo santo para o sepultamento dos súditos ingleses, os períodos de desenvolvimento e de decadência da Fazenda de Santa Cruz no abastecimento da Corte, as festas religiosas promovidas pela igreja da Glória, sempre prestigiadas pela família imperial brasileira.

Traça, também, a trajetória ascendente de um caixeiro a barão na sociedade do Segundo Império e as relações de parentesco e amizade que a propiciaram, revisitando, ainda, um tema já amplamente estudado, mas sob um enfoque diferente, a reforma Pereira Passos. Este número analisa a violência urbana, a novidade das UPPs, as diferentes faces da marginalidade e as tendências de expansão das favelas no município carioca. Contempla a exposição de 1908, analisando o pavilhão destinado às artes e as inclinações orientalistas e o gosto pelo exótico impressos na sua edificação bem como a construção histórica do epíteto "Augusto Malta, fotógrafo de Pereira Passos", com

a ressalva de que o olhar do fotógrafo sobre o Rio de Janeiro não deve subordinar-se aos interesses da figura ou da gestão do ex-prefeito. No campo da geografia humanística, o autor procura decodificar a alma dos lugares peculiares da Cidade do Rio de Janeiro, a partir das experiências vividas pelos indivíduos e grupos sociais, por personagens reais ou fictícios.

Na área da Comunicação, enfoca o controle estatal sobre o funcionamento das rádios comunitárias, o jornal *Lampião da Esquina* e sua luta contra o preconceito, assim como sua visão sobre si mesmo; aborda o desenvolvimento inovador da publicidade no início do século XX e a importância da refrigeração na expansão das salas de cinema no Rio de Janeiro e na recepção dos filmes pelos espectadores. Uma entrevista realizada pouco antes do falecimento de Gustavo Dahl fecha com brilho esta edição, homenageando o cineasta, crítico e gestor público cuja contribuição para o Cinema brasileiro é inegável.

Uma revista dedicada à cidade do Rio de Janeiro, rica em tradições, deve espelhar essa diversidade nos assuntos que traz a seus leitores.

Beatriz Kushnir
Diretora do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

Sumário

O livro de Ouro 11
Hebe de Mattos

"Entre nós, nunca se cogitou de uma tal necessidade": o poder municipal da Capital e o projeto de regulamentação do serviço doméstico de1888 29
Flavia Fernandes de Souza

Uma visão panorâmica das fortalezas do Rio de Janeiro, no século XVII 49
Luiz Guilherme Scaldaferri Moreira

Uma proposta de vocabulário controlado para os processos da Inquisição de Lisboa relativos ao Rio de Janeiro 65
Odília Gameiro e Paula Gonçalves

Cultura urbana, linguagem visual e publicidade nas primeiras décadas do Rio moderno 85
Laura Martini Bedran

De caixeiro a barão: trajetória de um comerciante português no Rio de Janeiro oitocentista 97
Ana Pessoa

Estratégias de distinção política e cultural na imprensa homossexual ou a visão do jornal Lampião da Esquina sobre si mesmo 113
Fernando Luiz Alves Barroso, Victor Hugo de Souza Oliveira, Diógenes de Souza Santos

Uma rádio comunitária da cidade: um relato de inspiração etnográfica 127
João Paulo Malerba

Bandidos & bandidos: os vários tempos da cidade 141
Rôssi Alves Gonçalves

Traços e tendências recentes da expansão das favelas no município do Rio de Janeiro 161
Valéria Grace Costa

O efeito UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora do Rio de Janeiro) nas representações sociais de violência e de favela: o Rio possível 181
Kátia Pires Gonçalves

O Pavilhão da Música da Exposição Nacional de 1908 199
Renato Menezes Ramos

Augusto Malta: o fotógrafo-de-Pereira-Passos? 211
Viviane da Silva Araujo

O bota-abaixo de Pereira Passos: uma nova ética urbana no Rio de Janeiro 227
Vanessa Maria Barbosa

Campo de Santana: de charco a palco privilegiado de manifestações populares e oficiais 243
Ivo Venerotti Guimarães

O Enfoque Político na Edificação de uma Necrópole Inglesa no Rio Joanino 255
Olga Maíra Figueiredo

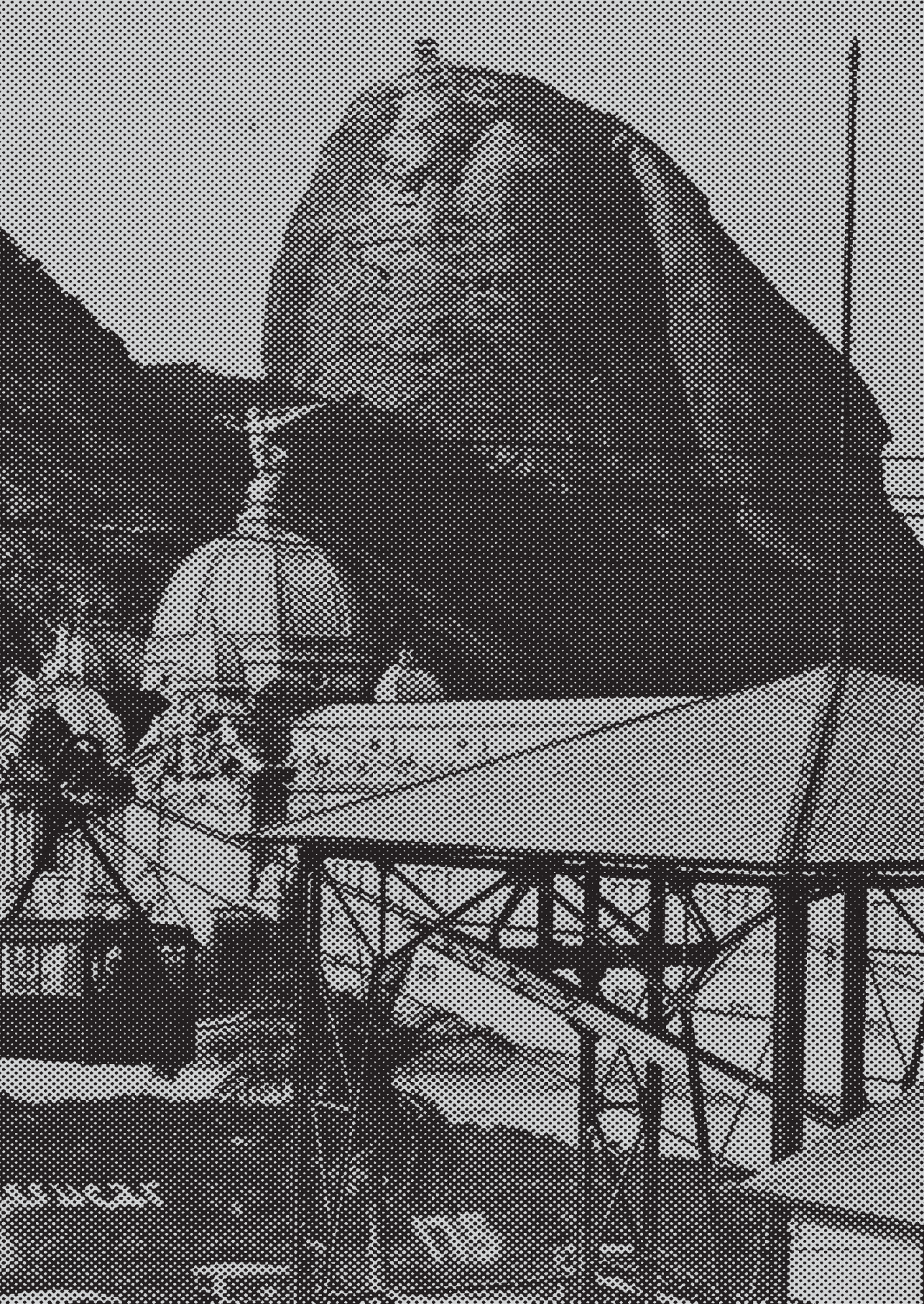
A Fazenda de Santa Cruz: sua importância para o comércio de abastecimento da cidade do Rio de Janeiro no período joanino (1808-1821) 269
Georgia da Costa Tavares

Um templo glorioso de fé e tradição – Outeiro da Glória 285
Rosa Maria Dias da Silva

O Rio de vívidas e pulsantes geografias 295
João Baptista Ferreira e Mello

O "conforto moderno": a refrigeração nas salas de cinema do Rio de Janeiro na primeira metade do século XX 303
Rafael de Luna Freire

Entrevista de Gustavo Dahl – Cineasta, crítico e gestor público de Cinema 321
Beatriz Kushnir e Taiguara Almeida



O livro de ouro

Funding freedom

Hebe Mattos
Doutora em História, professora titular de História do Brasil
na Universidade Federal Fluminense e pesquisadora 1 A do CNPq.

RESUMO:

Este artigo foi redigido em 1984 por Hebe Mattos, enquanto chefe do Serviço de Apoio Cultural do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, a convite de Afonso Carlos Marques dos Santos, como introdução a um volume de transcrição das Atas da Câmara Municipal relativas ao Livro de Ouro da Cidade do Rio de Janeiro, de 1884 a 1888, organizadas pela equipe de pesquisadores do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. A publicação, entretanto, nunca foi finalizada, e a autora do texto deixou o AGCRJ para tornar-se professora de História do Brasil no Departamento de História da UFF, naquele mesmo ano. O texto foi localizado por Camilla Cowling, em 2007, que posteriormente veio a publicar dois textos sobre o Livro de Ouro em que cita o manuscrito inédito: Camillia Cowling e Celso Castilho. "Funding Freedom, Popularizing Politics. Abolitionism and Local Emancipation Funds in 1880s Brazil", *in Luso Brazilian Review*, 47:1, 2010 e Camillia Cowling. "Debating Woomanhood, Defining Freedom. "The Abolition of Slavery in 1880's Rio de Janeiro", *in Gender & History*, 22: 2, August 2010, pp. 284-301. Trata-se de abordagem preliminar, mas pioneira, dos significados das disputas políticas na Câmara dos Vereadores em torno das campanhas de arrecadação de fundos e das festas para a libertação de escravos pelo Livro de Ouro da Câmara Municipal, no contexto do processo abolicionista.

Palavras-chaves: abolição; política; alforria.

SUMMARY:

This article was written in 1984 by Hebe Mattos, when she was at the head of the Cultural Support Service of the Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, *at the invitation of Afonso Carlos Marques dos Santos, and was intended as an introduction to a volume of a transcription of the Municipal Council Minutes relating to the* Livro de Ouro da Cidade do Rio de Janeiro, *a book registering the donation of funds aiming the emancipation of slaves, from 1884 to 1888, organised by the research team of the* Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. *This publication was never concluded, however, and the author of the text left the AGCRJ to become professor of Brazilian History at the History Department of the Universidade Federal Fluminense, that same year. The text was found by Camilla Cowling, in 2007, and she would later publish two texts concerning the* Livro de Ouro *– literally Golden Book – in which she cites the unpublished manuscript: Camillia Cowling and Celso Castilho. "Funding Freedom, Popularizing Politics. Abolitionism and Local Emancipation Funds in 1880s Brazil" In* Luso Brazilian Review, *47:1, 2010 and Camillia Cowling. "Debating Woomanhood, Defining Freedom. The abolition of Slavery in 1880's Rio de Janeiro" In* Gender & History, *Vol. 22 No. 2 August 2010, pp. 284–301. These provide a preliminary – but nevertheless novel – approach to the political infighting in the Municipal Council relating to the fund raising campaigns and festivities for the emancipation of slaves by the* Livro de Ouro *of the Municipal Council, in the context of the abolitionary process.*

Key words: *abolition; politics; emancipation of slaves.*

A liberdade pela ordem é a aspiração de todas as
sociedades civilizadas e a divisa
que sempre enobreceu esta instituição
filha do povo.

(J.F. Nobre, 01/maio/1884)

Introdução

Os anos oitenta do século XIX apresentam-se como um período de crescente radicalização do movimento antiescravagista no Brasil. No início da década, a maioria das sociedades emancipadoras, surgidas após a Guerra do Paraguai, tornam-se francamente abolicionistas. Em 1883, José do Patrocínio reúne algumas agremiações, formando a Confederação Abolicionista, articulando o movimento em âmbito nacional. Com estratégias diferenciadas, que iam da ênfase na ação parlamentar, passando pela mobilização popular por intermédio da imprensa e das manifestações públicas, à incitação dos escravos à fuga e à revolta, o movimento cresce em força. A velocidade dos acontecimentos, por mais que inscritos no desembocar óbvio do processo histórico interno e internacional desde meados do século, surpreendeu, sem dúvida, os contemporâneos.

Os desequilíbrios gerados pelo tráfico interprovincial já haviam praticamente efetivado a substituição do trabalho escravo pelo livre nas províncias do Norte e do Nordeste. As leis proibindo o tráfico regional, complementadas pela ação abolicionista, impedindo o embarque dos escravos nos portos da região, praticamente retiram o valor venal da mercadoria humana no Norte do país. Ainda em 1883, o movimento abolicionista no Ceará, por meio de campanha angariando fundos para pequenas indenizações, completava a libertação total dos escravos na Província.

Apesar disso, foi nos grupos sociais ligados às atividades urbanas que o abolicionismo recrutou seu maior número de adeptos. O último quartel do século XIX caracterizou-se por um intenso ritmo de crescimento urbano, acelerado e redimensionado pela exportação de capitais que se agigantava. No Município Neutro, maior centro urbano do país, sobretudo na década de 1880, recrudescem a campanha na imprensa, as conferências abolicionistas e o movimento da opinião pública antiescravatura, formado basicamente pelas camadas médias em expansão.

A Câmara Municipal do Rio de Janeiro, composta por vereadores eleitos e responsáveis pela administração da municipalidade, desde 1883 passa também a interferir e a posicionar-se com referência à questão servil. Em fevereiro de 1884, por proposta do seu presidente, a Ilustríssima Câmara cria o *Livro de Ouro da Municipalidade do Rio de Janeiro*, com o fim de angariar donativos para a libertação, mediante indenização, dos escravos do Município

Neutro. A leitura crítica das ações e debates dos administradores municipais em relação ao *Livro de Ouro* e à questão abolicionista em geral, conforme transcritos neste volume, permite uma reflexão sobre o caráter e a autonomia de funcionamento do poder público municipal numa cidade onde o movimento abolicionista ganhava as ruas. O objetivo deste pequeno ensaio introdutório está exatamente em apontar, mesmo que ainda de maneira sumária, algumas das possibilidades de análise historiográfica do material reunido pela equipe do Serviço de Apoio Cultural do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro(**1**).

Na elaboração deste artigo, levamos em consideração duas variáveis básicas: as alterações e conflitos no posicionamento dos vereadores eleitos no encaminhamento da questão abolicionista no Município Neutro, e as rápidas transformações na conjuntura política nacional em relação à questão no período analisado, a partir da leitura da bibliografia secundária existente sobre o assunto(**2**). Ao situarmos a documentação analisada no contexto político mais amplo do período, pudemos avançar significativamente na compreensão do lugar ocupado pela Câmara Municipal – órgão de natureza estritamente político-administrativa, portanto, sem qualquer jurisdição legal sobre a questão servil no Município Neutro – no movimento abolicionista que se desenvolvia, tendo na cidade do Rio de Janeiro seu principal foco de irradiação.

Somente, porém, a partir de uma compreensão bem mais complexa sobre o significado da representação política municipal, do jogo de interesses políticos que elegiam e sustentavam os vereadores, das divergências que informavam conflitos e alianças, poderíamos realmente atingir em profundidade o pleno significado da documentação analisada. Infelizmente, o desenvolvimento dessas questões ultrapassava em muito os objetivos e a amplitude prevista para este trabalho. Não podemos, no entanto, num momento no qual as atenções de inúmeros pesquisadores e instituições de pesquisa estão voltadas para a cidade do Rio de Janeiro, deixar de ressaltar a lacuna historiográfica que vai se avolumando no que se refere à organização e conformação política do poder público municipal, especialmente durante o século XIX.

A criação do "livro de ouro" na conjuntura política de 1884

O ano de 1884 foi um ano de inflexão política para o movimento antiescravagista. A propaganda abolicionista ganhava forças. Em junho de 1884, com o Ministério Dantas, a questão servil volta a ser discutida no Parlamento. O Ministério Dantas, do Partido Liberal, apresenta projeto prevendo algumas alterações na legislação referente à emancipação dos escravos. O projeto reformista previa regulamentação imperial sobre o fim do tráfico entre as províncias, ampliação do fundo de emancipação mediante a criação de imposto a ser cobrado dos proprietários de escravos e a libertação imediata, sem indenização, dos escravos que alcançassem 60 anos de idade, obrigando os proprietários a sustentarem os libertos que preferissem continuar prestando serviços gratuitos em sua companhia.

O projeto sofreu violenta oposição dos grupos pró-escravatura no Parlamento e acabou fornecendo subsídios importantes para o acirramento da propaganda abolicionista. *Pela primeira vez*, um projeto de lei previa a libertação de um contingente de escravos sem indenização aos proprietários. O próprio fundo de emancipação, ineficiente expediente legado da Lei Rio Branco, deveria ser ampliado mediante um imposto que incidisse apenas sobre os proprietários de escravos.

Por pequenas que fossem suas prováveis consequências práticas, *pela primeira vez* um projeto de lei questionava a legitimidade da propriedade escrava. O quadro mais se agravava quando se sabia que a maioria dos escravos trazidos ilegalmente ao país após 1831, quando da primeira lei (nunca revogada) de extinção do tráfico, estavam registrados com aproximadamente 60 anos na matrícula de 1872, de modo a não caracterizar a ilegalidade de sua propriedade. Tal fato tornava os possíveis efeitos práticos da lei um pouco mais ameaçadores e, ao mesmo tempo, se transformava em poderoso instrumento de denúncia para a propaganda abolicionista que, mais do que nunca, apregoava a ilegitimidade e, mesmo, a ilegalidade da propriedade escrava.

A oposição ao projeto no Parlamento, logo se constituindo maioria, recusou-se mesmo a discuti-lo, considerando sua inconstitucionalidade por impor limites ao direito de propriedade, garantido pela Constituição do Império. O projeto provocou a dissolução da Câmara e a convocação de novas eleições e, finalmente, a queda do Ministério. Em 1885, foi aprovada a Lei Saraiva-Cotegipe, de cunho marcadamente conservador.

Apesar da manifestação de força escravista no Parlamento, o movimento abolicionista se agiganta a partir de 1884, atingindo as ruas e senzalas, culminando na abolição incondicional em 1888. A partir de 1885, multiplicam-se as cartas de alforria com condições de prestação de serviços. Procuravam os proprietários precaver-se contra um desenlace cada vez mais iminente. O direito à indenização permanecerá até o final como última bandeira dos interesses escravistas, praticamente isolados, após 1887, no Vale do Paraíba Fluminense.

É dentro do contexto resumidamente exposto acima que se deve pensar a criação, pela Ilustríssima Câmara, do :*Livro de Ouro da Municipalidade do Rio de Janeiro*. Proposto em fevereiro e regulamentado em maio de 1884, portanto antes da ascensão ao poder do Ministério reformista do senador Dantas, trata da adoção de um livro oficial no qual seriam lançados os nomes daqueles que contribuíssem com donativos para a formação de uma espécie de "fundo de emancipação" do Município Neutro. A previsão de emancipação dos escravos do município, via indenização obtida por meio da caridade pública, não significaria necessariamente um alinhamento com a posição conservadora que procurava afirmar a legitimidade da propriedade escrava, claramente delineada durante aquele ano. Não se pode esquecer que foi este tipo de expediente, sem patrocínio de nenhum órgão oficial, associado à intensa propaganda abolicionista, que completou a emancipação dos escravos no Ceará.

Em 1883, José do Patrocínio havia tentado, sem qualquer resultado, iniciativa semelhante no Município Neutro. Do contato com os discursos que instituíram a iniciativa na Câmara Municipal, em 1884, sobressai o caráter conservador da proposta, de todas as formas surpreendente, tendo em vista tratarem-se de vereadores eleitos no maior centro de agitação abolicionista do país. A Ilustríssima Câmara inseria-se, em 1884, no movimento emancipacionista, declarando que "o município, imagem do governo da família, deve extirpar de seu seio os condenados da tribo, proporcionando-lhes a água lustral da regeneração social". No entanto, ao regulamentar a criação do *Livro de Ouro*, ponderava:

> *O movimento emancipador deve ser refletido para ser ordeiro, os grandes interesses nacionais representados pela lavoura e pelo comércio, sendo a manifestação da liberdade de que gozamos devem ser os diretores desse movimento, ante o qual é um crime qualquer tentativa reacionária. A Ilustríssima Câmara, criando o Livro de Ouro, procura dar orientação às aspirações de liberdade dos servos do município que ela representa sem pretender assumir no seio das instituições pátrias, mais do que a posição de elemento conciliador, a Ilustríssima Câmara tenta tornar possíveis e ordeiras, as forças que tendem ao fim patriótico que esposam todos os brasileiros. Essas forças isoladas quase que exclusivamente produzem desordem, fatigando o espírito público que quer agir nos limites da legalidade.*
>
> *A liberdade pela ordem é a aspiração de todas as sociedades civilizadas e a divisa que sempre enobreceu esta instituição filha do povo. Peço as vossas luzes e a vossa aprovação para o Regulamento que ora vos é apresentado.*

É sob o signo da "ordem" e se solidarizando com a "lavoura e o comércio" que se cria o *Livro de Ouro*. Mais que a medida emancipacionista, a tentativa de ordenar e apontar a melhor forma pela qual a emancipação deveria ser feita desponta como o principal objetivo da iniciativa, exposto de maneira clara nas palavras de seu criador, José Ferreira Nobre, endossadas praticamente pela unanimidade da Câmara.

Quem são esses vereadores? Como foram eleitos? Que tipo de interesses urbanos representavam? Muito mais seria necessário para uma resposta satisfatória às questões do que uma simples análise crítica da documentação aqui descrita e publicada. No entanto, destacam-se algumas especificidades do grupo de administradores responsável pela criação do *Livro de Ouro* em relação às vereanças seguintes e pelas muitas e festivas libertações realizadas pela Câmara Municipal.

Em primeiro lugar, exerciam interinamente o mandato municipal. Os nove vereadores, em exercício da função entre janeiro e setembro de 1884, haviam sido eleitos de acordo com o previsto na Constituição Imperial de 1824 e no Regimento das Câmaras Municipais de 1828, para o quadriênio 1879-1882. Em 1883, haviam tomado posse os primeiros 21 vereadores eleitos pela reforma eleitoral de 1881 que estabelecia as eleições diretas em todos os níveis na organização política imperial, mantido o censo de 200 mil réis por renda ou

emprego. Pela legislação imperial, todos os votantes sempre foram elegíveis para a Câmara Municipal, desde que residentes há dois anos dentro do termo. Neste sentido, a reforma de 1881 significou o fim da restrição à participação eleitoral dos menores de 25 anos, dos filhos-família e criados de servir, desde que possuíssem uma renda de 200 mil réis anuais, teto que possibilitava reunir a quase totalidade dos cidadãos ativos do município. Significou, ainda, a instauração da representação distrital e o aumento do número de vereadores para 21 membros.

Eleitos em 1882 e empossados em janeiro de 1883, os primeiros vereadores oriundos da Reforma Eleitoral são os responsáveis, ainda em sua posse, pelo lançamento da ideia de formação de uma "caixa de pecúlio" para a libertação dos escravos da Corte, que se concretizaria na criação do *Livro de Ouro*.

O novo número de vereadores torna mais complexas as composições dos diversos grupos de interesse dentro da Câmara Municipal, de forma que no primeiro ano de mandato não se consegue formar uma maioria capaz de implementar a administração municipal. Logo surge entre eles uma série de conflitos que levam os seis vereadores mais votados, inclusive o presidente da Câmara ˜– exatamente o grupo que posteriormente e de maneira mais clara se comprometeria com a propaganda pacífica da causa abolicionista – a negarem sistematicamente quorum à realização das sessões. Impede-se mesmo a votação do orçamento municipal a ser apresentado ao Ministério do Império, em fins de 1883. A leitura das Atas das Sessões da Ilustríssima Câmara e mesmo das declarações dos vereadores dissidentes à imprensa não foram capazes de esclarecer quanto às razões mais concretas sobre as quais se colocavam as divergências. Na declaração pública, divulgada pelos dissidentes aos jornais no dia 11 de agosto de 1883, em justificativa à sua ausência sistemática, limitam-se esses a denunciar que a administração municipal estaria entregue à "conspiração de interesses passageiros, infecundos e perniciosos"(**3).** Tendo praticamente paralisado a Câmara em seus trabalhos, o conflito culmina numa duplicidade de poderes. Por um lado, os vereadores presentes às sessões concedem, à revelia, dispensa de mandatos àqueles sistematicamente ausentes. No processo de nomeação de suplentes, não se respeita a hierarquia do número de votos obtidos. Por outro lado, os dissidentes "dispensados" declaram pelos jornais, em novembro de 1883(**4),** ter conseguido formar nova maioria capaz de responder pela administração municipal. Todo o procedimento – tanto a falta de quorum nas sessões quanto a dispensa, à revelia, dos vereadores ausentes e o processo de nomeação dos suplentes – foi considerado ilegal pelo Ministério do Império. Decreto do imperador, em dezembro de 1883, suspende o mandato do conjunto de vereadores para que respondessem na Justiça pelos seus atos e nomeia, interinamente, os vereadores do quadriênio anterior (ainda em número de nove) para o exercício do mandato municipal(**5).** De dezembro de 1883 a setembro de 1884, os nove vereadores eleitos no quadriênio anterior, presididos por José Ferreira Nobre (vereador mais votado), respondem pelos trabalhos da

Ilustríssima Câmara da Municipalidade do Rio de Janeiro. Em setembro de 1884, absolvidos na Justiça, os vereadores empossados em 1883 reassumem suas funções, liderados pelo grupo dissidente, completando o mandato que se estende até janeiro de 1887.

Parece mais ou menos claro que a nova legislação eleitoral democratizara e dera maior complexidade aos conflitos referentes à representação municipal. Durante os dez meses de mandato interino, os vereadores eleitos pela antiga legislação apresentaram pontos de vista mais homogêneos e produziram como resultado de suas discussões proposições preocupadas, ao mesmo tempo, não só em tentar ordenar e conduzir o sentimento emancipacionista urbano no sentido de respeito ao direito de propriedade, como em disciplinar a massa dos libertos no intuito de colocarem ordenadamente à venda sua força de trabalho, de forma a substituir de maneira eficiente, na opinião das elites urbanas, a mão de obra escrava.

Na mesma época em que discutiam a criação do *Livro de Ouro*, também debatiam a concessão de subvenção a uma escola profissionalizante para ingênuas, que as formassem para o exercício do serviço doméstico. O vereador Torquato Couto propõe que a Câmara Municipal conceda a subvenção considerando que:

> *Tem duas faces o problema que entre nós se agita de transformar o trabalho escravo em trabalho livre. Não deve ser da exclusiva cogitação para os que se ocupam em promover o bem-estar do nosso país a libertação pura e simples dos escravos (...) É necessário pois prepará-los para viverem na sociedade, instruindo-os, ensinando-os a trabalhar, moralizando-os e incutindo-lhes o hábito do trabalho. É esta outra face da questão, que carece de ser resolvida; do outro modo o liberto e o ingênuo seriam um perigo social.*

Em meio a afirmações de que "o sentimento que mais domina no escravo quando passa a ser livre é a negação do trabalho" e de que, "salvas as exceções..., os libertos e sobretudo os ingênuos estão destinados a entregar-se à domesticidade" até então exercida, segundo o orador, preferencialmente por escravos, os membros da Ilustríssima Câmara, em 1884, reproduzem, em âmbito municipal, o tom predominante das discussões sobre a questão servil nas elites políticas imperiais. Desde o primeiro momento, quando da extinção do tráfico de escravos em 1850, o encaminhamento político da questão esteve ligado à elaboração de novas estratégias de coerção sobre a força de trabalho. A Lei de Terras de 1850, procurando impedir o acesso à terra por outros meios que não a compra, já apontava nesse sentido. Mais que uma dicotomia rural-urbano, o que aqui se encontra é a produção de um esforço comum de transformar o agente social despossuído (no caso brasileiro, "presenteado" com a propriedade de sua força de trabalho) num tipo especial de trabalhador, aquele que cede "espontaneamente" a outrem sua capacidade produtiva, associando-se à "ociosidade" ou à "negação do trabalho" qualquer outra forma de subsistência popular rural ou urbana.

Se a construção de novos conceitos e estratégias em relação ao controle social da força de trabalho praticamente unificava o conjunto das elites políticas imperiais, sobre ela silenciando mesmo a maioria dos abolicionistas radicais, a defesa do direito da propriedade escrava e da emancipação via indenização configurava um posicionamento político conservador, mesmo levando-se em consideração a conjuntura e as limitações do exercício político no período. Poder-se-ia atribuir este caráter da administração em questão, não tão marcado nos mandatos subsequentes, à sua composição mais estreitamente ligada, via comércio do café, ao mundo rural, praticamente ao mundo rural cafeicultor fluminense.

No entanto, a proposta de subvenção a uma escola profissionalizante de formação de ingênuas para o serviço doméstico apresenta-se como uma questão diretamente referenciada aos interesses das elites urbanas que, de todo modo, não podem ser pensadas isoladamente dos interesses rurais amplamente dominantes. O máximo que se pode arriscar, a título de hipótese, é que as chamadas camadas médias urbanas em expansão, que formavam a base política do movimento abolicionista, não conseguiam, pelo menos até a reforma eleitoral de 1881, a representação de suas aspirações junto à administração municipal. As duas vereanças subsequentes, eleitas pela nova legislação, que efetivarão a iniciativa proposta pela criação do *Livro de Ouro*, ao mesmo tempo que não deixaram de assinalar, até inícios de 1888, a presença de uma posição "ordenadora" e "controladora" do movimento antiescravagista urbano na bancada municipal, vão estar mais marcadas por ambiguidades, conflitos e, muitas vezes, se alinharão claramente à causa abolicionista. Em 1887, mesmo abolicionistas radicais, como José do Patrocínio, estarão presentes entre os vereadores, produzindo inflexão significativa na forma como foram encaminhadas as várias cerimônias de libertação promovidas pela Câmara em decorrência da criação, em 1884, nas circunstâncias já analisadas, do Livro de Ouro da Municipalidade do Rio de Janeiro.

As libertações rituais (1885/1886)

Ao reassumirem o mandato municipal, em setembro de 1887, os vereadores eleitos em 1883 se empenham firmemente na efetivação de um número máximo de libertações pelos donativos recolhidos por intermédio do *Livro de Ouro*. Desde a sua criação, em fevereiro de 1884, com o recolhimento de alguns donativos, seus substitutos interinos não tomaram mais qualquer medida prática para efetuar sequer uma alforria. A nova atuação da Câmara Municipal em relação à questão servil no Município Neutro, apesar de não exprimir o tipo de unanimidade até agora apontado, vai possuir características bastante definidas.

O primeiro ponto que se destaca da leitura das Atas é o total abandono das análises de fundo sobre a questão servil ou sobre o movimento abolicionista durante as sessões de discussão da Câmara Municipal. Questões relativas ao encaminhamento técnico das libertações, à organização das festas de entrega solene de cartas de alforria, à confecção do

quadro comemorativo da primeira libertação darão o tom dos debates. Uma preocupação excessiva com a forma das libertações, que se transformarão em verdadeiros rituais, exprime o sentido geral da orientação adotada. Desde a votação do regulamento relativo às libertações a serem realizadas pelos donativos do *Livro de Ouro*, destacam-se o preciosismo e a preocupação formal. A pluralidade de posições somente aparece nas cerimônias de libertação, na diferença de tom e posicionamento dos vários oradores. De qualquer maneira, em nenhum momento a Câmara buscou em suas campanhas de donativos (que incluía exigir doações ao *Livro de Ouro* a praticamente todas as concessões comerciais por ela conferidas) realmente tentar concluir por este meio a libertação no Município Neutro, como havia proposto José do Patrocínio, em 1883 (e voltará a propor como vereador, em 1887). Pelo regulamento votado, os proprietários que quisessem libertar seus escravos, de acordo com o nível de indenização oferecido, deveriam inscrever os mesmos junto à Comissão de Libertação da Câmara. O número de inscritos determinava o grau do esforço arrecadador a ser empreendido. Na sucessão de datas solenes comemoradas pela Câmara com libertações também solenes, todos os escravos até então inscritos pela Comissão foram libertados. Os valores pagos pelas alforrias eram minuciosamente regulamentados e, ao que tudo indica, representavam indenizações abaixo dos índices de mercado.

Nos anos de 1885 e 1886, foram realizadas sete libertações solenes com alforria de 691 escravos, numa população estimada, em 1887, em 7.000 cativos(**6).** Se o número de libertandos é pequeno, não o é o número de cerimônias de libertação – em apenas dois anos. Destaca-se o marcado monarquismo do conjunto de vereadores que transparece na própria escolha da data dos eventos (aniversários da família imperial e Independência do Brasil). Não se sabe se à convicção ou ao medo (tendo em vista o episódio da suspensão dos mandatos) deve-se atribuir essa atitude, que se revela também nos discursos proferidos nas festas de libertação. O fato, no entanto, é que as libertações se repetiam, realizadas solenemente com a presença da família imperial. Criava-se, assim, um fato político recorrente que comprometia a própria Coroa. No acelerado clima político da época, sucessivos e solenes atos públicos pró-libertação dos escravos, com a presença da família imperial, tinham seu peso político próprio.

As libertações solenes tornaram-se, assim, retomando o sentido inicial da proposta formulada ao tomarem posse em 1883, um instrumento de propaganda "ordenada" e "pacífica" pela libertação dos escravos. Mantinha-se o discurso da ordem numa crítica velada aos abolicionistas radicais. A ameaça à ordem, no entanto, não provinha do perigo de uma libertação em massa dos escravos, da desorganização dos libertos, mas de uma possível radicalização de posições dos contendores em luta. O processo de transformação deveria se dar pela "persuasão", pela "revolução moral", em consonância com o "caráter ordeiro e pacífico do povo brasileiro". Este o sentido geral da maioria dos discursos pronunciados durante as várias libertações solenes ocorridas nos anos de 1886 e 1887.

As duas primeiras libertações, realizadas com a presença da família imperial, em 29 de julho e 7 de setembro de 1885, são marcadas por dois breves e incisivos discursos do vice-presidente da Câmara Municipal, J. J. da Silva Pinto. Em ambos condenava-se violentamente a instituição da escravidão, não hesitando o orador em falar abertamente na urgência de uma solução abolicionista:

> *Qualquer que possa ser a solução que o problema da abolição da escravatura consiga dos altos poderes do Estado, é porém certo que a consciência nacional sente remorso no passado, uma ansiedade no presente e um perigo no porvir, enquanto ele não for decidido.*

Ao mesmo tempo, reafirma sua convicção na propaganda pacífica e constante como a melhor forma de consegui-lo.

> *Ela (a Câmara) está convencida de que a propaganda teria sido mais fecunda, se tivesse sabido penetrar nos espíritos obstinados, iluminá-los e conquistá-los.*

Com o mesmo sentido, porém muito mais longos e polêmicos, sempre inseridos em momentos conjunturais extremamente precisos da propaganda abolicionista, destacam-se os três discursos pronunciados nas libertações de 1886 pelo presidente da Ilustríssima Câmara, José Pereira Lopes. Ressaltando sempre a "continuação da propaganda de civilização benéfica e gloriosamente iniciada por esta Ilustríssima Câmara no memorável dia 29 de julho de 1885", responderá em cada ocasião às questões políticas que se colocavam para a propaganda abolicionista no momento.

Em 14 de março de 1886, dirá de maneira especial ao ideário conservador, que atribuía à possibilidade de libertação em massa dos escravos a responsabilidade por impensáveis desordens sociais, decorrentes do despreparo e da formação "viciada" pela escravidão do contingente a ser alforriado. Este tipo de discurso havia, especialmente, estabelecido o tom das comemorações da terceira libertação municipal, quando discursara o primeiro secretário da Ilustríssima Câmara, revelando as diferentes forças que compunham o quadro de vereadores, tendo em vista serem eletivos os cargos de presidente, vice-presidente e primeiro secretário. O discurso em questão será analisado adiante. A ele Pereira Lopes responde negando veementemente as previsões de desordem social e afirmando, mais uma vez, sua confiança no encaminhamento pacífico e ordeiro do problema.

> *Não se diga, como os pessimistas, que a abolição trará para o país apenas comoções funestas, ressentimentos profundos! Não se diga tampouco que ela acarretará para o Brasil uma terrível hecatombe, porque, fracas suas forças, escassa sua população, impossível é de momento a substituição do braço escravo pelo livre! Não se diga finalmente, como um senador da revolução francesa, que a liberdade só dá bons resultados quando regada pelo sangue.*
>
> *Não, Senhor! A abolição se fará em nossa terra sem reação nem abalo para o povo; a abolição se fará no meio das galas, ao som dos hinos festivos, entoados em honra e glória*

> *da pátria e de seus soberanos como está hoje, sendo feita por essa Ilustríssima Câmara e que em breve será imitada por todas as municipalidades deste vasto Império. E uma abolição assim feita no terreno da legalidade, sob o império da lei divina e apenas pela perseverança de um povo ordeiro, como o nosso, não pode nem deve trazer conseqüências funestas que só pressagiam os Brasileiros retrógrados obscurantistas, os Brasileiros falsos que, acima da pátria, da honra e, da dignidade desta, visam apenas o interesse do ouro.*

*O ano de 1886 é também um ano de escalada da reação antiabolicio*nista, a partir da orientação dada pelo Ministério Cotegipe e da regulamentação da Lei dos Sexagenários. Numa atitude francamente pró-escravatura, o ministro da Agricultura, Antônio Prado, incumbe-se da regulamentação da Lei. Ao interpretar a parte referente à proibição do tráfico interprovincial, considera o Município Neutro parte da Província do Rio de Janeiro. Os escravos da Corte passaram, assim, a poder legalmente cruzar a fronteira provincial, de modo a responder à demanda de braços que persistia na lavoura fluminense. O regulamento também estabelecia as punições que deveriam ser aplicadas, de acordo com a nova lei, para os que acobertassem escravos fugitivos, passando a considerar como praticante de crime de furto qualquer pessoa que escondesse ou empregasse escravo pertencente a outrem. Sob pena de prisão, o público em geral deveria informar, num prazo de 15 dias, ao juiz local ou inspetor de Polícia, a localização de escravos fugitivos de que tivesse conhecimento. Ao mesmo tempo, a aplicação do "regulamento negro" faz recrudescer a agitação abolicionista. Diante do crescimento da repressão na cidade do Rio de Janeiro e, especialmente, da morte, após pena de açoite, de dois escravos em Paraíba do Sul, cresce a campanha contra a tortura e os castigos físicos infligidos aos escravos, que culminará com a abolição geral do açoite, em fins de 1886.

José Pereira Lopes, ao discursar nas outras festas de libertação daquele ano (1886), não deixa de se posicionar quanto à marcha dos acontecimentos.

> *Senhor: 60 são os libertandos que daqui a poucos minutos devem receber de vossas augustas mãos suas cartas de liberdade!*
>
> *Para esses e sobre esses não se desfechará também manejado pela mão do feitor da fazenda, o ignominioso instrumento que embrutece o homem e avilta o país, que se diz civilizado, instrumento cujo nome a sublimidade desta festa me proíbe pronunciar...*
>
> *Com esses, finalmente, não se darão os tristes e repugnantes espetáculos de barbaridade, que ainda há meses foram testemunhas muitas das principais ruas desta cidade, nem tampouco as hediondas cenas representadas na Paraíba do Sul, cenas impróprias de um século de luzes, cenas de um país civilizado, cenas que traduzem atraso do país e que parecem demonstrar querer este país voltar aos tempos do barbarismo.*

Como nota destoante do sentido imprimido ao encaminhamento da questão servil pela Câmara Municipal, no biênio 1885/1886, a festa da terceira libertação, por impedimento

do presidente e do vice-presidente, se colorirá de um tom marcadamente antiabolicionista. Sendo os cargos em questão eletivos, fica mais ou menos claro que, apesar de majoritariamente abolicionista e legalista, como demonstrava desde o ato de sua posse, em 1883, dentro daquela administração municipal não deixava de estar representada uma minoria expressiva alinhada aos interesses escravocratas, que permaneciam atuantes na cidade do Rio de Janeiro.

O teor desse discurso mais uma vez nos permite ressaltar o caráter mais analítico do discurso conservador-escravocrata e sua explícita preocupação com o momento pós-libertação, ou seja, com a formulação, em meio a maus presságios, da questão do controle social do liberto.

Carlos Cláudio da Silva, ao discursar em 2 de dezembro de 1885, atribui às transformações socioeconômicas ocorridas no país, a partir de 1865, o desenvolvimento na população do amor ao progresso (palavra base de todo o discurso) moral e material que a levou a buscar a extinção do elemento servil.

> *Depois da guerra de 1865, operou-se profunda alteração na vida social e particular do Império. Com o desenvolvimento do espírito de especulação, que se manifestou no último período daquela guerra, criaram-se numerosas empresas industriais e de melhoramento material. Como conseqüência lógica, a atividade social, ao mesmo tempo que trabalhava naquele sentido, aplicava-se ao estudo e criação de estabelecimentos de instrução, procurando alargar as raias do ensino. Assim foi que os últimos decênios viram surgir do nada bancos, companhias industriais de fiação, de caminhos de ferro e outras indústrias, bem como a par delas viram erguer-se edifícios em que o povo poderia mandar seus filhos beber instrução adequada aos misteres a que mais tarde teriam de se aplicar.*
>
> *Estes fatos, atuando diariamente no espírito da população, despertaram por tal forma o amor do progresso moral material do país, que hoje a simples enunciação de uma idéia de melhoramento encontra 18 prosélitos e apoio franco em todas as classes sociais.*

No entanto, adverte:

> *Não devemos somente nos ocupar em libertar o escravo; devemos atacar de frente e com máxima energia os dificílimos problemas da substituição, da utilização e da moralização do elemento que hoje se emancipa. Por via de regra, o homem que sempre viveu alheio, obedecendo automaticamente a outra vontade, que não a sua, não pode ter utilidade prática na sociedade quando esta o arranca violentamente ao meio em que nasceu. Guiar o novo cidadão ao transpor o suntuoso pórtico da liberdade social para entrar na comunhão dos homens livres é obrigação que por si mesmo se impõe àqueles que os deixaram entrever esta luz edificante. Prevenir o futuro é, portanto, conseqüência necessária da revolução que o desenvolvimento moral e o progresso material do país vieram provocar ultimamente no tocante à extinção do elemento servil.*

Entre as muitas aproximações e divergências dos discursos "abolicionista-legalista" e "escravocrata esclarecido" que até agora detectamos, e dividindo claramente a atuação da Câmara Municipal em relação à questão servil, destaca-se o pragmatismo do discurso pró-abolição, sempre se referindo à conjuntura mais específica da luta travada, silenciando sobre a questão do destino dos libertados para além da liberdade. Em oposição, o discurso conservador preocupava-se predominantemente com a constituição de novas estratégias de controle social, colocando-se mais próximo do posicionamento sobre o trabalho e o trabalhador que predominaria sob a égide republicana.

De qualquer maneira, do ponto de vista da conformação política da Câmara no exercício em questão, a constatação da existência de uma "oposição" escravocrata não retira o caráter francamente abolicionista e legalista que lhe imprimiu a sequência de libertações "rituais".

E a abolição se fez com flores

A nova Câmara, empossada em 7 de janeiro de 1887, revelaria em sua composição a radicalização de posições legadas pelo desenrolar dos acontecimentos em 1886. A execução do "regulamento negro" na cidade do Rio de Janeiro, durante o Ministério Cotegipe, produzira como resposta um maior crescimento das posições radicais no movimento abolicionista. A repercussão dos protestos contra o assassinato dos dois escravos em Paraíba do Sul culminará com a abolição do açoite no fim daquele ano. A nova Câmara, eleita exatamente naquele período, não mais se homogeneizava com pequenas dissidências numa posição francamente abolicionista e legalista. Por um lado, elegia-se vereador José do Patrocínio, abolicionista radical, que em junho de 1886 escreveria na *Gazeta da Tarde*.

> *Contra a escravidão todos os meios são legítimos e bons. O escravo que se submete atenta contra Deus e contra a civilização; o seu modelo, o seu mestre, o seu apóstolo deve ser Espártacu.*

Por outro lado, reelegia-se, entre outros, José Ferreira Nobre, que invocando os interesses da "lavoura e do comércio" criara, em 1884, o *Livro de Ouro* da Câmara Municipal para a libertação dos escravos.

O resultado imediato desse embate é o impasse. De um lado, a atuação intensa e isolada de Patrocínio, apoiado discretamente por alguns outros vereadores. De outro, o boicote sistemático às suas colocações, o que levou, durante os primeiros meses da administração, a uma paralisação até mesmo das atividades organizadoras das libertações. Mesmo a última libertação realizada pela Câmara anterior, em 2 de dezembro de 1886, foi registrada em ata sem que se transcrevessem os discursos nela proferidos.

Ainda em fevereiro de 1887, é nomeada a Comissão da Ilustríssima Câmara que deveria ficar encarregada das libertações pelo *Livro de Ouro*, na qual Patrocínio estaria ao lado, entre outros, de José Ferreira Nobre. José do Patrocínio pede dispensa da Comissão, alegando

impedimento justo; declara não ser emancipador, mas francamente abolicionista. Contudo, vota pela nomeação da Comissão.

O ano de 1887 havia sido um ano tenso. Ano de grandes progressos na luta abolicionista desde a abolição do açoite, com o avanço da desorganização do trabalho escravo na lavoura paulista e o sucesso da experiência imigrantista. Ao mesmo tempo, continuavam as medidas repressivas do Ministério Cotegipe com a manutenção do "regulamento negro" na Corte e a intensificação da repressão policial contra os escravos fugitivos e o movimento abolicionista. Os agentes do chefe de Polícia, desembargador Coelho Bastos, enviaram abertamente fugitivos da capital para os fazendeiros da Província Fluminense durante todo o ano. Várias manifestações abolicionistas na Corte foram violentamente reprimidas. Esta tensão se refletia na Câmara.

Na primeira metade do ano, uma série de propostas de Patrocínio e Cândido de Carvalho, abolicionista do Partido Liberal, são votadas e aprovadas. Revogam-se as posturas municipais que previam castigos físicos aos escravos (tendo em vista a lei imperial que proibia o açoite), mas a proposta é aprovada contra os votos de quatro vereadores (Silva Veiga, Nobre, Cândido Leal e Souto Carvalho). Aprova-se a proposta de representação ao governo imperial contra os maus tratos infligidos aos escravos pela Polícia da capital, mas Ferreira Nobre e Tomás Rabelo defendem o chefe de Polícia da acusação de antiabolicionista. Aprova-se proposta no sentido de desenvolvimento de um plano de urgência, via comissão de libertação, para a emancipação total dos escravos do município; apesar disso, não se considera projeto nesse sentido elaborado pela "Confederação Abolicionista" e apresentado à Câmara Municipal. A única medida concreta estabelecida em relação à questão servil consiste na retomada em agosto dos trabalhos para a realização de mais uma festa de libertação pelo *Livro de Ouro*. Cândido de Carvalho propõe que se peça à princesa regente a abolição total da escravidão em 1890, durante a próxima festa de libertação. Não é votada a proposta, nem feito o pedido na ocasião.

Nas duas últimas festas de libertação realizadas pela Câmara Municipal, em setembro de 1887, o tom dos discursos é marcadamente antiabolicionista. Em setembro, José Ferreira Nobre, como orador oficial, mais uma vez dá mostra do seu conservador realismo político. Nem uma só vez usa a palavra abolição, substituindo-a sempre por emancipação. Ressalta a grandeza da iniciativa da criação do *Livro de Ouro* por conseguir fraternizar "a liberdade e o direito". Considera mesmo que, com o quase desaparecimento do valor venal do escravo, eles já não mais se constituem em propriedade, mas apenas em "pessoas obrigadas legalmente a permanecer na profissão que tinham quando cativas". No entanto, realisticamente reconhece que já não é possível frear a marcha dos acontecimentos. Aconselha os proprietários de lavoura a não persistirem "em conservar sem garantias de estabilidade o melhor trabalhador que lhes é dado encontrar". Deve-se conceder alforria em troca de contratos de locação, conforme previsto na lei de 1872, "repugnante à maioria dos imigrantes

europeus". Para os retardatários, o futuro será o "despovoamento dos campos e a miséria". Mais uma vez, a ênfase nas formas possíveis de manutenção do controle social sobre a força do trabalho determina o eixo das considerações. Em dezembro, Constante da Silva Jardim, como orador oficial da Ilustríssima Câmara, irá considerar em discurso marcado pelo positivismo:

> *A transformação do trabalho impõe-se logicamente pela sucessão natural da ordem sociológica; retardá-la seria impossível; precipitá-la, quando ela vai alcançando o ponto extremo do seu desenvolvimento, é tentativa que oculta em suas intenções pensamentos perturbadores com fins, senão sinistros, pelos menos inconfessáveis.*

Acirram-se no fim do ano os diálogos ásperos entre Patrocínio e alguns vereadores.

Proibidas ilegalmente as manifestações abolicionistas em edifícios públicos à noite, pelo chefe de Polícia, Coelho Bastos, a Câmara nega, liderada por Ferreira Nobre, seu espaço à Confederação Abolicionista. Ninguém mais defendia abertamente a escravatura, mas os campos opostos estavam claramente definidos na cidade e na Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

No fim do ano de 1887, apenas os cafeicultores fluminenses e a política repressiva do Ministério Cotegipe sustentavam a manutenção da escravidão e, ao que tudo indica, pelo menos em parte, encontravam-se representados na Câmara Municipal. No início de 1888, a situação mudaria substancialmente: à desorganização do trabalho na lavoura, os fazendeiros paulistas, seguidos em parte por outros das demais províncias, responderiam com um processo crescente de emancipações. Somente no Vale do Paraíba Fluminense manter-se-ia forte uma tendência pró-indenização. A escalada repressiva do Ministério Cotegipe acabaria redundando em sua queda e, em março de 1888, um novo Ministério do Partido Conservador, dessa vez abolicionista, era levado ao poder. A abolição total, ainda com condições, era proposta assumida pelo novo governo. As tensões se desanuviavam na sociedade e na Câmara Municipal. Escravistas "disfarçados" de emancipacionistas e abolicionistas radicais reaparecem subitamente reconciliados. Como única voz discordante, a denúncia dos "abolicionistas de última hora", por parte do despeito do Partido Liberal, que, mais uma vez, entregava a glória da grande reforma a seu maior rival.

Quando em 13 de março toda a Câmara resolve tratar, em sessão solene, de se colocar à testa da campanha pela libertação no Município Neutro no menor prazo possível, Cândido Leal, vereador abolicionista do Partido Liberal, lembra que José do Patrocínio, junto com a Confederação Abolicionista, já havia feito a proposta um ano antes. Patrocínio responde que apesar de o vereador se dizer abolicionista nunca lhe esteve realmente solidário nas horas perigosas da luta e que, portanto, dispensava-lhe agora a solidariedade. Em nítida postura de conciliação com os seus inimigos da véspera, declara:

> *Acerca da representação da Confederação Abolicionista, dirá o orador que a trouxe e entregou a esta Câmara, e recebeu de seus colegas uma prova de consideração, que não*

podia passar-lhe despercebida. A Câmara Municipal aceitou a representação e incluiu-a na sua ata.

Como político, adversário de um governo que nada queria sobre esta questão, não podia exigir da Câmara qualquer deliberação quando ela estava sob a pressão do mesmo; não podia exigir o que ela não podia dar...

Sente-se alegre hoje, porque a libertação dos escravos vai ser finalmente uma realidade...

Entende que já pode sentar-se à beira do caminho porque vê raiar no horizonte a luz redentora...

Por sua parte é tão conservador com o Sr. João Alfredo, quanto liberal como o Sr. Dantas.

No discurso solene em que o vereador Torquato Couto, um dos criadores do *Livro de Ouro* em 1884, declara a Câmara então à testa do movimento pela libertação no Município Neutro, desenham-se alguns dos traços definidores do comportamento de um de seus grupamentos políticos mais atuantes e conservadores, aquele ligado ao vereador Ferreira Nobre agora e no mandato interino de 1884. Torquato Couto tece louvores à caminhada do movimento abolicionista provincial, em especial ao exemplo paulista que demonstrou "por fatos quanto era errônea a persuasão dos que entendiam que o escravo atual, contra quem o senhor está hoje desarmado de meios coercitivos, não podia desaparecer sem prejudicar profundamente a produção e gerar crise econômica do trabalho". Esse o primeiro ponto que individualiza o comportamento do grupo na Câmara Municipal, a preocupação em associar à solução da questão servil a garantia do controle social sobre a força de trabalho. O orador não deixa de ressaltar, de certa forma explicando sua tardia adesão à causa da abolição, que "a Corte ressente-se naturalmente da influência da província a que está ligada, e nela se receia ainda a desorganização do trabalho". Esse o segundo ponto de identificação do grupo, sua ligação com os interesses cafeeiros da Província, provavelmente via comércio de exportação. O terceiro, é a ligação, clara nos termos do discurso, com o Partido Conservador e a decorrente obediência às diretrizes governamentais de seus ministérios.

A atuação do vereador liberal Cândido de Carvalho é muito isolada e discreta para que possamos identificá-lo com algum grupo. O abolicionismo legalista do mandato anterior parece ter desaparecido enquanto expressão marcante no encaminhamento político da questão na Câmara Municipal, ou pela substituição das pessoas (visto proibir-se a reeleição imediata) ou por uma radicalização de posições no desenrolar da conjuntura política. Nas falas de Patrocínio mantém-se, no entanto, a ideia-chave dos muitos discursos das primeiras libertações: o conceito de civilização ao qual se oporia a noção de escravidão. Uma marcante diferença: a noção de "ordem", entendida nos discursos legalistas como a melhor forma de encaminhamento da questão, no abolicionismo de Patrocínio deixaria de ocupar qualquer papel de relevo. De qualquer maneira, a "ordem" que preocupava os discursos abolicionistas

da Câmara, em 1885 e 1886, não se identificava com o propósito de ordenação do trabalho. Referia-se ao entendimento interelites, ao risco da participação política mais ativa das massas escravizadas. O pragmatismo político e o uso do conceito de "civilização" unificavam discursos diferenciados apenas na coragem de lançar mão de estratégias mais ou menos mobilizadoras na luta pela abolição. Da "propaganda pacífica" ao paradigma de "Spartacus", a abolição aparecia para uns e outro (Patrocínio) como um fim em si mesma. Jamais se falou, para além das denúncias inscritas no tempo e no espaço, sobre o futuro dos libertados. A "civilização" pedia apenas a "liberdade".

Paradoxalmente, é o discurso antiabolicionista (e nunca pró-escravatura) que, manipulando as noções de "ordem" % entendida como organização do trabalho % e "progresso" % responsável pelo crescimento do sentimento antiescravatura % vai se preocupar com a educação e integração do liberto. Educação para o trabalho, para um tipo específico de trabalho, o trabalho para outrem. É ele que vai se preocupar em, além de "presentear" o escravo com sua força de trabalho, ensinar-lhe como deveria usá-la, a partir dos interesses dominantes. É ele que vai constituir não só, mas também na Câmara Municipal, a noção do escravo que "nega a sua força de trabalho", do liberto "vadio" ou "ocioso" em oposição à noção de "trabalhador", em grande parte associada ao imigrante. Conceitos que vão estar na base das estratégias de controle social da força de trabalho do novo Brasil "livre" e republicano. São esses representantes, dentro e fora da Ilustríssima Câmara, que vão tornar-se também francamente abolicionistas, quando a organização do trabalho na lavoura não estiver mais ameaçada para além da decadente economia cafeeira do Vale do Paraíba Fluminense.

São dois os heróis na sessão solene, de 14 de maio, da Ilustríssima Câmara em comemoração à Lei Áurea: José do Patrocínio e José Ferreira Nobre. José do Patrocínio entendia que já podia "sentar-se à beira do caminho" quando via "raiar no horizonte a luz redentora". Ferreira Nobre sempre falou de futuro.

Notas

1) Ressaltamos especialmente o trabalho de transcrição e pesquisa da Profª Olga Maria Araújo e das estagiárias Valéria Cristina Borges e Débora Maria Raison Alves Teixeira, sem o qual não seria possível a realização deste ensaio.

2) Dois livros revelaram-se básicos do ponto de vista de fornecimento de informações para a elaboração deste trabalho: COSTA, Emilia Viotti da, *Da senzala à Colônia*, LECH, SP, 1982; e CONRAD, Robert, *Os últimos anos da escravatura no Brasil.* RJ, Civilização Brasileira, 1975.

3) Jornal do Comércio, 15 de agosto de 1883.

4) Jornal do Comércio, 11 de novembro de 1883.

5) Três em nove vereadores em exercício de dezembro de 1883 a setembro de 1884 aparecem nas listas classificadas do *Almanaque Laemmert* ligados ao comércio de importação e exportação, atuando inclusive como comissários de café. A incidência não se repete nos mandatos posteriores. Entretanto, os vereadores de atuação mais destacada no tocante à questão servil, reeleitos em 1887, exerciam profissões liberais.

6) Estimativa da Confederação Abolicionista em representação entregue por José do Patrocínio à Ilustríssima Câmara Municipal, em maio de 1887. Não se pode deixar de anotar a expressiva queda da população escrava do Município Neutro após o fim das restrições ao tráfico para a Província Fluminense, com a aprovação do "regulamento negro" em 1886.

(Recebido para publicação em 8/03/2011)

"Entre nós, nunca se cogitou de uma tal necessidade": o poder municipal da Capital e o projeto de regulamentação do serviço doméstico de 1888*

"We never considered such a need": the municipal powers of the Capital and the legal project to regulate domestic services in 1888

Flavia Fernandes de Souza
Mestre em História Social pela UERJ
E-mail: flaviasza@yahoo.com.br

RESUMO:
Este artigo busca compreender o processo histórico que engendrou as tentativas do poder público municipal para regulamentar as atividades dos criados de servir na cidade do Rio de Janeiro, no fim do século XIX. Procura recuperar o contexto de elaboração e de debate do projeto de regulamento do serviço doméstico de 1888, proposto pelos vereadores da Câmara Municipal da Corte. Trata-se de um dos principais projetos para regulamentação do trabalho doméstico, que foi discutido nos anos 1880 e no início da década de 1890, e que evidenciou as relações existentes, nos discursos e nas ações de setores dirigentes e dominantes da Capital, entre o fim da escravidão e a necessidade de controle dos trabalhadores.

Palavras-chave: trabalho doméstico; regulamentação municipal; abolição da escravidão e pós-emancipação.

SUMMARY:
This article seeks to understand the historical process that led to the attempts by the municipal public powers to regulate the activities of the domestic servants in the city of Rio de Janeiro in the late 19th Century. It seeks to uncover the context for the preparation and the surrounding debate concerning the regulation of domestic services in 1888, proposed by the aldermen of the Court's Municipal Council. It was one of the main projects for the regulation of domestic services debated in the 1880s and in the early 1890s, and revealed the existing relationship, both in the discourse and the actions of the official and dominant sectors in the Capital, between the end of slavery and the need to control the workers.

Key words: *domestic services; municipal regulation; abolition of slavery and post-emancipation.*

* Artigo baseado no terceiro capítulo do trabalho: SOUZA, Flavia Fernandes de. *Para casa de família e mais serviços*: o trabalho doméstico na cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX. 253 p. Dissertação (Mestrado em História Social). Centro de Educação e Humanidades – Universidade do Estado do Rio de Janeiro: São Gonçalo, RJ, 2009. Trabalho premiado com *Menção Honrosa* no Concurso de Monografia Arquivo da Cidade 2010/Prêmio Afonso Carlos Marques dos Santos do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

> *(...) O serviço que se pretende regular é daqueles que reclamam a maior atenção dos poderes públicos, porque prende-se direta ou intimamente à paz, à tranquilidade e ao bem estar das famílias, base de toda organização social. Procura-se definir as relações entre duas classes de condições desiguais, mas com obrigações e direitos recíprocos, assunto esse que não deixa de oferecer sérias dificuldades, no intuito de se conciliarem interesses que parecem repulsivos uns dos outros por efeito do permanente antagonismo em que comumente se manifestam.*
>
> *São de todos os tempos e de todas as nações os conflitos das classes inferiores e superiores da sociedade, determinados pela aspiração daqueles à máxima liberdade e a uma igualdade impossível, e pelos hábitos imperiosos contraídos por estas, na fruição da riqueza e nas instigações da supremacia do nascimento, das posições e dos demais títulos que geram as elevações sociais.*
>
> *(...) Desse encontro de interesses (...) nasce a solicitude com que os governos de todos os países procuram traçar-lhes os respectivos limites, submetendo a observância destes a mais severa fiscalização policial.*
>
> *Entre nós, nunca se cogitou de uma tal necessidade, com relação ao serviço doméstico, e isso pela razão muito patente de que só em pequena escala se fazia ela sentir no regime da escravidão, até há pouco em vigor. Mas hoje, graças à extinção desse elemento, justamente repudiado pela civilização do século, outras muito diferentes são as condições da vida familiar, sujeitas como se acham, às maiores instabilidades e contingências de toda espécie, que cumpre sejam prontamente remediadas.*
>
> *É este um dever cujo cumprimento não pode ser procedido sem dar lugar a sérias perturbações; sendo, pois, digno de aplausos e de toda animação o empenho com que a Ilustríssima Câmara Municipal se propõe a satisfazê-lo (...).* (AGCRJ. Códice 50-1-43: 1889, 9 f.)

Escrito pelo então relator das seções reunidas de Justiça e do Império, visconde de São Luiz do Maranhão, o trecho citado compreende os parágrafos iniciais de um parecer do Conselho de Estado, feito em 1889 a pedido do imperador. Tal parecer tratava de analisar um projeto elaborado, no ano anterior, pelas autoridades da Câmara Municipal da Corte para a regulamentação do chamado serviço doméstico na cidade do Rio de Janeiro.

Mesmo sem conhecer os detalhes do contexto de elaboração daquela consulta aos conselheiros do Estado Imperial, o leitor provavelmente percebeu – como ocorreu com a autora destas linhas quando da sua primeira leitura – que aquele trecho é profundamente revelador. Como é possível observar, ele apresenta alguns princípios importantes sobre discursos e ações de grupos sociais em um processo histórico que envolveu representantes do poder e trabalhadores no Rio de Janeiro, no fim do século XIX.

Por essa razão, propõe-se começar este artigo considerando, com particular atenção, a introdução do parecer do Conselho de Estado. Afinal, com base nela pode-se formular um sem número de indagações e encontrar algumas "chaves explicativas" sobre o tema aqui

desenvolvido. E vale destacar – como o atento leitor deduziu – que não é à toa que o título deste texto repita uma afirmação da referida citação.

Considerando isso, é relevante refletir sobre quais seriam os princípios mais evidentes naquele trecho do parecer do Conselho de Estado. Esse é um exercício importante. Apesar da citação, aparentemente, nos conduzir para a discussão de um simples projeto de postura municipal, ela apresenta, em contrapartida, uma babel de ideias sociais. E isso remete para outro ponto. Ou seja, para a análise dos principais discursos que estiveram na base do debate que se estabeleceu na Capital do Brasil, ao longo das décadas de 1880 e de 1890, sobre as atividades dos chamados criados de servir.

Uma das ideias que talvez se destaque na apresentação do parecer do Conselho de Estado é a que embasava a necessidade que o poder público teria de voltar a atenção para o serviço doméstico. À primeira vista, segundo o parecer, isso era justificado porque aquele serviço se prendia "à paz, à tranquilidade e ao bem-estar das famílias". Porém, logo em seguida a essa colocação, a necessidade da atenção dos poderes públicos e, portanto, da regulamentação, foi justificada por outra razão. Na opinião do Conselho, mais importante do que o fato do serviço doméstico ligar-se "à base de toda organização social", era o imperativo imposto aos representantes do poder quanto à redefinição das relações entre duas classes sociais. Duas classes que, por apresentarem "interesses repulsivos uns dos outros", precisariam da intervenção pública para a conciliação e a prevenção de confrontos.

O princípio subjacente nessas considerações acerca da necessidade da regulamentação do serviço doméstico parece ter sido, pois, aquele que caracterizava a desigualdade entre duas classes sociais. E se tal desigualdade era, por um lado, resultante de interesses divergentes, que demandavam o estabelecimento de "obrigações e direitos recíprocos", por outro, era derivada de certa hierarquia que classificava uns como "superiores" e outros "inferiores", impelindo o governo, nesse caso, a estes submeter à observância de "severa fiscalização policial".

É interessante notar ainda que, para os conselheiros do Império, embora o estabelecimento de limites para as classes sociais fosse indispensável de ser realizado pelos governos em todos os tempos, havia no contexto brasileiro uma particularidade: "Entre nós, nunca se cogitou de uma tal necessidade, com relação ao serviço doméstico". Segundo o relator, isso se dava pela "razão muito patente de que só em pequena escala se fazia ela sentir no regime da escravidão". Em decorrência do término desse sistema de trabalho seriam diferentes as "condições da vida familiar". Estas, agora, estariam "sujeitas a instabilidades e contingências de toda espécie" e que deveriam ser prontamente remediadas.

Deve-se observar, portanto, que, no parecer dos conselheiros, a dita necessidade de regulamentar as relações entre as duas classes sociais envolvidas no trabalho doméstico se dava em função do fim da escravidão. Quer dizer, de acordo com aqueles senhores, as transformações em tais relações de trabalho e a emancipação dos escravos pareciam estar

diretamente associadas. Para eles, fazia-se necessário reorganizar essa esfera de trabalho, tendo em vista as consequências advindas de tal processo. E para isso era importante que se formulasse e adotasse um regulamento eficaz, como propunha a Câmara.

Encontra-se aqui, então, uma constatação fundamental: na visão dos membros do Conselho de Estado – que certamente sintetizava algumas das preocupações de setores dominantes e dirigentes – havia relação direta entre a Abolição e a necessidade da regulamentação do trabalho doméstico. Portanto, esse é o ponto central daquele parecer. E, sendo assim, será o ponto de partida deste artigo.

O objetivo do presente trabalho consiste, pois, no esforço de compreender o processo histórico que engendrou as tentativas do poder público municipal da Capital para regulamentar as atividades dos criados de servir. Com esse intuito, propõe-se aqui recuperar o contexto que envolveu a elaboração e o debate de um projeto de regulamento do serviço doméstico pelos vereadores, em 1888. Trata-se de uma das principais propostas formuladas e discutidas na Câmara Municipal, no que se refere ao tema do trabalho doméstico, e que gerou desdobramentos importantes nos primeiros anos republicanos.

A Câmara Municipal e os criados de servir

No decorrer da década de 1880, vários projetos de postura com planos para a regulamentação do serviço doméstico circularam pela Câmara Municipal da Corte. Após análise da documentação relativa ao poder municipal naquele período, foi possível identificar seis propostas para o estabelecimento de normas visando a atuação dos trabalhadores domésticos na cidade do Rio de Janeiro. Todas elas foram apresentadas e/ou debatidas pelos vereadores da Assembleia de representantes do Município Neutro, fato que indica o quanto o tema havia se tornado relevante para os representantes do poder municipal da Capital.

Na verdade, ao longo dos anos 1880, o serviço doméstico passou a ser assunto importante nos discursos defendidos pelo poder público e nas falas e solicitações direcionadas aos seus representantes. De forma notória, entre vereadores, autoridades policiais, ministros, conselheiros de Estado, advogados, negociantes que operavam com o aluguel de criados e, obviamente, senhores de escravos e/ou patrões, o trabalho doméstico foi tema recorrente para determinados segmentos da população da cidade. Era visto pela maioria como problema social – uma vez que era considerado de péssima qualidade e realizado por pessoas de caráter duvidoso. O serviço prestado pelos criados de servir foi, portanto, alvo de constantes discussões e tentativas de regulamentação por parte da Câmara Municipal. E esses intentos foram implementados por meio de sucessivos projetos de postura que objetivavam a adoção de um regulamento para o setor.

Apesar de apresentarem especificidades, tais projetos caracterizavam-se, basicamente, por estabelecer normas para a organização e o funcionamento do trabalho realizado pelos

empregados nos estabelecimentos residenciais ou de comércio e prestação de serviços da cidade. Em linhas gerais, esse caráter normativo era expresso por meio de dois aspectos. Primeiro: os projetos traziam em seu texto o evidente viés de controle do serviço doméstico, traduzido por rigorosa vigilância e fiscalização públicas que recairia sobre os trabalhadores que desempenhavam tal função. Segundo: os projetos de regulamentação continham regras para a mediação pública das relações de trabalho estabelecidas entre patrões e empregados. E essa característica, na maioria dos casos, era explicitada por meio de orientações para os termos do "contrato" ou dos "ajustes" da prestação de serviços pelos criados e, consequentemente, para a delimitação das obrigações e dos direitos das partes envolvidas.

Entretanto, o cerne dos projetos de regulamentação consistia na criação de um registro geral para os trabalhadores domésticos. Esse assentamento implicava, na realidade, a adoção de mecanismos de identificação dos criados. Tratava-se de processo que seria realizado com a obrigatoriedade – sob pena de multa ou de prisão – da feitura de "matrícula" e do uso de caderneta pelos empregados domésticos(**1**). Sem esses procedimentos não seria permitido aos criados prestar serviços na Capital, pois com esses instrumentos o poder público iria supervisionar aquela esfera de trabalho.

Ao envolver diferentes etapas, que iam desde os requisitos necessários para a aquisição da caderneta até a utilização desse documento, as propostas de regulamentação traziam várias implicações para a prestação dos serviços domésticos. Segundo os projetos, os servidores deveriam não só ser identificados, mas também notificar aos poderes públicos e aos patrões a trajetória de vida profissional. E isso se referia não só aos assuntos concernentes aos contratos ou acordos de trabalho, ou seja, às questões sobre admissões e demissões, salários, jornadas de trabalho, obrigações de amos e criados. De certa forma, as orientações previstas diziam respeito, igualmente, ao controle das origens, dos precedentes, da conduta, bem como do estado de saúde dos empregados. Tinha em vista, na verdade, a organização do material de identificação que ficaria, inclusive, à disposição das autoridades policiais e judiciárias, para o caso de precisar consultá-lo quando das suas buscas por suspeitos ou culpados.

Ao que tudo indica, o primeiro projeto de regulamentação para o serviço doméstico no Município Neutro, estruturado nesses moldes, foi proposto em janeiro de 1881 pelo então chefe da Secretaria de Polícia da Corte, Dr. Corrêa de Menezes. Consistia em projeto longo, cujo conteúdo era distribuído em 55 artigos, e versava sobre diferentes regras que deveriam ser implantadas sob a responsabilidade de autoridades policiais e municipais.

Quer dizer, dentre as determinações previstas encontravam-se: a obrigatoriedade da inscrição do criado no registro geral; o uso da caderneta de identificação pelo empregado doméstico; a realização da declaração pelo servidor a cada mudança de local de trabalho; o preenchimento, pelo patrão, dos dados relativos ao salário, às condições de serviço e ao procedimento do empregado; a proibição da admissão de criados que não estivessem

matriculados na Polícia ou que não apresentassem atestado de procedimento etc. O projeto trazia também itens que abordavam casos específicos, como os das amas de leite, dos menores de idade, das agências de locação de criados; assim como das penas (de multas e de prisões) para aqueles que não cumprissem as diretrizes do regulamento proposto (AGCRJ. *Boletim da Câmara Municipal*, 1881: p. 16; *Códice* 50-1-43: 1881, 6 f.).

Submetido à consideração da Câmara Municipal esse projeto foi votado para ser remetido à Comissão de Justiça, na qual os vereadores envolvidos aprovaram o envio para o governo imperial, com vistas a obter o parecer do Conselho do Estado. Esse processo resultou em documento de poucas linhas, concluído em janeiro de 1882, e que apresentava opiniões incisivas. Mesmo reconhecendo a necessidade do estabelecimento de normas para o serviço doméstico na Capital, os conselheiros do imperador reprovaram a proposta de regulamentação. Segundo eles, o projeto era "inadmissível", posto que se apoiava em bases consideradas ilegais e atentava contra os direitos civis (AGCRJ. *Códice* 50-1-43: 1882, 2f.).

Na opinião do relator do parecer se, por um lado, o plano do Dr. Corrêa de Menezes apresentava determinações que excediam a alçada da Câmara Municipal e da Polícia, por outro, o regulamento apresentado previa normas para objeto de direito civil, "derivado do contrato da prestação de serviços", que já era regulado pelas Ordenações Filipinas. Ao mesmo tempo, o projeto restringia, sem justificativas claras, a "liberdade de trabalho" dos servidores domésticos com a "imposição prévia do registro policial e da licença da Câmara" (AGCRJ. Códice 50-1-43: 1882, 2 f.).

Além disso, de acordo com o parecer do Conselho, em consonância com a "ilegalidade" da sua estrutura, o projeto em questão previa uma série de "inconvenientes". Isso porque, ao obrigar o porte da "caderneta policial", o regulamento sujeitaria os criados a "odiosa e excepcional inspeção e vigilância das autoridades", da mesma forma em que era reprovada a determinação para proibir os empregadores de admitir criados sem caderneta. Este procedimento coibiria, segundo os conselheiros, "o direito de cada um de ter em sua casa e ao seu serviço a quem lhe aprouver e merecer sua confiança". Ademais, no parecer do relator, o projeto excedia nas prescrições para o cumprimento do regulamento, pois determinava visitas das autoridades competentes aos locais de trabalho dos criados – ou seja, os lares dos amos – para a efetivação do registro geral e a entrega das cadernetas. Exorbitava também em "matéria penal", ao prever penas de prisão para patrões e, sobretudo, para os criados que não cumprissem as normas estabelecidas pelo regulamento (AGCRJ. *Códice* 50-1-43: 1882, 2 f.).

Antecipando, portanto, problemas de ordem jurídica e resistências, por parte de amos e criados, que pudessem advir da adoção do regulamento proposto, o Conselho de Estado reprovou o projeto. No entanto, ao longo da década de 1880, o debate sobre a questão do serviço doméstico continuou entre os representantes do poder municipal da Capital. Nesse período, foram propostos mais cinco projetos para a criação de posturas regulamentares:

o apresentado, em 1884, pelo vereador Silva Pinto; o de 1885, de autoria do vereador João Pereira Lopes; o proposto pelo vereador Antônio Dias Ferreira, em 1887; o projeto do vereador Souto Carvalho, também de 1887; e o projeto de regulamento do serviço doméstico, de 1888 (AGCRJ. *Boletins da Câmara Municipal* de 1884, 1885, 1887 e 1888; *Códices* 48-4-56, 50-1-41, 50-1-43, 50-1-44, 50-1-45, 50-1-46 e 50-1-47).

Em geral, todos eles exibiam estrutura e objetivos semelhantes aos do projeto de 1881, sendo que alguns eram mais desenvolvidos por apresentar o conteúdo detalhado em numerosos artigos, e outros mais diretos, com cláusulas voltadas apenas para as determinações principais. Nenhum daqueles projetos gerou extensos debates na Câmara, que sequer teve necessidade de aprová-los para enviá-los ao parecer do governo imperial. Embora, quando justificados, todos tenham sido considerados de fundamental importância para a população da cidade, que, segundo os vereadores, necessitava, urgentemente, de regulamento para o setor.

Todavia, outro foi o caso do projeto para o serviço doméstico de 1888. De acordo com a análise dos registros documentais do poder municipal, essa foi a proposta de regulamentação que mais se destacou na década de 1880. De forma diversa dos outros projetos, que sofreram maior resistência para a aprovação, ou passaram apáticos pelas mãos dos membros da Assembleia de representantes municipais, esse esteve, durante o fim do ano de 1888, em evidência na Câmara Municipal. Na verdade, a sua proeminência na pauta das discussões dos vereadores se estendeu pelos meses de setembro a dezembro daquele ano.

O tema foi apresentado na sessão extraordinária do dia 19 de setembro de 1888, quando o então presidente da Câmara Municipal, Dr. José Ferreira Nobre, explicou que o motivo principal daquela reunião era "discutir e adotar uma resolução regulamentar sobre o serviço doméstico". Iniciado o assunto com o debate sobre as ocupações que a "classificação comum *criados de servir* abrangia"(**2**), os vereadores decidiram adiar a discussão do projeto para 4 de outubro de 1888. Nesse dia, foi apresentado um projeto que havia sido analisado pela Comissão de Justiça da Câmara (composta, no momento, pelos vereadores Alexandre Cardoso Fontes, Antônio Dias Ferreira e Thomaz da Costa Rabello) e, assim, iniciou-se a discussão sobre a adoção de um regulamento para o serviço doméstico (AGCRJ. *Boletim da Câmara Municipal*, 1888: p. 65).

Durante as sessões que se seguiram foram apresentados e discutidos 49 artigos, organizados por títulos que versavam sobre: as disposições gerais (com definições acerca do caráter da prestação dos serviços domésticos, das ocupações envolvidas e da obrigatoriedade do registro geral pelos criados); as cadernetas (com orientações para aquisição e uso por empregados e patrões); as relações entre amos e criados (com previsão dos termos do contrato ou dos ajustes, bem como das obrigações e deveres dos envolvidos); as amas de leite (com normas específicas para essas criadas); os menores de idade (com

regras para admissão de crianças e jovens no serviço doméstico); as agências de locação (com cláusulas para o funcionamento de estabelecimentos que agenciavam trabalhadores domésticos); as disposições penais (com advertências sobre as multas e as penas de prisão para os criados infratores); e as disposições transitórias (sobre a criação de repartição especial para a supervisão do cumprimento do regulamento) (AGCRJ. *Boletim da Câmara Municipal* de 1888; *Códice* 50-1-43,1888, 7 f.).

Finalmente, após debates, modificações e votações a discussão do projeto foi concluída pelos vereadores da Câmara em sessão ordinária de 22 de novembro de 1888. O projeto foi remetido, em 17 de dezembro do mesmo ano, ao governo imperial, para ser apreciado pelo Conselho de Estado. E, em função da lentidão dos trâmites para o retorno do projeto com o parecer dos conselheiros, a solução para a questão do serviço doméstico teve que esperar vários meses para voltar a ser discutida. Uma morosidade que foi vista com impaciência por empregados domésticos que aguardavam a resolução do caso. (AGCRJ. Códice 50-1-43, 1888, 7 f.)

Ao que tudo indica, durante o período em que o projeto esteve sob a consideração do Conselho imperial, houve manifestações de empregados domésticos acerca da proposta de regulamentação aprovada pelos vereadores. Pelo menos isso foi o que revelou uma discussão ocorrida na Câmara Municipal, na sessão do dia 30 de março de 1889. Em discurso realizado pelo então vereador José do Patrocínio se encontra o que se segue:

> *(...) O Sr. J. do Patrocínio pergunta ao Sr. Dr. Presidente em que pé está o regulamento para o serviço doméstico.*
>
> *O Sr. Dr. Presidente responde que acha-se com o Sr. Ministro do Império o projeto organizado pela Câmara, constando-lhe que S.EX. está fazendo nele algumas modificações.*
>
> *O Sr. J. do Patrocínio* (continuando) *lembra ao Sr. Presidente que, quando foi discutido esse projeto nesta Câmara, descobriu logo que era uma nova lei da escravidão dissimulada, conforme explicou naquela ocasião. Mas assim mesmo ele foi aprovado,* (o Sr. Presidente dá um aparte) *declara o seguinte: tem sido procurado por crescido número de pessoas que se empregam nesse serviço, e que lhe pediram para reclamar contra o regulamento, que os vai colocar em péssimas condições (...). Vem, portanto, prevenir que esta lei é impopularíssima, que se vai dar uma revolta por parte dos homens livres. Assim, pede para que desde já se tomem providências enquanto é tempo, porquanto este regulamento dá mais garantias aos patrões do que aos criados* (não apoiado). *Estabelece certas desigualdades. Seria conveniente que o Sr. Presidente fizesse sentir ao Sr. Ministro do Império o que está expondo, porque ao Presidente da Câmara, que é a autoridade mais ligada ao povo, compete dizer a S. EX. que a aprovação deste regulamento longe de ser um elemento de segurança e de paz, é um elemento de anarquia e de insubordinação. O Sr. Presidente ainda poderá chegar a tempo de levar o concurso de suas luzes para melhorar semelhante regulamento, em bem dos reclames da opinião.*

> *Tratou-se dos serviços e obrigações a que os criados deveriam ser sujeitos e esqueceu-se do equilíbrio que deve existir entre as relações dos criados com os patrões* (trocam-se apartes). *Concluindo as suas considerações apela para o bom senso e, sobretudo para o tino administrativo do Sr. Presidente, que bem conhece a índole desta população. Assim, pede que tome na devida consideração as palavras que acaba de proferir, e que preste toda a atenção para o estudo que se está fazendo na Secretaria do Império. Tome S. EX. a si esta causa, empregue toda a atenção que puder prestar, porque o assunto é de muita ponderação, pertence aos pobres cidadãos.* (...) (AGCRJ. Boletim da Câmara Municipal de 1889: p. 111).

Assim como aponta a fala do vereador José do Patrocínio, a problemática da regulamentação do serviço doméstico parece ter mobilizado não só as autoridades públicas competentes – que, pelo visto, não eram unânimes sobre o assunto –, mas os próprios trabalhadores domésticos e parte da população. Não fosse dessa maneira, não haveria motivos para que Patrocínio afirmasse com tanta veemência que foi procurado por empregados domésticos que reclamavam contra a proposta de regulamento, posto que esta os colocariam em "péssimas condições", ou que vinha prevenir a impopularidade da postura em discussão.

Nota-se, pois, que justamente por considerar "os reclames da opinião" acerca da regulamentação do serviço doméstico e a possível aprovação do projeto pelos conselheiros de Estado, o vereador José do Patrocínio procurava argumentar com o presidente da Câmara. E a principal questão colocada era o princípio da desigualdade em que se fundava o projeto de 1888. Este, na opinião de Patrocínio – certamente balizada pela crítica popular –, dava mais garantias aos patrões do que aos criados. Tratava-se, segundo ele, de "uma nova da lei da escravidão dissimulada", pois o projeto não previa obrigações e direitos iguais para criados e amos, esquecendo do "equilíbrio que deve existir entre as relações dos criados com os patrões".

Nesse caso, Patrocínio, já conhecido líder abolicionista na cidade do Rio de Janeiro, tentava representar na Câmara Municipal o papel de "porta-voz" da indignação dos trabalhadores domésticos contra medidas coercitivas que recairiam sobre eles caso o projeto virasse lei. Até porque a proposta de regulamentação, como apontado anteriormente, previa, fundamentalmente, procedimentos de proteção para os patrões, com severa fiscalização e vigilância sobre os criados. Porém, mecanismos semelhantes de segurança e de cumprimento de contrato de prestação de serviços não eram exigidos em relação ao patrão para com o empregado.

Além disso, é interessante observar a preocupação do vereador acerca das prováveis consequências da aprovação de tal projeto de regulamentação pelo governo imperial. Segundo Patrocínio, era importante e urgente que a Câmara apresentasse o que estava expondo aos representantes do Conselho de Estado. Afinal, para ele, corria-se o risco de se

estabelecer "uma revolta por parte dos homens livres", conhecendo-se a tradição contestatória da população carioca. Desse modo, o vereador pedia ao presidente da Câmara que tomasse as devidas providências e prestasse "toda atenção para o estudo que se está fazendo na Secretaria do Império", visto que a adoção de regulamento para o serviço doméstico poderia não ser "um elemento de segurança e de paz", mas sim "um elemento de anarquia e insubordinação".

Sob essa perspectiva, e considerando que a fala de Patrocínio não fosse resultado apenas de exagero retórico, pode-se ter noção da insatisfação dos trabalhadores domésticos e da iminência de manifestações radicais por parte deles. Levando-se em conta a quantidade de trabalhadores envolvidos nas atividades domésticas(**3**), as finalidades do projeto de regulamentação de 1888 e a previsão de que o projeto poderia ser aceito pelo Conselho de Estado, não é difícil supor as consequências advindas do descontentamento e das reivindicações desses trabalhadores. Essas, contudo, não parecem ter ocorrido em 1889, pois naquele ano o projeto ainda se encontrava sob a análise dos conselheiros do Estado imperial.

A consulta ao Conselho de Estado

Em documento concluído em agosto de 1889, o relator do Conselho de Estado, após introdução já conhecida, apresentou o parecer do projeto proposto pela Câmara Municipal. Ainda que, em linhas gerais, os conselheiros tivessem concordado com a proposta, o parecer apresentava críticas para possíveis modificações. E essas, inicialmente, trataram da mais evidente diferença entre o projeto de regulamentação para o serviço doméstico de 1881 e o de 1888: o órgão que ficaria responsável pela fiscalização do cumprimento do regulamento. Isso porque, no projeto de 1881, seriam os agentes da Polícia os principais encarregados pela execução das determinações prescritas, enquanto no de 1888 essa função ficaria sob o controle do poder municipal. Previa-se, na verdade, a criação de uma repartição específica, com agentes nomeados pelos vereadores, e que fiscalizariam a prestação dos serviços domésticos em cada freguesia da cidade. Não foi à toa, portanto, que o relator do parecer tenha afirmado o seguinte:

> *(...) A primeira medida suscetível de contestação é a que coloca o serviço doméstico sob a direção e fiscalização da Municipalidade, por meio de uma repartição central na própria Câmara e de outra paroquial em cada freguesia, a cargo do respectivo fiscal.*
>
> *Se o intuito do projeto não é segregar a repartição central da ingerência da Câmara, oferece o grande inconveniente de entregar a uma entidade coletiva, e que só funciona periodicamente, a fiscalização de um serviço que por sua própria natureza exige unidade de ação, prontidão e grande atividade em sua execução.*
>
> *(...) Não há como contestar que o serviço é todo de natureza policial e que a ação da Municipalidade deve circunscrever-se à decretação das convenientes posturas, ficando*

> *a respectiva execução a cargo dos agentes da Polícia administrativa, que dispõe de outros meios para torná-la efetiva já pela maior vigilância a que são obrigados, já pelas atribuições que lhe são conferidas (...)* (AGCRJ. *Códice* 50-1-43: 1889, 9 f.).

A situação aqui se apresenta de forma completamente diferente daquela que se estabeleceu quando da análise, pelo mesmo Conselho, do projeto de 1881. Inversamente ao primeiro parecer, a opinião dos conselheiros de Estado, sobre o projeto de 1888, era a de que a fiscalização do trabalho doméstico deveria ficar a cargo da administração da Polícia. Como, segundo o Conselho imperial, o controle daquele serviço "exigia unidade de ação, prontidão e grande atividade em sua execução", o cumprimento do regulamento deveria ficar sob a responsabilidade dos agentes policiais. De acordo com os conselheiros, tais agentes dispunham de meios mais eficazes, em função das atribuições que eram normalmente conferidas aos membros da Polícia. Afinal, a proposta do projeto consistia em um serviço que era "todo de natureza policial". Ou seja, diferentemente da posição do Conselho no contexto do início da década de 1880, o serviço doméstico era agora considerado "caso de Polícia".

Os motivos que levaram os conselheiros a privilegiarem a atuação da Polícia em detrimento da Câmara envolviam, portanto, "qualidades" que as autoridades policiais possuiriam. Essas, na opinião do Conselho de Estado, seriam "revestidas do preciso critério e do trato fino e judicioso que os habilita[riam] a discernir entre o que deveria ser repreendido e o que deveria ser tolerado". Sobre esse aspecto, é impressionante que os conselheiros registrassem no parecer a ambiguidade no sentido do que poderia ser permitido, segundo a avaliação policial, para a não execução de uma norma prescrita. Na realidade, caberia à autoridade policial "discernir" entre o que seria do âmbito da repreensão ou da tolerância. Nesse caso, a regulamentação do serviço doméstico implicaria também o julgamento do agente policial, que deveria levar em conta hábitos cristalizados na sociedade carioca.

Todavia, essa preferência sobre o órgão melhor preparado para imposição do regulamento ao serviço doméstico se associava, igualmente, ao receio e à previsão dos problemas que seriam gerados a partir da adoção de tal regulamentação na cidade. Segundo os conselheiros,

> *(...) inaugurada a nova instituição, serão numerosos os conflitos que logo surgirão por inexecução dos contratos entre amos e criados. Se todos esses conflitos tiverem de ser resolvidos por meio de termos de infração de postura, único expediente legal ao alcance dos agentes municipais, são fáceis de prever os vexames daí resultantes, quando o simples bom senso e a mais trivial prudência aconselham que não se poupe um só meio para que seja a mesma instituição recebida sem repugnância por parte da população e sem grandes perturbações dos hábitos familiares entre nós introduzidos. Com esse intuito tudo se deve esperar da benéfica interferência dos subdelegados de Polícia por meio de advertências e conselhos. (...)* (AGCRJ. Códice 50-1-43: 1889, 9 f.).

É interessante ressaltar que no parecer do Conselho de Estado colocavam-se, de forma clara, as resistências que certamente seriam comuns por parte dos empregadores, a partir das mudanças que seriam geradas, com a regulamentação, nos costumes enraizados na sociedade do fim do século XIX. Ao mesmo tempo, o parecer manifestava, por assim dizer, os temores e a previsão das possíveis reações da população, sobretudo dos próprios trabalhadores, quando da implantação do regulamento para o serviço doméstico. No entanto, quais seriam, afinal, as principais resistências e os mais aparentes receios, acerca das transformações que aconteceriam na organização e no funcionamento do setor de prestação de serviços domésticos, caso o projeto de 1888 fosse posto em execução?

Se essa questão for considerada do ponto de vista dos patrões, como privilegiou a análise dos conselheiros, nota-se, em várias partes do parecer, a indicação dos problemas para o cumprimento das determinações previstas no projeto. Entre esses, dois pontos se tornaram mais evidentes. Um deles correspondia ao questionamento dos conselheiros sobre o conteúdo de artigos relativos à obrigatoriedade do patrão – mediante pagamento de multa para os infratores – de "certificar na caderneta do criado o motivo da saída deste e a maneira como se portou no serviço". O outro ponto tratava da discussão acerca da prescrição do projeto de que "o amo não poderia despedir o criado, antes do término do contrato, sem pagar-lhe o salário correspondente ao tempo que faltar".

Para o relator do parecer, essas eram determinações que seguramente gerariam oposições e que, provavelmente, não seriam cumpridas pelos patrões. Segundo os conselheiros, essas cláusulas eram inadmissíveis, pois causariam sérios prejuízos ao setor patronal.

> *(...) São inúmeros e de ordem diversas os motivos que dão lugar à despedida de um criado, desde as faltas mais graves até as simples suspeitas de malversação. Bastam estas para excluir a confiança em que essencialmente repousa o regime familiar, e seria iníquo que se compelisse os amos a externarem os fundamentos das mesmas suspeitas, sujeitando-os a graves responsabilidades. (...) Que se procure por este [o criado] ao abrigo da má vontade e dos ódios do amo, nada mais justo e razoável; mas o que por nenhuma forma se pode admitir é a coação moral em que se deixa o amo colocado, na penosa alternativa de mentir a sua consciência, ocultando o verdadeiro motivo porque despede o criado, ou de expor-se à vendeta deste, armado como se acha, do direito de queixa, por calúnia e injúria (...)* (AGCRJ. Códice 50-1-43: 1889, 9 f.)

Observa-se que a argumentação usada pelo relator do parecer era a de que são "inúmeros e de ordem diversas os motivos" que levavam à demissão do criado pelo patrão e que incluíam, sobretudo, "suspeitas". Como, segundo o projeto de regulamento, seria necessário que os patrões expusessem as causas da demissão, como fariam eles para fundamentar suposições, sem serem compelidos a "graves responsabilidades"? Seriam, então, obrigados a mentir à "sua consciência, ocultando o verdadeiro motivo por que despedia o criado". Ora, a indignação presente no parecer dos conselheiros, e que tentava traduzir o

ponto de vista dos empregadores, orientava-se no sentido de resistir às regras que eram estabelecidas quanto à demissão dos empregados domésticos, que deveria apresentar um "justo motivo". E isso se tornava mais absurdo, no entender dos conselheiros, porque os criados se achavam "armados do direito de queixa, por calúnia ou injúria".

Quanto ao segundo ponto, destaca-se a sanção que seria imposta aos patrões caso os criados – sobretudo as amas de leite – fossem demitidos, antes do tempo estabelecido no contrato, sem o pagamento do salário correspondente ao tempo que fora combinado.

> *(...) Imagine a situação de um chefe de família obrigado a conservar no seio e na intimidade desta um criado, senão manifestadamente insubordinado e de costumes imorais, pelo menos desidioso, inapto, indiscreto, intrigante e rixoso, sem outro meio para libertar-se dele senão pelo pagamento dos seus salários, ajustados por um prazo estipulado ou presumido. Não pode haver mais constrangimento, nem menos consideração para com os interesses dos amos, desde que todas as desvantagens são deixadas a estes. (...) O que diz dos criados em geral tem ainda mais cabida aplicação às amas-de-leite, certo como é, que nenhum pai interrompe a amamentação de seu filho, expondo a saúde deste a mil eventualidades, sem que a isso se veja obrigado por motivos poderosos, entretanto que por parte das amas superabundam os interesses, quando não as instigações de uma vida dissoluta para se eximirem do encargo assumido (...)* (AGCRJ. Códice 50-1-43: 1889, 9 f.).

Embora considerassem que aquela determinação procurava evitar a "instabilidade na prestação dos serviços domésticos" – dada a rotatividade dos servidores domésticos nos empregos –, os conselheiros do Estado acreditavam que, da forma como foi proposta, poderia a regra criar um problema ainda maior. Na interpretação deles, se o "chefe de família" cumprisse a norma, ele seria obrigado a manter em sua casa um criado "insubordinado e de costumes imorais" ou "inapto, indiscreto, intrigante e rixoso". E a única alternativa para se livrar dele seria pagar-lhe o salário estipulado.

Como é possível perceber, os problemas para o não cumprimento das determinações propostas sobre a questão seguiam o sentido do absurdo em pagar ao criado o salário que, supostamente, ele não merecia. A justificativa para tal "constrangimento" para os amos seria, então, o cumprimento das normas do contrato da prestação de serviços estabelecido anteriormente entre as partes envolvidas. Aquelas seriam, para os patrões, normas "injustas" ou "prejudiciais", que garantiam benefícios aos criados e que deixavam as desvantagens aos patrões. Para os conselheiros, na verdade, os servidores eram os únicos responsáveis pela dita "instabilidade do serviço doméstico", já que, uma vez contratados, "os criados se mostravam ou inaptos ou negligentes" ou, então, eram "induzidos por sugestões estranhas" ao engodo de uma colocação vantajosa.

No discurso feito pelos conselheiros do Estado sobre essa questão do pagamento dos salários – e que vale para o entendimento de outras partes do projeto –, os patrões não

tiveram os seus interesses resguardados e garantidos na proposta de regulamentação do serviço doméstico elaborada pela Câmara Municipal, em 1888. Nesse sentido, embora o relator afirmasse que tais disposições eram de "caráter puramente civil" e que "se destinavam a reger relações oriundas de contratos" – o que supõe igualdade entre as partes envolvidas – sua indignação com as disposições do projeto, sob esse aspecto, foi sintetizada na seguinte afirmação:

> *(...) Já alguém disse, com toda autoridade e cunho de bom senso, que a verdadeira igualdade consiste em tratar desigualmente a condições desiguais, e tais são as do amo e do criado, que por nenhum esforço humano podem ser niveladas, uma vez que a um assiste ao direito de mandar porque paga, e ao outro o dever de obedecer porque recebe (...)* (AGCRJ. *Códice* 50-1-43: 1889, 9 f.).

No parecer do Conselho de Estado de 1889, pois, as relações de trabalho entre patrões e empregados domésticos se definiam assim: tratava-se de membros de duas classes sociais distintas, caracterizadas por condições desiguais – lembre-se: "que por nenhum esforço humano pode[riam] ser niveladas" – cujas funções se definiam desigualmente. Afinal, a uns caberia mandar e a outros obedecer. Quer dizer, uns teriam direitos e outros apenas deveres. Sendo assim, embora fosse exposto o princípio de que deveria ser feita uma regulamentação baseada no estabelecimento de direitos e deveres "recíprocos", isso não pressupunha igualdade ou equilíbrio de condições para o estabelecimento do contrato de prestação de serviços domésticos. Discutia-se o projeto de 1888, e, portanto, as suas determinações para a regulamentação pública das relações de trabalho entre empregados e patrões – o que era justificado pelos problemas supostamente impostos pelas transformações ocorridas no mundo do trabalho naquele contexto histórico – mas, em nenhum momento, entendia-se que esse fosse um contrato entre iguais. E não se questionava o princípio da hierarquia e da desigualdade social, bem como do caráter privativo das relações entre patrões e empregados. Nesse sentido, não surpreende que todas as modificações sugeridas pelos conselheiros tenham privilegiado possíveis demandas dos patrões, que procuravam resguardar o seu poder de mando e de "concessão de direitos", sem que fosse feito comentário sobre prováveis reivindicações dos empregados domésticos – o que obviamente não significa que elas não tenham sido colocadas.

A regulamentação na "aurora republicana"

A Proclamação da República, em novembro de 1889, trouxe uma série de dificuldades para o funcionamento da "máquina pública" na cidade que, a partir de então, seria a Capital Federal do país. Em decorrência disso, por um tempo, a discussão do projeto de regulamento de 1888 ficou esquecida, assim como o parecer elaborado pelo antigo Conselho do Estado imperial. A questão da regulamentação do serviço doméstico somente voltou ao debate no

ano de 1890, quando os agora intendentes municipais resolveram dar continuidade à tentativa de estabelecer normas para o funcionamento daquele setor de trabalho.

Na realidade, a retomada das discussões caracterizou bem o esforço dos representantes da Intendência Municipal para prosseguir com os trabalhos que vinham sendo desenvolvidos na Câmara Municipal durante o extinto regime imperial(**4**). Por um curto prazo, correspondente às sessões ocorridas nos dias 23 e 24 de janeiro de 1890, um projeto para a regulamentação do serviço doméstico foi apresentado, discutido, votado e aprovado pelo Conselho de Intendentes da cidade para ser posto em execução. O processo que compreendeu a implantação do regulamento foi tão rápido que no dia 4 de fevereiro já havia sido aprovada a proposta feita pela Casa *Laemmert* para a impressão de 20 mil cadernetas de identificação dos criados. E no dia 14 do mesmo mês foi deliberada ordem para a publicação de edital na imprensa com a declaração de que o *Regulamento para o Serviço Doméstico* entraria em vigor no dia 1º de março de 1890 (AGCRJ. *Boletim da Intendência Municipal*, 1890: p. 7-9, 47 e 49; *Códice* 48-4-56: 1890, 1 f.).

A rapidez com que esse regulamento foi aprovado justifica-se por um único motivo: o projeto em questão era o mesmo que havia sido proposto em 1888. Havia nele apenas pequenas alterações no texto e a cópia de artigos do projeto de 1881. Ou seja, o projeto que foi aprovado pelos intendentes em 1890, no afã de dar continuidade aos trabalhos após os episódios que marcaram a mudança de regime político, teve o seu andamento agilizado porque o seu conteúdo já havia sido intensamente discutido pelos representantes da Câmara Municipal e do governo imperial. E como a intenção das autoridades públicas da cidade de regulamentar o serviço doméstico fora, várias vezes, adiada na década de 1880, os intendentes procuraram resolver as coisas sem maiores complicações.

No entanto, o fato de ter sido determinado pela Intendência Municipal que o regulamento para o serviço doméstico entraria em vigor em março de 1890 não significou que essa regulamentação tenha tido validade. Na verdade, um aviso do Ministério do Interior negou à Intendência competência para regulamentar o serviço doméstico na cidade, levando os intendentes a revogarem a respectiva postura que criava o regulamento para o setor. E, em sessão de 27 de junho de 1890, foi apresentada, votada e aprovada a proposta para a extinção da repartição do serviço doméstico, criada com o fim de efetivar o regulamento anteriormente aprovado (AGCRJ. *Boletim da Intendência Municipal* de 1890: p. 83; *Consolidação das Leis e Posturas Municipais* de 1906: p. 146).

Os historiadores que se dedicaram ao estudo do serviço doméstico e das tentativas de regulamentação na cidade do Rio de Janeiro, no fim do século XIX, (GRAHAM, 1992; CUNHA, 2007) tenderam a apontar como um dos motivos para o fracasso do regulamento de 1890 as críticas feitas pela "opinião pública"(**5**). Destaca-se com frequência, nesse sentido, a oposição feita por intelectuais positivistas, representantes do Apostolado Positivista do Brasil. A representação feita por Miguel Lemos, em 6 de fevereiro de 1890, por exemplo, foi importante

naquele momento e, por isso, foi recorrentemente apontada na historiografia. Segundo Lemos, a Intendência Municipal teria "exorbitado da esfera de ação que competia às autoridades de natureza civil" e apresentava argumentos que se orientavam em, pelo menos, dois sentidos (BNRJ. *Apostolado Positivista do Brasil*: 1936: 2 p.).

O primeiro argumento era o viés da defesa da "liberdade de trabalho", que era, em sua opinião, um princípio fundamental do regime republicano e que impedia a regulação das relações "que só podem e devem ser pelas opiniões e costumes". O segundo era o que criticava a intenção do regulamento de assegurar, arbitrariamente, apenas os interesses dos empregadores. Nesse caso, para o positivista Miguel Lemos, "tais regulamentos só ser[viam] para agravar e sistematizar a opressão dos fracos pelos fortes, instituindo uma nova escravidão". E, ainda para ele, os supostos "abusos" cometidos pelos criados, tinham, na verdade, a sua origem "no egoísmo e no orgulho dos patrões" (BNRJ. *Apostolado Positivista do Brasil*: 1936, 2 p.).

Entretanto, é importante ressaltar que, ao lado do movimento positivista contra a implantação do regulamento para o serviço doméstico aprovado pelos intendentes, ocorreram outros movimentos de contestação. Entre esses, destaca-se o realizado pelos próprios trabalhadores domésticos. Ao que parece, um grupo de servidores realizou manifestações contra a imposição do regulamento inicialmente aprovado em 1890. Como consequência, foram poucos os criados que se apresentaram para fazer a matrícula então exigida. Segundo a documentação sobre o assunto, "os interessados, pela maior parte libertos, induziam os companheiros que apareciam a não oferecer os seus nomes ao registro". Ao mesmo tempo foi feita uma espécie de propaganda na cidade em represália à realização do registro geral dos trabalhadores domésticos na repartição que havia sido criada. "Fora da Intendência, a propaganda ainda era mais extensa e ativa; ficando assim frustrado o tentame" (AGCRJ. *Consolidação das Leis e Posturas Municipais* de 1906: p. 146).

Não é difícil supor, a partir dessas informações, o cenário que se formou na Capital do país quando da aprovação e da tentativa de execução da regulamentação do serviço doméstico, no início dos anos 1890. De um lado, os representantes do poder municipal e outras autoridades públicas, como os integrantes da Polícia, bem como parte dos empregadores; e de outro, aqueles que se posicionavam contra o estabelecimento de regras para a prestação de serviços domésticos. Nesse caso, encontravam-se não só alguns representantes do poder municipal, como grupos positivistas e críticos da recém-inaugurada República, mas, principalmente, os maiores interessados: os trabalhadores domésticos.

Conforme indicado, a consequência principal desses acontecimentos foi o malogro da iniciativa para a regulamentação do serviço doméstico. Todavia, mesmo com fracassos consecutivos, os representantes do poder municipal continuaram, no decorrer dos anos 1890, a propor projetos para o assunto. Diante das inúmeras críticas feitas, sobretudo, por representantes da Polícia e agenciadores de criados de servir, nos anos de 1893 e 1894 novas

propostas foram apresentadas, sem sucesso, pelos intendentes. Somente em 1895 ocorreu no Conselho Municipal uma grande discussão acerca do tema. Em função da apresentação de um projeto pelos intendentes Heredia de Sá e Domingos Ferreira, a regulamentação do serviço doméstico voltou ao debate, com fortes argumentos prós e contra, resultando na criação da "matrícula geral do serviço doméstico". A resolução foi oficializada no Decreto nº 284, de 15 de junho de 1896, e, no Decreto nº 45, de 24 de outubro de 1896, um regulamento foi posto em execução no Distrito Federal (AGCRJ. *Boletim da Intendência Municipal* de 1896).

A análise do desenrolar do processo que resultou na aprovação do projeto de 1895 e a sua execução exigiria a produção de um novo artigo. Por esse motivo, não será possível tratar do assunto aqui. No entanto, para finalizar o texto, é relevante considerar, rapidamente, uma questão que esteve presente em todas as discussões sobre as tentativas de regulamentação encabeçadas pelo poder público municipal da cidade do Rio de Janeiro, ao longo dos anos 1880 e 1890. Trata-se da falta de consenso sobre a regulamentação.

Do ponto de vista dos trabalhadores domésticos e dos seus "porta-vozes", nota-se a existência de grande objeção aos projetos de regulamentação. Nesse caso, os argumentos apresentados seguiram o sentido da defesa da liberdade e da equidade nas relações entre patrões e empregados. Considerando-se o contexto da Abolição e da pós-emancipação – permeado pela supervalorização da liberdade conquistada após longa trajetória de lutas, pelo acúmulo de experiências adquiridas pelos trabalhadores no cativeiro e pela expectativa da extensão de direitos – não é difícil compreender a indignação dos empregados domésticos, entre os quais havia enorme contingente de ex-escravos. Para eles, a regulamentação imporia limites à liberdade tão duramente conquistada e impediria a aquisição de melhorias, como as relacionadas às condições de trabalho. Além disso, grande parte das justificativas para a regulamentação do setor partia de acusações e suspeitas que recaíam sobre os criados de servir. Sobre esse aspecto, é importante salientar que a maior parcela dos discursos feitos sobre o suposto estado em que se encontrava o serviço doméstico, no fim do século XIX, afirmava que os criados eram, em sua maioria, pessoas "viciadas", "desonestas" ou "imorais". Não foi à toa que, muitas vezes, comparou-se a regulamentação a uma "nova lei da escravidão", que reproduziria relações desiguais ao naturalizar as diferenças sociais.

No entanto, provavelmente não foram apenas as resistências dos trabalhadores domésticos que geraram obstáculos para o fracasso dos projetos de regulamentação. É necessário levar em conta, também, as reações ou oposições relacionadas aos setores patronais. Mesmo com certo entendimento acerca da necessidade da implantação de medidas para as supostas consequências negativas advindas das transformações no mundo do trabalho, isso não significava que houvesse consenso, entre grupos dirigentes e dominantes, no que se refere às providências a serem tomadas. Como indicaram os pareceres do Conselho de Estado, a implementação de regulamento para o serviço doméstico foi, por

vezes, entendida como ameaça aos costumes já disseminados nas relações estabelecidas entre amos e criados – uma "intromissão" dos poderes públicos no âmbito de controle privativo dos patrões. Ao mesmo tempo em que, para além do caráter de controle, ao trazer exigências para os patrões – como regras para a admissão e a demissão dos empregados –, a regulamentação garantia limitado campo de "direitos" para os trabalhadores. E isso geralmente era reconhecido como disposições que não resguardavam os interesses dos patrões.

A pressão das resistências oriundas daqueles dois grupos sociais certamente foi decisiva para que a questão da regulamentação do serviço doméstico constituísse, como afirmou o relator do parecer do Conselho de Estado de 1889, assunto que oferecia "sérias dificuldades". Para os representantes do poder, tais dificuldades ficaram ainda mais evidentes. Além da falta de consenso, visto que os descontentes com a regulamentação ou com o seu formato sempre se mostraram presentes, os representantes municipais esbarraram em obstáculos do ponto de vista legal. Estes envolviam problemas como constitucionalidade ou inconstitucionalidade dos projetos, a falta de um código civil (pois ainda vigoravam as antigas Ordenações Filipinas) ou o próprio estatuto do poder municipal (que não teria atribuição para tratar da matéria de contratos). E, não por acaso, a regulamentação do serviço doméstico e as dificuldades para a sua execução se arrastaram, sem solução efetiva, pelos anos republicanos que se seguiram.

Notas

1) As informações exigidas para a matrícula e para a obtenção da caderneta a ser utilizada pelos servidores domésticos compreendiam dados como nome, filiação – se órfão, o nome do tutor –, nacionalidade, idade – real ou presumida –, estado civil, ocupação e residência. Além de determinações para a descrição detalhada dos "sinais físicos" e para a apresentação de atestados que comprovassem os precedentes e a conduta dos criados.

2) Nessa sessão, o presidente da Assembleia questionou qual seria a melhor definição para as profissões abrangidas pela expressão "criados de servir". Tendo consultado vários projetos de regulamentação de outras cidades (como São Paulo, Recife, Paraná, Cidade do Porto) e que abordavam o assunto da locação de serviços, o presidente julgava que a definição que mais satisfazia era a baseada no Código Civil português. Este definia no artigo 1.270 que o "serviço doméstico é o prestado por um indivíduo a outro que com ele convive mediante retribuição".

3) Considerando-se todos os grupos de trabalhadores atuantes na cidade do Rio de Janeiro em fins do oitocentos, nota-se que a categoria formada pelos criados de servir era a que mobilizava a maior parcela da população trabalhadora. Segundo os dados apresentados nos Censos de 1872, 1890 e 1906, os trabalhadores domésticos compunham o maior setor ocupacional, uma vez que ficavam abaixo apenas do conjunto formado por aqueles que não possuíam profissão ou realizavam atividades não classificadas nos recenseamentos. E a esfera ocupacional que abrangia os empregados domésticos, empregava, ainda que com particularidades – como a predominância das mulheres, sobretudo negras – grande variedade de trabalhadores, fossem eles escravizados ou libertos, nacionais ou estrangeiros, homens ou mulheres, crianças, jovens, adultos ou idosos.

4) Em função das mudanças ocorridas no quadro político do Brasil no fim do século XIX, os representantes do poder municipal na cidade do Rio de Janeiro tiveram o seu estatuto modificado. Quando da Proclamação da República, a então Câmara Municipal, representante do poder político no Município Neutro, foi dissolvida e foi criado, em seu lugar,

o Conselho da Intendência Municipal – de caráter provisório, composto por membros chamados intendentes e com funções legislativas, executivas e judiciárias. Tendo a existência restrita aos anos de 1889 e 1892, o Conselho da Intendência Municipal foi substituído, com a promulgação da Lei Orgânica do Distrito Federal em 1892, pelo Conselho Municipal formado, igualmente, por intendentes. Esse, ao contrário dos outros dois órgãos representativos do poder político municipal, possuía apenas funções legislativas, posto que o Poder Executivo Municipal seria, daí em diante, responsabilidade do prefeito da cidade.

5) Para o caso do Rio de Janeiro, o tema da regulamentação do trabalho doméstico no fim do século XIX foi, basicamente, tratado por duas autoras. A primeira delas foi a historiadora Sandra Graham (1992), em estudo clássico sobre o trabalho doméstico feminino. Nesta obra, Graham realizou ligeira descrição do processo de tentativas de regulamentação. Citando parte das fontes aqui analisadas, a autora destacou, sobretudo, alguns dos argumentos utilizados pelas autoridades públicas da Capital para a necessidade da regulamentação das atividades dos criados. Contudo, a autora não aprofundou a análise dos projetos e propostas que foram apresentados naquele momento, optando por uma apresentação mais geral do processo. De outra parte, Olívia Maria Gomes da Cunha (2007), em artigo sobre "a formação de uma consciência moral e pedagógica do trabalho doméstico", dedicou parte de seu texto para analisar as definições acerca da natureza das relações domésticas e algumas tentativas realizadas pelo Estado para tentar regular ou controlar as relações estabelecidas entre amos e criados no domínio doméstico. Assim, a autora analisou, especialmente, o projeto de regulamentação proposto em 1888 pela Câmara Municipal.

Referências bibliográficas

BAKOS, Maria Marchiori. Regulamentos sobre o serviço dos criados: um estudo sobre o relacionamento Estado e Sociedade no Rio Grande do Sul (1887-1889). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 4, nº 7, p. 94-104, mar. 1984.

BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (org.). *Culturas de classe*: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas, SP: Unicamp, 2004.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. *Visões da liberdade*: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. *Trabalho, lar e botequim*: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque*. 2ª ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2001.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Criadas para servir: domesticidade, intimidade e retribuição. In: _____; GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Quase-cidadão*: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2007. p. 396-403.

DAMAZIO, Sylvia F. *Retrato social do Rio de Janeiro na virada do século*. Rio de Janeiro: UERJ, 1996.

GOMES, Ângela Maria de Castro. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GOMES, Flávio dos Santos; NEGRO, Antonio Luigi. Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. *Tempo Social*, São Paulo, v. 18, nº 1, p. 217-240, jun. 2006.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e obediência*: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

GRINBERG, Keila. *Código civil e cidadania*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

HAHNER, June Edith. *Pobreza e política*: os pobres urbanos no Brasil (1870-1920). Brasília: UNIB, 1993.

LARA, Silvia H. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. *Projeto História*, São Paulo, nº 16, p. 25-38, fev. 1998.

LIMA, Henrique Espada. Regulando o trabalho doméstico: da miragem do contrato ao triunfo da domesticidade. 12 f. Comunicação apresentada no *I Seminário relações de poder, trabalho e movimentos*

sociais– "Cruzando fronteiras: novos olhares sobre a história do trabalho". Seropédica, RJ, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2009.

LINDEN, Marcel van der. Rumo a uma nova conceituação histórica da classe trabalhadora mundial. *História*, São Paulo, v. 24, nº 2, p. 11-40, 2005.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e cultura*: história, cidade e trabalho. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravizados e livres*: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

REIS, João José. De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da Abolição. *Afro-Ásia*, Salvador, 24, p. 199-241, 2000.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum*: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

(Recebido para publicação em 21/08/2011)

Uma visão panorâmica das fortalezas do Rio de Janeiro, no século XVII

A panoramic perspective of the fortresses of Rio de Janeiro, in the 17th Century

Luiz Guilherme Scaldaferri Moreira*
Doutorando em História (UFF), mestre em História Social (UFRJ),
professor da Universidade Veiga de Almeida – Cabo Frio (RJ)
E-mail: lgmoreira@ig.com.br

RESUMO:

O texto apresenta um panorama das visões, por vezes contraditórias, que os diversos agentes sociais (Coroa, governador da capitania, oficiais do Senado da Câmara etc.) produziam acerca das fortalezas da barra da cidade do Rio de Janeiro, nos seiscentos. Tais olhares eram fundamentais para se pensar a política de defesa da região.

Palavras-chave: Rio de Janeiro; história militar; Brasil Colônia.

SUMMARY:

The text provides a panorama of the views – occasionally contradictory – propounded by the several social actors (the Crown, the governor of the captaincy, the officials of the Municipal Senate etc.) concerning the fortresses at the mouth of the bay of Rio de Janeiro, in the 17th century. These views were essential to planning the defense strategy of the region.

Key words: *Rio de Janeiro; military history; colonial Brazil.*

* A dissertação *Navegar, lutar, pedir e... receber (O perfil e as concorrências dos capitães das fortalezas de Santa Cruz e de São João nas consultas ao Conselho Ultramarino, na segunda metade do XVII, no Rio de Janeiro)* foi agraciada com "Menção Honrosa no Concurso de Monografias do Arquivo da Cidade/ Prêmio Professor Afonso Carlos Marques dos Santos – 2010). Concurso que contou com os professores Beatriz Kusnir, Ismênia Martins, Paulo Knauss, André Vieira de Campos e Tânia Bessone na Comissão Avaliadora. Em razão disto, recebi o convite para publicação deste artigo na *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.* Gostaria de agradecer ao Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, aos professores da Comissão Avaliadora, ao meu orientador prof. João Fragoso e aos professores que participaram da banca de qualificação e de defesa (Ronald Raminelli, UFF, e Vitor Izecksohn, UFRJ). A dissertação encontra-se disponível no sítio do *Domínio Público*.

Este artigo é parte resumida de minha dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Neste trabalho procuramos traçar o perfil dos capitães das fortalezas da Baía de Guanabara, na segunda metade do século XVII. Do mesmo modo, analisamos o processo de escolha daqueles agentes empreendidos pelo Conselho Ultramarino e pela Coroa lusa. Considerando que o estudo tinha como foco a História Social abordamos as fontes por meio da chamada *Nova História Militar* (TEIXEIRA, 1991; WEHLING, 2001; COELHO, 1985; HESPANHA, 2004; CASTRO, IZECKSOHN & KAAY, 2004 e; MOREIRA & LOUREIRO, 2011). Para dar conta desta empresa, precisávamos situar nossos agentes no espaço físico, tanto nas fortalezas como na própria baía de Guanabara. Por isso, era vital entender um pouco das condições materiais das fortalezas da capitania do Rio de Janeiro, particularmente das duas mais importantes, Santa Cruz e São João. Veremos aqui como este cenário era visto pelos viajantes, pelos agentes estatais (Coroa, governador-geral, governador da capitania, Senado da Câmara etc.); as condições físicas das fortalezas e de seus armamentos; um breve histórico e seus estilos arquitetônicos peculiares.

Comecemos pela sua importância estratégica. Os dois fortes **(1),** Sta. Cruz e S. João, localizam-se na entrada da Baía de Guanabara, que banha o porto da cidade do Rio de Janeiro. O de Sta. Cruz encontra-se na cidade de Niterói, do lado direito de quem chega ao recôncavo pelo Oceano Atlântico, região conhecida no século XVII como banda "d´além". Já o de S. João fica aos pés de um dos principais pontos turísticos do município do Rio de Janeiro, o famoso bondinho do morro Pão de Açúcar, atração construída no século XX, no bairro atualmente conhecido como Urca. Lá do alto conseguimos, ainda hoje, visualizar as duas construções e percebemos que uma está praticamente de frente para a outra, o que facilitava o controle da circulação dos navios que chegavam e saíam da urbe.

Nada melhor do que depoimentos coevos de viajantes que por lá passaram, para nos dar uma ideia de como era este cenário. Um anônimo viajante francês, ao transitar pelo porto da cidade em 1703, registrou: "A entrada do porto parece-me bastante bem guardada. Ela é defendida por duas fortalezas [Sta. Cruz e S. João], entre as quais é necessário passar, o que torna um ataque à cidade tarefa de difícil execução" (FRANÇA, 1999, p. 57).

Ao continuar a sua descrição sobre a entrada da baía e as qualidades de suas fortificações, relatou certa particularidade: "Isso se dá graças à estreiteza da embocadura que dá acesso ao porto e à cidade, embocadura que obriga os navios a passarem muito próximo da fortaleza de Sta. Cruz."

Citemos um último exemplo, também de autor anônimo, um dos tripulantes do navio francês *L´Arc-en-Ciel*, que lá esteve em 1748, e comentou sobre a fortaleza de Sta. Cruz: "(...) a mais importante do país, está situada sobre a ponta de um rochedo, num local onde todos os barcos que entram ou saem do porto são obrigados a passar (...)" (FRANÇA, 1999, p. 62 e 81).

Destes relatos, queremos apenas fazer um breve comentário, que retomaremos mais adiante. Os viajantes, que já haviam circulado por outros lugares, conheciam um mundo um pouco mais amplo do que o cenário descrito. Para nossa surpresa, não fizeram menção à precariedade da estrutura que encontravam, mesmo os que ficaram alguns dias na localidade, o que lhes possibilitava conhecer melhor aquela realidade.

Este quadro era compartilhado pelos representantes do Estado luso, como por exemplo, os engenheiros militares Miguel de L'Escolle e Felipe de Guitan**(2).** Estes enviaram, em 1649, à D. João IV, informações sobre a barra da capitania. Diziam eles:

> *Agora (...) o que toca a entrada da barra desta cidade (...) fica a fortaleza de Sta. Cruz (...) situada em cima de um penedo saído no mar. (...) Sua construção é de um parapeito de pedra (...) defronte desta fortaleza (...) está o forte de S. João (...). Construído de um parapeito de uma meia parede por de fora e de um pouco de terra por dentro. (...) E ficará oposta a (...) de Sta. Cruz* (FERREZ, 1972, p. 157-8).

Por conta deste, e de outros relatos, os monarcas portugueses reconheciam a importância das duas fortalezas para a defesa da região. D. Pedro II determinou ao provedor da Fazenda Real da Capitania, Pedro de Souza Pereira, em 1674, que pagasse aos soldados e aos índios que "existem nas duas fortalezas da barra", para que se possa ter uma "melhor defesa delas e sua conservação" (ANRJ, Códice 61, Vol. 7, p. 438) **(3),** A atitude do rei fora motivada pela representação encaminhada pelo mesmo provedor, que relatava:

> *(...) haver na dita cidade [do Rio de Janeiro] duas fortalezas [Sta. Cruz e S. João] na barra distantes da cidade uma légua em que consiste a total defesa e segurança da praça e os soldados das quais se não pagam mais que mil e duzentos réis cada três meses, com que os socorrem da Real Fazenda de Vossa Alteza, com que não é possível sustentar-se; e assim que esta causa, como, também, por não terem embarcação os da fortaleza de Sta. Cruz que só tem serventia por mar estão fugindo continuamente e deixando as fortalezas ao desamparo; e porquanto na dita cidade há seis índios do gentio da terra matriculados nos livros da Real Fazenda de Vossa Alteza com pretexto de que são para serviço das fortalezas e armazém de pólvora da cidade dos quais se paga os mesmos socorros que se dão aos soldados do presídio* (ANRJ, Códice 61, Vol. 7, p. 438).

Segundo António Hespanha as fortificações eram erguidas à custa do trabalho dos moradores e o dinheiro deveria sair dos impostos cobrados pelo Senado da Câmara (HESPANHA. 2004, p. 180-1)**(4).** Ao consultarmos algumas de suas deliberações, é possível notar que várias penalidades eram revertidas para a construção ou manutenção dos fortes.

Neste caso, por exemplo, a vintena do vinho, em 1643, deveria servir "para o sustento do presídio desta cidade e fortificações (PREFEITURA MUNICIPAL DO DISTRICTO FEDERAL (PMDF), p. 69-70).

Igualmente, senhores de engenho e lavradores de cana que, em 1646, não cultivassem mandioca, contribuindo para o desabastecimento da farinha, teriam que ser penalizados em 50 cruzados "para a fortificação desta praça" (PMDF, p. 109).

Durante algum tempo, nos anos de 1640, muito se discutiu acerca da construção da fortaleza da Laje e dos recursos monetários para sua edificação. Por isso, alguns criminosos eram multados e a quantia paga direcionada para este fim. Destarte, em 1646, o Senado da Câmara vetava que "nenhuma negra (...) traga saia nem gibão de seda, nem brincos de ouro com pena de seis mil réis, pagos da cadeia. E de seda ou brinco que se lhe acharem perdidos, o que tudo se aplica para a fortaleza da Laje (...)" (PMDF, p. 131).

No mesmo ano também se proibiu a "venda de aguardente da terra (...) com pena de 6000 réis pagos da cadeia (...) a qual pena se aplicará a metade (...) para a fortaleza da Laje" (PMDF, p. 132). Negava-se aos negros que carregassem pelas ruas da cidade pau e faca, sob "pena de 2000 réis pagos a cadeia, a metade para as obras da (...) fortaleza da Laje" (PMDF, p. 134).

Em 1649, depois do parecer do engenheiro Miguel de L'Escolle, abandonou-se a ideia da construção do dito forte e as penalidades voltaram a ser destinadas para todas as fortificações (PMDF, p. 178-9).

A construção dos fortes de Sta. Cruz e S. João havia sido planejada pela Coroa em 1584, logo após a fundação da cidade por Estácio de Sá (1565). Salvador Correia de Sá,? "o velho"?, em seu 2º período como governador do Rio de Janeiro (1578-1598) (BOXER, 1973, p. 420), iniciava a construção de uma fortaleza na ponta leste, que recebeu o nome de N. S. da Guia. O governador consultou a Corte para saber se era preferível fortificar o Rio de Janeiro, o que acabou ocorrendo, ou mandar povoar Cabo Frio. Salvador Correia de Sá, então, começou o plano de fortificar a Laje, localizada na entrada da barra**(5).** No entanto, ao consultar o engenheiro militar italiano Batista Antonelli, este lhe aconselhou a construir duas fortalezas, uma em cada lado da baía. O mesmo engenheiro elaborou a planta das fortalezas e enviou para o soberano português que aprovou e autorizou suas construções (VARNHAGEN, 1956, p. 372).

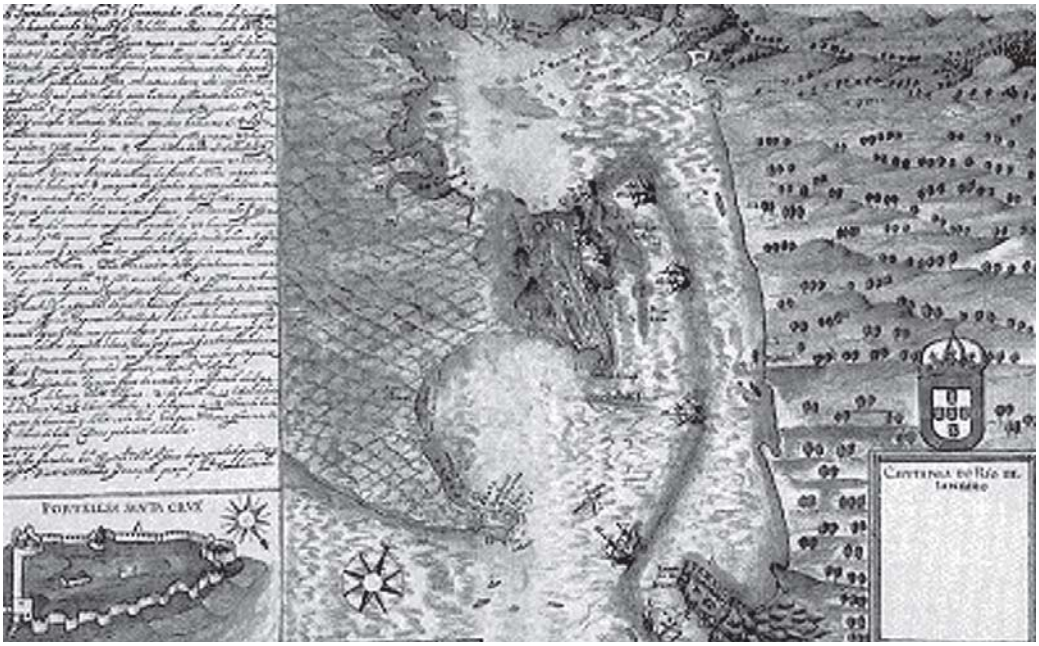
Ela foi restaurada pelo governador Martim Correia de Sá (1623-1632) **(6)**, quando recebeu o nome de Sta. Cruz. A reforma contou com índios tutelados pelos jesuítas e foi fiscalizada pessoalmente por Mem de Sá que transferiu o governo a Gonçalo Correia de Sá, seu irmão (COARACY, 1965, p. 59-60).

Joaquim Serrão destacou que a ligação dos Sás com o Rio de Janeiro vinha desde a sua fundação por Estácio de Sá, passando pelas reformas empreendidas por Martim de Sá, momentos antes da Restauração Portuguesa, em 1637, quando empresta 60.000 cruzados para aperfeiçoar as fortalezas da cidade (SERRÃO, 1968, p. 231 e AHU-Rio de Janeiro, cx. 1, doc. 81, 80, 78, 79, 38).

Naquele momento, havia um contexto marcado pelo medo da expansão dos batavos para além das capitanias do norte, quando houve grande preocupação em fortalecer a proteção de toda a costa da América lusa. Contudo, a ligação e o domínio dos Sás nos postos das fortalezas já vinham desde o início do século (FRAGOSO, 2000, p. 76-78).

A fortaleza de S. João ficou completa em 1618 e ampliada pelo governador Sebastião de Brito Pereira em 1651. O governador requereu aos moradores que ajudassem com um ou dois negros para a empreitada**(7).** O forte novamente foi reformado em 1675, no governo de Matias da Cunha (COARACY, 1965, p. 48, 142 e 194).

Planta da capitania do Rio de Janeiro, de 1631



Fonte: João Teixeira Albernaz (o avô). Atlas do Estado do Brasil. Mapoteca do Itamaraty.

Agora que já conseguimos observar como os contemporâneos viam o cenário em que atuavam nossos personagens, podemos mostrar como era representado. A imagem acima retrata a barra da capitania. Notemos que para os navios adentrarem a baía era necessário que passassem bem próximo à fortaleza de Sta. Cruz, como é explicado no texto que compõe a gravura.

A preocupação com a defesa, em todo o período colonial, era uma constante por parte dos reis lusos, sobretudo naquele contexto de meados do XVII. Afinal de contas, não podemos esquecer que a parte dos rendimentos da Coroa vinha do comércio ultramarino. Manter as rotas comerciais do Império era vital e muitas destas rotas passavam pelo Rio de

Janeiro. Com isso, os governadores gerais frequentemente remetiam ao rei informações a respeito do estado das fortificações em sua área de atuação, visto que: "O governador-geral foi definido como chefe supremo da administração colonial, com ênfase nas suas funções militares, sendo o posto de comandante da tropa sua atribuição fundamental" (GOUVÊA, 2000, p. 265). Esta não era a única função militar que detinha. Entre as inúmeras atribuições do governador-geral, duas eram de suma importância: 1) "Zelar pela boa manutenção dos armamentos existentes nas capitanias" e; 2) "Executar obras de fortificações para a defesa da terra" (SALGADO, 1985, p.171).

Contudo, os governadores-gerais não eram os únicos responsáveis pela defesa do território, os capitães e governadores de capitania também o eram. Constavam de suas funções:

a) "Informar ao governador das armas e munições existentes na capitania e se estão necessitando de ajuda" (SALGADO,1985, p.146) e;
b) "Visitar as fortalezas e armazéns existentes na capitania, (...) bem como fazer um levantamento sobre o estado das instalações, equipamentos e reparos necessários, dando de tudo notícia ao governador-geral do Estado do Brasil" (SALGADO, 1985, p.243).

Esta característica também aparece na documentação local. Sendo assim, o Senado da Câmara, ao se reunir para decidir quem assumiria o governo da capitania temporariamente, em 1644, enfatizava a necessidade de nomear alguém que "(...) governasse assim no político como na *guerra*, no que acuda as ocasiões (...) de sua defesa, no que continuem com as fortificações (...) em conformidade das ordens de Sua Majestade" (PMDF, 1935, p. 82. Grifo nosso).

O escolhido, Duarte Correa Vasqueanes, ao assumir o oficio, prometeu, entre outras coisas, "defender esta cidade contra to(*dos os inimi*)gos de nossa Santa Fé e desta Coroa conforme sua obrigação" (PMDF, 1935, p. 83. Grifo nosso).

Diogo de Campos Moreno – sargento-mor e capitão da Costa do Brasil – cumprindo com sua obrigação, enviou de Salvador, em 1609, um relatório ao rei, dizendo que aquela cidade estava pessimamente equipada. Logo, deveriam ser realizadas as obras que haviam sido recomendadas pelo engenheiro militar Francisco Frias de Mesquita e que foram remetidas para a Europa, ajustadas e corrigidas pelos engenheiros militares Turriano e Tibúrcio Spanhocchi (engenheiro-mor da Espanha), em 1606 (MENDONÇA DE OLIVEIRA, 2007).

O mesmo procedimento fora adotado pelo governador do Rio de Janeiro, Luiz Cesar de Menezes, em 1689, que escreveu ao monarca dando conta das condições das fortificações e das companhias daquele presídio. Em sua resposta, o rei enfatizou que:

> *(...) vendo o papel que me fizeste e o que nele me representa (...) e do estado em que se acham as fortalezas e soldados desse presídio e artilharia me pareceu dizermos e ordenarmos, como por esta o faço, que enchais a força das companhias de infantaria e das do presídio dessa praça e suas fortalezas com aquele número dos soldados de lotação que a Câmara se obrigou a sustentar pelas imposições, quanto for mais possível a respeito do procedimento das ditas consignações e, da mesma maneira, proceder assim os oficiais de artilharia que forem necessários para a defesa e conservação das forças desse gênero, (...) dando por conta da Fazenda Real fazer as carretas cobertas e todos os reparos para as peças da artilharia que achando seus serviços e pelos meus os efeitos da Fazenda Real mandeis consertar e reformar as ruínas que se acharem nessas fortalezas, de que são de depender a conservação de sua praça e em que se tem notícia que há necessário peças de artilharia pela praia, escolhais destas as que vos parecerem podem ter melhor serventia e as mandará por nas fortalezas e, com este meio, se remediará a necessidade que se praz (...)* (ANRJ, Códice 61: Vol. 9, p. 49)**.**

A necessidade de defesa da região por parte dos lusos se devia a um duplo medo: primeiro, o "Mar Tenebroso", recentemente conquistado e, segundo, a floresta tropical. Destes cenários poderiam emergir, a qualquer momento, piratas e índios, respectivamente.

Defesa e colonização andavam de mãos dadas, sendo impossível pensar uma sem a outra. Para este binômio era vital o conhecimento de vários fatores, a saber: marítimos, geográficos, climáticos, culturais entre outros. A proteção não só da cidade como de toda a costa com suas rotas comerciais foi uma preocupação recorrente por parte dos monarcas**(8).** Deste modo, nos seiscentos "sempre houve necessidade de proceder a obras e reparações" (COARACY, 1965, p. 60) das fortalezas da cidade. Característica que também aparece na historiografia que se debruça sobre o tema, em especial o trabalho de Gilberto Ferrez (FERREZ, 1972).

A urgência de defesa também era discutida no Senado da Câmara. Durante os anos de 1640, seus membros se reuniram com o governador e com os notáveis da cidade, entre eles figuras importantes no campo militar, como por exemplo, os capitães das fortalezas (PMDF, 1935, p. 49-52, 68-71, 101, 109, 122-4, 137 e 187).

Para tal, uma das figuras principais eram os engenheiros militares. Beatriz Bueno sublinhou que os desenhos feitos por estes agentes nos permitem apreender não só "aspectos formais e simbólicos da arquitetura e do urbanismo oficiais implantados nas conquistas", mas "entrever os diferentes momentos da política de colonização e expansão dos tentáculos do Império português nas entranhas do Brasil". Por meio de suas gravuras produziam conhecimento e, ao mesmo tempo, se apropriavam e controlavam o território, possibilitando aos monarcas ausentes materializarem-se nas conquistas. Suas representações não eram publicadas e permaneciam restritas às esferas estatais. Há poucos desenhos do Brasil feitos pelos engenheiros militares nos quinhentos e seiscentos. As gravuras que eram enviadas

para a Europa deveriam ser aprovadas ou pelo Conselho de Guerra ou pelo Ultramarino, para que posteriormente fossem colocadas em prática (BUENO. 2000, p. 41 e 47). É o que podemos ver no documento enviado pelo Senado da Câmara ao rei, em 1649(**9**)

> *Carta dos oficiais da câmara da cidade do Rio de Janeiro ao rei [d. João IV] sobre o envio das plantas da cidade e das fortalezas do Rio de Janeiro, tiradas pelos engenheiros Miguel de L'Escolle e Filipe de Guitan, para se determinar a melhor forma de se fortificar esta capitania, informando a falta de artilharia necessária aos moradores para defesa desta praça* (AHU-Rio de Janeiro, cx. 2, doc. 124-A e AHU_ACL_CU_017, Cx. 2, D. 195).

Felipe Guitan, um engenheiro militar francês a serviço de Portugal, veio para o Rio de Janeiro em 1649, para fortificar a cidade, seguindo as ordens do governador-geral conde de Vila-Pouca, Antônio Telles de Menezes, juntamente com o engenheiro militar Miguel de L'Escolle, em razão do medo da invasão batava (FERREZ, 1972, p. 26). Miguel de L'Escolle serviu como engenheiro militar, na capitania do Rio de Janeiro, pelo prazo de três anos a partir de 1648 (TAVARESDA CONCEIÇÃO, 2000, p. 170). Acreditamos, segundo informações contidas nas atas do Senado da Câmara, que tenha desembarcado na cidade em 1649, proveniente de Lisboa (PMDF, 1935, p.172). Logo que chegou, começou a inspecionar os fortes. Na vistoria que realizou na fortaleza de Santa Luísa, que havia recebido algumas intervenções, acabou determinando a sua demolição, por "não vir a servir" (PMDF, 1935, p. 175-176.).

As intervenções de L'Escolle não foram importantes apenas no campo militar. Alguns autores o consideram o primeiro urbanista do Rio de Janeiro, devido às modificações nas "ruas, [nas] valas de esgotamento, [na] muralha de defesa, [nas] praças, [nas] estradas de acesso". Entretanto, sua principal participação se deu nos projetos militares, pois foi o primeiro especialista em fortificações que atuou no Rio de Janeiro.

Para Ciro Cardoso e Paulo Araújo, no século XVII, o Rio de Janeiro apresentava um grande crescimento urbano, fruto da importância cada vez maior de seu porto e das rotas mercantis que passavam por ali, tendo com isso, uma preocupação mais efetiva com a sua infraestrutura. Em 1625, começavam a surgir regras urbanas para a construção de casas na cidade baixa, preservando o traçado das ruas; drenavam-se algumas lagoas; reformava-se a cadeia da cidade (1640) (PMDF, 1935, p. 35-36, 38 e 43); abriam-se ruas, como por exemplo, a rua da Vala (1641) e a rua do Cano (1646); iniciava-se a construção do aqueduto da Carioca (1673)**(10);** criava-se um serviço de correios na cidade; e cristalizava-se uma estratificação social do espaço, com a formação de bairros bem definidos, entre outras mudanças (CARDOSO & ARAUJO, 1992, p. 67). Parte desse crescimento fora consequência da tomada de Pernambuco pelos holandeses. Assim, o governador Rodrigo de Miranda Henriques escrevia ao Rei Filipe III, em 1634, dando conta das modificações existentes na capitania: "Esta cidade tem crescido depois da tomada de Pernambuco muito em gente e comércio e riqueza" (FERREZ, 1972, p. 123).

L'Escolle já havia atuado no restauro e construção de outros fortes na Província do Minho, em razão da necessidade de fortificar as fronteiras terrestres com a Espanha, e das Guerras de Restauração (1641-1668) (TAVARES DA CONCEIÇÃO, 2000, p. 32). Para além da importância da Restauração, Rui Bebiano sublinhou que:

> *(...) pelos finais do século XVII não existia na Europa exército no qual a engenharia não desempenhasse papel determinante e o português desenvolveu muito cedo, por imposição das circunstâncias vividas durante as campanhas de Restauração, essa mesma componente* (BEBIANO, 2004, p. 49).

A defesa da região alentejana havia sido deixada de lado durante o período Filipino(**11**). As fortalezas precisavam de reformas, em virtude de seu abandono e porque "a arquitetura militar conhecia exemplar renovação" (TAVARES DA CONCEIÇÃO, 2000, p. 32). Os projetos de revitalização incluíam equipamentos necessários para a guerra, tais como: hospital, quartéis, paióis etc. Esses anexos passavam a ser vistos como capitais para o bom funcionamento da estrutura de guerra. Começava a existir um planejamento cada vez mais amplo, abandonando-se a improvisação. As tradicionais requisições compulsivas de abrigo para os soldados eram descartadas.

Os lusos procuravam atualizar-se científica e tecnicamente com o que de mais moderno existia. Engenheiros e militares franceses e holandeses foram contratados para que houvesse uma "oxigenação" no processo descrito**(12).** Dois destes personagens foram L´Escolle e Charles Lassart, francês que se tornou engenheiro-mor do Reino (1641).

A preocupação de defesa não era apenas na Europa. Os Braganças também focavam a América. Havia certa urgência em suprir as demandas de engenheiros militares para dar conta de várias frentes de atuação as quais não se podia negligenciar. Contudo, a contratação de estrangeiros para a tarefa esbarrava na falta de recursos. Os gastos não eram apenas no emprego de homens. Reformas ou a construção de novas fortalezas dependiam de muito cabedal. Durante os seiscentos, os governadores do Rio de Janeiro sempre reclamavam da precariedade em que se encontrava o sistema defensivo da capitania. Assim, pediam o envio de mais homens, equipamentos, reformas e ampliação dos fortes. Requisições estas que, quase sempre, não eram atendidas por falta de recursos. Ao mesmo tempo, o custo da defesa ficava a cargo dos moradores, em especial a manutenção de seus fortes, fortinhos, baluartes etc., como era comum em todo o Império (FERREZ, 1972; HESPANHA, 2004, p. 180-1 e; BICALHO, 2001, p. 199)**(13).** Voltemos aos engenheiros militares. D. João IV criou, em 1641, a "Aula de Artilharia e Esquadria", no Paço da Ribeira que, em 1647, foi transferida para a Ribeira das Naus com o nome de "Aula de Fortificação e Arquitetura Militar" (TAVARES DA CONCEIÇÃO, 2000, p. 36). O objetivo era formar engenheiros militares para atuarem em todo o Império. Assim, o monarca, em 1649, escreveu ao general de artilharia, André de Albuquerque, perguntando sobre o que fazia o engenheiro militar holandês Timermans, contratado para servir de professor:

> *(...) e porque Eu desejo saber se Timermans (...) ensina a alguns naturais a sua arte, os discípulos que teve, e o fruto que desta doutrina tem resultado, vos recomendo me aviseis e procureis que haja particular cuidado em que os naturais aprendam e se façam práticos nesta Arte (Arquitetura Militar), para que não estejamos dependendo de estrangeiros com os quais se fazem tão grandes despesas* (...) (Apud TAVARES, 2000, p. 37-8).

Timermans veio para o Brasil com a missão de "preparar 24 alunos para as funções de engenheiro, inclusive de fogo", no período de 1648 a 1650 (TAVARES, 2000, p. 49 e 170). Ao que parece, não conseguiu alcançar o seu objetivo, pois os profissionais que atuaram na América ou eram estrangeiros ou tiveram sua formação em Portugal (BUENO e REIS, 2002, p. 47). A carência de engenheiros militares lusos obrigava-os, assim como em vários ofícios reais, a circularem por todo o Reino, embora os melhores fossem mandados para a América (BUENO, 2000; TELLES, 1994, p. 10 e; BUENO e REIS, 2002, p. 47).

Deste modo, começava a se delinear de forma mais clara um sistema de defesa suprarregional, que não contava com todas as cidades fortificadas, mas sim "cabeças", que tinham a função de resguardar uma determinada região mais ampla (TAVARES DA CONCEIÇÃO, 2000, p. 30). Assim, o porto do Rio de Janeiro, já no século XVII, por ser o principal da região sul da América portuguesa, apresentava para além da importância comercial uma grande relevância militar (SAMPAIO, 2001, p. 140 e CARDOSO & ARAUJO, 1992, p. 72). A principal função do governador da capitania era a defesa de toda a parte sul da América lusa, juntamente com as suas rotas mercantis. Sob a perspectiva de "cabeça" da região, podemos entender três acontecimentos que tomaram corpo a partir da cidade do Rio de Janeiro, responsável por mandar tropas para a defesa de outras localidades. O primeiro, em 1615, quando se expulsou definitivamente os franceses, com a instalação da cidade de Cabo Frio, conjuntura marcada pela própria fundação da urbe fluminense. Segundo, em 1648, quando se reconquistou Angola, com a expedição montada por Salvador Correia de Sá e Benevides**(14).** E terceiro, com a criação da Colônia de Sacramento, em 1680, na região do rio da Prata**(15).**

De acordo com este sistema, os engenheiros eram vitais, posto que atuavam nas construções militares e também nas batalhas. Luís Serrão Pimentel foi um dos engenheiros militares lusos que mais se destacou. Sua obra *Methodo lusitanico de desenhar as fortificaçoens das praças regulares e irregulares* foi publicada em 1680. Ela criava um modelo luso de praça de guerra e foi difundido após a Restauração. Sua preocupação residia na flexibilização e adaptação das condições reais existentes, buscando o equilíbrio entre o real e o possível, uma vez que:

> *A extrema amplitude geográfica e cronológica do império colonial obrigou, até pela sua velocidade, à adopção expedita de procedimentos flexíveis, pouco favoráveis à formalização teórica de modelos demasiados rígidos, sem previsível eficácia em espaços diversificados* (TAVARES DA CONCEIÇÃO. 2000, p. 25 e 26).

Esta ideia fora compartilhada pelo engenheiro militar João de Balesteiros. Durante todo o século XVII, quando se discutia a fortificação e a defesa da barra do Rio de Janeiro, um dos projetos era construir a fortaleza da Laje, que seria erguida somente no século seguinte. O projeto fora feito por Guitan e L'Escolle e havia sido remetido para a metrópole. Balesteiros ficou responsável pelo aval final sobre o projeto e elaborou algumas alterações para a sua execução. Não queremos destacar aqui as suas interferências na planta, mas a sua concepção de que era necessário conhecer a região e adaptar um modelo pensado por quem não a conhecia. Vejamos seu parecer: "(...) para que não se seguisse nenhum erro fiz a planta da plataforma (...), não para que absolutamente se execute por este tamanho, mas para que sirva de guia" (FERREZ, 1972, p. 21 e 144)**(16).**

> *Deste modo, mantinha-se uma tradição do período filipino que primava pela fusão dos estilos. De um lado, a ortodoxia do urbanismo castelhano e, de outro, a "morfologia urbana brasileña (versión "tupi" de las influencias ibéricas)* (JAYO, s/d, p. 15).

Voltemos a Pimentel. O engenheiro havia se formado nas "Aulas de Esfera do Colégio de Sto. Antão". Muitos professores desta instituição eram portugueses, alemães, ingleses, irlandeses e, especialmente, italianos e flamengos. Um de seus principais docentes foi o jesuíta batavo, João Cosmander, que participou ativamente da campanha de fortificação portuguesa pós-1640. Nestas "Aulas" foram introduzidas inúmeras modificações e inovações na engenharia militar ibérica. Uma delas era a substituição de uma "escola italiana", de construção de fortes, por uma "escola flamenga", nos anos de 1630. Muitas destas novidades foram colocadas à prova nas batalhas da Restauração Portuguesa (TAVARES DA CONCEIÇÃO, 2000, p. 30-31).

A obra de Pimentel, em sua essência, revelava "um apurado equilíbrio entre a tradição portuguesa e o corpo teórico internacional mais actualizado", atingia ainda um objetivo essencial "explicitamente esclarecido, a fixação de um método português de fortificação, fundamentado e fundamentador da especificidade de uma Escola portuguesa". Ela mesclava conhecimento prático, pois Pimentel havia participado de batalhas na Restauração, e teórico, em razão da sua formação no Colégio de Santo Antão (TAVARES DA CONCEIÇÃO, 2000, p. 36).

Seu "Methodo" fora tão bem desenvolvido que continuou a ser usado até o século seguinte. Surgia o estilo português denominado de "Estilo Chão", "uma arquitetura de raiz maneirista adaptada ao contexto português e com uma feição castrense fruto do pragmatismo dos seus conceptores" (BUENO, 2000, p. 48). O conceito de guerra era pensado com foco na defesa em detrimento ao ataque e baseava-se no conceito de "praças fortes/cabeças" com a clara divisão entre espaços de fronteiras e espaço centralizado.

O esforço empreendido pelo Estado luso para a criação dessas aulas era vital, como já vimos, pois era urgente formar um quadro de engenheiros e técnicos lusos para que se diminuíssem os gastos com a contratação de estrangeiros. Neste sentido, há um esforço por

"popularizar" a formação de engenheiros. O oficio, tradicionalmente, era destinado à formação de uma elite e, portanto, direcionada aos fidalgos. Com a crescente necessidade de pessoal especializado, passava a haver uma ampliação das origens sociais. Os jovens que substituíram os fidalgos eram recrutados no próprio Exército dentro dos que apresentavam aptidão. Possuíam uma formação teórica e prática e começavam a carreira como "ajudantes" dos engenheiros. Este modelo, no fim do século XVII, foi levado às conquistas: na Bahia, em 1696; no Rio de Janeiro, em 1698; no Maranhão, em 1699 e; no Minho e Pernambuco, em 1701 (BUENO, 2000, p. 48).

As inovações não chegavam a Portugal somente desta forma, com os professores lusos lendo obras estrangeiras. Apesar da "aula de artilharia e esquadria" o quadro de engenheiros militares ainda era precário. Algumas consultas continuavam a ser feitas a estrangeiros e são bastante elucidativas da preocupação da Coroa em termos de defesa e de uma busca da "modernidade". Mais uma vez, vejamos a documentação, da qual extraímos uma citação longa, porém bastante rica:

> *O secretário de Estado Pedro Vieira da Silva remeteu a este Conselho [Ultramarino] com ordem de Vossa Majestade para se ver e consultar o que parecer, a cópia de um Capítulo de carta de Arnaut de Hondelate, escrita de Bayena de França, em 9 de julho passado. Nela lembra a Vossa Majestade que as fortalezas do Rio de Janeiro (que diz que tem visto) não são fortalezas para defender armada que a aquela praça for de propósito, porque as rodas da artilharia estão sempre ao sol e a chuva e os soldados que as guardam, são as três partes forçados e ficam cinco ou seis anos sempre nas fortalezas, pelo que se chegar ocasião de serem acometidas de inimigos, mais depressa se hão de por da sua parte, que da nossa, que os artilheiros serão somente sete ou oito e tais, que o fazendo condestável um não valem os mais outros.*
>
> *Ao Conselho [Ultramarino] pareceu dizer a Vossa Majestade que o que aponta Arnaut de Hondelate, do estado das fortalezas do Rio de Janeiro, é certo, porque assim o referiu o Conselheiro Salvador Correa de Sá, e o viu quando passou por aquela praça vindo de Angola. Pelo que parece que Vossa Majestade deve mandar que em cada uma das fortalezas, de Sta. Cruz, e S. João, que são as da Barra, haja cem soldados de presídio para sua defesa. E na cidade, oitocentos, e destes oitocentos assistam cada dois meses cinqüenta no Cabo Frio, e cinqüenta na Ilha Grande. E nas ditas duas fortalezas cada mês se remudem as companhias, indo assistir uma cada mês além da infantaria de sua dotação. E que haja nelas tantos artilheiros, como peças tiverem cada uma. E dois condestáveis em cada uma. E que para se poder governar esta infantaria, haja dois ajudantes numerários. E para governar a gente miliciana outros dois ajudantes supranumerários, que não vençam mais que o soldo de alferes reformados. E que Vossa Majestade mande que o provedor da fazenda com o ministro que o governador lhe nomear, vão fazer vistoria nas carretas e mais petrechos da artilharia para sua defesa. E que logo se trate do remédio de tudo, que será fácil, e muito difícil de restaurar se a praça*

se perder. Lembrando a Vossa Majestade que só esta capitania esta intacta dos inimigos, sendo que por natureza é a mais defensável. E das mais importantes por está causa. Em Lisboa a 9 de dezembro de 655.

Salvador Correa de Sá e Benevides
Francisco de Vasconcelos da Cunha
Diogo Lobo Pereira

À margem a ordem do rei: Diga-me Conselho o que se poderá executar de tudo o que aponta esta consulta, e o que se poderá também tentar no Brasil, e de que sendo respeitantes as necessidades do Reino e daquele estado, em Lisboa 26 de janeiro de 656 (FERREZ. 1972, p. 174-178).

Neste documento podemos ver o secretário de Estado português recebendo o parecer de um engenheiro francês que se encontrava em seu país natal. Há uma série de recomendações que incidem basicamente em aumentar o efetivo e a forma como era recrutado e remunerado. Atentemos para o silêncio em relação à estrutura física das fortalezas e da qualidade das armas. Não há comentário sobre questões técnicas da artilharia, ou seja, se o armamento disponível era o apropriado. Criticava-se a conservação e abrigo que se dava a ele. O mesmo já havia ocorrido entre 1649-50, quando, com as reformas planejadas por Miguel de L´Escolle e Filipe de Guitan, foram mandadas plantas para o engenheiro militar francês, Pedro Pelifique, dar seu parecer sobre as fortalezas (FERREZ, 1972, p. 174-178).

Lembremos que Ferrez nos mostra uma série de relatos feitos pelos governadores do Rio de Janeiro que sempre dão conta do péssimo estado das fortificações daquela capitania (FERREZ, 1972, p. 185-6). Como vimos no início do artigo, o engenheiro francês e outros tantos viajantes que por aqui passaram conheciam outros cenários. Em seus relatos não há menção à existência de uma diferença, especialmente no que diz respeito à estrutura física, entre as realidades. Portanto, somos levados a acreditar que talvez fosse bem pequena. Do mesmo modo, pensamos que os relatórios feitos pelos governadores, que mostravam a precariedade da capitania, devam ser vistos com outros olhos.

É o que também percebeu Hespanha ao analisar o cálculo dos efetivos reunidos nas guerras e batalhas portuguesas nos séculos XIV a XVII, "(...) o desejo de valorizar a vitória faz subavaliar os efectivos próprios ou o desejo de reputação os faz aumentar" (HESPANHA, 2004, p. 23)**(17).**

É claro que a estrutura não era ideal, realmente deveria haver carência de quase tudo. Mas esta devia ser sentida em outras praças, que não somente as lusas. As condições materiais na Europa, até mesmo pelo desenvolvimento tecnológico da época, não eram de uma sociedade industrializada, como temos hoje. Deste modo, os governadores, a fim de valorizarem seus serviços, deveriam "carregar na tinta" nos seus relatos. Afinal, conseguir sucesso na defesa de uma praça tão importante como o Rio de Janeiro, com pouco ou nenhum recurso, lhes daria mais prestígio do que defender uma praça bem equipada.

Notas

1) Utilizamos os termos forte, fortaleza, fortins e etc. como sinônimos.

2) Mais a frente veremos a importância dos engenheiros militares e, em especial, dos dois citados.

3) Sempre que possível, optamos por transcrever os documentos utilizando a grafia atual.

4) Posição compartilhada por RODRIGUES, 2004, p. 250.

5) Durante todo o século XVII, vários governadores fracassaram na tentativa de edificar a fortaleza da Laje. Ela só viria a ser erguida nos setecentos. A Laje é um costado de pedra que se localiza na entrada da barra, exatamente entre a fortaleza de Sta. Cruz e de S. João. Cf. FERREZ, 1972.

6) Pai de Salvador Correa de Sá e Benevides Cf. BOXER, 1973, p. 410 e 420.

7) Como podemos ver nas atas do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, o uso de negros e índios em obras públicas era comum. Neste corpo documental é possível ver deliberações a cerca da reforma da cadeia da cidade, em 1640; a construção do aqueduto da Carioca, ao longo do século, entre outras construções urbanas. (PMDF.1935, p. 35-6, 36 e 43).

8) Aqui, naturalmente incluímos os monarcas hispânicos que, durante a União Ibérica (1580-1640), também eram reis de Portugal.

9) Este, no entanto, já era um costume do período filipino. Na obra de Ferrez podemos ver vários exemplos de plantas remetidas para a Europa, para serem consertadas, emendadas ou refeitas. Para citar somente um exemplo, em 1635, o Conselho de Portugal encaminhou ao rei recomendações para que mandasse vir do Rio de Janeiro "uma planta daquela capitania e das fortificações que tem e de novo tem feito e se vão fazendo em tão boa forma que se possa ver por ela ou como tudo esta obrado. E se há de emendar ou acrescentar (...)" Cf. FERREZ, 1972, p. 124.

10) Respectivamente, Rua Uruguaiana, Rua 7 de Setembro e Arcos da Lapa (CARDOSO & ARAUJO, 1992, p. 67).

11) Hespanha sublinha que antes da Restauração o perigo vinha do mar com os piratas marroquinos, ingleses ou holandeses. A principal linha de proteção se situava na costa e, portanto, a preocupação de defesa se localizava naquela região, que não só concentrava o efetivo militar, mas os fortes construídos ou reformados. (HESPANHA, 2004, p. 32).

12) Não foram somente os engenheiros militares estrangeiros que foram contratados, militares experientes também o foram, como por exemplo, o conde de Schomberg (Prússia), que teria que reorganizar todo o Exército português (TAVARES DA CONCEIÇÃO, 2000, p. 32).

13) Texto bastante parecido aparece em BICALHO, 2001, p. 199.

14) Sobre algumas diretrizes e decisões tomadas pelo Senado da Câmara no Rio de Janeiro, que passavam tanto pelo envio da expedição de Salvador Correia de Sá e Benevides, que reconquistaria Angola (1648), até o de alimentos para a região (PMDF, 1935, p. 49 e 173).

15) Em nossa dissertação analisamos os perfis dos capitães das fortalezas e observamos a circulação destes agentes dentro deste conceito de "cabeça". Assim, tinham o Rio de Janeiro como "sede" e circulavam por áreas subordinadas: Angola, Espírito Santo, Cabo Frio e etc. Este sistema não era novidade. Afonso de Albuquerque, no século anterior, havia pensado a defesa da Índia por meio deste preceito. O sistema permitira a diminuição de gastos (RODRIGUES, 2004, p. 203).

16) Não entraremos aqui na discussão apresentada por Ferrez sobre a autoria do mesmo. Para alguns historiadores, posição não compartilhada por este autor, o projeto era dos engenheiros Filipe de Guitan e Miguel de L'Escolle.

17) Esta percepção também aparece nos relatos das batalhas da Restauração Pernambucana, ver também VAINFAS, 2008.

Bibliografia

BEBIANO, R. "A Guerra: o seu imaginário e a sua deontologia", em HESPANHA, A. (Coord.): *Nova história militar de Portugal*, Lisboa, Circulo de Leitores, 2004.

BICALHO, M. F. *A cidade e o império.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_, "As Câmaras ultramarinas e o governo do Império", em FRAGOSO, J., BICALHO, M. F. e GOUVÊA, M. F. (orgs.): *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI–XVIII).* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

BOXER, C. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola – 1602-1686*, São Paulo, Editora Nacional, 1973.

BUENO, B. "Desenho o desígnio – o Brasil dos engenheiros militares", *Oceanos*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Nº 41, 2000.

BUENO, B. & REIS, N. "Cidades e fortes coloniais", *Revista DaCultura*, Ano II, Nº 3, 2002.

CARDOSO, C. & ARAUJO, P. *Rio de Janeiro*. Madri: Mapfre, 1992.

CASTRO, C.; IZECKSOHN, V. e KRAAY, H. (orgs.). *Nova História Militar Brasileira*, Rio de Janeiro, FGV, 2004.

COARACY, V. *O Rio de Janeiro no século XVII*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1965.

COELHO, E. "A instituição militar no Brasil", *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais (BIB)*, Rio de Janeiro, ANPOCS, 1º Semestre de 1985.

FERREZ, G. *O Rio de Janeiro e a defesa do seu porto, 1555-1800*, Rio de Janeiro, Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1972.

FRAGOSO, J. "A Nobreza da República: Notas Sobre a Formação da Primeira Elite Senhorial do Rio de Janeiro (Séculos XVI e XVII)". *Topoi*, Rio de Janeiro, 7 Letras, 2000.

FRANÇA. J. M. C. *Visões do Rio de Janeiro colonial.* Rio de Janeiro: EdUerj, 1999.

GOUVÊA, M. F. "Governo Geral", em VAINFAS, R. (dir.): *Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)*, Rio de Janeiro, Objetiva, 2000, p. 265.

HESPANHA, A. (Coord.). *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004.

JAYO, A. H. "Brasil, una construcción hispánica – el papel de la Unión de las Coronas en la definición de um urbanismo original ibérico", em *I Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica*, s/d.

MENDONÇA DE OLIVEIRA, M. "As primitivas defesas da cidade de Salvador", *Revista DaCultura,* Rio de Janeiro, Diretoria de Assuntos Culturais, ano VII, nº 12, junho de 2007.

MOREIRA, L. G. S; LOUREIRO, M. *A 'Nova História Militar', o diálogo com a História Social e o Império Português*. (texto mimeo), 2011.

RODRIGUES, J. D. R. "A Guerra nos Açores", em HESPANHA, A. (coord.): *Nova história militar de Portugal – volume 2*. Lisboa: Circulo de Leitores, 2004.

RODRIGUES, V. "A Guerra na Índia", em HESPANHA, A. (coord.): *Nova história militar de Portugal – Volume 2*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004.

SALGADO, G. (Coord.). *Fiscais e meirinhos*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.

SAMPAIO, A. *Na encruzilhada do Império – hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650 – c. 1750)*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2001.

SERRÃO, J. V. *Do Brasil filipino ao Brasil de 1649*, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1968.

TAVARES DA CONCEIÇÃO, M. "A praça da guerra aprendizagens entre a Aula do Paço e a Aula de Fortificação", *Oceanos*, Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Número 41, jan/mar 2000.

TEIXEIRA. N. S. "A história militar e a historiografia contemporânea". *Revista A Nação e a Defesa,* Lisboa, Inst. da Defesa Nacional, 1991, ano XVI, nº 59, p. 53-71;

TELLES, Pedro Carlos da Silva. *História da engenharia no Brasil (séculos XVI a XIX),* Rio de Janeiro, Clavero, 1994.

VAINFAS. R. *Traição*. São Paulo, Cia. das Letras, 2008.

VARNHAGEN, F. *História Geral do Brasil*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1956, 6ª edição, tomo I.

WEHLING, A. "A pesquisa da História Militar Brasileira", *Revista DaCultura*, Rio de Janeiro, Exército Brasileiro, ano I, nº1, jan/jul 2001, p. 35-38.

Fontes

ARQUIVO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Códice 61, Vol. 7, p. 438.

PREFEITURA MUNICIPAL DO DISTRICTO FEDERAL (PMDF). *O Rio de Janeiro no século XVII – accordãos e Vereanças do Senado da Camara, copiados do livro original existente no Archivo do Districto Federal, e relativos aos annos de 1.635 até 1.650. mandados publicar pelo Sr. Presidente Dr. Pedro Ernesto*, Rio de Janeiro, Oficinas Gráficas do Jornal do Brasil, 1935.

AHU-Rio de Janeiro, cx. 2, doc. 124-A e AHU_ACL_CU_017, Cx. 2, D. 195.

(Recebido para publicação em 21/09/2011)

Uma proposta de vocabulário controlado para os processos da Inquisição de Lisboa relativos ao Rio de Janeiro*

A proposal of a controlled vocabulary for the Lisbon Inquisition proceedings relating to Rio de Janeiro

Odília Gameiro
Mestre em História Medieval e mestre em Ciências da Informação e da Documentação, arquivista na Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada, PT
E-mail: odiliagameiro@hotmail.com

Paula Gonçalves
Doutoranda em História, membro da CesNova – Centro de Estudos de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa, PT

RESUMO:

Apresenta-se uma proposta de controle de vocabulário a aplicar às descrições dos processos-crime da Inquisição de Lisboa, relativos a réus nascidos e/ou moradores no Rio de Janeiro, recentemente disponibilizadas pela Torre do Tombo. Seguindo os critérios consignados na *Norma Portuguesa 4036* sugere-se a aplicação de um vocabulário limitado quanto à forma dos termos, na gramática, ortografia, uso do singular ou plural, unitermos ou termos compostos e no controle de sinonímia.

Palavras-chave: Inquisição; indexação; controle de vocabulário

SUMMARY:

The article presents the proposal to control the vocabulary applicable to the descriptions used in the criminal proceedings of the Lisbon Inquisition, relating to defendants born and/or resident in Rio de Janeiro, recently made available by the Torre do Tombo. According to the criteria defined in the Norma Portuguesa 4036, *a limited vocabulary is suggested relating to the form of the terms, grammar, spelling, use of singular and plural, uniterms or composite terms and the control of synonymies*

* O texto aqui apresentado não pretende mais do que chamar a atenção para as vantagens do uso de uma linguagem controlada. Não tem qualquer pretensão a ser um estudo teórico, característica que condiciona a sua forma de apresentação, nomeadamente referir apenas as notas de rodapé consideradas fundamentais. Os estudos consultados estão referidos na bibliografia final.

A Inquisição foi criada em Portugal, em 1547, por iniciativa do rei João III. A sua existência caracterizou-se, de um modo geral, por ter uma estrutura hierarquizada e autônoma. Embora inicialmente tenha surgido numa situação de dupla dependência, do poder eclesiástico, por se encarregar de matérias religiosas (colocando sobre sua alçada todas as práticas desviantes), e do poder real, a quem prestava obediência em termos administrativos, a Inquisição veio afirmar gradualmente a sua independência.

Na prática, a Inquisição era gerida por um Conselho Geral. Funcionando como um tribunal de última instância, esse órgão controlava a atividade inquisitorial, tanto a dos vários Tribunais de distrito (concretamente os Tribunais de Évora, Lisboa, Coimbra e Goa), como a das visitas de distrito e de familiares e comissários cuja ação incidia sobretudo nos locais onde a presença dos tribunais menos se fazia sentir. A sua gestão foi efetiva e eficiente, tendo dela resultado um enorme volume documental. Desse, a Torre do Tombo acoEsse Fundo riquíssimo, um dos mais consultados da Torre do Tombo, encontra-se descrito no inventário realizado por Maria do Carmo Dias Farinha que, na década de 90 do século XX, reorganizou os Arquivos do Santo Ofício, que permaneciam desordenados desde a sua incorporação em 1825, restituindo a documentação pertencente a cada um dos respectivos organismos(**1**). Ainda que esta intervenção não tenha reposto a estrutura orgânico-funcional original teve a vantagem de fornecer uma mais correta noção da grandeza de cada um dos Cartórios da Inquisição, entre os quais se destaca o de Lisboa.

Em funcionamento desde a criação da Inquisição em Portugal, e apenas extinto em 1821, o Tribunal da Inquisição de Lisboa é, dos tribunais de distrito, o que apresenta uma maior dimensão, com 979 livros, 17.980 processos, 68 maços e 32 caixas. Pela sua extensão e riqueza esse Subfundo é reconhecidamente um dos mais consultados pelos utilizadores do Arquivo Nacional, daí que tenha sido recentemente escolhido para uma intervenção rigorosa, cuja finalidade é a disponibilização de descrições normalizadas da documentação e de arquivos de imagens acessíveis em linha.

O resultado do tratamento arquivístico dos processos da Inquisição de Lisboa encontra-se já, na sua grande maioria, disponível nos programas Digitarq e TT – Online(**2**), fornecendo um útil instrumento de acesso para todos os que se interessam pela história da Inquisição. Seguindo Fernanda Ribeiro, que propõe como um dos parâmetros definidores das tipologias dos instrumentos de acesso o nível de análise, as descrições já disponibilizadas são consideradas como pertencentes à categoria do inventário, visto serem feitas no âmbito do documento composto(**3**).

A descrição realizada pela Torre do Tombo é feita segundo as *Orientações para a descrição arquivística*, documento normalizador produzido por uma comissão de arquivistas portugueses e divulgado pela Torre do Tombo(**4**). Dentre os vários campos que as Orientações propõem para preenchimento selecionaram-se, no âmbito da descrição dos processos – crime da Inquisição de Lisboa, os campos de preenchimento obrigatório, Zona

de Identificação e Zona de Controle de Descrição, e outros entendidos como fundamentais, concretamente o das Características Físicas e Requisitos Técnicos, História Custodial e Arquivística, Âmbito e Conteúdo e, nos casos aplicáveis, as Unidades de Descrição Relacionadas e as Notas.

O esforço realizado pela Torre do Tombo, colocando ao dispor de um conjunto cada vez mais vasto de utilizadores essa fonte riquíssima, é de louvar. No entanto, muito ainda pode ser feito em termos de acessibilidade, nomeadamente a aplicação de um controle do vocabulário às descrições dos processos-crime da Inquisição de Lisboa, a qual incidiria sobre as informações da área de Âmbito e Conteúdo. É neste campo que é descrito o conteúdo dos processos-crime ou, dizendo de outra forma, onde é facultada informação correspondente aos assuntos e conceitos presentes na documentação, designados, no contexto de recuperação de informação, por pontos de acesso.

Os pontos de acesso são dados descritivos que, desinseridos da descrição, podem remeter para a informação disponibilizada, sobretudo se forem submetidos a um controle de autoridades. Entendendo-se por esse o processo da utilização coerente e uniformizada das formas gramaticais, bem como o controle de palavras homógrafas e sinônimas de que resulta a criação de um vocabulário controlado.

Essa situação não se verifica nas descrições dos processos-crime. Efetivamente, nessas não existe um controle de autoridades, sendo evidente o uso de uma linguagem livre muito próxima da natural.

Num contexto da recuperação de informação, entende-se por linguagem natural a escolha de palavras ou frases dos documentos em análise para sua representação. Embora esta situação não se verifique inteiramente nas descrições dos processos-crime, visto se ter procedido a uma sumariação, que é já o resultado de uma análise do conteúdo dos documentos, é evidente o uso de uma linguagem não controlada. É frequente uma mesma ideia estar expressa de diferentes formas, o recurso a sinônimos ou quase sinônimos e o uso do plural e do singular indiferentemente, características que tornam excessivamente morosa a pesquisa.

Naturalmente, a sujeição das descrições dos processos-crime a um controle de autoridades, que facilitaria bastante a pesquisa no Subfundo do Tribunal da Inquisição de Lisboa, exige uma preparação prévia e a aplicação de um método coerente, de modo a se evitar interpretações errôneas.

No âmbito do trabalho que aqui se propõe, seria impensável apresentar uma proposta de controle de vocabulário para todo o Subfundo da Inquisição de Lisboa. O objetivo é apenas alertar para a importância da utilização de um vocabulário limitado na elaboração de instrumentos de acesso partindo de uma pequena amostra.

Assim, a proposta é feita apenas com base nas descrições dos processos-crime do Tribunal do Santo Ofício de Lisboa – relativos a réus nascidos e/ou moradores na cidade do

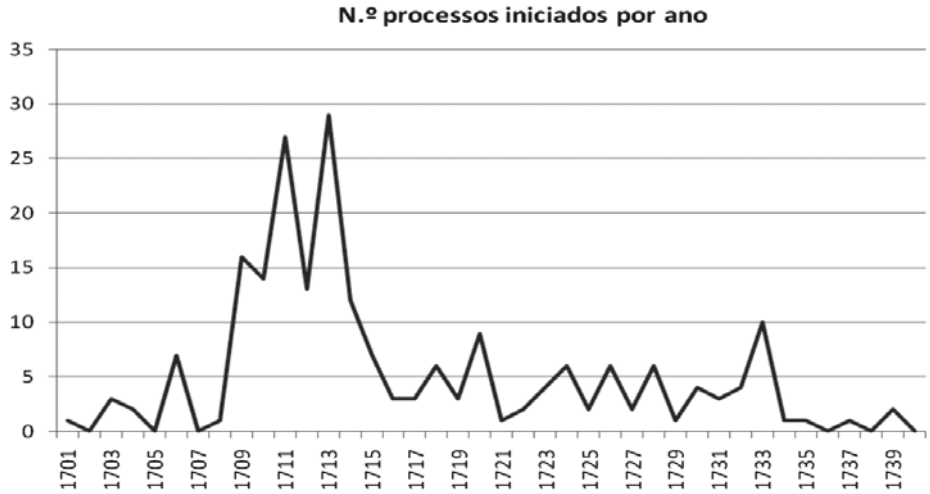
Rio de Janeiro, os quais sendo iniciados no Brasil, eram remetidos para serem julgados na capital portuguesa, juntamente com os acusados.

No Brasil, o Tribunal da Inquisição nunca foi instituído de modo permanente, manifestando-se a presença dessa instituição por meio de comissários e de familiares que constituíam a rede de informação e de controle de comportamentos, mantendo-se em contato com Portugal. Além da atividade ininterrupta desses funcionários, ocorreram ainda duas visitações ao Brasil, em 1591 e 1618, e várias incursões inquisitoriais, durante a primeira metade do século XVIII. Essas foram realizadas ao Rio de Janeiro (de 1709 a 1739), Paraíba (de 1728 a 1756) e Minas Gerais (de 1723 a 1748).

O âmbito deste estudo, ao cingir-se à análise das descrições dos processos-crime relativos ao Rio de Janeiro, limita bastante as atividades inquisitoriais que podem ter dado início aos processos das descrições consideradas. Aliás, estas limitações são ainda maiores porquanto o período cronológico considerado foi apenas o da vigência do *Regimento de 1640*, dessa data até 1774, e a análise incidir apenas nas descrições que foram já revistas no âmbito do projeto de tratamento arquivístico, em curso na Torre do Tombo. Assim, das 441 descrições disponíveis em linha, foram utilizadas para a proposta de controle de vocabulário as 240 que se encontram já revistas.

De um modo geral, a conclusão mais evidente, para o período em análise, é a de existir uma relação com as datas da incursão inquisitorial ao Rio de Janeiro, pois a maioria das descrições dos processos-crime, abertos e concluídos, coincide com os anos entre 1709 e 1739, como é visível nos seguintes gráficos.

Gráfico 1 – Elaborado pelas autoras

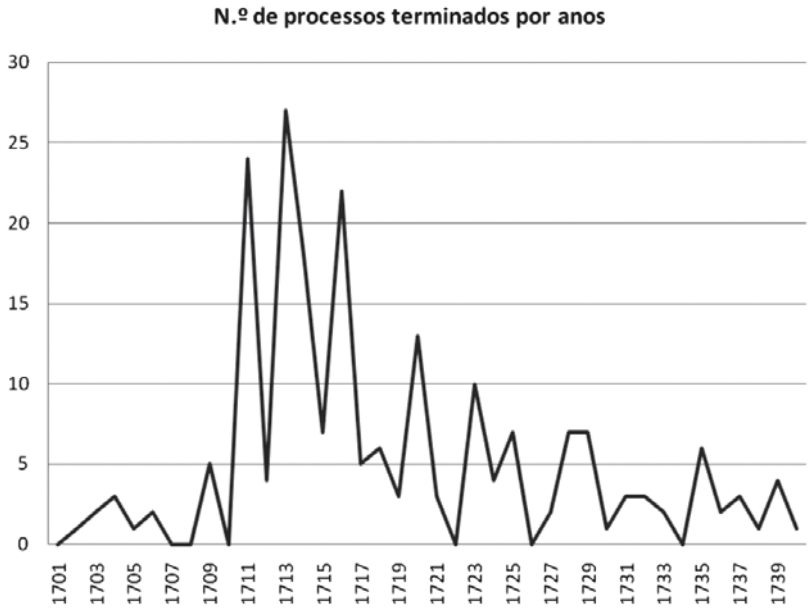


A partir de 1709, data do aumento da presença da Inquisição no Rio de Janeiro, há um aumento significativo do número de processos-crime abertos, que se mantém bastante

elevado até 1714. Posteriormente, há dois picos, embora menos significativos, nos anos de 1720 e 1733, assistindo-se depois à gradual diminuição do número de casos.

A análise dos dados, fornecidos nas descrições, pelos anos em que terminaram os processos-crime abertos pela Inquisição referentes ao Rio de Janeiro, revela uma oscilação grande, com picos nos anos de 1711, 1713, 1714, 1716 e 1720. Fora dos limites cronológicos que remetem para o período da incursão inquisitorial encontram-se apenas treze processos, todos eles do século XVII, que podem bem ter sido resultado da atividade inquisidora dos familiares e comissários residentes nessa cidade brasileira.

Gráfico 2 – Elaborado pelas autoras



Genericamente, as tipologias das acusações constantes nos processos-crime das descrições aqui consideradas são pouco diversificadas. Identificam-se processos-crime levantados contra acusações de bigamia, em que se incluem também os de poligamia e poliandria, alguns de bruxaria, abuso de autoridade do Santo Ofício, solicitação, abuso do sacramento da ordem, perjúrio, usurpação de poderes eclesiásticos, sodomia, "impedir o recto ministério do Santo Ofício"(**5**) e confissão diminuta. Mas o grosso das descrições dos processos-crime mostra que a grande maioria das acusações, cerca de 80%, incidiram sobre o judaísmo. Não constituindo propriamente uma surpresa, parece comprovar o prolongamento no tempo da razão porque a Inquisição foi criada, a perseguição aos hereges e, dentre esses, aos cristãos novos. O judaísmo surge aqui, como em tantos outros contextos, como o desvio que mais preenchia a atividade inquisitorial, embora o *Regimento de 1640*

forneça uma caracterização cuidadosa de todos os casos que caíam sobre sua alçada, alongando-se em pormenores, tal como acontece com muitas outras matérias.

Na verdade, é a minuciosidade com que trata os assuntos descritos que determinou a consulta do *Regimento de 1640*(**6**) como o ponto de partida para a análise proposta. Este Regimento, dentre os quatro redigidos pela Inquisição, é unanimemente considerado como o mais bem elaborado e completo, alongando-se em detalhes sobre a organização administrativa do Santo Ofício e sistematizando todas as práticas e ritos inquisitoriais. Características que explicam, em larga medida, o seu longo período de vigência, mantendo-se em funções por mais de um século, bem como o fato de ser considerado uma das fontes mais completas para se conhecer a história da Inquisição. Por conseguinte, partiu-se da sua leitura para se obter um conhecimento mais abrangente dos assuntos referidos e uma aferição mais correta do significado do vocabulário empregado nas descrições dos processos-crime. Desta forma, procurou evitar-se interpretações errôneas que podiam levar a uma incorreta identificação de conceitos, atribuindo-lhes um sentido diferente ao que lhes fora dado originalmente. Complementarmente, efetuou-se a leitura de alguma bibliografia especializada, para clarificar certas questões abordadas tanto no *Regimento* como nas descrições(**7**)**.**

Na consulta ao *Regimento de 1640,* foram tidos em consideração os procedimentos sugeridos pelas duas normas portuguesas de apoio à indexação, a *Norma Portuguesa 3.715*(**8**)**,** que se detém nas orientações para a análise documental e seleção dos conceitos, e a *Norma Portuguesa 4.036*(**9**) no que concerne à consagração dos termos que se consideram mais adequados numa linguagem controlada.

Numa segunda fase, procedeu-se à consulta das descrições dos processos-crime, entre 1640 e 1774, de réus que nasceram e/ou viveram no Rio de Janeiro. Nas descrições foi apenas considerada a área do Âmbito e Conteúdo. Nesta, a informação é apresentada de forma estruturada, constando como campos a preencher o "Estatuto social", "Crime ou acusação", "Cargos, funções ou atividades", "Naturalidade", "Morada", "Pai", "Mãe", "Estado civil", "Cônjuge", "Data da prisão" e "Sentença". Dentre estes foram selecionados os campos suscetíveis de fornecer informações sobre os assuntos presentes nos processos-crime.

Assim, foram considerados os conteúdos de "Crime ou acusação", "Cargos, funções, atividades", "Naturalidade", "Morada", "Estado Civil", "Sentença" e também o primeiro campo "Estatuto social". Neste último caso, todavia, considera-se haver uma imprecisão na nomenclatura atribuída. Com efeito, a informação aí contida não remete para o estatuto social, mas para a condição religiosa, visto registar-se invariavelmente a situação de cristão-novo ou cristão-velho. Foram ainda pontualmente admitidos os campos relativos ao nome do pai, mãe e cônjuge, não por se considerar os nomes próprios, mas por frequentemente se referirem à situação religiosa dos respectivos indivíduos, bem como à atividade por eles exercida. Inversamente, não foram considerados, no campo "Sentença", os elementos

informativos das pequenas notas do arquivista que surgem no final. A sua exclusão ficou a dever-se a duas razões. Por um lado, porque apresenta informação que, apesar de em alguns casos ser relevante, não obedece a qualquer regra, aí sendo colocadas notícias de índole diversa, por outro, porque por vezes reproduz dados já fornecidos, como o de referir, em casos de bigamia, que o réu casou uma segunda vez.

A informação obtida da consulta das descrições dos processos-crime revelou-se estereotipada. Tal deve-se, em grande medida, às características da própria fonte, ou seja, aos próprios processos-crime, cuja organização obedecia estruturalmente às disposições constantes nos regimentos. Segundo o *Regimento de 1640*, o que mais se alonga nesta como em outras matérias, os processos podiam passar por várias fases, estando formalmente divididos em duas partes(**10).** Na primeira parte dos processos-crime constava toda a documentação reunida antes de se efetuar a prisão do réu, nela se incluindo o "mandado de captura", o auto de entrega, a folha do cárcere (que surge tardiamente, apenas na segunda metade do século XVII), as denúncias e o requerimento do promotor, em que se determina a prisão.

Após se efetuar a detenção, tinha então início a segunda parte do processo podendo constar, entre a documentação, o inventário de bens, as três sessões de interrogatório (sessão de genealogia, sessão *in genere* e sessão *in specie*), o libelo ou acusação, a prova da Justiça, as contraditas, o interrogatório das testemunhas do réu, o despacho do tormento, o despacho final (com a sentença votada pela maioria da Mesa), o acórdão (a ser lido no auto de fé), o texto da abjuração (quando esta tinha lugar), o termo de segredo e a conta.

A ligação de um antigo preso ao Santo Ofício podia, no entanto, não terminar com o término do processo, sendo muitas vezes "acompanhado" até a morte, pelo que era frequente encontrar no processo-crime uma pequena nota na qual o notário indicava, no caso dos relaxados, o local e auto em que fora relaxado, no dos reconciliados, onde e quando morrera.

Era esse o modelo que, segundo o *Regimento de 1640*, poderiam ter os processos mais complexos. Naturalmente que nem todos chegavam a este grau de exaustividade, encontrando-se processos bastante sumários, que contrastam com outros mais densos e minuciosos. Essa diversidade leva a que, apesar da tipologia documental ser quase sempre a mesma, testemunhando uma atividade concreta da entidade produtora, em que se denota uma uniformidade tanto física como formal, o conteúdo ideológico presente nos documentos não seja uniforme, afigurando-se como vantajoso apreender o máximo possível de informações.

No entanto, as descrições dos processos-crime não permitem reter essa diversidade, apresentando-se como bastante sumárias, o que encontra justificativa na imensa documentação consultada e nos imperativos de prazos a cumprir.

Deste modo, o elevado nível de generalidade das descrições dos processos-crime contribuiu, também, para que a informação se apresentasse como muito estereotipada,

determinando que a recolha dos vocábulos relativos a assuntos se pautasse pela exaustividade. Até porque o número de descrições consultadas foi reduzido para uma análise deste tipo.

Deste processo resultou a produção de uma lista de expressões e de termos, na qual não foram admitidos apenas nomes próprios e de instituições, por não caberem num vocabulário de assuntos e palavras cujo sentido se desconhece. Embora não sejam muitos os casos, refira-se, por exemplo, "marcante", que poderá talvez ser um erro de ortografia do vocábulo "marchante", ou "senhor do partido", cujo sentido se ignora. Os termos aceites foram analisados e sujeitos a um controle de autoridades para a consagração de um número limitado de termos que se tornem pontos de acesso efetivo, em que foram seguidos os critérios consignados na *Norma Portuguesa 4.036*. Segundo essa, o controle do vocabulário deve ser aplicado na forma dos termos, na gramática, ortografia, singular ou plural, uso de termos simples ou compostos e controle da sinonímia.

O resultado desta operação traduziu-se numa redução do texto, nomeadamente dos vocábulos usados nas descrições, apresentando-se uma visão econômica do seu conteúdo temático, porque menos prolixo e, por isso, menos extenso. Para isso, contribuíram o controle da sinonímia, eliminação de expressões em texto livre, decomposição semântica e o ignorar dos elementos informativos das notas dos arquivistas que surgem após a sentença.

O recurso à decomposição semântica, em que certas expressões foram re-expressas em elementos mais simples ou termos que as definissem, contribuiu para a diminuição do texto. Embora esta seja uma técnica desaconselhada pela Norma, por poder resultar numa perda de precisão nos termos eleitos, permitiu uma maior uniformização da linguagem utilizada, no caso da consagração de "pena de açoites", preferido a "açoutado publicamente" e "açoitada pelas ruas públicas de Lisboa", de "proprietário", que se preferiu a "vivia da sua fazenda" e "vivia da sua fazenda e agência", de "suspensão das ordens" para "privado para sempre de confessar" e "suspenso para sempre do exercício das suas ordens" ou de "não ter feito confissão completa" convertido simplesmente em "diminuto", termo que também sintetizou a expressão "ter feito confissão diminuta".

Neste último caso, o processo utilizado foi o da supressão de texto tido como acessório que foi substituído, preferencialmente, por unitermos, tidos por fundamentais para a representação dos conteúdos. Situação que se verifica também para "fautoria em bigamia" que passou a ser apenas "bigamia".

Por fim, foram também suprimidos os tempos verbais que se consideraram supérfluos ou, nos casos em que representavam conteúdos válidos, convertidos em substantivos e usados como termos. Assim, por exemplo, "enterro" passou a "enterramento", "instruído" a "instrução, "admoestado" a "admoestação" e "confessar" a "confissão".

De um modo geral, os termos passaram a ser representados na sua forma masculina e no singular, por serem estas as formas habituais em dicionários e vocabulários.

A utilização da forma gramatical no masculino, mesmo no caso das descrições relativas a "acusadas" afetou, sobretudo, os campos relativos ao "Estatuto Social" e "Estado Civil", em que, por exemplo, "cristã-nova" e "solteira" passaram a "cristão-novo" e "solteiro", respectivamente. Mas foram também admitidas exceções de conceitos expressos por termos femininos, como acontece com "mãe", cujo sentido e grafia são substancialmente diferentes do homólogo masculino.

Também o emprego generalizado do singular teve as suas exceções, recorrendo-se ao uso do plural para as partes do corpo em que existem mais do que um em um único organismo, como "ossos", e no caso dos termos compostos, em que o uso familiar ditou a manutenção da forma no plural, sendo estes o casos de "pagamento de custas", "suspensão das ordens", "pena de açoites" e "penitências espirituais", entre muitos outros que podiam ser referidos.

A inclusão de termos compostos num vocabulário controlado é, aliás, uma das questões de resolução mais difícil a que a *Norma Portuguesa 4.036* não consegue dar resposta, embora aconselhe, como regra a ser seguida, a consagração preferencial de termos simples. Apenas nos casos em que se entendeu que a dissociação levaria a uma perda de significado e à ocorrência de falsas associações, no momento da pesquisa, foram admitidas a manutenção de formas compostas, sobretudo as de uso mais consagrado e conhecido, como as citadas anteriormente.

A tendência geral foi a de privilegiar o uso de termos simples para representação dos conceitos, por se entender que oferecem maiores vantagens na pesquisa. Este sistema, designado no contexto de recuperação de informação por pós-coordenação, entendendo-se por coordenação a operação lógica de interceptar dois, ou mais conceitos, de um documento, permite ao utilizador ser ele a estabelecer o relacionamento entre os termos, obtendo assim múltiplas hipóteses de pesquisa. É, pois, um sistema que se caracteriza por uma enorme flexibilidade, mas também pela igualdade dos termos, dado que todos são pesquisáveis, bem como pela versatilidade, permitindo que um mesmo termo seja considerado em diferentes contextos, quando a documentação lhe atribui mais de um sentido.

A opção por termos simples levou a que "vivia de sua fazenda" passasse a "proprietário" e de "homem de negócio" a "comerciante", termo que foi também entendido como sinônimo de "marchante", "tratante" e "mercador".

O controle da sinonímia, em que dentre vários termos homônimos, ou quase sinônimos, optou-se pela utilização de um único termo, foi das situações que mais alterações provocaram. Com efeito, nas descrições dos processos-crime os termos equivalentes parecem ter sido usados indiscriminadamente, o que no momento da pesquisa oferece muitas dificuldades. Citando, apenas um exemplo, caso um investigador esteja interessado em pesquisar os casos de réus acusados de "bigamia" tem de procurar também por "poliandria" e "poligamia", pois nas descrições foram admitidas as três formas.

De um modo geral, no caso de sinônimos ou quase sinônimos privilegiaram-se os termos mais conhecidos pelos pesquisadores. No caso acima referido, a opção incidiu sobre "bigamia", não só por ser de uso mais corrente como mais abrangente, englobando casos de "poliandria" e de "poligamia". De uso mais generalizado é também o substantivo "trabalho", preferido a "ofício" e "ocupação".

Noutras situações a escolha dos termos impôs uma atualização, o que exigiu a substituição de vocábulos com designações bastante diferentes, traduzindo, por exemplo, diferenças culturais da mesma língua, como seja a designação de "lavrador", preferida a "rouceiro", e de "quinta" para "roça", por se entender referirem-se a conceitos semelhantes, mas no último caso sendo mais corrente atualmente no Brasil. Analogamente, substituíram-se termos antigos caídos em desuso por equivalentes atuais, como acontece com "tormento" atualizado para "tortura" e "cárcere" para "cadeia".

Para a atualização e consagração dos termos foi imprescindível, dada a especificidade do vocabulário, a consulta, como se viu, à bibliografia e fontes especializadas, para esclarecimento do exato sentido em que eram usados, nomeadamente do *Regimento de 1640*, o qual legitimou a escolha de "feitiçaria", em detrimento de "bruxaria", "superstição" e "embuste", entendidas como quase sinônimos. No entanto, a consulta foi utilizada com sentido crítico e nem sempre foi determinante para as opções tomadas. Assim, embora os dicionários e estudos especializados consagrem o termo "sambenito" para o "hábito" dos condenados, preferiu-se a consagração deste último, por ser de uso mais corrente. Em alguns casos, foi a opção pessoal que levou à atualização dos termos, como seja o de "relapsia" convertido em "reincidência".

Por fim, refiram-se as situações em que se mantiveram palavras caídas em desuso, por não se ter encontrado qualquer designação adequada, como acontece com o termo "relaxado". Figurando em dicionários com um sentido inteiramente diferente ao que é empregado no contexto da Inquisição, não se encontrou qualquer outra designação que pudesse ser mais facilmente apreendida pelos pesquisadores, optando-se pela manutenção do conceito presente na documentação, referente aos réus entregues à Justiça secular, para lhes ser aplicada a pena máxima.

A aplicação do vocabulário que aqui é proposto às descrições dos processos-crime provocaria alterações significativas, levando, em alguns casos, a uma completa reestruturação do texto. Por exemplo, "impedir o recto Ministério do Santo Ofício" seria reescrito para "impedimento do correto procedimento da Inquisição", sendo este apenas um dos múltiplos exemplos que poderiam ser citados.

Muitas das opções tomadas são reconhecidamente pessoais, dependentes de uma seleção que não está livre de falhas. Fruto de uma atividade intelectual, podem resultar erros como omissões involuntárias de conceitos fundamentais ou de interpretações errôneas sobre o seu verdadeiro sentido, repercutindo-se necessariamente nos resultados obtidos, não estando ausente uma boa dose de subjetividade.

Mas, apesar de que tais riscos possam estar presentes existem, no entanto, limites a esta subjetividade. Desde logo, estabelecidos pelos próprios documentos, no caso, tanto o *Regimento de 1640* como as descrições dos processos-crime consultados. Estando estrategicamente organizados de uma determinada forma, entre as diferentes possibilidades de formação que a língua oferece, os textos criam limites quanto às leituras possíveis e, por conseguinte, à sua representação. Por outro lado, a consulta das normas de apoio, que se apresentam como metodologias de acompanhamento, servem para racionalizar e simplificar métodos de trabalho colocando, analogamente, limites a interpretações subjetivas.

No mesmo sentido, foi também vantajosa a construção de um índice remissivo, no qual constam os termos preteridos que remetem para os termos admitidos na linguagem controlada, por meio da convenção USE. Deste modo, constam no índice os conceitos recolhidos durante a análise das descrições, podendo funcionar como um elemento de controle à subjetividade e, simultaneamente, como uma útil ferramenta de auxílio ao técnico de arquivo no momento da descrição.

A elaboração de um índice remissivo e de um vocabulário controlado podem ser, também, utilizados na construção de uma lista de termos estruturada hierarquicamente e com relações entre si, que pode, e deve, ser o passo seguinte na criação de um vocabulário controlado. No contexto da recuperação de informação, no qual este vocabulário estruturado é designado por Tesauro, uma tal operação oferece inúmeras vantagens no momento da pesquisa, visto cada termo estar organizado em diversas categorias, segundo as noções que representam. Categorias que se caracterizam por ser exaustivas e mutuamente exclusivas, não podendo um mesmo termo ser incluído em mais do que uma categoria, exceto quando utilizado em sentidos diferentes, o que deve ser convenientemente assinalado.

Embora a elaboração de Tesauros seja uma prática corrente em Biblioteconomia, sendo no seu âmbito que foram criadas a *Norma Portuguesa 3015* e *Norma Portuguesa 4036*, aqui seguidas, o panorama em arquivos é completamente diferente. Seja em contexto nacional ou internacional, são raros os casos de construção de vocabulário controlados e estruturados.

A proposta aqui apresentada procura alertar para a viabilidade e utilidade do vocabulário controlado para representação de conteúdos arquivísticos. Procedimento tanto mais candente quanto, no contexto da chamada sociedade do conhecimento, a existência de codificadores/descodificadores semânticos se revela essencial para a qualificação da performance dos sistemas de informação e documentação, sobretudo os assentes em tecnologia Web.

Índice remissivo

"açoutado pelas ruas públicas de Lisboa"	*USE*	Pena de açoites
"açoutado publicamente"	*USE*	Pena de açoites
"embustes, bruxaria e feitiçaria"	*USE*	Feitiçaria
"não ter feito confissão completa"	*USE*	Diminuto

Índice remissivo

"poder confessar"	*USE*	Confissão
"que fazia caixões"	*USE*	Carpinteiro
"que vivia de sua fazenda e agência"		
"regressar ao cárcere do seu convento"	*USE*	Recolhimento religioso
"suspenso para sempre do exercício das suas ordens"	*USE*	Suspensão de ordens
"ter feito confissão diminuta no seu primeiro processo"	*USE*	Diminuto
"vivendo de sua fazenda"	*USE*	Proprietário
"vivia de sua fazenda"	*USE*	Proprietário
Abadessa	*USE*	Abade
Abjuração de leve		
Abjuração de veemente		
Abjuração em forma		
Absolvida	*USE*	Absolvição
Absolvida da instância	*USE*	Absolvição da instância
Absolvida na forma de direito	*USE*	Absolvição na forma de direito
Abuso		
Açoitada	*USE*	Açoitado
Administrador		
Admoestação		
Admoestação em forma		
Admoestado	*USE*	Admoestação
Advogado		
Aguardenteiro		
Alfaiate		
Alferes da Ordenança		
Algarve		
Alvalade		
Angola		
Arpista		
Assistente		
Atafoneiro		
Auto-de-fé		
Auto-de-fé privado		
Autoridade		
Banqueiro		
Barbeiro		
Barqueiro		
Bens sequestrados	*USE*	Sequestro de bens
Bigamia		
Bispado		
Blasfémia		
Brasil		

Índice remissivo

Bruxaria	*USE*	Feitiçaria
Cadeia		
Caixeiro		
Caldeireiro		
Câmara		
Cana		
Capitão de assaltos		
Capitão de infantaria		
Capitão de navio		
Capitão de ordenança		
Capitão-mor		
Cárcere	*USE*	Cadeia
Carpinteiro		
Casada	*USE*	Casado
Casado		
Castela		
Castelhano		
Castelo Branco		
Castro Marim		
Cavaleiro da Ordem de Cristo		
Cerieiro		
Cirurgião		
Clérigo "In Minoribus"		
Clérigo presbitero		
Confeiteiro		
Confessor		
Confisco de bens		
Contratador		
Convento		
Coura		
Cristã-nova	*USE*	Cristão-novo
Cristão-novo		
Cristão-velho		
Cumplicidade		
Cura		
Curtidor		
Degredo	*USE*	Pena de degredo
Descendente		
Donativo		
Elvas		
Embarque		
Engenheiro		

Índice remissivo

Enterramento
Enterro *USE* Enterramento
Entrada
Escravo
Escrivão da almotaçaria
Escrivão da fazenda
Estado
Estudante
Estudante de gramática
Estudante de latim
Excumunhão maior
Exorcismo
Fabricante de panos
Familiar
Fautoria em bigamia *USE* Bigamia
Fé católica
Feitor de fazenda
Forra *USE* Forro
Forro
Galé
Guarda
Guiné
Hábito penitencial
Hábito perpétuo
Homem de negócio *USE* Comerciante
Homem do mar *USE* Marinheiro
Igreja
Impedimento
Impedir *USE* Impedimento
Inquisição
Inquisidor
Insígnias de fogo
Instrução
Instruído *USE* Instrução
Judaísmo
Juiz de fora
Justiça secular
Lavrador
Licença
Licenciado
Mãe
Mandioca

Índice remissivo

Mareante	*USE*	Marinheiro
Marinheiro		
Mazagão		
Médico		
Medidor do Conselho		
Meirinho		
Mercador	*USE*	Comerciante
Mérida		
Mesa		
Mestre		
Mestre de açúcar		
Mestre de meninos		
Mestre de menores		
Mestre em artes		
Milho		
Mineiro		
Ministério	*USE*	Procedimento
Mistérios da fé		
Músico de baixão		
Nação		
Nobre		
Nossa Senhora do Pilar das Congonhas		
Ocupação	*USE*	Trabalho
Oficial de salteiro		
Oficial de sapateiro		
Ofício	*USE*	Trabalho
Oleiro		
Ordem		
Ossos		
Padeira		
Pagamento de custas		
Pai		
Parati		
Parda	*USE*	Pardo
Pardo		
Pena		
Pena arbitral		
Pena de açoites		
Pena de degredo		
Penitências espirituais		
Perjúrio		
Perpétuo		

Índice remissivo

Pescador		
Poliandria	*USE*	Bigamia
Poligamia	*USE*	Bigamia
Porteiro da câmara		
Praça		
Pregador		
Presbitero		
Presbítero secular		
Prestação de contas		
Preta	*USE*	Negro
Preto	*USE*	Negro
Privação		
Privação de cargo		
Privado	*USE*	Privação
Província		
Quinta		
Recto	*USE*	Correto
Reincidência		
Reino		
Relapsia		
Relapsia	*USE*	Reincidência
Relaxado		
Religiosa professa	*USE*	Religioso professo
Religioso		
Religioso professo		
Remissão		
Rendeiro		
Réu		
Rio de Janeiro		
Rio de Prata		
Roça	*USE*	Quinta
Roceiro	*USE*	Lavrador
Sabará		
Sacerdote		
Sacramento		
Sala		
Salário		
Santo Ofício	*USE*	Inquisição
Santos (cidade)		
Sapateiro		
Sargento		
Sargento-mor		

Índice remissivo

Sarjento infante		
Senhor de engenho		
Sentença		
Serralheiro		
Sodomia		
Soldado		
Soldado de cavalaria		
Soldado de infantaria		
Soldado infante		
Soldo	*USE*	Salário
Solicitação		
Solteira	*USE*	Solteiro
Solteiro		
Solto		
Sufrágios religiosos		
Superstições	*USE*	Feitiçaria
Suspensão das ordens		
Taberneiro		
Tenente coronel de cavalaria		
Tenente de cavalos		
Tenente-coronel		
Terra Nova		
Tesoureiro		
Tesoureiro-geral		
Tormento	*USE*	Tortura
Tortura		
Trabalhador		
Tratante	*USE*	Comerciante
Vigário		
Vila		
Viúva	*USE*	Viúvo
Viúvo		
Voz activa		
Voz passiva		

Notas

1) FARINHA, Maria do Carmo Jasmins Dias, *Os Arquivos da Inquisição*, Lisboa, ANTT, 1990.

2) Veja-se o site da Torre do Tombo – [em linha] http://antt.dgarq.gov.pt.

3) RIBEIRO, Fernanda, *O acesso à informação nos arquivos*, Lisboa, FCG/FCT, 2003.

4) *Orientações para a descrição arquivística,* Grupo de Trabalho para a Normalização da descrição em Arquivo, Lisboa, IANTT, 2007 [em linha] http://www.dgarq.gov.pt/files/2008/10/oda1-2-3.pdf

5) Expressão que surge nos própriosprocessos de Inquisição e significa "resistência à atividade dos inquisidores".

6) *Regimento do Santo Ofício da Inquisição dos Reynos de Portugal*, Lisboa, Manoel da Sylva, 1640.

7) Dentre a bibliografia consultada, referida na íntegra na bibliografia em anexo, importa salientar três estudos – BETHENCOURT, Francisco, *História das Inquisições.* Portugal, Espanha e Itália, Lisboa, Círculo dos Leitores, 1994; COELHO, António Borges, *Inquisição de Évora.* Dos primórdios a 1668, II vols., Lisboa, Editorial Caminho, 1987; SARAIVA, António José, *Inquisição e cristãos-novos*, Lisboa, Editorial Estampa, 1985.

8) *Norma Portuguesa 3715. Documentação. Método para a análise de documentos, determinação do seu conteúdo e selecção de termos de indexação*, Lisboa, Instituto Português de Qualidade, 1989.

9) *Norma Portuguesa 4036. Documentação. Tesauros monolingues: directivas para a sua construção e desenvolvimento,* Lisboa, Instituto Português de Qualidade, 1993.

10) *Regimento do Santo Oficio da Inquisição dos Reynos de Portugal*, Lisboa, Manoel da Sylva, 1640.

Bibliografia

Normas

Norma Portuguesa 3715. Documentação. Método para a análise de documentos, determinação do seu conteúdo e selecção de termos de indexação, Lisboa, Instituto Português de Qualidade, 1989.

Norma Portuguesa 4036. Documentação. Tesauros monolingues: directivas para a sua construção e desenvolvimento, Lisboa, Instituto Português de Qualidade, 1993.

Orientações para a descrição arquivística, Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivo, 1ª versão. Lisboa, IANTT, 2006.

Dicionários

HOUAISS, Antônio, VILLAR, Mauro de Salles e FRANCO, Francisco Manuel de Mello (direcção), *Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa*, 6 volumes, Lisboa, Círculo dos Leitores, 2002-2003.

Fontes

Regimento do Santo Oficio da Inquisição dos Reynos de Portugal, Lisboa, Manoel da Sylva, 1640.

Estudos

AITCHISON, Jean, GILCHRIST, Alan e BAWDEN, *Thesaurus construction and use:* a practical manual, 3ª ed. London, ASLIB, 1997.

AMAR, Muriel, "L'indexation aujoud'hui", in *Les dossiers de l'engénerie éducative*, nº 49, (déc.2004), pp.61-65. Disponível em http://www.cndp.fr/archivage/valid/68661/68661-10219-12814.pdf

ARAÚJO, Gilda Maria Lins de e LUNA, Maria José de Matos, *A contribuição da linguística textual no processo de indexação.* Disponível em www.sibi.ufrj.br/snbu/snbu2002/oralpdf/51.a.pdf

ASSUNÇÃO, Paulo de e FRANCO, José Eduardo, *As metamorfoses de um polvo*: religião e política nos Regimentos da Inquisição Portuguesa, Lisboa, Prefácio Editora, 2004.

BETHENCOURT, Francisco, "A Igreja", in *História de Portugal,* III, *No Alvorecer da Modernidade (1480-1620)*, Lisboa, Círculo dos Leitores, 1993, pp.149-164.

BETHENCOURT, Francisco, "Declínio e extinção do Santo Ofício", in *Revista de História Económica e Social*, 20, 1987, pp. 77-85.

BETHENCOURT, Francisco, "Inquisição e controle social", in *História e Crítica*, 14, 1987, pp.5-18.

BETHENCOURT, Francisco, "Inquisição", in *Dicionário de História Religiosa*, (dir. Carlos Moreira de Azevedo), vol.2, Lisboa, Círculo dos Leitores, 2000, pp. 447-448.

BETHENCOURT, Francisco, *História das Inquisições.* Portugal, Espanha e Itália, Lisboa, Círculo dos Leitores, 1994.

CAMPOS, Maria Luiza de Almeida e GOMES, Hagar Espanha (coord.), *Elaboração de tesauro documentário*: tutorial. (jul. 2004) Disponível em http://www.conexaorio.com/biti/tesauro

CARVALHO, Maria Margarida Melo de Carvalho, "O problema da subjectividade na Indexação", in *Cadernos BAD*, Lisboa, 1, 1995, pp.9-40.

COELHO, António Borges, *Inquisição de Évora.* Dos primórdios a 1668, II vols., Lisboa, Editorial Caminho, 1987.

CÔRREA, Lúcia Helena Miranda e THOMES, Janete Lima, "Tesauro CDI – SEBRAE/ES", in *Páginas A&B*, Lisboa, 9, 2002, pp.39-80.

CUNHA, Ana Isabel Canas da, *A Inquisição no Estado da Índia:* (origens 1539-1560*)*, Lisboa, Arquivos Nacionais – Torre do Tombo, 1995.

CUNHA, Celso e CINTRA, Luís F. Lindley, *Nova gramática do português contemporâneo,* 18ª edição, Lisboa, Edições Sá da Costa, 2005.

DENTON, William, *How to Make a Faceted Classification and Put It On the Web*. Disponível em http://www.miskatonic.org/library/facet-web-howto.html.

DOERR, Martin, "Semantic problems of thesaurus mapping" in *Journal of digital information*, vol.1, nº8 (Mar 2001) [em linha] http://jodi.ecs.sotonºac.uk/Articles/vo1/i08/Doerr

FACHIN, Gleisy Regina Bóries e ALARCON, Orestes Estevam, "Sistema de classificação facetada e tesauros: instrumentos para organização do conhecimento", [em linha] http://www.ibict.br/cienciadainformacao/viewarticle.php?id=120

FARINHA, Maria do Carmo Jasmins Dias, *Os Arquivos da Inquisição*, Lisboa, ANTT, 1990.

FAST, Karl; LEISE, Fred; STECKEL, Mike, *Creating a controlled vocabulary* [em linha] http://www.boxesandarrows.com/view/creating_a_controlled_vocabulary

GAMEIRO, Odília, *A representação de conteúdos arquivísticos através de vocabulários controlados. Os processos da Inquisição de Lisboa*, Lisboa, dissertação de Mestrado, 2008.

Guia geral dos fundos da Torre do Tombo, vol. I, Lisboa, Instituto do Arquivo Nacional Torre do Tombo, 1998.

HERCULANO, Alexandre, *História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal*, Lisboa, Bertrand, 1975.

KOBASHI, Nair Yumiko, *Metodologia de construção de tesauros*, Brasília, Semedo Federal, 2003.

LANCASTER, F. W. *Indexing and abstracting n theory and practice*, Illinois, 1991, Universidade de Illinois

LOPES, Ilza Leite, "Uso das linguagens controlada e natural em bases de dados: revisão de literatura", in *Ciências da Informação*, v.31, nº1, janº/abr. 2002. Disponível em www.scielo.br/pdf/ci/v31n1/a05v31n1.pdf

MENDES, Maria Teresa Pinto e SIMÕES, Maria da Graça, "Indexação por assuntos. Princípios gerais e normas", in *Páginas a & b*, Lisboa, 2002.

MENDONÇA, José Lourenço D. de e MOREIRA, António Joaquim, *História dos Principais actos e procedimentos da Inquisição em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1980.

MILES, A.; MATTHEWS, B.; WILSON, M., "Making thesauri work for the semantic web", in NKOS WORKSHOP – Evolving Standard, 2004. Disponível em http://www.glam.ac.uk/soc/research/hypermedia/NKOS-worshop%20Folder/Miles.ppt

NAVES, Madalena Martins Lopes, *Construção de linguagens de indexação*, Belo Horizonte, 2004. Disponível em http://www.finaltec.com.br/oicd/uploads/apostila_construcao_linguagens.doc

PINTO, Virgínia Bentes "Indexação documentária: uma forma de representação do conhecimento registrado" in *Perspect. cienc. inf.,* Belo Horizonte, v. 6, nº 2, p. 223 - 234, jul./dez. 2001 [em linha] http://www.adobe.com/products/acrobat/readstep2.html

PINTO MOLINA, Maria, "Introducción al análisis documental y sus niveles: el análisis del contenido". 2004. Disponível em http://www.dialnet.unirioja.es/servlet/fichero_articulo?codigo=798857&orden=66632, p.328.

RIBEIRO, Fernanda *Indexação e controle de autoridade em arquivos*, Porto, Câmara Municipal do Porto, 1996.

RIBEIRO, Fernanda, *O acesso à informação nos arquivos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian / FCT, 2003.

RIVIER, A., "Construção de linguagens de indexação: aspectos teóricos", *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG,* Belo Horizonte, v.21, nº1, 1992, pp.56-99.

ROCHA, Amélia Sofia Soares *Regimentos da Inquisição portuguesa*: a sociedade, o poder, as mentalidades e a cultura jurídica entre os séculos XVI e XIX, Vila Real, dissertação de mestrado, 2005.

SANTOS, Manuela (org), *Indexação*: terminologia e controle de autoridades, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 2006.

SANTOS, Maria Luísa, *Organização do conhecimento e representação de assuntos*: caminhos para uma efectiva recuperação da informação, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 2007.

SARAIVA, António José, *Inquisição e cristãos-novos*, Lisboa, Estampa, 1985.

(Recebido para publicação em 23/09/2011)

Cultura urbana, linguagem visual e publicidade nas primeiras décadas do Rio moderno

Urban culture, visual language and advertising during the first decades of modern Rio

Laura Martini Bedran
Doutora em Comunicação, programadora visual, profa. adjunta do Departamento de Comunicação da Universidade Federal Fluminense
E-mail: laura.bedran@yahoo.com.br

RESUMO:

Configurada à luz das novas concepções de civilidade e progresso, a cidade do Rio de Janeiro, no início do século XX, direcionou não somente uma nova arquitetura de fluxos, como também, e principalmente, gerou novos comportamentos modelados sob a regência do urbano. Sem negarem tal transformação, as aplicações da arte e da indústria gráfica atuaram como mediadoras entre as classes urbanas em que a linguagem da publicidade surge com desenvoltura e faz uso das características desse novo ambiente para desenvolver uma linguagem dinâmica e inovadora.

Palavras-chave: cidade moderna; Rio de Janeiro; publicidade.

SUMMARY:

Formed in the light of the new concepts of culture and progress, early 20th Century Rio de Janeiro not only led to a new flow architecture, but also – mainly – developed new forms of behaviour governed by urban characteristics. These changes were not disregarded in the field of art and graphics but evolved into applications that were to act as mediators between the urban classes where the language of advertising emerges freely and makes use of the characteristics of this new environment to develop a dynamic and innovative language.

Key words: *modern city; Rio de Janeiro; advertising*

Configurada à luz das novas concepções de civilidade e progresso, a cidade moderna direcionou não somente uma nova arquitetura de fluxos atendendo às necessidades de locomoção do público e ampliação da indústria e do comércio, como também, e principalmente, gerou novos comportamentos modelados sob a regência do urbano. A vida moderna, ao ser mediada por uma experiência sensorial que a cidade passou a promover sobre diversas categorias, cotidianamente inseriu o indivíduo em um turbilhão de novidades, no qual os espaços de consumo e lazer ganharam novas dimensões e materialidades.

O fenômeno de urbanização que, em determinados aspectos e costumes, aproximou diferentes nações, no Brasil, efetivamente, se fará notar somente no século XX com a reorganização da cidade do Rio de Janeiro, inspirada pelo modelo europeu de cidade moderna. O espaço público moderno, como uma nova forma de interação social, foi configurado no Rio de Janeiro nos primeiros anos de 1900, com a intenção de transformar a maior e mais importante cidade do país em uma cidade modelo. A capital federal, remodelada à moda parisiense, introduziu novos hábitos na cidade que, de certo modo, passaram a promover a convivência entre diferentes mundos que caracterizam a multiplicidade urbana. Sentados às mesas dos cafés, que se espalhavam pelas calçadas da nova avenida, grupos conversavam ou simplesmente instigavam-se a observar a vivacidade da rua moderna carioca. O comércio no Centro do Rio de Janeiro passou a ser, notavelmente, cenário da vida elegante da cidade.

À esta visualidade soma-se a energia elétrica que a cidade passou a exibir, vaidosa de seus prazeres. Já na primeira década do século XX, a substituição dos lampiões a gás gradativamente iluminou ruas, vitrines e casas das classes média e alta cariocas (CENTRO DE MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL: 2001). Os melhoramentos no fornecimento de energia foram fundamentais para impulsionar a indústria do entretenimento no Rio de Janeiro, com clubes e associações promovendo eventos esportivos e festas (ARAÚJO, 1993, p. 336). Também as casas de cinema se beneficiaram com as melhorias da iluminação pública. Apesar do encantamento proporcionado desde que surgiu na cidade, no fim do século XIX, somente com o fornecimento de energia adequado às exigências da nova invenção a indústria cinematográfica pôde avançar com a inauguração de diversas salas de exibição (MIRANDA, 1985, p. 92).

Movidos à tração elétrica em diferentes versões, desde os mais populares aos mais sofisticados, com luxuosos forros sobre os assentos, os bondes se modernizaram. Cruzando a cidade, unindo bairros e estreitando caminhos intensificaram o movimento cotidiano do Rio de Janeiro. O automóvel também se tornou um símbolo das mudanças que o novo século trazia ao Brasil moderno; com as melhorias promovidas após a urbanização e a pavimentação das ruas, o aumento do fluxo de veículos logo forçou a elaboração de leis de regulamentação do seu uso.

A fruição do espaço urbano estendia-se ao progresso que estava nas ruas movimentadas pelo comércio, pela elegância dos pedestres, pelos bondes e automóveis em trânsito. Nas ruas cariocas vislumbravam-se as novidades:

> *No burburinho das ruas, homens trajando paletós de casimira clara e usando chapéu de palha, acompanhados de senhoras finamente vestidas com toaletes de nítida inspiração parisiense, desfrutavam os tempos eufóricos da* Belle Èpoque. *Deslumbravam-se diante do novo aparato que incluía equipamentos e objetos de consumo identificados com as marcas do progresso e da modernidade. Telefones, automóveis, elevadores, cinematógrafos, fonógrafos, bondes, iluminação elétrica, vacinas, logo se converteram em motivo de regozijo e até mesmo de reverência solene* (SCHAPOCHNIK, 2004, p. 440).

Para além da praticidade e conforto possibilitados pela locomoção nos novos meios de transporte dentro da cidade, a fruição de uma nova paisagem que se configurou ao olhar, proporcionou subjetividades até então não experimentadas. Uma imagem "desrealizada" (SUSSEKIND, 2006, p. 50), transformada de seu estado natural, passou a intensificar o cotidiano urbano, produzindo no público uma nova percepção, ao mesmo tempo que também ela era capaz de oferecer um novo repertório de referências visuais.

Crary (2004) classifica essa experiência visual nova, percebida nas mudanças alavancadas pelos processos de industrialização e urbanização, como uma modernização do olhar que irá declinar do padrão clássico de observação. Para o autor, as mudanças percebidas nos campos científicos, como a que relaciona a experiência visual atrelada à experiência sensorial, acarretaram novas condições de aplicabilidade de técnicas de manipulação e estímulo:

> *Uma vez determinado o fato de que a verdade empírica da visão situava-se no corpo, os sentidos – e a visão em particular – puderam ser anexados e controlados por técnicas externas de manipulação e estimulação. Essa foi a conquista histórica da ciência da psicofísica nos meados do século XIX – sobretudo o trabalho do cientista-filósofo Gustav Fechner – que tornou a sensação mensurável e firmou a percepção humana no domínio do quantificável e do abstrato. A visão, assim, tornou-se compatível com muitos outros processos da modernização.*(CRARY, 2004, p. 68).

Sobre as modernizações impostas ao olhar nas paisagens das cidades modernas, Nelson Brissac Peixoto (2003) também faz referências à formação de um novo observador:

> *Surge um "observador ambulante", formado pela convergência de novos espaços urbanos, tecnologias e imagens. Deixa de existir a própria possibilidade de uma postura contemplativa. Não há mais um acesso único a um objeto, a visão é sempre múltipla, adjacente, sobrepondo outros objetos. Um mundo em que tudo está em circulação. [...].*

A pluralidade de vistas foi condição para a formação de um observador competente para assumir as vastas quantidades de imagens e informações que começavam a ser postas em circulação no século XIX (PEIXOTO, 2003, p. 97-98).

Se a cidade moderna insere o indivíduo em um turbilhão de novidades, fazendo do seu cotidiano uma experiência que perpassa o sensorial, é preciso que ela invente também uma maneira de dialogar com esse indivíduo nessas mesmas condições instauradas pelo urbano. Aos olhos da cidade moderna, a multidão anônima foi transformada em público, e convergiu para si uma linguagem tão ágil e estimulante quanto o seu cotidiano. A indústria gráfica, com seus aprimoramentos técnicos, exerceu um papel fundamental na inter-relação das classes urbanas. O desenvolvimento da cultura impressa, acrescida da reprodução de imagens, tornou-se um forte diferencial na linguagem visual do século XX.

Mesmo a fotografia, que já circulava, desde o século XIX, com relativa naturalidade nas famílias brasileiras sob a forma de retratos, com as inovações técnicas do novo século passa a incorporar qualidades diferentes de representação. A possibilidade técnica de conversão da imagem fotográfica de tom contínuo em imagem impressa a meio tom, através dos processos gráficos em evolução, promoveu uma grande popularização da fotografia disseminada sobre os meios impressos da época. E, principalmente, com essa possibilidade, observa-se uma ampliação dos usos da fotografia até então utilizados. Mais claramente, quando em 1900 as primeiras fotos foram impressas na *Revista da Semana*, por meio do processo gráfico denominado fotogravura, elas absorveram para si novas características como efemeridade e cotidianidade, atributos antes relacionados aos jornais e revistas, diminuindo assim o seu caráter perene, um traço marcante do uso anterior relacionado aos retratos de família (SUSSEKIND, 2006, p. 72).

Os cartões postais ilustram outra aplicabilidade da fotografia como linguagem visual. Se, por um lado, as imagens fotográficas impressas sobre os pequenos cartões ofereciam a redução de uma realidade, por outro, ampliavam o conhecimento sobre um determinado tema, incitando desejos e o imaginário, ao se mostrarem como "um convite à viagem, uma prenda delicada àqueles que estão distantes; imagens cuidadosamente escolhidas servem de moldura a juras de amor, reiteram plasticamente laços de amizade, perplexidade e encantamento" (SCHAPOCHNIK, 2004, p. 424).

E não só paisagens eram retratadas. Nos postais, estava também a elite, o povo, os artistas, o comércio, os políticos e o corpo feminino desnudo – uma ousadia para a época. Os postais instigaram a população a colecioná-los. Muitas vezes, autografados ou não, traduziam na prática uma espécie de grande álbum, contendo um vasto repertório de imagens disseminadas pelas inovações e técnicas do novo século. A imagem da cidade moderna e civilizada impõe-se traduzida sobre os postais:

> *Uma outra série de postais se integrava num tempo que poderia ser denominado de futuro do presente, isto é, configuravam-se em imagens que deveriam ser consumidas como o novo cenário da cidade remodelada. Não por acaso, muitas das fotos registradas por Augusto Malta, fotógrafo oficial da administração Pereira Passos, foram convertidas em cartões-postais que projetavam e potencializavam simbolicamente o desejo de fixar o*

> *perfil modernizado do Rio de Janeiro e de seus habitantes* (SCHAPOCHNIK, 2004, p. 443).

Apesar disso, curiosamente, muitas dessas imagens tentavam resgatar, já naquela época, ruínas, com registros fotográficos de prédios antigos, casarios sem futuro e trabalhadores informais, como ambulantes com seus pés descalços "salvando dos escombros uma realidade que se esvaía sob o tempo do presente do pretérito [...] que atestava a irreversibilidade do processo vivido na cidade" (SCHAPOCHNIK, 2004, p. 441).

A irreversibilidade da realidade moderna transpassada mudou gradativamente a imagem da cidade, onde uma nova visualidade era demarcada por meio de novos sinais refletidos. Com cidade e sociedade urbana em expansão, a cultura de consumo passou a ocupar lugar de destaque no cotidiano. As casas comerciais com suas entradas abarrotadas de mercadorias em exposição, características do início do século, aos poucos perdem a cena para as vitrines ornamentadas e produzidas, exibidoras de produtos e marcas que começavam a se impor no mercado em expansão. A potencialização da imagem é assistida sobre diferentes modalidades do cotidiano urbano.

Quando as modernizações da indústria gráfica, na virada do século, no Rio de Janeiro, remodelaram a imprensa tradicional, o mercado editorial foi acrescido das revistas semanais, mudando o tom da imprensa no país. Os diversos públicos que, de alguma maneira, foram ensaiados nos vários periódicos que circularam ao longo do século anterior, vêm à tona com maior clareza na grande diversidade de revistas literárias, de entretenimento, femininas, ou infantis:

> *Se os jornais marcaram o nosso período anterior, nascidos muitas vezes da luta política, saindo e se multiplicando, fechando e sendo substituídos, criando esse clima de participação que foram as últimas décadas abolicionista e republicana, 1900 muda a tônica da imprensa para as revistas semanais, ilustradas. E nelas se vê uma nova atmosfera. Agora é o instante da crônica social, da charge e do soneto. Os homens do governo não são mais atacados, são alvo de sátira; os fatos do dia não se traduzem em notícia, mas vêm no leve comentário; e com as rimas, que tomam largo espaço, não há um menor fascínio pela Academia. Tempo de Bilac, das fotos de senhorinhas, dos ecos parisienses. Sustentando isso tudo, principia uma propaganda regular* (RAMOS, 1987, p. 21-22).

Assim como as revistas e os jornais ganharam cotidianidade com a crônica social, a fotografia impressa, a charge e o humor, também a atividade da publicidade, a partir desse momento, passou a ser uma produção intensificada por uma linguagem muito mais interativa com o leitor. A redação por rimas, a ilustração a cores e o planejamento do anúncio de acordo com o seu suporte passaram a integrar a comunicação publicitária, que começou a se profissionalizar com o trabalho de artistas gráficos e poetas.

Conhecidos do público no século XIX, os anúncios que se expressavam em um tom pessoal e reproduziam uma linguagem estritamente informativa como "aviso", "atenção" ou "vendo uma casa..." já não atendiam à nova cidade. A propaganda que se espalhou sobre os vários impressos do novo século apropriou-se da modernidade vivenciada e introduziu uma nova técnica de redação, com uma linguagem que passou a propor diálogos criativos com o público. Sussekind (2006) analisa que o tom pessoal encontrado nos anúncios publicados no século XIX não expressava o novo comportamento vivenciado nas cidades que cresceram:

> *Há uma intimidade que parece indicar da parte do anunciante ser ele capaz de delimitar com alguma precisão aqueles com quem falaria no seu aviso. Situação que se transborda radicalmente quando aparecem os reclames impessoais, as firmas encarregadas de veicular anúncios, os primeiros profissionais de propaganda. Aí já não é mais o próprio interessado quem redige o seu anúncio. E nem o público, agora difuso, dos jornais, panfletos, e cartazes citadinos permitiria propagandas ao pé do ouvido. Assiste-se, assim, aos primeiros passos de uma "indústria do reclame"* (SUSSEKIND, 2006, p. 61).

A sedução das mensagens foi aperfeiçoada por uma linguagem criativa, oferecida com muita habilidade através da redação de grandes escritores nacionais. Se com a imprensa jornalística muitos homens de letras do país já haviam encontrado certa "notoriedade, em primeiro lugar; e um pouco de dinheiro, se possível" (SODRÉ, 1999, p. 292), o aumento das mercadorias em circulação impulsionou o ofício que, mais claramente, não negava o seu caráter mercantil:

> *Muitos dos homens de letras mais conhecidos do Brasil de inícios do século XX não hesitaram em aceitar o papel de homens-sanduíche também. Bilac, Emílio de Meneses, Hermes Fontes, Bastos Tigre são alguns dos que mergulharam de cabeça na redação de quadrinhas e sonetos de propaganda.*
>
> *O caso de Bastos Tigre, dentre eles, é especialmente significativo. Era dos anúncios que tirava, muitas vezes, seu sustento, chegando inclusive a montar um escritório – Publicidade Bastos Tigre – em que atendia aos mais diversos anunciantes: Confeitaria Colombo, Cafiaspirina Bayer, Cigarros York, Magazine Notre Dame; Drogaria V. Silva, Cervejaria Fidalga* (SUSSEKIND. 2006, p. 63).

Bastos Tigre teve uma produção intensa que atravessou gerações. São de sua autoria o objetivo *slogan* "Se é Bayer é bom", e também os tão famosos "versos-reclame para o Rhum Creosotado: 'Veja ilustre passageiro / O belo tipo faceiro / Que o senhor tem ao seu lado / No entanto, acredite / quase morreu de bronquite: salvou-o o Rhum Creosotado" (SUSSEKIND, 2006, p. 63).

A linguagem lúdica que a publicidade da época passa a apresentar é notada especialmente neste anúncio do Rhum Creosotado, veiculado através de cartazes fixados

nos bondes, em que o título põe personagens fictícias em interação com o leitor. As referências acumuladas na experiência do público começam a compor o repertório criativo dos reclames.

Já nessa época, a publicidade caracterizou-se como uma linguagem de apropriação de espaços, em que a cidade é o suporte. Não à toa, os bondes foram apropriados pelos cartazes de propaganda. Inseridos no cotidiano urbano carioca, os bondes elétricos uniam o centro ao subúrbio e aos bairros a beira-mar. Transportavam seus passageiros não somente ao trabalho, mas aos estudos, às compras, ao lazer. Os diferentes tipos de carros atendiam às diferentes classes sociais. A condição inovadora de reunir estranhos de forma tão próxima muitas vezes extrapolava os domínios da privacidade e proporcionava momentos de descontração. Os bondes travaram com o público carioca uma intensa relação, que superou os conflitos causados pelos constantes atrasos no decorrer dos anos em que circularam. Incitou personagens que povoaram o imaginário carioca, como o motorneiro, o condutor, o fiscal, inspirando composições e expressões populares como a máxima: "tudo na vida é passageiro menos o condutor e o motorneiro". E, tendo a linguagem da publicidade uma das características que a fazem eficaz – o alinhamento com as questões da atualidade, com o objetivo de trazer para o cotidiano o produto/marca, colocando-o próximo do consumidor –, nada mais propício do que o uso do bonde como suporte da mensagem publicitária, em razão da sua cotidiana presença na vida do carioca.

Os bondes comportavam dois tipos de anúncios, os fixados do lado de fora e os fixados nas paredes internas. Os cartazes que eram fixados nas paredes internas produziam uma atividade sensorial interessante e inédita nos usuários. Os versos do famoso Rhum Creosotado, já comentados aqui, brincavam com o "ilustre passageiro" e o imaginário cavalheiro ao seu lado. Os relatos das lembranças da infância de Zélia Gattai e suas irmãs, recolhidos por Sevcenko (2004), atestam a grande popularidade que os anúncios fixados nos bondes adquiriram. Ela lembra com clareza que, junto a suas irmãs, durante a viagem, participava do jogo interativo proposto pela comunicação dos anúncios, que era capaz de encurtar as distâncias percorridas e distrair da canseira de se viajar de pé. Os versos-reclame eram lidos e repetidos pelas crianças em brincadeiras em voz alta e causavam admiração e graça também nos passageiros. O autor comenta que o ambiente interno do bonde criava, muitas vezes, o espaço propício à observação e à distração do olhar. O isolamento do indivíduo em busca de sua privacidade em meio ao espaço público, absorto em seus pensamentos, era o campo explorado pela comunicação:

> *Isolar-se na privacidade significava em geral absorver-se no silêncio das próprias reflexões ou, na falta delas, do mero tédio. Era dessa disponibilidade da imaginação que a publicidade carecia, captando-a com truques sensoriais, cativando-a pelas promessas e seduzindo-a pelo desejo* (SEVCENKO, 2004, p. 552).

Por sua vez, os anúncios em exposição na parte externa dos bondes produziam a dinâmica da leitura em movimento e carregavam as mensagens de um canto a outro da cidade, repetidas vezes, fixando-as na memória visual dos leitores.

Os anúncios ilustrados eram, em sua maioria, desenhados pelos profissionais das artes gráficas da imprensa carioca, como Julião Machado, Raul Pederneiras, K. Lixto e J. Carlos. Como jornalistas caricaturistas, afinados com o noticiário do país, trouxeram à linguagem dos anúncios uma associação inusitada entre os mais célebres homens da política da época e esdrúxulas mercadorias:

> *Afonso Pena, barão do Rio Branco, Pinheiro Machado são nomes diretamente associados a produtos, em charges e diálogos que dão quase testemunhos. A caricatura é uma dominante, frisa o clima de circunstância, empresta à propaganda uma inflexão bem-humorada* (RAMOS, 1995, p. 26).

Segundo Ramos, é bastante liberal o uso da imagem dos políticos mais conhecidos em diálogos em "tom de glosa", com humor, trazendo para a linguagem uma irreverência alegre, e até mesmo, ingênua:

> *Imagine-se o presidente da República, visto no traço de um desenhista popular, fazendo as referências mais elogiosas aos artigos de uma loja qualquer. Ou posando com seus ministros, diante de um grande bazar, todos vestidos de quimono, com chapéu de bico e cheios de embrulhos, dizendo que acabaram de fazer compras fabulosas. É isso que acontece com Afonso Pena, em 1909, e vem nas páginas de Fon-Fon [...]*
>
> *Há muitos outros exemplos que seguem de 1909 até por volta de 1918, utilizando as personalidades mais em voga de cada fase. É Rodrigues Alves, é Campos Sales. Falando neste, há uma quadrinha famosa, atribuída a Olavo Bilac, e que Pedro Nunes afirma ter o poeta ganho 100$000 para escrever: "Aviso a quem é fumante / Tanto o Príncipe de Gales / Como o Dr. Campos Sales / Usa Fósforos Brilhante* (RAMOS, 1995, p. 27).

Decerto que, no Brasil, de início a ilustração apropriada para fins comerciais aproximou-se com mais afinidade dos desenhistas da imprensa que já vinham, há alguns anos, desenvolvendo uma linguagem com o mercado da imagem impressa. Mas alguns esboços mostram que certos acadêmicos do início do século também foram solicitados e investiram nesse campo. Em 1909, Henrique Bernardelli apresentou um estudo, em técnica de aquarela sobre papel, para reprodução do convite-programa de inauguração do Teatro Municipal do Rio de Janeiro. Eliseu Visconti, em 1920, apresentou uma ideia em técnica de aquarela e guache sobre papel, para um cartaz de propaganda da Companhia Antarctica do Rio de Janeiro. Os dois artistas, tendo imigrado para o Brasil ainda no século XIX, são considerados grandes pintores nacionais. Foram mestres da Escola Nacional de Belas Artes e alcançaram o reconhecido valor por suas obras no período em que viveram. Bernardelli, entre outras obras, assina os painéis decorativos do Museu Nacional de Belas Artes, Teatro

Municipal do Rio de Janeiro e Biblioteca Nacional; e Visconti, além dos seus iluminados retratos de paisagens com influência impressionista, é considerado um precursor do *design* brasileiro, por seus desenhos aplicados aos selos, papéis de parede, cartazes e luminárias.

Talvez os estudos apresentados pelos dois artistas consagrados na época não tenham passado de projetos, e isso denota, de alguma maneira, dificuldades no período estudado em relação ao conceito de arte e às manifestações populares da imagem impressa. Enquanto em alguns países da Europa, desde o século XIX, o aperfeiçoamento da litografia promoveu um estreitamento entre a arte aplicada para fins comerciais e os cartazes de propaganda assinados por artistas consagrados como Toulouse Lautrec, nota-se que, no Brasil, principalmente as limitações da indústria gráfica, associadas a uma economia ainda em formação, retardaram o desenvolvimento da imagem comercial impressa como imagem artística. Neste aspecto, as capas das revistas que circularam intensamente nas duas primeiras décadas – pioneiramente, *Revista da Semana*, em 1900, seguida por *O Malho, Fon-Fon, Careta*, entre outras – foram um suporte economicamente viável para a produção de uma imagem-arte aplicada às técnicas de reprodução com capas ilustradas, cuidadosamente impressas, exigindo o minucioso trabalho de seleção de cores dos litógrafos e impulsionando o desenvolvimento da linguagem gráfica no Brasil.

Nessa época, os cartazes impressos faziam uso, em sua maioria, do desenho como ilustração do anúncio e, raramente, a composição incluía a fotografia através do uso de clichês. As composições mais bem produzidas, desenhadas com apuro para impressões litográficas coloridas, limitavam-se a uma pequena tiragem, em razão do alto custo exigido e ao longo tempo despendido. Quando reproduzidos graficamente em altas tiragens, eram impressos ainda sobre uma folha apenas, porém, muitas vezes, já eram exibidos colados lado a lado, com o objetivo de intensificar a mensagem por meio da repetição. A cidade, em crescimento urbano, repleta de tapumes, estava propícia ao lambe-lambe, como era chamado esse tipo de cartaz.

O conceito de publicidade – o que torna público – urge na dimensão da necessidade de expansão de mercadorias, modos, saberes, cultura, entretenimento. Ele se faz presente sobre os mais variados suportes e das mais diversas maneiras. A propaganda que adentra o século XX, por meio dos versos-reclame e do traço jocoso dos caricaturistas nos jornais e revistas, torna-se muito mais ampla, pois introduz uma linguagem que busca dialogar com os suportes, criando espaços de propaganda. O próprio conceito de embalagem adquire novas dimensões; os produtos, que tiveram uma expressiva expansão com o novo mercado demandado das cidades, passam a exibir uma embalagem que deixa de ser apenas um invólucro da mercadoria para assumir o papel de propaganda do produto, com ilustrações e desenhos de letras com maior apelo persuasivo. Alguns produtos também se tornam suportes para a propaganda de terceiros, como no caso de baralhos e caixas de fósforos:

> *Ganhar dinheiro fazendo reclame era uma idéia definitivamente instalada na virada do século, assim como desenvolver embalagens atraentes, conforme se depreende dos registros de patentes de invenções da época. Pedia-se o privilégio de invenção para utilizar o Biombo Anunciador, um aparelho para fixação de anúncios. Ainda no período, há vários pedidos de registro referentes a embalagens para cigarros, fósforos e charutos, como também relativos a invenção de processos para fazer propaganda em baralhos, caixas de fósforos e até através de um sistema de anúncios ambulantes. Não propriamente ambulantes, mas certamente móveis seriam os reclames colocados nos bondes* (...) (CAMARGO, 2003, p. 66).

A indústria farmacêutica também teve uma intensa atuação na produção de anúncios, são muitos os remédios anunciados para a cura de diversos males. Segundo Sevcenko (2004), a acentuada ênfase dada aos remédios, com tantos anúncios divulgados, pôde se dar em virtude das novas condições de vida, muito mais aceleradas, concorridas, individualistas; situações indicadoras de indisposições somatizadas que os laboratórios logo se dispuseram a suprir.

Até a segunda década, as gráficas, que eram chamadas de "casas de obras", confeccionavam de tudo – jornais, revistas, folhetos, rótulos, etiquetas, cartazes – e propagavam o ofício em escolas, formando profissionais (CAMARGO, 2003). A propaganda passou a ser uma linguagem cotidiana e se distribuiu pelos mais variados suportes, consolidando a sociedade de consumo que emergiu como uma das urbanidades geradas pela cidade moderna. A cidade efervescente urgia por reclames de toda a forma. A rua, com seu intenso fluxo e circulação de pessoas, ofereceu o ambiente propício à linguagem da publicidade: saindo dos jornais e revistas, espelhou o urbano por sobre os muros, tapumes, vitrines, bondes, placas protetoras de canteiros e, também, homens-sanduíche.

Recorro a João do Rio que, especialmente por intermédio de uma de suas crônicas publicadas em 1911, "O reclamo moderno" (RIO, 2005, p. 61-64), retrata com clareza o quanto a nova cidade inflamou os arautos de todo e qualquer feito ou gente. O autor ainda lança uma visão ácida sobre os líricos que se entregaram a este ofício:

> *O reclamo! É preciso dar na vista, chamar a atenção. Foi-se o tempo da frase: "A boa qualidade impõe-se". Não há boas qualidades: há reclamo, a concorrência; a intensidade reclamo do rumor. Todos nós estamos à porta de uma barraca de feira, ganindo a excelência dos nossos produtos. Liricamente magoado, ouvira durante meia hora a palavra entusiasmada do poeta Pedreira, que se fizera agente de anúncios e cheio de dinheiro desprezava agora os alexandrinos e os outros poetas. [...]*
>
> *O reclamo é o rochedo a que se agarram os salvados do desastre. O reclamo gritado, estridente, reclamo que é às vezes mentira, que é às vezes inconveniência, que chega a ser calúnia, mas que faz aparecer na mente alheia, com a brutalidade de um prego entre os olhos, o nosso nome, o nosso feito, a nossa ação individual* (RIO, 2005, p. 61-62).

Nesta crônica, João do Rio expõe muitas possibilidades negativas que se podem atribuir à força da linguagem da publicidade – o seu caráter invasivo e inconveniente; o engodo, a mentira – e de maneira astuta vai além dos males atribuídos restritamente ao produto ou serviço em si, enxergando a abrangência da linguagem da publicidade nos primórdios da sociedade do espetáculo, nos anos 1910.

Quando, no fim da década de 1920, Paulo Mendes de Almeida publica um livro de poesias intitulado *Cartazes* e ilustra a capa com uma composição de logotipos das marcas mais expressivas da época, fica flagrante a inserção da linguagem da publicidade no cotidiano urbano. No prefácio, o autor sente a necessidade de explicar ao seu público a razão da transgressão de imagens em que une a poesia e reclames:

> *Pois é...*
>
> *Ora vejam só que coisa horrível! Anúncios na capa de um livro de versos! Pois é... Não é horrível, não. Versos publicados, o que são senão propaganda das emoções sentidas? Cartazes, cartazes...*
>
> *Haverá quem não goste de olhar os cartazes? É lindo! Os nomes dos produtos cantados pelo alto-falante das cores! E nas cidades modernas, o conjunto de todas essas vozes, de todos esses gritos de fé, na sua harmonia bárbara, bárbara como o canto dos motores de 200 H.P., é um hino vibrante cantado ao progresso pelo frontispício dos prédios!*
>
> *A época é dos cartazes. Vencerá quem tiver cartazes mais bonitos. Chamo os meus versos de "cartazes" [...]* (ALMEIDA, 1928, p. 3).

E, no poema que dá nome ao livro, expressa o vigor da linguagem publicitária que invadiu as ruas nas primeiras décadas do século, com anúncios em busca de donos que captassem suas mensagens lançadas pela cidade:

> *O REI DOS AUTOMÓVEIS!*
> *O MELHOR CHOCOLATE!*
> *A PRIMEIRA ÁGUA DE MESA!*
> *HOJE! HOJE! O GRANDE FILME "ALI-BABÁ"!*
> *E no turbilhão da grande avenida,*
> *perdido entre a multidão,*
> *o ouvido ressoante do ruído intenso,*
> *vendo o apaga-e-acende dos cartazes luminosos,*
> *fico a pensar na inutilidade do reclame...*
> *Se há tantos anos,*
> *sem o menor resultado,*
> *eu trago aceso, em grandes letras luminosas,*

este cartaz berrante, nos meus olhos:

Mulheres! Atenção!

Peçam prospectos!

Eu vos dou quase grátis

O primeiro, o melhor dos corações! (ALMEIDA, 1928, p. 5).

Durante as primeiras décadas do século XX, a cidade do Rio de Janeiro estendeu urbanidades como cidade capital, refletora da modernidade para o país. Entre as urbanidades geradas, uma nova linguagem visual se destacou e se desenvolveu sobre diferentes suportes. Quer na comercialização de produtos, quer na divulgação de eventos, a linguagem publicitária explorou a visualidade de cidade moderna como suporte, inserindo informações que buscaram, através de uma peculiar sedução, diálogos com o público. Sobre jornais e revistas, colados sobre tapumes e muros; pintados sobre fachadas de lojas e prédios; ou circulando sobre tabuletas, homens-sanduíche e bondes – os anúncios divulgaram o lazer, promoveram o consumo e espelharam a visualidade da cidade moderna que, para além de seus domínios, expandiu subjetividades.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Paulo Mendes de. Cartazes. *São Paulo: Livraria Liberdade, 1928.*

ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. *A vocação do prazer:* a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

CAMARGO, Mário de. *Gráfica*: arte e indústria no Brasil, 180 anos de história. São Paulo: Edusc; Bandeirantes, 2003.

CENTRO DE MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. *A vida cotidiana no Brasil moderno*: a energia elétrica e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro, 2001.

CRARY, Jonathanº A visão que se desprende: Manet e o observador atento no fim do século XIX. In: CHARNEY, L.; SCWARTZ, V. (Org.). *O cinema e a invenção da vida moderna.* São Paulo: Cosac Naify, 2004. cap. 2, p. 67-94.

MIRANDA, Orlando P. *A era dos bacharéis*. 1ª parte. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

PEIXOTO, Nelson Brissac. *Paisagens urbanas*. São Paulo: Senac, 2003.

RAMOS, Ricardo. *Do reclame à comunicação*: pequena história da propaganda no Brasil. São Paulo: Atual, 1987.

RIO, João do. O reclamo moderno. In: GOMES, Renato Cordeiro. *João do Rio por Renato Cordeiro Gomes*. Rio de Janeiro: Agir, 2005. (Coleção Nossos Clássicos).

SCHAPOCHNIK, Nelsonº Cartões postais, álbuns de família e ícones da intimidade. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da vida privada no Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras, 2004. v. 3. cap. 6, p. 423-512.

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da vida privada no Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras, 2004. v. 3. cap. 7, p. 513-620.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil.* Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SUSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de letras*: literatura, técnica e modernização no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

(Recebido para publicação em 11/02/2011)

De caixeiro a barão: trajetória de um comerciante português no Rio de Janeiro oitocentista*

From shop assistant to Baron: the trajectory of a Portuguese shopkeeper in 19th Century Rio de Janeiro

Ana Pessoa
Doutora em Comunicação e Cultura, arquiteta,
pesquisadora da Fundação Casa de Rui Barbosa.

RESUMO:

Esboço biográfico do comerciante português Bernardo Casimiro de Freitas, retratando sua trajetória de jovem caixeiro a capitalista na Corte imperial, como contribuição ao estudo das elites comerciais e à contextualização da propriedade que hoje abriga o Museu Casa de Rui Barbosa, conjunto protegido pelo Iphan.

Palavras-chave: colônia portuguesa; expansão urbana; Rio de Janeiro imperial

SUMMARY:

A biographical sketch of the Portuguese shopkeeper Bernardo Casimiro de Freitas, describing his trajectory from young shop assistant to merchant trader in the Imperial Court, as a contribution to the study of the merchant elite and the contextualisation of the property that currently houses the Casa de Rui Barbosa Museum – preserved by the National Historic and Artistic Heritage Institute (IPHAN).

Key words: *portuguese colony; urban expansion; imperial Rio de Janeiro*

* Este artigo contou com a colaboração das bolsistas de Iniciação Científica Gabriela Miranda e Priscila Santos, do Programa de Incentivo à Produção do Conhecimento Técnico e Científico na Área da Cultura da FCRB.

Foi no fim de 1849, no 2º. Ofício de Notas, que Bernardo Casimiro de Freitas assinou, com caligrafia bem desenhada, a escritura de compra de benfeitorias de terreno situado no número 66 da rua São Clemente, na freguesia de São João Batista da Lagoa. A transação, no valor de sete contos de réis, se deu com o comerciante José Fortunato da Cunha. Por desígnios do destino ou, quem sabe, calculada coincidência, o documento foi lavrado a 22 de novembro, dia de Santa Cecília, quando Bernardo completava 36 anos.

Principal centro político e econômico do Império, o Rio de Janeiro presenciara um intenso crescimento populacional ao longo dessa quadra do século e já contava, segundo recenseamento de 1849, com 205.906 habitantes, dos quais 30% eram escravos. Com esse crescimento, as camadas mais abastadas da população tendem a deixar as freguesias centrais para atividades profissionais e instalarem-se nas novas áreas residenciais surgidas dos loteamentos nos arrabaldes da cidade.

A freguesia da Lagoa, já servida de linha de *omnibus* e barcas a vapor, ganharia um grande número de novos moradores, atraídos pelos loteamentos de áreas agrícolas, nas cercanias da enseada de Botafogo, ladeada por antigas chácaras de recreio, sob as vistas do Pão de Açúcar e emoldurados pelo Corcovado.

Este artigo contextualiza a implantação dessa propriedade da rua São Clemente, que abriga hoje o Museu Casa de Rui Barbosa, apresentando a trajetória social e econômica do comerciante português Bernardo Casimiro de Freitas.

A partida

Bernardo Casimiro de Freitas nasceu em 1813, oitavo dos nove filhos de Casimiro de Vilar e de Ana Casimiro de Freitas, na freguesia de S. Nicolau, zona ribeirinha e medieval da cidade do Porto**(1)**. A cidade era o principal ponto de recrutamento e embarque de jovens caixeiros do Norte de Portugal, onde predominava uma "cultura da emigração". Essa corrente emigratória era embalada na promessa de um futuro melhor além-mar, e na crença moral de que o trabalho árduo e a ausência seriam recompensados com o sucesso econômico dele e dos seus, recobrindo a partida de afeto e compromisso familiar. Segundo o costume, Bernardo deve ter partido antes dos 14 anos, para fugir ao recrutamento militar; provavelmente sabendo ler, escrever e contar e, certamente, apoiado nos elos entre os negociantes do Porto e do Rio de Janeiro, que envolviam não só relações creditícias, como também familiares e regionais.

Acolhidos por parentes ou conterrâneos, os jovens caixeiros como ele recebiam casa, alimentação e os ensinamentos rudimentares da atividade comercial, em troca de uma jornada extenuante, sem folga na semana, e de submissão e respeito filiais, e assim se engajavam na carreira do comércio.

A atividade comercial envolvia larga parcela da sociedade da Corte e se organizava segundo um variado escalonamento entre varejistas e atacadistas, envolvendo homens

livres e escravos. Os varejistas e os proprietários de casas de pasto eram quase todos portugueses, que atuavam também no comércio em grosso, onde se destacavam os ingleses, enquanto franceses e italianos dominavam os hotéis, restaurantes e confeitarias, dividindo os ingleses e alemães o domínio das indústrias técnicas (BELTRÃO, 1935, p. 30).

Os negociantes de grosso, ou homens de negócios, movimentavam grandes somas, mantinham escrita mercantil organizada por caixeiros e guarda-livros habilitados pelas aulas de comércio, e eram matriculados na Junta de Comércio, cujo ingresso exigia "ter reputação ilibada e comprovar uma reserva financeira capaz de garantir seus clientes contra os riscos dos negócios" (CALDEIRA, 1995, p. 70).

Os homens de negócios portugueses vinham de prestigiosa linhagem, cuja tradição remontava ao período pombalino, quando foram importantes agentes econômicos e políticos. Na segunda metade do século XVIII, o domínio português do tráfico no Atlântico Sul permitiu que os comissários instalados na Colônia ampliassem o espectro de sua atuação a diversos segmentos: no grande comércio, no financiamento e fornecimento da mão de obra escrava e na aquisição de propriedades imóveis, urbanas e rurais. Durante a permanência da Corte no Rio de Janeiro, ampliaram seus negócios e vivenciaram um período de conquista de riqueza, títulos e prestígio, quando estabeleceram alianças, através de casamentos com membros da nobreza, da administração e proprietários de terras e escravos. Participaram do movimento da Independência, apoiaram o imperador, mas afastaram-se do centro de poder quando foram prejudicados pelos acordos comerciais firmados com as nações que haviam reconhecido a Independência.

A predominância portuguesa no comércio das principais cidades brasileiras e a preferência dada aos patrícios na ocupação dos postos do comércio, uma das poucas funções possíveis para os homens livres, provocava profundo ressentimento dos brasileiros, gerando grandes conflitos e um sentimento de antilusitanismo que recrudesceria de tempos em tempos, até mesmo na República (MARTINHO, 1993, p. 117). Como jovem caixeiro, Bernardo possivelmente presenciara, em março de 1831, os dias de violência nas ruas da freguesia da Candelária, episódio conhecido como "Noite das Garrafadas", entre portugueses adeptos de D. Pedro I e brasileiros liberais, franca demonstração desse antagonismo. Essa oposição se estenderia também à imagem do caixeiro na literatura e no teatro da época, onde ele seria quase sempre apontado como ambicioso, arrogante com seus subordinados, adulador em relação ao patrão e pouco honesto nos negócios**(2)**.

A ascensão na carreira era galgada pela dedicação e habilidade no comércio, chefiados pelos primeiros caixeiros e guarda-livros, que poderiam vir a fazer sociedade ou a participar das atividades de seus patrões. Ainda que se reunissem em associações de apoio mútuo e sociedades beneficentes para defesa de seus interesses, não deixavam de estar ligados aos patrões, cujos valores adotavam, e de nutrir a expectativa de ter o seu próprio negócio e serem seus próprios patrões. Essa mobilidade social estabeleceu uma ética própria do

pequeno comércio: "o trabalho árduo e diário, uma vida simples e de economias podem ser recompensados com a ascensão econômica e social" (MARTINHO, 1993, p. 60).

O jovem comerciante na *cidadela* portuguesa

Os portugueses se concentravam na freguesia da Candelária, conhecida como a "cidadela portuguesa" (RIBEIRO. 2002, p. 177), uma das áreas mais antigas da cidade. Com a Independência, haviam sido reforçados os laços identitários da Colônia lusitana, agora não mais formada por colonizadores mas por emigrantes. O espírito associativo e de representação política eram mantidos vivos por meio da atuação nas ordens terceiras e irmandades e nas associações culturais e beneficentes, como o Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, em 1837, que daria ensejo à criação da Sociedade Portuguesa de Beneficência, ou Beneficência Portuguesa, em 1840.

A Candelária, com ruas estreitas e casario em grande parte erguido no século XVII, era o centro político e comercial da Corte, formado pelo Paço Imperial, casa de despachos do soberano, o cais Pharoux, principal ponto de desembarque de passageiros e de cargas, e grande número de estabelecimentos de comércio varejista e atacadista. Na região estavam também importantes edifícios e serviços públicos relacionados ao comércio, como a Alfândega e suas docas e o Mercado da Praia do Peixe, construído entre 1835 e 1841, a partir de projeto com linhas neoclássicas de Grandjean de Montigny, em substituição a velhas barracas de madeira.

A freguesia abrigava várias e as mais prestigiadas igrejas da cidade, como a matriz, erguida por ricos comerciantes portugueses dedicada a Nossa Senhora da Candelária, e a igreja do Carmo, onde foram celebradas coroações, casamentos e batizados da família real. As principais artérias da freguesia eram as ruas Direita e do Ouvidor. A rua Direita era ocupada por atividades comerciais e o embarque e desembarque de mercadorias, por isso intensamente cortada por grupos de escravos carregando pesados fardos retirados da Alfândega. Nela encontravam-se os mais bem-sucedidos estabelecimentos de varejo e de grosso, a sede da associação comercial, a segunda Praça do Comércio, instalada em 1834, e alguns dos sobrados de três e quatro andares, que haviam se constituído no início do século, lugar de habitação dos negociantes abastados. A rua do Ouvidor, por sua vez, era a principal via de comércio, com início junto ao mercado, onde estavam instalados os malcheirosos armazéns de carne-seca e toucinho e lojas de adelos; contudo, a partir do seu cruzamento com a rua Direita, tomava ares fidalgos com a predominância do fino comércio da moda voltado para homens e mulheres, lojas de fazendas e objetos de moda, perfumarias, modistas, cabeleireiros (MACEDO, 1988).

A atividade comercial se entremeava com a residencial, já que a população buscava morar próximo ao local de trabalho, segundo distâncias que pudessem ser vencidas a pé ou com os parcos meios de transporte da época, para evitar difíceis e custosos deslocamentos.

A habitação usual na freguesia eram as casas de sobrado, contínuas e estreitas, de pedra e cal, com uma porta de cocheira e outra normal. O sobrado tinha "três janelas com sacadas, tudo de cantaria, grades de ferro e uma porta com vidraça na janela do meio" (SILVA, 1978), com o térreo normalmente utilizado para lojas, servindo os pavimentos superiores como residências. As inovações arquitetônicas se restringiam à substituição das aberturas acanhadas por platibandas e pelo uso do arco pleno como verga para as aberturas, ventilando melhor os ambientes; à aplicação de azulejos e caiações vistosas nas fachadas, e ao uso de largos beirais (LATIF, 1965, p. 149).

Os comerciantes mais abonados dispunham de casas de campo em chácaras nos arredores da cidade, seguindo o modelo praticado desde o início do século pela aristocracia e comerciantes estrangeiros, onde seriam cultivadas as tradições lusitanas, segundo Denis (1980). Para o francês, a chácara seria "o asilo do proprietário abastado" onde podia desfrutar de hábitos já abandonados na cidade, "é ali que se encontram móveis que datam da conquista e usos anteriores, que trazem à memória o século XVI" (DENIS, 1980, p. 135). Ainda sobre as moradias da elite, ele observa, sem esconder o sentimento de superioridade da civilização francesa, que "nossa arquitetura já se manifesta nos aprazíveis arredores do Rio de Janeiro" onde se pode observar elegantes vilas que, ao mesmo tempo em que guardam os estilos portugueses, já expressam "os costumes do luxo e afetação introduzidos pelos estrangeiros" (DENIS, 1980, p. 135).

Os caixeiros, de modo geral, residiam como agregados na casa dos patrões, ou mesmo nas lojas, sob severo controle. Havia, porém, nas raras horas livres, a promoção de divertimentos juvenis, como "patuscadas" aos domingos no Jardim Botânico, nos Canos da Carioca e nas Paineiras, ou bailes mascarados, como reclama a dona da taverna da peça de Martins Pena (PENA, 1845).

Considerando-se o grande contingente de jovens caixeiros estabelecidos na Candelária, é provável que, em seus breves momentos de lazer, tenham estabelecido relações de camaradagem que se desdobrariam na maturidade, quando homens de negócio, como ocorreria entre Bernardo e seu coevo Irineu Evangelista, o futuro barão de Mauá.

Em uma sociedade centrada na família e suas redes de solidariedade e ajuda mútua, o casamento de Bernardo, aos 22 anos, é uma iniciativa decisiva para seus planos de ascensão. A 28 de novembro de 1835, ele se une a Elídia Maria Cândida, com 17 anos, sexta filha de extensa família, e ganha o apoio e proteção do capitão de milícias reformado e comerciante, José Borges Monteiro, nascido no Porto, residente no estreito Beco das Cancelas. A origem do noivo, fator de prestígio em meio à Colônia, certamente agradava o sogro portuense ao reforçar os laços da família com a terra de origem, bem como sua devoção católica e sua ambição nos negócios devem ter sido fatores que favoreceram o enlace conjugal.

Mais do que o dote da noiva, certamente que modesto, a união possibilitava ao jovem caixeiro o benefício de articulações indispensáveis para que viesse a estabelecer seu próprio

negócio no ramo de tecidos, a exemplo de seu cunhado José, que se dedicaria ao ramo de roupas feitas. Isso porque era usual que o novo comerciante principiasse tomando por consignação peças a atacadistas da praça da Corte ou até mesmo em Portugal, o que exigia sólidas referências e credibilidade. Três anos depois, a 28 de abril de 1838, as famílias reforçariam seus laços, com o casamento de Antônio, irmão caçula de Bernardo, com Carlota, irmã de Elídia.

O prestígio social dos Borges Monteiro, porém, extrapolaria o meio comercial, com a bem-sucedida carreira do filho mais velho, Cândido que, em 1834, formara-se em Medicina. Como profissional reconhecido, Cândido Borges Monteiro conquistaria a amizade e a confiança pessoal do imperador, tornando-se o médico da família imperial; ocuparia também vários cargos legislativos e postos executivos, e, por seus serviços, seria agraciado, em 1857, com o título de barão e, em 1872, com o de visconde de Itaúnas.

Não foi possível apurar onde o jovem casal Bernardo e Elídia fixou residência, se junto aos Borges Monteiros, ou em morada própria. Contudo, seus três filhos foram batizados na igreja da N. S. Candelária, e tiveram como padrinhos integrantes do círculo familiar. José, o primogênito, nascido em 18 de novembro 1839, recebeu o nome do avô materno, por quem seria batizado em janeiro de 1840; o menino morreria ainda na infância, com pouco mais de 8 anos, em 1848. Carolina Maria, nascida em 16 de fevereiro de 1841, foi batizada em agosto do mesmo ano pelos tios José Borges Monteiro Jr. e Carlota Casemiro de Freitas, e Elídia, nascida a 26 de março de 1842, foi batizada a 23 de julho de 1842 pelo tio Dr. Cândido Borges Monteiro e esposa. O núcleo familiar se completaria com a chegada de duas irmãs, Maria e Capitolina**(3)**, sendo que a última se casaria, em 1848, com o sócio de Bernardo, Antônio Lira da Silva.

O cotidiano é preenchido por festas religiosas, com ladainhas, novenas e procissões dedicadas a santos, além de domingos, dias do padroeiro da cidade, e dos muitos feriados civis. A vida social se desenvolve em torno de ordens terceiras e irmandades, que atuam nas áreas da Saúde, da Educação e de serviços funerários até 1850, quando esses passam a ser exclusivos da Misericórdia; eram estruturadas segundo afinidades econômicas, ocupacionais ou de cor, e de modo geral ligadas a comerciantes e seus dependentes.

Os mais bem-sucedidos vinculavam-se às ordens mais tradicionais, como a Venerável Ordem Terceira de São Francisco e a Ordem Terceira de N. S. do Monte do Carmo, que mantinham os principais hospitais da cidade. As ordens eram organizadas segundo uma hierarquia de cargos que espelhava o prestígio social e econômico de seus membros e lhes conferiam visibilidade social, e eram sustentadas pela contribuição dos irmãos e aluguéis de propriedades urbanas. Nos anos 1840, Bernardo e Elídia ingressariam nessas duas ordens, onde alcançariam uma paulatina ascensão de cargos, assinalada no prestigioso anuário *Almanak Laemmert*. Eles participariam de outras ordens e irmandades **(4)**, dentre as quais se dedicaram especialmente à de devoção dos negociantes, a Irmandade Nossa Senhora da

Lapa dos Mercadores, situada na rua do Ouvidor, vizinha à loja de Bernardo, da qual se tornariam protetores a partir de 1859.

Os registros do *Almanak Laemmert* assinalam também a ascensão de Bernardo em sua carreira comercial: ele é identificado, sucessivamente, como proprietário de loja de fazendas, em 1847; de armazém de fazendas por atacado, em 1848, e como negociante, em 1849. Tanto a loja e o armazém de Bernardo como a loja de roupas feitas de seu cunhado José e o consultório do Dr. Cândido eram situados nas cercanias da Praça do Mercado, onde se reuniam, em grande alvoroço, mercadores, comerciantes de secos e molhados e atacadistas.

Nesse período, o cunhado Dr. Cândido foi eleito vereador para o exercício de 1848 a 1851, tendo assumido a Presidência da Câmara Municipal, por morte do titular, em 1850. A este primeiro cargo político se seguiriam o de deputado estadual, de 1853 a 1856, e o de senador, de 1857 a 1872.

No início do Segundo Reinado, Bernardo é um comerciante português promissor no ramo de tecidos, e bem situado nos requisitos da sociedade patriarcal brasileira, na qual as oportunidades de negócio dependiam não somente das habilidades do comerciante, mas também de uma articulada rede de relações afetivas, familiares e de negócio.

Os negócios do tráfico e de tecidos

Pode-se supor que o sucesso comercial de Bernardo, na década de 1840, estivesse relacionado a uma parceria com a empresa atacadista Amaral & Basto, exemplo de atuação interligada do tráfico negreiro com o comércio de tecidos, em vista dos futuros elos de compadrio e casamento de Bernardo com os Amaral, família de um dos sócios. Criada em 1846 pelos portugueses José Maria do Amaral e José Antônio de Sousa Basto a partir de tradicional negócio herdado do sogro de ambos, Amorim & Cia, situada na rua Direita, 28, e dedicada ao comércio de tecidos, a Amaral & Basto é considerada a terceira mais importante empresa no tráfico de escravos, inclusive com representação em Luanda (FERREIRA, 1996, p. 33).

O comércio de tecidos estava intrinsecamente integrado à rota do tráfico; os traficantes contavam com o crédito fácil das fábricas inglesas, cujos fardos serviam de lastro aos navios negreiros e eram negociados na África, onde abarrotavam "os armazéns da alfândega de Luanda, onde só encontravam 20% de consumo ou eram permutados por porções mesquinhas de goma copal ou urzela, os produtos do comércio lícito angolano" (FERREIRA, 1995, p. 106).

Com as mercadorias adquiridas, os grandes comerciantes operavam em *joint-stocks*, reunindo pequenos investidores para participarem da expedição à África. Esses compravam a crédito as mercadorias a serem negociadas com juros de 1%, arcavam com os custos de frete de ida e da volta e do seguro do navio, e tinham que manter o compromisso com a dívida mesmo no caso de fracasso da expedição (FERREIRA, 1996, p. 168).

Ainda na década de 1840, o tráfico não era somente tolerado, mas considerado um meio imprescindível para assegurar a mão de obra da lavoura. Essa situação começou a modificar-se a partir de 1845, com a promulgação da Bill Aberdeen, que autorizava o governo inglês a julgar os navios brasileiros como piratas, em tribunais ingleses, onde quer que fossem capturados. A atividade ilícita envolvia uma rede de agentes, desde os mercadores de escravos, a proprietários dos pequenos barcos costeiros e suas tripulações, que atuavam no desembarque para a terra firme, "guardas e comerciantes que conduziam ao interior; e (...) até mesmo os professores de português, cuja tarefa era fazer com que os africanos recém-chegados falassem como veteranos residentes no império" (CONRAD, 1985, p. 119).

A ameaça inglesa rompe, porém, com "a aliança tácita entre traficantes, autoridades do Império e senhores para manter o trafico em nome da manutenção da agricultura escravista, aliança agora rechaçada, em razão da soberania ameaçada pelas agressões britânicas" (RODRIGUES, 2000, p. 116), transformando a imagem social dos traficantes, que culminou na equiparação entre tráfico e pirataria. Nesse processo, os traficantes, antes comerciantes ricos e influentes, passam a ser considerados piratas vorazes e indignos de permanecerem no país. Apesar das crescentes dificuldades provocadas pela perseguição britânica, os traficantes tentaram manter o comércio, lançando uma série de artifícios, contando com seus recursos e prestígio e a cumplicidade de autoridades policiais e judiciárias.

Com a repressão ao tráfico, um dos sócios, José Antônio de Souza Basto, como outros tantos portugueses comerciantes no período(**5**), voltou para Portugal, em 1850, estabelecendo-se no Porto, onde ocupou a Presidência da Câmara, dedicou-se à administração da Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade e Redenção dos Cativos, e nobilitou-se com o título de visconde e conde da Trindade. Como residência, reformou e se instalou em um imponente palacete do século XVIII, que pertencera ao visconde de Balsemão, onde esculpiu o brasão de suas armas. Contudo, a razão social Amaral & Basto seria mantida até 1859, sendo substituída pela Amaral, Bernardes & Cia. José Maria do Amaral permaneceria no ramo atacadista de fazendas, se tornaria comendador, e se instalaria em vistosa chácara, em Laranjeiras.

A consolidação do Estado e dos negócios

Com a Maioridade, em 1840, após um breve período de domínio dos liberais, os conservadores retomaram o poder e deram início à consolidação do Estado jurídico, que teve início com a reforma do Código de Processo Criminal, centralizando o controle da estrutura administrativa e jurídica do Império. Em 1844, foi estabelecida nova legislação aduaneira, a Tarifa Alves Branco, mas seria em 1850 que seriam enfim promulgadas medidas decisivas para dar uma nova dinâmica ao Império: a lei Eusébio de Queiroz, que promove o fim do tráfico negreiro – com o consequente aumento de capital comercial a ser reinvestido

internamente –, a promulgação da Lei da Terra e a introdução do Código Comercial, que permitiu a constituição das sociedades anônimas.

Com a redefinição do pacto político que construiria o Segundo Reinado, os homens de negócio se reaproximaram dos proprietários de terra, agora enriquecidos com a valorização do café, formando um novo bloco de poder. Dentre as antigas reivindicações está a de código para o comércio, que seria promulgado em 1850, após uma tramitação de mais de 15 anos. Os regulamentos desse código, os decretos 737 e 738, de 25/11/1850, foram ultimados por comissão composta por ministros e jurisconsultos, tendo Irineu Evangelista de Souza como representante dos comerciantes.

A adoção do Código Comercial regulamentou as relações comerciais entre pessoas, que envolviam bens, efeitos, obrigações ou convenções celebradas por meio de normas que presidiram essas relações, além de estabelecer a exigência, para o exercício da atividade, de matrícula nos Tribunais do Comércio. Embora continuassem interessados principalmente na exportação e importação, os empresários comerciais aplicaram maior volume de capital na fundação de bancos de desconto e depósito, fato notável no período de 1850 a 1860, e que teve como marco a criação do "Banco do Brasil de Mauá", em 1851**(6).**

Outro aspecto digno de nota do desenvolvimento ocorrido nesse período foram os investimentos realizados em companhias de construção e as aplicações em imóveis urbanos, como observa Joaquim Nabuco ao comentar os efeitos da proibição do tráfico: "Grande parte do mesmo capital realizado foi empregada na edificação do Rio de Janeiro e da Bahia, mas o restante foi exportado para Portugal"(NABUCO, s.d.).

O capitalista barão e a casa

Bernardo fez um bom negócio ao comprar, em 1849, as benfeitorias na freguesia da Lagoa; o terreno tinha dimensões generosas, era beneficiado pela brisa da baía de Botafogo, situada a poucos metros de distância, servido de fonte de água própria, além de contar com um suave aclive que insinuava a instalação de uma sobranceira residência, com frente voltada para a rua principal, e com fundos para a travessa da Viscondessa, futura rua Assunção.

A propriedade era foreira ao conselheiro José Bernardo de Figueiredo, cujas terras tinham início na rua São Clemente e se estendiam até a rua Olinda, assim denominada em homenagem ao seu genro, o então visconde de Olinda, e que iriam ser cortadas na década seguinte por novas artérias – a rua Bambina e a travessa Figueiredo.

A transferência atendia também a cuidados com a saúde da família. Ainda que não se saiba a causa da morte do pequeno José, em 1848, pode-se supor que a perda do primogênito tenha motivado Bernardo a afastar a família para longe do Centro da cidade, onde as febres se alastravam, instalando-a em uma região que atendesse aos preceitos higienistas de bons ares, como Botafogo.

Esse deslocamento de Bernardo do Centro para Botafogo implicaria o abandono da frugalidade de hábitos e os valores do mundo mercantil onde havia sido criado e conquistado sua base econômica. Na nova ordem burguesa, na qual se firmaria como "capitalista" e se nobilitaria como barão da Lagoa, a vida social implicaria um novo mundanismo em meio à elite, permeado por etiquetas e regras de bom gosto, como frequência a teatros, passeios, regatas, jantares e saraus, além da convivência nas diretorias e conselhos de bancos e empresas privadas. E a casa que mandaria construir deveria expressar seu poder econômico e seus novos modos e rotinas de convivência, baseados na higiene, conforto e sociabilidade.

Menos de um ano após a compra das benfeitorias do lote, Bernardo inaugurou sua nova residência, cercada por jardim e com quintal aos fundos, onde se estendia um grande parreiral sob pérgula de ferro. O edifício era um sobrado parcial e porão, com partido em forma de U, com telhado em platibanda e fachada com predominância horizontal, quebrada pelo corpo central elevado, e decorada com elementos neoclássicos como pilastras de fuste canelado e capitel ornado, frontão triangular e arquitrave trabalhada –, onde mandou lavrar o ano de 1850. Há especial atenção para a aeração e a iluminação: a fachada do primeiro pavimento tinha nove vãos, entre janelas e portas, e, no segundo, três janelas de sacadas, todos com portadas de cantaria de volta perfeita; oito janelas de peitoril de cada lado e outras janelas e portas nos fundos do primeiro e segundo pavimento, com portadas de cantaria de verga direita. Ao centro do edifício, uma claraboia deixava entrar luz e escapar o ar quente e viciado.

Com teto de estuque e forro de pinho, o interior era distribuído segundo um eixo central em áreas social, privada e de serviços, sendo o térreo ocupado pelas áreas sociais – sala de visita, de piano, escritório e sala de jantar, que se abria para um pequeno jardim –, e áreas domésticas, como capela, quartos de parentas, de serviços domésticos e copa; o andar superior era reservado para os quartos do casal e filhas, e na área externa, cavalariça, cocheira e senzala, com os serviços de cozinha e lavagem instalados sob telheiros, além de banheiro e galinheiro.

Em 1853, o sócio Antônio Lira da Silva, Capitolina e filhos instalam-se no terreno vizinho, na rua São Clemente 68, e integram suas rotinas familiares. A casa da São Clemente, 66, foi o centro de generosos almoços dominicais, festivas comemorações pelo casamento, aniversário ou batizado de entes queridos, bem como de tradicionais festejos bucólicos, como as festas juninas, que se estenderiam pelos jardins.

Na década de 1860, a casa foi ampliada com a construção de outro bloco assobradado, ligado ao primeiro por um passadiço, para melhor isolar e acomodar os serviços domésticos, em especial o trânsito e guarda dos coches, no térreo, e a passagem dos alimentos da cozinha para as salas de refeição, no primeiro pavimento, para receber os convidados com mais conforto.

Pouco antes, em 1851, Bernardo, aos 38 anos, havia sido admitido no Tribunal do Comércio da Corte(7), que exigia altos padrões de contabilidade e escrituração, confirmando

sua integração junto à elite mercantil (CYPRIANO, 2008). Ele prosseguiu na expansão de seus investimentos seguindo as possibilidades oferecidas pelo novo cenário econômico, ou seja, na aplicação em ações de bancos, seguradoras e serviços e na compra de imóveis urbanos. O primeiro segmento era diversificado e de risco, refletindo a nova dinâmica econômica da sociedade brasileira, enquanto o segundo era tradicional e de pouco risco, reflexo da expansão urbana.

Bernardo aderiu a vários empreendimentos da grande liderança empresarial de sua geração, Irineu Evangelista de Souza, o futuro barão de Mauá. Como já comentado, as coincidências biográficas entre Bernardo e Irineu – ambos nascidos em 1813, caixeiros na juventude, membros da Associação Comercial na maturidade e comerciantes de fazenda por atacado, matriculados no Tribunal do Comércio –, permite supor uma antiga camaradagem. Bernardo estaria entre os distintos acionistas fundadores do "Banco do Brasil de Mauá", em 1851. Participou, com seu cunhado Cândido, do grupo de políticos, banqueiros e comerciantes que, em 1852, fundaram a Imperial Cia. de Navegação a Vapor e a Estrada de Ferro Petrópolis, cujo sucesso do primeiro trecho valeu o título de barão de Mauá a Irineu. Bernardo esteve, em 1855, assim como a Amaral & Basto, entre os sócios comanditários**(8)** da Sociedade Bancária Mauá, MacGregor & Cia., estabelecida em 26 de julho de 1854 e liquidada em 1866. Seria ainda acionista de vários outros bancos e companhias, como o Banco Industrial e Mercantil, a Companhia do Gaz, a Amazon Navegation Steam Company, a Companhia Estrada de Ferro Sorocabana, a Companhia de Carris de Ferro Fluminense, e a Associação Comercial do Rio de Janeiro, entre outros.

Bernardo não deixou de realizar aplicações em propriedades urbanas, voltadas para aluguel. Os imóveis podem ser agrupados em dois conjuntos, um localizado no centro da cidade, com quatro prédios comerciais (prédio à rua Primeiro de Março, nº 2, com Beco dos Barbeiros, prédio à rua Primeiro de Março, nº 105, prédio à rua do Mercado, nº 39, e prédio à rua do Ouvidor, n° 11), e outro em Botafogo, com nove prédios residenciais (quatro prédios à rua Bambina, nºs 46 a 52, quatro chalés à rua Bambina, nº 7 a 13, prédio grande com terreno no fundo à rua Bambina, nº 15) e terreno à rua Assunção, com 20 braças de frente.

Segundo sua formação tradicional, o reconhecimento do êxito econômico e social de Bernardo só se completaria, contudo, com a obtenção de títulos honoríficos. Durante o reinado de D. Pedro II, que desprezava os cerimoniais e formalidades, a obtenção de títulos, mesmo que não conferisse poder político ao agraciado, ainda "significava a chancela com a mesma prova de reconhecimento público que recaía sobre os grandes próceres do país" (BARMAN, 1973, p. 13). Ao contrário de Portugal, os títulos no Brasil não podiam ser comprados, mas poderiam ser obtidos mediante grandes doações a obras beneficentes. O grupo de agraciados era formado por políticos, grandes fazendeiros com liderança nas províncias, e os "financistas, banqueiros e comerciantes do Rio de Janeiro" (BARMAN 1973,

p. 14), além de médicos, professores e escritores, membros do corpo diplomático, militares e viúvas de homens eminentes. Nas últimas décadas do Império, o sistema entraria em declínio, chegando a ser recusado por monarquistas como Joaquim Nabuco e Antônio da Silva Prado.

Em 1868, Bernardo recebeu sua primeira comenda, a da Ordem de Cristo, de D. Pedro II, por sua participação em iniciativa da Associação Comercial do Rio de Janeiro (antiga Praça do Comércio), de criação da Sociedade do Asilo dos Inválidos da Pátria, conduzida pelo seu presidente, José Joaquim de Lima e Silva Sobrinho, futuro visconde de Tocantins, irmão do duque de Caxias. O asilo era destinado a abrigar os militares inválidos ou soldados envelhecidos sem meios de subsistência, além de amparar os seus dependentes, e foi inaugurado em 29 de julho de 1868, com a presença da família real, autoridades e o corpo comercial, com grande repercussão na imprensa.

Será em Portugal, no entanto, que Bernardo obteria, em 1870, o título de barão da Lagoa, concedido por D. Luís I, também reconhecido no Brasil, por ter concorrido "para obras de beneficência e caridade em Portugal, associando-se dedicadamente aos seus antigos compatriotas residentes no Império do Brasil"(**9**). A nobilitação correspondeu tanto a antiga aspiração de Bernardo como atendeu às expectativas de seus genros, atuantes comerciantes da Colônia portuguesa, Antônio do Amaral, marido de Carolina, e de Manuel Ferreira de Azevedo Jr., casado com Elídia. Se o baronato seria compartilhado com Antônio, com o acréscimo de uma segunda vida ao título, sua concessão foi consequência da participação do sogro em arregimentar apoios e recursos para os empreendimentos de Manuel, em Portugal.

Carolina havia se casado, aos 18 anos, em 1859, com Antônio do Amaral, o filho mais velho e sócio do comendador português, José Maria do Amaral, da Amaral & Basto, então com 24 anos; dessa união, nasceriam dez filhos, quatro meninas e seis meninos. O casamento consolidara os laços e afinidades comerciais e afetivos das famílias, já reforçados com o apadrinhamento, no ano anterior, do caçula dos Amaral, Henrique, pelos Freitas.

Elídia casara-se, aos 23 anos, em 1865, com Manuel Ferreira de Azevedo Jr., comerciante do ramo de importação e exportação, nascido em 1820, originário de influente família da freguesia de Vacariça, bispado de Coimbra, com quem teria uma única filha, Alice, nascida em 1869. O casal se estabelecera na Mealhada, na região natal do marido, onde construíram uma casa térrea revestida com azulejo – com seis janelas, encimada com platibanda e um pequeno frontão –, considerada um dos mais destacados palacetes da cidade. Manuel participara ativamente de ações de promoção da região e da Sociedade para Melhoramento dos Banhos de Luso, que tornaria a cidade um importante centro termal (CARVALHO, 1997). Dentre suas iniciativas, organizara, em 1867, uma festiva recepção para D. Leopoldina e o duque de Saxe e sua comitiva(**10**) que, em viagem entre Porto e Lisboa, visitaram a região. Manuel foi consagrado barão de Luso em 1870, em reconhecimento às suas ações

beneméritas; sua atuação, contudo, seria precocemente interrompida com sua morte em 1872; o seu monumento tumular na Mealhada é uma homenagem de sua esposa e do sogro.

A década de 1870 trouxe outras grandes perdas e mudanças para Bernardo. Em 1872, morreu Cândido Borges Monteiro, então ministro da Agricultura e do Comércio e, em 1875, o antigo companheiro, barão de Mauá, pede moratória. A 23 de julho de 1877, aos 58 anos, faleceu Elídia; adoentada, ela havia, ainda em maio, preparado seu testamento, na presença do compadre comendador José do Amaral e José Mendes de Oliveira Castro, o futuro barão de Oliveira Castro. No inventário, os bens do casal, compostos por imóveis, ações e dívidas, foram avaliados em 1:102:780$000 (um conto e cento e dois mil, setecentos e oitenta réis). Ela foi enterrada no túmulo da família no Cemitério da Ordem Terceira do Carmo.

Ainda naquele ano, morreu Antônio Lyra da Silva, seu sócio e cunhado, deixando viúva Capitolina e dois filhos também comerciantes. Antônio fora seu leal companheiro de negócios por décadas, e tomara a frente do negócio de tecidos quando Bernardo se voltara para os investimentos em ações e novos empreendimentos.

Em seguida, o barão pôs à venda a posse do prédio e chácara da São Clemente, que não constaram do inventário, e que seriam adquiridas por 60 contos de réis a 10 de janeiro de 1879, pelo comerciante português Albino de Oliveira Guimarães, cunhado de José Mendes de Oliveira Castro, companheiro de Bernardo na Associação Comercial. A propriedade deveria estar um pouco depreciada, tanto que, mesmo antes de firmar a escritura definitiva, Albino havia promovido obras no edifício e no jardim que alterariam bastante sua feição original**(11)**.

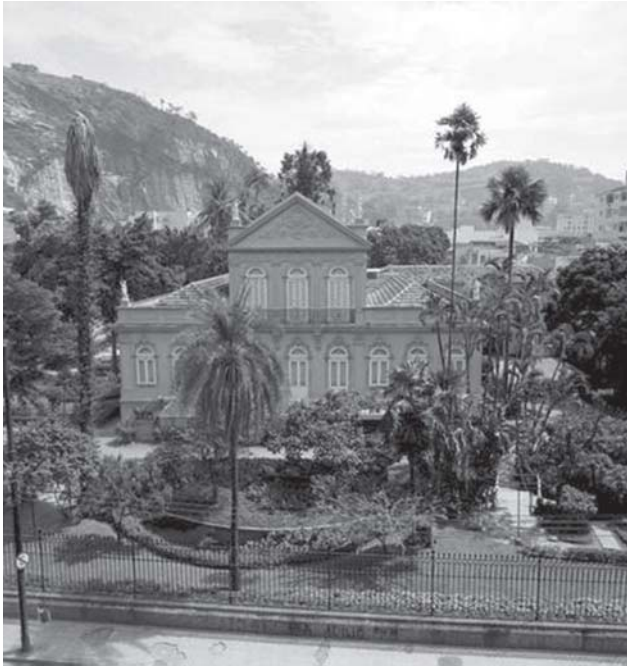
Bernardo foi ocupar modesto sobrado na vizinha rua Assunção 73, com térreo dividido em sala, quarto, cozinha e corredor, e o pavimento superior, em sala e três quartos**(12)**.

Em 1889, morreu a irmã Capitolina. No ano seguinte, Bernardo realizou o que talvez tenha sido seu último empreendimento, ao participar do grupo de 28 cotistas que comprou o *Jornal do Commercio.* Ainda em 1890, ele preparou seu testamento, quando indica os dotes de cada filha, distribui a terça entre os netos, recomenda a celebração de "cinco missas por sua alma, de sua esposa e de suas irmãs Maria e Capitolina", pede que as diferentes Ordens e Irmandades das quais é irmão realizem sufrágios. No inventário, seus bens seriam estimados em 717:963$210 (setecentos e dezessete mil novecentos e sessenta e três réis e duzentos e 10 cêntimos), formado por dez imóveis, ações de 37 companhias e dinheiro**(13)**.

Já na República, em 1893, ao escrever ao barão de Oliveira Castro, então exilado na França, sobre negócios que haviam realizado em conjunto, Bernardo comentou sobre seu precário estado de saúde, "quase me sendo preciso o amparo de um bastão para animar os passos"**(14).** E critica o sócio comum, que "nas ocasiões de felicidade foi sempre pronto em embolsar lucros", mas que no momento não estava honrando antigo compromisso, "com evasivas banais menos próprias de um cavalheiro!"**(15)**.

Bernardo Casimiro de Freitas faleceu a 7 de dezembro de 1894, de síncope cardíaca, teve enterro concorrido, e foi sepultado no túmulo da família. Parentes ofereceram missas em sua memória, e o *Jornal do Commercio* lhe dedicou uma nota de falecimento. O jornal comenta sobre a bem-sucedida carreira comercial, onde "gozou do maior conceito e consideração tendo dado sempre as maiores provas da muita compreensão dos seus deveres, pelo que mereceu a maior confiança a quantos com ele tratarão". Ele teria se distinguido no serviço de ordens terceiras e irmandades, sendo que a "reconstrução da Igreja da Lapa dos Mercadores, de cuja Irmandade fora chefe, deveu-se em grande parte aos seus esforços, e na Venerável Ordem Terceira do Carmo seu nome figura entre os seus beneméritos". O jornal finaliza destacando suas qualidades pessoais: "Era um cavalheiro delicado e atencioso e na nossa sociedade, muito estimado e benquisto"(**16**).

Fachada do Museu Casa de Rui Barbosa



Museu Casa de Rui Barbosa

Notas

1) As informações sobre a família Casimiro de Freitas foram obtidas no Arquivo Distrital do Porto, com a colaboração de Manuel Tavares Teles.

2) O caixeiro foi tema não só da conhecida comédia "O caixeiro da taverna", de Martins Pena; houve outras seis peças registradas no Conservatório Dramático Brasileiro, entre 1852 e 1857, tendo o caixeiro como personagem central.

3) Maria, nascida em 29/12/1799, e Capitolina Casemira de Freitas, nascida em 14/11/1811 em São Nicolau do Porto, e que viera para o Brasil em 1837.

4) Em 1877, em seu testamento, Elídia declararia ser irmã terceira da "Venerável Ordem de Nossa Senhora do Monte Carmo, de São Francisco da Penitência, Nossa Senhora da Conceição, Lapa dos Mercadores, Santa Luzia e mais diversas Ordens e Irmandades a quem

meu marido dará notícia do meu falecimento para que elas me façam os sufrágios que me pertencem".

5) A repressão ao tráfico, a partir de 1850, levou muitos traficantes a retornarem a Portugal, o que implicou a entrada de "milhões de libras entre 1851 e 1852. Mais da metade da dívida pública do Estado português" (FERREIRA, 1996, p. 163).

6) Os negociantes da Praça de Comércio do Rio de Janeiro organizaram três bancos comerciais que, juntamente com o terceiro Banco do Brasil, constituíram-se nas principais fontes de crédito para o comércio do Rio de Janeiro: o Banco Mauá MacGergor & Cia., o Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro e o Banco Comercial e Agrícola.

7) MATRÍCULAS de comerciantes. Mss. Acervo do Arquivo Nacional. Fundo: Série Indústria e comércio/Comércio: Junta e Tribunal. Código: 9X.

8) A sociedade comercial era estabelecida em duas categorias de sócios, o sócio-gerente, solidário com todas as obrigações da empresa, e os comanditários, que participam apenas com o capital (GUIMARAES, 2007).

9) D. LUIZ I . *Registro Geral das Mercês*. 1870. Livro 23, f. 158v e 159. Acervo da Torre do Tombo.

10) O tio-padrinho de Elídia, o então senador Cândido Borges Monteiro, médico da princesa, integrava a comitiva, assim como alguns capitalistas brasileiros. O convite aos príncipes deve ter visado apoio para os projetos do centro termal.

11) CERTIDÃO da escritura às f. 29 e 28v, livro nº 242, 2º. Ofício de Notas. 6f. Arquivo Nacional. Seção do Poder Judiciário, 3/11/1961. Acervo do Arquivo Histórico e Institucional (FCRB).

12) O sobrado era situado em terreno com 30,51m cumprimento por 8,75m de largura.

13) Inventário de Bernardo Casemiro de Freitas – barão da Lagoa. 1895. Acervo do Arquivo da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

14) FREITAS, Bernardo Casimiro de. *Carta ao barão de Oliveira Castro*. Rio de Janeiro, 12 jun. 1893.

Coleção Lúcia Sanson.

15) Idem.

16) JORNAL do Commercio, Rio de Janeiro 21 ago., 1894.

Referências bibliográficas

AMARAL, Roquinaldo do. "Brasil e Angola no tráfico ilegal de escravos, 1830-1860." In: *Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul*, por S. Pantoja e J. F. S. (Orgs.) Saraiva. Rio de Janeiro: BetrandBrasil, 1999.

BARMAN, Roderick J. "Uma nobreza no Novo Mundo: a função dos titulos no Brasil Imperial." *Mensário do Arquivo Nacional*, 1973: 4-21.

BELTRÃO, Heitor. "O civismo da Praça no século de labor." In: *Aspectos coligidos a propósito do Centenário a Associação Comercial do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Associação Comercial do Rio de Janeiro, 1935.

CALDEIRA, Jorge. *Mauá, empresário do Império.* São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CARVALHO, Antonio Breda. *Mealhada, a escrita do tempo.* Mealhada: ed. autor, 1997.

CONRAD, Robert Edgar. *Tumbeiros - o tráfico dos escravos para o Brasil.* São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850 - 1888.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CYPRIANO, Paula Leitão. "Imigração, negócios e poder: promoção social e projeção políтca dos imigrantes portugueses na sociedade carioca 1850-1870." *Encontro ANPUH 2008.* Rio de Janeiro, 2008.

DENIS, Ferdinand. *Brasil.* São Paulo: Editora da USP : Livraria Itatiaia Editora, 1980.

FERREIRA, Roquinaldo Amaral. Dos sertões ao Atlântico: tráfico ilegal de escravos e comércio lícito em Angola 1830-1860. Dissertação de mestrado para o curso de História UFRJ, Rio de Janeiro, 1996.

FERREIRA, Roquinaldo. "O Significado e os Métodos do Tráfico Ilegal de Africanos na Costa Ocidental da África,1830-1860." *Caderno Liphis 2*, 1995: 106.

FRAGOSO, João Luiz Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830).* Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

FRAGOSO, João, e MARTINS, Maria Fernanda Vieira. "Grandes negociantes e elite política nas últimas décadas da escravidão 1850 - 1880". In: FLORENTINO, Manolo Garcia e MACHADO, Cacilda (orgs.) *Ensaios sobre a escravidão*, 143-164. Belo Horizonte: UFMG, p. 143-164, 2003.

GUIMARAES, Carlos Gabriel. " Os negociantes da Praça do Comércio do Rio de Janeiro de meados do século XIX: estudo do grupo mercantil do Barão de Mauá e sua relação com o Império do Brasil." *População e sociedade*, 2008: 291-312.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. "A Guerra do Paraguai e a atividade bancária no Rio de Janeiro no período 1865-1870: o caso Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro." *HEERA- Revista de Historia Econômica & Economia Regional Aplicada,* 2(1), p. 127-153, 2007.

LATIF, Miran de Barros. *Uma cidade no trópico - São Sebastiao do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1965.

MACEDO, Joaquim Manuel de. *Memórias da Rua do Ouvidor.* Brasilia: Editora Universidade de Brasilia, 1988.

MARTINHO, Lenira Menezes. "Caixeiros e pés-descalços: conflitos e tensões em um meio urbano em desenvolvimento." In: *Negociantes e Caixeiros na Sociedade da Independência*, por MARTINHO, Lenira Menezes e GORENSTEIN, Riva. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: a formação do Estado Imperial.* Rio de Janeiro: Access Editora, 1994.

MULLER, Elisa. "A organização sociocomunitária portuguesa." In: *Os Lusíadas na aventura do Rio moderno*, por Carlos Lessa (org.), Rio de Janeiro: Record, p. 301-331, 2002.

NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo.* 2010. Disponível em HTTP://www.culturabrasil.org. Acessado em 15/04/2011.

PANTOJA, Selma e SARAIVA, José Flavio Sombra (orgs.) *Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul.* Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1999. 256p.

PENA, Martins. *O caixeiro da taverna.* Site Biblioteca de Peças Digitais. Disponível em http://www.bdteatro.ufu.br/download.php?pid=TT00190 2009.Acessado em 15/04/2011.

PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. *"Os simples comissários" (negociantes e política no Brasil império).* Niterói: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2002.

PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. As Classes Sociais na Construção do Império do Brasil. In MENDONÇA, Sonia R. (org.). *Estado e Historiografia no Brasil.* 1 ed. Niterói: EdUFF/FAPERJ, p. 71-85, 2006.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção*: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, Faperj, 2002.

RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio:* propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil 1800-1850. Campinas: Editora da Unicamp, Cecult, 2000.

ROEDEL, Hiran. "Comunidade portuguesa na cidade do Rio de Janeiro." In: *Os Lusíadas na aventura do Rio Moderno*, por Carlos Lessa (org.). Rio de Janeiro: Editora Record, p. 117-143, 2002.

SANTOS, Sergio Roberto Lordello dos. *Expansão urbana e estruturação de bairros do Rio de Janeiro* – o caso Botafogo. Tese submetida Coppe-UFRJ, Rio de Janeiro, 1981.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro* (1808-1821). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Vida privada e quotidiano no Brasil na época de D. Maria I e D. João VI.* Lisboa: Editorial Estampa, 2004.

STEIN, Stanley J. *Origens e evolução da industria têxtil no Brasil, 1850-1950.* Rio de Janeiro: Campus, 1979.

(Recebido para publicação em 8/08/2011)

Estratégias de distinção política e cultural na imprensa homossexual ou a visão do jornal Lampião da Esquina sobre si mesmo *

Strategies for political and cultural distinction used by the homosexual press or the perspective of the newspaper Lampião da Esquina *concerning itself*

Fernando Luiz Alves Barroso
Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), professor do Departamento de Artes e Comunicação da Universidade Federal de Sergipe
E-mail: fbarroso20@gmail.com

Victor Hugo de Souza Oliveira
Graduado em Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal de Sergipe
E-mail: v.h.jornalista@gmail.com

Diógenes de Souza Santos
Graduado em Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal de Sergipe
E-mail: diogenesaju@gmail.com

RESUMO:

Este artigo representa a sistematização provisória de uma pesquisa em andamento sobre o debate a respeito da mídia presente no jornal *Lampião da Esquina*. Este foi o primeiro periódico voltado para a população homossexual, produzido profissionalmente, no Brasil, no contexto da chamada imprensa alternativa. Neste artigo, exploramos e analisamos os textos, presentes nas edições de número zero e trinta e sete, em que o jornal reflete sobre si mesmo. E argumentamos que estes textos expressam o interesse do *Lampião* em demarcar as diferenças políticas e culturais vistas entre a mídia e, inclusive a imprensa alternativa, e o próprio jornal.

Palavras-chave: imprensa; homossexualidade; poder.

SUMMARY:

This article represents the temporary systematisation of an ongoing research project relating to the debate concerning the media found in the newspaper Lampião da Esquina. *This was the first periodical directed at the homosexual population to be professionally produced in Brazil, in the context of the so-called 'alternative press'. The article studies and analyses the editorials found in the inaugural and thirty-seventh numbers, in which the newspaper comments itself. We advance that these editorials express the interest of* Lampião *in the definition of the political and cultural differences perceived in the media and, furthermore, the alternative press and the actual newspaper itself.*

Key words: *Press; homosexuality; power*

* Trabalho apresentado no GP História do Jornalismo, IX Encontro dos Grupos/Núcleos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. (2009)

Introdução

Este artigo representa uma parte de pesquisa mais abrangente que visa levantar e interpretar o debate sobre a imprensa nas páginas do jornal *Lampião da Esquina*. Neste sentido, nosso interesse geral é levantar e analisar os pontos de vista defendidos por aquele periódico sobre a grande imprensa, a imprensa alternativa brasileira, a imprensa *gay* internacional, a imprensa *gay* nacional e sobre o próprio jornal.

O *Lampião da Esquina* era um jornal com periodicidade mensal, em formato tablóide, publicado entre abril de 1978 e junho de 1981. Segundo Green (2000, p. 431), iniciou com uma tiragem de 10 mil exemplares. Essa é a primeira publicação homossexual brasileira com produção profissional (impulsionada por jornalistas, intelectuais e artistas reconhecidos) e distribuição para todo o país. Seguindo a trilha da imprensa alternativa produzida no Brasil, nas décadas de 1970 e 1980, o *Lampião* foi concebido para superar tanto a fase da imprensa artesanal quanto a do colunismo social como *leitmotiv* do jornalismo homossexual. Assim, a grande renovação empreendida pelo *Lampião* pode ser resumida pela profissionalização do jornalismo voltado para a população homossexual brasileira, pela politização da discussão sobre a homossexualidade e pela veiculação de pontos de vista não estereotipados sobre a chamada população lgbt (**1**).

O problema e a perspectiva teórico-metodológica de abordagem

Dois temas clássicos na imprensa homossexual são a mídia (o debate travado em suas páginas e/ou produtos audiovisuais sobre a questão homossexual e as representações sobre a homossexualidade construídas nesse ambiente) e a própria imprensa homossexual. Neste segundo tema, inclui-se a autodescrição de cada publicação em particular. No *Lampião*, esta característica também aparece. Na página 5 da edição número zero, por exemplo, o artigo intitulado "Qual é a da nossa imprensa?" discute a condição marginal das publicações homossexuais da época. Na página 9 da edição número 2, tem um artigo elogiando a revista *Isto É* (a revista é tratada como "madrinha do jornal") por ter feito a cobertura do lançamento da edição número zero, em São Paulo, com enfoque positivo (**2**). Na página 2 desta mesma edição, há um artigo reprovando o modo como a imprensa marrom trata a questão da homossexualidade. E o editorial do número zero reflete sobre o sentido e as posições a serem defendidas pelo próprio jornal. Essas referências são indicativas de que o debate sobre a imprensa era um dos eixos temáticos do *Lampião da Esquina*. Assim, interessa indagar sobre o sentido desse debate naquele jornal.

A hipótese mais geral que orienta esta pesquisa é que, com a valorização desse tema e desse debate, o *Lampião* está reagindo (posicionando-se em relação) à cultura da mídia.

Com este termo, queremos chamar a atenção para o fato de que a mídia promove uma cultura determinada, se nutre e se pauta por essa cultura para a produção de seus conteúdos, e ainda que esta cultura se relaciona com os processos sociais e com as relações de poder

constitutivas da sociedade. Assim, para o jornal, seria estratégico marcar posição, demarcar sua diferença, dentro do campo de batalha midiático, no processo de construção da representação social da homossexualidade.

Acreditamos que o debate referido anteriormente existe nas páginas do *Lampião da Esquina* para: a) denunciar a cultura da mídia e suas estratégias de dominação sociocultural; b) demarcar (contrastar) suas diferenças culturais e políticas em relação ao projeto de dominação da população lgbt, presente na cultura da mídia e; c) disputar os corações e as mentes dos indivíduos componentes da sociedade mais ampla e, em particular, da população homossexual, em favor de um projeto político alternativo ao modelo dominante na cultura da mídia e nas práticas sociais.

O presente artigo restringe-se à descrição e análise das posições defendidas pelo jornal a respeito de si mesmo. Nosso interesse é avaliar os discursos demarcadores de interesses e diferenças políticas, ideológicas e culturais em relação à mídia, à imprensa alternativa e aos demais veículos da imprensa homossexual internacional e nacional. Assim, nossas perguntas básicas são: os textos presentes nas páginas do *Lampião* confirmam a existência de demarcações político-culturais em relação ao conjunto da mídia? Como estas demarcações são construídas? As posições defendidas pelo jornal a respeito da imprensa foram sempre as mesmas ou ocorreram alterações significativas entre a primeira e a última edição? Caso haja alterações, em que sentido elas se dão? E por que ocorrem?

Teoricamente, esta pesquisa inspira-se no conceito de cultura da mídia, proposto pelo pesquisador norte-americano da área dos estudos culturais, Douglas Kellner (Cf. KELLNER, 2001). Essa teoria chama a atenção para (ou enfatiza) o fato de que a mídia está intimamente ligada à produção da desigualdade social e da dominação e, em consequência, ao poder. A mídia compõe, cria e recria redes de poder. Em síntese, com o conceito de cultura da mídia, Kellner pretende chamar a atenção para as posições políticas veiculadas em seus textos, o modo como esses textos incorporam essas posições e os efeitos que provocam nos processos e nas relações sociais.

Inspirado no conceito gramsciano de hegemonia, esse pressuposto implica que a mídia é um lugar privilegiado para veiculação de ideias e valores (representações) que garantem a reprodução da desigualdade e da dominação, mas também permite a veiculação de ideias e valores que fortalecem caminhos alternativos para a resistência e para a luta pela reversão daqueles processos. A mídia é um lugar onde se travam batalhas pelo controle da sociedade.

Assim, longe de representar uma mera instância de padronização dos produtos culturais em conformidade com a lógica da indústria cultural e da mercadoria, e longe também de representar a instância de difusão de uma cultura monolítica (necessariamente conservadora dos pontos de vista político, ideológico ou cultural), a mídia é um lugar de veiculação e difusão, em larga escala, de discursos (textos culturais) marcados por contradições e ambiguidades. Acreditamos que, tal como sumariados, esses

desenvolvimentos teóricos podem nos ajudar a compreender o debate sobre a imprensa travado nas páginas do *Lampião da Esquina* e, em particular, o debate sobre o próprio jornal.

Em termos de metodologia de pesquisa, nosso trabalho baseia-se no que Kellner chama de leitura política da mídia. A proposição, pelo autor, desse método decorre da ênfase dada à relação mídia, cultura e poder presente no conceito de cultura da mídia.

Segundo esse autor as formas dessa cultura [da mídia] são intensamente políticas e ideológicas, e, por isso, quem deseje saber como ela incorpora posições políticas e exerce efeitos políticos deve aprender a ler [a] cultura da mídia *politicamente* (ênfase nossa). Isso significa não só ler essa cultura no seu contexto sociopolítico e econômico, mas também ver de que modo os componentes internos de seus textos codificam relações de poder e dominação, servindo para promover os interesses dos grupos dominantes à custa de outros, para opor-se às ideologias, instituições e práticas hegemônicas, ou para conter uma mistura contraditória de formas que promovem a dominação e a resistência (KELLNER, 2001, p. 76).

Em termos operacionais, a estratégia metodológica para esta pesquisa consistiu, em primeiro lugar, na leitura do jornal a partir do recorte temático "visão do jornal sobre si mesmo". A partir desse recorte, levantamos todos os textos que tratam desse tema nas edições número zero e 37, a primeira e a última respectivamente. Dentre outras vantagens, essa orientação pode permitir a constatação de mudanças de pontos de vista defendidos anteriormente(**3**).

O alcance de nossos objetivos exigiu ainda uma pesquisa bibliográfica tanto de natureza teórica quanto empírica. No primeiro caso, buscamos os enunciados e conceitos teóricos que orientassem a análise do objeto sem as interferências dos "instrumentos mentais que o senso comum nos fornece"(**4).** No segundo caso, buscamos resgatar o contexto histórico e cultural (inclusive midiático) no qual o jornal aparece.

O contexto político e cultural mais amplo em que o *Lampião da Esquina* aparece pode ser definido como resultante da combinação de fatores conjunturais internacionais e de fatores particulares à realidade brasileira, nas décadas de 1970 e 1980. Esquematicamente, nesse período, o contexto internacional estava marcado pelo avanço da chamada "Guerra Fria" que, desde o final da Segunda Guerra Mundial, colocava o planeta numa situação de divisão geopolítica. Esta divisão dava-se pelo reordenamento das diferentes regiões e países do mundo em função dos interesses conflitantes apresentados pelos Estados Unidos (o horizonte econômico e político burguês) e pela União Soviética (o horizonte econômico e político socialista).

Nos chamados "setores progressistas" da população dos Estados Unidos e da Europa, o desencanto provocado pelo modo como tanto as potências capitalistas quanto a União Soviética geriam seus interesses na Guerra Fria criou as condições para a emergência de grupos e interesses sociais alternativos em relação aos programas e organizações tradicionais

da esquerda. Dentre os diferentes desdobramentos desse desencanto, podemos destacar o aparecimento dos chamados "movimentos de minorias", isto é, os movimentos feminista, homossexual e negro(**5**).

O mito de origem do moderno movimento homossexual foi a reação dos homossexuais frenquentadores do bar Stonewall, em Nova York, em junho de 1969, às batidas policiais que vinham ocorrendo naquele ambiente. Reconhecendo que as justificativas formais apresentadas para a realização dessas batidas mascaravam as verdadeiras motivações homofóbicas daqueles policiais, os frequentadores do bar romperam a postura contida apresentada até então e partiram para o enfrentamento aberto àqueles que os oprimiam. O recuo policial diante dessa iniciativa gerou um sentimento de autoconfiança na população homossexual nova-iorquina e o desejo de construir um movimento político organizado em favor de sua cidadania.

No Brasil, as décadas de 1970 e 1980 foram marcadas pela reação dos "setores progressistas" das classes médias urbanas às dificuldades criadas pela política econômica adotada pelos governos militares para gerir as consequências (inflação, arrocho salarial, supressão da liberdade sindical e do direito de greve etc.) da crise do "Milagre Brasileiro". As inquietações políticas emergentes decorreram ainda da insatisfação social com o AI-5, com as notícias de tortura a presos políticos, com o controle autoritário do sistema partidário (inclusive jogando os partidos com programas políticos vinculados à esquerda na clandestinidade) e das oposições no Congresso Nacional, com a ausência de eleições regulares, com a monitoração do pensamento crítico gerado nas universidades e com a censura prévia à imprensa e às manifestações culturais.

Por um lado, a reação das forças de oposição ao regime civil-militar se deu pela adoção da luta armada como método de enfrentamento da ditadura. Por outro, essa reação foi realizada pela atuação de diferentes organizações da sociedade civil, de intelectuais, artistas e jornalistas (por meio inclusive da criação dos jornais conhecidos como imprensa alternativa), de setores da igreja católica orientados pela Teologia da Libertação, do movimento operário e dos movimentos sociais populares emergentes.

Além disso, o modo como as organizações tradicionais representativas dos interesses da esquerda respondia ao enfrentamento dos desafios postos pela ditadura militar, pela Guerra Fria e em nome da revolução socialista gerou um sentimento de desencanto em setores significativos dessa corrente política no Brasil. Esse desencanto ganhou musculatura ideológica a partir do conhecimento, por aqueles setores, da emergência dos novos movimentos sociais referidos anteriormente, nos Estados Unidos e na Europa. Esse conhecimento gerou as condições para o acirramento de suas diferenças programáticas com a esquerda tradicional, a rejeição ao princípio que esta sustentava da centralidade da causa operária na luta pela destruição do capitalismo e a criação dos primeiros grupos articuladores daqueles movimentos no Brasil.

Esse fervente "caldo político e cultural" no mundo e no Brasil criou as condições para o aparecimento do movimento homossexual brasileiro. MacRae (1990), Trevisan (2002), Green (2000) e Facchini (2005) sustentam que a criação do grupo Somos, em São Paulo, em 1978, representa o marco inicial desse movimento no Brasil. Por outro lado, a criação do jornal *Lampião da Esquina* pode ser interpretada como uma resposta, proveniente de um grupo de artistas e intelectuais de esquerda, aos desafios apresentados pela necessidade de expandir a luta pelos direitos homossexuais no Brasil. É a partir dessa perspectiva que devemos entender o aparecimento do referido periódico e a visão que este sustentava a respeito de si mesmo.

A visão do jornal sobre si mesmo

Conforme apresentado acima, o método analítico que norteia este estudo se pauta pelo princípio de que a mídia é um campo de batalha onde um jogo de poder social ganha concretude. Os discursos difundidos pela mídia (ou entre seus diferentes veículos – impressos, audiovisuais, digitais etc.) são a instância decisiva para a expressão daquele jogo. Isto porque aqueles discursos veiculam valores e crenças relativos a interesses de grupos sociais em conflito. Assim, o jogo de poder presente no interior do campo midiático expressa os jogos de poder vividos, no cotidiano de um contexto histórico determinado, pelos diferentes grupos sociais e seus interesses políticos e culturais da sociedade mais ampla.

O editorial da edição número zero pode ser reconhecido como o texto-base da visão do jornal sobre ele mesmo. Nele, o jornal descreve seu horizonte político-ideológico e justifica sua emergência no contexto histórico no qual aparece. O título desse editorial, "Saindo do armário", já representa uma definição básica do jornal a respeito de si mesmo e de seus objetivos culturais. Os editores afirmam que

> ***um jornal homossexual****), para quê? (...) Nossa resposta, no entanto, é esta: é preciso dizer não ao gueto e, em conseqüência, sair dele. O que nos interessa é destruir a imagem-padrão que se faz do homossexual, segundo a qual ele é um ser que vive nas sombras, que prefere a noite, que encara a sua preferência sexual como uma espécie de maldição, que é dado aos ademanes e que sempre esbarra, em qualquer tentativa de se realizar mais amplamente enquanto ser humano, neste fator capital: seu sexo não é aquele que ele desejaria ter. Para acabar com essa imagem-padrão, LAMPIÃO não pretende soluçar (sic) a opressão nossa de cada dia, nem pressionar válvulas de escape. Apenas lembrará que uma parte estatisticamente definível da população brasileira, por carregar nas costas o estigma da não-reprodutividade numa sociedade petrificada na mitologia hebraico-cristã, deve ser caracterizada como uma minoria oprimida****. E uma minoria, é elementar nos dias de hoje, precisa de voz.*** *(...) LAMPIÃO deixa bem claro o que vai orientar a sua luta: nós nos empenharemos em* ***desmoralizar esse conceito que alguns nos querem impor*** *– que nossa preferência sexual possa interferir negativamente em nossa atuação dentro do mundo em que vivemos.* ***(ênfases nossas)***

Pode-se compreender os termos desse editorial como sendo, mais do que uma descrição da linha editorial do jornal, uma tentativa de estabelecer a distinção entre a identidade social do "nós" (o próprio jornal) e a identidade social "deles" (no caso, a grande imprensa), e a qualidade da relação que estabelece entre as duas. A identidade do nós referida na afirmação do *Lampião* como "jornal homossexual" pode ser avaliada como o ponto de partida da autodescrição que se busca levantar. Em seguida, aparecem os enunciados que possibilitam a caracterização da distinção que o jornal pretende estabelecer em relação aos demais veículos de comunicação.

O editorial descreve a relação do *Lampião* com eles (os outros) como um pugilato cultural. Quando o editorial afirma que "o que nos interessa é destruir a imagem-padrão que se faz do homossexual" e que é preciso "desmoralizar esse conceito que alguns nos querem impor", é legítimo reconhecer a mídia como uma das instâncias fazedoras (construtoras) daquela imagem-padrão. Assim, fazia sentido demarcar as diferenças entre eles e nós, e caracterizar essa demarcação a partir dos horizontes político e cultural contrapostos que orientavam cada uma dessas identidades.

E quando afirma que "é preciso dizer não ao gueto e, em consequência, sair dele", apresenta a estratégia e a meta apropriadas para promover aquela destruição, anuncia-se como um veículo criado para contribuir para a realização dessa tarefa, e descreve e encoraja os sujeitos individuais (componentes da população homossexual caracterizada como "minoria oprimida") para se fazer presente como sujeito coletivo nesse jogo. Assim, o campo de batalha está definido, o jogo de poder social está instituído (um jogo de destruição e reconstrução), os contendores estão devidamente apresentados como tais e as mídias e seus discursos caracterizados como armas está estabelecido. Assim, o *Lampião da Esquina* diz o que quer ser (ou como quer ser socialmente identificado) e descreve o sentido de sua atuação política e cultural.

Na mesma página em que o editorial citado anteriormente aparece, num texto intitulado "Senhores do Conselho", o jornal esclarece a pretensão de ser "um jornal que, dentro da chamada imprensa alternativa, desse ênfase aos assuntos que esta considera não prioritários". Esta afirmação reforça a estratégia apontada da autodescrição pela reiteração do contraste e das diferenças políticas e culturais em relação aos demais veículos de comunicação.

O contraste estabelecido com a imprensa alternativa aparece numa perspectiva curiosa. Nessa perspectiva, o jornal reconhece que, embora se alinhe nas fileiras oposicionistas ao regime civil-militar e no empenho em favor da democratização da sociedade que caracterizava a imprensa alternativa tomada em conjunto, também a localiza política e culturalmente como um outro. Certamente um outro politicamente diferenciado em relação ao conjunto da mídia dominante. Esse outro, como é percebida (ou localizada) a imprensa alternativa, é estabelecido em decorrência do modo como esta situa politicamente o grupo

social (a população homossexual reconhecida como "minoria oprimida") que justifica o aparecimento do jornal e orienta sua diferença cultural. Assim, essa modalidade de imprensa é ambiguamente reconhecida ao mesmo tempo como eles e como nós.

Na página 5 da mesma edição, em artigo intitulado "Mulheres do mundo inteiro...", sobre a ausência de mulheres no Conselho Editorial do jornal, Aguinaldo Silva afirma que "uma das questões que este jornal pretende levantar é a do feminismo". Essa referência chama a atenção para o fato de que o programa político (editorial) do *Lampião da Esquina* distinguia as feministas como vítimas(**6**) das estratégias de apagamento, exclusão e construção de imagens estereotipadas e negativas (imagem-padrão) presentes na mídia dominante e na imprensa alternativa, aqui apontadas em relação aos homossexuais(**7**).

Importa enfatizar que, no título acima mencionado, o jornal se reconhecia como um veículo difusor de um horizonte político-ideológico ampliado. Com a explicitação desse horizonte entende-se que, embora enfatize a questão homossexual, o jornal visava o espectro mais amplo das minorias oprimidas. Podemos entender que, para o *Lampião*, os homossexuais conscientes e politizados (e este periódico toma-se como uma expressão e um porta-voz desses homossexuais) sempre se reconheceram como legatários da experiência e das conquistas do movimento feminista, bem como reconheciam as feministas como suas aliadas históricas.

Também na página 9, num texto que descreve uma batida policial em um cinema que exibe filmes pornográficos no Centro do Rio de Janeiro, o jornal afirma que "as damas que pagam meia são as que mais protestam, usam contra os policiais *argumentos impublicáveis* (ênfase nossa), mas nem assim conseguem comovê-los". Com este enunciado, o jornal reconhece em si (afirma sobre si) uma qualidade surpreendente.

Essa surpresa decorre do fato de que, tal como expresso no editorial, ao mesmo tempo que afirma a saída do gueto como estratégia de emancipação política e cultural de sujeitos individuais oprimidos na sua diferença inclusive moral, afirma que as "damas que pagam meia" utilizavam "argumentos impublicáveis". Trata-se de uma deliberada (intencional, consciente) manifestação de ironia e de deboche.

Com esse recurso estilístico, o jornal denuncia (desmascara) o que reconhece como uma hipocrisia da mídia dominante e da sociedade. E, assim, apresenta outras armas (a ironia e o deboche) na luta política e cultural que o justifica. Pode-se dizer que o *Lampião* adota essas armas como recurso para fazer a crítica moral da sociedade mais ampla e, em particular, deles, isto é, da mídia dominante. Assim, o jornal realiza seu projeto de desmoralizar o conceito sobre a população homossexual que orienta o discurso daquela mídia.

Na página 11, comentando a recente proclamação da Declaração Universal dos Direitos dos Animais pela ONU, o jornal afirma que "Graças a ela [a Declaração], eles [os animais] se tornam a mais exótica de todas as **minorias** (e *Lampião* reafirma aqui o seu conceito de

minoria: é um grupo sobre o qual a sociedade repressiva mantém seus tacões, mesmo que ele não seja minoritário, como as mulheres, por exemplo) a ver levantada a bandeira da luta por seus direitos (os destaques em negrito são do próprio jornal).

Nesta citação, o *Lampião* reitera a autodescrição como um jornal comprometido com o que já havia qualificado como "minorias oprimidas" e, na medida em que sempre emprega o termo no plural, confirma a noção de que esse compromisso extrapola a luta em favor da causa homossexual. Cabe destacar que a citação esclarece o sentido do termo "minorias oprimidas" como conceito-base da política que o periódico promove.

E, enquanto enfatiza a centralidade daquele termo, reforça sua distinção em relação aos demais veículos da imprensa alternativa, que adotavam o conceito marxista de luta de classes como conceito-chave de sua política e de seu discurso. O jornal se vê como um veículo que, a partir da perspectiva homossexual, assume as questões da opressão e do oprimido pela sociedade como temas fundamentais na sua intervenção política e cultural. O tom jocoso (porque propositadamente exagerado e provocador) com que se refere aos animais e à sua condição de vítimas da "repressão pela sociedade", confirma o radicalismo com que assume esse compromisso. Esse atributo radical justifica-se pela afirmação, já no editorial, de que as "minorias" e suas causas políticas eram o centro de suas preocupações, e também pela necessidade aparente de apresentar uma definição formal do termo.

O radicalismo lampiônico manifesta-se ainda pelo modo como o jornal concebe a participação dos leitores. Basicamente, essa participação ocorre por meio das cartas publicadas na seção "Cartas na mesa". Essas cartas prestam-se, dentre outros motivos, para representar um espaço privilegiado destinado ao debate sobre a linha editorial *do Lampião da Esquina*. Respondendo a essas cartas, o jornal tenta esclarecer o leitor sobre o que não é, sobre o que pretende ser e sobre quais são os seus objetivos. Noutros termos, o jornal reforça a prática de estabelecer as distinções entre eles e nós. O texto de abertura dessa seção, na edição número zero, afirma que "a ideia do Conselho Editorial de LAMPIÃO é fazer de sua seção de Cartas na Mesa uma espécie de tribuna através da qual seus leitores possam se expressar à vontade, inclusive fazendo críticas ao próprio jornal".

Na página 14 da edição número zero, em resposta a carta de um leitor que reclamava e denunciava os constrangimentos que a Polícia estava impondo a alguns homossexuais que frequentavam um ponto de encontro, no Rio de Janeiro, chamado "Buraco da Maísa", o jornal afirma que "um dos objetivos de *Lampião* é não apenas fazer com que as pessoas possam sair do buraco, mas, também, garantir a todas elas o direito de entrar lá, quando queiram".

Na mesma página, num texto intitulado "Homens Nus", o jornal publica a carta de uma leitora que pergunta se estava prevista a publicação de fotos de "rapazes em traje de Adão" e responde afirmando que "quanto a fotos de rapazes nus, não é o nosso gênero: *Lampião* acha que ninguém (...) deve ser tratado como objeto sexual"(**8**). E em resposta a uma carta

transcrita com o título "Pintou o bode", em que o leitor relata as perseguições que sofre em decorrência de sua homossexualidade, o jornal afirma que "*Lampião*, meu caro infante, se recusa a servir de muro das lamentações. Tudo o que você tem que fazer é se livrar de toda essa autopiedade, dessa autoflagelação. Ninguém pode ser tão execrado como você pensa que é. Em nenhum momento de sua carta você diz o que realmente é, ou seja, que é homossexual. A nosso ver, o problema está em você mesmo".

Na edição número 37, a última a chegar às bancas, três anos após o lançamento do número zero, há uma significativa redução do número de ocorrências em que o jornal fala sobre si mesmo. Na página 2, na seção "Cartas na Mesa", uma leitora acusa os "oportunistas" de terem provocado o "fim do movimento" homossexual no Brasil e afirma o desgaste, o desencanto e o cansaço que a atuação dessas pessoas lhe causou. Por outro lado, a missivista faz a louvação da justeza dos princípios e da relevância moral do movimento, e parabeniza os editores do *Lampião* pela tenacidade e magnanimidade com que tem sustentado aqueles princípios(**9**)**.** O jornal responde que

> *"quando a gente ambiciosa tiver sido suficientemente cagada e cuspida por todos os que pensam como você e nós, aí sim, surgirá um novo momento homossexual, e este será pra valer. Enquanto isso não acontece, LAMPIÃO fica por aqui, cumprindo o seu papel de manter acesa a chama (ênfases nossas); somos um vasto grupo de 40 mil leitores que cobrem praticamente todo o país. Pra você ter uma ideia de como funcionamos não apenas como jornal, mas também como um grupo em plena atividade: só neste mês de maio, (...) mantivemos uma discussão, que durou uma tarde inteira, com ativistas holandeses que vieram estudar o – para eles fenômeno Lampião. (...) Isso além de colocar mais um exemplar do jornal pontualmente nas bancas. Agora me diga: o grupo organizado de homossexuais denominado 'Lampião' está ou não em atividade?"*

A carta da leitora e a resposta do jornal apresentam mais uma distinção entre o nós e o eles (o outro). No entanto, nesse caso, o outro não designa a imprensa ou qualquer outra instituição ou grupo social externos ao jornal ou ao movimento homossexual. Agora o outro nomeia militantes (suas crenças e suas práticas) do próprio movimento. A purgação proposta consiste em fazer com que essas pessoas, por sua conduta "ambiciosa", sejam tiradas da condição ambígua de nós e eles ao mesmo tempo e tornem-se eles (o outro) definitivamente. Esse processo deve resultar no resgate do nós (o movimento em conformidade com seus princípios originais e o jornal) como instâncias portadoras da virtude.

A resposta do *Lampião* aceita que o movimento é uma via legítima e eficaz para a luta em favor da emancipação da população homossexual e se descreve como um grupo organizado do movimento. Investido dessa condição de grupo, o *Lampião* atribui-se a "manutenção da chama" como atividade central e admite que, embora alcance 40 mil leitores em todo o país, não consegue alcançar aquele objetivo. Neste sentido, é preciso tomá-lo

como ponto de partida e como meio para provocar e realizar outras atividades que, por suas qualidades específicas, façam ecoar o projeto político que defende em uma sociedade mais ampla.

A descrição apresentada revela a visão da pequenez ou limitação do *Lampião* diante dos desafios percebidos no movimento homossexual naquele contexto histórico. A extrapolação para outras atividades além de sua produção pode ser avaliada como uma consequência dessa visão. Nesse sentido, a aceitação do jornal, por seus editores, como "fenômeno" seria contraditória. No entanto, o jornal não deixa de afirmar que esse julgamento se realiza na visão de outrem. Assim, para o *Lampião*, é possível reconhecer as próprias limitações frente aos desafios vistos, mas também chamar a atenção para o reconhecimento externo do vigor e da tenacidade com que responde e enfrenta esses mesmos desafios.

Esse debate interno sobre o tamanho ou a importância relativas do jornal aparece em outra ocorrência da edição número 37. Na página 19, o jornal traz uma reportagem, assinada por Adão Costa, sobre o que chama de festa em comemoração ao "terceiro anuzinho" do jornal. Na página 20, a última da última edição a vir a público, num texto assinado por Francisco Bittencourt sobre esta mesma festa, o jornal é descrito como um "jornaleco".

O termo "terceiro anuzinho" pode ser interpretado como um recurso estilístico para designar algo avaliado como "pequeno" ou de reduzida importância relativa. E a recorrência ao termo "jornaleco" para definir o periódico em discussão parece acrescentar e reforçar a visão prevalecente do jornal sobre si mesmo, em sua fase final. Uma autoimagem proclamada como frágil e que contrasta com a segurança e a precisão da designação "um jornal homossexual", apresentada no editorial da edição número zero, citado anteriormente.

Conclusões

O ponto de partida deste texto foi a aceitação de que a imprensa gay costuma tratar a mídia e a si mesma como objetos de exame crítico, de que o *Lampião da Esquina* exercia esse papel e de que o levantamento e a análise dos termos e do significado desse debate, naquele periódico, seria relevante. Argumentamos que o fato de ter sido o primeiro jornal homossexual produzido profissionalmente no Brasil e que compunha a imprensa alternativa fazem com que o estudo proposto seja relevante.

Nossa hipótese básica era que o *Lampião* discutia a mídia e a si mesmo para denunciar as estratégias de silenciamento e de estereotipização negativa sobre a população homossexual, presentes nos discursos midiáticos, e para demarcar suas diferenças políticas e culturais com o conjunto da mídia e, inclusive, com a imprensa alternativa. O jornal colocava-se num campo de batalha para mostrar a distinção política e cultural entre o eles (a mídia) e o nós (o próprio jornal).

O objetivo aqui apresentado restringiu-se ao exame da visão do jornal sobre si mesmo. Para tanto, tomamos o conceito de cultura da mídia e seu projeto da leitura política dos

discursos midiáticos como instrumentos teórico e metodológico para a abordagem do objeto empírico. Orientados por estes instrumentos, buscamos a verificação de nossa hipótese por meio de dois procedimentos básicos. Primeiro, apresentamos, de modo sintético e esquemático, o contexto histórico/cultural em que o jornal apareceu. Em seguida, apresentamos e analisamos trechos de artigos publicados nas edições número zero (primeira) e 37 (última) que se referiam ao próprio jornal.

Acreditamos que, com estes procedimentos, conseguimos alcançar nossos objetivos. Este estudo resulta no esclarecimento dos termos e das estratégias empregados pelo jornal para demarcar as diferenças políticas e culturais entre o eles e o nós e, assim, buscava realizar sua batalha em favor da emancipação homossexual.

Reconhecemos que as reflexões presentes neste artigo representam análises provisórias, relativas à etapa inicial do projeto mais amplo de examinar o debate sobre a mídia no *Lampião da Esquina*. Assim, as perguntas postas no início deste texto ainda pedem respostas que avancem em relação às aqui apresentadas.

LAMPIÃO
Edição experimental – Número zero
abril, 1978 – Circulação restrita
Homo eroticus
Um ensaio de
DARCY PENTEADO
CELSO CURI processado. Mas qual é o crime deste rapaz?
Duelo de machões
Nureyev
VS Cassius Clay
Exclusivo
Garcia Lorca
também assume
Uma noite no Cinema Iris
Colaboram neste número: João Silvério Trevisan, Gasparino Damata, Francisco Bittencourt, Clóvis Marques, Iaponi Araújo, Adão Acosta, Aguinaldo Silva, João Antônio Mascarenhas

Jornal *Lampião da Esquina* – edição zero

LAMPIÃO da esquina
37
Cr$ 60,00
junho 1981
Leitura para maiores de 18 anos
IADO COSTA DE APANHAR?
a viagem ao mundo s sadomasoquistas
A QUESTÃO GUEI INVADE O TEATRO
OMOSSEXUAL E AFOGA APÓS OTOGRAFAR AROTO NU!
QUETE: O que o SENHOR faria se visse MARIDO beijando outro HOMEM?

Jornal *Lampião da Esquina* – edição 37, último número

Notas

1) Por população lgbt entende-se a parcela da população reconhecida, na linguagem comum, pelos termos: lésbicas, gays, bissexuais e travestis.

2) Cf. Revista *Isto É*, n. 69, abril de 1978, pp. 60-61.

3) Considerando que este artigo resulta de uma pesquisa em andamento, julgamos necessário esclarecer que os resultados aqui apresentados refletem a coleta de dados feita apenas nas edições número zero (abril de 1978) e número 37 (julho de 1981). Assim, a interpretação apresentada não está considerando a totalidade das 37 edições que chegaram ao público.

4) Esta é uma expressão que tomamos emprestada de Santaella (2001, p. 185).

5) Deve-se destacar também o aparecimento, no mesmo período, do movimento ecológico.

6) Esta recorrência ao termo vítima para descrever os sujeitos individuais e coletivos constitutivos da causa política norteadora do *Lampião* não deve levar a uma interpretação automática de que o jornal acolha as posturas vitimizantes provenientes desses mesmos sujeitos. Pelo contrário, em diferentes textos, o jornal argumenta em favor do desserviço que esta postura presta ao projeto de emancipação da população homossexual e das demais "minorias oprimidas".

7) Certamente, não cabe neste texto a avaliação das condições políticas em que se davam as alianças, as contradições e os conflitos entre as "minorias oprimidas" no contexto histórico dos anos de 1970 e 1980, no Brasil, e que teriam causado a resistência de feministas em participar do Conselho Editorial do *Lampião.*

8) Importa chamar a atenção para o fato de que, apesar de se descrever nesses termos, todo o espaço da página 5 da edição número 37 (julho de 1981) se destina à seção "Colírio" e apresenta várias fotos de um rapaz posando em nu frontal. Esse fato deve ser indicativo das vicissitudes que o jornal atravessara desde seu lançamento e que o forçara a romper com princípios anunciados nas edições iniciais.

9) nota anterior chama a atenção para o fato de que os acontecimentos desaprovam esta afirmação.

Referências Bibliográficas

FACCHINI, Regina. *Sopa de letrinhas*?: Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro, Garamond, 2005.

GREEN, James N. *Além do Carnaval:* a homossexualidade masculina no Brasil do século XX, São Paulo, UNESP, 2000, pp. 391-449.

KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia*: estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru (SP), EDUSC, 2001.

LAMPIÃO DA ESQUINA. Rio de Janeiro, Esquina Editora, n. 0 e 37. Mensal. 1978 – 1981.

MACRAE, Edward. *A construção da igualdade:* identidade sexual e política no Brasil da abertura., Campinas – SP, UNICAMP, 1990.

SANTAELLA, Lucia. *Comunicação e pesquisa:* projetos para mestrado e doutorado, São Paulo, Hacker, 2001.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso:* a homossexualidade no Brasil, da Colônia à atualidade. 5ª. ed., Rio de Janeiro, Record, 2002.

(Recebido para publicação em 21/07/2011)

Uma rádio comunitária da cidade: um relato de inspiração etnográfica

A community radio for the city: an account of ethnographic inspiration

João Paulo Malerba
Mestre em Comunicação e Cultura pelo Programa de Pós-graduação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atual representante nacional da Associação Mundial das Rádios Comunitárias (AMARC Brasil)
E-mail: joaopaulorj@yahoo.com.br

RESUMO:

O presente artigo é um relato de inspiração etnográfica sobre uma visita realizada a uma rádio comunitária localizada em um bairro periférico da cidade do Rio de Janeiro. O texto se propõe descritivo e pessoal, sem com isso prescindir do rigor acadêmico, ousando testar seus limites. Ao longo da narrativa, desvelam-se cenários urbanos da capital carioca, descrevendo cidades dentro de uma mesma cidade, confrontando centro e periferia, tipos e lugares. Procura-se levantar questões importantes que envolvem uma rádio comunitária localizada e pertencente à cidade, inserida em seus fluxos e afetada por suas problemáticas. Busca-se contextualizar a assim denominada Rádio Comunitária G a partir do histórico das rádios comunitárias brasileiras, pesquisando características comuns, como a convivência com a violência estatal, o trabalho voluntário, a carência de recursos, a vocação pela prestação de serviço e, antes de mais nada, a paixão pelo veículo rádio. Percebe-se, então, que a emissora inscreve-se na localidade como um espaço comunitário, aglutinador de solidariedade e ação política, atuando na interlocução com o poder público. Por meio do diálogo com autores como Deleuze, Guattari e Caiafa, o texto investiga as diferentes formas de comunicação da urbe – *microcomunicação* corporal, transporte coletivo, rádio-poste, rádio comunitária – interpelando o Estado e sua ação normatizadora e policial. A busca é pela própria motivação primeira de uma emissora comunitária: necessidade de buscar formas próprias de comunicação e expressão, elas aparecem como resultado da própria concentração midiática que as elimina: da exclusão estrutural contra a qual lutam provém a força que as motiva.

Palavras-chave: rádio comunitária; comunidade; cidade.

SUMMARY:

The present article is an account of ethnographic inspiration following a visit to a community radio station located in a borough in the suburbs of the city of Rio de Janeiro. The text seeks to be descriptive and personal, while nevertheless remaining within the boundaries of academic formality, despite boldly exploring these boundaries. Urban scenes of the carioca *capital are revealed throughout the narrative, which describes cities within a same city, confronting the downtown centre with the suburbs and characters and places. It seeks to raise important issues concerning a community radio station located in and belonging to a city, incorporated to its flow and affected by its problems. It attempts to contextualise the* Rádio Comunitária G *from the historical aspect of Brazilian community radio stations, researching common features, such as the co-existence with state violence, volunteer work, the lack of resources, the vocation for rendering services and, above all, the enthusiasm for the media that the radio represents. It may be perceived, therefore, that this station is considered as a community space at its site, serving to foster solidarity and political action, as a mediator with public powers. By means of dialogues with authors such as Deleuze, Guattari and Caiafa, the text studies the different forms of communication available to urban populations – corporal* micro-communication, *mass transport, broadcasting on street loudspeakers, radio stations – questioning the State and its regulatory and police actions. The quest is for the actual primary motivation of a community radio station: as a need for seeking their own form of communication and expression, they emerge as a result of the actual media concentration that specifically excludes them, and, from the structural exclusion against which they struggle provides them with the strength that motivates them.*

Key words: *community radio; community; city*

Introdução

"não viajamos pelo prazer de viajar (...)"... Então, em última instância, por que, senão para verificar, ir verificar algo, algo inexprimível que vem da alma (...)?
Gilles Deleuze

O presente artigo trata de um relato de inspiração etnográfica sobre uma visita realizada à Rádio Comunitária G(**1**), localizada na região do bairro de Pedra de Guaratiba, município do Rio de Janeiro. A visita foi somente a primeira de uma série, em que acompanhei e analisei os atuais usos que um grupo de rádios comunitárias cariocas – entre elas, a Rádio Comunitária G – têm feito das novas tecnologias de informação e comunicação. Porém, essa inquietação não será o norte deste texto. O intuito aqui é trazer, ao longo de uma escrita descritiva e pessoal, algumas das questões que envolvem uma rádio comunitária localizada e pertencente à cidade, inserida em seus fluxos e afetada por suas problemáticas – cabe dizer que muitas dessas questões são notadamente comuns a todo o universo das rádios comunitárias brasileiras. Seguindo a letra de uma outra reflexão (MALERBA, 2008b), em que problematizei a essencialização e a idealização que normalmente acompanham a análise de meios comunitários e/ou alternativos, pretende-se entender a mídia comunitária em questão exclusivamente a partir de seus *modus operandi* "tão plural quanto cada singularidade que nela age; tão multifacetada como as formas de opressão e injustiça com as quais ela tem que lidar cotidianamente" (MALERBA, 2008b, p.13). A motivação aqui não é categorizar a referida rádio comunitária como tal, mas antes percebê-la em seus fluxos enunciativos. Afinal, como afirma Guattari, tais rádios "não são nada em si mesmas. Elas só tomam seu sentido como componentes de agenciamentos coletivos de expressão de amplitude mais ou menos grande" (GUATTARI, 1987, p.12). Aqui também busquei, e não sei se com o devido sucesso, experimentar e cultivar um estranhamento – tão necessário a qualquer pesquisa de inspiração etnográfica – no intuito de provocar "uma interrupção do fio regular do pensamento e da vida" e irromper o "atrito que impulsiona o pensamento, que traz a novidade" (CAIAFA, 2007, p.149).

* * * * *

É anticonstitucional, mas também antimental mentir só por vil metal e dizer que a emissão fatal da rádio insurrecional é algo menos legal que dentéis e todo seu mal, que querem a pá de cal pras ondas deste local, de onde com graça e sal, emite Xilik, a tal.(**2**)

O próximo passo era chegar ao Terminal Rodoviário Menezes Côrtes, no coração do centro do Rio de Janeiro. De lá sairia o ônibus que passaria por Pedra de Guaratiba, meu destino final, rasgando extensas avenidas rumo a Zona Oeste da cidade. A visita à Rádio

Comunitária G estava agendada somente para o fim da tarde: deveria haver tempo para uma caminhada contemplativa. Por entre as ruas do centro da metrópole carioca, fui experimentando a intensa fricção humana que somente a forma cidade proporciona. Afinal, "nas ruas urbanas, quando elas se prestam à ocupação coletiva, experimentamos uma grande variedade de estímulos, incluindo uma diversidade humana que passa por nós e a que nos expomos" (CAIAFA, 2007, p.89). Era um marchar entre estranhos, um ingresso involuntário na cadência precisa que a multidão de trabalhadores anônimos impõe ao percorrer apressada as trilhas urbanas do centro da cidade, no ritmo convulso de uma quinta-feira, em plena hora útil. As rotinas de trabalho desenham seus fluxos na cidade com temporalidade e espacialidade marcadas: cumprida a jornada de trabalho, aquela multidão iniciaria então uma outra jornada: a do retorno para casa. As desigualdades de oportunidades de trabalho entre as diferentes áreas da cidade e a própria dinâmica espacial concentradora do mercado intensificam determinados fluxos em detrimento de outros. E uma cidade como o Rio de Janeiro tende a conurbar(**3**) outras do entorno, ao mesmo tempo que encerra tantas outras subcidades em si: muitos dos fluxos humanos vão se dando entre esse centro-trabalho e as periferias-dormitório, com as inevitáveis descontinuidades e nuances. Como afirma Caiafa, desde seus primórdios, a cidade "envolve um nomadismo (...). Na origem das cidades existe um movimento, um deslocamento. São fluxos que vêm de fora e que vão criar um nomadismo propriamente urbano, constituir a cidade como lugar de circulação e dispersão" (2007, p. 118). Fluxos de deslocamentos que se desdobram em muitos subfluxos urbanos: eu estava ali me inserindo num deles, aquele assinalado pelos trabalhadores em circulação pelo Centro.

No Largo da Carioca, em meio àquela multidão circulante, algumas figuras destoavam por sua imobilidade quase desafiadora: no frenesi urbano, a inércia acarreta intensa visibilidade. Passei por diversos entregadores de pequenos panfletos, ansiosos por ocupar as mãos e as mentes alheias. Muitos desses papéis eram meros volantes publicitários que vendiam serviços diversos, de fotocópias a cartomancias, de prostituição a empréstimos, de agência de matrimônio a cursos de oratória. Mais adiante, um sósia de Roberto Carlos, em sua tenda sonorizada, procurava convencer o transeunte a levar seu álbum *crooner*. Logo mais, por entre homens-cartazes, anunciando com seus corpos o *sex shop* mais próximo, percebi um rapaz vestido de laranja, ao lado de um pequeno quadro branco, discursando para dois ou três passantes. Ao seu lado, um imenso *banner*: "Grande revolução do ser – palestras grátis sobre autoconhecimento". O moço, com um marcador de quadro branco, desenhava esquemas enquanto explicava com desenvoltura como "respirar, ordenar o pensamento e desbloquear o passado". Ao notar minha atenção, ofereceu-me um panfleto; logo mais, ao perceber minha iminente partida, sugeriu que posteriormente eu visitasse um *site*. Quando me afastei do pequeno grupo, avançando pelo Largo, avistei outros tantos desses atores, que se apresentavam ao público como verdadeiros terminais de comunicação

ambulantes: logo ali um pregador religioso, mais a frente um vendedor de bugigangas. Sim, tanto os que meramente vendiam quanto os que vividamente discursavam, faziam-no com o intuito de convencer o outro, de cooptar o desejo de alguém que de alguma forma se deixava afetar. Em mundo onde o caráter público dos meios de comunicação de massa degenerou-se em apropriação mercadológica da atenção coletiva, aquelas pessoas também buscavam sua maneira celular de convencimento. Talvez mimetizando, mas sem dúvida também driblando os meios massivos convencionais de comunicação. Para quem estava prestes a visitar uma rádio comunitária, tais manifestações de *microcomunicação*, no mínimo, instigavam.

Ao chegar ao Terminal, o ônibus do tipo especial com destino à Pedra de Guaratiba, já estava recebendo passageiros. O fim da tarde anunciava mais uma dispersão temporária de pessoas em retorno às suas casas. Muitas delas, grande parte, na verdade, cumpriria seu caminho fazendo uso de algum tipo de transporte coletivo. Ao possibilitar muitos daqueles já citados fluxos urbanos, "ao distribuir de alguma forma a população, ao conduzir para longe das vizinhanças, [o transporte coletivo] tem um aspecto dessegregante. Ocorre uma dessegregação, mesmo que provisória e local" que proporciona "um tipo de ocupação coletiva do espaço urbano" (CAIAFA, 2007, p. 119). Uma ocupação capaz de atingir mesmo os lugares mais longínquos e que é tão mais efetiva quanto melhor é a forma de acesso. O transporte coletivo no Rio de Janeiro carece de soluções mais coerentes com suas características geográficas e com as necessidades de sua população. Ao pedir informações ao diretor da Rádio Comunitária G sobre a forma mais rápida de se ir do Centro da cidade para Pedra de Guaratiba, para minha surpresa, fui orientado a tomar um ônibus. E ali estava, pronto para iniciar o percurso "mais rápido" – uma jornada que duraria nada menos que duas horas e meia.

Pela janela do ônibus, as imagens conectadas lateralmente entre si iam desnudando as muitas formas da cidade. Espremido no trânsito do Centro, o ônibus ia escorregando aos solavancos entre tantos iguais: os automóveis em quantidade excessiva denunciando-se como não solução para a cidade grande. Pelos corredores de prédios altos e sólidos, pegando um ou outro passageiro, o ônibus alcançou a vastidão do Aterro do Flamengo. E de lá seguiu pela orla da Zona Sul, onde muita gente subiu, colorindo com seus corpos e suas vozes o ambiente móvel do coletivo. Persistindo, o ônibus esgueirou-se pela av. Niemeyer, correu pela autoestrada Lagoa-Barra, por entre as ruas de São Conrado, em direção a Barra da Tijuca. A paisagem urbana ia mudando, tomada agora por condomínios gigantescos, construções amorfas, *shoppings centers* opressivos. O ônibus prosseguia: pela Avenida das Américas, encontrando o Recreio dos Bandeirantes e suas construções, cada vez mais esparsas, avançando pela Estrada da Pedra. A partir dali, já quase não se podia acreditar estar no mesmo perímetro urbano de uma hora atrás: muitas áreas arborizadas, homens jogando bola em campos improvisados, crianças empinando pipa nas ruas de terra paralelas

à avenida central asfaltada. O cenário figurava uma cidade do interior e contrastava radicalmente com a pressa e a agitação do Centro há pouco visitado. A situação se invertera: não mais a imobilidade imprimia visibilidade: agora era a velocidade do automóvel que chamava a atenção de mulheres idosas à espreita nas janelas.

Nesse fim do percurso, pouco antes de saltar, ia vendo muitas pessoas retornando para suas casas. Como afirma Caiafa "a ocupação coletiva gera heterogeneidade, de alguma forma misturando os habitantes e em diferentes graus dessegregando os meios fechados e familiares" (2007:19). Completava-se o fluxo iniciado nas primeiras horas da manhã: daquele atrito desafiador entre estranhos, cada qual voltava para seu ambiente doméstico de maior previsibilidade. Os trabalhadores cumpriam suas viagens *nomádicas* diárias, circulando num espaço delimitado a partir de itinerários mais ou menos fixos, definidos pela jornada de trabalho. Afinal, como pontuam Deleuze e Guattari, "o nômade é (...) aquele que não se mexe, que não quer partir e se agarra à sua terra deserdada" (DELEUZE, 1992, p. 100), "o nômade só vai de um ponto a outro por consequência e necessidade de fato; em princípio, os pontos são para eles alternâncias num trajeto" (DELEUZE E GUATTARI, 1997, p. 51).

Após ser informado pelo motorista que havíamos enfim chegado em Cabuis, (**4**) desci de súbito. Antes que o ônibus partisse, perguntei ao motorista se aquela era a rua principal: entre risos, ele respondeu "Cabuis é só essa rua mesmo". Liguei para Ronaldo, diretor da Rádio Comunitária G, informando a minha chegada. Enquanto o esperava, minha atenção foi tomada por uma locução contínua vinda de uma caixa de som sobre um poste na rua. Logo notei que se tratava de uma rádio-poste, um sistema integrado de alto-falantes instalados em diferentes pontos de uma comunidade. Apesar de ter tido seu apogeu nos anos 1980, "a transmissão de programas através de alto-falantes foi e continua sendo, em muitos lugares, o veículo de comunicação a que as organizações comunitárias tiveram acesso para poderem levar suas mensagens aos habitantes de determinadas localidades" (PERUZZO, 1998, p. 5). Com a chegada de Ronaldo, fui informado que se tratava da Rádio-Poste Ar Livre, com 24 horas de programação diária, se estendendo por vários quilômetros, atingindo ruas de Campo Grande. Além das propagandas do comércio local, a Rádio-Poste Ar Livre veicula músicas de estilos diversos e pequenos recados para a comunidade. Fiquei curioso se membros da comunidade não se incomodavam com a transmissão ininterrupta: "tá todo mundo acostumado... Sempre esteve aí", afirmou Ronaldo.

De acordo com a pesquisa que eu previamente realizara, a Rádio Comunitária G estaria localizada no município de Campo Grande. Fiquei confuso quando Ronaldo me disse que iríamos para sua casa visitar as novas instalações da rádio, ali mesmo em Cabuis. Fui então informado que a transferência havia ocorrido há poucos meses, após a antiga sede da rádio ter sido saqueada. Praticamente tudo havia sido levado: mesa de áudio de 42 canais; microfones específicos para estúdio; aparelho de *mini-disc*; antena; transmissor de rádio; demais equipamentos sonoros; álbuns. Por sorte, o computador pertencente à rádio ficava

guardado num lugar pouco visível e o fato de ter sido poupado seria de grande importância para a continuidade da Rádio. Perguntei se a Polícia local não conseguira pistas dos criminosos. Sua resposta saiu sob um riso no canto da boca: "denunciar pra quem, se foram eles que mandaram?". Ronaldo então contou que a Rádio estava sendo alvo de extorsão por parte da milícia(**5**) que age na região de Campo Grande. De acordo com o diretor da Rádio, por seis meses, os integrantes do grupo paramilitar pressionavam pelo pagamento mensal de cem reais, taxa cobrada a todos os estabelecimentos da região. Ronaldo e os demais integrantes da emissora, por não concordarem com a ação do grupo, decidiram não pagar a mensalidade. Argumentavam que a Rádio não poderia arcar com a quantia estabelecida e postergavam um prazo para o início do pagamento. A isso se seguiu uma série de ameaças que acabou culminando no saque realizado em meados de 2007. O diretor da Rádio conta que, logo depois, chegou a conversar pessoalmente com um dos integrantes da milícia a fim de tentar algum tipo de negociação: sem sucesso. Como resposta, "perdeu".

Com receio de novas investidas, Ronaldo e os demais integrantes da rádio decidiram encerrar as atividades em Campo Grande e fecharam a sede onde estavam desde a criação da emissora, em 1997. Mas como "rádio é que nem pinga", Ronaldo, por iniciativa própria, decidiu reiniciar as atividades radiofônicas improvisando um estúdio num dos cômodos da sua casa utilizando o computador para veicular os áudios – "em Cabuis *ainda* não chegou a milícia". Pela falta de uma mesa de áudio e dos microfones, a rádio no momento só transmite programas gravados. Muitos estão sendo produzidos num estúdio de Campo Grande, outros tantos são reprises de programas antigos. Foi com orgulho, contudo, que o diretor da Rádio Comunitária G afirmara que a rádio havia ficado fora do ar apenas por poucos dias após o assalto: "logo em seguida eu já tava no Banco do Brasil pra fazer um empréstimo de cinco mil reais pra comprar um outro transmissor". E assim, em pouco tempo, a casa simples onde vivem ele e a esposa foi invadida por cartazes promocionais de músicos diversos, desde os mais famosos até os mais regionais. Ronaldo espera conseguir reiniciar em breve as atividades ao vivo da rádio.

É interessante notar as rádios comunitárias tendo que lidar com mais esse tipo de violência. Porque historicamente as emissoras comunitárias já são marcadas por um embate permanente com o Estado, sendo alvo de uma violência estatal sistematizada(**6**). Como explicitado em outro momento(**7**), a expansão de emissoras de baixa potência iniciou-se no Brasil em meados dos anos 1980. Muitas rádios foram sendo criadas a partir de uma necessidade local de comunicação, num país marcado tanto pela grande extensão territorial quanto pela oligopolização midiática. Outras surgiram com um caráter puramente experimental, uma curiosidade em *fazer comunicação* e foram adquirindo uma dimensão política com o passar do tempo: tal mudança se mostra bastante natural quando levamos em conta as carências sociais de muitas regiões do Brasil e a capacidade que os meios de comunicação têm de mobilizar pessoas em torno de demandas específicas, de modo a

tornar mais eficaz a pressão junto ao poder público. De qualquer forma, tanto as emissoras de baixa potência motivadas pela experimentação, quanto aquelas criadas com objetivos político-sociais foram alvos da repressão estatal, tendo em vista que o Estado, enquanto detentor do espectro eletromagnético, não reconhecia sua legitimidade. A partir dos anos 1990, o exponencial aumento no número de rádios comunitárias brasileiras foi acompanhado pela consolidação de um processo de articulação entre esses atores, através de associações, entidades, comitês regionais e do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC). Além de favorecer um incremento ainda maior no número de emissoras, essa mobilização possibilitou um acúmulo de forças e forte pressão social que culminou na regulamentação do funcionamento das rádios comunitárias brasileiras. Quando foi iniciada a luta pela criação de uma legislação específica para a radiodifusão comunitária, o movimento – ou parte dele – acreditava que a regulamentação criaria mecanismos transparentes capazes de promover o acesso democrático ao espectro eletromagnético e mudar a situação de repressão que as emissoras de baixa potência já sofriam por parte do Estado e da Polícia Federal. Infelizmente, não foi bem isso o que aconteceu. A Lei 9.612/98, que regulamenta a radiodifusão no Brasil, foi criada sob forte *lobby* político das grandes corporações de mídia e até mesmo de muitos parlamentares, proprietários diretos ou indiretos de meios de comunicação(**8**). O resultado foi uma lei que impõe diversas restrições que dificultam e muitas vezes inviabilizam o funcionamento das rádios comunitárias(**9**). Além disso, o processo que foi instituído para a concessão da outorga é cheio de burocracia, lentidão e passível de apadrinhamento político, ajudando a arrastar as emissoras comunitárias para a ilegalidade e dessa forma, continuarem a ser alvo da repressão estatal(**10**).

Dentre os diferentes regimes de violência, Deleuze e Guattari distinguem *a Polícia de Estado ou violência de direito* que "consiste em capturar ao mesmo tempo que constitui um direito de captura (...) A sobrecodificação do Estado é precisamente essa violência estrutural que define o direito, violência 'policial' (...) a violência de direito ou de Estado parece sempre se pressupor, uma vez que ela preexiste a seu próprio exercício" (DELEUZE E GUATTARI, 1997, p. 144). Quando o número e a importância política das rádios comunitárias já não podia mais ser ignorado, fez-se necessária uma sobrecodificação dos seus fluxos por parte do aparelho estatal. Um aparato jurídico foi cuidadosamente delineado, de modo que se apresentasse como *concessão* o que na verdade era um enquadramento legal para legitimar a continuidade da ação da Polícia de Estado. São frequentes as denúncias de emissoras comunitárias vítimas de ações truculentas por parte da Polícia Federal. Muitos de seus comunicadores são detidos, as instalações danificadas e os equipamentos apreendidos.

Ronaldo, por sua vez, afirmou que a Rádio Comunitária G nunca teve problemas com a Polícia Federal. Inclusive me mostrou cópia do processo de outorga no Ministério das Comunicações, que aguarda aprovação. A espera de Ronaldo pode ser infrutífera. O processo

costuma demorar de um ano e meio a dois anos e acaba por eliminar grande parte das proponentes, notadamente as que não possuem apoio político. De acordo com uma pesquisa realizada por Cristiano Aguiar Lopes, os processos apadrinhados têm 4,41 vezes mais chances de receberem a outorga do que os demais. E o autor afirma que o favorecimento ocorre na mais perfeita legalidade.

> "*Há uma lista de exigências determinadas por lei e, para cumprir essas exigências, um padrinho político é essencial. (...) As entidades que tentam sanar todos os problemas das associações e fundações comunitárias que não têm apoio de políticos não sabem como se dá o processo tão bem quanto os deputados, que contam com a assessoria de seus gabinetes que trabalham, muitas vezes, como despachantes desses processos, sanando documentação pendente e até apresentando essa documentação ao Ministério. É uma luta desigual*" *(GASPAR, 2005).*

E sem a concessão, a rádio volta a ficar vulnerável à ação da Polícia: é mais um circuito que demonstra o intrincado aparelho de Estado produzindo os pressupostos para suas ações: "uma violência que se coloca como já feita, embora ela se refaça todos os dias" (DELEUZE E GUATTARI, 1997, p. 143).

Como em grande parte das emissoras comunitárias brasileiras, todos os comunicadores da Rádio Comunitária G possuem outras atividades além daquelas desempenhadas na emissora. Ronaldo, por exemplo, trabalha como produtor e divulgador cultural. Os demais colaboradores da emissora também não possuem formação na área de Comunicação e não têm na atividade radiofônica sua fonte principal de recursos. Quando perguntei como a rádio obtinha recursos financeiros para manter suas atividades, o diretor da Rádio disse que as principais fontes de receita eram as doações e as propagandas do comércio local. Cada comunicador ficava responsável pelos anúncios em seus horários de programação: uma metade do valor ia para a rádio e a outra para o comunicador. Porém, Ronaldo declarou ser contra a cobrança alta de propaganda em rádios comunitárias: "o espírito da rádio é de serviço social". Enquanto algumas de suas parceiras chegavam a cobrar setecentos reais mensais pelas inserções diárias, o valor da Rádio Comunitária G não ultrapassava trinta reais. A emissora procura manter as inserções publicitárias nos moldes previstos pela legislação: de acordo com a Lei 9.612/98 é permitida somente a propaganda na forma de apoio cultural, ou seja, no pagamento dos custos relativos à transmissão da programação ou de um programa(**11**). A emissora, nesse caso, pode veicular apenas mensagens institucionais do estabelecimento patrocinador, sem fazer referência a seus produtos ou serviços(**12**).

É curioso notar como a própria rádio comunitária pode se tornar um local de mobilização social, a fim de ora suprir omissões do poder público, ora estabelecer canais de diálogo com ele. Enquanto me mostrava o estatuto da emissora – "uma entidade civil de objetivos culturais, laica, democrática, sem filiação ou posição político-partidária" –,

Ronaldo me falava que a antiga sede contava com uma farmácia comunitária, mantida pelos próprios integrantes da comunidade. A rádio frequentemente promovia campanhas pontuais, com o objetivo de fornecer cestas básicas aos moradores mais pobres do bairro: a mobilização era rápida, com poucas inserções do locutor, as doações já começavam a chegar. Além disso, a rádio possuía contatos estabelecidos com diversos órgãos públicos, como hospitais, delegacias e a Defensoria Pública da região. Ronaldo conta que grande parte da população não tem conhecimento dos direitos nem dos trâmites legais para fazer uso dos mesmos. Por isso, era comum pessoas analfabetas procurarem a rádio para redigir uma carta solicitando um pedido a um órgão público da região ou para obter informações sobre como, por exemplo, conseguir uma cirurgia num hospital distante dali: "o legal de uma rádio comunitária é ter contato com órgãos públicos e encaminhar o povo pra lá. Esse é o verdadeiro trabalho da rádio".

Ronaldo contou que a rádio ficava no ar 24 horas. A atual falta de equipamentos afetara significativamente a grade de programação impedindo que a maioria dos comunicadores continuasse com suas atividades. Apenas alguns se dispunham a gravar antecipadamente num estúdio parceiro em Campo Grande, enquanto os outros aguardavam o restabelecimento da veiculação ao vivo para retornar aos microfones. Ronaldo me mostrou muito material em áudio produzido pela emissora. Um dos que mais me chamou a atenção foi uma série de programas radiofônicos de cunho cultural produzido por crianças da comunidade: a redação era conjunta com adultos, mas a locução ficava por conta delas.

O diretor conta que ao estimulá-las no fazer radiofônico, a empolgação resultante acabava por afetá-los a todos na emissora: "são elas que vão estar aqui amanhã". O diretor apresentou também áudios obtidos em parcerias com outras emissoras e entidades apoiadoras: diversos programas, *jingles, spots* e cartilhas sobre temas como cultura, saúde, direitos da mulher, racismo, educação, orçamento participativo. Grande parte do intercâmbio de conteúdo informativo havia se dado por intermédio das ferramentas da internet. Determinados instrumentos tecnológicos têm sido utilizados de forma cada vez mais promissora pelas rádios comunitárias como forma de potencializar as trocas entre esses atores sociais. Apesar de impedidas de criar redes tradicionais de transmissão radiofônica(**13**), as rádios comunitárias e o movimento político que as constituem têm utilizado a internet para formar redes virtuais de intercâmbio de projetos, experiências e programação(**14**). Em se tratando das rádios comunitárias, as possibilidades e potencialidades que se inauguram com esses usos e trocas propiciados pelas novas tecnologias de informação e comunicação prometem ampliar sua já promissora esfera de ação social.

A trôpega iluminação pública de Cabuis proclamava a chegada da noite. O retorno deveria ser menos demorado do que a vinda: pouco trânsito de automóveis, pois aquele era

um dos momentos do dia de interrupção temporária do nomadismo urbano: fluxos humanos em repouso. De qualquer forma, a penumbra permanente do anoitecer tornava supostamente mais ameaçadores os perigos da metrópole. Era hora de partir. Mas, claro, ainda havia tempo para um cafezinho hospitaleiro. Afinal, talvez a melhor forma de expressar gratidão por uma gentileza recebida seja aceitar a oferta de uma outra.

Considerações finais

> É bom que esteja claro, antes de mais nada, que o movimento das rádios livres pertence justamente àqueles que o promovem, isto é, potencialmente a todos aqueles – e eles são uma legião – que sabem que não poderão jamais se exprimir de maneira convincente nas mídias oficiais.
>
> *Felix Guattari*

Guattari inicia o livro *Rádios livres – a reforma agrária no ar* com um importante texto sobre o fenômeno das rádios livres e sua especificidade no contexto latino-americano – notadamente no brasileiro – em que tal "intervenção de uma inteligência alternativa, de práticas sociais inovadoras (...) parece indispensável à saúde de centenas de milhões de explorados desse continente" (GUATTARI, 1987, p.10). Se o livro, lançado em 1986, no início da expansão virulenta das experimentações radiofônicas de baixa potência no país, pode ser considerado o manifesto primeiro dos radioapaixonados brasileiros, o prefácio de Felix Guattari é sua inspiração política máxima. Na época, não havia ainda uma distinção clara entre rádios livres e rádios comunitárias. No Brasil, essa separação só se daria anos depois com uma fissura por princípios no movimento político, apesar das pautas – ainda hoje – comuns referentes à democratização da comunicação. As rádios comunitárias lutam por uma legislação mais inclusiva que contemple suas reivindicações. Já as autodenominadas rádios livres não reconhecem o Estado como detentor legítimo do espectro eletromagnético e defendem controle estatal mínimo na distribuição dos canais. O próprio Guattari antecipa essa questão no referido texto: "parece-me evidente que em uma etapa ou outra no processo atual deverão ser estabelecidas negociações com as autoridades". E, sob uma análise ancorada no aspecto revolucionário e político desse novo fenômeno midiático que surgia no cenário brasileiro, pondera: "a questão toda está em fazer essas negociações nas melhores relações de força possíveis para os movimentos de emancipação dos jovens, das mulheres, dos negros, dos trabalhadores, das minorias sexuais, dos ecologistas, dos pacifistas etc." (GUATTARI, 1987, p. 11).

Como se sabe, essas negociações se deram numa relação de forças desigual. O resultado foi uma lei que mais limita do que viabiliza o funcionamento de muitas rádios comunitárias. Em mais um lamentável episódio de ligação espúria entre o Estado brasileiro e empresas

capitalistas midiáticas, as decisões públicas sobre a legislação brasileira de radiodifusão comunitária foram pautadas por interesses privados. Afinal, como afirma Caiafa, bebendo da inspiração de Deleuze e Guattari, "o capitalismo precisa do procedimento vertical do Estado, do espaço interior do Estado para realizar a sua axiomática" (CAIAFA, 2007, p. 125). Foi pelo aparato legal do Estado que se deu o enquadramento das rádios comunitárias. E é pela "violência de direito" que sua Polícia pôde, sempre de uma forma pontual mas permanente, procurar controlar os fluxos emancipatórios das emissoras brasileiras de baixa potência: "o poder central do Estado é hierarquizado e constitui um funcionariato; o centro não está no meio, mas no alto, uma vez que ele só pode reunir o que isola por subordinação" (DELEUZE E GUATTARI, 1997, p. 123). O circuito estatal orquestrado para conter as rádios comunitárias aqui é claro: enquadrar para isolar; subordinar para controlar.

Mas, adiante da ação vertical do Estado, as cidades oferecem sua horizontalidade, delineada precisamente pelos fluxos humanos que a perpassam. E é lá, nas cidades, que as rádios comunitárias florescem, em suas periferias, nas subcidades esquecidas pelo poder público: onde a insegurança é coletiva, o acesso é difícil, as dificuldades generalizadas. Da necessidade de buscar formas próprias de comunicação e expressão, as rádios comunitárias aparecem como resultado mesmo da própria concentração midiática que as exclui. É como nos lembram Deleuze e Guattari ao afirmar que o capitalismo "não para de colocar e repelir seus próprios limites, mas ele não o faz sem que ele próprio suscite fluxos em todos os sentidos que escapam à sua axiomática (...) sem que os fluxos se dirijam ainda para mais longe (...) e tendam a entrar 'em conexões' que desenham uma nova Terra". São fluxos que inevitavelmente escapam e tendem a se ligar a outros tantos desenhando novas formas de ação política: são as "proposições indecidíveis" de que falam Deleuze e Guattari: "a coexistência ou inseparabilidade disso que o sistema conjuga e disso que não para de lhe escapar segundo linhas de fuga elas mesmo conectáveis" (DELEUZE E GUATTARI, 1997, p. 177).

E como prever quais serão os novos frutos dessas sempre novas conexões? Guattari, já em 1987, arriscava um palpite: "As rádios livres (...) são apenas uma pequena parte do *iceberg* das revoluções midiáticas que as novas tecnologias da informática nos preparam. Amanhã, os bancos de dados e a cibernética colocarão em nossas mãos meios de expressão e de concertação por enquanto inimagináveis" (1987, p. 12). De qualquer forma, será na ação política cotidiana que cada ator social coletivo esboçará sua sempre nova resposta.

Notas

1) Por motivos que ficarão claros no decorrer do texto, os nomes da emissora radiofônica pesquisada e de seu diretor foram modificados.

2) Terceira intervenção da Rádio Xilik – Roteiro do "Sombra" – (27/785). In: Machado et al., 1987. "Dentéis" é uma referência à extinta DENTEL (Departamento Nacional de Telecomunicações) que perseguia e fechava as rádios livres da época. Função similar tem a atual ANATEL (Agência Nacional das Telecomunicações).

3) O conceito geográfico de *conurbação* é definido por um conjunto formado por uma cidade e seus subúrbios que, apesar de implicarem uma sequência, necessariamente não se confundem.

4) A região de Cabuis está localizada em Pedra de Guaratiba, bairro pertencente ao município do Rio de Janeiro e limítrofe ao bairro de Campo Grande.

5) De acordo com Santos, o termo *milícia* se refere a "grupos parapoliciais" cujo "objeto de ação é declarado (...) como sendo prioritariamente a segurança da comunidade. Diferentemente das empresas de segurança privada, não se estabelece uma relação a princípio igualitária de comércio. Um grupo armado se impõe à comunidade, e a obriga a reconhecer a sua existência, financiar o seu custo (...) e a obedecer às suas regras de sociabilidade. Não existe nem a autonomia da população para se negar aos 'serviços' impostos ou aos 'termos' do 'contrato', nem é reconhecida a autoridade do Estado, que considera ilegal a existência desses grupos, mas que, na comunidade, pode estar representado por agentes dispostos à prevaricação e a negociatas." Num primeiro momento, entendia-se o advento das milícias como uma forma de essas comunidades externarem "através da organização de grupos de segurança, uma moral que repudiava o uso e o tráfico de drogas ilícitas (...). A suposta 'restauração da paz' com a expulsão do tráfico representava uma finalidade que se legitimava pela incapacidade do Estado em garantir publicamente uma tranquilidade que passava a ser objeto de extorsão". Essa pretensa legitimidade passou a ser questionada por conta da proliferação das milícias – estima-se sua atuação em mais de uma centena de bairros da cidade do Rio de Janeiro – e da "predominância do interesse privado (lucro, através da coação) sobre a suposta função 'comunitária' ou 'pública' (controle fundiário/imobiliário do território, segurança, serviços) (...). Assim, de sujeitos históricos que, ante a ausência do Estado, se organizam para o acesso a bens públicos, as comunidades carentes passaram a ser consideradas vítimas de um poder paralelo tão nefasto ou arbitrário quanto o tráfico" (SANTOS, 2007, p. 2-4).

6) Segundo dados da Associação Brasileira de Rádio de Televisão (Abert), em 2005, 1.849 rádios comunitárias foram fechadas no Brasil. Isso demonstra que naquele ano, a cada dia, no mínimo, uma rádio foi fechada pelo aparelho estatal. Disponível em http://redeabraco.org/rede/nt240407/acadadia.html. Acesso em 12/08/2007.

7) Para uma discussão sobre a repressão estatal às rádios comunitárias, ver MALERBA, João Paulo. *Rádios Comunitárias: ampliando o poder de ação.*2006, 2º semestre. Monografia (Habilitação em Jornalismo) – ECO/UFRJ. Disponível em http://www.overmundo.com.br/banco/radios-comunitarias-ampliando-o-poder-de-acao. Acesso em 2/12/2007.

8) Dos parlamentares membros da Comissão de Comunicação, Tecnologia e Informática, responsável pela aprovação do projeto de lei que regulamentaria a radiodifusão comunitária no Brasil, 70% eram donos ou tinham interesses indiretos em empresas de rádio e televisão (COSTA E HERMANN JUNIOR, 2002).

9) Entre tais restrições, estão: limitação no alcance a 1 km de raio; proibição de veicular em rede; potência de 25 watts; proibição de obter verba publicitária; entre outras.

10) "O que deveria ser uma Lei do Ventre Livre para as rádios comunitárias tornou-se uma Lei do *Apartheid* da Radiodifusão. O canal para obter uma autorização de funcionamento tem gargalos tão apertados, que é praticamente impossível a elas sobreviverem na legalidade. E o governo federal o estreitou ainda mais, com uma regulamentação que obriga as entidades a percorrerem um circuito burocrático que é uma verdadeira corrida de obstáculos. Com isso, grande parte delas não consegue atender as exigências por falta de informação, estrutura, organização ou habilidade técnica para mexer com a documentação" (Breve, 2007).

11) Essa restrição no orçamento das emissoras comunitárias, em muitos casos, afeta diretamente o seu funcionamento e a manutenção de suas atividades. Assim como qualquer veículo de comunicação, é importante que seu pessoal seja remunerado de forma digna, que sejam realizadas capacitações periódicas, que haja investimento em equipamento, que a manutenção da rádio seja garantida. Quanto mais uma rádio comunitária se fortalece em uma determinada comunidade, maiores serão suas demandas e, consequentemente, maior será a necessidade de aportes financeiros. Ao definir que uma rádio comunitária não deve ter fins lucrativos, a legislação garantiu que seus propósitos fossem outros que não o lucro. Mas isso não deve significar um obstáculo para seu crescimento, sua capacidade de mobilização social e ampliação da cidadania em razão da carência de recursos.

12) O Projeto de Lei 2.105/03 propõe alterações na Lei 9.612/98 permitindo a publicidade de micro e pequenas empresas instituídas na região da rádio por um período máximo de seis minutos a cada hora de programação. O Projeto tramita no Congresso e está sob análise da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.

13) A legislação brasileira de radiodifusão comunitária impede a formação de redes. As rádios comunitárias somente podem formar o que é também denominado "cadeia de rádios" em casos de calamidade pública ou situações específicas, sempre com autorização expressa do governo federal. Não há qualquer restrição desse tipo para as rádios comerciais.

14) Esbocei uma reflexão sobre como as atuais tendências tecnológicas podem influenciar os rumos das rádios comunitárias em *Rádios comunitárias brasileiras e as novas tecnologias de informação e comunicação: tecnologia, regulamentação e poder* (MALERBA, 2008b).

Referências Bibliográficas

BREVE, Nelson. O drama sem fim das rádios comunitárias. *Revista ARede.* São Paulo, nº 19, out. 2006. Disponível em http://www.arede.inf.br. Acesso em 02/12/07.

CAIAFA, Janice. *Aventuras das cidades - ensaios e etnografias.* Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007.

COSTA, Mauro Sá Rego e HERMANN JUNIOR, Wallace. Rádios Livres, rádios comunitárias, outras formas de fazer rádio e política. *Revista Lugar Comum.* Rio de Janeiro, nº 17, Mai – Out, 2002.

DELEUZE, Gilles. *Conversações: 1972-1990*. Rio de Janeiro: Ed.34, 1992.

____; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs - capitalismo e esquizofrenia.* Vol.5. São Paulo: Ed. 34, 1997.

DOMINGUES, Juliano. A cada dia, uma rádio comunitária é fechada no Brasil. *Radioagência NP.* Disponível em http://redeabraco.org. Acesso em 12/08/2007.

GASPAR, Júlia. Rádio comunitária depende de padrinho: entrevista Cristiano Aguiar Lopes. *Observatório da Imprensa.* Mai. 2005. Disponível em: http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br. Acesso em 03/12/2007.

GUATTARI, F. As rádios livres em direção a uma era pós-mídia (prefácio). In: MACHADO, A.; MAGRI, C.; MASAGÃO, M. *Rádios livres – a reforma agrária no ar.* São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

MALERBA, João Paulo. *Rádios Comunitárias:* ampliando o poder de ação. 2006, 2º semestre. Monografia (Habilitação em Jornalismo) – ECO/UFRJ. Disponível em http://www.overmundo.com.br/banco/radios-comunitarias-ampliando-o-poder-de-acao. Acesso em 2/12/2007.

____. *Rádios comunitárias brasileiras e as novas tecnologias de informação e comunicação: tecnologia, regulamentação e poder*. Projetos Experimentais.com, v. 2, p. 4, 2008a.

____. *Comunicação Comunitária no Limite.* In: PAIVA, R. e SANTOS, C. H. R. (orgs.). Comunidade e contra-hegemonia: rotas de comunicação alternativa. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008b.

PERUZZO, Cicília. *Participação das Rádios Comunitárias no Brasil.* Versão ampliada. Trabalho apresentado no GT Cultura e Comunicação Popular, XXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Recife, 1998.

SANTOS, Rogério Dutra dos. As "milícias" do Rio de Janeiro (ou a busca de legitimidade da "polícia mineira"). *Boletim do Centro de Estudos Direito e Sociedade*. Rio de Janeiro, fev.2007. Disponível em http://www.cedes.iuperj.br. Acesso em 02/12/2007.

(Recebido para publicação em 24/08/2011)

Bandidos & bandidos: os vários tempos da cidade

Criminals & criminals: the city over time

Rôssi Alves Gonçalves,
Doutora em Teoria Literária, Profa. adjunta da
Universidade Federal Fluminense
E-mail: rossialves@ibest.com.br

RESUMO:

A cidade do Rio de Janeiro, com sua tendência à rebeldia e com a imensa dificuldade de conter o crime, sempre foi espaço propício ao surgimento de ícones de uma cultura, às vezes, romântica, simpática, glamourosa e, muitas vezes, criminosa, também. Em tempos diversos, mídia, literatura, cinema, a arte em geral ajudaram a construir certa aura sobre tais personagens, o que corrobora a perpetuação dos mesmos na memória carioca.

Palavras-chave: marginais; heroísmo; discursos

SUMMARY:

The city of Rio de Janeiro, with its tendency to rebellion and major difficulty in restricting crime, has always been a propitious area for the emergence of cultural icons – sometimes romantic, likeable, glamorous – but often criminal also. Over the years, the media, literature, cinema and art itself have helped to give a certain aura to these characters, which tends to perpetuate them in the carioca *memory.*

Key words: *outlaws; heroism; discourses*

"Muambas, baganas e nem um tostão": celebridades marginais

O termo malandro, derivação de malandrim, tem sua origem em *malandrino,* do italiano, que indica salteador, vagabundo, popularmente conhecido como o esperto, aquele que se dá bem sem fazer esforço e que goza, ainda, da simpatia popular.

O malandro, como símbolo marginal carioca, ganha contornos mais nítidos no fim do século XIX e alcança enorme repercussão porque, de certa forma, traduz o espírito de alguns grupos da sociedade carioca. Uma sociedade que apresenta enorme efervescência social: cafés, bares, teatros, mas não comporta a enorme massa de ex-escravos, pobres, favelados. Tais grupos não têm acesso ao conforto dessa nova sociedade, mas querem fazer parte dela. Assim, por meio de trabalhos alternativos ou pela via da malandragem, eles buscam a inclusão nesse meio social emergente e agitadíssimo.

Dessa forma, o malandro adquire expressividade e se torna referência contumaz para o imaginário artístico brasileiro, sobretudo, para a crônica e a música. Pertencente às camadas mais baixas da cidade, o malandro é, predominantemente, negro ou mestiço, habitante de cortiços, morros e favelas (Cf. MATOS, 1986):

> *Entre os cariocas o malandro está simbolizado pelo homem do morro, que aí acampou, ergueu o seu barraco ainda sob o complexo da escravidão e faz arruaças por prazer, numa demonstração de homem livre, de valentão senhor de seu nariz* (BANDEIRA E ANDRADE, 1965, p. 506).

Manduca da Praia, o malandro descrito pelo cronista Luiz Edmundo, ilustra bem esse personagem que faz do Centro do Rio de Janeiro, no início do século, o local especial de suas atuações: "na zona do femeaço, entre fuzileiros navais e guardas da polícia" (EDMUNDO, 1957, p. 379), nas rodas de samba, casas de jogos e, ainda, participando da vida política carioca como cabo eleitoral.

E é, sobretudo, nessa relação com políticos e autoridades que ele tem sua glória ilusória, porque nunca deixa de pertencer ao submundo, ao grupo que, se por um lado protege políticos e está ao lado do governo, também está marcado por provocar inúmeras confusões quando a capoeira não está a serviço da elite: "Manduca da Praia, por cálculo, é cabo eleitoral do partido do governo e sua escora nos colégios eleitorais, onde comparece sempre eriçado de facas, navalhas e de cédulas (...)"(EDMUNDO, 1957, p. 380). Ou seja, ocupa um lugar fronteiriço: nem pertence ao mundo político, que é o mundo do reconhecimento, nem pode ser tomado por criminoso; equilibra-se entre políticos e brancos ricos - e aí é o malandro aceito - e prostitutas e jogadores perseguidos e, nesse caso, aproxima-se, intimamente, da marginalidade assustadora, como aquela descrita por Costallat em *O jogo do Bull-Dog (*1995): um antro, onde se encontram marginais diversos e perigosos.

"Vive, ainda, dividindo-se entre a viola e a navalha: em contínuos desafios, ora calmos, de viola em punho, ora mais violentos", (BANDEIRA E ANDRADE, 1965, p. 506) sempre descritos com grande orgulho:

> *Saía eu, honte, de tardinha, do chatô para ir ao chorô do Madruga, no Agrião, quando risca na minha frente um cujo, meio çarará e que eu me recordei de haver estragado num dia de festa no arraial da Penha por motivo de Ermelinda que então vevia comigo. O cabra vinha zarro para tirar sua desforra e fazer sua deferença. Não dei tempo ao bruto de comparecer com os argumentos* (EDMUNDO, l957, p. 378).

O que distingue o malandro de tantos personagens marginais da história da cidade é essa flutuação entre os mundos da honestidade e da desonestidade. É inconcebível para um malandro projetar-se na vida por meios legais. A sua introjeção acontece pela sua competência em enganar, trapacear e comover. "Se trazes no bolso a contravenção/ 'Muambas, baganas e nem um tostão/ A lei te vigia, bandido infeliz/ com seus olhos de raio x" (BUARQUE, 1979). É um malandro persuasor, que aplica golpes diversos, idealizador de grandes "jogadas" a fim de se dar bem e, ainda, parece inalcançável pela lei.

Há a aversão ao trabalho - para otário. No entanto, o contato com o mundo da ilegalidade é tímido e tal fato, talvez, explique porque, mesmo não se envolvendo com o trabalho burguês e com a ordem pregados pelas autoridades, ele, ainda assim, firma-se como uma figura de grande apelo popular, o barão da ralé:

> *Quando ele parte, maneiroso e gentil, cantarolando, alegre, o "pinho" entre os dedos, saudando os desconhecidos do cortiço - Bá tarde! muito orgulhoso das suas calças brancas, da sua bipartida gaforinha, há um movimento de admiração que o envolve e acaricia. Gabam-lhe a voz, o violão, o bom corte do terno feito na Tesoura de Prata à rua da Saúde (...)* (EDMUNDO, 1957, p. 378).

Os pequenos desvios cometidos pelo malandro são tratados, apenas, como esperteza; não são, normalmente, considerados golpes, porque não se destinam aos homens honestos, humildes, mas, comumente, a seus outros semelhantes: "O malandro/ Na dureza/ Senta à mesa/ Do café/ Bebe um gole/ De cachaça/ Acha graça e dá no pé" (BUARQUE, 1979). É o indivíduo que não se intimida e aplica o golpe. Um desenho da malandragem mais ingênua, romântica. Não age, ainda, por desonestidade ou arrogância:

> *O malandro é o fraco a defender-se das insídias do meio e que tenta conseguir o seu quinhão através de artimanhas, não tanto por desonestidade como para despender um mínimo de esforço das poucas sobras de energia que dispõe* (BANDEIRA E ANDRADE, 1965, p. 505).

Por não se encontrar totalmente na irregularidade, já que ao mesmo tempo que se afasta do paradigma de cidadão também não se inscreve no mundo do crime, o malandro é, apenas, a figura excêntrica, ora merecedor de admiração, ora de ajustes de contas com a Polícia. Ele se equilibra: "Entre deusas e bofetões/ Entre dados e coronéis/ Entre parangolés e patrões/ O malandro anda assim de viés (BUARQUE, 1979). O malandro nem ocupa totalmente o lugar do ilícito, nem está inserido na ordem burguesa: ele está na fronteira.

Esse conflito com a Polícia vai rareando a medida que as suas atividades vão perdendo a marca marginal: quando o samba começa a ser reconhecido ou quando a capoeira perde a conotação violenta e marginal e se impõe como esporte e dança, o malandro é suportado, embora não ocupe, ainda, um lugar dentro da ordem burguesa. Nesse ponto, o malandro redefine-se: ou assume a ordem, ou vira bandido e vai viver totalmente na ilegalidade.

A malandragem cresce, também, entre aqueles que aparentemente estariam acima de qualquer suspeita. Porém, essa malandragem profissional é desglamourizada, não "anda de viés" e, frequentemente, ocupa a cena do poder constituído - econômico ou político - transmitindo, séria e bem composta, a pose do colarinho branco. Esse símbolo marginal, predominante até a metade do século passado, cede espaço ao bandido "bom", também morador de áreas carentes e cujos recursos para sobrevivência não se baseiam no trabalho.

A diferença fundamental existente entre o malandro e o bandido "bom" reside na total inserção deste no caminho da ilegalidade. Com o bandido "bom" desfaz-se a fronteira entre o legal e o ilegal; já não há o trânsito pelos dois lados, mas, sim, uma adesão explícita à via da ilegalidade. O malandro assume um lugar dentro da marginalidade carioca por não se fixar na ordem burguesa recém-instalada - o tipo de ócio visto por alguns como uma forma de protesto. Já a imagem que a mídia constrói do bandido "bom", que atua principalmente nas décadas de 1950/1960, é de um personagem com atuação totalmente criminosa, protagonista de roubos, jogo do bicho, homicídios, venda de maconha e a utilização de armas de fogo."Quando a criminalidade no Rio de Janeiro aposentou a navalha e empunhou um revólver 45, o malandro da Lapa deu lugar a bandidos como José da Rosa Mirando, que vivia no Morro da Favela, atrás da Central do Brasil e, já em 1954 era acusado de vários assassinatos, que praticou ou não (..)" (*O Globo*, 5/2/95, p. 32).

Se o malandro, enquanto personagem constrói-se dentro da crônica carioca do início do século, o bandido "bom" tem, na mídia impressa, o seu melhor criador. Esse tipo de bandido populariza-se pela imagem de bandido amigo da comunidade, porque não oferece perigo a ela e nem à cidade. É mais um vizinho, alguém que nasce e se cria por ali e que é bandido. A comunidade apenas reconhece a sua atividade marginal, sem conferir a essa nenhuma apreciação valorativa.

No entanto, mesmo sem uma performance espetacular no mundo do crime, cerca-se de importância dentro da marginalidade carioca, como o bandido Cara de Cavalo: "Era apenas um achacador de bicheiros e pequeno traficante da Favela do Esqueleto, que já não existe" (*O Globo*, 5/2/95, p. 32). Todavia, uma imagem muito diferente é sustentada por alguns jornais da época, conforme sugere a seguinte manchete do jornal *O Dia*: "Bandido que matou Le Cocq continua pondo em pânico a cidade".

Como muitos desses personagens do mundo do crime valem-se de meios mais ardilosos para sobreviver, recebem, pela mídia, saudações que, às vezes, em nada correspondem às suas habilidades, como o caso do bandido Lúcio Flávio - personagem do romance de José

Louzeiro - que foi apresentado por jornais da época como um bandido inigualável, de grande inteligência: "As especialidades de Lúcio Flávio eram roubar carros, fugir de presídios (...) e produzir frases inteligentes de rebeldia contra o sistema. Principalmente contra o sistema penitenciário" *(O Globo*, 1995, p. 32).

Parte dessa fama se deve às atitudes mais violentas cometidas por tal bandido; atitudes que produzem uma imagem de marginal muito distante da existente até então, que é a do malandro com a navalha e seus pequenos e perdoáveis golpes. É incontestável a influência da mídia na construção desse personagem violento que cresce em importância. A promoção a esses bandidos revela-se pelas notícias sobre prisões, mortes e pelas atuações ilícitas: tudo noticiado espetacularmente.

> *Ao matar o lendário detetive Cara de Cavalo decretou sua sentença de morte. Em poucos minutos, deixou de ser um reles explorador de mulheres e achacador de bicheiros, frio e pobre, com a cara que lhe deu o merecido apelido, para se transformar num formidável bandido.* (VENTURA, 1994, p. 45).

A construção imaginária, nesse momento, tem na mídia seu interlocutor mais frequente e potencial, o que pode ser depreendido nas plurais atribuições de qualidades que, na realidade, tratavam-se de falsas ações ou, no mínimo, não comprovadas.

Habitante de morros e favelas, o bandido "bom" é respeitado pela comunidade, sobretudo, porque suas principais atividades - o jogo do bicho e a venda de maconha - não comprometem a tranquilidade dos moradores, o que acaba acontecendo com a expansão do comércio de drogas e a consequente imposição do traficante como o "dono do morro".

Os negócios profissionais do bandido "bom" são pequenos e não atraem, para o morro, a Polícia. Logo, o morador não é submetido, com frequência, a constrangimentos. Além do que, esse bandido ganha apenas o suficiente para a sua sobrevivência. Os locais perigosos e que sofrem perseguição policial localizam-se no Centro da cidade, principalmente, na Central do Brasil. Sobre o morro, ainda paira uma aura romântica.

Embora o índice de violência já seja alarmante, a violência cometida pelo bandido "bom" restringe-se a eliminar seus inimigos, no caso, a Polícia e os concorrentes. Ele ainda é, apenas, um matador de tiras, como Cabeleira, um dos mais perigosos marginais da década de 1960: "E Cabeleira matou o detetive Eugênio Parada e feriu outro guarda (...) O matador de 'tiras', entretanto, não foi esquecido. No dia 2 de novembro, na Estrada de Iguaritá, Rio das Flôres, foi cercado pela turma do detetive Chocolate (...) (*Luta Democrática*, 11/01/65, p. ll).

Também não são comuns as incursões da Polícia nos morros. Logo, as comunidades têm bom convívio com esse personagem simpático e generoso (tal relação amistosa com os bandidos não se limitava à comunidade local, mas também já era idealizada por pessoas de meios diversos, como intelectuais da importância de Hélio Oiticica. Há, ainda, a famosa crônica de Clarice Lispector sobre a morte de Mineirinho):

> *A polícia tem dêle um medo sem limites. Anda armado com duas pistolas 9mm e traz numa pasta, uma metralhadora Ina a que chama ternamente de criança. (...) Murilão não assalta. Limita-se a tomar empréstimos a contraventores da Zona Norte e Meriti, aos quais protege (LutaDemocrática*, 11/01/65, p. 11).

Supõe-se que esse relacionamento se deva, ainda, à imagem que o bandido "bom" transmite à comunidade: pobre, morador de favelas e sem ambições maiores, esse bandido é igual aos outros moradores do local. Os pontos de jogos funcionando espalhados pela cidade e os de revenda de drogas ocorrendo principalmente nos centros da cidade, nas áreas conhecidas como de risco, paira uma certa tranquilidade nos morros e favelas. Com isso, os pontos de perseguição são diversos e os morros apenas abrigam os líderes da marginalidade.

A situação conflituosa entre moradores/bandidos/Polícia só vem a complicar-se já no fim do século, por volta dos anos 1980, período em que a crise econômica, já acentuada, promove, forçosamente, um reordenamento da sociedade. Problemas como: baixos salários, alto índice de inflação, desemprego, entre outros, contribuem para o surgimento de uma camada social formada por pessoas quase miseráveis que, em busca de uma melhor sorte, vão habitar favelas, quando possível, ou ruas; pessoas que vão viver do mercado informal e instável de trabalho e engordar as estatísticas que apontam as péssimas condições de vida dos brasileiros.

A desestruturação da família, da Polícia e de outras figuras emblemáticas do poder, o descrédito nos discursos salvacionistas de políticos, a falta de opções, de chances para uma vida mais digna - educação, saúde, transporte, emprego - têm resposta na inserção de jovens em grupos marginais: tráfico de drogas, assaltos, arrastões são algumas das reações apresentadas à ausência e à incapacidade do Estado de proporcionar vida melhor aos novos deserdados. É nesse panorama que a relação cordial dos moradores do morro com o bandido fica comprometida: com a entrada deste no mercado mais selvagem de venda de tóxicos.

A paz de outrora dos morros é substituída por incursões da Polícia e por todo tipo de problema que essas investidas ainda oferecem. Até, então, a relação parecia caracterizar-se por um pacto silencioso: o morador não sabia nada e o bandido não o importunava. No entanto, com a proporção tomada pelos negócios das drogas, as negociações nos morros e favelas começam a ocorrer por volta dos anos 1980, tornando-se alarmantes no início dos anos 1990, o que explica a recrudescência das hostilidades policiais.

Até então, a ilegalidade gira em torno de roubos de carros, assaltos a bancos e pequenas atividades com maconha. A transição dá-se quando o bandido "bom" envereda pelo comércio de drogas, passando a traficante, e o morro vira, também, o local onde é purificada, embalada e revendida a droga; além de local de planejamento dessas atividades e esconderijo de armas. O bandido torna-se, logo, um empresário do tóxico:

> *(...) nove homicídios são atribuídos a Escadinha. Sua folha penal, aliás, é gorda: tem nove acusações de assaltos à mão armada, nove acusações de tráfico de drogas e meia dúzia de processos por porte ilegal de armas, formação de quadrilha e porte de entorpecentes (O Globo*, 05/02/95, p. 32).

Após a transição da malandragem para a bandidagem do tipo acima descrito, o caminho do bandido, no Rio de Janeiro, torna-se mais perigoso, conforme indica a ficha penal do bandido temido nos anos 1980, conhecido como Escadinha. Simultaneamente, esse tipo de bandido cresce em importância e adquire uma "aura" que o malandro, por um limitado número de atitudes ilícitas, e o bandido "bom", por ser ainda discreto, não obtiveram:

> *Com 2,08 metros de altura e o adequado apelido de Sérgio Grande, ele não impressionava somente pelo tamanho e pelos 36 homicídios que lhe eram imputados. O modo como se vestia (...) o passado de militar e integrante do Batalhão Suez, a suspeita de ter combatido ao lado do capitão Lamarca e o próprio nome de batismo, Sérgio Guarani Vladimir Saulos, criaram uma aura satânica em torno do chefe do tráfico de drogas no Morro do Juramento (O Globo,* 5/2/95, p. 32).

Com suas atitudes tomando-se mais impetuosas, o bandido vê-se cercado de glórias e de adjetivos que, mais do que revelar sua personalidade, servem para mitificá-lo.

Por volta dos anos 1970, as relações com a Polícia tornam-se mais brutais. Por uma necessidade de punir exemplarmente os bandidos mais visados, tem-se, a partir do bandido conhecido como Mineirinho, um tipo mais cruel de execução, que é seguida da morte de outro famoso bandido identificado como Cara de Cavalo - 52 balas perfuraram seu corpo:

> *"Até aquela noite de domingo, 1º de maio de 1962, a população carioca não tinha conhecimento de execuções semelhantes. Os treze tiros que tiraram a vida de Mineirinho abriram caminho para os justiçamentos que se seguiram" (O Globo*, 5/2/95, p. 7).

Na era dos chefões do tráfico, anos 1980/90, há um abrandamento da violência policial com os bandidos mais famosos. Eles são capturados e levados à prisão porque são imprescindíveis na elucidação de diversas atividades ilegais, como a formação do Comando Vermelho e do Terceiro Comando.

Marginais: as falas e as faturas

Os anos 1960, mais especificamente a segunda metade da década, e os 1970 são anos em que a cultura brasileira, de modo geral, a fim de não sucumbir, vê-se obrigada a buscar novas formas possíveis de expressão. Essa busca é marcada por conflitos de toda ordem, uma vez que o momento cultural fervilha, mas não se tem, no Brasil, um ambiente que favoreça o livre desenvolvimento dos novos canais de expressão cultural. Por outro lado, se o fechamento político cerceia muitas ideias e posições, também se revela grande incentivador

dos artistas que, na impossibilidade de se manifestarem livremente, têm que encontrar alternativas metafóricas para dar corpo às suas questões.

O chamado discurso esquerdista, por exemplo, quando abafado, faz-se ouvir por veículos até, então, pouco relacionados a essa postura. Dessas novas parcerias - do discurso da esquerda com as artes - o cinema, a literatura e as artes plásticas - dimensionam, exemplarmente, esses tempos.

Dentre as muitas formas de reação à repressão política, dos anos de ditadura, a narração de vidas marginais - aí vista como uma alegoria sobre a adversa e injusta organização social - serve de fonte a vários artistas com posições de esquerda e outros apenas interessados em se valerem de fórmulas votadas ao sucesso imediato.

Tornam-se comuns, então, obras como "O bandido da luz vermelha", de Rogério Sganzerla, "Charles, Anjo 45", de Jorge Ben - o hino ao 'bandido de bom coração' – "Lúcio Flávio, o passageiro da agonia", de Hector Babenco, e tantos outros discursos que, por intermédio de um bandido-herói ou de outras metáforas, externam parte da inquietação que toma conta dos difíceis tempos. Assim, bandidos de alguma expressão são glamourizados por alguns artistas, enquanto, muitas vezes, são demonizados pela mídia - muito embora nem sempre ela consiga tal feito, já que, apesar do texto da notícia, as manchetes acabam, algumas vezes, promovendo-os à condição de gênios, ou, no mínimo, polarizando atenções sobre eles.

Cara de Cavalo, o célebre bandido dos anos 1960, presta-se a essa dualidade: o assassino do detetive Le Cocq atrai artistas da importância de Hélio Oiticica que lhe rendem homenagens, mas provoca, ao mesmo tempo, a ira da mídia que incentiva a sua captura. Quando mata o famoso detetive Le Cocq, Cara de Cavalo canaliza para si toda a revolta de alguns setores da sociedade que veem no detetive, à imagem do herói, a possibilidade de próspera tranquilidade, de uma cidade sem bandidos, sem roubos. Le Cocq, na década de 1960, é quase um mito na Polícia carioca:

> *A morte de Le Cocq desencadeou uma sede de justiça jamais igualada. Além da Polícia Civil, três batalhões da Polícia Militar e numerosos choques da Polícia de Vigilância, incluindo a Radiopatrulha, com todos os seus efetivos viraram pelo avesso os morros cariocas (Fatos e Fotos*, 19/09/64, p.10).

Por conta desse crime, a mídia constrói um bandido impiedoso, digno de toda a barbárie que caracteriza a sua morte. "Vingada a morte de Le Cocq - Cara de Cavalo crivado de balas: mais de 100 tiros!" (*O Dia*, 5/10/64).

Na tentativa de revelar à cidade o Cara de Cavalo indigno, reles, a mídia contraria o seu intento: alterna notícias do tipo: "Cara de Cavalo é um covarde" (*Fatos e Fotos*, 1964, p. 21) - frase proferida por um inimigo de Cara de Cavalo - com: "Le Cocq queria apanhar Cara de Cavalo a unha, como se êle fosse um simples pivete. O bandido surpreendeu a todos. Passou

a usar disfarces perfeitos (...) Dizem que já furou um bloqueio da PM, usando uma farda de soldado do Exército (...)" (*Fatos e Fotos*, 19/09/64, p. 8). E, ainda: "Bandido que matou Le Cocq continua pondo em pânico a cidade" (*O Dia*). O bandido fica sem uma definição clara quanto à sua capacidade: é ou não um bandido astuto que se sobressai à Polícia?

Muitas vezes, então, na ânsia de desmoralizar o bandido, os textos promovem-no a um bandido inigualável: "Mas nunca, durante os quatro anos de existência dos boinas-pretas, êles atuaram com tanto ímpeto, tanta energia, tanta disposição, quanto agora, na caçada implacável e sem tréguas ao Cara de Cavalo" (*Fatos e Fotos*, 19/09/64, p. 8) e que deixa atônita toda a Polícia carioca e ainda consegue manter suas atividades profissionais:

> *Houve um momento em que três mil homens se puseram em ação e os morros foram vasculhados, as saídas para o Estado do Rio se viram fechadas, a busca se fez noite e dia, sem que, nem por isso, o bandido aparecesse. Pelo contrário, vários pontos do "bicho", as "fortalezas" chamadas, continuaram a ser visitados pelo marginal, que arrebanhou em dois dias sob a caçada, perto de CR$ 1 milhão, na mesma Vila Isabel onde Le Cocq morreu (O Cruzeiro,* 19/09/64, p. 10).

Mas, se a mídia por vezes se trai e exalta Cara de Cavalo, quando deseja apenas desprestigiá-lo, o mesmo não ocorre com a mais enfática saudação que já lhe fora atribuída: o poema-protesto de Hélio Oiticica apresenta uma outra e enaltecida imagem do bandido: "Eu quis aqui homenagear o que penso que seja a revolta individual social: a dos chamados marginais" (OITICICA, 1986, p. 53). Cara de Cavalo e outros bandidos se tornam, então, ícones da rebeldia, da inquietação e figuras comuns nos discursos e movimentos radicais dos anos 1960.

Com o bandido Lúcio Flávio, nos anos 1970, talvez se tenha a melhor versão de bandido-herói. Rapaz bonito, classe média e com alguma cultura, ele é um bandido-galã e, assim, sua imagem se cristaliza no imaginário popular da época. O discurso policial talvez seja o único a tentar reduzir a importância de Lúcio Flávio, como sugere a fala do então detetive Sivuca: "Lúcio Flávio era um psicopata. Matou achando bonitinho o cara sofrer, se contorcer (...) foi um cara covarde em alguns momentos (...)" (RIBEIRO, 1977, p. 195). No entanto, essa mesma Polícia não deixa de reconhecer: "era inteligente, discutiu de igual para igual com qualquer bandido, com qualquer policial" (RIBEIRO, 1977, p. 195).

Após a morte, Lúcio Flávio é amplamente aproveitado como material por escritores, jornalistas e cineastas. Em todos, a imagem que prevalece é a de bandido inteligente, corajoso, líder, uma personalidade ímpar no mundo marginal. Quando morre, as manchetes realçam seus feitos: "As mais audaciosas proezas do chefão" (*O Dia*, 30/01/75, p. 8) e "O preso mais famoso do Brasil tombou morto na prisão" (*Manchete,* 15/02/75, p. 23).

As fugas das prisões dão ao bandido grande parte de sua fama. E embora a Polícia lhe confira mais crimes do que realmente cometera, sua ficha policial é de impor respeito: "Envolveu-se com uma quadrilha de ladrões de automóveis, familiarizou-se com o

submundo do crime e viu seu nome ir se tornando respeitado e temido, tanto por policiais como por marginais" (*Manchete*, 15/02/75 p. 24). Há, ainda, uma cena do filme "Lúcio Flávio, passageiro da agonia" em que ele chega na prisão e é recebido, efusivamente, pelos prisioneiros. É o grande herói do submundo.

O envolvimento com policiais é determinado por ele, que tem enorme ascendência, também, sobre muitos policiais: "Escuta bem o que vou dizer, canalha. Daqui pra frente só eu dou as cartas. Não quero o dinheiro que pegou, de volta. Vou querer coisa pior: vamos ter reuniões semanais e todos os policiais que estão na jogada comigo vão estar presentes" (LOUZEIRO, 1978, p. 59).

Até mesmo os temíveis policiais que pertencem ao "Esquadrão da Morte" submetem-se às suas ordens, bem como a quadrilha que assalta bancos e que ele lidera, sempre, com êxito e domínio: "Lúcio ainda não dissera uma só palavra. Sua vontade era abandonar completamente o assunto do assalto, ir diretamente ao ponto que mais o preocupava. Mas isso poderia mostrar fraqueza e um chefe de gang não pode vacilar" (LOUZEIRO, 1978, p. 80).

Outras vezes, é o bandido inteligente, culto: "Aos 14 anos já lera *A Cinderela*, de Cronin, *O pequeno príncipe*, de Saint Exupéry, e ensaiava tímidos desenhos e esculturas (...) era o prisioneiro de maior quociente intelectual dos presídios brasileiros" (*Manchete*, 15/02/75, p. 23). A importância que a mídia e as artes lhe atribuem pode ser medida pelas manchetes e notícias sobre seu enterro: "Desceu gente do morro atrás do cemitério e muitos dos que passavam de carro ou a pé no Catumbi também pararam ontem, de manhã, para misturar-se aos que estavam no velório de Lúcio Flávio" (*O Dia*, 31/01/75).

No caso de Lúcio Flávio, a literatura, o cinema e a mídia, invariavelmente, destacam a violência e a falta de escrúpulos da Polícia, ao passo que do personagem não são evidenciadas cenas brutais de violência. No filme, nas cenas que retratam uma de suas prisões, ele é torturado por policiais encapuzados; as cenas anteriores, do assassinato de dois integrantes do seu grupo e do assalto ao banco, protagonizadas por ele e por seus comparsas, quase não são exploradas: são breves, sem choques.

Essa intenção de heroicização ao compor um bandido que não revela insensatez, que só mata para proteger-se e poupa a vida dos humildes culmina, no filme, com a não apresentação de sua morte, recurso explorado pela literatura que tem no herói o seu objeto. A morte, no filme, é, apenas, sugerida: Marujo, o inimigo de cela, levanta-se, vai em direção a Lúcio Flávio, que dorme, enquanto o outro companheiro de cela apaga a luz. Finalizando a cena, aparecem escritos o local, dia e causa da morte do bandido.

Percebemos que tão somente o discurso policial ocupa-se de desmoralizar o bandido. Fora dele, os diversos discursos sobre o bandido só dão conta de apresentá-lo de forma glamourosa: seja caracterizando suas fugas como espetaculares ou revelando-lhe atributos de coragem, liderança e perspicácia para arquitetar assaltos. Enquanto o bandido Cara de

Cavalo sofre, por algum tempo, implacável perseguição pela mídia, que o aponta como inimigo n° 1 da população carioca.

Talvez sejam as práticas marginais de Lúcio Flávio e Cara de Cavalo que justifiquem o tratamento distinto que a mídia lhes concede. Especialista em assaltos a bancos, Lúcio Flávio não tira dos pobres, não comete injustiça com a população que, provavelmente, não se sente ultrajada com os crimes do bandido; já Cara de Cavalo, um bandido inexpressivo, matando Le Cocq tira da população o herói que prometia limpar a cidade dos crimes. Mata um detetive respeitado, numa época em que a Polícia é mitificada. As notícias sobre o enterro de Le Cocq exaltam o grande número de pessoas que vão homenageá-lo. Com isso, o bandido consegue ter contra si parte da opinião pública, órfã de heróis.

Mídia e comunidade - a construção do heroísmo polêmico

O Rio de Janeiro vive há muitos anos essa perversa relação com os poderes: o poder institucionalizado e o poder paralelo imposto, muitas vezes, à força ou de forma persuasiva. É sabido que os problemas das grandes cidades crescem de forma rápida e assustadora, impedindo soluções imediatas e definitivas. No entanto, no Rio de Janeiro, as grandes aflições urbanas parecem mais acentuadas, uma vez que contribuem para o surgimento e fortalecimento do crime, de uma forma, talvez, incomum no país.

É verdade que o alto índice de criminalidade não é um problema apenas desta cidade, mas, por alguns motivos, o Rio se torna uma metrópole mais suscetível à proliferação do crime organizado. O crescimento desordenado da cidade, os aspectos geográficos, o desemprego, a precariedade do funcionamento do sistema público, as deficiências policiais, a indiferença das autoridades para a crescente marginalidade e tantos outros problemas que assolam as grandes cidades, criam, no Rio de Janeiro, um ambiente mais propício a um certo tipo de ação da bandidagem.

O problema toma tal dimensão porque, como já esboçamos anteriormente, o crime, no Rio de Janeiro, desenvolve-se nos espaços mais necessitados da atuação pública. É neste vácuo deixado pelo poder público que a ação da bandidagem torna-se menos ilícita: fazendo pela comunidade o que deveria ser oferecido pelo poder público, os "donos do morro" - como são conhecidos os chefes do tráfico - conseguem o silêncio, a cumplicidade e, o mais assustador, a simpatia de muitos moradores. Com isso, o poder paralelo ganha sustentação e pode competir com o poder oficial.

Por possuir inúmeros morros e outros locais favoráveis à ocupação desordenada, é crescente o número de guetos em precaríssimas condições de vida. A geografia da cidade permite a proliferação de favelas, tomada por morros onde é possível abrir construções, ruelas, terrenos vazios e viadutos que mesmo cercados não constituem obstáculos à população carente.

Com isso, há, por toda a cidade, sem distinção de zonas, locais onde vivem pessoas de baixíssima renda, nos quais, normalmente, não há esgoto, água encanada, luz elétrica. E como também as construções mais ricas dividem espaço com os casebres, uma vez que a Zona Sul também vive essa problemática, a questão da violência relacionada com a miséria ganha uma dimensão maior do que em outras cidades com problemas semelhantes, justamente, porque não estão os miseráveis geograficamente separados dos ricos.

No Rio de Janeiro, a beleza das praias, dos edifícios, *shoppings*, o lado nobre da cidade e que a torna célebre divide espaço com a penúria - meninos de rua em sinais de trânsito, casas condenadas, mendigos, favelas. E esse contraste é vivido de uma forma intensa e angustiante, obrigando-nos a pensar a todo instante nesse problema e aprender a dividir a cidade com o outro. Melhor, no Rio de Janeiro, a área cobiçada da cidade - a Zona Sul - é território de ricos e pobres, as praias são divididas por moradores da orla, do morro próximo e por moradores do subúrbio, mas sem que isso represente, sempre, uma convivência harmônica.

Ou seja, as fronteiras são ultrapassadas, há o impulso constante em busca do lazer. Explica-se, dessa forma, a recusa das pessoas em deixar as favelas da Zona Sul; ainda que seja para moradias mais humanas, as pessoas tendem a permanecer no lado nobre da cidade, como se assim obtivessem algum reconhecimento.

Esses são fatores que facilitam o crescimento de favelas na cidade e a condição miserável em que se mantêm. É assim que esse local se torna um espaço onde a ação de "heróis" providenciais torna-se uma constante. Diante da espera interminável, as comunidades se rendem ao assistencialismo dos "donos do morro" que financiam construções de casas, remédios, lazer, alimentos etc.

"Como na Baixada não tem traficante, a gente vinha aqui para pedir auxílio: dinheiro, remédio, bujão de gás" (*Jornal do Brasil*, 07/03/96, p. 18). O discurso é de uma moradora da Baixada Fluminense, sobre o traficante Jorge Luís, de Acari. Entre algumas lamentações sobre a morte do bandido, os moradores ressaltam a generosidade do mesmo por suprir as muitas faltas que os moradores daquelas áreas vivem: "Ele só pensava nos pobres. Fazia tudo por nós. Estão tentando fazer dele um animal, mas para a gente ele era um rei" (Ibid.). Tais discursos, que apresentam o marginal como um homem digno, e o discurso da mídia, datado da mesma ocasião, dão um contorno heróico ao inimigo da lei:

> *Uma bandeira preta no alto de um sobrado da Favela de Acari simbolizava o que a comunidade achou da morte do traficante Jorge Luís dos Santos. Logo na entrada, uma barricada de geladeiras e fogões velhos bloqueava o principal acesso. Cerca de 3.200 comerciantes da região tiveram que fechar as portas, num feriado determinado pelos donos do tráfico de drogas. (O Globo,* 06/03/96, p. 16)

Na cidade do Rio de Janeiro há grandes chefes do tráfico. Grandes pelo poder, que nesse caso está ligado a áreas de atuação, quantidade de venda de tóxico, armamento, dinheiro

movimentado, basicamente. Alguns são bastante discretos e outros, com frequência, ocupam os noticiários; mas, normalmente, todos têm uma ascendência forte sobre as comunidades onde atuam.

Raramente, um chefão do tráfico prescinde dos moradores, pois uma relação amistosa com a comunidade pode ser valiosa em casos de batidas da Polícia, prisão, invasão de grupos rivais e outras situações. "Estou aqui no Dendê há anos e a favela sempre foi um lugar tranquilo para se viver. Agora a gente não sabe mais como vai ficar" (*O Globo*, 9/11/95, p. 24) - diz um morador, temendo as mudanças por que passaria a comunidade em virtude da morte do traficante Miltinho do Dendê.

Como benfeitor da área, ele pode sair-se bem destas situações, contando com o apoio da comunidade que, por motivos diversos, deseja mantê-lo na liderança, sobretudo pelo temor de que um grupo rival deseje tomar o comando na comunidade, o que se dá de forma violenta, com guerra entre as quadrilhas, transformando a vida do morador num desespero, pelo risco das balas perdidas, acentuado pela possibilidade de ter um novo líder sem preocupações com a comunidade.

A imagem de benfeitor e líder carismático revelada pela comunidade encontra apoio no discurso midiático, que também destaca qualidades sobre-humanas do traficante: "Ele é capaz de enfrentar a Polícia, a Marinha e até os traficantes inimigos (...) e impôs à Marinha de Guerra brasileira uma das mais constrangedoras situações de sua história" *(Jornal do Brasil*, 8/11/95, p. 18).

No entanto, observamos, com frequência, que a defesa dos traficantes é feita de forma mais veemente por parte dos jovens. Crianças e adolescentes, sobretudo, relacionam-se de forma incomum com a marginalidade local. Não que seja bastante numerosa a quantidade de cooptados dos líderes locais; decerto há uma parcela que mantém o vínculo, porque não lhe cabe outra alternativa, mas, sem dúvida, a simpatia pelos envolvidos com o tráfico é significativa e assustadora. Uma admiração que se reflete em letras de *funk*, na adoração pelas armas e conflitos, na formação de "miniexércitos", na vibração com as atrocidades.

Nascidos, como os "chefes do morro", em famílias humildes, com pouquíssimo ou nenhum recurso, essa garotada não tem muita expectativa de vida. A escola, que deveria ser a opção de uma vida um pouco diferente é, ainda, muito preconceituosa e desestimulante para tal grupo. Assim, os caminhos apresentados não são muito atraentes. A família trabalhadora é precária como exemplo, já que o trabalho é muito e o dinheiro recebido é pouco. Enquanto isso, um "vapor" ou "avião" das bocas de fumo tem um rendimento bastante superior ao de outras categorias de trabalhadores. É por aí, pelo dinheiro rápido, que um jovem é atraído para o "movimento".

Ainda assim, tornando-se heróis dos jovens em razão de performances espetaculares, os grandes bandidos que atuam na cidade têm os seus feitos diminuídos pelas autoridades. As denúncias de excessos cometidos pelo poder paralelo são, frequentemente, rebatidas. O

que se torna um falatório inútil e acaba por popularizar mais ainda o bandido em questão, já que, insistentemente, os jornais e revistas, através de manchetes e textos, revelam a ilimitada audácia da marginalidade.

Junito de Souza Brandão (1987, p. 15) identifica a base etimológica de herói no indo-europeu: servã, da raiz ser, de que provém o avéstico haurvaiti, "ele guarda" e o latim servâre, "conservar, defender, guardar, velar sobre, ser útil", donde herói seria o "guardião, o defensor, o que nasceu para servir".

Alguns heróis, oficialmente reconhecidos, ganham expressão porque, de alguma forma, lutam pelo enobrecimento nacional ou de alguma região. Dentre estes heróis, podemos até discutir a trajetória de alguns, seus ideais, mas é certo afirmar que suas realizações, invariavelmente, traduzem-se de uma forma positiva e corajosa. Por isso, o personagem marginal, o traficante, esse tipo tão presente na cena urbana carioca, com certa assiduidade, faz pose de herói.

Uma constatação cruel, mas que não pode ser negada: parte da população, sobretudo carente e jovem, deixa-se seduzir pela trajetória dos "chefes do morro". Ainda assim, cabe conferirmos se os aspectos negativos presentes na biografia do personagem marginal desqualificam-no para o título. Muitos heróis apresentam traços contraditórios e que se tornam irrelevantes diante da luta travada. "Todos os sentidos do termo 'herói', tal como é usado pelos adeptos das interpretações heróicas da História, pressupõem que, quem quer que seja o herói, ele se destaca de um modo qualitativamente único dos outros homens na esfera de sua atividade e, ainda mais, que o registro das realizações em qualquer setor é a história dos feitos e pensamentos de heróis" (HOOK, l962, p. 29).

Demonstrando a altivez incomum aos demais moradores - tão habituados à servidão - o traficante se mostra habilitado, permanentemente, ao cargo de "dono do morro". O poder dos traficantes do Dona Marta não é de se menosprezar. "Há três meses o prefeito César Maia contou que teve que negociar com os vendedores de drogas a construção de um muro que protegeria a área de constantes invasões de bandidos" (*Jornal do Brasil*, 09/02/96, p. 17).

Fica patente, ainda, a participação da mídia na construção do mito que os meninos admiram tanto. Afinal, é o bandido com foto estampada no jornal. É a revelação de um semelhante de forma glorificadora, ainda que a glória consista em ser considerado o maior inimigo da lei: "Articulado e com forte ascendência sobre seus cúmplices. Assim se apresentou o homem que até ontem detinha o título de bandido mais procurado pela polícia" (*O Globo*, 8/11/95, p. 18).

Ainda que por curto tempo, o delinquente consegue sobreviver, com certa facilidade, a forças contrárias, como a Polícia e demais autoridades. A definição da autoridade nos morros e favelas do Rio de Janeiro é instrumentalizada pela violência, mas requer, também, astúcia, destemor, inteligência. Muitos almejam o cargo de dono da "boca de fumo", o que

representa ser "dono do morro", entretanto, poucos mostram-se preparados para tal tarefa que exige severos requisitos:

> *"Somente o que ostenta coragem e inteligência, astúcia e lucidez, só quem exibe uma razoável força de comunicação, consegue alicerçar seu breve reinado, que depende, sobretudo, de braço forte, um revólver sem hesitação, uma crueldade sem lindes. O segredo da hegemonia do líder será fruto, tanto da habilidade de coagir, como da geração de mitos sobre as proezas que tenha praticado"* (PEREIRA, 1984, p.21)

Nessa mitificação, a mídia foi e é responsável pela construção de muitos personagens violentos que ganham notoriedade na cidade. Ainda que demonstrando perplexidade pelos fatos, invariavelmente, as manchetes destacam façanhas que, normalmente, promovem o bandido e, consequentemente, deixam o poder público margeando o descrédito, já que o mesmo não impede tais feitos bárbaros, seja por incompetência, inabilidade, ou mesmo, pela sua ausência nos espaços marginais à sociedade cidadã: "A ocupação do Morro Dona Marta há três meses pela Polícia Militar não alterou o funcionamento da boca de fumo. Os policiais sabem onde estão os traficantes e vice-versa, mas um não incomoda o outro. Para comprar drogas, os viciados passam por um posto da PM" (*Jornal do Brasil*, 12/02/96, p. 16).

Todavia, há outros atributos que um líder do tráfico apresenta e que figuram na trajetória de um herói. De início, identificamos na origem do termo herói a sua função precípua: servir, defender:

> *Eu quero saber se o governo vai suprir a falta de Miltinho. Quem vai dar auxílio-funeral, pagar remédios e dar presentes às crianças. Em 88, quando 16 casas desabaram na favela, o governo não deu auxílio aos desabrigados, mas o Miltinho botou a mão no bolso e bancou a construção de 16 casas. E agora?* (O Globo, 9/11/95, p. 24).

Entre as principais funções da marginalidade carioca que atua nos morros e favelas está a prestação de serviços à comunidade - muito embora isto se deva mais a interesses próprios do que a uma preocupação social. Tratam-se de espaços de imensa miséria e é com facilidade que interesses diversos penetram e consolidam-se diante de tantas necessidades. Assim, o tráfico de drogas, com enorme poderio, sustenta-se, prometendo segurança e outras virtuais conquistas. "A sensação de segurança alcançada reforça o laço com o herói: um dos motivos principais do culto ao herói é a proteção que o mesmo dispensa à sua pólis em guerra" (BRANDÃO, 1987, p. A.2). Atribui-se, assim, ao chefe do morro, uma responsabilidade do governo e, dessa forma, ele vai se tornando o justiceiro do povo e fortalecendo-se enquanto poder paralelo:

> *A justiça do Rio e o Itamarati não foram as únicas barreiras que o cantor Michael Jackson teve que vencer para garantir a filmagem de seu clipe (...) Uma equipe contratada pela produção teve que negociar com os traficantes para permitir a presença de Michael Jackson (...). Dominada há vários anos pelo traficante Márcio Amaro de Oliveira, o*

> *Márcio VP, nem mesmo uma câmera fotográfica portátil entraria na favela se não fosse sua autorização (Jornal do Brasil,* 9/02/96, p. 17).

A leitura do texto não deixa dúvidas a respeito do poder do bandido em relação a sua comunidade. E se, inclusive, a imprensa constata com aparente naturalidade a tirania dos traficantes, é praticamente impossível a um morador de favelas desvincular-se dessa ou de outra forma de poder violento. Desde pequeno, este habitante percebe que o morro tem um dono que o protege ou não. É uma constatação. Não se luta porque o mal parece inevitável. A diferença reside no tipo de dono: cruel, protetor, fraco. Mas ele estará lá. Ciente dessa situação, cabe ao morador esperar que seu líder promova, também, algumas melhorias: "Estou aqui no Dendê há anos e a favela sempre foi um lugar tranquilo para se viver. Agora a gente não sabe mais como vai ficar" (*O Globo*, 9/11/95, p. 24).

A violência constante, no entanto, parece tornar o dono do morro mais bem preparado para o cargo e, por isso, mais respeitado: "É nessa promoção da justiça pelas próprias mãos e com seus próprios recursos que jaz a legitimidade e popularidade desses personagens" (DaMatta, 1990, p. 222). A barbárie com que os casos de infração, traição e outros são tratados adquirem um contorno que chega a ser considerado digno nos meios mais carentes, principalmente porque essa forma de justiça parece ser a única possível, além de ser a mais conhecida nestes meios.

A ordem jurídica tradicional não atinge as classes mais miseráveis. É abstrata para o homem favelado que a conhece apenas dos discursos. Para este cidadão, a justiça que não falha é aquela que ele faz com suas mãos, de acordo com as leis locais. Por isso, por mais violentas, crueis e arbitrárias que sejam as atitudes dos traficantes e seus "soldados", elas não agridem o morador do morro como o do asfalto. Logo, alguns traços que poderiam ser considerados negativos na trajetória de um chefe do tráfico acabam por conferir-lhe mais carisma. E, assim, a comunidade faz dele o seu salvador, aquele que tem a coragem, a predisposição que o grupo não tem e que, talvez, sejam exclusivas dos heróis. É uma admiração pelo superior: "Talvez uma fonte mais importante de atração exercida pelo líder sobre seus seguidores se encontre na satisfação vicária de seus anseios através dos supostos traços e êxitos do líder. O esplendor, a força, o brilho do líder são compartilhados imaginariamente" (HOOK, 1962, p. 25, 26).

Para um morador de comunidades, reconhecer, no traficante, o inimigo da cidade é tão pouco provável quanto reconhecer neste somente atitudes heróicas. É uma relação de equilíbrio entre o pavor da dominação e a gratidão pelos pequenos serviços prestados à comunidade. Ainda que a caracterização do dono do morro feita por aqueles que vivem em comunidades carentes seja distinta das demais, parece claro existir, naquele meio, a consciência da ilegalidade das atividades do tráfico. Mesmo que essa ilegalidade receba conotação diferente daquela que tem nos demais meios sociais.

Para o favelado e, principalmente, o jovem, o bandido pode significar, apenas, alguém que não se adapta totalmente às regras de bom comportamento, que prefere viver de maneira impetuosa e perigosa e que, sobretudo, é "gente boa". São aqueles indivíduos que vivem em harmonia, via de regra, com os moradores e, no entanto, estão na mira da Polícia e são temidos pela sociedade do asfalto.

É inegável, então, que a Polícia seja um dos mais polêmicos meios de repressão à desordem. Polêmico, porque o seu papel de zelar pela ordem é, muitas vezes, realizado arbitrariamente e sob uma visão preconceituosa, frequentemente apoiada pela sociedade. Fato que gera um enorme desrespeito à lei, favorecendo, inclusive, a propagação da delinquência, uma vez que o modelo de ordem - a Polícia - apresenta, comumente, contorno tão distante do desejado.

Assim, o "guardião" é tão somente o bandido. Apesar de ser constante o aparato policial nessas comunidades, não se tem, por este, o crédito depositado naquele, frequentemente revelado com a preocupação de ter um líder que não baseie sua vida profissional, na favela, na troca de favores.

Vivendo uma relação complicada com a instituição de segurança, a procura da Polícia pelos moradores desses territórios é rara. Os casos de denúncia são sufocados pela autoridade local, o marginal; as dificuldades que a Polícia encontra para resolver problemas nestes locais também são imensas, uma vez que recebe pouca ou nenhuma ajuda dos moradores.

Tudo isso deixa o trabalho da instituição muito aquém das expectativas. E, embora a Polícia ainda seja respeitada por uns poucos nas favelas e morros, o seu trabalho parece bastante infrutífero. "A Polícia só entra aqui atirando. Não poupa ninguém. Mulher, criança, adulto, velho, não faz diferença. A única alternativa é correr" (*Jornal do Brasil*, 17/04/96, p. 21). Diante desta situação, apresentada por um morador, é que se dá o impasse com a Polícia, porque o trabalho desta, na favela, é exercido por traficantes, de forma violenta, porém, infalível, submetendo os moradores às suas ordens. Talvez a diferença entre as ações da Polícia e dos traficantes distinga-se, fundamentalmente, neste aspecto: ambos são autoritários, violentos; porém, enquanto normalmente o trabalho da Polícia não seja bem visto pelos moradores da favela e também não seja eficiente na erradicação da desordem, o trabalho realizado pelos traficantes é "competente", sobretudo, porque se baseia na barbárie, conta com a cumplicidade dos moradores e, ainda, é exaltado pela mídia: "O bandido, quando mata, o faz para punir uma deslealdade: é um crime 'justificado'; ao contrário do que ocorre com a Polícia, cujas vítimas, muitas vezes, não mantêm qualquer vínculo com a criminalidade" (Cf. ZALUAR, 1983).

A função da Polícia de proteger a comunidade e punir desvios, nas áreas carentes, é habitualmente realizada por algum bandido, que a desenvolve como se assim se descomprometesse com o ilícito. Logo, o que determina a vitória nesta disputa entre o poder legal e o do traficante, comumente, é uma segurança aparente, massacrante e indigna.

As favelas, em razão da interferência direta dos traficantes, vão fechando-se às poucas oportunidades oferecidas pelo poder institucionalizado. E não porque esta atitude de desconfiança e má-vontade com o Estado deva-se, apenas, à realização dos anseios da comunidade pelo tráfico de drogas, já que são atendidas de imediato, mas, pela pressão exercida pelos "benfeitores" que permitindo, ainda que mesmo uma pequena intervenção do Estado nas comunidades carentes, veriam o seu poder reduzido.

Para que alguns serviços públicos básicos sejam realizados nas favelas é necessário que o "chefe" daquele local não veja, nos mesmos, uma ameaça. Recenseadores, médicos, engenheiros, oficiais de justiça e tantos outros profissionais que atuam como intermediários entre as duas áreas da cidade - a favela e o asfalto - estão sujeitos ao bloqueio do tráfico.

Situação muito mais delicada para as investidas da Polícia: esta, nas raras vezes que tenta atuar como a Polícia ideal, mediadora, protetora, orientadora dos cidadãos, encontra enorme resistência. De qualquer forma, a dificuldade do Estado em atrair para si os esforços no sentido de uma reorganização destas comunidades reafirma um descontrole insustentável que, por sua vez, habilita lideranças diversas, instáveis e maléficas.

Buscando firmar a imagem de bom bandido - aquele que não mata sem motivos, protege a comunidade, controla seu "exército" - o bandido, na cidade do Rio de Janeiro, expande suas atividades, alcança votos, alicia menores e se heroiciza.

Bibliografia

ARCE, José Manuel Valenzuela. *Vida de barro duro*: cultura popular juvenil y graffiti. Guadalajara: Universidad de Guadalajara, 1997.

BANDEIRA, Manuel e ANDRADE, Carlos Drummond. *Rio de Janeiro em prosa e verso.* Rio de Janeiro: José Olympio, vol.5, 1965.

BRANDÃO, Junito de Souza. *Mitologia Grega – vol. I*. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____*Mitologia Grega – vol. II*, Petrópolis: Vozes, 1987.

CANDIDO, Antônio. A dialética da malandragem. IN: ALMEIDA, Manoel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*; ed. critica de Cecília de Lara. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.

CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

COSTALLAT, Benjamim. Mistérios do Rio. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1995.

DA MATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis:* para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Guanabara, 1990.

DAHRENDORF, Ralf. *A lei e a ordem.* Trad: Tamara Barile. Instituto Tancredo Neves (Brasília): Fundação Friedrich Naumann (Bonn), 1987.

FISCHER, Rosa Maria. *O direito da população à segurança*. Petrópolis: Vozes / Cedec, 1985.

HOBSBAWM, E . J. O bandido social in *Rebeldes primitivos*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

_____ *Bandidos*. Rio de Janeiro: Forense Umversitána ,1976.

LOUZEIRO, José. *Lúcio Flávio:* o passageiro da agonia. Rio de Janeiro: Record, 1978, 4 edição.

MAY, Rollo. *Poder e inocência*: uma análise das fontes da violência. Trad.Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

OITICICA, Hélio. *Aspiro ao grande labirinto*. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

PEREIRA, Armando. *Bandidos e favelas:* uma contribuição ao estudo do meio marginal carioca. Rio de Janeiro: Eu e Você Editora, 1984.

PERLMAN, Janice. *O mito da marginalídade:* favelas e políticas no Rio de Janeiro. Trad. Waldivia Marchiori Portínho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2 edição, 1977.

RENAULT, Delso. *Rio de Janeiro*: a vida na cidade refletida nos jornais (1850- 1870*)*. Brasília: INL, Civilização Brasileira, 1978.

RIO, João do. *A alma encantadora das ruas.* Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1987.

SCHNEIDER, Leda. *Marginalidade e delinqüência juvenil*. São Paulo: Cortez, 1982.

VENTURA, Zuenir. *Cidade partida*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

Revistas & Periódicos:

BORBA, Marco Aurélio. ARAÚJO, Celso Arnaldo. O preso mais famoso do Brasil, que tombou morto na prisão, foi vítima de um crime até agora mal explicado pela polícia. *Manchete.* Rio de Janeiro. n° 191, ano 21. 15 fevereiro 1975.

GONÇALVES, Liane. Bandeira preta para simbolizar o luto. *O Globo*. Rio de Janeiro. Caderno Rio. 06 março 1996.p. 16.

GUEDES, Octávio. Assistencialismo no Morro do Dendê. *O Dia*. Rio de Janeiro. Caderno Polícia. 09 novembro 1995. p. 11.

HOMEM, Renato. Polícia prende Miltinho do Dendê. *O Globo*. Rio de Janeiro. Caderno Rio. 08 novembro 1995. p. 18.

LEITE, Marcelo. Invasão de favela cantada em rap. *O Globo*. Rio de Janeiro. Caderno Rio. 26 dezembro 1995. p.18.

MATTA Daniela. Governo paga para entrar em favelas. *O Globo*. Rio de Janeiro. Caderno Rio. 17 março 1996. p. 18.

MONTEIRO, Paulo. O inimigo público n° 1 caçado pelas Forças Armadas*, O Globo*. Rio de Janeiro. Caderno Rio. 08 novembro 1995. p. 18.

MOREIRA, Marcelo. O dono do Dona Marta. *Jornal do Brasil.* Rio de Janeiro Caderno Cidade. 12 fevereiro 1996. p 17.

RAMALHO, Eduardo. BILATE, Anver et al.: Esquadrão da morte começa a morrer. *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro. n° 50, ano XXXVI. 19 setembro 1964.

ROCHA, José Sergio. WERNECK, Antonio. Polícia alimenta mito do inimigo público n° 1. *O Globo*. Rio de Janeiro. Caderno Rio. 05 fevereiro 1995. p. 32.

SEARA, Berenice. Polícia pára tráfico no Dendê. *O Globo*. Rio de Janeiro. Caderno Rio. 09 novembro 1995. p. 24.

SETEMBRINO, Humberto. Rei dos Bodes desafia seu inimigo de infância, o bandido mais temido do Rio de Janeiro. *Fatos e Fotos*. Rio de Janeiro. n° 191, ano IV. 26 setembro 1964.

SETEMBRINO, Humberto. SOARES Odacir. A grande caçada dos Boinas-Pretas. *Fatos e Fotos*. Rio de Janeiro. n° 190, ano IV. 19 setembro 1964.

VARSANO, Fábio. Multidão vai a enterro de traficante. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. Caderno Cidade. 07 março 1996. p. 18.

As mais audaciosas proezas do chefão . *O Dia*. Rio de Janeiro. Caderno Polícia. 30 janeiro.1975. 1p.

Cara da Cavalo está apavorado. *O Dia*. Rio de Janeiro. Caderno Polícia. 15 setembro 1964. 52p.

Flávio enterrado. *O Dia*. Rio de Janeiro. Caderno Polícia. 31 janeiro 1975. 1p. Matador de tiras. Luta Democrática. 11 janeiro 1965.1lp.

O morro não tem vez. *Veja Rio*. Rio de Janeiro. ano 6, n° 9. p. 8-13. 28 fevereiro 1996.
PMs são acusados de matar criança. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. Caderno Cidade. 17 abril 1996. 2lp.
Preso chefão do tráfico. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. Caderno Cidade. 08 novembro 1995. l8p.
Tráfico autorizou clipe. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. Caderno Cidade. 09 fevereiro 1996. l7p.
Tráfico mandou no clipe. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. Caderno Cidade. 12 fevereiro 1996. l6p.
Vingada a morte de Le Cocq. *O Dia*. Rio de Janeiro. Caderno Polícia. 05 outubro 1964. 1p.
BUARQUE, Chico. *Ópera do malandro*, Rio de Janeiro. Philips/Polygram, 1979.
BABENCO, Hector. *Lúcio Flávio:* o passageiro da agonia. São Paulo. HB Filmes, 1977.

(Recebido para publicação em 11/02/2011)

Traços e tendências recentes da expansão das favelas no município do Rio de Janeiro

Recent outlines and trends of expansion of the favelas *within the municipality of Rio de Janeiro*

Valéria Grace Costa
Doutoranda da Universidade de São Paulo,
geógrafa da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
E-mail: valgracecosta@yahoo.com.br

RESUMO:

O presente artigo tem por objetivo avaliar a expansão das favelas no município do Rio de Janeiro, assim como alguns dos principais traços e tendências deste processo nas três últimas décadas. O período abordado situa-se entre 1980 e 2005 e a unidade básica de análise são as Áreas de Planejamento estabelecidas pela Prefeitura do Rio de Janeiro. A análise é feita com base nas informações do órgão de planejamento da cidade, assim como de outros trabalhos que analisam a dinâmica das favelas. O direcionamento das favelas para a periferia do município e a crescente ocupação da sua maior Unidade de Conservação, assim como outros aspectos levantados no texto, contribuem para evidenciar a complexidade que envolve a dinâmica populacional da cidade, da qual a mobilidade residencial para as favelas constitui ainda um de seus principais componentes.

Palavras-chave: favelas; Rio de Janeiro; periferia

SUMMARY:

The present article has the objective of assessing the expansion of the favelas *– shantytowns – in the municipality of Rio de Janeiro, as well as some of the major outlines and trends of this process over the last three decades. The period under study ranges from 1980 to 2005 and the basic unit used for analysis are the Urban Planning Areas determined by the Rio de Janeiro City Hall. The analysis shall be made using the information obtained from the city's planning office, as well as other work that have analysed the dynamics of the* favelas*. The shift of the* favelas *to the city outskirts and the increasing occupation of its largest environmental Conservation Unit, together with some other aspects considered in the text, contribute to demonstrate the complexity of the issues involving the population dynamics of the city, with one of its major factors remaining the growth of the* favelas*.*

Key words: favelas*; Rio de Janeiro; suburbs*

* A produção deste artigo teve a colaboração da professora Suzana Pasternak, orientadora da Tese de Doutorado em andamento.

Introdução

Este artigo tem por objetivo avaliar a expansão das favelas no município do Rio de Janeiro, assim como alguns dos principais traços e tendências deste processo na atualidade.

A favela, embora existente desde 1897, somente a partir de 1930 passa a se constituir a principal alternativa habitacional para os migrantes e parcela da população de baixa renda, aspecto associado ao processo de industrialização corrente nos países subdesenvolvidos. Deste momento em diante, essa forma de habitação adquire maior expressão no espaço carioca, vindo a se impor e a se expandir nas décadas seguintes.

O maior interesse institucional pelas favelas também é verificado pela realização de censos, tanto pela Prefeitura do Rio de Janeiro, por intermédio do Departamento de Geografia, em 1948, como pelo Serviço Nacional de Recenseamento (**1**), em 1950, quando é realizada a primeira pesquisa sobre o tema pela instituição e surge a primeira definição operacional de favela.

O aumento da migração nos anos seguintes é também um elemento adicional à contínua expansão que se verifica na cidade, limitada somente a partir de meados da década de 1960, quando o Estado adota a política de erradicação de algumas favelas e posterior remoção.

Durante a década de 1980, há uma retomada no processo de expansão de favelas no município, relacionada, em grande parte, ao período mais democrático, caracterizado por maior tolerância e interesse do poder público, os quais são demonstrados pela preocupação da Prefeitura, a partir da década de 1980, no reconhecimento das favelas existentes, por meio de uma sistemática quantificação. O trabalho do órgão de planejamento do município envolveu a atualização do cadastro de favelas, incluindo mapas elaborados baseados em levantamentos aerofotográficos. Tal expansão também esteve associada à crise econômica desencadeada no período, caracterizando-o como a década perdida.

A Tabela 1, a seguir, apresenta a evolução da população residente em favelas no município do Rio de Janeiro, a partir de 1950:

TABELA 1 Crescimento da População Residente em Favelas no Município do Rio de Janeiro (1950-2000)

Ano	População em favelas	Taxa de crescimento anual (%)	Participação na população total (%)
1950	169.305	-	-
1960	335.063	7,06	10,26
1970	565.135	5,37	13,30
1980	628.170	1,06	12,30
1991	876. 761	3,08	16,10
2000	1.092.476	2,47	18,60

Fonte: IBGE, Censos Demográficos (1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000).

Aspectos como a desaceleração do processo de favelização na década de 1970 e a retomada do crescimento na década de 1980, apresentados na Tabela 1, reforçam os comentários feitos anteriormente(**2**).

A análise está sendo realizada com base nos dados do cadastro de favelas da Prefeitura do Rio de Janeiro, de trabalhos disponíveis no seu site(**3**), entre outros, que examinam a dinâmica das favelas na cidade.

De acordo com o cadastro de favelas da Prefeitura do Rio de Janeiro, elas são definidas como "áreas com características dominantes de invasão na época de sua ocupação e falta do título de propriedade da terra" (Cadastro de Favelas, 1983). Neste conceito, ao contrário do utilizado pelo IBGE, não há referência quanto ao número mínimo de domicílios. Esse é um dos critérios que contribuíram para uma subestimação em relação aos resultados do IBGE(**4**).

A partir da década de 1990, a Prefeitura tem atuado em conjunto com o IBGE no sentido de aproximação dos resultados. Segundo o IBGE,

> *"as favelas, mocambos, palafitas e assemelhados são agrupamentos constituídos por um ou mais setores especiais do tipo aglomerado subnormal constituído por um mínimo de 51 domicílios, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) dispostos, em geral, de forma desordenada e densa, e carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais"* (Censo Demográfico: manual do recenseador, 1990*).*

Até o ano 2000 o IBGE, além de delimitar os setores de aglomerados subnormais, identificava em sua base de dados os agrupamentos formados pelos mesmos setores, respeitando os termos utilizados regionalmente como favela, mocambo, palafita, vila, entre outros. Ainda na base de dados do IBGE(**5**), cada agrupamento recebia um código e um nome, respeitando a designação local. Nos últimos anos, tanto o IBGE como algumas prefeituras tendem a privilegiar a utilização do termo aglomerado subnormal como sinônimo de favelas, buscando uniformizar a nomenclatura e evitar possíveis equívocos que a utilização genérica do termo "favela" possa provocar.

No caso do artigo em pauta, a opção por privilegiar a utilização do termo favela é justificada, por um lado, pelo seu predomínio nos documentos objetos de análise e, por outro, por constituir o nome mais utilizado e reconhecido pela população do Rio de Janeiro para designar tais áreas informais.

Para apreciação das tendências do processo de favelização no município do Rio de Janeiro, será considerado o período compreendido entre 1980 e 2005, dividido em duas partes. Na primeira parte, será abordada a década de 1980; na segunda, o período compreendido entre 1990 e 2005.

Caracterização do período 1980-1990

A década de 1980 representou um período de considerável crescimento das favelas no município do Rio de Janeiro, conforme vimos anteriormente na Tabela 1, de acordo com os dados do IBGE. A preocupação com a quantificação e o mapeamento das favelas por parte do Instituto de Planejamento da Prefeitura também foi aspecto marcante no período, cujo reflexo se fez aparente pela quantidade de documentos e materiais produzidos pela mesma administração. A análise em detalhe das informações por Área de Planejamento reflete esse cuidado, e será utilizada como base deste artigo.

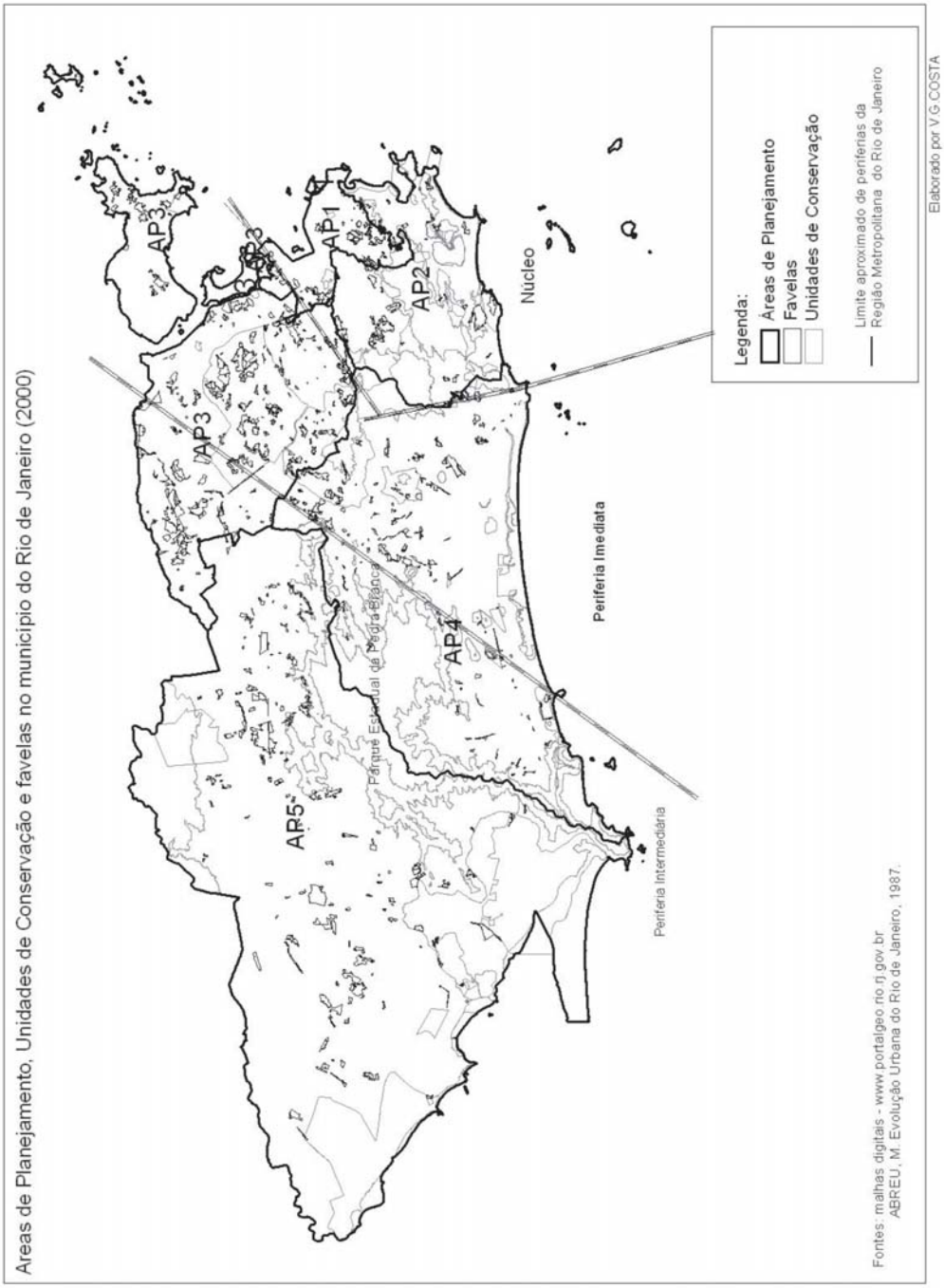
A divisão administrativa do Rio de Janeiro compreende as áreas de Planejamento, as regiões administrativas e os bairros, reconhecidos legalmente pela Prefeitura da cidade. A divisão geográfica da cidade também é muito utilizada como referência de localização: Centro, Zona Sul, Zona Norte e Zona Oeste.

O município está dividido em cinco áreas de Planejamento, que são numeradas de 1 a 5, conforme representadas no Mapa 1. Em linhas gerais, a AP 1 representa o Centro e sua periferia, como São Cristóvão e Rio Comprido; a AP 2, envolve as regiões administrativas e bairros da Zona Norte, como Tijuca e Vila Isabel e de toda a Zona Sul, representada pelas regiões de Botafogo, Lagoa e Copacabana; a AP 3, os bairros da Zona Norte desde o Méier até a zona suburbana da Leopoldina(**6**), como Bonsucesso, Ramos e Penha; a AP 4, compreende parte da Zona Oeste, representada pela Barra da Tijuca e por Jacarepaguá; e a AP 5, pelos demais bairros da Zona Oeste, como Campo Grande e Guaratiba (ver também a Tabela 3, que traz as áreas de Planejamento com as regiões administrativas).

A própria numeração já indica a localização de cada AP, bem como o histórico do processo de ocupação do município. Assim, a numeração iniciada na área mais central constitui a primeira Área de Planejamento (AP 1), seguindo em ordem crescente até a periferia mais distante do município, que recebe a designação de AP 5. Em geral, a numeração de 1 a 5 também mostra a sequência da ocupação das áreas mais antigas (APs 1, 2, 3) e consolidadas às áreas de ocupação mais recentes e em franco processo de expansão (APs 4 e 5). Tal numeração segue, de certa forma, o padrão núcleo-periferia da Região Metropolitana considerado por Abreu (1987), o qual se subdivide em núcleo, periferia imediata, periferia intermediária e periferia distante. Na área do município, encontram-se representados o núcleo, a periferia imediata e a periferia intermediária, conforme o Mapa 1. A periferia distante corresponde aos demais municípios que fazem parte da região metropolitana. Desta forma, em linhas gerais, a AP 1 e a AP 2 estariam predominantemente situadas no núcleo, a periferia imediata comportaria majoritariamente a AP 3 e parcialmente a AP 4, e a periferia intermediária, parte da AP 4 e toda a AP 5.

Um dos trabalhos realizados pelo Instituto de Planejamento do Município do Rio de Janeiro (IplanRio)(**7**), e que será objeto desta análise, diz respeito à delimitação espacial das favelas do município do Rio de Janeiro (1992). Nele, foram avaliadas as transformações que

Mapa 1


Áreas de Planejamento, Unidades de Conservação e favelas no município do Rio de Janeiro (2000)
AP3
AP3
AP1
AP2
AP4
AP5
Núcleo
Periferia Imediata
Periferia Intermediária
Parque Estadual da Pedra Branca
Legenda:
Áreas de Planejamento
Favelas
Unidades de Conservação
Limite aproximado de periferias da Região Metropolitana do Rio de Janeiro
Elaborado por V.G.COSTA
Fontes: malhas digitais - www.portalgeo.rio.rj.gov.br
ABREU, M. Evolução Urbana do Rio de Janeiro, 1987.

ocorreram entre 1980 e 1990, tomando como base o cadastro existente em 1990. Com base em um levantamento aerofotográfico e mapeamento em detalhe de cada favela, as 460 favelas que existiam em 1980 foram classificadas nas seguintes situações: expansão, adensamento, expansão e adensamento simultâneos. As outras, classificadas como novas, surgiram entre 1980 e 1990, totalizando 545 em 1990.

Considerou-se como expansão quando os antigos limites deixaram de ser reais, ou seja, foram extrapolados. O adensamento foi verificado quando os vazios internos aos antigos limites haviam sido ocupados. Neste caso, apenas o adensamento horizontal foi apreciado. Houve ainda aquelas áreas que apresentaram as duas situações e outras onde não foram verificados nem adensamento nem expansão.

A Tabela 2 mostra a distribuição das favelas por áreas de Planejamento e o percentual de cada situação em relação ao total daquelas existentes em 1990 em cada área de Planejamento. A informação nos leva a constatar que a AP 3 se sobressai em todos os tipos representados no estudo realizado pelo IplanRio, pois foi a região que apresentou maior expansão, adensamento, expansão e adensamento simultâneos, assim como o maior número de novas favelas no período. Possuía, em 1990, quase a metade do número total de favelas do município (cerca de 47%), correspondendo a 260 favelas em um total de 545.

Convém considerar, no entanto, que a AP 3 corresponde à Área de Planejamento com maior número de regiões administrativas. Entre as 26 regiões administrativas, nove faziam parte dessa Área de Planejamento, conforme apresentadas na Tabela 3. No município, representa também uma área de ocupação antiga e consolidada, além de possuir a maior população em relação às demais, correspondente a 2.323.990 habitantes em 1991(ver Tabela 8) e 42,40% da população total.

A importância das APs 4 e 5, situadas na Zona Oeste e na periferia do município, também é significativa no que diz respeito aos mesmos incrementos. Trata-se, no entanto, de uma área de ocupação mais recente. Se considerarmos os números relativos, obtidos através do número de novas favelas no período, conforme observado na Tabela 2, fica

Tabela 2: Total e Percentual de Favelas Cadastradas em 1990 que Expandiram, Adensaram e Surgiram entre 1980 e 1990 nas Áreas de Planejamento do Municipio do Rio de Janeiro

Área de Planejamento	Expansão		Adensamento		Expansão e Adensamento		Não Adensaram e Não Expandiram		Novas		Total Em 1990	
	Nº A.	%	Nº A.	%	NºA .	%	Nº A.	%	Nº A	%	NºA	%
AP1	9	17,31	24	46,15	12	23,08	4	7,69	3	5,77	52	100,00
AP2	15	27,27	11	20,00	22	40,00	1	1,82	1	10,91	50	100,00
AP3	37	14,29	101	39,00	76	29,34	11	4,25	35	13,13	260	100,00
AP4	7	6,67	27	30,00	27	30,00	8	6,67	24	26,67	93	100,00
AP5	1	0	35	39,33	30	33,71	2	2,25	22	24,72	90	100,00
TOTAL	69	12,29	198	36,33	167	30,64	26	4,40	85	16,33	545	100,00

Fonte: Instituto de Planejamento do Município do Rio de Janeiro, 1992. Delimitação espacial das favelas do município do Rio de Janeiro.

evidente que o percentual de novas favelas, tanto da AP 4 como da AP 5, situadas na faixa de 26% e 24%, respectivamente, passa a ter um significado ainda maior se comparado com a AP 3, em patamar bem inferior, já que as novas favelas representavam 13% do total de favelas da AP 3. Tais resultados indicam que as duas áreas de planejamento situadas mais a oeste do município já constituíam, naquele momento, áreas mais dinâmicas quanto ao incremento de novas favelas, ao passo que a outra, representando a periferia imediata do centro urbano, encontra-se, de certa forma, mais suscetível ao adensamento e à expansão de suas áreas e com menor possibilidade de constituir áreas com capacidade de absorção de novas favelas, sobretudo se considerarmos que sua densidade de ocupação já é bastante elevada.

Se direcionarmos a análise da situação nas regiões administrativas, conforme apresentado na Tabela 3, identificamos que as áreas de maior adensamento foram Méier, Jacarepaguá e Bangu, localizadas respectivamente nas APs 3, 4 e 5.

Tabela 3
Expansão, Adensamento e Novas Favelas no Município do Rio de Janeiro (1980-1990)

Região Administrativa	Expansão	Adensamento	Expansão e Adensamento	Não Adensaram e não Expandiram	Novas	Total Em 1990
I Portuária	1	7	3	-	1	12
II Centro	-	-	-	-	-	-
III Rio Comprido	5	7	2		1	15
VII São Cristóvão	3	7	2		1	13
XXI Ilha de Paquetá	-	-	-	-	-	-
XXIII Santa Teresa	-	3	5	4	-	12
AP 1	**9**	**24**	**12**	**4**	**3**	**52**
IV Botafogo	3	4	6	-	-	13
V Copacabana	4	1	-	-	0	05
VI Lagoa	1	3	3	1	-	8
VIII Tijuca	6	1	6			13
IX Vila Isabel	1	2	7		1	11
AP 2	**15**	**11**	**22**	**1**	**1**	**50**
X Ramos	8	12	8	3	1	32
XI Penha	6	13	6	-	3	28
XII Inhaúma	3	12	6	2	10	33
XIII Méier	9	21	10	-	3	43
XIV Irajá	0	2	3	2	2	9
XV Madureira	5	14	18	-	9	46
XX Ilha do Governador	2	5	10	4	1	22
XXII Anchieta	1	6	5	-	5	17
XXV Pavuna	3	16	10		0	29
AP 3	**37**	**101**	**76**	**11**	**35**	**260**
XVI Jacarepaguá	1	17	19	2	21	60
XXIV Barra da Tijuca	6	10	8	6	3	33
AP4	**7**	**27**	**27**	**8**	**24**	**93**
XVII Bangu	1	19	21	2	19	62
XVIII Campo Grande	-	9	4	-	2	15
XIX Santa Cruz	-	6	4	-	1	11
XXVI Guaratiba	-	1	1	-	-	2
AP5	**1**	**35**	**30**	**2**	**22**	**90**
TOTAL	**69**	**198**	**167**	**26**	**85**	**545**

Entre as regiões administrativas onde houve maior expansão da área das favelas, situam-se Méier (AP 3), Ramos (AP 3), Tijuca (AP 2) e Barra da Tijuca (AP 4). No caso de expansão e adensamento simultâneos, encontram-se Bangu (AP 5), Jacarepaguá (AP 4) e Madureira (AP 3). As novas favelas surgiram com maior intensidade em Jacarepaguá (AP 4), Bangu (AP 5) e Méier (AP 3).

Todos os casos mencionados representam as áreas de Planejamento mais dinâmicas quanto ao processo de favelização, que são as APs 3, 4 e 5, tendência que deverá ser seguida nas décadas seguintes, conforme verificaremos ao analisar os dados da Prefeitura e do IBGE entre 1990 e 2005.

Tendências mais Recentes (1990 -2005)

Embora a década de 1980 tenha sido caracterizada, não só no Rio de Janeiro como em outras grandes cidades do país, pelo aumento da favelização, os dados relativos ao período posterior para a cidade mostram que tal crescimento continuou ocorrendo de forma mais veloz. Isto pode ser visualizado com base na Tabela 4, ao mostrar que entre 1980 e 1990 o número médio anual de novas favelas no município foi de 8,5 favelas e entre 1991 e 2005 chegou próximo a 14 favelas.

A distribuição deste crescimento por áreas de Planejamento fortalece a tendência apontada no período anterior de maior proliferação de favelas na periferia do município. A Tabela 4 mostra que, entre 1991 e 2005, o maior aumento anual de favelas ocorreu na AP 5, e, em seguida, na AP 4, ambas sobressaindo em relação à AP 3, que no período anterior apresentou, em relação às outras áreas, o maior crescimento anual de favelas.

Outro aspecto a destacar é a troca de posição entre a AP 3 e a AP 5 quanto ao crescimento do número de favelas, já que a AP 3 passa a ocupar o terceiro lugar, e a AP 5, que teve um

Tabela 4: Novas Favelas e Número Médio de Novas Favelas por Ano nos Períodos: (1980-1990) e (1991-2005)

	1980-1990			1991-2005		
Áreas de planejamento	**Novas favelas**	**Número médio de novas favelas por ano**	**Total em 1990**	**Novas favelas**	**Número médio de novas favelas por ano**	**Total em 2005**
AP 1	3	0,30	52	11	0,73	63
AP 2	1	0,10	50	2	0,13	52
AP 3	35	3,50	260	51	3,40	311
AP 4	24	2,40	93	57	3,80	150
AP 5	22	2,20	90	83	5,50	173
Total	**85**	**8,50**	**545**	**204**	**13,67**	**750**

Fontes: Instituto de Planejamento do Município do Rio de Janeiro, 1992. Delimitação espacial das favelas do município do Rio de Janeiro /RIO estudos. Coleção estudos da cidade, nº 233. Instituto Pereira Passos, 2006(8).

incremento de 5,5 favelas ao ano, passa ao primeiro lugar, inclusive em termos absolutos, cujo número de novas favelas quase quadruplicou, passando de 22 para 83 novas favelas.

Contudo, a AP 3 permanece com maior número de favelas, cerca de 40%, embora tenha desacelerado em relação ao período anterior, visto que representava 47% do total. O oposto ocorreu em relação às áreas de Planejamento 4 e 5, que, juntas, passaram da participação de 33% sobre o total, em 1990, a 43%, em 2005 (ver Tabela 10).

As áreas de Planejamento 1 e 2, mais centrais, correspondentes a Centro, Zona Sul e parte da Zona Norte, apresentaram um crescimento absoluto bem diferenciado das demais. Entre 1991 e 2005, na AP 2, surgiram duas favelas e, na AP 1, 11 novas favelas, representando um incremento de menos de uma favela por ano. As duas APs permaneceram com os menores números de novas favelas e com uma diferença significativa em relação às demais áreas de Planejamento.

Os dados de população, segundo o IBGE, ratificam tais tendências. Na AP 1, houve um decréscimo de população em favelas em torno de -1,14% anual, no período de 1991 a 2000, acompanhando a tendência de queda da população como um todo na mesma região, correspondente a -1,34% . Em todas as demais regiões houve crescimento da população em setores de favelas, conforme observado na Tabela 5, que traz as informações em separado das favelas e das áreas da cidade que não constituem favelas (**9**).

Os dados mostram que a AP 4, embora não tenha ficado em primeiro lugar quanto ao número de novas favelas, em relação à população das mesmas, foi a que mais cresceu de 1991 a 2000, chegando a 100% de incremento populacional em todo o período e de 8% anuais. Este fato indica que foram consideráveis tanto a expansão como a densificação das favelas já existentes. Por outro lado, a AP 5, que ficou em primeiro lugar quanto ao número de novas favelas, cujo total foi de 84 entre 1990 e 2005 (ver Tabela 4), correspondendo ao incremento de 5,6 novas favelas por ano, ficou em uma situação inferior à AP 4 no que se refere à sua população em favelas, com incremento da população na ordem de 4,8% anuais,

Tabela 5: Taxas Anuais de Crescimento da População Total, Residente em Favelas e em Não Favelas (10) do Município do Rio de Janeiro (1991-2000)

Áreas de Planejamento	Total	Favelas	Não Favelas
AP 1	-1,34	-1,13	-1,42
AP 2	-0,42	1,54	-0,72
AP 3	0,14	1,43	-0,22
AP 4	2,90	8,00	2,63
AP 5	2,07	4,84	1,75
Município	0,73	2,40	0,38

Fonte: RIO estudos. Coleção estudos da cidade, nº46. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2002. Tabela elaborada a partir da tabulação realizada pelo Instituto Pereira Passos (RIO estudos, 2002, op.cit.) com base nos resultados dos Censos do IBGE de 1991 e de 2000.

entre 1991 e 2000. No que diz respeito à importância desse aumento, deve-se considerar que a ocupação por favelas é bem recente em algumas das regiões administrativas da AP 4, que apresentavam pouquíssimas ou mesmo nenhuma favela em 1990, como Guaratiba, que tem a maior parte de sua área situada na Unidade de Conservação representada pelo Parque Estadual da Pedra Branca.

Levando-se em conta o baixo índice de novas favelas, supõe-se que o incremento se deu em termos de expansão e densificação na AP 2, reforçando a tendência da década de 1980, já que foi registrado o número de apenas uma nova favela, contra duas, entre 1991 e 2005.

A análise da Tabela 6 traz componentes importantes para a compreensão da dinâmica demográfica do município e complementa as informações anteriores ao apresentar as taxas de crescimento populacional total, nas favelas e não favelas, tanto nas APs como em suas respectivas regiões administrativas.

Entre 1991 e 2000, o crescimento da população total da cidade foi de 0,73% ao ano, maior do que o da década anterior, de 0,67%. Deste crescimento, o da população em favelas correspondeu a 2,4% ao ano, enquanto o do resto da cidade foi de apenas 0,38% (ver Tabela 5). As favelas crescem, portanto, seis vezes mais do que o asfalto (RIO estudos, 2002). Dessa forma, houve um acréscimo considerável na taxa de crescimento da população em favelas, já que na década de 1980 correspondeu a 1,06% ao ano, conforme mostrado, anteriormente, na Tabela 1.

Em relação ao aumento da população residente em favelas, as áreas de Planejamento 2 e 3 não se diferenciaram muito em termos relativos, com taxas anuais de 1,5% e 1,4% respectivamente (ver Tabela 5), embora em termos absolutos a diferença tenha sido bem significativa, com aumento de 19.434 moradores na AP 2 e de 64.213 na AP 3 (ver Tabela 8).

Nas APs 1 e 2, as taxas de crescimento da população foram negativas, sendo que na AP 1, tanto as favelas como as não favelas apresentaram decréscimo de população. No caso da AP 2, o decréscimo ocorreu apenas nas áreas que não são favelas. Nesta AP, o incremento das favelas correspondeu a 1,54%, um pouco mais que o dobro da média do município.

Na AP 3, as favelas cresceram a uma taxa média anual de 1,43%, enquanto a população das demais áreas residenciais diminuiu 0,22% ao ano e o crescimento na AP como um todo foi de 0,14%. Esse fato pode indicar uma mobilidade residencial para as favelas, e, ao mesmo tempo, a migração que vem ocorrendo, sobretudo de setores de classe média, para outras áreas da cidade, por conta da violência vivenciada na região, da qual fazem parte o Complexo do Alemão e o Complexo da Maré, áreas onde o tráfico de drogas tem um grande alcance.

Entretanto, nessa mesma área, regiões administrativas importantes apresentaram decréscimo de população em favelas, como Ramos, Inhaúma, Méier e Jacarezinho. Por outro lado, o incremento foi muito grande – superior a 5% – em outras regiões, como Anchieta, Penha, Ilha do Governador. Essa última apresentou um crescimento cinco vezes maior em relação às demais áreas residenciais que não constituem favelas.

Tabela 6: Taxas Médias Anuais de Crescimento da População Total, Residente em Favelas e em Não Favelas (1991-2000)

Regiões Administrativas [1]	TOTAL	Favelas	Não Favelas
Município	0,73	2,40	0,38
Área de Planejamento 1	-1,34	-1,13	-1,42
I RA Portuária	-1,09	0,24	-2,00
II RA Centro	-2,49	-	-2,49
III RA Rio Comprido	-1,24	-0,17	-1,68
VII RA São Cristóvão	-1,26	-2,64	-0,23
XXI RA Paquetá	0,55	-	0,55
XXIII RA Santa Teresa	-0,88	-0,73	-0,92
Área de Planejamento 2	-0,42	1,54	-0,72
IV RA Botafogo	-0,59	0,88	-0,67
V RA Copacabana	-0,59	2,29	-0,77
VI RA Lagoa	-0,21	2,71	-0,50
VIII RA Tijuca	-0,81	-0,10	-0,92
IX RA Vila Isabel	-0,75	-0,66	-0,76
XXVII RA Rocinha	3,07	3,07	-
Área de Planejamento 3	0,14	1,43	-0,22
X RA Ramos	0,21	-1,21	0,80
XI RA Penha	0,13	4,93	-1,00
XII RA Inhaúma	-0,61	-1,39	-0,52
XIII RA Méier	-0,67	-0,05	-0,73
XIV RA Irajá	-0,43	0,98	-0,62
XV RA Madureira	-0,01	1,76	-0,23
XX RA Ilha do Governador	0,78	1,89	0,39
XXII RA Anchieta	0,98	6,05	0,52
XXV RA Pavuna	1,06	2,34	0,37
XXVIII RA Jacarezinho	-1,33	-1,71	2,00
XXIX RA Complexo do Alemão	0,63	1,09	-1,97
XXX RA Maré	2,00	1,25	3,33
Área de Planejamento 4	**2,90**	**8,00**	**2,63**
XVI RA Jacarepaguá	1,89	7,55	1,72
XXIV RA Barra da Tijuca	6,57	9,84	5,97
Área de Planejamento 5	**2,07**	**4,84**	**1,75**
XVII RA Bangu	1,12	3,15	0,80
XVIII RA Campo Grande	2,66	4,76	2,50
XIX RA Santa Cruz	2,26	9,99	1,50
XXVI RA Guaratiba	5,78	12,77	5,55

Fonte: RIO estudos. *Coleção estudos da cidade*, nº46. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2002.

Tabela elaborada a partir da tabulação realizada pelo Instituto Pereira Passos (RIO estudos, 2002, op.cit.) com base nos resultados dos Censos do IBGE de 1991 e 2000.

Nota : (1) As regiões administrativas sofreram alterações a partir de 1991. Tais alterações foram incorporadas nesta tabela, que é apresentada de forma diferente da Tabela 1, que mostra a divisão por Áreas de Planejamento e regiões administrativas anteriores a 1991, cujos dados também são anteriores a esta data. Os limites das Áreas de Planejamento não sofreram alterações, o que não traz prejuízo à análise por AP privilegiada neste artigo. Os dados de 1991 para Rocinha, Complexo do Alemão, Maré, Lagoa, Ramos e Inhaúma, que foram criadas depois do Censo ou tiveram seus limites alterados, foram obtidos através da compatibilização entre os setores censitários.

Em média, a população das favelas da Zona Sul, representada na Tabela 6 pelas regiões administrativas de Botafogo, Copacabana, Lagoa, Rocinha, cresceu cerca de 2% ao ano, enquanto a população dos residentes fora das favelas encolhia, em média, 0,7%. Esse crescimento na Zona Sul da cidade ocorreu mais por adensamento ou expansão das favelas já existentes do que pelo surgimento de novas favelas. Essa mudança foi observada especialmente na Lagoa, correspondendo a 2,7% ao ano, enquanto na região administrativa como um todo foi de -0,21%.

É interessante atentarmos para o caso da Rocinha, que apresentou taxas bem elevadas em relação às demais regiões administrativas da AP 2, com 3,07% de aumento, figurando entre as maiores do município. O comportamento demográfico da Região Administrativa da Rocinha também foge, deste modo, do padrão das demais regiões administrativas da Zona Sul, as quais apresentaram decréscimo populacional.

Um terço do aumento da população em aglomeradas favelas ocorreu na Barra da Tijuca e em Jacarepaguá. Estas regiões administrativas situadas na AP 5 apresentaram taxas de 10% e 7%, respectivamente. Nas áreas formais destas regiões administrativas, o mesmo crescimento correspondeu a 1,7% e 6%, também elevados e bem superiores à média do município, que foi de 0,73%.

O crescimento das favelas ocorreu tanto à custa do crescimento horizontal e vertical das favelas já existentes como do surgimento de novas, especialmente na área do maciço da Pedra Branca, Unidade de Conservação situada na região, conforme verificado anteriormente.

Na AP 5, houve um crescimento de 2, 07% ao ano, enquanto nas favelas foi mais do que o dobro, correspondendo a 4,84% ao ano, conforme mostra a Tabela 5. De acordo com a Tabela 7, em todas as RAs o incremento foi significativo no período, com destaque para Guaratiba..

A análise da distribuição da população das áreas de Planejamento nas áreas que não são favelas e nas favelas, a partir da Tabela 8, nos permite reforçar os aspectos expostos anteriormente, assim como fornecer outros elementos importantes para o exame da dinâmica demográfica no espaço intraurbano do município.

Tabela 7: População Residente em Favelas e Taxa de Crescimento Anual da População em Favelas nas Regiões Administrativas da Área de Planejamento 5

Regiões Administrativas da Área de Planejamento 5	1991	2000	Taxa de crescimento anual
Guaratiba	1.462	4.313	12,77
Santa Cruz	16.613	39.153	9,99
Campo Grande	24.940	37.894	4,76
Bangu	74.476	98.558	3,15
Total	**117.491**	**179.849**	**4,84**

Fonte: RIO estudos. Coleção estudos da cidade, nº46. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2002. Tabela elaborada a partir da tabulação realizada pelo Instituto Pereira Passos (RIO estudos, 2002, op.cit.) com base nos resultados dos Censos do IBGE de 1991 e 2000.

Tabela 8: População Residente em Não Favelas, em Favelas e Participação Percentual nas Áreas de Planejamento do Município do Rio de Janeiro (1991-2000)

	1991				2000			
APs	Total	População em não favelas	População em favelas	% População em favelas	Total	População em não favelas	População em favelas	% População em favelas
AP 1	303.695	218.107	85.588	28,18	268.942	191.697	77.245	28,72
AP 2	1.034.612	907.051	127. 561	12,33	996.131	849.751	146.380	14,69
AP 3	2. 323.990	1. 844.329	479.661	20,64	2. 352.582	1. 807.571	545.011	23,17
AP 4	526.302	454.120	72.182	13,71	680 895	573.729	144.298	21,19
AP 5	1.292. 179	1. 174.688	117.491	9,09	1. 553. 364	1. 373.515	179.849	11,58
Município	**5. 480.778**	**4. 598.295**	**882.483**	**16,10**	**5. 851. 914**	**4. 759.131**	**1.092. 783**	**18,67**

Fonte: Rio estudos. *Coleção estudos da cidade*, nº 46. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2002. Tabela elaborada a partir da tabulação realizada pelo Instituto Pereira Passos (Rio estudos, 2002, op.cit.) com base nos resultados dos Censos do IBGE de 1991 e 2000 .

No município como um todo houve um aumento percentual da população em favelas (de 16% em 1991 a 18,6% em 2000) e, como não poderia deixar de ser, a participação da população residente fora destas áreas diminuiu (de 84% em 1991 para 81,4% em 2000).

Os resultados quanto à participação da população residente nas favelas em relação à distribuição no interior do município podem parecer, à primeira vista, contraditórios se comparados às análises feitas anteriormente, mas, de fato, consolidam alguns aspectos já levantados. Esse fato ganha destaque ao observarmos, de imediato, o maior percentual de população em favelas na AP1, tanto em 1991 como em 2000, com números relativos bem próximos nas duas datas, correspondentes a 28,18% e 28,72%, respectivamente. Em todas as situações apresentadas na Tabela 3 verificaram-se na AP 1 as menores ocorrências em relação às demais áreas de Planejamento, além de ter sido a que apresentou menor taxa de crescimento da população em favelas (Tabela 5).

O maior decréscimo na taxa de crescimento da população total (que passou de 218.107, em 1991, para 191.697, em 2000), e da população residente fora das áreas de favelas fez com que a participação da população das áreas informais fosse maior e permanecesse alta em relação ao período anterior. É importante considerar que as favelas mais antigas e consolidadas da cidade fazem parte desta área de Planejamento, como Mangueira, Morro da Providência, Morro de São Carlos, Catumbi, Morro da Mineira, Morro dos Prazeres. Tais favelas contribuem com os maiores contigentes populacionais da área, pois todas possuem mais de 3.000 habitantes.

A AP3 apresenta a maior população nas três situações e constitui a segunda AP com maior percentual de pessoas residentes em favelas. Ela teve seu percentual aumentado em parte em função da diminuição da população que não mora em favelas, de -0,22% anuais, apesar de ter havido um aumento considerável dos residentes em favelas que passou de 479.661, em 1991, para 545.011 habitantes, em 2000.

Dessa maneira, tanto no caso das APs 1 e 3, como na AP2, o aumento da proporção de população em favelas, entre 1991 e 2000, se deu, em grande parte, face ao decréscimo da população dos que não moram em favelas, tendo em vista que as três APs apresentaram comportamento demográfico negativo neste último caso.

Por outro lado, nas duas outras áreas de Planejamento, 4 e 5, o aumento proporcional da população em favelas foi bem maior do que as mencionadas anteriormente, e, ao contrário dessas, podemos dizer que tal acréscimo ocorreu exclusivamente em função do grande aumento da população em favelas. No caso da AP 4, a população em favelas dobrou no entre 1991 e 2000, passando de 72.182 para 144.298 (Tabela 8).

Ao lançarmos o olhar nas regiões administrativas, conforme a Tabela 9, observamos que, na AP1, as duas que tiveram destaque quanto ao percentual de população em favelas nos dois períodos foram a Área Portuária e São Cristóvão. Embora tenham mantido, em 2000, os maiores percentuais da área de Planejamento, tiveram comportamento diferenciado quanto ao seu dinamismo, tendo em vista que a primeira apresentou um aumento em torno de 5% e a outra um decréscimo no mesmo valor percentual.

Nas APs 2 e 3, algumas favelas ou complexos de favelas foram transformados em regiões administrativas, daí os maiores percentuais, tanto em 1991 como em 2000. Trata-se do caso da Rocinha (AP2), do Jacarezinho, do Complexo do Alemão e da Maré (AP3). A Rocinha contribuiu, em 1991, com cerca de 33% e, em 2000, representava 38% do total da população em favelas de toda a AP2. Os complexos do Jacarezinho, do Alemão e da Maré representavam juntos 31%, em 1991, e 29%, em 2000, do total da população em favelas da AP3.

Os aspectos tratados anteriormente consolidam a tendência de crescimento da periferia do município, tanto por conta do aumento de sua população total como da população em favelas, aspecto que será reforçado a seguir.

Tabela 9: População Residente em Não Favelas, em Favelas e Participação Percentual da População Residente em Favelas no Total da População das Regiões Administrativas e das Áreas De Planejamento do Município do Rio de Janeiro (1991-2000)

	POPULAÇÃO EM 1991				POPULAÇÃO EM 2000			
Regiões Administrativas [1]	TOTAL	Não Favelas	Favelas	Favelas (%)	TOTAL	Não Favelas	Favelas	Favelas (%)
Município	**5. 480. 778**	**4. 598.295**	**882. 483**	**16,10**	**5. 851. 914**	**4. 759. 131**	**1.092.783**	**18,67**
AP 1	**303. 695**	**218. 107**	**85. 588**	**28,18**	**268. 942**	**191. 697**	**77. 245**	**28,72**
I Portuária	44. 085	27. 057	17. 028	38,63	39. 955	22. 555	17. 400	43,55
II Centro	49. 095	49. 095	0	0,00	39. 116	39. 116	0	0,00
III Rio Comprido	82. 344	59. 115	23. 229	28,21	73. 628	50. 752	22. 876	31,07
VII São Cristóvão	80. 360	43. 937	36. 423	45,32	71. 680	43. 049	28. 631	39,94
XXI Paquetá	3. 257	3. 257	0	0,00	3. 421	3. 421	0	0,00
XXIII Santa Teresa	44. 554	35. 646	8. 908	19,99	41. 142	32.804	8. 338	20,27

Tabela 9 – cont.: População Residente em Não Favelas, em Favelas e Participação Percentual da População Residente em Favelas no Total da População das Regiões Administrativas e das Áreas De Planejamento do Município do Rio de Janeiro (1991-2000)

	POPULAÇÃO EM 1991				POPULAÇÃO EM 2000			
Regiões Administrativas (1)	TOTAL	Não Favelas	Favelas	Favelas (%)	TOTAL	Não Favelas	Favelas	Favelas (%)
AP 2	**1. 034. 612**	**907. 051**	**127. 561**	**12,33**	**996. 131**	**849. 751**	**146. 380**	**14,69**
IV RA Botafogo	251. 668	238. 327	13. 341	5,30	238. 673	224. 243	14. 430	6,05
V RA Copacabana	169. 680	161. 059	8. 621	5,08	160. 834	150. 266	10. 568	6,57
VI RA Lagoa	177. 072	162. 864	14. 208	8,02	173. 744	155. 668	18. 076	10,40
VIII RA Tijuca	194. 483	168. 043	26. 440	13,60	180. 817	154. 607	26. 210	14,50
IX RA Vila Isabel	198. 817	176. 758	22. 059	11,10	185. 750	164. 967	20. 783	11,19
XXVII RA Rocinha	42. 892	0	42. 892	100,00	56. 313	0	56. 313	100,00
AP 3	**2. 323. 990**	**1. 844.329**	**479. 661**	**20,64**	**2. 352. 582**	**1. 807. 571**	**545. 011**	**23,17**
X Ramos	147. 497	102. 056	45. 441	30,81	150. 352	109. 609	40. 743	27,10
XI Penha	314. 981	265. 855	49. 126	15,60	318. 649	242. 879	75. 770	23,78
XII Inhaúma	137. 539	122. 126	15. 413	11,21	130. 156	116. 568	13. 588	10,44
XIII Méier	423. 013	384. 829	38. 184	9,03	398. 251	360. 231	38. 020	9,55
XIV Irajá	210. 889	187. 187	23. 702	11,24	202. 876	176. 998	25. 878	12,76
XV Madureira	373. 753	335. 132	38. 621	10,33	373. 452	328. 270	45. 182	12,10
XX Ilha do Governador	197. 158	148. 787	48. 371	24,53	211. 377	154. 153	57. 224	27,07
XXII Anchieta	141. 587	132. 038	9. 549	6,74	154. 521	138. 317	16. 204	10,49
XXV Pavuna	179. 256	119. 444	59. 812	33,37	197. 066	123. 441	73. 625	37,36
XXVIII Jacarezinho	41. 079	3. 686	37. 393	91,03	36. 428	4. 405	32. 023	87,91
XXIX Alemão	62. 037	10. 446	515. 91	83,16	65. 637	8. 734	56. 903	86,69
XXX Maré	95. 201	32. 743	62. 458	65,61	113. 817	43. 966	69. 851	61,37
AP 4	**526. 302**	**454. 120**	**72. 182**	**13,71**	**680. 895**	**573. 729**	**144. 298**	**21,19**
XVI Jacarepaguá	428. 073	369. 244	58. 829	13,74	506. 760	430. 665	113. 227	22,34
XXIV Barra da Tijuca	98. 229	84. 876	13. 353	13,59	174. 135	143. 064	31. 071	17,84
AP 5	**1. 292. 179**	**1. 174.688**	**117. 491**	**9,09**	**1. 553. 364**	**1. 373. 515**	**179. 849**	**11,58**
XVII Bangu	595. 960	521. 484	74. 476	12,50	658. 968	560. 470	98. 498	14,95
XVIII Campo Grande	380. 942	356. 002	24. 940	6,55	482. 492	444. 598	37. 894	7,85
XIX RA Santa Cruz	254. 503	237. 890	16. 613	6,53	311. 120	271. 976	39. 144	12,58
XXVI RA Guaratiba	60. 774	59. 312	1. 462	2,41	100. 784	96. 471	4. 313	4,28

Fonte: Rio estudos. *Coleção estudos da cidade*, nº 46. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2002.

Tabela elaborada com base na tabulação realizada pelo Instituto Pereira Passos (RIO estudos, 2002, op.cit.) de acordo com os resultados dos Censos do IBGE de 1991 e 2000.

Nota: (1) As regiões administrativas sofreram alterações a partir de 1991. Tais alterações foram incorporadas nesta tabela, que se apresenta de forma diferente Tabela 1, que mostra a divisão por Áreas de Planejamento e Regiões Administrativas anteriores a 1991, tendo em vista os dados apresentados também serem anteriores a esta data. Observar que os limites das Áreas de Planejamento não sofreram alterações, o que não traz prejuízo à análise por Área de Planejamento privilegiada neste texto. Os dados de 1991 para Rocinha, Complexo do Alemão, Maré, Lagoa, Ramos e Inhaúma, que foram criadas depois do Censo ou tiveram seus limites alterados, foram obtidos através da compatibilização entre os setores censitários.

Periferia do Rio de Janeiro: o caminho das favelas

A análise das informações de crescimento das favelas e seu direcionamento para a periferia do município, trazida nas seções anteriores, acompanham a tendência do crescimento do município no mesmo sentido, conforme observamos anteriormente na Tabela 6.

Em relação ao crescimento da população total nas áreas de Planejamento, verifica-se o aumento das taxas conforme o distanciamento das áreas centrais do município. Desta forma, há um aumento da taxa de crescimento da população de forma crescente da AP1 em direção à AP5, sobressaindo a AP4, com índice de crescimento de 2,90% ao ano. A mesma AP também sobressai quanto à taxa de crescimento das favelas, correspondente a 8% anuais, no período compreendido entre 1991-2000.

Essa tendência se repete em relação às áreas que não são favelas de forma bem nítida, e de maneira mais branda nas favelas (ver Tabela 6). Contudo, no último caso, a diferença desse incremento é acentuada entre as APs, saltando de 1,13% de crescimento na AP1 para 8% na AP4.

A tabela seguinte resume os dois períodos aqui tratados, complementando as observações anteriores, ao mostrar a evolução do número de favelas desde 1980 evidenciando o seu crescimento no município do Rio de Janeiro.

TABELA 10: Número de Favelas no Município do Rio de Janeiro em 1980, 1990 e 2005, segundo as Áreas de Planejamento

Áreas de Planejamento	1980	1990	2005
AP 1	49	52	63
AP 2	49	50	52
AP 3	225	260	312
AP 4	69	93	150
AP 5	68	90	173
Total	**460**	**545**	**750**

Fontes: IPLANRio. Cadastro de favelas, 1983 / Rio estudos. Coleção estudos da cidade, nº233. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2006.

Entre 1980 e 2005, houve um acréscimo de 290 novas favelas, representando um aumento na ordem de 64% no período. O mais significativo, no entanto, se deu no segundo período. Se entre 1980 e 1990 foi de 85 favelas em todo o município, entre 1990 e 2005 foi de 205 novas favelas, representando um acréscimo anual de cerca de 13,6 favelas contra 8,5 no período anterior, conforme mostrado na Tabela 4.

Os dados também revelam que esse crescimento ocorreu sobretudo no Parque Estadual da Pedra Branca e no seu entorno, onde se situa grande parte das áreas de Planejamento 4

e 5 (ver Mapa 1). Nessas mesmas áreas também foi significativo o incremento de novas favelas, assim como a expansão e a densificação das já existentes, como vimos anteriormente.

O Parque Estadual da Pedra Branca, criado em 1974 no governo Chagas Freitas, representa 16% do território municipal e corresponde a todo o maciço da Pedra Branca acima da cota de 100 metros de altitude, de acordo com o Mapa 1. Abrange diversos bairros da AP 5, como Campo Grande, Bangu, Realengo; e da AP 4 como Jacarepaguá e Recreio dos Bandeirantes. Estes bairros constituem áreas recentes de expansão imobiliária e demográfica no município, sendo a proliferação das favelas também um componente deste processo. O fato de as regiões administrativas de Bangu (XVII) e Jacarepaguá (XVI), ambas situadas parcialmente na área do maciço, terem apresentado, entre 1980 e 1990, o maior número de novas favelas em relação ao restante do município, assim como o maior número de favelas em que houve expansão e adensamento de forma simultânea (Tabela 3), ratifica as afirmativas anteriores. Do mesmo modo, o incremento de novas favelas ainda maior no período posterior (ver Tabela 4) e o crescimento da população na década de *1990* (ver Tabela 6) também nos ajudam a consolidar tal tendência.

Particularmente na vertente norte do maciço, correspondente aos bairros de Bangu, Realengo e Campo Grande, a ocupação desordenada das encostas vem crescendo rapidamente.

Assim, duas fortes razões se complementam para a ocupação do referido maciço. A primeira estaria associada ao fato de ele comportar bairros que correspondem às principais áreas de expansão do município, situados na Zona Oeste e periferia do município. A outra razão se daria em função de o mesmo abrigar uma Unidade de Conservação. Sobre este último aspecto, convém ressaltar que as Unidades de Conservação constituem as últimas fronteiras a serem ocupadas, por possuírem ainda espaços ociosos dentro da cidade. Tais vazios se justificam por corresponderem a terras menos valorizadas, já que são áreas potenciais de risco. Representam, portanto, um dos vetores de crescimento das favelas e, de certa forma, a periferia da periferia.

A favela ocupou na cidade as áreas menos valorizadas, formadas inicialmente pelas encostas próximas ao Centro que não haviam sido ocupadas, em razão de problemas geotécnicos que demandavam volumosos recursos para a sua solução, e hoje se fixam em áreas de proteção ambiental ainda desocupadas, que apresentam os mesmos problemas geotécnicos.

Este fato se reveste de importância ao considerarmos que os parques florestais foram durante muito tempo esquecidos pelas autoridades, o que contribui para a aceleração do processo de ocupação. Entretanto, com a "onda verde", trazida sobretudo pela Eco92, a atenção do poder público e da sociedade em geral direciona-se cada vez mais para a questão ambiental, verificando-se um maior número de iniciativas com o objetivo de controlar o avanço das ocupações nas áreas protegidas. Mas, em curto prazo, ainda não se observa

retenção significativa nesse processo, apesar do aumento da fiscalização e da atuação do poder público nessas regiões.

No caso da Barra da Tijuca e de Jacarepaguá, a partir da década de 1970, houve uma intensa valorização do solo urbano em muitas de suas áreas, cujo reflexo se faz sentir num acelerado processo de ocupação, pelas populações de baixa e de alta renda. Os agentes imobiliários e o Estado tiveram participação efetiva neste processo, no qual se destacam a melhoria de acessos pela Zona Sul e a implantação do Plano Piloto da Barra da Tijuca, empreendidas pelo Estado em consórcio com a iniciativa privada.

Para os grupos de maior poder aquisitivo, representou a busca do setor(**11**) de amenidades da cidade. A distância do Centro, a proximidade da praia e a existência de maiores espaços disponíveis guiaram e guiam, de certa forma, essa tendência.

Para a população de baixa renda, também representou uma alternativa por dois motivos. O primeiro deve-se à existência de espaços ociosos que ficaram por muito tempo distantes do controle do Estado e dos grupos imobiliários. O outro se associa à criação de bairros exclusivos dos grupos de alto *status*. Os bairros mais ricos favoreceram a ocupação também por grupos de baixa renda em suas proximidades. Entre as condições propícias para o estabelecimento da população mais pobre, podemos destacar a criação de empregos nas áreas mais ricas. As obras de infraestrutura, como a própria construção civil, atraíram muitos trabalhadores para o setor formal num primeiro momento. Posteriormente, a demanda por serviços ampliou a oferta de empregos informais. Assim sendo, a busca por espaços mais valorizados, representativos de setores de crescimento da classe média e alta, como a Barra da Tijuca, propiciou a ocupação de áreas menos valorizadas na própria Barra da Tijuca, próximas aos rios, por exemplo, assim como nas áreas de encostas do maciço da Pedra Branca, situadas, sobretudo, em Jacarepaguá.

Em nenhuma outra parte do Rio de Janeiro a expansão simultânea de ocupações de alta e baixa renda foi tão marcante como em Jacarepaguá e Barra de Tijuca. Isto repercute através de uma forte segregação residencial, marcada por extremos de pobreza e de riqueza. No entanto, há que sublinhar uma diferença significativa entre Jacarepaguá e Barra da Tijuca, pelo fato de a primeira constituir uma área de ocupação mais antiga e possuir maior heterogeneidade quanto aos segmentos sociais que dela fazem parte.

Em que pesem as diversas iniciativas de coibir a proliferação dos assentamentos de baixa renda, o poder público tornou-se impotente para tal. Isto se deve tanto ao momento político, impróprio para medidas repressivas e de remoção, quanto à necessidade de um setor informal que atenda aos interesses da construção civil e à demanda dos serviços da população residente em setores de *status* mais alto.

Conclusão

Com base nas informações obtidas em documentos da Prefeitura do Rio de Janeiro e dos dados do IBGE, foi possível estabelecer as características do processo de favelização no município do Rio de Janeiro quanto ao seu direcionamento e à sua expansão na cidade.

Na análise realizada, constatou-se que as características e tendências identificadas no município durante a década de 1980 estão sendo consolidadas nas décadas subsequentes, tais como o direcionamento das favelas para sua periferia, a consolidação da Barra da Tijuca, de Jacarepaguá e das demais áreas da Zona Oeste como as principais áreas de expansão das favelas no município, assim como uma maior diferenciação interna da própria periferia. Dessa forma, é possível apontar inclusive a periferização da própria periferia do município.

Essa tendência pode ser responsável por maiores níveis de complexidade quanto às características dos fluxos dos movimentos residenciais que têm ocorrido simultaneamente. Assim sendo, tanto o crescimento negativo como o positivo, observados nas áreas de Planejamento, nos levam a considerar que esses movimentos podem ser representados pelo deslocamento da população das áreas de favelas para o asfalto, pela fuga da classe média das áreas de risco, associada à violência, para outros bairros da cidade, pela descida do morro de parte da população favelada para as áreas do entorno que estão sendo abandonadas pela classe média e pelo movimento de diversos segmentos sociais para outros municípios da Região Metropolitana.

Dessa maneira, embora haja um padrão básico já delineado, centro e periferia, novos rearranjos espaciais diversificados estão sendo identificados no município.

Outro aspecto a destacar refere-se à ocupação da maior Unidade de Conservação do município e do seu entorno por população de baixa renda. As "áreas protegidas" representam, de certa forma, a periferia dentro da periferia. Constituem, desse modo, um aspecto senão peculiar, mas muito relevante no caso do Rio de Janeiro, o qual põe à tona questões socioambientais fundamentais.

As tendências apontadas neste artigo acompanham, assim, o comportamento dos demais municípios da Região Metropolitana. Sobre esse aspecto, Jardim (**2004**)(**12**) constata, em estudo sobre migração na metrópole do Rio de Janeiro, que "há o deslocamento da população de baixa renda para lugares mais distantes dos principais centros da periferia metropolitana, a exemplo do aumento de favelas na Zona Oeste do Município do Rio de Janeiro".

Notas

1) Corresponde, hoje, ao IBGE.

2) Apesar dessa desaceleração ser associada às políticas de remoção, considerar que houve uma subestimação dos resultados do Censo de 1980, em razão de problemas operacionais, conforme observado por P. CAVALLIERE (1985), J.S. OLIVEIRA (1985), V.G. COSTA (1997).

3) Disponível em www.armazemdedados; estudos e pesquisas.rio.rj.gov.br.

4) A diferença entre os resultados da Prefeitura e do IBGE é tratada por L. PARISSE (1969), P. CAVALLIERE (1985), J.S. OLIVEIRA (1985), V.G. COSTA (1997).

5) O banco de dados que armazenava em 2000 essas informações é o Banco de Dados de Estruturas Territoriais (BET).

6) A referência à Zona da Leopoldina faz-se basicamente por alusão aos bairros ocupados nas proximidades da via férrea – ramal da Leopoldina.

7) O IplanRio (Instituto de Planejamento do Município do Rio de Janeiro), órgão de Planejamento da Prefeitura do Rio, a partir de meados da década de 1990 passou a ser designado como Instituto Pereira Passos. Portanto, as referências diferenciadas, utilizadas neste artigo, referem-se apenas à mudança de nome, pois se trata do mesmo Instituto.

8) Ver nota 5.

9) Os dados de "favelas" referem-se à população residente nos *setores censitários especiais do tipo aglomerado subnormal* e "não favelas" aos demais *setores censitários não especiais*, que constituem as áreas residenciais que não são favelas. A definição de setores especiais e não especiais é feita pelo IBGE. O Instituto Pereira Passos utiliza a distinção entre *favela* e *não favela* para diferenciar a cidade formal da informal em algumas de suas tabulações e de seus estudos. Ver www.rio.gov.br.armazemdosdados.

10) Os dados de população em favelas para 1991 diferem dos dados originais do IBGE apresentados na Tabela 1. Embora a Prefeitura tenha trabalhado no sentido de compatibilizar suas informações com as do IBGE, até 1991 ainda havia divergências entre as duas fontes, tanto em relação ao número de favelas como ao de sua população. Possivelmente, na tabulação realizada, houve algum ajuste no sentido de adequar os dados dos setores de favelas do IBGE às favelas cadastradas pela Prefeitura. As questões de incompatibilidade dos dados estão colocadas em trabalhos que analisam os censos anteriores como L. PARISSE (1969); P. CAVALLIERE (1985); J.S. OLIVEIRA (1985); V.G. COSTA (1997).

11) "Setor", nesse caso, é utilizado como sinônimo de áreas, partes da cidade. O termo é muito utilizado na Geografia no mesmo sentido (ver, por exemplo, R.L.CORRÊA, *Trajetórias geográficas*, Ed. Bertrand Brasil, 1997). A utilização deste termo com tal significado deve-se, em grande parte, à descrição dos esquemas clássicos de segregação residencial, tais como os descritos por Kohl, Burguess e Hoyt que dividem a cidade em setores para explicarem a distribuição das classes no espaço (ver esquemas e descrição dos modelos em R.L.CORRÊA. Espaço urbano, Ed. Ática, 1989).

12) A.P.JARDIM. Mobilidade Intrametropolitana: o "enobrecimento da periferia" e a "periferização" da metrópole do Rio de Janeiro nos anos 90. In *Geo Uerj- Revista do Departamento de Geografia,* 2004

(Recebido para publicação em 29/05/2011)

O efeito UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora do Rio de Janeiro) nas representações sociais de violência e de favela: o Rio possível

*The UPP (*Unidades de Polícia Pacificadora – *Pacification Police Units) effect in the social representations of violence and the Rio* favelas *(shantytowns): a potential Rio*

Kátia Pires Gonçalves
Mestranda do Programa de Pós-Graduação
em Comunicação da Faculdade de Comunicação Social da UERJ.
E-mail: katpires@uol.com.br

RESUMO:

O presente estudo insere-se em uma pesquisa maior sobre mídia, representações sociais e violência urbana na Cidade do Rio de Janeiro e objetiva contribuir com as reflexões acerca das transformações do espaço urbano contemporâneo e a violência observada nas grandes cidades, considerando a intensa fragmentação cognitiva e valorativa de seus habitantes. Para tanto, constituiu-se um quadro referencial teórico, baseado no entendimento de Bárbara Freitag e Yves Pedrazzini, articulando-o com um caso concreto: o projeto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: mídia; violência; globalização.

SUMMARY:

The present study is incorporated to a broader research project concerning the media, social representations and urban violence in the city of Rio de Janeiro and intends to contribute with considerations regarding the transformations to the contemporary urban spaces and the current violence occurring in the major cities, considering the intense cognitive fragmentation and loss of moral values of their inhabitants. For such, a frame of theoretical reference was defined, based on the considerations of Bárbara Freitag and Yves Pedrazzini, through its articulation as a de facto *case: the* Unidades de Polícia Pacificadora *(*UPP*s) of Rio de Janeiro.*

Key words: *media; violence; globalisation*

Introdução

O mundo nada pode contra
um homem que canta na miséria.
(SABATO, 2008, p.91)

Historicamente, no Rio de Janeiro, reuniram-se condições muito favoráveis à proliferação da violência urbana, em função da patente fragmentação observada na cidade. Pequeníssima parcela da população, a abastada, concentra-se na estreita faixa litorânea, onde tem acesso aos melhores bens e serviços públicos e privados. Os índices sociais ali registrados (escolaridade, renda etc.) diferem significativamente do restante da cidade, sobretudo se comparados com os números registrados nas favelas, territórios carentes de toda a infraestrutura e serviços.

Apesar do considerável distanciamento social, cultural e econômico, no Rio de Janeiro observa-se uma peculiaridade territorial: muito pobres e muito ricos convivem proximamente, em função das dezenas de favelas localizadas nos morros da Zona Sul carioca e da Tijuca, bem como em assentamentos irregulares próximos à Barra da Tijuca, São Conrado e Recreio dos Bandeirantes, bairros que também abrigam as classes média e alta. A tensão é permanente e inevitável, levando a confrontos e fissuras, em fenômeno bem descrito por Zuenir Ventura, em Cidade Partida (VENTURA, 2010, p.88).

Por muitos anos, a política de remoção de favelas prevaleceu, com a extinção de diversas comunidades e a transferência de seus moradores para áreas menos valorizadas da cidade. Movimentos de resistência, entretanto, começaram a surgir ainda na década de 1950, incrementando-se nas décadas seguintes. Os favelados lutaram por seu direito à cidade e isso deu resultado. A questão foi definitivamente enterrada com a edição da Lei Orgânica do Estado, que proibiu a remoção**(1)**.

Ideologias, entretanto, não são alteradas por legislação, e segmentos da sociedade carioca jamais deixaram de alimentar grande repulsa por esses aglomerados urbanos desordenados e, também, por seus moradores. A situação agravou-se, consideravelmente, quando esses territórios passaram para o domínio do tráfico e das milícias, transformando-se em centros irradiadores de violência e insegurança.

2. A globalização da economia e o processo de megalopolização: a análise de Bárbara Freitag

> *(...) favelas e invasões tomaram conta dos morros e seus habitantes estão "sitiando" a cidade legal, que, por décadas, ignorou o potencial explosivo da cidade ilegal.* (FREITAG, 2008, p.167).

Freitag, em estudo sobre urbanização, desenvolve interessante ensaio acerca do processo de megalopolização, tendo como objetos a Cidade do México, São Paulo, Buenos Aires e Rio de Janeiro (2008, p.153-190). Conceitua megalopolização como um padrão específico de urbanização que ocorre em decorrência da globalização da economia, em que, por conjunção do crescimento vegetativo e levas migratórias descontroladas, cidades ou metrópoles foram rapidamente transformadas em megalópoles, ou seja, em locais povoados por mais de 10 milhões de habitantes, aumentando suas populações em até oito vezes nas últimas três ou quatro décadas do século XX. O elemento identificador desta categoria é "o crescimento descontrolado, desregrado da população urbana, que faz transbordar os limites naturais e administrativos da cidade, tornando-a insustentável".

Registra que tal processo foi acompanhado da "poluição do ar, da água (mananciais e lençóis freáticos), do desequilíbrio ecológico e da desorganização social (anomia, violência, tráfico de drogas e armas etc.)" (2008, p. 153). Esse fenômeno reflete-se no tecido urbano, que se torna um híbrido de construções de alto luxo e de condomínios fechados, de um lado, e favelas e invasões, de outro, em um confronto intitulado, por Freitag, de "cidade legal" x "cidade real" (2008, p. 154).

Prossegue a pesquisadora esclarecendo que as metrópoles diferem das megalópoles, caracterizando-se por serem cidades grandes, com tradição histórica centenária ou milenar. Suas populações ficam em torno de 5 milhões de habitantes, localizam-se, em regra, no hemisfério norte, reunindo grande riqueza material e simbólica. Como exemplo: Berlim, Lisboa, Roma. Em função de políticas de contenção demográficas, conseguiram evitar as "invasões bárbaras", as "levas migratórias descontroladas", livrando-as da "destruição de seu tecido urbano e de suas tradições culturais" (2008, p. 154). As "cidades globais" também diferem da megalópole, configurando-se como sedes do capital financeiro mundial por conjugarem fatores como alta tecnologia e infraestrutura diferenciadas, capazes de justificar a concentração de sedes de grandes empresas e "garantir a globalização da economia" (2008, p. 155).

A questão central do estudo de Freitag é: as megalópoles, em função de seu crescimento desordenado e dos profundos problemas sociais e econômicos daí decorrentes (de complicada ou impossível solução), ainda podem alimentar a pretensão de se tornarem metrópoles ou cidades globais? Em outras palavras, a incapacidade de deterem o processo de inchaço de seus territórios (e as consequências que daí advieram), não as terá desviado do caminho do desenvolvimento regular e sustentável, levando-as, com isso, a perder o bonde da história?

> *(...) parto da tese central de que os processos de megalopolização das cidades latino-americanas durante a segunda metade do século XX, e que ainda estão em curso, são menos frutos de seu passado histórico colonial e mais resultado da globalização da economia de mercado, em curso desde a segunda metade do século XX. A megalopolização*

> *das quatro cidades a serem analisadas aponta para duas tendências: deixaram de ser potenciais metrópoles (nos moldes das metrópoles europeias) e dificilmente virão a ser cidades globais no sentido de Saskia Sassen***(2)***, apesar de algumas vozes positivas (...) acenarem com essa possibilidade.* (2008, p. 155)
>
> *(...) altas taxas de violência, a falta de segurança e o alto índice de poluição (...) [são] fatores que dificultam sua integração no rol das cidades globais.* (2008, p. 158)

A megalopolização resulta de transformações estruturais nacionais e internacionais, em especial, da globalização da economia de mercado, que redefiniu o cenário mundial com novos padrões de produção e consumo. As quatro cidades objeto do estudo experimentaram processos iniciais de urbanização que sanearam e embelezaram a cidade, nos moldes de cidades europeias. Caminhavam para a metropolização.

Surgiu, entretanto, o processo de globalização das economias mundiais, que, em "ritmo frenético (...) provocou um crescimento da riqueza do capital internacional jamais visto", dando origem a "novos padrões de organização das cidades e processos de urbanização" (2008, p. 174), mais comuns nas cidades do Sul, mas também observável na Cidade do México:

> *(...) estudaremos as quatro megalópoes latino-americanas cujas reminiscências metropolitanas foram sendo apagadas pelas sucessivas levas de emigrantes, que quantitativa e qualitativamente destruíram a cidade legal preexistente e "criaram" um padrão e cidade real (legal e ilegal) que já não é metrópole nem (ainda?) cidade global, como acima definida.* (2008, p. 157)

Volta-se, neste momento, ao ponto central das reflexões de Freitag: as megalópoles latino-americanas teriam (agora ou em um futuro próximo) condições de preencher as exigências dessa moderna sociedade informacional a fim de usufruírem da "espetacular riqueza gerada pela globalização?" (2008, p. 174) E, questiona-se, em caso positivo, os esforços despendidos neste sentido, valeriam a pena?

Freitag informa que estudos acerca da Cidade do México, São Paulo e Buenos Aires**(3)**, revelaram, em apertada síntese, o que se segue:

- Estas cidades não serão capazes de resolver, no curto e médio prazos, os profundos problemas que a megalopolização gerou na segunda metade do século XX;
- O esforço dessas cidades para atrair o capital financeiro nem sempre será recompensado, tendo em vista a volatilidade deste capital, que facilmente se volta para outros mercados, dependendo das condições oferecidas;
- As megalópoles estudadas dificilmente terão condições de competir com cidades como Miami, Los Angeles, Zurique, Frankfurt, Paris e Xangai, em função do considerável "peso morto" que seu contingente populacional inativo representa.

Tais conclusões confirmam o entendimento inicial de Freitag, de que "dificilmente as megalópoles de hoje terão condições de regredir e voltar atrás, reconstituindo os padrões urbanos que haviam alcançado na fase de industrialização, como metrópoles" (2008, p. 176).

Embora a cidade do Rio de Janeiro não tenha sido objeto do estudo supracidado, parece razoável que as mesmas conclusões possam ser a ela estendidas. É desse pressuposto que partiremos oportunamente.

3 - A violência da Globalização e seus reflexos sobre a urbanização e violência urbana: análise de Ives Pedrazzini

O pânico das cidades é a incerteza da globalização projetada em solo urbano. (PEDRAZZINI, 2006, p. 90)

Cidade e violência também são preocupações de Yves Pedrazzini, pesquisador do laboratório de Sociologia Urbana da Escola Politécnica Federal de Lausanne, na Suíça e coordenador dos trabalhos sobre violência e segurança urbanas na África e na América Latina, no âmbito do Programa Nacional de Expertise em Pesquisa "Nord-Sud". Em sua obra, "A violência das cidades"**(4)**, Pedrazzini apresenta alguns entendimentos centrais, em torno dos quais todo seu o pensamento se desenvolve.

O primeiro deles é que a violência urbana decorre da violência da urbanização, que, por sua vez, decorre da violência da globalização.

> *A violência urbana deve ser analisada como um sistema socioespacial dinâmico, cujos elementos estruturantes seriam a economia liberal globalizada e a cidade, como modelo ambiental hegemônico. A partir desses dois elementos fundadores de nossa "civilização", entrariam outros componentes especificamente sociais (crescimento das desigualdades), políticos (criminalidade da pobreza), espaciais (fragmentação do território) ou ideológicos (sujeição da democracia à insegurança) que se combinariam entre si para traçar um "projeto de sociedade" selvagem e inquientante. Cabe, portanto, analisar como os principais setores da economia global instauraram um determinado modelo de urbanismo, de arquitetura e de cidades globais, e, desde então, com a urbanização contemporânea globalizada, começou a impor práticas sociais e espaciais que contribuíram para o crescimento da violência (*2006, p. 91).

Na economia globalizada, novos modos de produção possibilitam que um mesmo produto seja fruto da indústria de diferentes continentes, levando os países à intensa disputa por mercados para sua produção, não raro, de forma agressiva e predatória. A tecnologia permite que recursos cada vez mais significativos sejam transacionados pelo mundo, de forma quase que instantânea. O capital especulativo desbancou o produtivo e é a grande vedete da nova era. Se antes o dinheiro vinculava-se às formas de produção industrial em

locais certos, atualmente movimenta-se livremente, em direção às melhores taxas e remunerações, rompendo fronteiras de países e continentes em frações de segundo. Não há mais fidelidade a territórios e, tampouco, ao destino dos que ali vivem.

Assim, apesar de sua abrangência, a globalização não se configura como uma força propulsora de desenvolvimento dos povos ou de redução das desigualdades internacionais. Não se compromete com a elaboração de uma ordem econômica mais justa ou com a construção de um mundo com menos conflitos. O processo globalizatório reflete na urbanização de muitas cidades, que, nas últimas décadas, para atender às exigências de velocidade e urgência da nova ordem econômica, se transformaram rápida e desorganizadamente:

> *A verdadeira globalização consiste na violência que é perpetrada à maioria por meio dos mecanismos de produção de benefícios egoístas.* (2006, p. 172)
>
> *A violência é o resultado de um encadeamento lógico de causas muitas vezes ilógicas: frustrações, dificuldades econômicas, políticas sociais inexistentes e racismo. Enquanto a violência social da metrópole é uma consequência lógica da violência da urbanização, esta, por sua vez, resulta da violência da globalização, desprovida de legitimidade social e literalmente "antisocial", pois os benefícios não são distribuídos para a sociedade* (2006, p. 76).

Incharam-se as cidades, esparramou-se a mancha urbana, mesmo diante do total despreparo destes locais para fazer frente às necessidades de multidões carentes de tudo. O resultado: exclusão de milhares de almas dos direitos mais fundamentais, como emprego, moradia, saúde, educação, transporte, lazer, segurança. Os benefícios da globalização não são distribuídos de forma equitativa.

Pedrazzini identifica esta exclusão como um violento processo a que é submetida, diariamente, essa população. Estaria aí configurada a violência da urbanização, situação antidemocrática de construção de uma sociedade global desigual e dividida (2006, p. 78).

Todos os dias surgem problemas que precisam de solução. Uma vez que o Estado não está presente para solucioná-los, cabe aos próprios habitantes dessas comunidades encontrar formas de seguir vivendo. As favelas são exemplo disso: diante da falta de moradias formais, integradas à cidade original, invade-se uma terra, constrói-se um barraco, resolve-se o problema da falta de teto. Sob a ótica do despossuído, favela é solução, mesmo que, para a cidade formal, se converta em um problema.

Desenvolvidas de forma desorganizada e precária, essas aglomerações urbanas não seguem as regras de planejamento e construção oficiais. Não há abertura prévia de ruas, não há distanciamento mínimo entre os imóveis, não há infraestrutura coletiva de água, de esgoto, de luz, não há respeito à propriedade da terra. Há apenas a urgência de se levantar paredes e teto para abrigar uma família. Como e onde puder.

No urbanismo do oprimido, o pobre se "defende na urgência e na improvisação para suprir a falta de projetos direcionados aos bairros desfavorecidos." (2006, p. 122) Por menor que seja o local, por mais insalubre, distante ou perigoso, é o que se tem presentemente e é ali e daquela forma que a coisa irá acontecer. E de fato acontece.

Espaços exíguos, convivência forçada, falta de privacidade, insalubridade, desconforto, demandas essenciais não atendidas, e, em muitos casos, miséria. A violência social molda o território, excluindo progressivamente as favelas (2006, p. 101). Essa é a realidade de enorme contingente de pessoas, submetidas, diariamente, ao ocaso social e ao abandono estatal, verdadeiras formas de violência. Como exigir que, desse segmento social, não advenham outras formas de violência, nem tanto em resposta, mas como resultado natural de ação antecedente?

Pedrazzini critica a tradição de se atribuir aos pobres a característica de violentos, como se essa fosse uma qualidade a eles inerente. Aqui, o segundo grande ponto de suas reflexões, a saber, uma proposta de mudança de paradigma: focar na violência da urbanização e não na violência urbana.

Com a nova abordagem, as políticas públicas direcionadas para a solução do problema da violência urbana não mais poderão limitar-se à tradicional repressão aos autores do ato violento. As ações deverão ter seu campo ampliado e, necessariamente, considerar que os indivíduos violentos também são vítimas do sistema (2006, p. 171).

Pedrazzini propõe que a violência praticada pelos menos favorecidos passe a ser vista como uma reação à anterior violência a que são submetidos, uma forma encontrada por esses atores sociais para resolver, urgentemente, problemas prementes. A globalização transformou tão rápida, profunda e violentamente a cidade, que seus segmentos menos favorecidos (os mais atingidos pelo viés negativo deste processo) precisaram responder de forma urgente e improvisada, às vezes, violenta. Logo, os despossuídos não seriam violentos por opção, mas por falta de outra alternativa mais efetiva de solução de crise:

> *[a violência urbana] (...) é a última tática adotada quando já não há mais saída, mas, ao mesmo tempo, assenta os pilares de um estado novo da cultura da metrópole, a cultura da urgência, em que a violência é um modo de ação cada vez mais generalizado e banalizado, um meio e não um fim. Pois a maioria dos criminosos não é formada de pessoas particularmente más ou atraídas pela violência* (2006, p. 77).

Haveria, assim, uma hierarquia das violências, em que "os de cima" violentam "os de baixo", antes que estes sejam, por sua vez, violentos:

> *Eis o que separa a violência dos pobres da violência da urbanização: a primeira quando impera, é a violência da miséria refutada. (...) A barbárie da urbanização desigual é a causa da violência social: ela a precede e a prefigura. (...) Antes da violência do pobre existe a violência dos ricos, mesmo que seja a violência simbólica de suas riquezas* (2006, p.76).

A violência urbana deveria ser vista como prática de sobrevivência muitas vezes obrigatória nessas comunidades, que lutam diariamente para sobreviver em condições muito adversas, um verdadeiro instrumento de luta, um meio relativamente eficaz para enfrentar a violência espacializada da globalização econômica – a urbanização (2006, p. 90). Diante da incerteza do futuro, que leva ao desequilíbrio, à angústia, alguma forma de violência há que insurgir.

A cidade tem "males", reconhece Pedrazzini, e a violência é certamente um dos piores. Mas há também o mal da urbanização, que faz crescer as desigualdades, impõe a segregação social e espacial. Convencido de que a violência urbana deve ser compreendida como um fenômeno social, logo, inserido em um contexto mais complexo e abrangente, propõe uma abordagem sociológica da violência urbana, em detrimento da jurídica ou criminológica, formas tradicionais de tratar o tema:

> *Na favela global, a violência não é um fenômeno incoerente, mas uma prática social tão importante quanto outra qualquer. Cabe compreender o essencial dessa questão por meio de uma sociologia do subterrâneo, de um olhar que capte as relações intraurbanas latentes, as profundezas, as raízes da violência urbana, seu crescimento, os rizomas da violência como camadas de uma sociedade.* (2006, p. 97)

O terceiro aspecto da obra a merecer destaque é a constatação de que qualquer projeto que se destine a resolver o problema da violência urbana passa, necessariamente, pela oitiva das populações de áreas violentas, e até dos autores dos atos de violência, sem o que lhe faltarão elementos e legitimidade. Registrando que raramente os habitantes dos bairros pobres são convidados a participar do projeto urbano, propõe como alternativa "o diálogo criativo com os indivíduos estigmatizados pelo poder (...), protagonistas substimados da cidade inovadora" (2006, p. 149).

> *Somente aprendendo com o olhar do "outro" reverteremos a espiral da violência na selva da cidade* (2006, p. 143-144).
>
> *Devemos escutar com os habitantes o pulsar das cidades para que possamos reescrever o romance da urbanização com suas próprias palavras* (2006, p. 148).
>
> *Precisamos estabelecer novas relações de valores: os habitantes pobres querem o controle das iniciativas que lhes dizem respeito, querem escolher livremente as alianças que julgam necessárias para solucionar os problemas definidos por eles como prioritários* (2006, p. 168).

4. O caso do Rio de Janeiro

4.1. O modelo segregacional carioca

Observando-se a dinâmica de ocupação do espaço urbano do Município do Rio de Janeiro, denota-se que a cidade organiza-se de acordo com distâncias sociais, de forma

hierarquizada, dividindo o território em função da lógica socioeconômica. A segregação urbana caracteriza-se por concentrar os elementos das camadas superiores principalmente no litoral da cidade (Zona Sul, Barra da Tijuca). Esses espaços privilegiados conjugam bela arquitetura, vista privilegiada, clima mais ameno, decorrente da brisa do mar, com grande oferta de serviços públicos e privados, atraindo a elite carioca.

Ali encontram-se 60,8% dos empresários, 67,5% dos dirigentes do setor privado, 80,3% dos dirigentes do setor público e 76,1% dos profissionais liberais, que, juntos, representam, apenas, 5,8% da população trabalhadora do município. A escolaridade média é de 9,7 anos nessas localidades, contra 5,7 das demais áreas da cidade e 4,1 nas favelas cariocas; 87% dos moradores são brancos, contra 54% no restante da cidade e 36% nas favelas; registre-se que um morador da favela ganha, em média, 13% do que ganha um morador dessas áreas exclusivas(**5**).

Tais dados nos levam a refletir, em um breve parêntese, sobre o pensamento de Bourdier (2010), e a concluir que esse pequeno, mas significativo número de pessoas, além do capital econômico, também detém o capital cultural e social em suas mãos, portando, assim, o poder simbólico, com todas as suas consequências, em especial, nas representações sociais do pobre, da favela e da violência.

A configuração espacial do Rio de Janeiro apresenta um aspecto peculiar: a presença de comunidades de baixa renda encravadas em pontos dos territórios aristocráticos da cidade. Essa é, talvez, a grande singularidade do modelo segregacional carioca: profunda distância social apesar de incontestável proximidade espacial.

4.2. O crescimento das favelas cariocas

Os primeiros resultados do Censo de 2010 já foram divulgados, registrando que a Cidade do Rio de Janeiro possui 15.993.583 habitantes. Destes, 15.466.966 moram em área urbana e 526.587 em área rural(**6**). De 1999 a 2008, a área da cidade ocupada por favelas cresceu em 3 milhões de metros quadrados. Parece muito. E é. Mesmo se considerarmos que isso significa que a mancha de favelas carioca variou de 42.894.464,17m^2 para 45.843.509.35m^2, ou seja, teve um crescimento de algo em torno de 6% (**7**). Parece pouco, mas não é.

Algumas comunidades viraram complexos e ultrapassaram os 50 mil habitantes. Diante desta realidade, difícil persistir a ideia de remoção como solução para os problemas decorrentes do processo de favelização da cidade. Em especial, o da violência urbana. Algo precisava ser feito e a fase das remoções havia sido superada. Políticas alternativas precisariam ser implementadas.

4.3. O Projeto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs)

Na esteira deste pensamento, os atuais administradores da Cidade e do Estado do Rio de Janeiro, respectivamente, Eduardo Paes e Sérgio Cabral, romperam com o modelo

anterior de confronto e remoção e optaram por adotar uma abordagem cidadã. Inicialmente, reconheceram a responsabilidade do Estado Administrador no atual estado de coisas, por sua omissão. Ao mesmo tempo, compreenderam a necessidade de esse mesmo Estado tomar para si a solução futura da questão.

A primeira medida seria resgatar os territórios das mãos de traficantes e milicianos. As favelas cariocas são, há mais de três décadas, palco de constantes disputas por pontos de venda de entorpecentes, com traficantes de uma comunidade invadindo outras para tomar-lhes os negócios(**8**). Para isso, armaram-se pesadamente. Nos últimos anos, os bandidos expandiram sua esfera de atuação passando a explorar a venda de gás de cozinha, intermediar o fornecimento clandestino de canais fechados de TV, a instalação de "gatos" para eletricidade, comissão nos negócios envolvendo imóveis, participação nos lucros do comércio local a título de "proteção" etc.

A situação agravou-se com o surgimento de uma nova "classe" de meliantes: os milicianos, na sua maioria, policiais militares, bombeiros e policiais civis, da ativa ou ex-membros. Esses grupos passaram a disputar os territórios com os traficantes, expulsando-os de algumas favelas e tomando-lhes o lugar, para perpetuar as mesmas práticas abusivas. Os moradores livravam-se do jugo de uns e caíam no de outros.

Assim, em primeiro lugar, o governo precisava retomar o controle dessas áreas, para, somente depois, implementar as demais medidas tendentes a solucionar as demandas da população ali instalada.

Retomada, ocupação, fornecimento de serviços públicos. Nesta ordem.

O que fazer já estava decidido. Mas, como fazer? Por muitas vezes a Polícia subiu o morro, confrontou os traficantes, expulsando-os de lá. Porém, assim que os policiais deixavam o morro, os traficantes retornavam e tudo voltava a ser como antes. A população sofria os efeitos do enfrentamento sem, entretanto, ver melhorada a sua situação. Era preciso mudar a forma de atuação estatal.

As Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) surgiram como estratégia de implementação da política pública de pacificação das favelas. Compostas por policiais militares recém-formados, com orientação humanística e desvinculados dos vícios históricos da corporação militar carioca, caracterizam-se por ser uma força de ocupação permanente, de caráter social e de integração com a comunidade ocupada. São a ponta de lança das ações governamentais:

> *CONCEITO UPP: A POLÍCIA DA PAZ*
>
> *A Unidade de Polícia Pacificadora é um novo modelo de Segurança Pública e de policiamento que promove a aproximação entre a população e a Polícia, aliada ao fortalecimento de políticas sociais nas comunidades. Ao recuperar territórios ocupados há décadas por traficantes e, recentemente, por milicianos, as UPPs levam a paz às comunidades (...). As UPPs representam uma importante "arma" do Governo do Estado*

> *do Rio e da Secretaria de Segurança para recuperar territórios perdidos para o tráfico e levar a inclusão social à parcela mais carente da população. (...) As UPPs trabalham com os princípios da Polícia Comunitária. A Polícia Comunitária é um conceito e uma estratégia fundamentada na parceria entre a população e as instituições da área de segurança pública* **(9)**.

Embora estejam nas favelas para fazer valer a lei e a ordem – afinal, são unidades de pacificação de territórios antes violentos –, não se configuram como forças de enfrentamento, mas de diálogo com a população local. As ações deverão ser, sempre que possível, de coordenação e não de subordinação.

Desde a primeira UPP, implantada em dezembro de 2008, no Morro Santa Marta, Botafogo, até fevereiro de 2011, 14 UPPs foram inauguradas **(10).** Seguem-se a elas ações que visam à cidadania como obras de infraestrutura, instalação de relógios individuais, abertura de ruas, formalização de endereços com numeração de casas e atribuição de CEPs. Convênios com concessionárias permitem a cobrança de tarifas sociais de água e luz, bem como preços reduzidos para o fornecimento de sinais de TV aberta e banda larga.

Agências bancárias privadas e oficiais são inauguradas, bem como postos de saúde, correio, creches e escolas. Convênios com o Tribunal de Justiça, Ministério Público e Defensoria Pública foram firmados a fim de permitir que a cidadania também possa ser exercida através do acesso à Justiça. Novos equipamentos urbanos foram instalados a fim de aprimorar o acesso às favelas. Observa-se, assim, que as favelas não somente foram reconhecidas pelo poder público como se trabalha no sentido de integrá-las às estruturas formais da cidade. As palavras do secretário de Segurança do Estado do Rio de Janeiro registram a mudança de paradigma relativamente às favelas e à violência urbana:

> *Podemos traduzir as causas da violência de diversas formas: desigualdade, falta de educação, corrupção, falta de assistência, falta de planejamento das cidades, enfim, inúmeras possibilidades. Podemos usar o legalismo para dizer que as favelas precisam ser demolidas, pois são invasões; ou defendê-las, afinal são brasileiros vítimas de um modelo econômico e histórico perverso. Tenho recebido e visitado os moradores dessas comunidades com frequência. Há uma tremenda dívida social que veio desde a colonização destas terras. A maioria negros, pardos, mulatos, pobres e muito pobres. Carências tão grandes que é preciso ajudá-los a pedir, pois lhes é difícil até priorizar as emergências.*(11).

4.4. As UPPs e os pensamentos de Freitag e de Pedrazzini

Parece-nos que a administração pública do Rio de Janeiro constatou o que sugere Freitag: a favelização da cidade saiu do controle e é tarde para reverter o processo. Não será possível, a curto ou médio prazo, apagar da história do Rio de Janeiro as profundas marcas do violento esparramar da mancha de probreza, muito presente e sólida, embora

desordenada. Em função das profundas feridas que deixou, demandaria tempo, dinheiro e vontade política de muitas legislaturas, o que não parece razoável diante da premente necessidade de solução do problema da violência urbana.

Perdemos o bonde e a cidade favelizou-se. Não seremos uma "cidade global" e tampouco podemos voltar a alimentar o sonho de nos tornarmos uma "metrópole", estruturada, racional, organizada, com poucas diferenças sociais e econômicas, como as capitais setentrionais. No Rio de Janeiro, o trem descarrilou, com milhares de vítimas. Resta administrar a crise, controlar os danos.

O poder público, em *mea culpa*, reconhece que a omissão do Estado, sua ausência, há décadas, nos territórios empobrecidos do Rio de Janeiro, fez com que acumulasse uma vultosa dívida social com essa população, que precisa ser agora resgatada.

Também reconhece, como visto acima, que os desfavorecidos são "vítimas de um modelo econômico e histórico perverso", e, portanto, merecem tratamento cidadão e não repressivo. Para isso estão sendo implementadas, não políticas de enfrentamento, mas práticas que possibilitem o diálogo com essas comunidades, mesmo as muito violentas, para que possam se expressar e apresentar suas demandas.

Neste sentido, as ações públicas coincidem com o pensamento de Pedrazzini, que propõe que se ouça a voz dos vistos como violentos e mesmo a voz dos violentos, já que, anteriormente, foram eles próprios vítimas de violência. Somente com medidas tendentes a eliminar à violência original, seguida da oitiva dos violentados (ainda que violentos), se pode por fim ao círculo vicioso da violência urbana. A violência, como forma de expressão, como prática de resistência, como solução de problemas urgentes, somente pode ser superada quando outros canais forem abertos para que os violentos possam se expressar, quando outras práticas sejam tão eficientes e efetivas quanto as violentas.

Há que se criar alternativas. As UPPs cariocas parecem se prestar a esse fim.

4.5. A percepção da população em face das UPPs

4.5.1. Números reveladores

Recentes pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Pesquisas Sociais sobre a percepção popular acerca das Unidades de Polícia Pacificadoras**(12)** demonstram que o projeto é um sucesso.

A primeira delas foi realizada entre os dias 15 e 21 de janeiro de 2010 em comunidades que têm UPPs: nela, 93% dos entrevistados disseram que hoje, sua comunidade é segura, 86% acham que a favela está melhor com a UPP, 97% responderam que homens circulando armados acabaram ou diminuíram após a UPP, 92% afirmam que a venda de drogas acabou ou diminuiu, 97% registraram que os tiroteios acabaram ou diminuíram, 94% observaram que execuções acabaram ou diminuíram.

Em uma escala de zero a dez, 75% dos entrevistados atribuíram notas de sete a dez, quando se manifestaram acerca do desempenho das guarnições da UPP na manutenção da ordem e na relação com os moradores.

Relativamente ao relacionamento com as forças policiais, 80% responderam que, durante a ocupação, os policiais do BOPE(**13**), na relação com os moradores, foram cordiais/corretos ou firmes, mas sem violência; 80% acreditam que a Polícia Militar, após a instalação das UPPs, melhorou muito ou melhorou; destes, 95% disseram que isso ocorreu porque os policiais militares são cordiais/educados, honestos/corretos ou solícitos**(14).**

Até mesmo no que tange ao pagamento por serviços antes "gratuitos" ("gato" de luz) ou muito baratos (fornecimento clandestino de TV a cabo por milicianos ou traficantes), a população reagiu bem, com 54% informando que a mudança foi positiva, porque preferem tudo legalizado (42%), porque assim passam a ter direitos (29%), porque assim têm garantia do serviço (23%).

Com relação à autoimagem dessa população, 72% dos entrevistados se sentem mais respeitados pelas pessoas de fora da comunidade. Consultados acerca do relacionamento com o poder público, 75% entendem que a comunidade é mais ouvida após as UPPs e 71% consideram que a vida é melhor agora.

A pesquisa, porém, traz um alerta às autoridades: a população não está segura quanto à permanência das UPPs nas comunidades: 66% dos entrevistados têm noção de que a continuidade do projeto dependerá da vontade política do próximo governo e 68% temem a volta dos bandidos.

A segunda pesquisa ocorreu entre 21 e 26 de janeiro de 2010, em comunidades onde não existem UPPs. Responderam que já ouviram falar muito ou já ouviram falar das UPPs, 77% dos entrevistados, e que, pelo que ouviram falar, a implantação das UPPs nas comunidades foi uma medida ótima ou boa (72%). Consultados se seriam favoráveis à implantação de uma UPP em sua favela, 70% se disseram favoráveis ou muito favoráveis.

O entorno das comunidades ocupadas também se beneficiou com a medida. Na Zona Sul carioca, bairros como Copacabana, Ipanema e Botafogo observaram um verdadeiro *boom* nos valores de seus imóveis, para compra e venda e para locação. O mesmo ocorreu com a Tijuca, na Zona Norte, onde praticamente todos os morros foram pacificados, devolvendo a este bairro carioca a antiga tranquilidade.

Com esse estudo, um mito caiu: a de que os moradores da favela apoiam o tráfico e a violência.

4.6.2. A invasão do Complexo do Alemão – Zona Norte do Rio de Janeiro

Se vis pacem, para bellum(**15**)

Certamente a disparada de preços dos imóveis não se deve somente às UPPs. Também a expectativa da Copa do Mundo e das Olimpíadas, que terão lugar na cidade, bem como todas as obras de melhoramento que estão previstas para esses eventos, contribuíram.

Mas o clima da cidade, de alguma forma, mudou. Arrisca-se a dizer que uma certa descontração já pode ser observada no ar, especialmente, após a tomada do Complexo do Alemão, em poucas horas, sem confronto. Alguns mitos cariocas foram por terra com as UPPs, especialmente naquele domingo, 28 de novembro de 2010: o de que favelas dominadas pelo tráfico eram fortalezas inexpugnáveis, que traficantes lutariam pelo controle de seus territórios até a morte, que tinham mais poder bélico do que as forças oficiais, que o confronto seria inevitável e sangrento, que se pagaria alto preço pela invasão dos morros, traduzido na morte de centenas de inocentes.

Nada disso aconteceu em nenhuma das ocupações, nem mesmo na do temido Complexo do Alemão. O governo avisou com antecedência a data e hora de cada invasão, o BOPE invadiu as comunidades, não encontrou quase nenhuma resistência, e as favelas foram ocupadas sem mortos ou feridos porque os bandidos abandonam armas, drogas e território antes da data marcada para a invasão.

O caso do Complexo do Alemão foi, de fato, emblemático, em função de toda a expectativa que se tinha em relação a essa ocupação. Registre-se que a tomada dessas favelas foi precedida por dias de terror impingido à cidade pelos traficantes expulsos de outros morros, com a queima de veículos, arrastões, assaltos, ações ampla e insistentemente divulgadas pela mídia, alterando a rotina dos cariocas, que, tomados pelo pânico, evitavam sair às ruas.

Ver as forças oficiais adentrarem o Complexo do Alemão, destruindo os obstáculos com blindados de guerra, passando por cima de todas as barricadas como se brinquedos fossem, ocuparem toda a área em poucas horas, foi, no mínimo, sensacional.

A cobertura ao vivo, dada pela mídia, permitiu que tudo pudesse ser acompanhado em detalhes, por rádio, TV ou internet, dentro e fora do país. Essa simultaneidade conferiu cores especiais ao evento, transformou-o em espetáculo, em verdadeiro acontecimento de ruptura (BAUDRILLARD, 2004, p. 52) em especial o *grand finale*, a "cereja do bolo": as imagens dos traficantes fugindo "como ratos" e as bandeiras oficiais sendo hasteadas.

Onde a inexpugnabilidade do território? Onde o destemor dos bandidos? Onde a batalha sangrenta até a morte? Onde o crime organizado?

O que se viu foram centenas de rapazes franzinos, quase meninos, assustados, confusos com o que acontecia, correndo para todos os lados, sem plano, sem rumo, aos bandos, desesperados, largando, para trás, milhões em armamentos e drogas. Armados, mas nem por isso menos impotentes diante do Estado que, finalmente, decidiu se impor e recuperar para a sociedade o controle do que, indevidamente, lhe saíra das mãos.

A população se viu revigorada naquele dia. Não só os moradores das comunidades carentes ou os demais habitantes do Rio de Janeiro, mas toda a população brasileira. Aquela

ocupação transformou-se num marco para a história da cidade, confirmando a tese de que o problema do combate à violência pública sempre foi e será uma questão de vontade política, nada mais. Não há peito de aço, não há armas invencíveis, nem quadrilhas organizadas. Há administradores omissos, corruptos, irresponsáveis e desinteressados. Apenas isso. Quando se quer, pode-se virar o jogo. E, pelo visto, o Rio de Janeiro resolveu querer.

Uma onda de esperança atingiu os cariocas que, de repente, passaram a ter do que se orgulhar. Depois de tantos anos cabisbaixos, vendo a cidade sofrer toda a forma de vilipêndio, parece que há o que possa ser feito.

5 - Considerações finais

Vive-se uma era pós-utópica, de certo desencanto, em que o mito da cidade compartilhada, amigável, de união, *locus* da convivência e solidariedade, parece ter sido superado, desacreditado pela realidade diária que a violência urbana impõe.

Entretanto, como viver sem encantamento? A população carioca, em especial, reconhecida por sua alegria e descontração, busca, há tempos, reencantar-se. Seriam as UPPs um caminho? Através da pacificação das comunidades, pontes poderiam ser construídas para unir a cidade? Ao menos, diminuir as distâncias? Que amálgama seria capaz de por fim a tanta fragmentação? Que roteiro poderia ser escrito para conduzir ao entendimento partes tão apartadas?

Intentou-se, com as remoções, o resgate do projeto moderno de cidade: ordem, racionalidade, limpeza, assepsia, mas o que se viu foi a consolidação de dualidades: cidade rica x pobre, limpa x suja, morro x asfalto, brancos x pretos. A pós-modernidade não absorveu estes binômios, entendendo que tudo se integra, se mistura, se confunde, não havendo começo e fim, mas interação, relação, imbricamento, simultaneidade. Apesar disso, a partição sempre esteve presente no imaginário carioca. Aqui, a noção de urbanismo sempre foi excludente e as reformas não foram para todos. A secular fragmentação restringiu as comunicações, desincentivou as práticas de reciprocidade, levando ao afastamento.

Eis um grande questionamento da atualidade: o que fazer para transformar as cidades em espaços intensivos, onde fluxos afetivos possam coexistir, em substituição à indiferença, à insegurança, à hostilidade atuais? O Rio de Janeiro apostou nas UPPs, como primeiro passo de uma caminhada que se prevê longa.

As reflexões de Freitag levaram à constatação de que, não havendo mais possibilidade de se almejar a metrópole ou a cidade global, resta à cidade se assumir como megalópole e administrar os danos daí decorrentes. É o *Rio possível*, no sentido de ser apenas o que ora dá para ser, uma cidade em crise, que precisa ser contornada. Sem maiores aspirações. Mas talvez assim não seja. Talvez se possa pensar a expressão *Rio possível* sob uma perspectiva mais otimista, como uma cidade que aponta para *possibilidades*, se mostra viável, caso consiga romper com algumas representações.

Os blocos de carnaval, que voltaram com toda a força nos últimos anos, demonstram o prazer do carioca em retomar às ruas, reconquistar o espaço público urbano, com milhares de pessoas advindas de toda a parte brincando juntas, em paz, celebrando coletivamente a liberdade recém-conquistada. Morro e asfalto dançando e cantando no mesmo lugar, descontraídos e alegres. Pelo menos ali a convivência dos "diferentes" tem se mostrado possível.

As barricadas do tráfico foram postas abaixo, muros de concretos que apartavam a cidade "legal" da "real", foram destruídos. Mas há outros tantos a derrubar. Esses, simbólicos. A pacificação também precisará atingir o coração da sociedade carioca, que parece estar mais otimista. A questão é se este otimismo será suficiente para "desarmar" os espíritos e permitir a aproximação. O tempo dirá.

Notas

1) Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro.

Art. 429 - A política de desenvolvimento urbano respeitará os seguintes preceitos: (...)
VI - urbanização, regularização fundiária e titulação das áreas faveladas e de baixa renda, sem remoção dos moradores, salvo quando as condições físicas da área ocupada imponham risco de vida aos seus habitantes, hipótese em que serão seguidas as seguintes regras: (...)

2) SASSEN, Saskia (org.) (2002) Global Networks. Linked Cities. Nova York / Londres: Routledge

3) Freitag refere-se à obra *Cities in a world economy*, de Saskia Sassen, que esclarece: "As cidades globais são sítios fundamentais para os meios modernos de serviços e telecomunicações, necessárias para efetivar a gestão das operações econômicas globais. Elas também tendem a concentrar as sedes de firmas, especialmente firmas que operam em mais de um país".

4) PEDRAZINI, Yves. *A violência das cidades*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

5) Segundo dados divulgados em *Moradia, segregação, desigualdade e sustentabilidade urbana*. In: Rio Estudos número 13, Maio de 2001, da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, disponível em http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/ .

6) Disponível em http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=rj

7) Disponível em http://porthttp://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/download/2416_ o efeito da presença governamental sobre a expansão das favelas o Rio.pdfalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/download/2416_o efeito da presença governamental sobre a expansão das favelas o Rio.pdf

8) Furto de energia das redes oficiais e instalação clandestina em residências.

9) Apresentação das UPPs pela Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro, no site oficial do Projeto. Disponível em http://upprj.com/wp/?page_id=20

10) Andaraí, Babilônia/Chapéu-Mangueira, Batam, Borel, Cidade-de-Deus, Formiga, Macacos, Pavão-Pavãozinho/Cantagalo, Providência, Salgueiro, Santa Marta,Tabajaras/Cabritos, Turano.

11) Disponível em http://upprj.com/wp/?p=175

12) Disponível em:http://www.ibpsnet.com.br/v1/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=34&Itemid=57

13) Batalhão de Operações Especiais, tropa de elite da Polícia Militar Carioca, encarregada de tomar as favelas das mãos dos traficantes / milicianos, ocupá-las, possibilitando a posterior instalação das UPPS.

14) Registre-se que os Policiais Militares que integram as UPPs são recém-egressos dos cursos de formação, não tendo tido contato com os demais integrantes da corporação.

15) Brocardo latino significando "Se queres a paz, prepara-te para a guerra".

Referências Bibliográficas

BAUDRILLARD, Jean; MORIN, Edgar. *A violência do mundo*. Rio de Janeiro: Anima Editora, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 13ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2010.

FREITAG, Barbara. *Teorias da cidade*. Campinas, São Paulo: Papirus, 2008.

SABATO, Ernesto. *A resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008

MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigação em psicologia social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

PEDRAZINI, Yves. *A violência das cidades*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

VALADARES, Lícia do Prado. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VENTURA, Zuenir. *Cidade partida*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

ZALUAR, Alba. ALVITO, Marcos (orgs.). 5ª. ed. *Um século de Favela*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

(Recebido para publicação em 23/09/2011)

O Pavilhão da Música da Exposição Nacional de 1908

The Music Pavilion of the 1908 National Exhibition

Renato Menezes Ramos
Bacharelando em História da Arte pela UERJ, membro do grupo de pesquisa "A recepção da tradição clássica". Bolsista de Iniciação Científica pelo projeto "A presença da tradição clássica em acervos cariocas", coordenado pela Professora Drª. Maria C. L. Berbara. Desenvolve estudos sobre arte e cultura do século XIX no âmbito da tradição clássica.
E-mail: r.menezes9@hotmail.com

RESUMO:

O presente artigo reflete sobre questões que emergem ao se analisar o Pavilhão da Música, peculiar construção de clara evocação ao Egito Antigo, especialmente planejado para a Exposição Nacional de 1908, ocorrida no Rio de Janeiro, então capital da República. A partir desse Pavilhão, procurou-se analisar o que se produziu nessa mesma época com o mesmo partido que lhe é próprio, sobretudo no âmbito das tendências orientalistas, as quais reacenderam os olhares ocidentais para o Oriente, mesmo que inclinadas para o gosto eminente pelo exótico e empregando-lhe adjetivos estereotipados.

Palavras-Chaves: Exposição Nacional de 1908, Pavilhão da Música, orientalismo.

SUMMARY:

The present article considers the issues that arise from an analysis of the Music Pavilion – the peculiar building clearly evocative of Ancient Egypt – specially designed for the 1908 National Exhibition, in Rio de Janeiro, former capital of the Republic. This Pavilion shall be the basis for an analysis of what was further produced during this same period, more specifically, in the scope of an Orientalist trend that was to kindle new interest for the Orient in the western world, despite the prominent inclination for the exotic and the consequent stereotyped adjectives.

Key words: *1908 National Exhibition, Music Pavilion, orientalism*

Ao sopé do morro da Babilônia, no atual bairro da Urca, por ocasião da Exposição Nacional ocorrida em 1908, encontrava-se um pavilhão de pequenas dimensões: era o da Música, conhecido também como Pavilhão Egípcio, ou mesmo Pavillon Egyptien (Figura 1). Esta última denominação, encontrada nos cartões postais de divulgação da Exposição, não só reflete a ideia do modelo francês como parâmetro de um viver civilizado, que predominava na moda da elite nacional, como também reforçava a referência que a exposição brasileira fazia às grandes exposições universais parisienses. Essa era a primeira grande exposição organizada em solo nacional**(1).** Seguia a tendência iniciada na Inglaterra e que na França ocupara um espaço especial nas festividades comemorativas do Estado. Mas todas com um objetivo comum: divulgar os avanços alcançados em um determinado intervalo de tempo.

A Exposição Nacional de 1908 tinha como objetivo comemorar o centenário da abertura dos portos e, por consequência, aquilo que o promoveu: a transferência da sede do governo lusitano, logo após a vinda da Corte portuguesa para a então Colônia. Via-se necessário divulgar para o país e para o mundo os desdobramentos da contraditória decisão política de quebra do pacto colonial. Era, pois, adequado que a nação brasileira constatasse de forma "inventariada" tudo aquilo que se pôde construir ao longo dos cem anos, e também que reconhecesse os avanços que só se tornaram possíveis por conta da atitude do príncipe regente D. João ao chegar ao Brasil. E, mais que isso, era de extrema importância manter a autoestima nacional elevada, sobretudo após o grande plano de reurbanização colocado em prática a partir de 1903, sob a coordenação do prefeito Pereira Passos, o qual havia adquirido apoio pleno do presidente Rodrigues Alves para a execução das ações que culminaram com o desmonte de parte do morro do Castelo e a abertura da avenida Central, o que, como consequência, acabou por redesenhar a malha urbana do Centro do Rio de Janeiro, destituindo-o dos ares coloniais, para dar-lhe, em contrapartida, a aparência digna de uma capital do século XX. Tratava-se, portanto, não só de mais uma "redescoberta do Rio de Janeiro" (SIQUEIRA, 2006), mas de uma redescoberta do Brasil por ele mesmo, ainda que pelas vias das ideias indissociáveis de progresso e civilização.

Dava-se em definitivo o abandono do atraso vinculado à Colônia, rumo ao progresso tecnológico e à expectativa de um porvir vago, mas otimista, que teria sido iniciado com a República. O Rio de Janeiro era, desta maneira, a vitrine nacional para o mundo. Era a própria imagem da *belle époque* nos trópicos.

Durante os 97 dias de Exposição**(2),** os pavilhões foram intensamente visitados. Estes eram dedicados desde a estados da federação às mais distintas atividades públicas e de lazer. Como pode ser observado na planta geral esquemática, foram no total 39 construções de grande porte que representavam instituições como o Corpo de Saúde do Exército, os Correios e Telégrafos, Assistência Municipal, entre outros. Havia também os que representavam espaços públicos, como o do Jardim Botânico, outros serviam como cinema,

como pista de patinação, sem contar com as construções que, de tão pequenas, não tinham caráter de pavilhão.

Embora fosse uma Exposição de domínio nacional, o Pavilhão Português era o único estrangeiro, afinal este país sempre mantivera com o Brasil laços culturais por motivos evidentes: fora o seu colonizador; dera-lhe parte significativa de sua herança cultural; fora ele o concessor da Abertura dos Portos às Nações Amigas – motivo este que fazia ter sentido a comemoração centenária. Ora, por que motivo, então, haveria um pavilhão de decoração evocativa ao Egito antigo? Qual a razão da discrepância decorativa, que o destacava dos demais? De fato, o repertório decorativo claramente egípcio o fazia vibrar em meio à esplanada da exposição, provocando estranheza por tanto esclarecimento visual de citação ao Oriente antigo.

Não há dúvidas de que a peculiaridade ornamental do Pavilhão da Música chamava a atenção. Projetado pelo engenheiro-arquiteto**(3)** Jorge Lossio, este pavilhão "de belo aspecto decorativo" (*Guia da Exposição Nacional do Rio de Janeiro*, 1908, p. 206), e que mais tinha aparência de um auditório aberto, era policromado, prevalecendo sua variedade de tons azul-acinzentados. O Pavilhão fora decorado pelo pintor Benedito Calixto com inscrições egípcias harmonicamente dispostas ao longo de sua fachada tripartida. Em cada um dos corpos que o compunham, havia duas imponentes colunas que seguiam a tipologia dos capitéis papiriformes fechados. O pórtico central era um pouco mais elevado do que os corpos laterais. Na cimalha, que circundava todo o pavilhão, havia inscrições hieroglíficas, além da imagem, em posição destacada, do deus Rá**(4)**, como um disco solar alado. O acesso às arquibancadas era feito por meio de uma escadaria ladeada por duas esfinges, colocadas de modo a referenciar os grandes templos egípcios.

É importante destacar que esse Pavilhão fora projetado para a exibição de bandas marciais civis e militares. Para isso, era necessário um espaço especial que não ocupasse grande área, mas que, ao mesmo tempo, abrigasse um grande número de músicos, confortavelmente**(5)**. Além disso, o espaço projetado por Lossio demonstrava-o ser um construtor engajado com os debates arquiteturais da época. Ele concebera um pavilhão com funções de coreto musical, por isso era necessário que fosse aberto em todas as suas faces, para que o som, ao ser executado, fosse percebido igualmente por todos aqueles que o ouviam. Ademais, para uma maior diversão do público, era possível observar atentamente cada integrante que manuseava o seu instrumento, em razão dessa mesma característica. Mas, para uma melhor compreensão acerca da escolha decorativa feita por Lossio, é necessário que se compreenda, em primeiro lugar, os métodos de concepção arquitetônica desse período.

O furor arqueológico iniciado no século XVIII mudara radicalmente a forma de se conceber a Arquitetura. Já no Renascimento, o contato com os achados remanescentes da Antiguidade Clássica provocara reflexos visíveis nas artes, mas é o século XIX que vai

presenciar a primeira manifestação de revivalismo não estritamente clássico. Movida por um sentimento romântico, a Arquitetura se abre à recepção visual de diferentes origens, mesclando elementos distintos tanto nos aspectos temporais quanto geográficos, para a busca de uma nova possibilidade estilístico-compositiva. Essa Arquitetura se valia da História, à medida que se inspirava livremente no passado, fosse ele próximo ou distante. E foi com esse partido que se buscou absorver o conteúdo dos tempos pretéritos, para filtrar aquilo que era considerado o melhor da produção artística dos grandes mestres, para que só então o novo pudesse ser constituído. A História era, portanto, uma fonte inesgotável de inspiração.

A Arquitetura revelava, por meio de seu manto decorativo, a verdade que lhe era própria e manifesta. Além disso, a sua majestade monumental, moldada em pedras maciças e resistentes, legitimava a pretensão persuasiva da autoridade particular de cada edifício, o qual, em um sistema de ação recíproca, compunha também a utilidade pública. Não havia nada melhor para o edifício do que ser recoberto daquilo que ele próprio sugeria e representava. Nesse momento, a Arquitetura ganhou o seu supremo poder didático.

Mas o potencial histórico-narrativo da Arquitetura encontrava-se simultâneo ao atendimento das novas necessidades de uma sociedade industrial e burguesa. O tradicionalismo decorativo acompanhava fielmente as novas tecnologias dos materiais e técnicas. Arquitetura e História eram elementos indissociáveis, as quais viviam em consonância com as preocupações tecnológicas decorrentes da Revolução Industrial, notadamente por intermédio da incorporação de estruturas metálicas no sistema construtivo. O passado como construção do presente, alicerçado no gosto eminente pela acumulação, garantiu a dicotomia modernidade-tradição e assegurou a insubmissão histórica do arquiteto. Ao mesmo tempo, a liberdade decorativa impôs limites à doutrina de arte como imitação da natureza, abrindo espaço à pesquisa histórica paralela ao gosto pessoal e ao impulso imaginativo. A Arquitetura era a expressão edificada da fantasia, e o estilo, portanto, passava a ser uma questão de escolha.

Era de grande importância que a Arquitetura fosse dotada de amplas qualidades didáticas, de modo que sua decoração servisse não só para o embelezamento das partes submetidas ao todo, mas também que se constituísse de potenciabilidades comunicativas, utilizando o ornamento como uma espécie de código. A Arquitetura deveria "falar"; estampar em si mesma a sua utilidade; ser facilmente associável. Assim, as tipologias de origens clássicas, por exemplo, eram adotadas nos palácios de Justiça, escolas e instituições às quais seriam vinculadas as ideias de ordem, equilíbrio, harmonia e serenidade. Por outro lado, às tipologias de origens orientais, consideradas exóticas, estavam reservados os espaços relacionados ao ócio e aos prazeres da vida cotidiana.

Edward Said, em sua célebre obra acerca das questões sobre a relação Oriente-Ocidente diz que, segundo a visão preconceituosa eurocêntrica, "o oriental é irracional, depravado, infantil, 'diferente'; o europeu é racional, virtuoso, maduro, 'normal'" (SAID, 2007, p. 73). Argan

também discutira essa questão, mas por um outro prisma: "a cultura clássica, ao pressupor a posse da verdade, formulava-se, também na arte através de certos princípios de autoridade, como a perspectiva, as proporções, as tipologias arquitetônicas, o belo, etc." (ARGAN, 2005, p. 47). É dessa maneira que o Pavilhão da Música estaria inserido nesta discussão. Local para divertimentos, ócio e prazeres musicais, Jorge Lossio decidira empregar em seu projeto uma decoração de gosto egípcio, levado pela tendência de vincular o exótico ao oriental, confirmando novamente seu engajamento com as tendências arquitetônicas da época.

Mas há um paradoxo nessa questão. Por que motivo a cultura brasileira vincularia o oriental ao exótico? Se o distanciamento geográfico fosse o argumento, haveria uma contradição. Se a herança histórica e cultural fosse outro argumento, a contradição permaneceria. Logo, responder a essa questão significa remontar ao início do ensino artístico no Brasil, iniciado em 1816, com a vinda da Missão Artística Francesa: mais um dos eventos promovidos pela chegada da Corte real portuguesa à Colônia.

Quando aportaram no Brasil os artistas franceses, atrelada à missão de instalar a primeira instituição de ensino artístico do país, para dar andamento ao projeto civilizatório desejado pela Corte, estava o objetivo de instaurar um modelo de produção artística com base na tradição clássica. Vale ter em mente que parte considerável da intelectualidade francesa desse momento interpretava a si mesma como uma espécie de sucessora das consideradas "grandes civilizações da tradição clássica". Dessa maneira, a França do fim do século XVIII e início do XIX acreditava compor a escala sucessória que fora inicialmente ocupada pela Grécia Antiga e depois pelo Renascimento Italiano.

"Referindo-se ao classicismo em suas mais distintas formulações históricas - gregas, romanas, renascentistas e maneiristas -, essa Arquitetura, regional por contingência mas universalista por projeto, evidencia filiação simultânea ao solo em que foram erigidas e ao horizonte cultural a que almejam pertencer - o Ocidente. Exatamente como se as araras postulassem uma ascendência grega ..." (CONDURU, 2008).

Como pode ser entendido com base nos apontamentos de Roberto Conduru, a tipologia clássica instalou-se dessa forma no Brasil criando no imaginário nacional a ideia de exótico vinculado ao Oriente, tal como era concebido na Europa. Mas, analisando esse processo de modo mais profundo, o que se percebe é, na verdade, uma inversão de um dos objetos exóticos para o lado da "universalidade clássica". O Brasil, País que até então alimentava o imaginário do exótico nos trópicos, que se encontrava ao lado do exotismo oriental segundo a visão europeia, "autodesloca-se" para o lado europeu, colocando ao olvido a esfera exótica à qual pertencia, e pondo imediatamente o Oriente no local que também deveria ocupar. Portanto, como uma condição irrefutável de pertencimento ao Ocidente, este país passou a considerar-se um herdeiro direto da tradição clássica. Assim, o Brasil constrói o seu passado.

* * *

> *Les sections "orientales" des Expositions n'ont pas seulement servi de vitrines à des marchands, ou de modèles à copier et interpréter, de façon parfois aproximative.*
>
> *Elles ont aussi aidé les pays 'exotiques' à comprendre de quelle façon progresse la modernisation dans des pays qui sont des colonies (comme l'Algérie) ou dans des États indépendants (comme le Japon) ; elles permettent enfin de reconstituer les stratégies d'un collectionneur, ses voyages et ses découvertes, en un mot ses itineraires***(6)** (AIMONE, 1993, p. 227).

Parece ainda estar incrustada no pensamento da dita civilização ocidental a ideia de um outro extremo cultural que corresponde à civilização oriental. Essa ideia, contudo, começa a cristalizar-se em meados do século XVIII, e durante o século seguinte, quando outras atribuições a essa civilização tornaram-se ainda mais frequentes. Sem dúvida, as Exposições Universais auxiliaram imensamente na construção de ideias estereotipadas que caracterizaram a visão do mundo ocidental sobre o mundo oriental, nesse período. No trecho acima, de um livro publicado há pouco tempo, pode ser observada a permanência de uma visão ainda bastante preconceituosa com relação ao Oriente, ao qual reserva-se o lugar do exótico. De todo modo, isso acaba por contribuir, ainda que de forma indireta, para a afirmação da própria identidade cultural europeia, fundamentada a partir da existência do outro, que neste caso são as ditas "*cultures extra-européennes*"(**7**)**.**

* * *

A Exposição Universal de 1867 foi a terceira do mundo e a segunda ocorrida em solo parisiense. Sobre o *Champ-de-Mars*, pavilhões, *stands*, atrações e invenções se ofereceram à curiosidade de aproximadamente 100.000 visitantes (AGEORGES, 2006, p. 32). Essa exposição contava com um grande complexo dedicado ao Egito: nenhum outro evento desse formato havia reservado um espaço como aquele para esse país.

O artifício da "construção histórica", próprio desse período, se fez presente para que coexistissem, no mesmo espaço, o Egito Antigo e o Moderno: eles conviviam lado a lado, sem o menor problema. Mas não à toa eles foram postos de forma a dialogar intensamente: nada poderia apagar o brilho do Egito faraônico e o exotismo das civilizações orientais antigas que ele tão imediatamente representava. Ao mesmo tempo, nada também poderia tirar o foco da grande empreitada franco-egípcia rumo à abertura do Canal de Suez, cujos trabalhos estavam em andamento(**8**). Portanto, o antigo e o moderno, que conviviam na prática, eram apenas transportados para o contexto comemorativo de uma exposição universal.

Cabe aqui chamar a atenção que também na ópera Aída, encomendada a Giuseppe Verdi (1813-1901) pelo governo egípcio para a comemoração da abertura do Canal de Suez, fazia-se notar a convivência entre o Egito faraônico e o Egito moderno, tal como ocorrera na exposição francesa. Mesmo apresentada cerca de dois anos após a abertura do Canal, o

espetáculo, em conjunto com o feito que o promovera, acabaram por lançar novos olhares para o Oriente antigo, alcançando enorme sucesso. É importante lembrar que quase quarenta anos depois de ser exibida pela primeira vez no Egito, a ópera era encenada no Brasil: era também a primeira grande montagem apresentada no Theatro Municipal do Rio de Janeiro, em 1909.

No Brasil, o pioneiro nos estudos egiptológicos fora D. Pedro II: um profundo interessado não só pelo Egito, mas por toda a cultura oriental antiga. Em 1876, nove anos após aquela exposição universal parisiense, o imperador realizara mais uma de suas viagens ao Egito, da qual resultara um diário, inteiramente redigido em francês. O objetivo das observações atentas e minuciosas era que fossem entregues aos seus amigos egiptólogos franceses e, entre esses, estava Auguste Mariette (1821-1881), então diretor do Museu de Bulaq, além de ter sido um dos grandes idealizadores do complexo egípcio da Exposição Universal de 1867, e cujo nome fora citado muitas vezes nas anotações da viagem imperial. O diário, após longo tempo perdido, chegara às mãos de Afonso d'Escragnolle Taunay (1876-1959) **(9)**, que o traduziu e publicou na Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, na edição de 1909(**10**).

Curiosamente, na edição que fora preparada justamente no ano seguinte ao da exposição brasileira, havia também um longo artigo que tratava da Revolta dos Malês: um levante promovido por escravos convertidos ao islamismo, ocorrido no Brasil, no início do século XIX. Dessa maneira, fica ainda mais claro que os assuntos voltados à cultura oriental ocupavam um espaço especial no cenário do século XIX e início do século XX.

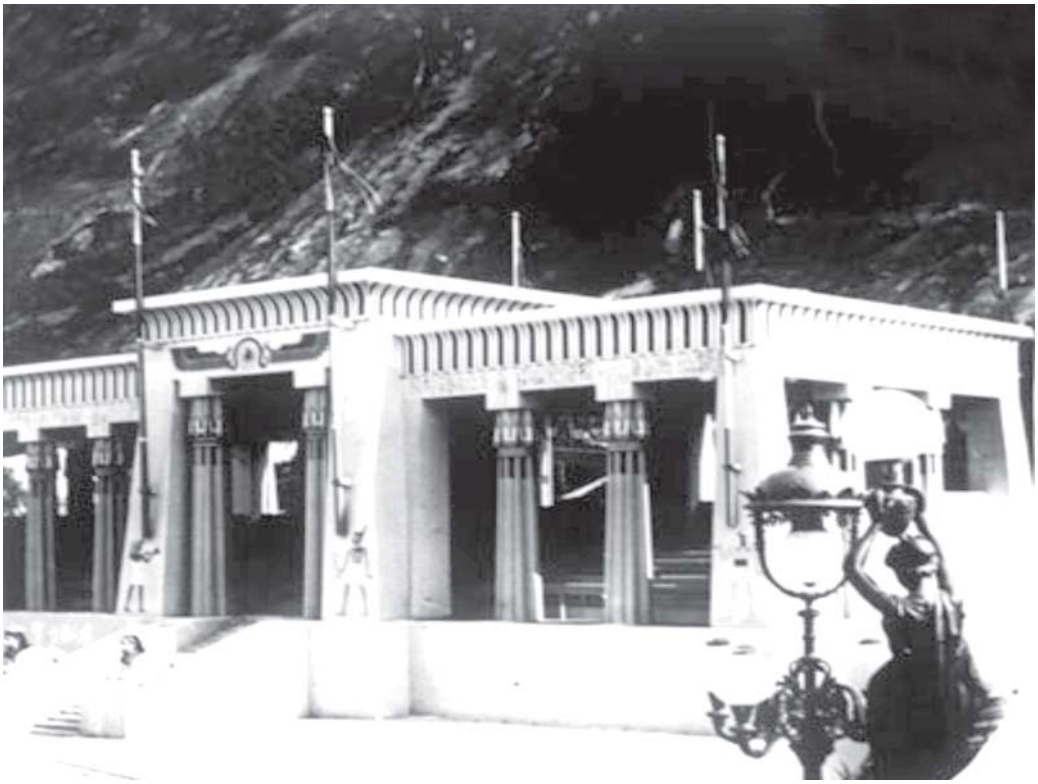
Pedro Américo (1843-1905), pintor que representa o início do processo de modernização dos parâmetros acadêmicos no Brasil, também se rendera ao orientalismo próprio desse período. Em 1884, quando pintara "A Rabequista Árabe" (Figura 2), Américo escolhera sua filha para lhe servir de modelo. Nesse retrato, ele demarcara o perfil da modelo com sinuosos contornos, enfatizando assim uma expressão suave e prazerosa, e, ao mesmo tempo, séria e concentrada como a ação executada exigia dela. Apenas a face e as mãos apresentam-se nuas: elementos que marcam o quanto os "ocidentais" ficavam estupefatos com o vestuário médio-oriental. A moça encontra-se manuseando uma rabeca, instrumento autenticamente árabe, na frente de um tecido com estampa carregada de arabescos. Ora, estaria Pedro Américo se debruçando nos preconceitos apontados por Edward Said, associando os prazeres efêmeros dos sentidos à imagem estereotipada do Oriente, tal como acontecera com o Pavilhão da Música da Exposição Nacional de 1908?

Mas se paira a dúvida quanto à obra de Pedro Américo, o restaurante Assyrio, do Theatro Municipal, é uma comprovação evidente da associação entre estilos "exóticos" e espaços destinados ao ócio e aos estímulos sensoriais. Em 1909, ano seguinte ao da exposição brasileira e mesmo ano em que a tradução do diário de viagem ao Egito de D. Pedro II era publicada na *Revista do IHGB*, o Theatro Municipal do Rio de Janeiro findava sua construção.

Decorado com o que, na época, decidiu-se chamar de "estilo da Neo-Renascença", a mais moderna sala de espetáculos da cidade contava, em seu subsolo, com um restaurante cujo "estilo" a Prefeitura denominou de "Assírio" ou, como seria posteriormente corrigido por João do Norte e confirmado pelo arquiteto Morales de los Rios, o estilo era, na verdade, "persa"(**11**).

Pouco (ou nada) importa aqui a definição estilística do restaurante, mas sim que um estilo considerado exótico era mais uma vez adotado em um ambiente destinado aos prazeres da vida cotidiana. Portanto, tal como o Pavilhão da Música, o restaurante Assyrio atendia às demandas tipológicas dos debates arquiteturais da época, como mencionado anteriormente.

Em um momento em que a imagem "redescoberta" do oriental estava amplamente banhada em estereótipos e preconceitos, o Pavilhão da Música pode ser entendido como apenas um desses exemplos, dentre os quais encontra-se também o restaurante Assyrio. As fotografias das cenas da vida no Oriente, que visavam um público ocidental, contribuíram imensamente tanto para a constituição do imaginário visual quanto cognitivo, que ganharam força em meados do século XVIII, e que no século XIX alimentaram a imaginação não só



Pavilhão da Música. Autor desconhecido. 1908. Acervo do Arquivo Nacional.

AMÉRICO, Pedro. A Rabequista Árabe. 1884. 87.6 × 60 cm. Óleo sobre tela. Museu Nacional de Belas Artes. Fotografado pelo autor.

dos arquitetos, mas também de escultores e pintores como Ingres (1780-1867), Gericault (1791-1824), Gérôme (1824-1904) e Delacroix (1798-1863), e até mesmo de brasileiros como Oscar Pereira da Silva (1867-1939) e o já citado Pedro Américo.

Edward Said, em *Orientalismo* (SAID, *Op. cit.*), trabalhara também com textos. Textos estes que alimentaram o imaginário eloquente de um enorme público. Entre eles estavam não só os advindos de fontes orientais, como as diversas traduções d'*As Mil e uma Noites*

(ainda no século XVIII), mas também os produzidos pelos próprios ocidentais, como as *Cartas Persas* (1721), de Montesquieu, e *Salammbô* (1862), de Flaubert. Estes textos atingiram o Brasil influenciando, como pôde ser notado, uma diversidade de objetos artísticos, entre eles o Pavilhão da Música da Exposição Nacional de 1908. Este Pavilhão, com todas as questões que o envolvem, exemplifica, portanto, aquilo que Gonzaga-Duque (1863-1911), em um artigo em que disserta sobre Nicolau Faccinetti(**12**), deixa escapar, ao se referir à "estreita Ouvidor", uma das mais famosas ruas do Centro do Rio de Janeiro, por ser considerada a mais francesa da cidade:

> *[Esse velho – Faccinetti – fazia o seu trajeto] nesse corredor de mexericos que, por seu desleixo, parece uma dependência de uma oficina de roupas feitas, e por seu singular aspecto arquitetural lembra uma rua do Cairo, com pretensões europeias* (DUQUE, 1997, p. 47).

Notas

1) A primeira Exposição Nacional no Brasil data de 1861. Mas essa era a sétima e maior que já havia ocorrido, até então, em território nacional.

2) A Exposição iniciou-se em 11/08/1908 terminando em 15/11 do mesmo ano.

3) Esta era uma denominação bastante comum durante este período para os profissionais que, embora atuassem nas funções caras à arquitetura, haviam se formado pelas escolas de engenharia, as quais introduziam os seus alunos nas técnicas de utilização de aparatos estruturais de ferro e de aço nas edificações.

4) Primeira divindade egípcia, que, segundo a cosmogonia, se transformou no Sol. É normalmente representado como um disco solar com asas de falcão, ou, em sua representação antropomórfica, com a cabeça desse animal e corpo humano.

5) A capacidade era de 250 músicos, segundo: *Guia da Exposição Nacional do Rio de Janeiro*, 1908, p. 206.

6) "As seções 'orientais' das Exposições não serviram apenas de vitrines aos marchands, ou aos modelos a serem copiados e interpretados, de forma razoavelmente próxima. Elas auxiliaram também os paises 'exóticos' a compreender de que maneira progride a modernização nos paises colonizados (como a Argélia) ou nos paises independentes (como o Japão); elas permitem, enfim, reconstituir as estratégias de um colecionador, suas viagens, suas descobertas, ou em uma palavra, seus itinerários" (tradução nossa).

7) Segundo o título da exposição ocorrida em 2010, na França, intitulada: *"Exotiques Expositions. Les expositions universelles et les cultures extra-européennes, France, 1855-1937"*, apresentada nos *Archives nacionales*, entre 31 de março e 28 de junho de 2010.

8) Entre 1859 e 1869 o Canal de Suez era construído. Em fevereiro de 1867, a primeira embarcação navegou em suas águas e, em abril do mesmo ano, a exposição tinha os seus portões abertos ao público.

9) Formado pela Escola Politécnica e fértil em estudos históricos, Afonso D'Escragnolle Taunay era bisneto de Nicolas Antoine Taunay, e foi um dos mais producentes pesquisadores de seu tempo. Estivera muito familiarizado com a vida cultural no Rio de Janeiro e muda-se para São Paulo tornando-se diretor do Museu Paulista.

10) *Revista do IHGB – 1909.* Parte II. Tomo LXXIII. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910.

11) Refiro-me ao estudo publicado em O Jornal, por Gustavo Barroso, o João do Norte (NORTE, João do. O RESTAURANTE ASSYRIO É PERSA... *O Jornal*. Rio de Janeiro, 5 de jun., 1921, p. 01) e também à carta enviada ao mesmo periódico por Adolfo Morales de los Rios (MORALES DE LOS RIOS, Adolfo. O Restaurante Assyrio é persa...e o Café Mourisco também. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 09 de jun., 1921. p. 02.) . Recentemente uma versão comentada, anotada e ilustrada foi publicada por mim na revista virtual *19&20 – Arte Brasileira do Século XIX e Início do XX*, cuja referência encontra-se na bibliografia.

12) Pintor paisagista italiano, nascido em 1824 e morto no Rio de Janeiro em 1900.

Referências Bibliográficas

1908, um Brasil em exposição / org. Margareth da Silva Pereira. – Rio de Janeiro: Casa Doze, 2010. Catálogo de Exposição.

AGEORGES, Sylvain. *Sur les traces des Expositions Universailles.* Paris: Parigamme, 2006.

AIMONE, Linda, OLMO, Carlo. *Les Expositions universelles*. 1851-1900. Paris: Belin, 1993.

ARGAN, G. C. *História da Arte como História da Cidade.* São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BURKE, Peter. *Testemunha Ocular:* História e Imagem. Bauru: EDUSC, 2004.

CONDURU, Roberto. Araras Gregas. 19&20. Rio de Janeiro, v. III, nº 2, abr. 2008. Disponível em http://www.dezenovevinte.net/arte%20decorativa/ad_conduru.htm. Acessado em: 12/04/2009.

DUQUE, Gonzaga. *Graves e Frívolos (por assuntos de arte).* Vera Lins org. Rio de Janeiro: Livraria Sette Letras Ltda. 1997.

Guia da Exposição Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: José de Salerno & C., 1908.

LEVY, Ruth. *Entre palácios e pavilhões*: a arquitetura efêmera da exposição nacional de 1908. – Rio de Janeiro: EBA / UFRJ, 2008.

MOTTA, Marly. *Rio, cidade-capital*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

PLANOS URBANOS. RIO DE JANEIRO – O SÉCULO XIX. Rio de Janeiro: IPP, 2008.

RAMOS, Renato Menezes (org.). "*O Restaurante Assyrio é Persa... e o Café Mourisco também", de Adolfo Morales de los Rios: Comentários e Anotações.* 19&20, Rio de Janeiro, v. VI, n. 2, abr./jun. 2011. Disponível em http://www.dezenovevinte.net/txt_artistas/persa_rmr.htm. Acessado em 10/07/2011.

Revista do IHGB – 1909. Parte II. Tomo LXXIII. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910.

SAID, Edward. *Orientalismo:* O Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SIQUEIRA, Vera. *Redescobrir o Rio de Janeiro*. 19&20, Rio de Janeiro, v. I, nº 3, nov. 2006. Disponível em http://www.dezenovevinte.net/artistas/Redescobrir_RiodeJaneiro.htm. Acessado em: 04/09/2008.

(Recebido para publicação em 30/09/2011)

Augusto Malta: o fotógrafo-de-Pereira-Passos?

Augusto Malta: the Pereira Passos photographer?

Viviane da Silva Araujo
Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura da PUC-Rio
E-mail: vivianedasa@yahoo.com.br

RESUMO:

Augusto Malta (1864-1957), embora tenha ocupado o cargo de fotógrafo oficial da Prefeitura do Rio de Janeiro por três décadas, entre 1903 e 1936, e de ter produzido numerosas imagens de caráter particular, acabou tendo seu nome estreitamente vinculado ao do ex-prefeito Francisco Pereira Passos, o que lhe rendeu o epíteto de fotógrafo-de-Pereira-Passos. No presente artigo, busco refazer o caminho da construção histórica de tal alcunha, observando fontes diversas, tais como fotografias, legendas, cartas e depoimentos prestados pelo próprio Malta, além dos relatos e aproximações realizados pela sua família, pela imprensa e pela historiografia. Procuro destacar a importância do momento em que Malta se tornou fotógrafo oficial para a construção da memória individual e autoral do fotógrafo, bem como para a memória produzida historicamente sobre ele. Observando, contudo, que o olhar do fotógrafo sobre o Rio de Janeiro não pode ser visto como subordinado aos interesses da figura ou da gestão de Pereira Passos.

Palavras-chave: Augusto Malta, memória, autoria

SUMMARY:

Augusto Malta (1864-1957), despite having the post of official Rio de Janeiro City Hall photographer for over three decades, between 1903 and 1936, and of having produced many pictures as independent professional, was to have his name ineluctably linked to that of the former Mayor Francisco Pereira Passos, which resulted in his epithet as the 'Pereira Passos photographer'. The present article seeks to retrace the historical course that led to the attribution of this epithet, using several sources, such as photographs, captions, letters and declarations made by Malta himself, as well as accounts and assessments made by his family or found in the press and historiography. Full importance is intended to be provided to the moment in which Malta became the official photographer so as to establish the photographer's individual and authorial legacy, as well as the historical legacy attributed to him. It must be noted, however, that the photographer's perspective of Rio de Janeiro cannot be perceived as being subordinate to the interests of the person of Pereira Passos or his public administration.

Key words: *Augusto Malta, legacy, authorship*

Em seu ateliê, com uma pequena câmera nas mãos, orgulhosamente erguida à frente do corpo, Augusto Malta coloca-se do outro lado da objetiva. Fotógrafo amador desde que trocou sua bicicleta por uma câmera, por volta de 1900, e fotógrafo oficial da Prefeitura do Rio de Janeiro desde 1903, Malta parecia sentir-se igualmente confortável na condição de modelo fotográfico. Deixando-se fixar em seu ateliê, cravado no centro da imagem estática, Malta apresenta-se cercado de uma série de elementos que o identificam como o fotógrafo que era, ou que desejava ser: além do material fotográfico, como câmeras de diferentes tipos, papéis, maletas, guilhotinas de papel, entre outros objetos; há no cenário, cuidadosamente desarrumado, pilhas de livros e revistas sobre suas mesas de trabalho e nas paredes dezenas de fotos que estampavam paisagens da cidade em molduras de tamanhos e cores diversas. Na parede à esquerda vê-se exposto um retrato do prefeito Francisco Pereira Passos e dois retratos de seu filho, Francisco de Oliveira Passos.

Trata-se de uma fotografia posada e, portanto, previamente construída como imagem mental para o fotógrafo que, nesse caso, era também o fotografado. O efeito de improviso e desarrumação provocado pela composição visual abarca Augusto Malta num conjunto que envolve objetos repletos de significados: livros sobre o Rio de Janeiro, maletas, fotos da cidade, de prédios e de obras, cadeiras, câmeras, tripé, caixas, revista francesa de fotografia, retrato de Pereira Passos, compondo visualmente uma espécie de autobiografia. E, como toda autobiografia, assume uma pretensão de veracidade (COSTA LIMA, 1991) que, embora aspire à ordem e sentido, neste caso é reforçada pela própria desordem pretensamente espontânea do ambiente.

A ideia de uma autobiografia que não seja necessariamente escrita é aqui tomada do professor da School of Cinematic Arts da University of Southern California, Michael Renov (2005). De acordo com o autor, a palavra autobiografia é constituída por três partes: *auto*, *bio* e *grafia*, que juntas compreendem os ingredientes essenciais dessa forma de representação: um *self*, uma vida e uma prática escrita; contudo, a existência de novos veículos que podem ser usados para a autoexpressão do sujeito podem ampliar significativamente as práticas de autorregistro para além dos limites da palavra escrita. Aqui, portanto, a ideia de fotografia autobiográfica aponta para uma interpretação da fotografia como um meio pelo qual o indivíduo é capaz de construir um registro sobre si, sem recorrer necessariamente ao uso da escrita.

Na medida em que uma imagem parada pode contar uma história sobre algo ou alguém, a imagem de Augusto Malta em seu ateliê (anexo 1) conta parte da história do fotógrafo. Por meio das fotografias de obras de urbanização implementadas no Rio de Janeiro espalhadas pelas paredes, de retratos de personalidades ligadas a essas obras, de maquinários e manuais referentes à técnica fotográfica, esta foto autobiográfica diz sobre a sua identificação, ou melhor, sobre a vontade de se identificar a um universo ao qual o fotógrafo se via e gostaria que o vissem relacionado: o universo da técnica, do Rio de Janeiro renovado e do homem

que promoveu essa renovação. Esta foto mostra um sujeito integrado à história de transformação da cidade e atuante nesse processo.

Por intermédio desta foto autobiográfica, é possível observar um Augusto Malta preocupado em se apresentar próximo aos acontecimentos do presente e de um passado recente, cuja importância não poderia ser posta em dúvida – a modernização do Rio de Janeiro – ao mesmo tempo que projeta para o futuro, através do recurso à fixação pela fotografia, a continuidade de sua ligação com a história da cidade. Inseridos no campo visual desta foto, os retratos pendurados na parede de Francisco Pereira Passos, e também de seu filho, Francisco de Oliveira Passos, podem despertar uma série de reflexões no leitor da imagem, entre as quais a ênfase numa relação pessoal e familiar entre Malta e Passos se apresenta como uma conclusão provável. Para os objetivos do presente artigo – entender a construção de uma aproximação entre a figura de Augusto Malta e a figura de Pereira Passos, não apenas nos anos iniciais da carreira do fotógrafo, mas como contínua presença ao longo de seus mais de trinta anos de profissão – destaco uma outra reflexão possível: a sensação de sequencialidade que se pode ler com base no registro dos retratos de Francisco Pereira Passos e de Francisco de Oliveira Passos na parede do ateliê de Malta, uma sequencialidade tanto das iniciativas do grande prefeito, através da imagem de seu filho, quanto da própria inserção de Malta enquanto fotógrafo oficial nessa empreitada, uma leitura que pode ampliar ainda mais o sentido dessa densa fotografia.

Ao longo do texto, busca-se observar a centralidade atribuída à Pereira Passos e à reforma urbana empreendida por este na carreira de Augusto Malta, o que lhe rendeu o epíteto de "fotógrafo-de-Pereira-Passos". A construção desse qualitativo pode ser notada a partir de fotografias, legendas, cartas e depoimentos prestados pelo próprio, além dos relatos e aproximações realizadas pela família, pela imprensa e pela historiografia. Contudo, embora o momento em que se tornou o fotógrafo oficial da Prefeitura e o homem que o contratou para o cargo tenham marcado forte lugar na memória individual de Malta e na memória produzida historicamente sobre o Malta, procura-se pensar que a representação do Rio de Janeiro pelo fotógrafo alagoano não estará subordinada à figura ou à gestão de Pereira Passos e ao início de sua carreira. Afinal, trata-se de uma metrópole que não nasceu completamente formada do seio da gestão de Pereira Passos, mas que foi se configurando – e se configura – por meio de transformações, de adaptações, de tradições, de clichês; tendo na fotografia, do ponto de vista do aparato técnico, uma forma de registrar e comunicar esse movimento, e do ponto de vista do objeto material, fragmento da história desta cidade.

O propósito é, portanto, interrogar a construção do epíteto *Malta-fotógrafo-de-Pereira-Passos*, refletindo sobre as consequências da aproximação entre Augusto Malta e o projeto Pereira Passos – o que envolve as complexidades da memória e da autoria – na obra do fotógrafo ao longo de sua carreira. Até que ponto o trabalho que realizou entre 1903 e 1906 teria influenciado a maneira como Malta fotografou no decorrer das décadas seguintes?

Aquela noção de regeneração urbana(**1**) teria permanecido durante vinte ou trinta anos como uma contínua presença na mente e no olhar de Malta, enquanto andava pelas ruas da cidade, fotografando-a?

Vejamos algumas palavras do próprio Augusto Malta.

> *Uma obra como aquela, um homem como aquele, não mereciam a falta de respeito de uma 'tapeação'. Entusiasmado, dediquei-me de corpo e alma à nova função. Diante do nada de fotografia que eu sabia, esforcei-me por conquistar o muito que agora sei. Embora uma função secundária e lateral, eu me orgulhava em* ***dar a minha cooperação para a glória da grande obra. Ela precisava de uma documentação fiel e indiscutível, que só as boas fotografias poderiam proporcionar****. Assim, o sofrível amador compreendeu a sua responsabilidade, procurando ser o melhor fotógrafo profissional possível. Sobre a remodelação da cidade, bati mais de mil chapas,* ***formando um arquivo que julgo representar um magnífico documentário da historia da cidade numa época em que ela sofreu as mais radicais e profundas transformações*** [ênfases minhas] (VALIOSA, 1936).

O fragmento acima foi extraído de uma entrevista que Augusto Malta concedeu ao jornal *O Globo* em agosto de 1936, como parte das comemorações pelo centenário do ex-prefeito da Capital Federal, Francisco Pereira Passos. Nesse depoimento, Malta relembra o entusiasmo em relação ao cargo que passava a ocupar e apresenta seu ponto de vista sobre o que significava ser fotógrafo oficial da Capital Federal naquele momento. Nessa entrevista, o fotógrafo reconhece sua inexperiência no início da carreira e afirma o conhecimento conquistado com o passar do tempo, defende a importância da produção de fotografias fiéis e indiscutíveis capazes de servir como documento e glorificação da "grande obra" a qual estavam vinculadas e, além disso, cria de maneira autobiográfica uma determinada memória sobre o seu significado como autor das imagens que construiu acerca da história da transformação da cidade.

O ano de 1936, para Augusto Malta, não marcava apenas os cem anos do nascimento de Pereira Passos, era também a sua aposentadoria, depois de ter permanecido na função de fotógrafo municipal por 33 anos, sob a gestão de dezenas de prefeitos. Após todo este tempo de trabalho, Malta responderia à pergunta do repórter d'*O Globo* que brincava em tom amistoso a respeito da sua inexperiência ao ser contratado pelo prefeito "*Com que, então, velho Malta, você foi aprender a barbear na cara do freguês?*" traçando uma história da sua carreira, enfatizando a importância de sua obra, estabelecendo uma forte relação entre a sua produção e o momento cultural e político em que estava inserida, constantemente remetendo-se ao nome Pereira Passos, que funcionava simultaneamente como uma espécie de marco originário e de fio condutor que atravessava aqueles 33 anos de trabalho. No relato, por meio de lembranças e esquecimentos, Malta reconstrói o passado de modo que a sua atuação como fotógrafo da transformação urbana seguisse um sentido, uma trajetória,

que ia da inexperiência do momento de sua contratação por Passos, até chegar ao "*muito que agora sei*" do momento em que concede a entrevista que seria lida pelos leitores d'*O Globo,* naquele agosto de 1936.

"A necessidade de se utilizar e reutilizar o conhecimento da memória força-nos a selecionar, destilar, distorcer e transformar o passado, acomodando as lembranças às necessidades do presente" (LOWENTHAL, 1998, p. 77). Reconstruir o passado por intermédio da memória é crucial para o sentido de identidade e, apesar dos recentes debates intelectuais sobre a identidade do sujeito moderno apontarem um sujeito atravessado por uma multiplicidade de referências que indicam a existência de identidades fragmentadas, identifica-se que a memória parece ainda se apresentar como um instrumento norteador, capaz de dar à existência fracionada e múltipla do indivíduo um sentido lógico. Ainda segundo Lowenthal, o caráter subjetivo da memória torna-a simultaneamente uma referência segura e nebulosa do passado: as lembranças nos inspiram confiança porque acreditamos que foram registradas na época em que os fatos lembrados pertenciam ao presente – e por isso têm "*status* de testemunha ocular" (Id., p. 87) – ao mesmo tempo que reconhecemos os esquecimentos e as imprecisões "a memória filtra novamente o que a percepção já havia filtrado, deixando-nos somente fragmentos dos fragmentos do que inicialmente estava exposto" (Id., p. 94).

Naquele mesmo mês de agosto de 1936, Malta também concedeu uma entrevista para o *Diário de Notícias*, cujo título "O Photographo de Passos: Augusto Malta, o decano de nossos repórteres photographicos evoca-nos a sua amizade e convivência com o maior prefeito carioca", à semelhança daquele publicado pelo jornal *O Globo*, "Valiosa contribuição para o centenário de Pereira Passos; a obra do embellezador da cidade, documentada e contrastada pela photographia", indica a existência de uma forte relação entre a obra do fotógrafo e a obra do prefeito, remetendo ao princípio da carreira de Malta. O período entre 1903 e 1906, embora cronologicamente curto se comparado ao restante do tempo em que trabalhou junto à Prefeitura, na memória de Malta e daqueles que se referiam a ele, aparece como o período da construção do projeto do alagoano como fotógrafo:

> *Na sua preocupação de demolir pardieiros e aleijões topográficos, o velho Passos recebia sempre com alegria qualquer informação denunciadora de qualquer um deles. Procurei, então, servi-lo também nesse campo de ação. E fiz-me repórter fotográfico, como vocês fazem hoje, para atender as queixas dos bairros* (VALIOSA, 1936).

Aqui, parece que o caráter jornalístico das produções de Malta não surgiram como parte do desenvolvimento de sua experiência profissional, do estilo pessoal, das inovações técnicas, das novas demandas da sociedade, entre outras possibilidades, e sim que essa característica brotou da necessidade de atender aos anseios de Pereira Passos.

O nome Augusto Malta encontra-se, desde o início de seu trabalho como fotógrafo oficial da Prefeitura, estreitamente ligado ao nome Pereira Passos. A alcunha de fotógrafo-

de-Pereira-Passos ultrapassa o fato de ter sido este o homem que criou o cargo que Malta passou a ocupar em 1903 e acaba por se apresentar como uma referência para a compreensão geral do papel de Malta como autor das fotografias da reformulação urbana. Essa relação está sugerida no título e no conteúdo das entrevistas supracitadas e é alimentada por palavras do próprio Malta:

> *Dai por diante, transformei-me em fotógrafo oficial. Passos foi um grande animador da minha arte, dava-me conselhos e protegia-me. (...) Cedo compreendi o valor desse trabalho para a história do Rio* (NOSSO SÉCULO, apud MOREIRA, 1996, p. 39).

De fato, o momento em que se tornou o fotógrafo oficial da Prefeitura e o homem que o contratou para o cargo marcaram fortemente um lugar na memória individual de Malta e na memória historicamente construída sobre ele, criando-se, de maneira retrospectiva e prospectiva, a partir da sua vinculação ao projeto de reformulação urbana encabeçada pelo prefeito, uma coesão e uma coerência em torno de toda a sua obra. A afinidade profissional e pessoal(**2**) entre o fotógrafo e o prefeito chega mesmo a aparecer como uma chave de entendimento de sua atuação política e profissional, inclusive em trabalhos acadêmicos.

Um exemplo de que isso é possível encontra-se na dissertação em História Social da UFRJ de Regina da Luz Moreira (1996), um dos primeiros estudos propriamente acadêmicos a abordar a produção de Augusto Malta como tema central da análise. Em sua interpretação, o projeto individual de Malta teria assumido os projetos da elite regeneradora, marcado na figura de Pereira Passos, servindo como um dos agentes formadores de novos hábitos, em consonância com o projeto maior do Estado de implantação da modernidade nacional.

Mas o que é um projeto? Poderia Augusto Malta possuir, na função de fotógrafo oficial da Prefeitura, um projeto individual e autônomo? Como memória e projeto se relacionam? As palavras de Gilberto Velho poderão ser úteis para pensar sobre tais questionamentos:

> *(...) reconhece-se não existir um projeto individual "puro", sem referência ao outro ou ao social. Os projetos são elaborados e construídos em função de experiências socioculturais, de um código, de vivências e interações interpretadas. (...) o projeto não é um fenômeno puramente interno, subjetivo. Formula-se e é elaborado dentro de um* ***campo de possibilidades*** *circunscrito histórica e culturalmente, tanto em termos da própria noção de indivíduo como dos temas, prioridades e paradigmas culturais existentes* [ênfase no original] (1987, p. 26).
>
> *Nas sociedades onde predominam as ideologias individualistas, a noção de biografia, por conseguinte, é fundamental. A trajetória do indivíduo passa a ter um significado crucial como elemento não mais contido mas constituidor da sociedade. É a progressiva ascensão do indivíduo psicológico, que passa a ser a medida de todas as coisas. Nesse sentido a* ***memória*** *desse indivíduo é que se torna socialmente mais relevante* [ênfases no original] (1999, p. 100).

Augusto Malta não poderia, portanto, construir um projeto individual profissional puro, livre da interferência do ambiente político e cultural que o circundava, estando, sim, constrangido de alguma forma pelo *campo de possibilidades* de que dispunha. Contudo, para se afirmar a sua adesão ao projeto do Estado, tomando-o como seu próprio projeto como ator e autor, será necessário refletir sobre o universo complexo da memória que constrói – em larga medida inconscientemente – retrospectiva e prospectivamente – projetos, lançando um feixe de luz em direção ao passado, cuja fonte parte necessariamente do presente. O que o Malta de 1936 busca no Malta de 1903 é a origem do seu profissionalismo e do lugar da sua produção, é o seu papel como ator naquele momento pretérito, considerado marcante não apenas para sua trajetória pessoal como para a história da própria cidade e da nação. Dessa maneira, nas lembranças de Malta, o passado de sua vida e o passado do país se fundem e se complementam.

> *Damos muito valor a essas conexões com o passado mais abrangente. Satisfeitos de que nossas lembranças nos pertencem, buscamos também ligar nosso passado pessoal à memória coletiva e à história pública. As pessoas recordam vividamente seus próprios pensamentos e ações em momentos de crise pública porque se agarram à oportunidade de conectar-se com um cosmos significativo* (LOWENTHAL, 1998, p. 82).

Embora, com as palavras acima, Lowenthal esteja se referindo a indivíduos que não atuavam de fato, ou não atuavam de forma decisiva, naquele cosmos público significativo, a ideia da conexão entre passado individual e passado coletivo como uma necessidade do indivíduo se mostra pertinente para o argumento aqui exposto. Malta, que com suas fotografias pôde influenciar na tomada de decisões, na negociação de valores para indenização e no mapeamento preliminar de obras públicas, toma esse passado coletivo de maneira ainda mais marcante para a relação com suas próprias apreensões e julgamentos, utilizando inclusive a primeira pessoa do singular para reforçar as conexões entre a história de si e a história pública: "*bati mais de mil chapas, formando um arquivo que julgo representar um magnífico documentário da história da cidade*" (VALIOSA, 1936).

A busca pelo sentido – direção e significado – e por uma coerência do passado são, por uma série de razões, essenciais ao homem. Remetem à identidade individual e coletiva e, assim, servem como pontos de identificação entre o momento presente e as suas origens, seja para venerá-las e segui-las, seja para contradizê-las e superá-las (NIETZCHE, 2003, p. 17-18). Mas, conscientes de que produzimos substitutos, de que estamos constantemente alterando o passado vivido – relegando ao esquecimento determinados fatos ou enfatizando a lembrança de outros, incorporando elementos novos às antigas memórias, refazendo a história nacional ou pessoal a partir das necessidades atuais – a tradicional ânsia de se ter acesso ao passado completo e verdadeiro precisa ser deslocada pelo historiador de hoje. É necessário reconhecer que há uma "ilusão biográfica" (BOURDIEU, 1996), não para descartar a validade das lembranças e relatos sobre o passado como fonte histórica, mas para lidar

com elas de maneira diferente. Neste caso, a pergunta "o que essas entrevistas me contam sobre a carreira de Malta?" pode ser substituída por outra: "como Malta me conta sobre sua carreira nessas entrevistas?".

Acredito que, ao utilizar as entrevistas concedidas por Augusto Malta como fontes, um pesquisador de sua obra não poderá deixar de observar a construção de uma *persona* nesses relatos. Conforme a definição de Luiz Costa Lima:

> *(...) ao mesmo tempo que o homem tem de se instrumentalizar para fora, precisa criar, dentro de si, uma carapaça simbólica; construir sobre o indivíduo que é, biologicamente, a persona, a partir da qual se estabelecerá relações sociais. A persona não nasce do útero senão que da sociedade. Ao tornar-me persona, assumo a máscara que me protegerá de minha fragilidade biológica* (1991, p. 43).

A *persona* não se caracteriza como uma falsidade, algo inteiramente negador do indivíduo biológico, mas evidencia que existe algo neste indivíduo que somente se concretiza e atua ao assumir papéis na sociedade. Deve-se lembrar que o memorialismo se apresenta com um produto da ótica da *persona* – o mundo da *persona* é antes um mundo sonhado do que visto –, como uma espécie de ficção sobre a própria vida que, entretanto, entende-se como um registro da verdade.

De acordo com estes preceitos, é possível afirmar que as memórias de Augusto Malta não eram de maneira alguma intencionalmente falsas, mas que, enquanto instrumentos de conformação de uma *persona*, o Malta-fotógrafo-de-Pereira-Passos, eram evidências de uma narrativa de vida interessada na coerência de si como o autor das imagens da transformação urbana. O problema é tomar esses relatos memorialistas como chaves unívocas para a compreensão do autor, sem problematizar sua lógica pretensamente linear, o preenchimento de todas as lacunas, o desejo de identidade.

Michel Foucault nos lembra que esta coerência e coesão do autor não é algo que se configure de maneira espontânea, mas

> (...) *o resultado de uma operação complexa que constrói um certo ser racional a que chamamos de autor. Provavelmente, tenta-se dar a este ser racional um estatuto realista: seria no indivíduo uma instância "profunda", um poder "criador", um "projeto", o lugar originário da escrita. Mas, de fato, o que no indivíduo é designado como autor (ou o que faz do indivíduo um autor) é apenas a projeção, em termos mais ou menos psicologizantes, do tratamento a que submetemos os textos, as aproximações que operamos, os traços que estabelecemos como pertinentes, as continuidades que admitimos e as exclusões que efetuamos* (1992, p. 51).

E não foi apenas Augusto Malta quem criou para si essa profunda relação entre o seu próprio nome e o de Francisco Pereira Passos. Essa ligação é difundida e perpetuada no tempo de diversas maneiras, seja pela imprensa, por sua família, pelas publicações a respeito da Reforma, entre outras. Evidentemente, tal associação não se refere estritamente ao Augusto

Malta nascido em Paulo Afonso, pai de oito filhos, falecido em Niterói; nem ao Pereira Passos filho de cafeicultores do Vale do Paraíba, nascido em Piraí, a 29 de agosto de 1936, marido de Dona Maria Rita... Em outras palavras, não se trata de uma associação entre os indivíduos particulares Augusto Malta e Pereira Passos, mas entre duas *personas* que se identificaram e foram identificadas de uma determinada forma com o mundo que os circundava. Por essa razão, do mesmo modo que insisto em destacar o "Malta-fotógrafo-de-Pereira-Passos" como construto histórico-social, devo enfatizar o mesmo em relação à Pereira Passos, o "grande prefeito do Rio", o "prefeito do bota-abaixo".

Em suas entrevistas de 1936, Malta é convidado a falar a respeito do antigo prefeito porque se acreditava que o fotógrafo tinha muito a dizer sobre ele. Vale lembrar que, naquela ocasião em que se celebrava a figura e a administração de Pereira Passos, ressaltar um vínculo com o antigo prefeito era, para Augusto Malta, uma forma de garantir visibilidade pública sobre si como fotógrafo, e isto pode ser bastante significativo, especialmente quando lembramos que aquele era também o ano de sua aposentadoria. Entretanto, a aproximação entre os dois é dada mesmo antes das palavras do próprio Augusto Malta indicarem isto, é estabelecida já pela imprensa, que o convida a dizer sobre a Reforma e a figura de Pereira Passos quando se comemora o centenário de seu nascimento. Um bom exemplo se encontra logo no título da matéria publicada no *Diário de Notícias,* em 29 de agosto de 1936, já apresentado aqui, mas que vale a pena trazer novamente ao texto, pois significativo para este argumento: "O photographo de Passos: Augusto Malta, o decano de nossos reporteres photographicos evoca-nos a sua amizade e convivência com o maior prefeito carioca".

Era comum também, e isso desde os primeiros anos da carreira de Malta, fotografias suas servirem de ilustração para diversos jornais, acompanhando textos diversos, inclusive notícias sobre a Reforma Pereira Passos, como foi comum no jornal *O Commentario*. Em texto introdutório ao livro editado pela Prefeitura do Rio de Janeiro na gestão de Marcos Tamoyo (1975-79), dedicado à reprodução de diversas fotografias de Augusto Malta e Aristógiton Malta, Paulo Berger chega mesmo a afirmar que "foi Malta quem iniciou a reportagem ilustrada(**3**), cedendo aos jornais e revistas da época as suas fotografias dos acontecimentos importantes, tornando-se o autor de 'furos' de sensação" (BERGER, s.d, s.p).

Em 1980, uma das filhas de Augusto Malta, Amaltéa Malta Carlini, concede entrevista ao Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro. O Museu havia adquirido a coleção particular do fotógrafo, vendida por sua família após a sua morte, com cerca de 80 mil peças, entre negativos de vidro, álbuns construídos pelo próprio Malta e cópias positivas avulsas. Nesta ocasião, o Museu convida Amaltéa – filha do segundo casamento de Malta, nascida em 1912 – para que esta pudesse fornecer informações a respeito da obra e da vida pessoal do fotógrafo. O relato é oral, possui pouco mais de 60 minutos e encontra-se disponível aos pesquisadores na forma de fita cassete. Ali, Amaltéa responde sobre a vinda do pai para o Rio de Janeiro, seus problemas financeiros até sua contratação pela Prefeitura,

a sua dedicação ao trabalho, as técnicas fotográficas que utilizava, o seu zelo pelas anotações, as suas amizades, suas leituras e até sobre o fato de ser ateu, embora frequentasse a missa.

No relato, em meio a todas essas lembranças, Amaltéa evoca, em diversos momentos, o nome de Pereira Passos, e afirma o engajamento do pai na reforma encabeçada pelo então prefeito da Capital Federal. Segundo ela, Passos foi o homem que apresentou seu pai à "nobreza da sociedade", com a qual passou a ter relações profissionais e para o qual seu pai trabalhou com muita dedicação. Tal engajamento e dedicação seria evidenciado por diversos fatores, entre os quais o seu hábito de levar para casa – que era também seu laboratório – muito trabalho, e ali ficar até altas horas da noite:

> *Papai não chegava antes das 10 horas (...) ele mudava de roupa e não ia dormir não. Primeiro ele ia ver as fotografias. Não sei o que ele fazia que estava sempre mexendo em chapas, mexendo em fotografias. E isso era toda noite. Era isso a vida toda* (CARLINI, 1980).

Além disso, no momento que Amaltéa enfatiza a lembrança sobre a inserção da legenda "tá pedindo picareta" em várias fotografias, afirmando que o pai possuía essas fotos em sua casa – "é, tinha sim, eu me lembro, ele escrevia tá pedindo picareta" –, ela ressalta a ligação de Augusto Malta com a época que ficou conhecida como o "bota abaixo", ou a época das "picaretas regeneradoras".

É interessante notar que, nascida em 1912, Amaltéa de fato não presenciou o período das reformas de Pereira Passos. Ela própria lembra aos entrevistadores do MIS, por diversas vezes ao longo da entrevista, que há muitas coisas que ela não sabe e que não pode se lembrar, pois ainda não era nascida ou era muito pequena, e que ela estava reproduzindo o que teria ouvido. Era 1980, e seguramente Amaltéa incluía em suas lembranças não apenas o que ouvia em casa, quando convivia diretamente com o pai, com certeza também influenciaram seu depoimento tudo o que era dito a respeito de Augusto Malta até então, inclusive as questões levantadas pelos entrevistadores.

Outro exemplo que vale a pena explorar a respeito da associação entre Augusto Malta e o processo de remodelação urbana empreendido por Pereira Passos é o do livro *O Rio de Janeiro do Bota-Abaixo*, com textos de Antônio Bulhões e Marques Rebelo, lançado em 1997. A edição é ilustrada com mais de 50 fotografias de Augusto Malta, e exclusivamente ilustrada com imagens do fotógrafo alagoano, entre 1903 e 1906, o que evidencia a ligação que se estabelece ali entre Malta e o bota-abaixo. No *blog* de Fernando Rabelo-editor(**4**), o livro chega a ser apresentado da seguinte maneira: "Na estante, o Rio Antigo de Augusto Malta".

Malta teria tido, de acordo com os patrocinadores do livro, um olhar crítico e sagaz que o permitiu registrar "o momento crucial do processo de transformação, onde presente e futuro se mesclaram permitindo-nos antever o vulto que tomariam as obras de Pereira Passos", e conclui, "ao mesmo tempo que se registrava o presente, antevia-se o futuro e testemunhava-se uma realidade fadada a desaparecer" (FLERK, 1997, p. 5). É possível

observar então que, de acordo com esse livro, Pereira Passos e Augusto Malta possuíam uma capacidade em comum que os aproximava: ambos teriam sido espécies de visionários, pois foram capazes de antever o futuro e antecipar-se a ele.

O Rio de Janeiro do bota-abaixo não é uma obra acadêmica. Patrocinada pela empresa Andersen Consulting, o livro foi construído de modo a atingir um público genérico, interessado na história da cidade do Rio de Janeiro e suas imagens. Nessa publicação dedicada a mostrar e comentar um Rio de Janeiro muito diferente do de hoje – o Rio do período da administração de Pereira Passos – verifica-se um forte saudosismo, uma profunda insatisfação com os rumos da cidade na atualidade, e um desejo de encontrar um lugar de harmonia num passado idealizado. As fotografias de Augusto Malta recebem legendas que levam o leitor a imaginar e a ter saudade de um tempo no qual não viveu. A legenda de uma das fotografias que representam as obras para abertura da avenida Beira- Mar é exemplo dessa relação saudosa:

> *Construção da Avenida Beira-Mar e da Prainha do Flamengo, antes dos alargamentos subseqüentes, enquanto vias públicas, sobre espaço roubado ao mar, permitindo ao futuro Aterro do Flamengo, as pistas de acesso direto entre Botafogo e o Centro e os ajardinamentos e florestamentos citadinos que aí tiveram lugar, minipulmões de uma cidade que viria a se tornar cada vez mais poluída. O logradouro em primeiro plano, já com início da arborização, é a Avenida da Ligação (do Flamengo e Botafogo), atual Oswaldo Cruz, segmento do cinturão viário que Pereira Passos planejara para diminuir as distâncias e facilitar as comunicações internas do Rio de Janeiro, a custo menor para a época do que o da sucessão de túneis que afinal se tornou inevitável, face ao surto demográfico e aos engarrafamentos automobilísticos* (O RIO DE JANEIRO, 1997, p. 38-9).

A partir destes pontos que foram até aqui explorados é possível observar a centralidade atribuída à figura de Pereira Passos e da Reforma Urbana empreendida por este para a compreensão de Augusto Malta como fotógrafo da transformação do Rio de Janeiro; vínculo que foi construído pelo próprio Malta – por intermédio, por exemplo, daquela fotografia autobiográfica analisada no início deste artigo, e das suas entrevistas prestadas por ocasião do centenário do antigo prefeito – e ao longo do tempo por atores diversos, tais como sua filha, a imprensa carioca de então e o livro dedicado a um público genérico, *O Rio de Janeiro do bota-abaixo*. Estar ligado ao nome do ex-prefeito era estar ligado à história do tão almejado progresso da cidade, apesar de todas as suas contradições.

> *Pereira Passos, através da sua vasta obra, que serve de espelho para que possamos apreciar bem todas as suas qualidades morais e intelectuais, foi admirável nos três grandes e principais aspectos da natureza humana. As suas realizações como engenheiro, como administrador e prefeito dão uma idéia perfeita do seu altruísmo, do amor a sua pátria, da sua esplendida formação intelectual e da energia do seu caráter, vigoroso e inquebrantável, elemento assaz indispensável aos que governam* (GODOY, 1936).

O fragmento acima parte de um elogio pronunciado pelo engenheiro Arnaldo de Godoy por ocasião da inauguração de um busto de Pereira Passos na sala do Conselho do Montepio Municipal, em 1936, e está repleto de exaltações não apenas à administração, mas também ao caráter do antigo prefeito do Rio de Janeiro. Na verdade, nesse texto, o perfil privado e o público de Passos se fundem essencialmente: as suas realizações são espelhos de suas qualidades morais e intelectuais; o altruísmo, o patriotismo e o bom caráter são elementos indispensáveis àqueles que governam. A figura individual de Passos está diretamente ligada às suas realizações como engenheiro e administrador.

Augusto Malta já havia realizado associação semelhante no Natal de 1903, ocasião na qual presenteou Pereira Passos com um cartão-postal produzido por ele próprio (Anexo 2). Trata-se de uma fotomontagem que traz a imagem do rosto do prefeito junto a várias fotografias de suas realizações, tudo isto ornamentado com arranjos de flores e fitas. Essa fotomontagem reúne numa só imagem o homem e a obra, expressando assim a visão de Malta sobre o prefeito e suas realizações, algo digno de ser perpetuado numa fotografia e de ser oferecido como mimo numa data especial.

Antônio Edmilson e André Nunes, em entrevista imaginada(**5**) a Pereira Passos, publicada no nº 10 da *Revista Rio de Janeiro* (RODRIGUES & AZEVEDO, 2003) perguntam ao ex-prefeito "*(...) gostaríamos de saber como o senhor pensa que será tratada a sua memória?*". Passos responde:

> *Acho que isso vai depender em muito do contexto histórico em que se estará vivenciando. Acho que as elaborações a respeito da minha imagem virão a responder a demandas da cidade, a questionamentos que os seus habitantes farão a si mesmos e ao próprio Rio de Janeiro, isso se a minha figura não vier a cair no esquecimento, como é comum a maior parte dos homens públicos no Brasil* (Id., p. 184).

A imagem de Francisco Pereira Passos tornou-se de certo modo mitificada. A simples menção ao seu nome remete ao nascimento do Rio de Janeiro moderno. Toda uma época marcada por um forte desejo de inserção do país no mundo civilizado capitalista, todo um projeto de remodelação da cidade – e consequentemente da nação – através das reformas urbanas remete ao seu nome. É claro que outros grandes nomes ligados às transformações urbanas do início do século passado também possuem destaque, tais como Lauro Müller, Oswaldo Cruz, Francisco Bicalho, Paulo de Frontin, entre outros, mas nenhum destes chega a ser comparável em notoriedade a Pereira Passos, e as várias homenagens prestadas ao ex-prefeito no ano em que se comemorou o centenário de seu nascimento é um exemplo disso. Passos se tornou *o homem* das reformas, tivesse isso caráter elogioso ou crítico.

No que se refere à produção historiográfica sobre a figura de Pereira Passos, pode-se afirmar, conforme refletiu André Nunes de Azevedo (2003, p. 190), que esta apresentou duas correntes de abordagem a respeito do antigo prefeito do Rio de Janeiro. A primeira se trata de uma corrente laudatória dos feitos do engenheiro, surgida em textos logo posteriores à

grande reforma urbana de 1903, que ganharam novamente força a partir das comemorações pelo centenário de nascimento de Pereira Passos. Nas palavras do historiador "esta historiografia encampou de maneira acrítica as ideias de progresso e civilização presentes nas reformas. Longe de percebê-las como conceitos de época, seus estudiosos a encampavam como valores meta-históricos" (Id., p. 190). A segunda corrente historiográfica, surgida nos anos 1980, assume um posicionamento oposto, dedicada à crítica e até mesmo à condenação das atitudes do ex-prefeito. De acordo com esta segunda abordagem, Pereira Passos foi compreendido como um representante dos interesses de uma grande burguesia urbana emergente em desfavor das classes populares, expulsas do Centro da cidade.

Numa perspectiva diferente, André Nunes de Azevedo pretende, em seu trabalho, estabelecer uma compreensão biográfica de Pereira Passos que não esteja comprometida nem com a corrente historiográfica laudatória, nem com aquela condenatória dos atos do engenheiro. Seu propósito é entender o lugar de Pereira Passos em meio às ideias de civilização e de progresso, ao longo de sua atuação política e técnica, durante a Monarquia e a República.

Segundo o historiador, Pereira Passos pode ser visto como sinédoque de uma geração de engenheiros para os quais a técnica e a erudição humanística ainda não haviam se dissociado. "Foi uma geração de engenheiros-funcionários públicos, para os quais a ideia de progresso não se sobrepunha a ideia de civilização, ao contrário, encontrava-se a esta subordinada" (Id., p. 232). E, dessa forma, Azevedo deixa de apontar Pereira Passos como um visionário, como uma espécie de espírito superior e genial que teria, a partir do seu próprio talento, dado a luz à modernidade carioca, via reforma urbana.

Refletir sobre a construção do epíteto "Malta-o-fotógrafo-de-Pereira-Passos" significa também deslocar a personificação daquelas ideias de modernidade, urbanidade, civilização e progresso, presentes no ideário de nossa *belle époque,* da figura de Pereira Passos. Ou seja, pensar a modernidade carioca não como promovida por Passos e sua Reforma, mas como uma modernidade desejada e construída por um conjunto complexo de valores e atores sociais, inclusive as ações do poder público.

Em 1936, quando respondia ao jornal *O Globo*, Augusto Malta se aposentava, e aquele grande homem, que não merecia ser "tapeado", já havia terminado sua gestão como prefeito há trinta anos, e falecido há vinte e três. Por isso, é relevante lembrar que a importância histórica de Augusto Malta não foi apenas a de ter sido o "fotógrafo-de-Pereira-Passos", até porque, depois de contratado por este, Malta continuou a atuar junto à Prefeitura por mais de trinta anos, e isto não é um dado pouco relevante. Isto quer dizer que seu trabalho não foi válido apenas para aquele momento das reformas urbanas do início do século, mas que seu significado continuou se renovando, ao passo que a própria cidade se modificava.

Ao longo de três décadas, o Rio de Janeiro, as técnicas fotográficas e o próprio Malta passaram por transformações. O Rio de 1936 já não era "o povoado africano", repleto de quiosques frequentados por "pés-rapados", ao qual Luiz Edmundo se referia em suas crônicas

sobre o princípio do século (1938). O Malta de 1936 também já não era o amador que havia trocado a bicicleta por uma máquina fotográfica, mas um profissional experiente e respeitado. As mudanças processadas no decorrer dos anos são fundamentais até mesmo para se compreender a permanência da fotografia como produto e instrumento de exaltação da modernidade carioca. O ritmo acelerado de uma metrópole moderna poderia encontrar na fotografia um veículo apropriado de percepção e registro dos seus múltiplos aspectos. De fato, a cidade, desde a segunda metade do século XIX, tem sido tema recorrente do enfoque fotográfico. Em especial, o registro – qualquer que seja o motivo – das profundas transformações urbanas acarretadas pela dinâmica de seu crescimento, sobretudo pelo advento de uma série de reformas, atraiu o interesse de muitos fotógrafos na Europa, Estados Unidos e América Latina. O trabalho de Malta é exemplo disso.

> *A relação da fotografia com a cidade resulta de uma convergência latente, ela é o elo de uma mesma modernidade. Da tradição mais estrita, foto-documentária, ao movimento conceptualista atual, passando por certas tensões construtivistas-surrealistas que estruturam as primeiras vanguardas, existe, entre a fotografia e a cidade, qualquer coisa como uma mentalidade comum, moderna e que ultrapassa as clivagens estéticas. Um tipo de reciprocidade, uma equivalência que as destina a se reencontrarem e que as impede de se evitarem* (BELLAVANCE, 1997, p. 17).

Não apenas a Reforma Pereira Passos investiu, confiou e utilizou as imagens de Malta como um dos instrumentos de sua política – o que se relaciona à crença na fotografia como registro do real –; esta técnica permaneceu como um instrumento de grande valor para o poder público naquele contexto, tanto que seus filhos Aristógiton e Uriel Malta foram, respectivamente, após a aposentadoria do pai, contratados pela Prefeitura. Além do mais, independentemente do trabalho para a Prefeitura, as imagens de Augusto Malta, e a fotografia em geral, ganhavam cada vez mais espaços e funções naquela sociedade. Essa sociedade, ávida por inovações técnicas e por novas formas de consumo vinculadas inclusive à apropriação do tempo e do espaço, fazia circular imagens carregadas de sentidos ligados àquela modernidade, como é possível verificar na imprensa ilustrada e no modismo dos cartões-postais, por exemplo.

Augusto Malta em seu ateliê - Autorretrato - s/d - Acervo do MIS-RJ.

Notas

1) Essa noção de regeneração urbana estava ligada a diversos elementos que se associavam aos conceitos de progresso e de civilização. Para além das reformas propriamente de engenharia, as transformações empreendidas conformavam uma ideia de cidade moderna, regenerada. Neste sentido, a expansão das linhas de bonde, o fonógrafo, o cinematógrafo, as publicações ilustradas, o cartão-postal, o automóvel etc., somam-se significativamente à modernização do espaço físico urbano.

2) A afinidade pessoal entre o fotógrafo e o prefeito é evidenciada, por exemplo, pelo fato de Pereira Passos e sua esposa Maria Rita Passos terem sido padrinhos de batismo de Aristocléa, uma das filhas do primeiro casamento de Malta.

3) Apesar das palavras de Paulo Berger, não se pode dizer que foi Augusto Malta quem iniciou a reportagem ilustrada no Brasil. Desde o século XIX, o desenvolvimento de técnicas de impressão de imagens permitiu que as páginas de jornais e revistas fossem ilustradas, especialmente a partir da xilografia e da litografia, possibilitando o surgimento de um novo gênero de imprensa: a imprensa ilustrada. Ver: ANDRADE, *História da fotorreportagem no Brasil*, p. 31.

4) Disponível em http://imagesvisions.blogspot.com/2007/11/na-estante-o-rio-de-janeiro-do-bota.html. Acessado em 09/01/2008.

5) "Pereira Passos por ele mesmo" é um texto produzido por Antônio Edmilson M. Rodrigues e André Nunes de Azevedo na forma de uma entrevista a Pereira Passos. As supostas respostas do prefeito estão baseadas em documentação oficial e arquivos do Museu da República, com ênfase nos materiais produzidos por ele próprio.

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, André Nunes de. *Da Monarquia à República:* um estudo dos conceitos de Civilização e Progresso na cidade do Rio de Janeiro entre 1868 e 1906. Tese de Doutorado em História Social da Cultura. Rio de Janeiro: PUC, 2003.

BELLAVANCE, Guy. Mentalidade Urbana, mentalidade fotográfica. In PEIXOTO, Clarice E.; MONTE-MÓR, Patrícia (eds.). *Cadernos de Antropologia e Imagem:* A Cidade em Imagens. Rio de Janeiro: UERJ / Núcleo de Antropologia e Imagem (NAI), n° 4, 1997.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos:* um Haussmann tropical. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1992.

BERGER, Paulo. Introdução. In: *Fotografias do Rio de ontem – A. Malta*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, s/d.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

CARLINI, Amaltéa Malta. Estrevista concedida ao Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro, 1980.

COSTA LIMA, Luiz. Persona e sujeito ficcional. In: *Pensando nos trópicos* (Dispersa demanda II) Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

FLERK, Mário. Bota-abaixo e refaz melhor. Texto de abertura de *O Rio de Janeiro do bota-abaixo*, representando a Andersen Consulting, 1997.

FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Lisboa: Passagem, 1992.

GODOY, Arnaldo de. Texto pronunciado pelo engenheiro ao se inaugurar o busto de Pereira Passos na sala do Conselho do Montepio Municipal. Museu da República, Arquivo Pereira Passos, 1936.

LOWENTHAL, David. Como Conhecemos o Passado. In: *Projeto História* 17. São Paulo: PUC, 1998.

O RIO DE JANEIRO do ***bota-abaixo***. Textos de Marques Rebelo e de Antonio Bulhões. Rio de Janeiro: Salamandra,1997.

MOREIRA, Regina da Luz. *Os cariocas estão mudando de cidade sem mudar de território:* Augusto Malta e a construção da memória do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado em História Social. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Segunda consideração intempestiva:* da utilidade e desvantagem da história para a vida. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

RENOV, Michael. Investigando o sujeito: uma introdução. In: MOURÃO, Maria Dora & LABAKI, Amir (orgs.). *O* ***Cinema do real.*** São Paulo: Cosac Naify, 2005.

RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins & AZEVEDO, André Nunes de. Pereira Passos por ele mesmo. In: *Revista Rio de Janeiro*. nº 10. Rio de Janeiro: UERJ, 2003.

VALIOSA contribuição para o centenário de Pereira Passos; a obra do embellezador da cidade, documentada e contrastada pela photographia. In: *O Globo*, 01/08/1936.

VELHO, Gilberto. Projeto, emoção e orientação em sociedades complexas. In: *Individualismo e cultura:* notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

VELHO, Gilberto. Memória, identidade e projeto. In: *Projeto e metamorfose:* antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

(Recebido para publicação em 29/08/2011)

O bota-abaixo de Pereira Passos: a tentativa de promover uma nova ética urbana no Rio de Janeiro

The restrictions by Pereita Passos: an attempt to promote a new urban ethic for Rio de Janeiro

Vanessa Maria Barbosa
Bacharel em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) e relações públicas pela Facha. Especialista em Marketing pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ)
vanessambarbosa@gmail.com

RESUMO:

O período de 1903-1906 não foi marcado apenas por uma série de obras que redefiniram a estrutura urbana da cidade do Rio de Janeiro. A reforma Pereira Passos foi muito além e buscou introduzir novos hábitos e costumes. Era uma nova ética urbana sendo imposta, por meio de leis e decretos. Este artigo tem como objetivo mostrar de que modo essas medidas influenciaram a vida dos habitantes, pois alteraram práticas econômicas, formas de lazer e costumes tradicionais, profundamente enraizados na cultura carioca. E, a partir das crônicas de João do Rio, é apresentada a realidade heterogênea da população, atingida diretamente pela nova condição de sua cidade – ser a capital da República.

Palavras-chave: reforma urbana; Pereira Passos; João do Rio.

SUMMARY:

The period of 1903-1906 was not just marked by a series of public works that were to redefine the urban structure of the city of Rio de Janeiro. The reform instituted by Pereira Passos far exceeded mere urban improvements and sought to introduce new habits and customs. Indeed, a new urban ethic was being imposed, by means of laws and decrees. The present article has the intent of demonstrating in what manner these measures influenced the life of the city's residents, since they changed financial practices, forms of leisure and traditional customs deeply ingrained in carioca *culture. Furthermore, the heterogeneous reality of the population directly affected by the new conditions in the city – as capital of the Republic – is revealed through the narratives of João do Rio.*

Key words*: urban reform; Pereira Passos; João do Rio*

1 – Introdução

Há 107 anos, a cidade do Rio de Janeiro vivia um período de grandes transformações. A então capital federal da República passava por um amplo programa de reforma urbana. O projeto de remodelação, iniciado em 1903 foi realizado em conjunto pelos governos federal e municipal. O presidente Rodrigues Alves, ao tomar posse em 1902, anunciou as obras de melhoramento e nomeou como prefeito o engenheiro Pereira Passos. Estava formada a dupla que comandaria a mais profunda transformação na malha urbana do Município.

A reforma sustentou-se em três pilares: saneamento, abertura de ruas e embelezamento. O objetivo era tornar o Rio de Janeiro digno de ser a cidade-capital da República e torná-lo o espelho do Brasil. Além disso, o governo desejava facilitar o escoamento da produção e atrair capitais estrangeiros.

O acelerado processo de urbanização e industrialização que ocorria no Brasil, no início do século XX, causou o inchaço da cidade e, consequentemente, ocupação desordenada, problemas de infraestrutura e péssimas condições sanitárias. Era preciso ampliar as ruas, iluminar, ventilar, arejar, enfim, adaptar a cidade colonial de ruelas sujas à cidade comercial e industrial, conforme os padrões de civilização das nações europeias.

Apesar de a reestruturação ter sido realizada em conjunto, os moradores associaram as obras públicas a Pereira Passos. O período ficou marcado como o "bota-abaixo" do prefeito. Essa identificação também ocorreu por causa das medidas proibitivas impostas pela Prefeitura.

O propósito deste artigo é mostrar como essas medidas afetaram diretamente as condições de vida das camadas populares, pois alteraram práticas econômicas, formas de lazer e costumes tradicionais, profundamente enraizados na cultura da cidade.

2 – O Rio de Janeiro na virada do século

No Brasil, a segunda metade do século XIX foi caracterizada pela crise da sociedade escravocrata e pelos primórdios de uma sociedade industrial. O fim da escravidão (1888) e a Proclamação da República (1889) foram determinantes para o processo de modernização do país, influenciado pelas tendências europeias.

No início do período republicano, o café era o principal produto de exportação, e o Rio de Janeiro fazia parte de um sistema complexo que reunia várias regiões produtoras. A partir de 1870, a perda de capacidade de produção das fazendas fluminenses, por causa do esgotamento dos solos, as quedas sucessivas do preço do café no mercado internacional e a abolição da escravatura determinaram a decadência do setor cafeeiro na região.

Com a Proclamação da República, o Município Neutro do Rio de Janeiro transformou-se em Distrito Federal (1892) e sua administração passou à responsabilidade de um prefeito nomeado pelo presidente.

A cidade ficava mais importante e tornou-se o centro político, administrativo e econômico do país. Toda conjuntura foi acompanhada pelo aumento populacional. Com o fim do trabalho escravo, o Rio passou a receber volumosos contingentes de imigrantes europeus e de ex-escravos atraídos pelas oportunidades de trabalho assalariado. Entre 1890 e 1900, a população passou de 522.651 para 691.565 habitantes (BENCHIMOL, 1992, p. 172).

O Distrito Federal reunia inúmeras condições favoráveis para o surto industrial: o porto facilitava o acesso a matérias-primas e a máquinas importadas; possuía um grande mercado consumidor e mão de obra disponível. Assim, surgiram as primeiras indústrias do segmento de tecidos, semelhante ao processo de industrialização europeu que marcou o surgimento do capitalismo industrial. Em 1895, o principal setor da indústria era o de fiação e tecelagem.

Porém, o desenvolvimento não melhorou a condição de vida da população. O crescimento desordenado agravou a crise sanitária e habitacional. Multiplicavam-se moradias coletivas e sucessivas epidemias, que causavam péssima fama à cidade. Segundo o *Anuário de Estatística Demógrafo-Sanitária* da Diretoria Geral de Estatística, entre 1896 e 1900, 13 mil pessoas morreram de tuberculose e 7 mil de malária (DAMAZIO, 1996, p. 75).

Em novembro de 1902, o presidente Rodrigues Alves tomou posse e, em seu discurso, anunciou as obras de saneamento da capital. Em dezembro do mesmo ano, nomeou para prefeito o engenheiro Pereira Passos e, em março de 1903, designou o médico Osvaldo Cruz para a Diretoria Geral de Saúde Pública. Estava formado o governo que promoveu grandes transformações no Rio de Janeiro. Começava o "bota-abaixo" de obras e medidas.

3 – A reforma urbana na capital do país

No manifesto inaugural à Nação, quando eleito presidente, Rodrigues Alves declarou quais seriam os pontos centrais de seu programa de governo:

> *Aos interesses da immigração dos quaes depende em maxima parte o nosso desenvolvimento economico, prende-se a necessidade de saneamento desta capital, trabalho sem duvida difícil porque se filia a um conjunto de providencias, a maior parte das quaes de execução dispendiosa e demorada. É preciso que os poderes da República, a quem incumbe tão importante serviço, façam dele a sua mais seria e constante preoccupação, aproveitando todos os elementos de que puderem dispor, para que se inicie o caminho. A Capital da Republica não pode continuar a ser apontada como sede de vida difícil, quando tem fartos elementos para constituir o mais notavel centro de atração de braços, de atividades e de capitais nesta parte do mundo* (apud BRENNA, 1985, p. 19).

Na primeira mensagem ao Congresso (maio de 1903), o presidente falou sobre a necessidade de realizar melhorias nas condições gerais de salubridade e no serviço de

abastecimento de água, desenvolver um sistema regular de esgotos, promover a limpeza pública e o asseio dos domicílios. No entanto, para Rodrigues Alves, a modernização do porto era a obra de maior relevância, pois contribuiria para aprimorar o trabalho e o comércio, captar mão de obra imigrante e atrair capitais externos para o país. A abertura de avenidas serviria para construir uma estrutura viária eficiente e melhorar a distribuição dos produtos e, assim, possibilitar um incremento na economia do Brasil.

Porém, para conceber essa ampla intervenção, "fazia-se fundamental alguém que unisse experiência administrativa ao conhecimento da urbe"(AZEVEDO, 2003, p. 36). Assim, o presidente escolheu o engenheiro Pereira Passos para o cargo de prefeito. A indicação foi elogiada pelos jornais cariocas. A edição de 30 de dezembro de 1902, do jornal *Correio da Manhã,* trouxe o artigo intitulado "O Novo Prefeito", que dizia:

> *Pereira Passos é administrador e não está ligado a interesses políticos. Se assim fosse, o governo não conseguiria levar adiante o seu plano de melhoramentos materiais anunciado no manifesto de 15 de novembro. [...] O prefeito, ligado só ao presidente, tem todos os elementos para fazer uma excelente administração* (apud BRENNA, p. 20).

De fato, Passos era visto como administrador, associado à técnica, não à política. O interesse pela engenharia começou em Paris, quando, ao ingressar na carreira diplomática, foi nomeado adido à delegação brasileira na capital francesa, de 1857 até 1860. Durante sua permanência, teve contato com os engenheiros da École des Ponts et Chaussées e dedicou-se ao estudo de arquitetura, hidráulica, construção de portos, canais e estradas de ferro. Esteve presente nas obras realizadas sob a direção do francês Eugène Haussmann, que tornaram Paris em exemplo de metrópole industrial moderna a ser imitada pelo resto do mundo.

3.1 – As obras do governo federal

Para colocar em prática a remodelação e extensão do porto, Rodrigues Alves e seu ministro da Viação e Obras Públicas, Lauro Müller, organizaram a Comissão de Obras. O projeto previa a construção de um cais, seguindo do Arsenal da Marinha até a embocadura do canal do Mangue. A mudança mais importante foi o realinhamento, buscando aumentar a área disponível para atracação das embarcações. Para corrigir o traçado tortuoso, foi necessário o aterro de diversas enseadas e demolição de inúmeros prédios na região. Ligados às obras do porto, estavam o prolongamento do canal do Mangue e a abertura de três importantes avenidas: a Rodrigues Alves (ou do Cais), a Francisco Bicalho e a avenida Central, que, em 1912, recebeu o nome de Rio Branco.

A avenida Central constituiu-se no eixo de todo o conjunto de obras realizadas para transformar o Distrito Federal em uma metrópole cosmopolita. Porém, enfrentou forte resistência, já que para sua construção foi necessário desapropriar e demolir centenas de prédios. Em março de 1904, foi realizada a cerimônia de inauguração das obras.

> *Seu traçado rompia [...] o coração da Cidade Velha, o labirinto de ruas estreitas e movimentadas, em cujas estalagens, cortiços, ou casas de cômodos residia grande parte do proletariado carioca. Atingia em cheio o centro nevrálgico da capital da República, onde se concentravam as atividades administrativas, comerciais e financeiras, e onde transcorria grande parte do trabalho urbano, em pequenas oficinas artesanais ou nas unidades manufatureiras e semifabris, assim como o amplo e variado universo dos serviços* (BENCHIMOL, p. 227).

Foi inaugurada em novembro de 1905, toda asfaltada, arborizada, com iluminação e amplas calçadas revestidas por pedras portuguesas. Era um digno *boulevard*, semelhante aos da França. Concentrou grandes casas comerciais, hotéis, sedes de jornais e prédios públicos como a Escola de Belas Artes, a Biblioteca Nacional, o Theatro Municipal e o Palácio Monroe.

3.2 – As obras do governo municipal

Para estruturar o plano de reforma urbana, Passos instituiu a Comissão da Carta Cadastral. Segundo o documento, o problema de saneamento da cidade sempre foi considerado dependente de uma remodelação arquitetônica e de novas vias de comunicação amplas, substituindo as ruas estreitas, sobrecarregadas de tráfego intenso, sem ventilação e repletas de prédios anti-higiênicos.

Assim, a cidade se tornou um grande canteiro de obras: foi construído o jardim do Campo de São Cristóvão; houve a canalização dos rios que corriam em Laranjeiras, Botafogo, Rio Comprido e Engenho Velho; foram abertas as avenidas Mem de Sá, Salvador de Sá e Gomes Freire; houve a arborização e colocação de jardins; construção de pequenos mercados, do Theatro Municipal e do Paço Municipal, e de muitos outros empreendimentos.

A reestruturação viária foi idealizada pelo prefeito como um plano de integração. Segundo André Nunes de Azevedo, a remodelação foi projetada com uma visão organicista, na qual a cidade seria como um corpo que possuía diversos órgãos vitais e, por isso, para seu bom funcionamento, precisava que estes fossem interligados.

> *Além de demonstrar uma visão de cidade organicista, esta reforma urbana revelou-se culturalista em sua concepção. O culturalismo consiste em uma escola de urbanismo que busca operar um processo de modernização conservador, ou seja, que busca imprimir uma modernização no espaço urbano, a fim de possibilitar que tal espaço atenda às demandas oriundas das transformações de infraestrutura da sociedade, mas que, ao mesmo tempo, valorize a tradição daquele espaço* (AZEVEDO, p. 46).

Assim, a reforma municipal teve um aspecto diferente da realizada pelo governo federal. Enquanto Rodrigues Alves possuía interesses econômicos, Pereira Passos tinha a ideia de civilizar o Distrito Federal e, consequentemente, isso incluía a população.

> *A idéia de civilização presente no ideário de Pereira Passos era atinente a uma série de valores desenvolvidos pela sociedade europeia ao longo da modernidade. Consistia fundamentalmente na manutenção de uma civilidade urbana burguesa – na qual a ideia de individualidade e de uso regulamentado do espaço público pelos agentes privados da cidade jogavam um papel fundamental; no fomento à atividade estética e cultural, na reverência a um passado e no respeito à lei e à ordem pública estabelecidas pelo Estado através de uma elite política ilustrada* (Ibid., p. 49).

Porém, para transformar o Rio em uma cidade moderna e civilizada, para Passos, além das obras, era necessário mudar hábitos.

4 – A nova ética urbana

O prefeito aproveitou os primeiros seis meses de 1903, quando governava com plenos poderes, para colocar em vigor um conjunto de proibições e tentar adequar o Rio de Janeiro ao seu papel de capital da República. Ao mesmo tempo que reestruturava as vias urbanas, impôs medidas que atingiram a população, tanto a do centro urbano, como a que residia no subúrbio e nas zonas rurais. Isso porque tais leis alteravam práticas econômicas e formas de lazer e costumes que faziam parte da cultura carioca.

A criação das normas tinha várias razões: ideológicas, ao tentar padronizar os costumes aos modos burgueses europeus; de higiene, ao buscar o saneamento da cidade; econômicas e fiscais. A receita municipal ganhou uma nova fonte de arrecadação, pois o cidadão que infringisse as proibições pagaria multas. Também foram criados alguns impostos, acarretando o aumento considerável da renda do Município.

O primeiro decreto, em janeiro de 1903, proibiu o comércio de miúdos de animais pelas ruas. Segundo o prefeito, a venda de vísceras de rezes, expostas em tabuleiros, cercados pelo voo contínuo de insetos, era um espetáculo repugnante (*apud* BRENNA, p. 98).

Após um ano, a Prefeitura liberou a prática até as 10 horas, com a condição de que os comerciantes conduzissem os miúdos à cabeça ou em carros, e as carnes teriam de ser guardadas em caixas de zinco, informando suas características. Caso houvesse alguma infração, o ambulante pagaria multa.

Ainda em janeiro de 1903, foi proibido outro costume popular: a ordenha de vacas leiteiras na via pública. Os animais percorriam as ruas estreitas e tinham o leite retirado na porta dos fregueses. O governo municipal também estabeleceu normas de fiscalização sanitária do leite que era produzido e distribuído à população. Além disso, tornou obrigatória a vacinação dos animais e a fiscalização dos estábulos nas zonas Rural e Urbana da cidade.

Na mesma época, Passos pôs fim à prática de venda de bilhetes de loteria. De acordo com o prefeito: "tenho procurado pôr termo á praga dos vendedores ambulantes de bilhetes de loteria, que, por toda parte, perseguiam a população, incommodando-a com infernal grita e dando á cidade o aspecto de uma tavolagem" (*apud* BRENNA, p. 99).

O Decreto nº 314, de 11 de abril, tratou sobre a captura e extinção de cães que circulavam pelas ruas. Também se tornou obrigatória a matrícula dos animais cujos donos morassem no Distrito Federal. Só estavam autorizados a transitar livremente os animais designados para a vigilância do gado nas estradas, campos, estrebarias e currais.

Em março do mesmo ano, chegou a vez dos mendigos serem proibidos de viver nas ruas. De acordo com a lei, os "tiradores de esmola", que fossem considerados inábeis para o trabalho, seriam submetidos ao exame dos médicos da Diretoria Geral de Higiene e Assistência Pública e depois recolhidos ao asilo São Francisco de Assis. Já os julgados como vadios eram encaminhados às autoridades policiais e enquadrados no Código Penal.

Porém, a quantidade de vagas no asilo e nas prisões era insuficiente para acolher o grande número de pessoas que ocupavam as vias públicas, sobrevivendo de caridade. Por isso, apesar da medida, muitos continuaram a morar nas ruas.

> *A administração municipal não podia, evidentemente, nem se propunha a resolver o problema. Buscava, simplesmente, extirpar da cidade, que se queria exibir para o estrangeiro como moderna e civilizada, essa chaga, essa "disfunção" que a enfeava, limitando-se a enclausurar os mendigos e vadios na delegacia ou num asilo. [...] Nos Boletins da Prefeitura, ao longo de todo o governo de Passos, sucedem-se as circulares aos agentes, cobrando a rigorosa execução do decreto, o que mostra que a chaga da mendicância persistia, apesar dos esforços repressivos do Estado* (BENCHIMOL, p. 279).

Outro segmento característico da paisagem social do Rio era o de vendedores ambulantes e pequenos artesãos. Apesar de ser o maior centro industrial do país na época, o Distrito Federal possuía uma grande parcela da população que desenvolvia atividades autônomas, ligadas à prestação de serviços, artesanato e ao pequeno comércio.

Como esses trabalhadores exerciam suas atividades nas ruas, para a Prefeitura, de certa forma, eles não se adequavam à modernização pela qual a cidade estava passando. Assim, os impostos para os pequenos comerciantes aumentaram e criou-se a necessidade de licenças que permitissem o trabalho dos ambulantes. O pagamento de licenças ou multas representava um encargo insustentável para tais trabalhadores, levando muitos a desistirem do negócio.

Os quiosques, construções de madeira e zinco e com traços orientais, foram considerados anti-higiênicos e, assim, fechados. Espalhados pelas calçadas, eram pontos de aglomeração de trabalhadores mais humildes, que paravam para consumir vinho, café, pães, sardinha frita e queijo. No entanto, segundo Raimundo de Ataíde, em seu *livro Pereira Passos, o reformador do Rio de Janeiro* (sem data), grande parte dos quiosques pertencia a uma poderosa Companhia de Quiosques, à qual Pereira Passos teria proposto uma indenização de pequeno valor pela rescisão do contrato, que se estendia até 1911. Porém, o dono da Companhia exigiu uma quantia cinco vezes maior do que a proposta pelo prefeito.

Assim, ao alegar que os locais eram sujos, Passos, de certa forma, obrigou o proprietário a aceitar um acordo mais vantajoso e iniciou a derrubada dos quiosques (apud BENCHIMOL, p. 282).

Em novembro do mesmo ano, de acordo com o Decreto nº 974, a Prefeitura ficou autorizada a delimitar uma área em que seria proibido o cultivo de hortas e a plantação de capim. Nove meses depois, outra medida impediu o plantio de capinzais, fosse para uso particular ou comercial, e as hortas utilizadas pelo comércio não poderiam ser plantadas em um extenso perímetro urbano, que partia da praia da Saudade (atual avenida Pasteur), esquina com a rua General Severiano (Botafogo), até depois do Rio Comprido.

As últimas proibições citadas, como a da venda de vísceras de animais, ordenha de vacas, plantação de hortas e fechamento dos quiosques, prejudicaram o abastecimento de alimentos à população. Além disso, essas medidas demonstraram o desejo do governo municipal em eliminar da Zona Urbana práticas rurais que serviam para a subsistência de muitos habitantes.

Paralelamente, ao aplicar tais imposições, a Prefeitura promovia a construção de mercados e lojas para chás da tarde, condicionando a população a procurar os novos estabelecimentos para se abastecer.

Outra lei atingiu diretamente o consumo alimentar e um costume das famílias: a proibição da criação de suínos no quintal. Quando o morador não acatava a decisão, os animais eram apreendidos, inclusive com o apoio da Polícia, e levados para o matadouro, situado em Santa Cruz. Lá, porcos e leitoas eram leiloados.

Os chamados "cargueiros", animais amarrados uns aos outros e guiados por um condutor a pé, que traziam produtos hortigranjeiros para a cidade, também ficaram impossibilitados de circular no perímetro urbano. Isso afetou os pequenos produtores rurais que residiam nas regiões próximas ao Centro. Segundo o prefeito, o transporte de cargas sobre animais era lento, antiestético e oferecia perigo aos pedestres.

No conjunto de proibições, algumas medidas atingiram atividades culturais comuns dos cariocas. Em dezembro de 1903, o entrudo foi proibido. Foi estipulada uma multa para quem infringisse tal determinação e aqueles que não pudessem pagar ficariam presos por um período de dois a oito dias.

Para substituir o carnaval, o prefeito instituiu meses antes a "Batalha de Flores", festa na qual a elite, em trajes de gala, saía pelas ruas em seus carros ornamentados com flores, tendo o povo como plateia. Jornais da época relataram de diferentes formas a primeira "batalha" realizada em 15 de agosto de 1903, no Parque da Praça da República. Segundo o periódico *O Commentario*, de setembro desse ano, o evento trouxe a "civilização" para os cariocas.

> *Sabem todos que essas batalhas de flores, tão animadas, elegantes e alegres quando feitas em Nice, em Viena e em Paris, são um divertimento de ricos com o qual tem o povo a ganhar: o gosto visual do luxo em exibição e a emoção artistica nos aspectos ornamentais*

> *das carruagens. É portanto, um meio de educar esteticamente os rudes e os pobres* (apud BRENNA, p. 92-93).

Já no jornal *O Malho*, de 22 de agosto, o artigo "Na batalha das flores" apresentou a ironia característica do periódico em relação à festa produzida pelo prefeito. Aliás, essa publicação possuía uma postura crítica em relação às ações dos governos federal e municipal, sendo conhecida pelas inúmeras caricaturas que fazia de Rodrigues Alves e Pereira Passos.

> *O illustre administrador dos negocios do nosso districto, que pouco a pouco vai limpando, varrendo, endireitando, corrigindo e aformoseando as ruas e praças desta Capital, como um anjo bom e carinhoso tutor, tambem deseja se cuidar de dotal-a de novas prendas morais. Para isso abre verdadeiras escolas de bom gosto artistico e alto senso esthetico, promovendo concertos musicaes e festas publicas que constituem um ensinamento aos povos desta Sebastianopolis, até agora vividos numa pesada atmosfera de tristeza, embezerrados, melancolicos, mal humorados [...]. A batalha de flores foi uma experiencia assás animadora, e naturalmente será a porta aberta ao renascimento de nossa vida social, o ponto de partida para outras festas, da mesma natureza, saneadoras do nosso espirito e bem dizentes da nossa cultura intelectual* (apud BRENNA, p. 94).

Algumas práticas do cotidiano popular também foram consideradas impróprias pela Prefeitura, como o candomblé e os cultos religiosos africanos, as serenatas e a boêmia. Outros hábitos comuns foram perseguidos por razões sanitárias. Foi proibido urinar fora dos mictórios construídos pelo governo, cuspir nas vias e em veículos de transporte de passageiros, e tornou-se obrigatório o uso de escarradeiras em todos os locais públicos. Essas medidas visavam evitar o contágio da tuberculose.

Com a nomeação de Osvaldo Cruz como diretor geral da Saúde Pública, muitas leis, como a vacinação obrigatória, foram implantadas a fim de acabar com as moléstias que assolavam a capital. Passos instituiu, em janeiro de 1903, o Decreto nº 383 que destinou à Diretoria Geral de Higiene e Assistência Pública, órgão municipal, um conjunto de atribuições. Este foi o início da campanha sanitária em todo o Distrito Federal.

Ficaram sob responsabilidade do governo municipal: criar a Polícia Sanitária das Habitações, fiscalizar os esgotos e a água de consumo da população, regularizar o regime de todos os rios, beneficiar solo e subsolo, arborizar e limpar as ruas, coletar e incinerar o lixo, cuidar da higiene das construções, fiscalizar os alimentos, matadouros, mercados, lavanderias, casas de diversão etc.

Em março de 1903, o prefeito organizou o Serviço de Inspeção Sanitária das Habitações com o objetivo de identificar possíveis focos de disseminação de doenças infectocontagiosas.

> *O estabelecimento da polícia sanitária dos domicílios e logradouros públicos atingiu profundamente os hábitos e costumes da população pobre, obrigada a cumprir determinadas proibições, como a lavagem de roupas em casas carentes de quintais e*

> *instalações apropriadas, a cozedura de alimentos em quartos e corredores das habitações coletivas, a divisão de prédios em quartos e cubículos pelo expediente de utilizar tábuas de madeira ou pano, entre outras. O regulamento determinava, ainda, que os reservatórios de água ficassem protegidos dos mosquitos; que as urnas, vasos e demais objetos decorativos sobre as casas fossem reparados com o fim de evitar a coleta de águas* (DAMAZIO, p. 76).

As proibições determinadas no governo de Pereira Passos não levavam em conta a tradição popular, pois eram elaboradas pela elite carioca. As medidas "civilizadoras" tinham como base padrões europeus, de países como França e Inglaterra. O Rio de Janeiro era uma cidade de contrastes. Construções antigas e precárias esbarravam em suntuosas mansões, com arquitetura inspirada no *art-nouveau* e no ecletismo europeu. Homens descalços e com roupas surradas circulavam pelas vias públicas assim como aqueles vestidos de paletó. Por isso, o conjunto de leis que criava a nova ética urbana pode ser visto como uma maneira sonhadora e pretensiosa da Prefeitura de tentar impor costumes burgueses e europeus à população heterogênea, composta de imigrantes, ex-escravos, tatuadores, rezadeiras, vendedores ambulantes etc.

5 - O Rio de Janeiro de muitas faces

Ninguém melhor para revelar o Rio de Janeiro do início do século XX do que João do Rio. Ou melhor, João Paulo Alberto Coelho Barreto (1881-1921). Enfim, um homem de muitos nomes que retratava a cidade em suas crônicas e reportagens como nenhum outro autor da época. Considerado o primeiro grande repórter brasileiro, o autor assinava seus textos com diversos pseudônimos: Claude, João de Oliveira, José Antônio José, entre outros.

De acordo com Carmen da Matta, em seu artigo "Rio de Janeiro, solo configurador da literatura nacional" (2003), o autor, também conhecido como Paulo Barreto, destacou-se entre outros cronistas por apresentar a capital, que passava por total reestruturação:

> *O destaque dado a João do Rio como figura emblemática da belle époque é consensual entre os críticos literários. Lembremos, porém, que a poderosa sombra machadiana ainda pairava sobre as artes: Machado lança Dom Casmurro em pleno 1900 e traria a público ainda Esaú e Jacó (1904) e o último romance, Memorial de Aires (1908), fora a sua atuação como cronista; é, por isso mesmo, considerado um autor-síntese da Primeira República. Mas o carioquíssimo de codinome João do Rio [...] torna-se uma figura simbólica pela sua abertura em termos de registros cronistas de um outro lado do Rio, às vezes não tão requintado, mas que se descobre avançando pelos subterrâneos das almas que povoam a cidade. Foi o cronista mais atento ao período Passos e que melhor registrou as transformações urbanas que ocorriam a toque de caixa* (MATTA, 2003, p. 206).

As crônicas de João do Rio comentavam fatos e pessoas de um Rio de Janeiro que antes eram conhecidos superficialmente pelos textos de jornal. O repórter, em vez de esperar as

informações na redação, partia para as ruas em busca de registrar os movimentos e conhecer os personagens da cidade em que vivia.

A característica inovadora de Paulo Barreto foi perceber a capital sob o olhar móvel do *flâneur*, que circula à vontade, não se fixa em determinado espaço, entrevista vários tipos, misturando-se ao povo. Aliado a essa percepção, o cronista reunia também a figura do *dandy*, aquele que une requinte, elegância, vive intensamente o presente e seduz-se pelo mundo.

Estas qualidades do autor podem ser encontradas na seleção de textos de sua autoria, publicados nos veículos *Gazeta de Notícias* e *Kosmos*, que deram origem ao livro "A alma encantadora das ruas", lançado em 1908. Nessa obra, a grande personagem é a cidade, desmembrada em suas ruas que revelam os costumes dos habitantes e locais, onde novos hábitos surgem:

> *[...] a rua é um fator da vida das cidades, a rua tem alma! Em Benares ou em Amsterdã, em Londres ou Buenos Aires, sob os céus mais diversos, nos mais variados climas, a rua é a agasalhadora da miséria. Os desgraçados não se sentem de todo sem o auxílio dos deuses enquanto diante dos seus olhos uma rua abre para outra rua. A rua é o aplauso dos medíocres, dos infelizes, dos miseráveis da arte. [...] A rua sente nos nervos essa miséria da criação, e por isso é a mais igualitária, a mais socialista, a mais niveladora das obras humanas. [...] Nas grandes cidades a rua passa a criar seu tipo, a plasmar o moral dos seus habitantes, a inocular-lhes misteriosamente gostos, costumes, hábitos, modos, opiniões políticas* (RIO, 1991, p. 12-25)

Segundo João do Rio, para compreender a psicologia da rua é preciso ter espírito vagabundo, cheio de curiosidades, ser "aquele que chamamos de *flâneur* e praticar o mais interessante dos esportes – a arte de flanar". (Ibid., p. 14) Para o autor, flanar é refletir, comentar, colocar-se no meio das rodas do povo, admirar o menino que toca a gaita na esquina, conversar com os cantores de modinha, estar sem fazer nada. Mas seria então vagabundagem? "Talvez. Flanar é a distinção de perambular com inteligência." E o cronista se autodefine: "eu fui um pouco esse tipo complexo, e, talvez, por isso, cada rua é para mim um ser vivo e imóvel" (Ibid., p. 15).

Ao percorrer o livro, o leitor tem a impressão de caminhar pela cidade. As crônicas montam um mapa do Rio de Janeiro e de seus moradores. No texto "O que se vê nas ruas", Paulo Barreto fala das profissões exóticas existentes na capital, que são frutos do desemprego, resultado da falta de oportunidades nas fábricas e da limitação do comércio, influenciada pelas medidas de Pereira Passos.

> *Todos esses pobres seres vivos tristes vivem do cisco, do que cai nas sarjetas, dos ratos, dos magros gatos dos telhados, são os heróis da utilidade, os que apanham o inútil para viver, os inconscientes aplicadores à vida das cidades daquele axioma de Lavoisier: nada se perde na natureza. [...] As profissões ignoradas. Decerto não conheces os trapeiros*

> *sabidos, os apanha-rótulos, os selistas, os caçadores, as ledoras de buena dicha. Se não fossem o nosso horror, a Diretoria de Higiene e as blagues das revistas de ano, nem os ratoeiros seriam conhecidos* (Ibid., p. 42-43).

Das pequenas profissões, João do Rio destacava os caçadores – apanhadores de gatos que matavam e entregavam os animais aos restaurantes, onde passavam por coelho – e os trapeiros – que se dividiam em duas especialidades: o que apanhava trapos limpos nas ruas e o outro que ficava com o resto dos trapos.

Os trapeiros sabidos, mencionados pelo autor, eram aqueles que reuniam botas e sapatos velhos e vendiam para os sapateiros, que, depois de consertarem, vendiam os calçados por 7 mil réis. Também havia os selistas e apanha-rótulos, que passavam o dia perto das charutarias em busca de selos de maços de cigarro e rótulos de charutos. Um cento de selos em bom estado era vendido por 200 réis. Os estabelecimentos compravam os selos e rótulos e colavam nas caixas de charutos de marcas que nunca tinham adquirido e as vendiam como se fossem originais.

Uma profissão que surgiu com a política sanitária foi a de ratoeiros, que iam aos cortiços, estalagens e ao subúrbio buscar os ratos presos nas ratoeiras dos domicílios e os levavam à Diretoria de Saúde. Mas, para fazer isso, o "agente de ratos" negociava com a população e era recompensado por tal tarefa. Na verdade, ele recebia duas vezes: dos moradores e quando entregava os animais ao Departamento de Higiene Municipal. Os negociantes eram logo reconhecidos pela freguesia, pois tocavam uma corneta para anunciar que estavam por perto.

O tatuador ganhava a vida fazendo desenhos, corações, escrevendo iniciais e nomes com agulhas e um pouco de graxa nos braços de vendedores ambulantes, operários, soldados, criminosos e meretrizes. A atividade ficou tão disseminada na cidade, que funcionava como uma indústria, possuindo chefes, subchefes e praticantes. Outra característica comum era a presença dos "agenciadores de coroa", que acordavam de madrugada, compravam todos os jornais e partiam para a casa de pessoas importantes falecidas na véspera. Ao chegar ao domicílio, o agenciador oferecia seus serviços para preparar o que fosse necessário para o enterro. A única condição da família era ter de comprar as coroas de flores com eles.

Outro tipo de comércio ambulante era a venda de livros. Os conhecidos livreiros circulavam todas as manhãs pela capital, entravam em casas comerciais, percorriam os subúrbios ou ficavam parados em algum local de grande movimento. De acordo com João do Rio, há alguns anos "não passavam de meia dúzia de africanos. Hoje há de todas as cores, de todos os feitios, desde os velhos maníacos aos rapazolas indolentes e aos propagandistas da fé" (RIO, p. 79).

Os músicos ambulantes também faziam parte da vida do Rio de Janeiro. Eles poderiam ser vistos carregando seus instrumentos, e ouvidos nas tabernas, cafés, hotéis baratos e nas ruas. Segundo o cronista, "esta cidade é essencialmente musical; era impossível passar sem

os músicos ambulantes", que andaram sumidos durante certo tempo por causa das proibições do prefeito.

> *Quase todos esses músicos ambulantes e aventureiros ganham rios de dinheiro, vivendo uma vida quase lamentável. No forro dos casacos velhos há maços de notas, nos cinturões sebentos, vales ao portador. O público pára, olha aquela tristeza, imagina no automatismo dos gestos, na face que pede, no sorriso postiço, a fome dos artistas, a miséria dos deserdados da sorte, e sonha as agonias, como nas óperas* [...] (Ibid., p. 114).

O autor também descreve os trabalhadores da estiva: homens fortes, musculosos, modestos, pálidos, que começavam a trabalhar no cais às cinco da manhã e que conseguiram formar sua classe – a União dos Operários Estivadores. Assim, lutavam por seus direitos e por uma carga horária menor de trabalho.

Para João do Rio, as pequenas profissões, ignoradas pela população, integram o mecanismo das grandes cidades:

> *O Rio pode conhecer muito bem a vida do burguês de Londres, as peças de Paris, a geografia da Manchúria e o patriotismo japonês. A apostar, porém, que não conhece nem a sua própria planta, nem a vida de toda essa sociedade, de todos esses meios estranhos e exóticos, de todas as profissões que constituem o progresso, a dor, a miséria da vasta Babel que se transforma. E entretanto, meu caro, quanto soluço, quanta ambição, quanto horror e também quanta compensação na vida humilde que estamos a ver* (Ibid., p. 47).

Os trechos anteriores retirados da obra de João do Rio ajudam a compreender melhor a variedade, a heterogeneidade e a multiplicidade de contextos da realidade do Rio de Janeiro naquela época. Somente um homem de muitas faces e nomes poderia ter a curiosidade e a sensibilidade de mostrar a cidade com todas essas particularidades.

6 – Conclusão

Com a remodelação do Distrito Federal, uma nova estrutura urbana estava sendo montada. No entanto, para Pereira Passos, a reforma da cidade não deveria ficar restrita às obras, mas precisava também extinguir hábitos que eram comuns na área central.

As leis promoveriam uma nova ética urbana, adequando assim a capital da República aos padrões de civilidade burgueses europeus. Porém, o conjunto de normas fixadas não correspondia à realidade da heterogênea população carioca.

Quanto mais o Rio de Janeiro assumia seu papel de capital, hábitos e costumes iam sendo alterados, deixando os moradores confusos em relação a quais referenciais seguir. Não deve ter sido fácil para os habitantes acompanharem as mudanças de uma cidade, que antes era basicamente rural, para outra cosmopolita e industrializada. Isso passava pela adoção de novos valores urbanos que deixavam para trás a cidade com seu caráter familiar.

Muitas das proibições impostas pelo prefeito não foram acatadas pela população. A tentativa de erradicar a venda de miúdos de animais nas ruas não durou muito tempo. Passos precisou alterar o decreto, pois era impossível exterminar tal atividade em um contexto de recessão, desemprego e agravamento das condições de vida da população. Ao mesmo tempo em que empregava pessoas, essa modalidade de comércio ambulante cumpria o seu papel de abastecer os cariocas mais humildes.

Outro exemplo foi a volta dos músicos ambulantes, comentada por João do Rio. Apesar de serem proibidos de tocar, eles voltaram aos poucos aos redutos boêmios, pois esta era uma característica da cidade que não poderia ser negligenciada por nenhuma medida. Além disso, como demonstrado nos textos de Paulo Barreto, as camadas mais populares sempre tentavam burlar ou adotar uma atividade que lhes rendesse algum dinheiro. Afinal, ninguém

Avenida Central. Augusto Malta. 1906 - AGCRJ

queria morrer de fome. E já que o prefeito exterminava certas formas de trabalho, o povo buscava alternativas para sobreviver. Como foi o caso dos ratoeiros, que utilizaram a própria política sanitária para conseguir o sustento.

A tentativa do prefeito de tornar a cidade civilizada, principalmente o Centro urbano, tinha como intenção tornar o Rio de Janeiro uma metrópole digna de ser a capital e vitrine do país. Porém, Passos também tinha o objetivo de disseminar essa civilidade para o resto da capital. A reforma urbana não excluía a massa popular do Centro. Tentava, sim, integrá-la de forma conservadora, fazendo com que assimilasse os valores da nova ética urbana e os levasse para seu local de moradia. No entanto, as normas impostas esqueciam as características da população e da própria cidade.

Rua da Carioca em obras – Augusto Malta, 31/01/1906 - AGCR

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, André Nunes de. A reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana. *Revista Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, nº 10, maio-agosto, 2003.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos*: um Haussmann tropical. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1992.

BRENNA, Giovana Rosso del (org.). *O Rio de Janeiro de Pereira Passos*: uma cidade em questão II. Rio de Janeiro: Index, 1985.

DAMAZIO, Sylvia F. *Retrato social do Rio de Janeiro na virada do século*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

HOLLANDA, Ricardo de. Augusto Malta, a versão mecânica do *flâneur*. *Revista Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, nº 10, maio-agosto, 2003.

MATTA, Carmen da. Rio de Janeiro, solo configurador da literatura nacional. *Revista Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, nº 10, maio-agosto, 2003.

RIO, João do. *A alma encantadora das ruas*. 2. ed. Série Biblioteca Carioca. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1991. Fonte digital: Fundação Biblioteca Nacional. Versão para eBook. Disponível em <http://www.ebookcult.com.br>. Acesso em 24/4/2004.

(Recebido para publicação em 24/09/2011)

Campo de Santana: de charco a palco privilegiado de manifestações populares e oficiais

Campo de Santana: from bog to stage of popular and official manifestations

Ivo Venerotti Guimarães
Mestrando do Programa de Pós-graduação em Geografia - PPGEO/UERJ,
Bolsista FAPERJ, pós-graduado em Políticas Territoriais no Estado do Rio de Janeiro.
(Especialização/IGEOG/UERJ), graduado em História pela UERJ.
E-mail: ivo.venerotti@gmail.com

RESUMO:

O Campo de Santana forjou-se a partir do sagrado e foi palco de relevantes acontecimentos no século XVIII, no período Joanino, bem como na monarquia, culminando com a Proclamação da República, em 1889. Este artigo preocupa-se em analisar os diversos usos evidenciados no Campo de Santana, entre 1735 e 1889. Neste recorte temporal, ressaltamos as mais variadas utilizações, de caráter popular e oficial, com impactos de diversas ordens no domínio em questão. Analisar sua história torna-se importante para que compreendamos a importância desse logradouro em nossas pretéritas geografias, elucidando o processo de ocupação de uma porção da urbe carioca.

Palavras-chave: Campo de Santana, Rio de Janeiro, uso popular, uso oficial

SUMMARY:

Despite being attributed a holy name, the Campo de Santana became the stage for many important events in the course of the 18th Century – during the reign of D. João VI and, later, the Brazilian monarchy –, which culminated in the Proclamation of the Republic in 1889. This article seeks to analyse the several events that took place in the Campo de Santana, between 1735 and 1889. This time frame reveals a very broad range of events, both popular and official, with varying impact on the area in question. An analysis of its history is essential to enable us to understand the significance of this public place in our past geography, revealing the occupation process of a part of Rio.

Key words: *Campo de Santana, Rio de Janeiro, popular use, official use*

Introdução

Campo da Honra, da Aclamação, Praça da Aclamação, Praça da República, mas sempre, na boca do povo, Campo de Santana. O que esse conjunto de topônimos, em um mesmo domínio, pode evidenciar? Nesse caso, alguns dos muitos usos e apropriações do Campo de Santana, ao longo do tempo. Analisá-los, mesmo que de forma breve, é a intenção deste artigo. Interpretar os usos desde o erguimento da ermida dedicada à avó de Jesus, em 1735, até a Proclamação da República, em 1889, aos brados do marechal Deodoro da Fonseca, justamente na área em questão, nos permite entender parte da história e importância do Campo de Santana em tempos pretéritos, além de acrescentar mais um capítulo às diversas geografias escritas sobre o Rio de Janeiro.

Diante do exposto, faz-se necessário situar o Rio de Janeiro no período em que o templo foi levantado. Em meados do século XVIII, a cidade era repleta de charcos, pântanos, mangues, e encontrava-se praticamente limitada entre quatro elevações, quais sejam: Castelo, São Bento, Conceição e Santo Antônio. Além da parca mobilidade espacial, pois não havia transportes públicos, a urbe situava-se entre os quatro morros também por questões de segurança e praticidade. O tratamento urbanístico desses solos era muito dispendioso, por esse motivo era mais prática a ocupação em localidades já aterradas ou próximas a estas. A rua da Vala (hoje, Uruguaiana) se configurava como o marco entre a cidade e o sertão. Após esta fronteira, existiam caminhos, como o de Capueruçu**(1),** atravessando um grande descampado alagadiço, mais usado como pastagem de gado, parcamente ocupado. Estamos falando do Campo da Cidade, que se estendia desde o atual Morro de Santa Tereza até o Mangal de São Diogo (correspondente à Cidade Nova dos dias atuais). A partir de 1735, o Campo de Santana vivenciou uma gama de modificações em decorrência de interesses e intenções diversas, como os de ordem religiosa e política, por exemplo. Neste mesmo ano foi erguida a capela dedicada à Santa Ana, derramando o seu topônimo ao que passou a ser chamado de Campo de Santana(**2**) (GERSON, 2000; CAVALCANTI, 2004; COARACY, 2008).

Campo de Santana: a construção do templo dedicado à avó de Jesus e os impactos urbanísticos empreendidos por D. José Luís de Castro, o conde de Resende

No início do século XVIII, a cidade se expandia pelo litoral na direção sul, alcançando o atual bairro do Flamengo. Contíguo ao urbano, o Campo da Cidade permanecia desabitado, por conta do seu terreno alagadiço. A população, então, começou a requerer à Câmara concessão de terras nesse espaço desvalorizado, datando dessa ocasião o pedido de lote para a edificação da Capela de São Domingos. Esta Irmandade mantinha a imagem de seu santo de devoção na Sé, localizada no alto do Morro do Castelo e, por desentendimentos em decorrência de questões raciais, os devotos de São Domingos encontravam dificuldades em manifestar sua fé(**3**) (SOARES, 2002). Concessão feita, torna-

se o primeiro imóvel nesses domínios e, justo por isso, cede o seu nome à área, que passou a ser conhecida como Campo de São Domingos(**4**).

A cidade avançava vagarosamente sobre esse espaço. O que continha de mais distante, em termos de ocupação era, exatamente, a capela de São Domingos. Nesta igreja, passaram a conviver, a partir de 1710, duas Irmandades – São Domingos e Santana. Foi neste ano que os devotos da Mãe de Maria passaram a manter sua imagem, trazida de Portugal, em um altar do santuário. Com o passar do tempo, a convivência entre as duas Irmandades tornou-se conflituosa, por motivos de ordem social e de cor (GERSON, 2000). Como escreve Coaracy (2008, p. 88), ? "desavieram-se entre si os pretos de São Domingos e os crioulos de Sant'Ana. Não admitiam os primeiros que os outros quisessem mandar na casa que era sua"(**5**). Sendo assim, a Irmandade de Santana lançou, em 1735, os alicerces de sua própria capela, e, conforme a simplicidade toponímica de então, passou a nomear o campo arenoso de outrora (GERSON, 2000).

Até meados do século XVIII, é interessante observar, as igrejas que congregavam irmandades negras ou pardas foram erguidas nos espaços limítrofes da cidade. Podemos exemplificar, além de Rosário e Benedito, São Domingos e Santana, as igrejas de Lampadosa e Santa Efigênia. Tal direcionamento foi motivado, provavelmente, pelo preço da terra, embora ocorressem muitas doações, e/ou pela maior liberdade de culto propiciada pelo distanciamento do núcleo urbano (ABREU, 1999). No que diz respeito à Santana, sua ermida foi erigida sobre um campo arenoso, coberto de vegetação rasteira e de cajueiros, aplainado para tal destinação. O Campo, propriamente dito, não foi saneado em razão do dispendioso custo de execução, o que demandaria o empenho da Câmara, ou mesmo da Corte, cujos recursos eram necessários para que se efetuassem as intervenções urbanas da época, como aterros de lagoas. Na Figura 1 ressalta-se o contraste entre o que já era densamente ocupado pelo Campo de São Domingos, ultrapassando a capela que lhe deu o nome, vizinho do desocupado Campo de Santana, que se mantinha em charco. Destaca-se, igualmente, a maneira como a igreja de Santana era retratada, bem distante da porção habitada, com um único e maltraçado caminho que a transpassava. Para além da rua da Vala notamos duas partes distintas, uma ocupada, por estar contígua à cidade e outra mais distante e erma. Por sua distância e subutilização, parte do Campo de Santana passou a ser utilizado como depósito de lixo e esgoto, mesmo depois da edificação do templo, em meados do século XVIII. Podemos imaginar o estado precário do local pelo relato de Coaracy (2008, p. 88):

> *era um vasto areal, entremeado dalguns charcos, vestido de flora característica das restingas, em que se destacavam pitangueiras e cajueiros. Tão deserto e abandonado era o Campo de Sant'Ana nos meados do século XVIII, que foi escolhido para despejo de detritos e imundícies. [...] No Campo de Sant'Ana, por ser lugar desabitado e distante mandava a Câmara abrir grandes fossos ou valas onde os tigres [escravos responsáveis por este serviço] despejavam os barris do asqueroso conteúdo.*

Esses elementos, que incluem desde a salubridade do campo até a dificuldade de acesso ao local, levam-nos a crer que a igreja bem como suas festas não deveriam atrair uma grande quantidade de fiéis (ABREU, 1999). Esse quadro se alterou no fim do século XVIII, quando do saneamento do Campo, efetivado sob as ordens do vice-rei D. José Luís de Casto, o conde de Resende, entre 1790-1801. Podemos dizer que este nobre acelerou o processo de ocupação desse setor de expansão urbana que sofria pressão tanto do adensamento da urbe propriamente dita, quanto dos engenhos dos jesuítas nos arredores de São Cristóvão, cujas demandas já tinham levado à construção de uma via com pontes e de traçado reto sobre o mangue de São Diogo, cortando o Campo de Santana (CAVALCANTI, 2004).

Sob as ordens do vice-rei D. José Luís de Castro foi realizado o aterramento completo do Campo de Santana. Como mencionado, essas iniciativas de saneamento demandavam grandes recursos. Sendo assim, a série de medidas para urbanizar o Campo só foi possível com a contribuição, por vezes a tributação, dos moradores e proprietários dos terrenos vizinhos. Além da drenagem de todo o Campo, realizou-se o arruamento dos caminhos que convergiam para ele e que dele se irradiavam. O lugar foi retalhado em chácaras, tendo o vice-rei definido suas dimensões oficiais. Todo esse conjunto de medidas propiciou o surgimento de construções no entorno, incorporando-o, efetivamente, ao espaço urbano(**6**). Podemos notar, portanto, que, somente no fim do século XVIII, o Campo passou a reunir as condições ideais para que se desenrolassem as grandes festas e demais comemorações religiosas em seu perímetro (ABREU, 1999). Consta desta data o registro da doação de uma porção da chácara vizinha à igreja, para que se construísse o que se chamava de ? "império, um pavilhão de pedra e cal, com uma capelinha ao fundo e tendo na frente a plataforma ou terraço onde, em seu trono, o Imperador do Divino recebia, por ocasião das festas, o preito e homenagem de seus súditos" (COARACY, 2008, p. 92)(**7**).

Esse ritual era um grande acontecimento na cidade, sendo o mais expressivo o do Império do Divino Espírito Santo promovido pela Irmandade de Santana, considerada a festa religiosa mais importante da época, estendendo-se, em algumas oportunidades, por três meses, de maio a julho(**8**). O ato de coroação do Imperador do Divino contava, não raro, com a presença dos vice-reis. Na Figura 2, podemos notar o requinte das vestimentas utilizadas para esse evento, bem como o registro de algumas pessoas tocando instrumentos, o que confirma o acompanhamento da solenidade com música. Constam, na aquarela, igualmente, pessoas portando bandeiras, além de crianças levantando o vestido da rainha, Durante o fim do século XVIII e início do século XIX, permanecia no Campo de Santana, quase de forma exclusiva, o uso popular religioso. Suas festas, no entanto, passariam a conviver com outras apropriações desse espaço, justamente por conta da chegada da Corte portuguesa. Durante todo o século XIX, a família real portuguesa converteu o Campo em palco privilegiado de suas comemorações, além de ali serem instalados edifícios da administração monárquica, como veremos a seguir.

A chegada da Corte portuguesa (1808): seus impactos sobre o Campo

Com a perspectiva de invasão das tropas napoleônicas a Lisboa, ocorreu a transferência da família real portuguesa para a sua Colônia mais próspera: o Brasil. Em tão pouco espaço dedicado ao artigo, torna-se impossível abordar as inúmeras consequências de tão grandioso acontecimento(**10).** Limitamo-nos a dizer que toda uma estrutura com base nos princípios civilizatórios europeus foi criada para que o Rio de Janeiro se tornasse a capital do Reino português, única cidade das Américas ou de qualquer colônia a exibir tal condição (ABREU, 1999; CAVALCANTI, 2004).

Particularmente no Campo de Santana, os reflexos da chegada da Corte foram inicialmente sentidos quando o conde de Linhares, ministro real responsável pela nova organização do Exército, escolheu parte da face norte do Campo para a instalação do Quartel do Regimento da Tropa, considerado espaço ideal para exercícios e manobras militares. Tal propriedade consistia na junção de uma chácara doada com duas áreas desapropriadas para esse uso, abrangendo, inclusive, o Império da Irmandade de Santana, demolido para essa finalidade. O processo não foi tranquilo, visto que a Irmandade resistia à destruição do palacete de pedra e cal, recusando, inclusive, que fosse erigido em terra anexa à igreja. A Irmandade passaria, a partir desse momento, a construir um Império provisório sempre que ocorresse a festa do Divino. Iniciado em 1811, o novo quartel só foi finalizado em 1818, embora já estivesse em condições de alojamento desde 1814.

Outra medida que alterou substancialmente a rotina do Campo foi a construção do chafariz público, com águas canalizadas do rio Maracanã. O abastecimento de água era um problema permanente na cidade, pois não dispunha de água encanada, tendo as bicas e os chafarizes, ambos espalhados pela urbe ao longo do tempo, um fator de amenização dessa situação. Cabia aos escravos encher as latas de água que seriam entregues aos seus senhores. Havia, ainda, os vendedores de água, comércio cada vez mais lucrativo na cidade. A obra do chafariz foi iniciada em 1801, durante o vice-reinado de D. José Fernando de Portugal, prolongando-se por mais de dez anos, sendo entregue, de maneira provisória, uma fonte de madeira. Somente em 1818, foi destinada à população a benfeitoria definitiva, de pedra e cal, cuja inauguração contou com a presença do rei D. João VI e do intendente geral da Polícia, Paulo Fernandes Vianna. Com o chafariz, o Campo atraiu um significativo fluxo de pessoas. Era constante a presença de lavadeiras, de escravos, de vendedores de água (que ali enchiam as suas carroças), além dos estudantes quando, ao cair da noite, refrescavam-se nas águas do chafariz das Lavadeiras, assim denominado pela marcante presença das mesmas, com suas roupas e lençóis lavados estendidos nos arbustos do Campo (COARACY, 2008).

Ao longo do século XIX, o Campo teve a sua borda ocupada por edifícios da nobreza e do poder, convertendo-o em centro do Brasil Monárquico (SISSON, 2008). No início do século mencionado habitavam, entre outras personalidades, João Rodrigues de Almeida, futuro barão de Ubá, além de D. Marcos de Noronha, o conde dos Arcos, vice-rei do Brasil

entre 1806 e 1808, e o intendente geral da Polícia da Corte, Paulo Fernandes Vianna, afora o próprio edifício do órgão sob sua responsabilidade(**11**). A residência do primeiro converteu-se em Museu Real, inaugurado em 1820, e a do segundo, em Senado do Império, cujos trabalhos iniciaram-se em 1824. Continuando nesse período, observamos a instalação de várias construções expressivas em seu entorno, incluindo importantes prédios públicos, como o Senado da Câmara (1825), a Casa da Moeda (1859) e o Quartel Central do Corpo de Bombeiros da Corte (1862), bem como edifícios voltados à instrução e erudição, como o já citado Museu Real (1820), hoje Nacional e transferido para a antiga residência da família real, na Quinta da Boa Vista, e de uma Escola Pública da Freguesia de Santana (por volta de 1870), atualmente Escola Municipal Rivadávia Corrêa (GERSON, 2000; COARACY, 2008). Junto a isso, nos anos próximos à Proclamação da República, o Campo de Santana contava com um dos hotéis mais frequentados na cidade, o Grande Hotel Giorelli, ? que dava café pela manhã, almoço, jantar às 4 e meia e café ou chá com pão e manteiga à noite, tudo por cinco mil réis (imaginamos ser uma quantia razoável), em quarto de solteiro (GERSON, 2000, p. 196). Nesse mesmo tempo, o Império possuía cinco ministérios, dois localizavam-se no Campo de Santana: o Ministério da Guerra e o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (GERSON, 2000).

Relevante, também, foi a Estação Dom Pedro II (atual gare da Central do Brasil), inaugurada em 1858, inicialmente voltada para o transporte de mercadorias rurais, conferindo mais um uso para o Campo. Tratava-se da principal estação ferroviária do novo meio de transporte que ligaria o Rio de Janeiro ao cafeeiro Vale do Paraíba. Para tal empreendimento, a igreja de Santana foi arrasada em 1855, A igreja, doravante, seria instalada na rua das Flores, alocada em propriedade governamental, aproveitando as fundações do que seria a cadeia nova. Nessas circunstâncias, a igreja passou a ter, definitivamente, um novo endereço, derramando seu topônimo para o logradouro que passou a ser rua de Santana (GERSON, 2000; ABREU, M., 2006).

Ao longo do tempo, convém repetir, o expressivo rol de eventos do Campo, repleto de festas juninas, coroação do Imperador do Divino, louvores à Santana, afora a ressonância emitida pelo batuque dos negros que veneravam a avó de Jesus, passou a conviver com manifestações oficiais da Corte e do Império. Dentre eles, citam-se as comemorações do casamento de D. Pedro I com D. Leopoldina de Habsburgo, em 1818, e, mais tarde, com D. Amélia de Leuchtenberg, em 1829, além das aclamações populares de D. João VI em 1818, como rei do Brasil, Portugal e Algarves, e de D. Pedro I, em 1822, e D. Pedro II, imperadores do Brasil, convertendo-o em arena privilegiada das comemorações monárquicas. Estes fatos contribuíram para que o imenso logradouro passasse, oficialmente, a ter denominações como Campo da Aclamação, Campo da Honra, quando da abdicação de D. Pedro I, e Praça da Aclamação. No entanto, o povo insistia em veicular a nomenclatura anterior, qual seja: Campo de Santana (ABREU, 1999; GERSON, 2000; COARACY, 2008).

Prosseguindo no século XIX, o Campo de Santana recebeu o Teatro Provisório, depois Lírico Fluminense. Por causa do incêndio ocorrido em 1851 no mais importante teatro da cidade, o São Pedro de Alcântara, decidiu-se construir um edifício que abrigasse não só os grandes espetáculos dramáticos, mas também os de ópera da cidade. Em poucos meses foi erigido o Teatro Provisório, inaugurado em 1852. Como sugeria o nome, foi erguido para durar três anos, durante as obras de reconstrução do Teatro São Pedro. Este, já pronto com um ano e meio de antecedência, passou a concorrer com o seu substituto. Pensaram em tornar o Teatro Lírico Fluminense definitivo, permanecendo, contudo, apenas até 1875, quando foi demolido sob a ameaça de desabamento (COARACY, 2008).

O Campo de Santana sofreu significativa transformação quando, por meio do tratamento paisagístico inglês, capitaneado por Auguste François Marie Glaziou, passou a ostentar grutas, alamedas, lagos, arbustos, árvores frondosas, cotias, gansos, marrecos, entre outros melhoramentos aprontados entre 1873 e 1880. Foi inaugurado neste ano com a presença do imperador D. Pedro II. Posteriormente, no Campo ocorreu importante efeméride nacional: a Proclamação da República, em 1889, realizada pelo Marechal Deodoro da Fonseca, que residia em frente ao Campo de Santana (MELLO, 1993; COARACY, 2008).

A Proclamação da República encerra o uso oficial monárquico alterando, inclusive, o seu topônimo, qual seja, o de Campo da Aclamação para Praça da República. O uso popular religioso do espaço já vinha sendo paulatinamente enfraquecido, desde a demolição do Império do Divino, em 1811, e da própria igreja de Santana, em 1855, passando pelo tratamento paisagístico do Campo, quando se dificultam, ou mesmo proíbem, práticas religiosas e culturais populares em seu espaço (ABREU, 1999). A República praticamente terminou com o uso popular religioso do Campo em razão das novas diretrizes impostas pela ordem e o progresso na capital do país e a sua perseguição às manifestações populares (CARVALHO, 2006).

Considerações Finais

Ao longo da nossa pesquisa foi possível notar dois usos principais no Campo de Santana, um popular e outro oficial. Por uso popular entendemos os pulsares e festejos intrinsecamente conectados ao sagrado, ou ao lazer e ao trabalho. Em contrapartida, o uso oficial compreende a convergência do Campo em centro político-militar da monarquia, ao longo do século XIX, e pode envolver, igualmente, a participação popular incluída em uma celebração de caráter expressivo para os governantes, rei e imperadores.

Outro aspecto que observamos nas páginas anteriores remete à expressão de uma memória simbólica evidenciada, sobretudo, pela consonância do topônimo do logradouro nascido por causa da igreja em honra à mãe da Virgem Maria. O Campo foi batizado como Santana em 1735, denominação que persistiu, oficialmente, até 1822. A partir de então, com a aclamação do imperador do Brasil, D. Pedro I, o Campo passou a ser da Aclamação. Na

ocasião de sua abdicação, em 1831, nomearam-no Campo da Honra, passando depois à Praça da Aclamação, em 1841, quando da coroação de D. Pedro II. Na ocasião das comemorações pela vitória conquistada na Guerra do Paraguai, em 1870, cogitou-se a mudança do nome para Campo de Marte, o que não ocorreu. Mesmo com todos esses fatos e mudanças de denominações ao longo do tempo, o Campo continuou a ser de Santana no entendimento popular, ainda que tenham ocorrido a demolição da igreja em 1855 e a constante alteração de seu nome desde 1822(**12**)

Quanto aos usos, podemos evidenciar o uso popular do Campo de Santana desde a edificação do templo dedicado à Santana, em 1735, até o fim do século XIX. No decorrer do tempo, os usos populares, sobretudo o religioso, passaram a ser enfraquecidos com a demolição de construções de apelo popular – igreja de Santana, Império do Divino, chafariz das Lavadeiras, Teatro Provisório/ Lírico Fluminense. Em seguida, a relação cerceamento/ tolerância com as manifestações culturais negras, o tratamento paisagístico do campo e a posterior proibição da presença das tradicionais barracas, que vendiam de tudo em oportunidades festivas religiosas, contribuíram para a perda de seus usos de outrora.

Posteriormente, ao longo do século XIX, o uso oficial do Campo emergiu e instalaram-se residências da nobreza e edifícios do poder, tanto políticos como culturais, como o Quartel General do Regimento, Intendência Geral da Polícia da Corte, Museu Real, Senado da Câmara, Senado do Império, Estação Ferroviária D. Pedro II, Casa da Moeda, Quartel Central do Corpo de Bombeiros da Corte e a Escola Pública da Freguesia de Santana. Aliado a isso está a escolha do Campo para as comemorações da Corte. Convivem então, lado a lado, as lavadeiras junto ao chafariz, populares buscando se refrescar e espetáculos teatrais com celebrações monárquicas, persistindo, por um tempo e cada vez mais timidamente, o uso popular religioso. Notamos, portanto, que o uso popular e o oficial conviveram, a partir do século XIX, de forma desigual, embora se complementassem, em certos momentos. Essa diferença se torna insuportável, a ponto de um uso afastar o outro, ajustando o espaço a um ideal urbanístico e civilizatório (ABREU, 1994; 1999). As centralidades nos Oitocentos acumularam-se, complementaram-se, contrastaram-se e disputaram entre si.

É possível apontar três momentos que impactaram, sobremaneira, o Campo de Santana. A edificação da igreja forneceu o nome ao local e provocou um afluxo de pessoas aos seus domínios. Foi a intervenção urbana capitaneada pelo conde de Resende, no entanto, que viabilizou o desenvolvimento da área, possibilitando um fluxo maior de fiéis e pessoas diversas ao local e conferiu ao perímetro um uso pertinente ao caráter religioso. Vale ressaltar, que os melhoramentos urbanísticos do conde de Resende propiciaram, anos mais tarde, os diferentes usos que se seguiriam. Devemos considerar o fato de que o Campo esteve pressionado por dois eixos de crescimento da cidade, o urbano e o rural – o caminho para o engenho dos Jesuítas, por exemplo, cortava o campo – colaborando, sobejamente, para a sua posterior ocupação.

Outro marco que deve ser citado diz respeito à chegada da família real portuguesa em 1808, que imprimiu sua marca através da edificação de prédios que davam suporte à administração real, além dos demais ligados à erudição e à cultura, relativos aos princípios civilizatórios europeus, como mencionado, afora a utilização do Campo, a partir desse momento, como palco das comemorações oficiais. Por último, a Proclamação da República encerrou o uso monárquico e cerceou as manifestações populares, sobretudo as negras, praticamente dando fim ao uso popular-religioso do Campo de Santana (ABREU, 1999).

Finalmente, devemos entender o Campo de Santana como espaço privilegiado de sociabilidade durante o século XVIII e XIX. Vale lembrar que poucos eram as oportunidades de encontro no Rio de Janeiro de outrora. Estas ocorriam em festejos religiosos, no teatro e em comemorações de datas expressivas para os governantes. A Festa do Divino, entre outras celebrações religiosas, o Teatro Provisório/Lírico Fluminense, as diversas festas de casamento e as solenidades da monarquia, faziam do Campo o único logradouro do Rio Antigo a reunir todos os momentos nos quais se podia desfrutar da companhia de outros (ABREU, 1999; COARACY, 2008).

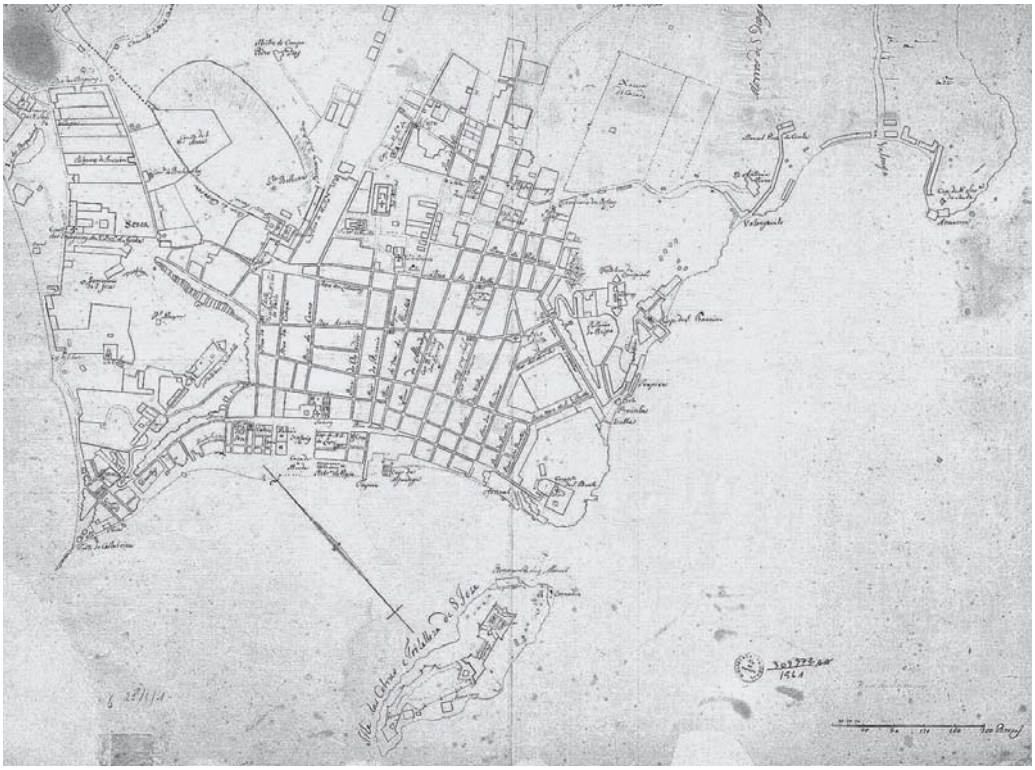


Figura 1 – Planta da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro [entre 1758 e 1760]. Fonte: http://bndigital.bn.br.

Figura 2 – Rei e Rainha negros da festa de Reis. Fonte: JULIÃO, Carlos (s/d). Disponível em http://bndigital.bn.br.

Notas

1) Tortuoso caminho que ligava a rua Direita (atual rua Primeiro de Março), ao Caminho do Mata Porcos, equivalente à rua Frei Caneca dos dias atuais, e que prolongava-se até São Cristóvão, interligando a cidade aos engenhos dos jesuítas (GERSON, 2000; CAVALCANTI, 2004; COARACY, 2008).

2) Este artigo utiliza o termo Campo de Santana para se referir ao parque e ao seu entorno no período estudado pela pesquisa.

3) Inaugurada em 1583, a igreja Matriz de São Sebastião foi uma das poucas a aceitar irmandades de negros e pardos. Isto posto, ao longo do século XVII organizaram-se quatro devoções, as de Nossa Senhora do Rosário, de São Benedito, de São Domingos e de Nossa Senhora da Conceição, constituindo-se em irmandades no mesmo século. As duas primeiras uniram-se em uma só Irmandade: a dos Homens Pretos. Também de Homens Pretos era a de São Domingos. Já a Irmandade de Nossa Senhora da Conceição era dos Homens Pardos. Dito isto, a partir de 1700, começaram a ser erigidos alguns templos, como pode ser exemplificado pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, em terreno doado, por uma senhora portuguesa, justo na desabitada rua da Vala, fora das fronteiras da urbe e finalizada em 1725. Outra Irmandade que começou a erguer sua igreja nesse mesmo ano foi a de São Domingos, mais modesta, pronta em 1706, por se tratar de uma fraternidade com menos recursos. Na realidade, as irmandades deixaram a igreja Matriz de São Sebastião em razão das reclamações referentes ao modo como eram manifestadas suas devoções, repletas de ritmos e cruzamentos das religiosidades católica e do sincretismo derivado dos afro-rituais, em uma sociedade escravocrata. Nas igrejas dessas irmandades outrora instaladas na Sé, principalmente, foram organizadas outras devoções e constituídas outras irmandades de pretos e pardos. Algumas chegaram a se separar das que a originaram ou abrigaram, construindo seus próprios templos. Cita-se, como exemplo, a devoção à Lampadosa, originada na igreja de Nossa Senhora do Rosário, e a Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia, criada na capela de São Domingos (SOARES, M., 2002).

4) Essa denominação, no século XVIII, não se aplicava mais a toda área fora da cidade, quase sem delimitação, como era o Campo da Cidade, mas passou a designar uma espécie de bairro, dividido em chácaras e com ruas traçadas, tendo seu limiar entre a rua da Vala, o mangue de São Diogo e o pantanal de Pedro Dias (correspondente à rua do Senado e entorno). O Campo de São Domingos foi desmembrado em porções menores, ao longo do século XVIII, como o que viriam a ser o Largo de São Francisco, a Praça Tiradentes (à época Largo do Rocio), o Largo de São Domingos, em frente à igreja homônima, e o próprio Campo de Santana, afora outros largos e praças. Ver Gerson (2000) e Coaracy (2008).

5) Uma vez instaladas na Colônia do Brasil, as irmandades de pretos se organizam regulamentando a entrada de seus membros

segundo a cor (pretos e pardos) e também segundo as nações africanas (angola, mina e outras) (SOARES, M., 2002, p. 61). Além da cor e da procedência, eram também motivos de conflitos as questões de administração dos bens dessas igrejas, que passavam a atrair um crescente contingente de fiéis, além de membros com maiores posses.

6) A administração do conde de Resende promoveu, vale dizer, a drenagem, o aterramento e a abertura de ruas dos espaços contíguos ao Campo, entregando à população a rua dos Arcos, do Lavradio, dos Inválidos, do Resende e Conde da Cunha (atual Visconde de Rio Branco). Iniciou, também, a ocupação do que viria a ser a Cidade Nova, com a abertura da rua Nova de São Pedro (destruída com a abertura da avenida Presidente Vargas, na década de 1940), e das Travessas Formosa (atual rua General Caldwell) e das Flores (atual rua de Santana) (CAVALCANTI, 2004).

7) Muito embora a tradição de coroar reis e rainhas seja associada aos diversos grupos africanos, essa prática, na verdade, vem de Lisboa, com o intuito de reproduzir a sociedade estamental portuguesa no interior de uma irmandade. Nas palavras de M. Soares (2002, p. 68), "a associação dos reinados das folias aos soberanos africanos deve ser buscada não numa referência imediata ao passado individual dos grupos, mas ao modo como já em Portugal esses reinos pagãos foram legitimados no interior do universo cristão. A diferença [entre Portugal e Brasil] é que aqui [...] os reis encabeçam agremiações étnicas [ao invés de reproduzir a sociedade estamental portuguesa], denominadas 'reinados', 'estados imperiais' ou simplesmente 'folias'". Essas folias, assim como as devoções a que estão associadas, constituem verdadeiras linhagens religiosas que se espalham pela cidade. A folia da Lampadosa, inicialmente instalada na igreja do Rosário ? famosa pelas festas do rei Congo ? elege também reis e rainhas. Já as folias de Santana e de Santo Elesbão, ambas alojadas na igreja de São Domingos, elegem imperadores e imperatrizes. A Irmandade de Santana funda o Império do Divino Espírito Santo e a Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia o Império de Santo Elesbão. A respeito da periodicidade dessa manifestação, sublinha-se que "a folia pode sair às ruas várias vezes ao ano, de acordo com os recursos e a vontade dos reis, mas seu principal compromisso é o comparecimento à festa dos oragos da igreja. A folia se apresenta em trajes especiais cabendo ao rei manto, coroa, cetro e guarda-sol". (p. 80)

8) Não podemos deixar de citar as comemorações dedicadas à Santana, com uma expressiva atração de fiéis ao Campo, recebendo o seu dia, 26 de julho, as mesmas festividades de outros santos muito populares à época, como Santo Antônio, São João e São Pedro, com "fogueiras, fogos de artifício, reuniões familiares, ladainhas e muita alegria". (COARACY, 2008, p. 89)

9) Para uma análise mais aprofundada sobre o Império do Divino Espírito Santo, ver Abreu (1999).

10) Em seu profundo estudo, o pesquisador Nireu Cavalcanti (2004) constatou a chegada de 450 a 500 pessoas, entre 1808 e 1822, entre eles 60 membros da alta nobreza. Esse número contrasta com o que foi consagrado pela historiografia, que considera terem chegado entre 15 mil e 20 mil pessoas no período, correspondente a 25% da população do Rio de Janeiro e a 8% da população de Lisboa, à época. Recomenda-se a leitura de sua obra para que se tenha conhecimento dos impactos urbanísticos, econômicos e culturais da chegada da família real sobre toda a cidade.

11) Órgão com atribuições equivalentes ao de uma prefeitura dos nossos dias.

12) Neste ponto, cabe ressaltar, a existência de um nicho dedicado à Santana nos dias atuais, localizado na Estação Central do Brasil. Seja como for, por vontade popular e de conhecimento de todos convivem dois endereços que aparentemente seriam um único: Campo de Santana e, no entorno, Praça da República.

Referências

ABREU, Martha. Festas Religiosas no Rio De Janeiro: perspectivas de controle e tolerância no século XIX. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 14, 1994, p. 183-203. (Disponível em <http://virtualbib.fgv.br>. Acessado em 15 de janeiro de 2010).

_____. *O Império do Divino:* festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999.

ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. 3ª edição. Rio de Janeiro: IPP, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados*. O Rio de Janeiro e a República que não foi. 3ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro Setecentista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

COARACY, Vivaldo. *Memórias da Cidade do Rio de Janeiro:* quatro séculos de histórias. 4ª edição. Rio de Janeiro: Documenta Histórica, 2008.

CORRÊA, Roberto Lobato. *O Espaço Urbano*. 4ªedição. São Paulo: Editora Ática, 2004.

GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio*. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Lacerda, 2000.

LESSA, Carlos. *O Rio de todos os Brasis*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

MELLO, João Baptista Ferreira de. A humanização da natureza - uma odisséia para a (re)conquista do paraíso. IN: SILVA, S. T.; Viana, O. M. (orgs.). *Geografia e questão ambiental*. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

SISSON, Rachel. *Espaço e poder:* os três centros do Rio de Janeiro e a chegada da Corte Portuguesa. Rio de Janeiro: Arco, 2008.

SOARES, Mariza de Carvalho. O Império de Santo Elesbão na cidade do Rio de Janeiro, no século XVIII. *Topoi*, 2002. (Disponível em <http://www.revistatopoi.org>. Acessado em 3 de março de 2010).

(Recebido para publicação em 21/09/2011)

O Enfoque político na edificação de uma necrópole inglesa no rio joanino

The political emphasis on the construction of a British necropolis in Rio de Janeiro during the reign of D. João IV

Olga Maíra Figueiredo
Mestranda em Geografia (Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), bolsista da FAPERJ
E-mail: olga_wintersun@yahoo.com.br

RESUMO:

No âmbito da organização do espaço, os cemitérios efetivam-se como artefatos de grande relevância e suscetíveis a diversas análises e interpretações. Na realidade, compõem um rico e denso quadro cultural e de experiências, perpassando elementos geográficos, religiosos, históricos e nacionais. Trata-se de significativas marcas impressas pelo homem. O artigo tem como objetivo explorar/traduzir o Cemitério dos Ingleses – o British Burial Ground. Esse campo dos mortos localiza-se no município do Rio de Janeiro, na Rua da Gamboa (número 181), no bairro de mesmo nome, mais precisamente, na vertente voltada para o mar do Morro da Providência. Inaugurado em 1811, configura-se como o primeiro cemitério ao ar livre da cidade, particular e restrito, em um momento inicial, aos súditos ingleses. Isto posto, a análise versa a respeito de sua instauração, características e transformações ao longo do tempo.

Palavras-chave: Cemitério dos Ingleses, Rio de Janeiro e Família Real Portuguesa

SUMMARY:

In the scope of area planning, cemeteries were considered spaces of great importance and were the subject of various analyses and interpretations. In fact, they provide broad and abundant insight to culture and existence, spanning geographical, religious, historical and national aspects. They represent significant marks left by man. As such, the article has the objective of exploring/translating the British Burial Ground – or Cemitério dos Ingleses *– of Rio de Janeiro. This burial ground is located within the city of Rio de Janeiro, at number 181* Rua *da Gamboa, in the borough of Gamboa, and, more precisely, on the the seaward slope of the* Morro *da Providência. Inaugurated in 1811, it constitutes the city's first outdoor cemetery, and was private and restricted to British subjects in the beginning. The analysis relates to its establishment, characteristics and transformation over the years.*

Key words: *British Burial Ground; Rio de Janeiro; Portuguese Royal Family*

1 – O cenário político na Europa e a chegada de grupos ingleses no Brasil

Na última metade do século XVIII, incidiram três acontecimentos que abalaram o cenário mundial, mais especificamente tiveram um papel preponderante no surgimento de novas relações entre Brasil, Portugal e Inglaterra(**1**). O primeiro episódio, em 1776, foi a independência política das Treze Colônias no norte da América, tornando-se a primeira nação do continente a romper com a condição colonial. Mais adiante, por volta de 1780, a Revolução Industrial, por intermédio de um novo conjunto de técnicas, proporcionou a mudança do processo produtivo, da estrutura da sociedade vigente, além de consolidar o capitalismo como modo de produção dominante. E, para completar o panorama, em 1789, a Revolução Francesa, movimento de cunho liberal influenciado pelos ideais do Iluminismo, destituiu a monarquia, evidenciando a crise do Antigo Regime, assim como aboliu a servidão e os direitos feudais, proclamando os princípios universais de liberdade, igualdade e fraternidade (SCHWARCZ *et all*, 2002).

Neste período conturbado, França e Inglaterra despontaram como grandes polos de desenvolvimento econômico e ideológico. Essas duas potências, que se atritavam mutuamente, passaram a influenciar as políticas internacionais. Após um breve período republicano, com a ascensão do imperador francês Napoleão Bonaparte, a Europa sofreu momentos de incerteza, nos quais os países do continente foram em busca de alianças e estratégias, seja para se unir à causa napoleônica, seja para impedir a expansão territorial da França. Nesse cenário, segundo Schwarcz (2002, p. 185), Portugal oscilava em uma intrincada política externa que

> *por trás de movimentos tímidos e táticas pouco aguerridas se escondia esse império que tentou, enquanto pôde, sustentar a imagem de neutralidade, manifestada em atitudes contraditórias que visavam agradar a todos, sem agradar de fato a ninguém.*

O decreto do Bloqueio Continental à Inglaterra feito por Napoleão, em 1806, determinava que todas as nações europeias fechassem seus portos ao comércio desse país. Isto representou uma tentativa de isolar e arruinar economicamente o arquipélago britânico, provocando uma crise no comércio e na indústria. A eficácia dessa medida dependia da sua aplicação em toda a Europa, exercendo, dessa maneira, maior controle sobre a circulação das mercadorias inglesas e de suas colônias. Em contrapartida, a Inglaterra declarou como ilegal o comércio e a navegação em todos os portos pertencentes aos inimigos. Com essas declarações de embates mútuos, a neutralidade portuguesa era questionada por ambas as potências e, nesse momento, a iniciativa de aliar-se a uma determinada pátria era inevitável.

Isto é, caso Portugal aderisse ao bloqueio representaria uma aliança com a França, opondo-se aos ingleses; se não aderisse, sofreria uma invasão de suas fronteiras, assim como a deposição da Coroa Portuguesa. Pantaleão (1985) aludia à delicada posição do país

ibérico que por tradição mantinha relações diplomáticas e comerciais com a Inglaterra, no qual o porto de Lisboa representava um ponto de apoio à frota inglesa e servia de base para o comércio de contrabando dessa com o Império de Napoleão. Do ponto de vista francês, a adesão portuguesa à causa napoleônica facilitaria a comunicação com a América e impediria uma influência inglesa no continente. Todavia, para a Rainha dos Sete Mares, a garantia do comércio lusitano significava uma quebra do isolamento imposto, afora posteriores vantagens relacionadas às colônias portuguesas, em especial o Brasil. Diante desse quadro, o dilema português era desenhado: a paz com a França constituía uma forma de evitar um enfrentamento bélico, enquanto a aliança com os ingleses representava proteção e continuação da Casa de Bragança, além da manutenção do seu império colonial (SCHWARCZ *et al*, 2002).

Nesse período, dois grupos alternavam forças na Corte portuguesa, cada um na tentativa de controlar o príncipe regente D. João. Ambos eram representados por aristocratas fieis à monarquia, não havendo diferenças ideológicas, apenas se distinguiam a respeito da solução do impasse português. A primeira facção, liderada pelo então ministro para os assuntos exteriores, Antônio Araújo de Azevedo, argumentava no sentido de uma aproximação com a França, em razão do medo provocado pela Revolução. Esse grupo era denominado "partido francês", e exerceu maior influência entre os anos de 1804 e 1807. A outra bancada, chamada de "partido inglês", era chefiada por Rodrigo de Sousa Coutinho. Seus principais interesses eram a defesa e a integridade das colônias, da Metrópole e da dinastia real, mantendo a fidelidade à tradicional aliança com os ingleses (MANCHESTER, 1973; SCHWARCZ *et al*, 2002). Essa segunda coligação, de acordo com Manchester (1973), adquiriu maior poder na cúpula governamental portuguesa a partir da chegada, em 1807, do embaixador britânico em Lisboa, o visconde Strangford(**2**).

A solução encontrada para a crise lusitana foi a saída do príncipe regente e de toda a família real de Portugal para o Brasil, ideia esta defendida pelos ingleses. Na realidade, a decisão da mudança da sede portuguesa para terras brasileiras não foi um recurso imprevisto e irrefletido. Oliveira Lima (1996) salienta que, já em 1580, quando da invasão espanhola ao território luso, foi aconselhado ao prior do Crato(**3**), pretendente ao trono português, seu embarque para a colônia americana. Também, tanto nos reinados de D. João V, em 1738, e de D. José I, no ano de 1796, é cogitada a transmigração do Império lusitano para além-mar.

O agravamento da situação, depois de um ultimato francês determinando o fechamento dos portos portugueses ao arquipélago britânico, resultou na assinatura de uma convenção secreta entre o príncipe regente D. João e o rei George III do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda, em 22 de outubro de 1807. Tal convenção, contendo nove artigos, compelia a Inglaterra a escoltar, proteger e garantir a transferência da família real e dos bens da monarquia para o Brasil, além de reconhecer somente a Casa de Bragança como a legítima dinastia a ocupar o trono português. Em contrapartida, uma vez estabelecida a Corte na

América, ocorreriam negociações para tratados de comércio e assistência entre as duas nações europeias, assim como a abertura de um porto exclusivo na ilha de Santa Catarina ou em algum outro ponto do território brasileiro, no qual as mercadorias inglesas poderiam ser importadas pagando tarifas diferenciadas (MANCHESTER, 1973; CASTRO *apud* MENDONÇA, 1984; PANTALEÃO, 1985; SCHWARCZ *et al*, 2002). Cabe ressaltar que, a partir desse momento os laços com a Inglaterra tornaram-se mais consistentes, existindo uma linha de continuidade entre a hegemonia desse Estado Nacional em Portugal e, mais tarde, sobre o Império do Brasil, uma vez que a sede do reino lusitano seria na antiga Colônia.

Diante do exposto, no dia 8 de março de 1808, a Corte desembarca no Rio de Janeiro. Mas, antes mesmo de aportar, em 28 de janeiro do mesmo ano, em Salvador, antiga capital da Colônia, foi decretada a abertura dos portos brasileiros. Essa medida permitia o comércio direto entre o Brasil e as nações amigas da Coroa Portuguesa mediante taxas de importação no valor de 24% "sobre as mercadorias secas e o dobro da taxa corrente sobre algumas provisões" (MANCHESTER, 1973, p. 74) sem distinção dos navios nacionais ou estrangeiros em que fossem transportados. Houve apenas uma exceção a essa regulamentação, qual seja o gênero pau-brasil continuava como monopólio lusitano. A abertura dos portos ao comércio mundial significou o fim da exclusividade comercial da Metrópole, estabelecida desde o início da colonização. A partir desse momento, era possível receber bens e produtos diretamente de outros locais, da mesma maneira que navios brasileiros podiam atracar em outros portos. Na realidade, apesar da liberdade comercial adquirida, era cumprido o tratado firmado pela convenção secreta (CASTRO apu MENDONÇA, 1984)

Mais tarde, em novembro de 1808, com a emissão de um decreto de D. João, foi concedido "a qualquer estrangeiro que se estabelecesse no Brasil, independente de religião, dotes de terra por sesmarias nos mesmos moldes em que esses dotes eram conferidos aos portugueses e brasileiros" (MANCHESTER, 1973, p. 77). Portanto, apesar da imigração inglesa ter sido estimulada por esse decreto, o autor aponta que essa foi, nesse período, um fracasso, exceto no caso de imigrantes treinados como mecânicos, banqueiros, lojistas e comerciantes, engenheiros, profissionais e proprietários de fazenda. O trabalhador desqualificado não conseguiu prosperar em terras brasileiras, encontrando miséria e morte (MANCHESTER, 1973).

De acordo com Pantaleão (1985), muitos comerciantes ingleses imigraram para o Brasil, estabelecendo-se como representantes de firmas inglesas que abriam filiais no país, como o caso de John Luccock da corporação Lupton & Co. Essa autora ainda salienta que alguns desses representantes eram jovens que normalmente faziam seu aprendizado comercial nos Estados Unidos, mas, com a paralisação dos negócios, em razão da independência dessa nação, foram encaminhados para o Brasil, onde as condições de trabalho eram muito diferentes. Havia outros que imigravam, por conta própria, na esperança de melhorar de

vida e, também, muitos aventureiros e especuladores que não demoraram em retornar à Inglaterra (MANCHESTER, 1973; PANTALEÃO, 1985).

Esses ingleses dirigiam-se para diferentes portos brasileiros, sobretudo para o Rio de Janeiro. Somente no ano de 1810, o número de corporações inglesas existentes na capital somava cerca de cem. Os mercadores instalaram-se, principalmente, nas ruas vizinhas à Alfândega, como na própria rua da Alfândega, na rua Direita, e na dos Pescadores, por se tratarem de vias mais largas, facilitando o transporte das mercadorias (PANTALEÃO, 1985).

Afora os comerciantes, outro expressivo grupo, o de marinheiros, chegou ao Rio de Janeiro, igualmente, no início do século XIX. Ainda em 1808, a cidade tornou-se sede do quartel-general da base naval da Marinha Real Britânica na América do Sul, sendo o contra-almirante, William Sidney Smith, capitão responsável pela escolta da transladação da Corte portuguesa, nomeado o primeiro comandante supremo do esquadrão (MARTINS, 2001).

Um outro grupo que aportou na capital do Reino era composto por políticos britânicos, com o objetivo de assessorar e pressionar o príncipe regente a fim de garantir a obediência aos tratados assinados pela Inglaterra e Portugal, consolidando, desta maneira, o início da hegemonia inglesa não só no Brasil, mas na América do Sul. Na mesma direção, pode-se assinalar que, com o estabelecimento da Inglaterra em terras brasileiras e a assinatura de acordos entre as Coroas, tornou-se necessário firmar convenções que garantissem certa tolerância religiosa aos novos imigrantes. Nas próximas linhas, descortinam-se esses tratados e suas respectivas consequências.

2 – Os cemitérios no contexto da era higienista

A Inglaterra tratou de extrair o maior proveito da proteção militar que forneceu ao governo português. Para tal, somente a abertura dos portos não foi suficiente, demandando mais vantagens e garantias para o seu estabelecimento na antiga Terra de Santa Cruz. Esses avanços foram obtidos por meio de novos acordos, a exemplo dos tratados de 1810, que foram o de Aliança e Amizade, contendo 11 artigos públicos, e os tratados de Comércio e Navegação, contendo 32 artigos, além de uma Convenção, contendo 13 artigos (COSTA, H., 2008). Nesses acordos, os anglos, além de garantirem benefícios econômicos, também obtiveram privilégios de caráter religioso, dada a sua condição de nação oficialmente protestante. No artigo 12 do Tratado de Comércio e Navegação, consoante com Heraldo Costa citando Aguiar (2008, p. 3-4), consta que:

> *Sua Alteza Real O Príncipe Regente de Portugal declara e se obriga no seu Próprio Nome, e no de Seus Herdeiros e Sucessores, a que os Vassalos de Sua Majestade Britânica residentes nos Seus Territórios, e Domínios não serão perturbados, inquietados, perseguidos, ou molestados, por causa de Sua religião, mas antes terão perfeita liberdade de Consciência, e licença para assistirem, e celebrarem o Serviço Divino ao Todo Poderoso*

> *Deus, quer seja dentro de suas Casas particulares, quer nas suas particulares Igrejas e Capelas, que Sua Alteza Real agora, e para sempre, graciosamente lhes Concede a permissão de edificarem e manterem dentro dos Seus Domínios. Contanto porem que as Sobreditas Igrejas e Capelas serão construídas de tal modo que externamente se assemelhem a Casas de habitação. (...) Permitir-se-á também enterrar os Vassalos de Sua Majestade Britânica, que morrerem nos Territórios de Sua Alteza Real O Príncipe Regente de Portugal, em convenientes lugares, que serão designados para este fim. Nem se perturbarão de modo algum, nem por qualquer motivo, os Funerais, ou as Sepulturas dos Mortos (...) [sic]*

Apesar de esta cláusula ter sofrido repúdio por parte do Núncio Papal e da Coroa portuguesa, assegurou-se tolerância da religião protestante e o direito de culto em suas casas, capelas ou igrejas semelhantes a domicílios públicos, ainda proibindo-se a perseguição de indivíduos por causa dessa crença. Não obstante, o tratado de Aliança e Amizade, em um dos seus artigos, asseverou o fim da Inquisição no Brasil e a extraterritorialidade de cidadãos ingleses, isto é, estes no Império português só poderiam ser julgados por leis, juízes e tribunais do seu país. Os laços entre a Coroa e a Igreja Católica eram sólidos e permanentes. O débito da dinastia real com a Inglaterra, todavia, forçou esta exceção em meio a muitas 99 outras com a chegada dos anglicanos na antiga Vera Cruz.

Logo após a abertura dos portos, foi doada pela Coroa portuguesa ao lorde Strangford uma seção de cinco acres(**4**) de terra destinada ao sepultamento dos ingleses. Esse terreno, situado na atual rua da Gamboa, número 181, no bairro de mesmo nome, abrigava uma chácara que pertencera, ao português Simão Martins de Castro. Destarte, neste ponto foi inaugurado, em 1811, o Cemitério dos Ingleses do Rio de Janeiro – o British Burial Ground, o primeiro cemitério não católico, restrito, particular e ao ar livre da cidade.

Na realidade, durante o período colonial não havia grandes cemitérios no Brasil. As pessoas, geralmente, eram sepultadas sob o piso ou nas paredes das igrejas e dos conventos ou em seus entornos. Reis (2004) aponta que, de um modo geral, indivíduos de qualquer condição social podiam ser enterrados nas igrejas. Entretanto, havia uma hierarquia do local e do tipo de sepultamento, isto é, ser sepultado próximo ao altar significava um privilégio e uma segurança a mais para a alma. Porém, esse local era destinado somente aos nobres e às autoridades políticas e eclesiásticas. Nessas circunstâncias, uma cova no adro era tão desprestigiada que podia ser obtida gratuitamente. Essa parte era designada para No entanto, no século XIX, os discursos médicos dominantes, balizados na teoria miasmática, difundiam a crença de que o ambiente era o responsável pela formação e alastramento de doenças. Ferreira e Silva (2001) expõe que o processo de decomposição da matéria orgânica adquiriu relevância nos debates clínicos, na medida em que se acreditava ser um elemento fundamental para a formação e desenvolvimento de focos de enfermidades. O autor ressalta ainda que, o Rio de Janeiro do mesmo período, por causa das altas temperaturas e da umidade relativa do ar, além da peculiar topografia da cidade, espremida

e limitada entre os morros Castelo, São Bento, Santo Antônio e Conceição, constituía um palco para o surgimento e a propagação de inúmeras doenças. Segundo Rodrigues (1997), tanto os aspectos topográficos da cidade como a disposição e funcionamento geral das instituições e aparelhamentos urbanos do Rio de Janeiro eram, conforme as ideias da Medicina Social da época, responsáveis pela degeneração da saúde da população. As habitações coletivas, a falta de higiene nos matadouros, açougues, armazéns, cemitérios, hospitais e igrejas eram alvo dos médicos sanitaristas. Logo, a cidade, lócus de aglomeração populacional e de equipamentos insalubres era considerada o principal foco de epidemias e contágios. Portanto, os cemitérios, matadouros, curtumes, por exemplo, passam a ser expulsos do núcleo habitacional da urbe, sendo controlados por rígidas normas e leis de fiscalização. Trata-se do início, conforme Costa (2003), da especialização, racionalização do espaço e segregação de algumas atividades, neste caso, nocivas à saúde.

A Medicina Social determinava um moderno projeto de necrópole com uma ordenação interna própria, além de novas localizações. Deveria ser situada em áreas afastadas do núcleo urbano, com muros altos a fim de se evitar a transposição de animais domésticos, longe de cursos fluviais e de áreas inundáveis (RODRIGUES, 1997; COSTA, 2003; REIS, 2004). O local escolhido precisava obedecer a certas exigências relacionadas à composição do solo, à declividade e aeração dos terrenos - devendo proporcionar a dissipação e circulação dos ventos -, ao tipo de vegetação que, além de conferir um embelezamento estético, ajudava na purificação do ar. Outros requisitos a respeito da organização interna do campo dos mortos foram debatidos como a largura e distância entre as sepulturas e a profundidade das covas (RODRIGUES, 1997; COSTA, 2003; REIS, 2004). Espacializar e disciplinar um local para sepultamentos representou uma mudança de mentalidade em relação à própria morte, marcando alterações na paisagem urbana (COSTA, 2003). Se, no passado, os mortos conviviam no mesmo espaço com os vivos, agora, cada vez mais, são isolados. Contudo, só a partir de 1828, começaram a surgir leis proibindo os sepultamentos em igrejas e determinando a criação de cemitérios municipais. Mas, foi a ocorrência de uma epidemia de febre amarela na cidade, em 1850, que consolidou a construção das nécropoles nesses novos moldes. Nesse nicho, podem ser ressaltados os cemitérios do Caju (1840), o de São João Batista (1852) e o de São Francisco de Paula – o Catumbi (1852), na antiga capital do país (ABREU, 2006).

Uma vez que os ingleses não podiam ser enterrados em igrejas católicas, pois não professavam tal religião, foi necessária a criação de um cemitério específico que atendesse a essa crescente comunidade. Nessa conjuntura o Cemitério dos Ingleses é criado. Além deste, foram fundados, ainda, os Cemitérios dos Ingleses em Salvador e no Recife, ambos em 1814, e que, até a presente data, encontram-se em funcionamento. A necrópole localizada na urbe carioca será elucidada nas próximas linhas.

3 – Alguns aspectos sobre a localização do campo dos mortos inglês

A necrópole inglesa em tela segue as novas recomendações da Medicina Social, em voga na Europa desde o século XVIII, acerca da localização do campo dos mortos e sua estrutura interna. Situa-se a barlavento da encosta do Morro da Providência, na Gamboa, vetor de expansão da cidade no século XIX. A escolha do local, um terreno inclinado e próximo ao mar, deve-se ao fato de ocorrer maior circulação dos ventos. Assim, os miasmas produzidos pela decomposição orgânica poderiam ser combatidos com a ventilação. Antes, porém, de ser considerado uma amenidade e mesmo benéfico para a restauração da saúde, o mar era visto como difusor de doenças, depósito de lixo e dejetos.

Na realidade, desde o século XVIII, chácaras e sítios surgiram na Gamboa em virtude da disponibilidade de amplas terras para a implantação de uma agricultura de subsistência e a proximidade com o núcleo urbano. A transferência do mercado e do desembarque dos escravos da área central para o Valongo(**5**), localizado na Gamboa, em 1770, pelo marquês do Lavradio, foi um marco importante para o adensamento dessa área, que até aquele momento era praticamente rural, convertendo-se em um polo de comércio de cativos. A partir dessa atividade econômica, ocorreu um incipiente processo de urbanização nesse local, na medida em que as antigas chácaras foram sendo divididas em lotes urbanos, assim como o estabelecimento de trapiches, ferrarias, armazéns, serralherias, mercados, pequenos comércios nos arredores e embarcadouros ao longo do litoral, no qual o cemitério estudado possuía um cais na praia da Gamboa (CARDOSO *et al*, 1987).

O processo de ocupação do referido domínio espacial do Rio de Janeiro intensificou-se ao longo do século XIX. Logo, pântanos foram aterrados e logradouros abertos, permitindo a expansão dessa parte da cidade. Tempos depois, no Morro da Providência, na encosta a sotavento, se fixou a segunda favela da cidade – habitação alternativa forjada por soldados egressos de Canudos –, nos idos de 1897. Mais a seguir, para a construção do porto na aurora do século XX, a enseada da Gamboa foi aterrada e retificada, afastando o campo dos mortos inglês da Baía de Guanabara. Paralelamente, fábricas, atividades complementares ao porto, moinhos, oficinas e fundições foram instalados, sendo o bairro marcado pela ocupação da classe operária a partir da década de 1920 (CARDOSO *et al*, 1987; ABREU, 2006).

4 – Os primórdios da necrópole inglesa e sua evolução

Em 5 de janeiro de 1811 ocorreu o primeiro sepultamento, o de um almirante inglês, inaugurando, oficialmente, o Cemitério dos Ingleses. Cabe ressaltar que, antes dessa data, os mortos dessa comunidade eram enterrados na praia ou jogados ao mar. Nos trabalhos de campo efetuados, com o objetivo de compreender a lógica interna do objeto analisado, não foi localizada a lápide desse almirante. Na realidade, os jazigos mais antigos encontrados pertencem às crianças Thomas e Eliza Barker que datam, respectivamente, de fevereiro e novembro de 1812, cujas sepulturas situam-se nas paredes internas da capela.

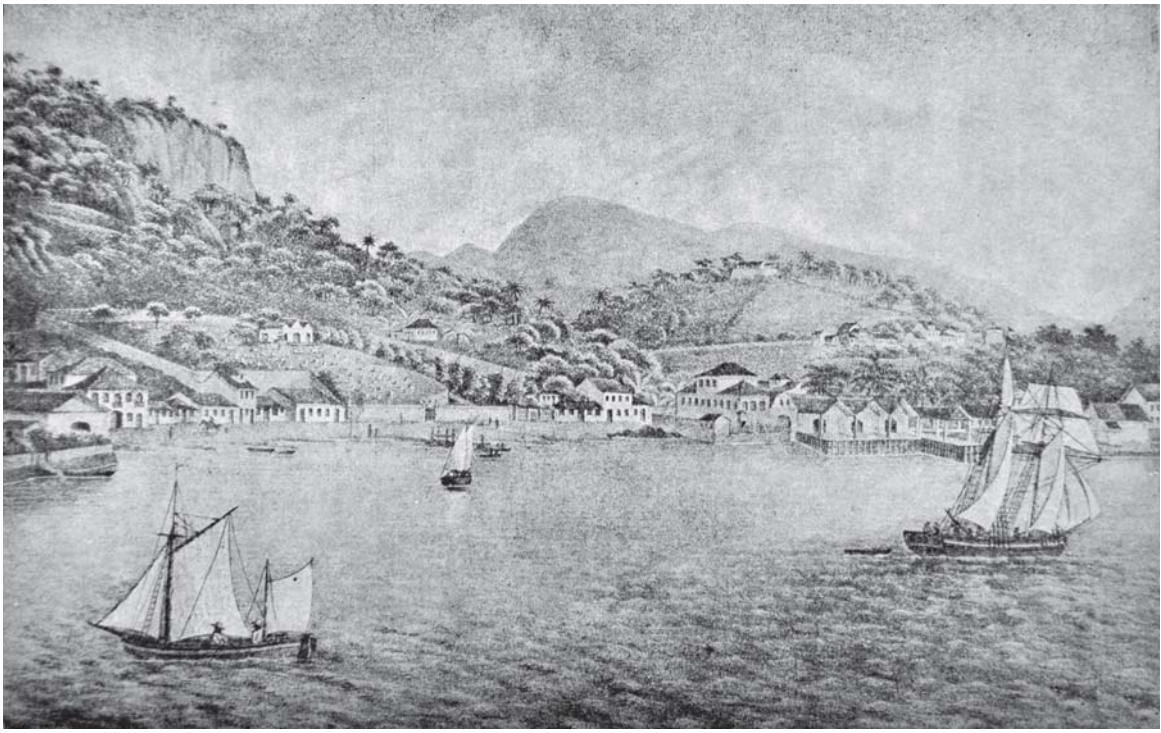
Inicialmente, o campo dos mortos estudado era exclusivo para os sepultamentos dos súditos ingleses. Com o passar dos anos, protestantes de diversas nacionalidades adquiriram o direito de ser enterrados nessa necrópole. Isto se deve ao fato de que só com o Decreto n.º 583, de 1850, foi permitido que indivíduos de cultos diferentes da religião do Estado edificassem seus cemitérios particulares (ZARUR, 1998). Até esse momento, a única nação que tinha o seu local funerário no Brasil era a Inglaterra. Observou-se nas expedições de campo que os batistas americanos, os presbiterianos escoceses e os calvinistas franceses foram alguns dos grupos sepultados no campo santo inglês, no período correspondente ao século XIX. Há, também, do mesmo período, um número expressivo de jazigos de ingleses maçônicos. Nos anos de 1960 e 1970, o cemitério obteve novo significado, deixando de ser um cemitério de exclusividade religiosa protestante, tendo em vista que pessoas de diferentes credos e nacionalidades puderam ser sepultadas nesse local. Nesse momento, observa-se a incidência, sobretudo, de brasileiros, portugueses, gregos, franceses, além de católicos ortodoxos russos, búlgaros e ucranianos enterrados no campo dos mortos. Tal medida se insere no bojo do Decreto-Lei n.º 88, de 1969, no qual o artigo primeiro dispõe sobre a criação dos cemitérios particulares no antigo Estado da Guanabara. Esses cemitérios, mesmo que pertencentes ao domínio privado, são destinados ao sepultamento de quaisquer indivíduos (ZARUR, 1998).

No entanto, a necrópole impõe algumas restrições e condições para indivíduos desejosos de serem enterrados neste local. Apesar de não haver nenhuma imposição de nacionalidade e religião, o campo dos mortos inglês estabelece que apenas pessoas que apresentem certa distinção na sociedade têm o direito de comprar jazigos. Tais requisitos relacionam-se ao padrão de renda e cargo público ou privado exercido, como, por exemplo, quando do enterro do consagrado escritor e dramaturgo Mauro Rasi. Outra maneira de obter a compra de jazigos é por meio da indicação por parte da comunidade britânica. Trata-se de medidas a fim de manter e controlar o *status* da necrópole dirigido a determinados segmentos da sociedade, ratificando o seu papel segregador.

Em 1986, o Cemitério dos Ingleses transformou-se em uma sociedade privada, o British Burial Fund, uma fundação responsável pelo gerenciamento da necrópole e venda dos jazigos, cujo presidente em 2009 era o reverendo da Igreja Anglicana (Church of England) David Christopher Weller. A compra dos jazigos é realizada mediante a escolha da quadra onde o indivíduo deseja ser sepultado, sendo que, a partir dessa ação, a pessoa torna-se membro da sociedade, possuindo os direitos de se candidatar a algum cargo – exceto a função de presidente –, de votar, além de frequentar as assembleias gerais e extraordinárias. Para isso, o sócio paga uma taxa anual referente à manutenção do cemitério. Então, ao efetuar a compra do jazigo, o indivíduo, mais do que um sócio do cemitério, torna-se um componente da comunidade.

Por estar geminado à comunidade da Providência, observaram-se alguns embates advindos dessa proximidade, como os verificados em ocasiões relativas a conflitos armados efetuados entre narcotraficantes no interior do cemitério. Outro episódio, na década de 1990, que contou com ampla divulgação na mídia, foi relativo à descoberta de drogas ilícitas escondidas em algumas sepulturas por indivíduos do entorno. A necrópole inglesa, de notória relevância, é tombada como patrimônio histórico pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC). Na mesma trilha, vale sublinhar, no ano de 2007, iniciou-se o processo para o tombamento em âmbito municipal.

Em relação à sua organização interna, o Cemitério dos Ingleses apresenta frondosas árvores e um ajardinamento tipicamente inglês, conferindo à área uma visão serena e austera onde, desde a sua fundação, vem recebendo visitantes ilustres como a escritora, desenhista e pintora britânica Maria Graham, na primeira metade do século XIX, assim como o escritor irlandês e reverendo Robert Walsh (COSTA, H., 2008). Ao longo de sua história, o campo dos mortos em tela foi visitado por nobres personalidades políticas, tais como o primeiro imperador do Brasil, D. Pedro I, a Rainha Elizabeth II do Reino Unido, e o antigo prefeito da cidade do Rio de Janeiro, César Maia (COSTA, H., 2008). Essa representação do local funerário comunga com a ideia do cemitério-jardim, área de visita, passeio e recreação.



O Cemitério dos Ingleses na Gamboa - Estampa de Planitz (c. 1850). Reproduzido do Álbum do Barão de Planitz, gravado em Hamburgo, Alemanha, na Litografia de Speckter & Cia.

Em sua estrutura, o campo dos mortos é dividido em 11 quadras e conserva, ainda, uma capela que serve apenas para cultos fúnebres, sendo proibida a prática do velório no local por questão de segurança, embora os protestantes não tenham o hábito de velar seus mortos. Não há nichos e nem crematório. Ao todo, a necrópole possui cerca de 2 mil jazigos. Uma expressiva parte dos familiares dos sepultados não se encontra mais no Brasil. O Cemitério dos Ingleses tem uma média de 16 sepultamentos ao ano. No tocante às quadras, é importante enfatizar a de número dez, que é reservada aos membros indicados pela Maçonaria, pela Royal British Legion(**6**), e pela Embaixada e Consulado Britânico. Pode-se ainda citar a quadra reservada ao The British and Commonwealth Society of Rio de Janeiro(**7.**) Logo, existem pontos mais privilegiados para as lápides, conferindo ao cemitério uma expressiva segregação espacial, constituído por áreas marcadas pela concentração de determinados grupos sociais, mesmo *pós-mortem*. A quadra 11, correspondente a 10% do terreno, encontra-se vazia, originando uma reserva técnica. Há, ainda, jazigos para indigentes em um total de seis. Porém, todos são referentes a britânicos que estavam em condições financeiras desfavoráveis no Brasil. Para zelar e promover os trabalhos, atuam, hodiernamente, cinco funcionários no campo dos mortos, no qual parte expressiva dos sepultamentos ainda são de ingleses, de pertencentes à comunidade britânica e de seus descendentes. Entretanto, o número de jazigos comprados por brasileiros tem aumentado.

Considerações Finais

O artigo buscou apresentar diversas leituras a respeito do Cemitério dos Ingleses no Rio de Janeiro, analisando sua instauração e características ao longo do tempo. Para tal tarefa, algumas ponderações referentes às transformações socioespaciais ocorridas no bairro da Gamboa foram realizadas, constituindo-se em tentativas de compreender a necrópole inglesa. Desse modo, em razão da transmigração da Corte portuguesa para o Brasil, tratados e acordos foram realizados entre os lusitanos e os ingleses, uma vez que estes foram os responsáveis pela escolta e transladação da monarquia lusa. Nesse período histórico, as pessoas geralmente eram sepultadas sob os pisos e paredes das igrejas católicas, conventos ou em seus entornos. Como os ingleses não professavam tal religião, justificou-se a implantação de uma necrópole particular para esse determinado grupo em solo carioca. Este trabalho registrou que o campo dos mortos, seguindo normas de localização e de organização interna estabelecidas pela Medicina Social, proporcionou uma nova forma de sepultamento, de ritos fúnebres e, consequentemente, um espaço específico dedicado aos mortos no Rio de Janeiro.

A necrópole em foco teve uma importante atribuição tendo em vista que pode ser creditada a ela a responsabilidade de conservar e assegurar tradições, memórias, ritos, crenças, histórias e identidades inglesas em terras estrangeiras no século XIX. Todavia, atualmente, o cemitério não irradia o prestígio de outrora e nem continua a ser um objeto

de contraponto a uma lógica, a um contexto governamental. Na realidade, esse campo dos mortos configura-se um testemunho do poder de um período passado, uma vez que a retórica que impulsionou a sua construção foi cessada, acumulando-se novos discursos, intenções, interpretações e significados, ao longo do tempo. De qualquer maneira, o cemitério, hoje, é suscetível a vários olhares e compreensões que se modificarão a partir dos indivíduos e grupos, podendo estar impregnado de laços de afeição, apego, desprezo ou até mesmo indiferença.

Notas

1) Este artigo utiliza o termo Inglaterra para se referir ao Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda, nome oficial do país de 1801 a 1927.

2) O irlandês Percy Clinton Sydney Smythe.

3) D. António I de Portugal, aclamado Rei em 1580 e exilado em 1583.

4) Equivale, aproximadamente, a 20 mil metros quadrados.

5) Vale ressaltar que no Valongo existia o Cemitério dos Pretos Novos (1769-1830), que era repleto de corpos amontoados, que ocasionalmente eram queimados, e sem funeral para os negros que morriam durante a viagem e no desembarque dos navios negreiros.

6) Fundado em 1921 na Inglaterra, promove apoio financeiro, social e emocional àqueles que já serviram, ou ainda servem, nas Forças Armadas Britânicas e seus dependentes.

7) Sociedade responsável por reunir e apoiar membros e instituições das nações de língua inglesa no Rio de Janeiro.

Referências bibliográficas

ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 2006, 3ª edição.

CARDOSO, Elizabeth Dezouzart *et al*. *História dos bairros* – Saúde, Gamboa, Santo Cristo. Rio de Janeiro: Editora Index, 1987.

COSTA, Heraldo. *Licença para morrer*: a questão do sepultamento dos ingleses por ocasião dos Tratados de 1810. In: Anais do XIII Encontro de História ANPUH – Rio. Rio de Janeiro: 2008. (Disponível em <http://www.encontro2008.rj.anpuh.org>. Acessado em 16 de agosto de 2009).

COSTA, Maria Clélia Lustosa. Os cemitérios e a espacialização da morte. In: RATTS, A.; ALMEIDA, M. G. de. (orgs.). *Geografia:* Leituras Culturais. Goiânia: Editora Alternativa, 2003: 237-260.

FERREIRA e SILVA, Mauro Gil. A praia e o imaginário social: discurso médico e mudança de significados na cidade. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). *Paisagem, Imaginário e Espaço.* Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, pp. 183-206.

MANCHESTER, Alan K. *Preeminência inglesa no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973.

MARTINS, Luciana de Lima. *O Rio de Janeiro dos viajantes* – o olhar Britânico (1800-1850*)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *D. João VI e o Império no Brasil*: a independência e a Missão Rio Maior. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1984.

OLIVEIRA LIMA, Manuel de. *D. João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, 3ª edição.

PANTALEÃO, Olga. A presença inglesa no Brasil. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, vol.3, 1985, pp. 64-99.

REIS, João José. *A Morte é uma festa* – ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, 4ª edição.

RODRIGUES, Cláudia. *Lugares dos mortos na cidade dos vivos:* tradição e transformações fúnebres no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Divisão de Editoração, 1997.

SCHWARCZ, Lilia Moritz *et al. Longa viagem da biblioteca dos reis* – do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

ZARUR, Dahas Chade. *Cemitérios da Santa Casa da Misericórdia*. Rio de Janeiro: Sem Editora, 1998, 3ª edição.

(Recebido para publicação em 29/09/2011)

A Fazenda de Santa Cruz: sua importância para o comércio de abastecimento da cidade do Rio de Janeiro no período joanino (1808 – 1821)

Fazenda de Santa Cruz: its importance for the supply trade of the city of Rio de Janeiro during the reign of D. João VI (1808 – 1821)

Georgia da Costa Tavares
Mestre em História Social, subgerente da Documentação Escrita do Arquivo da Cidade
E-mail: georj2004@gmail.com

RESUMO:

Durante o período em que esteve nas mãos dos jesuítas, a fazenda de Santa Cruz foi uma das mais importantes no comércio de abastecimento do Rio de Janeiro, principalmente no que diz respeito ao gado e à agricultura, cana, arroz, café e mandioca, por exemplo. A fazenda possuía um total de 10 léguas (seis de comprimento e quatro de largura). Grande parte das terras era utilizada para a criação de gado vacum, uma de suas principais funções. Tanto no tempo dos jesuítas, quanto no vice-reinado e no período joanino, a criação destinava-se ao abastecimento da cidade do Rio de Janeiro de carne verde. Em razão de sua extensão e da quantidade de currais, era aproveitada também para abrigar o gado vindo de outras capitanias para ser abatido ou leiloado. Com a expulsão dos jesuítas no reinado de D. José I, sob a administração do secretário Sebastião José de Carvalho e Melo, depois conde de Oeiras e marquês de Pombal, em 1759 esta próspera fazenda passou à administração do governo português. Percebe-se, a partir de então, um nítido declínio de suas funções. Várias são as administrações, nenhuma entretanto que conseguisse alcançar a prosperidade que lhe fora peculiar durante a fase dos jesuítas. Com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, a sede da fazenda passa a ter a designação de palácio e torna-se um dos locais prediletos de D. João VI, mas, ainda assim, continua sua caminhada rumo à decadência produtiva agropastoril.

Palavras-chave: abastecimento; Rio de Janeiro, período joanino

SUMMARY:

During the period under which it belonged to the Jesuits, the fazenda *of Santa Cruz was one of the most important estates in the supply trade of Rio de Janeiro, especially with regard livestock and agriculture, providing, sugar-cane, coffee and cassava, for example. The property was of tem leagues. A large part of the land was used to raise cattle, which was one of its main purposes. This was intended to supply the city of Rio de Janeiro with beef both during its tenure by the Jesuits and during the Vice-Royalty and the reign of D. João IV. Due to its size and the capacity of its cattle pens, it was also used to house cattle arriving from the other* capitanias *(captaincies) to be auctioned or slaughtered.*

Following the expulsion of the Jesuits during the reign of D. José I, the administration of this prosperous estate transferred to the Portuguese government in 1759, under the management of the secretary Sebastião José de Carvalho e Melo, subsequent to that of Count de Oeiras and the Marquis de Pombal. A clear decline in its potential is evident as of this date, and despite several different managements, none were able to achieve the prosperity that had marked the Jesuit administration. With the arrival of the Portuguese Royal Family in Brazil, the homestead was designated as a palace and became one of D. João VI's favourite residences but, nevertheless, continued to decline as a productive agricultural holding.

Key words: *supply, Rio de Janeiro, reign of D. João VI*

Localização geográfica e constituição da fazenda

A Fazenda de Santa Cruz data do início do século XVI, e foi constituída da seguinte forma: uma parte por meio de doação e a outra por compra pelos jesuítas. A parte doada pertencia primeiramente a Cristóvão Monteiro, que conseguiu as terras graças a uma requisição feita por ter combatido os franceses até a sua expulsão. Foi concedida por Pero Ferraz, lugar-tenente de Martim Afonso de Souza. Tendo Cristóvão Monteiro falecido, registrando ainda em vida a vontade de doar as ditas terras aos jesuítas, teve sua vontade cumprida por sua esposa, Marquesa Ferreira, em 1589, doadora de metade das terras que lhe foram então deixadas por herança. Em 1616, foram anexadas a estas mais terras compradas pelos jesuítas, um terreno contíguo a Guaratiba, que pertencia a Jerônimo e Manuel Veloso, herdeiros de Manuel Veloso de Espinho. Em 1654, o Colégio do Rio comprou três léguas de terra na cabeceira do Rio Guandu, pertencentes a Tomé Correia de Alvarenga, e dois anos depois foram compradas outras três léguas, junto às anteriores, a Francisco Frazão de Sousa. Desta maneira, foi constituída a fazenda de dez léguas de terra em quadra, que ia desde Guaratiba, junto ao litoral, até a serra dos Matacães, em Vassouras.

Possuía, assim, privilegiada posição, com testada para a baía de Sepetiba, o que possibilitava o transporte de produtos por mar até a baía de Guanabara. Suas terras também eram cortadas por rios como o Guandu e o Guandu-Mirim, fato que viabilizava a prática da cabotagem, além de estar situada, em grande parte, dentro da mata Atlântica. Por terra, ligava-se à cidade por uma longa trilha que começava em São Cristóvão, indo pelo que hoje seria a rua São Luiz Gonzaga, seguindo pela avenida Suburbana (atual D. Hélder Câmara) até o largo do Campinho, dali pela estrada Intendente Magalhães, passando por Realengo, Bangu, Santíssimo, Santo Antônio do Juari, em Campo Grande, e daí até o seu final.

De acordo com Corcino de Medeiros (SANTOS, 1965, p.21) a estrutura fundiária do Rio de Janeiro não foi caracterizada por grandes latifúndios, mas sim por pequenas e médias propriedades agrárias. Entre as exceções encontram-se a Fazenda de Santa Cruz, juntamente com três outras, no Distrito de Campos, e as terras do visconde de Asseca, estas últimas aforadas em unidades menores. Ao que consta, as terras da fazenda foram, em sua maioria, aproveitadas para a pecuária, contando no período jesuítico com 22 currais.

Colocando a passagem da fazenda em um campo mais amplo ideologicamente, observamos que a tomada dos bens dos jesuítas pelo governo português seguia as práticas da política regalista, baseando-se na filosofia que procurava laicizar o Estado, levando a Companhia de Jesus a ter sua expulsão decretada em 1759 e seus bens passados às mãos do Estado. Estavam sob o controle da Igreja, até então, a educação, a família, a produção literária e cultural. Mas, a briga não acontecia somente no campo ideológico, visto que a política jesuítica indigenista dos aldeamentos acarretava uma rixa com os colonos que queriam escravizar os índios.

É preciso deixar claro, no entanto, que apesar de muitas vezes não permitir a escravização dos índios pelos colonos, isto não significava que os jesuítas não se utilizassem de seu trabalho. No campo material, a Companhia era uma considerável proprietária de terras o que, logicamente, atrapalharia as reformas por parte do governo.

A fazenda dentro do comércio de subsistência do Rio de Janeiro

Como relatado anteriormente, a Fazenda de Santa Cruz foi um dos poucos latifúndios existentes no Rio de Janeiro. Dentro de tamanha extensão de terras, a atividade mais desenvolvida era a pecuária, tornando a fazenda uma importante fornecedora de carne verde desde os tempos da administração jesuítica. Deve ser levado em consideração que, no período estudado, não havia como conservar a carne fresca por muito tempo, e que viagens longas de uma capitania à outra certamente fariam com que o produto se estragasse. Por vezes, enviava-se o animal vivo para engorda e abate dentro da fazenda, ou para ser vendido e abatido nos talhos da cidade. Neste último caso, mostra-se mais uma faceta de aproveitamento da fazenda que servia para "estocar" os animais, vindos em sua maioria de Minas Gerais ou de São Paulo.

Minas Gerais, entretanto, nem sempre foi um centro de produção de gêneros destinados à subsistência, iniciou-se nesse setor com a descoberta de ouro em suas terras e desenvolveu-o com o declínio da área mineradora. Se, no oitocentos, Minas Gerais vai auxiliar no provimento alimentar do Rio de Janeiro, enviando para lá suas mercadorias, no setecentos o fluxo mostra-se invertido. E não só essa região cresceu como trouxe consigo mudanças consideráveis, como o aumento do movimento no porto do Rio de Janeiro, acarretando o crescimento do volume das exportações e, principalmente, importações, e da entrada de pessoas, incluindo escravos.

Com o declínio da mineração, o setor econômico da área mineradora voltou-se para agricultura de subsistência, especialmente ao Sul, estruturando então o que Fragoso e Manolo chamaram de verdadeiro complexo agropecuário (FRAGOSO E FLORENTINO, 2001, p. 79). Algumas pessoas migraram também para o vale do Paraíba do Sul, por causa do início da cultura do café, distribuindo-se em dois grupos principais: posseiros, que se voltaram para pequenos roçados, contribuindo para o comércio miúdo de primeira necessidade, e os mais favorecidos, que pleiteavam terras, em troca de serviços públicos já realizados ou a realizar, como a abertura ou melhoria de estradas, e que se destinavam ao fornecimento de alimentos para tropas e tropeiros, pastagens para animais ou pousos e vendas. Havia, ainda, os ocupantes que promoviam relações inter-regionais entre as zonas produtoras mineiras e o mercado consumidor do Rio de Janeiro.

Até início do século XIX, era proibida a abertura de estradas com o intuito de coibir o tráfico de ouro e diamantes, mas algumas poucas foram abertas pelos padres jesuítas, como a que fazia a ligação entre a sede da fazenda de Santa Cruz e a Quinta da Boa Vista,

outras eram abertas pela população para atender às suas necessidades e, na maioria das vezes, consistiam em trilhas ou picadas. A única via oficial que existia era o Caminho Novo, que ligava o Rio de Janeiro ao sul de Minas, embora através de variantes desse acesso também a São Paulo. Durante muitos anos, o fluxo de alimentos vindos de Minas e de São Paulo para o Rio passava por esse caminho, mas, conforme a necessidade foi aumentando, novas rotas foram sendo construídas.

Com a chegada da família real, e a necessidade de interligação do território, é suspensa a proibição da abertura de estradas. Em 1812, foi dado início à abertura da estrada do Comércio, que passava entre as regiões de Vassouras e Pati, servia ao porto do Comércio, à beira do Paraíba, e atingia o porto dos Índios, às margens do Rio Preto. Em 1817, a estrada ainda não estava totalmente pronta, mas já permitia que se trafegasse, pois contava então com 22 léguas e meia (LENHARO, 1992, p. 48 e 49).

Construiu-se, também, a estrada da Polícia, que percorria o mesmo trajeto da estrada do Comércio até Iguaçu, para quem vinha do Rio, partindo daí para Sacra Família, Vassouras, atingindo Valença e estendendo-se até o presídio do Rio Preto, às margens do rio de mesmo nome. E ainda a estrada Real Rio-São Paulo concentrando produtos que vinham do sul de Minas e mercadorias vindas de São Paulo, inclusive gado vindo do Sul, em especial dos Campos Gerais.

Além de Minas Gerais e São Paulo, o Rio de Janeiro possuía outra importante parceria, a região Sul do país de onde eram enviados sobretudo charque e trigo, por meio do comércio de cabotagem.

Segundo Alcir Lenharo:

> *Evidencia-se o acanhamento das fontes abastecedoras do mercado carioca através das providências que o príncipe regente recomendou antes de se instalar no Rio de Janeiro. Ordens foram expedidas para os portos e capitanias mais próximos do Rio de Janeiro para socorrer a cidade de mantimentos. O gado e os porcos remetidos livremente pela população deviam ser encaminhados à fazenda de Santa Cruz onde o regente disporia, de acordo com as necessidades, das doações acumuladas* (LENHARO,1992, p. 34).

Tendo em vista que a fazenda foi, pela Carta Régia de 16/10/1761, confiscada aos jesuítas e incorporada aos bens da Coroa, e que, segundo Antonil (que editou sua obra em 1711) as criações de gado dos jesuítas haviam chegado a 15 mil; e ainda que, de acordo com Serafim Leite, em 1742 a fazenda possuía 7.658 de gado bovino, 1.140 equinos e 200 ovinos, fica visível então que no espaço de tempo entre o confisco da fazenda e a chegada da família real ocorreu uma significativa baixa no rebanho, a ponto de o príncipe regente ter que pedir donativos à população e às capitanias vizinhas.

Após 1808, o mercado interno tende a se desenvolver com o aumento demográfico da população, pois com a vinda da família real o foco é invertido e o Brasil passa a ser o centro do governo português. Entretanto, não é esse fato em si que altera a vida no cenário carioca,

mas os acontecimentos que decorrem dele, como a elevação do Brasil a Reino Unido, a revogação da proibição das manufaturas no Brasil e, mais adiante, a Abertura dos Portos às Nações Amigas. Com o aumento demográfico, certamente o mercado interno de subsistência teve que se desenvolver, se dinamizar, mas a base da economia brasileira continuava fundamentada no latifúndio monocultor para exportação.

Deve-se salientar que em uma economia predominantemente voltada para a agricultura de exportação, calcada em grandes propriedades e na monocultura, a fazenda mostra-se como exceção pois é utilizada para a policultura e para a criação de gado vacum, equino e caprino, diversificando desta forma as atividades desenvolvidas dentro dela. A agricultura tinha entre os principais produtos o arroz e a cana-de-açúcar, os quais, além de servirem para consumo próprio, eram também dados à arrematação, no caso da cana em forma de açúcar e pipas de aguardente, pela Junta da Administração e Arrecadação da Real Fazenda da Capitania.

Outro produto que parecia ter bastante destaque era o café, colocado para arrematação em quantidades significativas. Em um edital da Junta da Administração e Arrecadação da Real Fazenda da Capitania do Rio de Janeiro, datado de 15 de março de 1805, colocam-se 42 arrobas; em outro, de 20 de agosto do mesmo ano, 60 arrobas **(1)**. O café aparece ainda como produto exportado para Portugal, como demonstra um aviso ao chefe de Esquadra Intendente da Marinha**(2)** em que se manda aprontar 140 arrobas para a cidade de Lisboa, datado de 25 de janeiro de 1806, e enviado pelo primeiro barão e visconde de São Lourenço, Sr. Francisco Bento Maria Targini, conselheiro de Estado e membro do Conselho da Fazenda.

Logicamente que, além desses, outros gêneros eram cultivados para consumo próprio da fazenda, como era costume nas fazendas jesuíticas. Quando ainda pertencia aos padres, a fazenda possuía pomares e hortas, cultivadas por negros e índios. Alguns alimentos, dos quais muito se valeram os padres do conhecimento indígena, foram introduzidos em seus roçados, como a mandioca e o milho.

Além de abastecer a cidade de carne verde, a fazenda colocava para arrematação peles e couros de boi, meia sola, peles de carneiro e cabras e mesmo os próprios animais. Para uso da fazenda produziam, ainda, laticínios.

Com a descrição elaborada por Serafim Leite e Antonil, destacando a fartura e infraestrutura da fazenda, torna-se pesaroso observar o quanto o potencial produtivo da fazenda já estava comprometido quando da chegada de D. João. Com efeito, em 1808, algumas partes da fazenda já haviam sido alienadas, como os engenhos de Taguahi (sic) e Piauhy (sic) que foram repassados em 1806; assim também parte da escravaria já havia sido vendida, alugada ou havia fugido; os roçados foram sido deixados de lado, como demonstra o edital para arrematação da lancha denominada Santa Anna e São José "por não ser preciza para a condução dos effeitos que vinhão da Fazenda de Santa Cruz", datado de 1806**.(3)**

Como descrito anteriormente, as rotas entre o litoral e o sertão, que serviam de ligação entre o Rio de Janeiro, São Paulo e Minas, foram surgindo conforme a necessidade. Segundo

Léa Q. C. Peixoto (1951, p. 20, 21 e 27), as primeiras rotas foram as trilhas utilizadas pelos índios Guaianazes, mais tarde foi aberto um outro caminho, a pedido do rei D. João V a Luiz Vahia Monteiro, então governador da Capitania do Rio de Janeiro, para evitar os ataques dos corsários que infestavam o golfão angrense. Esse caminho, partindo do Rio de Janeiro, passava pela Fazenda de Santa Cruz, seguia por S. João Marcos, Bananal, S. José do Barreiro e Areias, daí pela margem direita do Paraíba, atravessava-o no porto da Conceição e, do Registro da Mantiqueira, chegava a Capivari, em território mineiro.

Com a premência em diminuir o tempo da viagem, em razão do aumento do fluxo de mercadorias e da produção aurífera, construiu-se então um novo caminho que, ainda de acordo com Léa, segue o seguinte itinerário: partindo da Borda do Campo atravessava a Mantiqueira pela garganta de João Aires, daí a João Gomes, Chapéu d'Uvas, Juiz de Fora, Matias Barbosa, Simão Pereira, Três Irmãos, Paraibuna, cortando em direção ao Rio Paraíba, no trecho onde hoje é a cidade de Três Rios. Nesse local, bifurcava-se o caminho, seguindo um ramo para Barra do Piraí, onde começava a descer a Serra do Mar, em direção a Macacos, Inhaúma, Pavuna e Penha, sendo que esse, como informa Léa, na opinião de Diogo de Vasconcelos, apoiado por Moacyr Silva, era o verdadeiro Caminho Novo, mas nem Antonil, nem Capistrano de Abreu, estudando o roteiro de Garcia Rodrigues, se referem a esse trajeto. O outro ramo tomava o vale do Piabanha, passava pelo sítio do padre Corrêa, chegava ao alto do Córrego Seco (Petrópolis) descendo então a serra da Estrela e chegando à cidade do Rio de Janeiro, que parece ter sido o mais antigo e frequentado.

Apesar da proibição, outros caminhos continuavam a ser abertos pela população, os mais utilizados eram os que seguiam pela serra e que, a certa altura, acabavam encontrando o Caminho Novo. O antigo caminho, que passava pela fazenda, ficou sendo menos utilizado como rota de comércio entre Minas e Rio de Janeiro. Porém, ao que parece, o caminho "antigo" continuou a ser utilizado como escoadouro para o que vinha do Sul e de São Paulo. A Fazenda de Santa Cruz servia nessa rota como um local onde os condutores de gado os deixavam antes de chegar ao Centro da Cidade do Rio de Janeiro, não só para descansar da viagem, mas também para engorda, como demonstra o trecho de uma carta enviada ao conde da Barca, em 1816:

> *Diz Luiz Carlos Teixeira do Termo da Cidade de São Paulo que elle suplicante fez conduzir para o consumo desta cidade quatrosentos e secenta e dois bois, e porque xegando estes desfeitos pela sua longetude, determinou os deitar a pasto na Real Fazenda de Santa Cruz para que depois de nutridos dispor nesta corte (...)* **(4)**.

Apesar de movimentados, os caminhos utilizados não eram nem um pouco confortáveis ou mesmo seguros, a administração pública pouco cuidava da conservação das estradas como afirma Léa Quintiere (PEIXOTO, 1951, p.27), o que, com certeza, deve ter ocasionado prejuízos aos comerciantes. Porém, se ocasionaram algumas perdas renderam também bons lucros, como mostra Júnia Ferreira Furtado:

> *Na estratégia de expansão dos negócios, várias casas de comércio da corte, algumas já estabelecidas no Rio de Janeiro, enviaram seus representantes para os novos achados auríferos para que vendessem mercadorias e, se possível, estabelecessem casas comerciais. (...)*
>
> *O comércio com as Minas era rendoso. (...)Dos Currais de Paranaguá, da Bahia e do Rio das Velhas, vinham as boiadas e as cavalgaduras; do porto do Rio de Janeiro vinham comestíveis, roupas, armas, bugingangas que chegavam do reino e da Europa e, da África, os escravos* (FURTADO, 1999, p. 198).

De fato, o comércio com as minas tornou-se tão importante para o Rio de Janeiro que não seria exagero afirmar que o crescimento e desenvolvimento da cidade foi significativamente acelerado por ele, tanto demográfica quanto comercialmente. Tendo os portos como destaques principais e, conjuntamente com esses, os caminhos, mesmo os que não eram oficiais, cresceram em importância em relação às outras capitanias. Um dos indicativos principais dessa importância foi a transferência da capital da Colônia, em 1763, de Salvador para o Rio.

Logicamente que este crescimento não favoreceu somente o Rio de Janeiro e sua área central. Minas Gerais desenvolveu-se em bases sólidas, mesmo que assentada na extração aurífera. As cidades que foram fundadas no apogeu da mineração não deixaram simplesmente de existir com o fim do período. É interessante notar que exatamente da necessidade de produzir para consumo próprio, em razão da grande distância que separava o centro produtor (Rio) do centro consumidor (Minas) e da impossibilidade de transportar gêneros como frutas, verduras, hortaliças e mesmo carne verde, surgem fazendas criadoras de gado e propriedades com plantações. E são as fazendas de gado e plantações que vão manter a economia mineira quando a extração do ouro entrar em declínio. Nesse segundo momento, inverter-se-ão as posições e Minas passará a centro produtor, enquanto o Rio passa a ser consumidor. Mesmo durante o período da mineração, Minas já enviava, para ser vendido no Rio, produtos como queijos, toucinhos e marmelada.

Surgiram também povoados, vilas, cidades ao longo das estradas, graças a esse intenso fluxo comercial. Léa Quintiere assim coloca:

> *Além da grande importância econômica, os caminhos para as Minas exerceram também relevante papel social através do povoamento (....)*
>
> *Ao mesmo tempo que os caminhos avançavam eram os terrenos marginais divididos em sesmarias e distribuídos com o fito de povoar a região e manter a comunicação* (PEIXOTO, 1951, p.35).

Com o esgotamento da mineração ocorre o fenômeno da emigração. Segundo Léa Quintiere (PEIXOTO, 1951, p.36), famílias inteiras com seus escravos mudaram-se, tendo duas direções principais: uma para São Paulo e outra para o Rio de Janeiro – principalmente

para o vale do Paraíba. Ainda de acordo com Léa, começa nessa época o povoamento efetivo das regiões limítrofes do Rio de Janeiro e Minas, sendo que as famílias que se estabeleceram nessas áreas desenvolveriam a cultura do café.

Porém, no Rio de Janeiro, não só na região do vale do Paraíba foi cultivado o café. A Fazenda de Santa Cruz é prova, e um exemplo disso são os editais lançados pela Junta da Administração e Arrecadação da Real Fazenda da Capitania do Rio de Janeiro, anteriormente citados. De acordo com Benedicto Freitas (FREITAS, 1985, V.3), a cultura deste produto foi bastante duradoura, pois ainda em 1888 fazia-se a colheita e em grande quantidade.

João Fragoso e Manolo Florentino (2001, p. 79) descartam o abastecimento do Rio por meio de importações. Segundo eles, os produtos importados eram em sua maioria têxteis, vidros, manufaturados de metais, vinho, bacalhau, especiarias. Dão como certo que alimentos como a mandioca, o milho, o feijão, o charque e a carne de porco eram produzidos na própria Colônia.

Dentro desta afirmação, certamente a Fazenda de Santa Cruz teve participação importante como fornecedora de alimentos. E, ainda de acordo com Benecdito Freitas (1985, V.3), o carro chefe da agricultura teria sido a mandioca, lavoura que ficou prejudicada com a venda das terras do engenho do Piauhy, por não haver na fazenda terras que se igualassem destinadas ao seu cultivo.

Ao chegar à fazenda, D. João a teria encontrado já bastante modificada em relação ao tempo em que foi confiscada, os engenhos de Piauhy e Taguahi já haviam sido vendidos, outra boa parte das terras tinham sido aforadas, os currais não possuíam a mesma quantidade de gado e nem a mesma infraestrutura. A boa ou má rentabilidade dependia, então, de quem estava à frente de sua administração, principalmente na época dos vice-reis. A fazenda, no entanto, jamais deixou de produzir, passando por momentos de maior ou menor aproveitamento.

A administração da fazenda no período joanino

Nos anos em que D. João esteve no Rio de Janeiro era a fazenda um de seus locais prediletos. Ele implantou algumas medidas visando melhorias. Já em 1808 são descritos os principais cargos geridos para cuidar da administração da Fazenda de Santa Cruz. Criou-se uma superintendência especialmente para ela, sendo os principais cargos: superintendente, 1º e o 2º administrador, 1º e o 2º escriturário.

Nos anos entre 1808 e 1815, esteve como superintendente o deputado Leonardo Pereira de Vasconcelos. Por sua vez, John Mawe, um inglês que, a convite do conde de Linhares visitou Santa Cruz, elaborou um relatório a respeito da fazenda. D. João, tendo gostado do relatório, fez com que Mawe aceitasse o cargo de 1º administrador. Foi sua a iniciativa do fabrico de manteiga na fazenda, desenvolvendo ainda mais a produção de laticínios. Mawe, entretanto, não permaneceu por muito tempo na função, foi destituído a pedido do

superintendente que, juntamente com o segundo administrador, fez o possível para atrapalhar os trabalhos do inglês. Para ficar em seu lugar foi convidado um outro inglês de nome Samuel Bennet, agricultor especializado, vindo de Londres em 1811. Foi, segundo Benedicto Freitas, admitido a título experimental também pelo conde de Linhares. Bennet, ao que parece, agradava ao superintendente e recebeu desse a indicação para que ficasse com o cargo de administrador, como mostra trecho do ofício enviado por Leonardo Pinheiro de Vasconcellos ao conde da Barca, em janeiro de 1815:

> *Ponho na presença de V.Exª, como hontem me ordenou, a cópia dos ofícios, que em data de 26 de setembro e 10 de outubro de 1811 levei ao conhecimento de S.A.R. pela Secretaria de Estado dos Negócios do Brazil, prpondo no primeiro a Samuel Bennet para Administrador da Fazenda de Santa Cruz; e no segundo as condições com que deveria ser aceito e obrigações que ficava responsável.*
>
> *Para estas propostas me impellirão a incapacidade das pessoas que se achavão na Administração da dita Fazenda; e me parecer inteligente o dito Bennet, segundo mostrou em pouco tempo que esteve na dita Fazenda (...)* **(5).**

Ainda assim, Samuel Bennet também não ficou muito tempo à frente da administração, por considerar o cargo sem grande lucratividade. Com a sua saída, foi colocado no cargo o então segundo administrador, João Fernandes da Silva que, na ocasião da dispensa de Leonardo do cargo de superintendente, exercia também a função de tesoureiro.

Sobre a administração de Pinheiro de Vasconcellos, Benedicto Freitas relata o seguinte:

> *De sua desastrosa passagem pela Superintendência, disse o Coronel Cordeiro Alvim, que subordinou-se a um único sistema: desordem e intriga, desde o início de seu governo, promovendo a mais completa desunião quer entre funcionalismo, quer entre moradores. Com relação à Fazenda, ainda em seu vigoroso relatório, aquela acatada personalidade mostrou a D. João seu verdadeiro estado: abandonada, com sua produção paralisada totalmente, inexistência de escrituração, embora o decreto de sua criação mandasse adotar todos os livros indispensáveis à sua perfeita organização* (FREITAS, 1985, V.3).

Utilizando-se do mesmo ofício citado anteriormente, escrito por Pinheiro de Vasconcellos, notamos que ele tinha consciência de como andava sua administração e das querelas levantadas em função dela. Em outro trecho, ele descreve:

> *(...) o desejo de o servir bem (S.A.R.); venha atirar de todas estas minhas fadigas o triste resultado de intrigas com que se quer delustrar a minha reputação perante o soberano, e feitas por aquelles mesmos que S.A.R. tem determinado para cooperarem comigo em esses mesmos serviços (...).*
>
> *A muito que tenho conhecido o deliberado ânimo dos administradores e escrivão da Fazenda de Santa Cruz para este resultado capacitados de que era o meio de poderem conseguir não das contas, nem ter a escripturação prompta, no que eu continuamente os*

> *apertava; huns porque disso tirão proveito; outros por desleixo, inaptidão; outros finalmente para não sofrerem um superior que lhes note a falta de suas obrigações na suposição de que não terão outra naquella fazenda. (...)*
>
> *Posto nestas circunstâncias, e vendo já sem remédio a insubordinação dos empregados, vou rogar a V.Exª o favor de procurar pôr na Augusta presença de S.A.R. todos estes meos desgostos do mais brando e melhor modo(...)***(6).**

Dois pontos ao menos parecem estar em comum nos relatos de Vasconcellos e Cordeiro Alvim: o de existir naquele momento uma grande desorganização na parte administrativa da fazenda e o de vigorar uma séria discordância entre as pessoas que estavam à frente dela. O próprio ofício enviado por Vasconcellos levanta algumas dúvidas sobre seu efetivo controle administrativo e mesmo o modo como ele administrava. Fatos como os livros de escrituração não estarem de acordo, ou mesmo a admissão de proveitos tirados em função disto por outras pessoas, levam a crer numa administração omissa.

Em uma correspondência escrita por Pinheiro de Vasconcellos, datada de junho de 1812(**7**), após constatar as péssimas condições da estrada da Serra de Taguahy, por onde desciam tropas vindas de São Paulo e de Minas Gerais, em função de uma viagem feita, ele pede aos cofres públicos a quantia mensal de 200 mil réis. Esta quantia, segundo ele, serviria para custear os reparos na estrada "por onde diariamente se conduzem os víveres para abastecer a capital, e se faz o comércio das duas Capitanias referidas", e que se faria sem maior detrimento dos ditos cofres. Pois bem, entre os anos de 1813 e 1815, esta quantia é enviada mensalmente à fazenda e entregue ao administrador e tesoureiro João Fernandes da Silva. Em portaria expedida em 27 de junho de 1815, o príncipe regente ordena que se recolham aos cofres públicos os 600 mil réis que restaram do conserto da estrada e que se achavam em poder do tesoureiro da Real Fazenda e, ainda, que mandassem devolver também os dezenove escravos pertencentes à Real Junta do Comércio então em poder de Mathias Ramos, que, de acordo com Benedicto Freitas, era um prestigioso lavrador. Na gestão de Rio Seco, Mathias Ramos iria administrar a Feitoria de Santarém.

Levando-se em consideração ainda o relatório elaborado por Francisco Cordeiro da Silva Torres, tenente-coronel graduado do Real Corpo de Engenheiros, datado de 15 de dezembro de 1815, assim como os de Cordeiro Alvim e o do próprio Vasconcellos, vemos novamente destacadas a falta de organização e as querelas entre os dirigentes como principais causas da degradação da Real Fazenda. A partir dessas informações, podemos ter uma dimensão fidedigna de como estava a fazenda quando da saída de Pinheiro de Vasconcellos:

> *(...) Porque sendo incumbido cada hum de seu ramo procura todos os modos de o desempenhar sem atender aquelles que são da incumbência de outrem, e toda sua falta nos meios que tem a sua disposição, imputa a quem pello mesmo motivo faz outro tanto na sua repartição: daqui nascem queixas, malquerenças e até insultos; e quando cada hum vê que não pode ficar bem da sua empresa, intuita ao menos que outros também*

> *o não fiquem, o que é sempre fácil, por que para estrovar todos tem habilidade. Existindo esta desordem, que me parece fluir, como disse, da natureza mesmo do plano da administração actual (…)* (8).

Francisco Cordeiro demonstra a situação de abandono em que se encontrava a fazenda então, relatando - com o conhecimento de quem havia passado dois anos no local e colocava na (má) administração a responsabilidade pela sua decadência -, o estado das coisas. Cordeiro atenta para os malogros da escravaria, já que grande parte, a essa altura, já havia se evadido; para o descaso com as roças de plantio e mesmo com o gado e os currais, que sempre foram o carro-chefe de Santa Cruz. Diante de tão caótica situação, ele propõe que seja colocada outra pessoa à frente da fazenda e sugere algumas obras de reparo e soluções para alavancar novamente a produção agropastoril.

> *Sendo indubitável que da falta de unidade no mando e por conseguinte divergência de forças, deriva a decadência desta Real Fazenda, ocorre imediatamente a necessidade de pôr à testa dela um homem que merecendo a confiança de S.A.R. pelos seus conhecimentos, zelo e probidade, seja do responsável por todo o resultado da sua administração e por conseqüência munido de authoridade para fazer-te respeitar e obedecer por todas as suas ordens.(...)* (FREITAS, 1985, p. 80).

Um ponto interessante é que, no relatório, Francisco Torres faz menção aos métodos utilizados pelos jesuítas para gerir a fazenda e aconselha que fossem seguidos.

Leonardo Pinheiro de Vasconcellos deixou a Superintendência da Fazenda de Santa Cruz em 1815, e o cargo só foi novamente preenchido em 1817, pelo visconde do Rio Seco, ficando a direção nesse período sob os desígnios do marquês de Aguiar, e diretamente subordinado a ele o então 1º administrador, João Fernandes da Silva.

Durante o período de vacância da Superintendência, ocorreram a instalação de uma fábrica de tecidos, a abertura de valas, como sugere o relatório de Francisco Torres, e a construção do Aldeamento dos Espanhóis, como demonstram os resumos das despesas de alguns meses da fazenda, o que evidencia a preocupação em se fazer uma recuperação. No ano de 1816, foram enviados, ao 1º administrador, apontamentos das ordens a serem cumpridas encaminhados pelo conde da Barca e entre elas está a construção de um hospital no chamado sítio do galinheiro, planejado por Francisco Cordeiro (infelizmente não especificado se Francisco Cordeiro da Silva Torres ou Francisco Cordeiro Alvim), sendo para isso pedido que se enviassem todos os carpinteiros escravos da casa e aprendizes, à exceção somente dos que fossem indispensáveis. Recomendou-se, também, que todas as telhas e tijolos deveriam ser fabricados nas olarias, evitando assim que fossem comprados, que se reforçassem as taipas do Guandu, por causa da época das cheias, e que fosse concluído o curral nove para o gado que estava para chegar. Essas são demonstrações, portanto, de um início de reerguimento.

Com a posse do visconde do Rio Seco no cargo de superintendente, tem-se a continuidade das obras com um pouco mais de intensidade e que por isso ficou conhecida como a grande reforma, a começar pelo palácio que precisou ser reformado por não se encontrar em boas condições e também por causa do casamento de D. Pedro com D. Leopoldina.

A respeito do visconde do Rio Seco à frente da fazenda, Benedicto Freitas relata o seguinte:

> *Com Rio Seco à frente, conheceu então a Superintendência de Santa Cruz, a mais fecunda gestão de sua existência, sobretudo devido à sua iniciativa pessoal, adiantando fortes somas de seu bolso, para execução dos serviços dos serviços empreendidos, dentro de seu conhecido "plano quinquenal" (...) Encontrando o valioso estabelecimento quase arruinado, iniciou sua total reorganização, possibilitando verdadeira ressurreição em todos os setores.(...) Foi ele quem elaborou um completo sistema de escrituração, o que desde a saída dos jesuítas não se fazia, pagou todos os empregados, cujos ordenados estavam atrasados trinta meses, e outras dívidas antigas; fundou as feitorias de Perí-Perí, Bom Jardim e Santarém, instalando-as à sua custa (...) Estabeleceu normas para reanimar a lavoura e a indústria, além de um sem número de providências para regularizar muita coisa que andava errada. Não querendo deliberar sozinho sobre assuntos conplexos que envolvia a vida da Fazenda, constituiu uma comissão sob sua presidência, composta pelos tenentes-coronéis engenheiros Francisco Cordeiro Torres Alvim e Elziário de Miranda Brito e sangento-mór Guilherme Cristiano Feldner (...)* (FREITAS, 1985, p. 80).

As feitorias dedicavam-se praticamente ao cultivo de café (Santarém); arroz, milho, cana-de-açúcar e mandioca (Bom Jardim); e a extração de madeira (Perí-Perí). O gado também recebeu atenção, como demonstra relatório do próprio Rio Seco, no qual ele pede para não matar garrote, rês que indique moléstia, ou vaca sem o conhecimento do encarregado do campo. O gado continuava sendo fonte de renda para a fazenda e as instruções, nesse caso, eram para que a conta da carne vendida fosse acompanhada do dinheiro e, toda noite, entregue ao 1º administrador. O cuidado em não se abater fêmeas e bezerros demonstra a preocupação em se conservar e aumentar o rebanho que, a essa época, em razão da desastrosa administração anterior, não deveria contar com o seu maior número de cabeças. Ressalte-se que as fêmeas forneciam leite para o fabrico dos laticínios.

Apesar das instruções e dos cuidados tomados, esses não se mostraram suficientes para reerguer o gado de corte, como possuía a fazenda outrora. Benedicto Freitas também informa que considerava o renascimento produtivo da fazenda uma necessidade inadiável para o comércio de abastecimento do Rio de Janeiro colonial, seja no fornecimento de carne ou produtos agrícolas, ou ainda servindo como local de descanso e engorda para os animais vindos em tropas de Minas Gerais e de São Paulo. Essa última faceta foi de grande utilidade, visto que a fazenda ficava exatamente na rota chamada de "Caminho Velho" e que servia

para enviar e receber gêneros alimentícios, especialmente no período da descoberta do ouro e ocupação das minas.

Quando ocorre a decadência da mineração o fluxo comercial se inverte e o Rio passa a enviar gêneros para Minas, mas a esta altura o caminho mais utilizado era o chamado Caminho Novo, as consequências disto são que a ocupação e o desenvolvimento das terras ao longo e ao redor dos novos caminhos que passavam pela serra se deram mais rapidamente, uma prova dessa afirmação é a migração de famílias para o Vale do Paraíba e o desenvolvimento da cultura do café. Com a vinda da Corte e o estímulo à abertura de novas estradas e a oficialização das já existentes que passavam pela Serra de Petrópolis e encurtavam a viagem em dias, o Caminho Velho passa então a ser menos procurado e fica sendo utilizado praticamente por tropas vindas de São Paulo e do Sul. Com isso, a fazenda é de certa forma tirada fisicamente do centro das relações comerciais entre as capitanias.

Com o desenvolvimento do Rio de Janeiro foram surgindo também outros polos de fornecimento agrícola na capitania, e eram enviados para cá também de outras regiões produtos que auxiliavam no abastecimento, como o charque que vinha do Sul. Sem contar

Aquarela de Debret, circa 1818. A Fazenda de Santa Cruz, o convento, a igreja, e as senzalas.

ainda com outro feito importante de D. João: a Abertura dos Portos às Nações Amigas. Com isso, o Rio de Janeiro passou também a receber imigrantes e a desenvolver seu comércio interno, o que impulsionou também o próprio crescimento da cidade. A partir daí as relações comerciais no Rio irão se dinamizar. A fazenda vai então perdendo gradativamente sua importância e passa então a conviver com a presença de outras vias de se prover a Corte.

Aliado a esses fatores temos também o descaso com que foi tratada por alguns de seus administradores. Durante anos, desde que passou a patrimônio do Estado foi vítima de pilhagens e abandono por parte de alguns que não tiveram um comprometimento em manter a produção ou mesmo estimulá-la, como nos casos em que esteve nas mãos de Domingos Furtado de Mendonça, no período de Vice-reinado, ou nas de Leonardo Pinheiro de Vasconcellos, já no período joanino. É de se estranhar no entanto, que sendo D. João VI tão afeiçoado à fazenda e que por várias vezes nela se instalasse durante alguns meses do ano, não haja percebido o estado de degradação no qual estava inserida a propriedade, e tenha demorado tanto para retirar da frente administrativa o superintendente Leonardo Pinheiro de Vasconcellos. Fica claro que as rixas ocasionadas durante a gestão deste prejudicou bastante o legado da fazenda e o trabalho a ser executado em todos os setores.

Fica comprovado que os anos em que foi maltratada, a fazenda jamais os recuperou por inteiro, mesmo quando esteve à sua frente bons administradores, como o visconde do Rio Seco, comprometidos com o desenvolvimento dela. Apesar de todo o trabalho executado jamais houve novamente a produção alcançada na época jesuítica.

Todo o período em que passou sendo alvo de incompetência administrativa, podaram consideravelmente seu potencial produtivo. Fica a ideia de que toda a sua área poderia ter sido bem melhor aproveitada, tanto a produção agrícola quanto a pastoril, não fosse essa oscilação entre bons e maus administradores. A fazenda poderia sim ter uma participação muito maior e mais qualitativa no comércio de abastecimento do Rio se não tivesse passado pelo descomprometimento de alguns na sua parte administrativa.

Notas

1) A. N. Ministério da Fazenda. Cod. 142. V. 01

2) A. N. Ministério da Fazenda. Cod. 142. V. 01

3) A. N. Ministério da Fazenda. Cod. 142. V. 01

4) A. N. Ministério do Império – Casa Imperial. Fazenda de Santa Cruz. Caixa 507. Pct 03

5) A. N. – Fazenda Nacional de Santa Cruz – Cx. 507. Pc. 02

6) A. N. – Fazenda Nacional de Santa Cruz – Cx 507 – Pc. 02

7) A. N. – Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação – Cx. 443. Pc. 01

8) A. N. – Fazenda Nacional de Santa Cruz – Cx. 507 .Pc. 02

Bibliografia

ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil* - Por suas drogas e minas. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1982.

BOXER, Charles R. *A Idade de Ouro do Brasil* (dores de crescimento de uma sociedade colonial). 5a ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

CORACY, Vivaldo. *Memórias da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1955.

FALCON, Francisco José Calazans. *A Época Pombalina*. São Paulo Ed. Ática, 1982.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O Arcaísmo como projeto*: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c.1790 - c.1840. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2001.

FREITAS, Benedicto. *Santa Cruz.* Fazenda jesuítica, real e imperial. Rio de Janeiro: Asa Artes Gráficas Ltda. 1985. 3v.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de Negócio.* A interiorização da metrópole e do comércio nas minas setecentistas. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

GERSON, Brasil. *História das Ruas do Rio*. 5a ed. Rio de Janeiro: Lacerda Editores. 2000.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil.* Artes e Ofícios. Rio de Janeiro: Acervo da Biblioteca Nacional. Seção de Obras Raras.

____. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. 6T. caps. I, II, III, IV. Rio de Janeiro, Acervo da Biblioteca Nacional. Seção de Obras Raras.

LENHARO, Alcir. *As Tropas da Moderação*. 2a ed. Rio de Janeiro, Biblioteca Carioca. 1992.

PEIXOTO, Léa Quintiere Cortines. *Principais Antigos Caminhos Fluminenses para as Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Imprensa Estadual, 1951.

SANTOS, Francisco de Agenor Noronha. As Freguesias do Rio Antigo- 1875-1954. RJ. Ed. O Cruzeiro.1965

Fontes Primárias

Arquivo Nacional

Fazenda Nacional de Santa Cruz. Ministério do Império – Casa Imperial – Fazenda de Santa Cruz. Caixa 507, Pc. 02 1801 – 1817 e Pc. 03 1816-1848.

Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação. Contadoria da Junta do Comércio. Códice 173, Vol. 01. 1810-1827.

Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação – Junta do Comércio, Estradas, Pontes e canais, Despesas e Relatórios sobre obras – Caixa 443, Pc. 01.

Ministério da Fazenda. Registro de avisos e portarias da Junta da Fazenda Real – Real Erário – Tesouro Público. Códice 142, Vol. 01.

(Recebido para publicação em 18/05/2011)

Um templo glorioso de fé e tradição – Outeiro da Glória

A glorious temple of faith and tradition – the church of the Outeiro da Glória

Rosa Maria Dias da Silva
Formada em Filosofia, pesquisadora
da Biblioteca do Arquivo da Cidade
arquivog@pcrj.rj.gov.br

RESUMO:

Breve descrição sobre o fortalecimento da fé numa época de grandes acontecimentos e mutações histórico-sociais. A religião estava investida de grandiosas conquistas e ações coletivas entusiásticas, enquanto os sermonistas conquistavam multidões. A partir do século XVII, a tradição e a glamorização imperial contribuíram para aproximar muitos devotos e o apelo das tradições religiosas solidificou o legado da crença.

Palavras-chave: devoção-castidade; culto e tradição; festividades

SUMMARY:

A brief description of a strengthening of faith in an age of major events and historical social changes. Religion was imbued with great conquests and enthusiastic collective actions, while the sermonisers captivated huge crowds. Imperial traditions and glamourisation contributed to rally many churchgoers in the 17th Century, and the appeal of religious traditions reinforced the legacy of faith.

Key words: *devotion-chastity; worship and tradition; festivities*

A invocação de Nossa Senhora da Glória data de 1608. Nessa época, era apenas um primitivo e tosco santuário, no Morro do Lerype, a 61 metros do nível do mar.

Narrada por José de Alencar em o "Ermitão da Glória", conta a lenda que havia uma pequena gruta no alto da mata brava onde isolado vivia Aires de Lucena, um eremita melancólico pela perda de sua amada Maria da Glória. Crescendo sua devoção, ele passa a venerar, nessa mesma gruta, uma acanhada imagem de Nossa Senhora da Glória.

Sessenta e três anos mais tarde, em 1671, o ermitão Antônio Caminha**(1)**, português, natural de Aveiro, ergueu uma pequenina e simplória capela no alto do monte, na época lugar ermo considerado extramuros da cidade. A contribuição do povo anônimo e a quantidade de doações favoreceram a melhoria da pequena Orada.

Escultor, santeiro e mestre de obras, o ermitão, com seu próprio esforço, construiu mais tarde, em madeira e barro, uma rústica capela dedicada à Virgem. Homem habilidoso, sem vaidade, andava simplesmente com o hábito da Ordem Terceira de São Francisco. Era abastado e possuidor de muitos terrenos, constituiu inúmeros descendentes, seus filhos Helena, Antonia, Tereza, Mateus, e seu filho João, se dedicaram ao culto religioso.

No dia 1° de abril de 1701, João Caminha foi eleito capelão do coro da Ermida. Em velhos alfarrábios consta que, nessa época, Antônio Caminha esculpiu uma imagem de Nossa Senhora da Glória, trabalho que durou dois anos consecutivos, em madeira muito bem escolhida**(2)**, mandou fazer exclusivamente uma coroa de prata e três ricos anéis para a Santa, e com respeito e muito carinho acondicionou-as em grande caixa de madeira, a fim de presentear D. João V de Portugal.

Em 1708, durante seu percurso, a nau denominada Falcão, em consequência de uma forte tormenta ocorrida no dia 21 de dezembro, veio a naufragar nas costas do mar do Algarve, exatamente no dia de São Tomé. Três dias depois, em 24 de dezembro, a caixa intacta, milagrosamente, apareceu próxima aos rochedos do Convento de Lages, sendo resgatada e recolhida pelos capuchinhos do Convento de São Francisco. Ainda hoje a imagem é venerada no Algarve em altar do mesmo convento.

Antônio Caminha injustamente foi denunciado como suspeito de furto da primeira imagem do outeiro e preso em seguida por ordem do bispo Dom Francisco de São Jerônimo. Porém, logo foi liberto quando esclarecido o episódio e comprovada a sua inocência.

O Morro do Lerype, hoje conhecido como Outeiro da Glória, pertenceu à sesmaria de Julião Rangel de Macedo. Mais tarde, seus herdeiros venderam à família Rocha Freire que, em 18 de fevereiro de 1687, o alienaram ao Dr. Claudio Gurgel do Amaral, o qual, em 20 de junho de 1699, fez doação do mesmo à Irmandade da Glória, em virtude de se sentir entristecido com a degradação da pequena igrejinha, arruinada pelo tempo. No entanto, impôs à Irmandade a condição de que logo fosse erguido um novo templo e também um jazigo familiar para seus descendentes. Além disso, fez também doação de terras na base do

morro que anteriormente comprara de Manoel Lopes Carrilho, filho de João Lopes. Eram 100 braças na Praia da Carioca, também conhecida como Praia da Glória, em cujos arredores existia um pequeno forte para o qual, em 1703, merecidamente, foi nomeado capitão, por patente, pelo governador D. Álvaro de Siqueira e Albuquerque.

Na qualidade de Capitão, Claudio Gurgel deveria transformar o forte feito de barro em forte de pedra e cal. Assim foi realizado e, tempos depois, novamente por mérito, passou a provedor da Coroa e da Fazenda Real, bem como a juiz e contador da Alfândega, vereador e escrivão da Câmara. Por nomeação também se tornou defensor da Praia de Santa Luzia, para a qual muito contribuiu com madeira e donativos em dinheiro destinados às fortificações.

O cônego Francisco da Costa Cornivel, nascido no Rio de Janeiro e cônego desde 1710, intencionava reconstruir a igreja, porém a morte o surpreendeu em 23 de dezembro de 1711. Entre 1712 e 1714 a ermida começou a ser parcialmente construída por anônimos mestres de obras do século XVII.

Ainda em 1714 é aprovado o primeiro compromisso da Irmandade, escrito por Bento Pereira da Luz, para a sua canônica fundação, por provisão do bispo D. Frei Antônio de Guadalupe, virtuoso franciscano, nascido na Vila Amarante, em Portugal. E, em 21 de fevereiro no ano de 1725, frei Antônio é confirmado 4º Bispo do Rio de Janeiro, por Bento XIII, tomando posse no mesmo ano. Em 1726, a obra parcial da capela foi concluída.

Em 9 de julho de 1739, uma petição foi encaminhada pelos devotos ao bispo de Guadalupe para nova reconstrução do templo, nos seguintes termos:

> *Dizem os devotos da Virgem Nossa Senhora da Gloria, cuja a capella ou igreja se acha sita nesta Cidade, extra-muros, que elles para maior obsequio, serviço, culto da mesma Senhora, arrecadação e administração das esmolas com que os fieis concorrem para o mesmo culto e veneração, têem assentados erigirem sua irmandade ou confraria com o titulo da mesma Senhora; para regra della também determinam fazer seu compromisso que hade ser approvado e confirmado por V. Ex. e como a querem erigir com a autoridade de V. EX. (...)*(**3**)**.**

O bispo concede a licença para a construção da nova igreja, exigindo que depois de erguida fosse firmado um compromisso para o bom governo dela. E, em 10 de outubro de 1739, Antônio da Fonseca Lopes, escrivão da Câmara Eclesiástica, subscreve a licença. No dia 16 de dezembro de 1739, os devotos requerem uma aprovação de seu compromisso, ficando autorizado pela provisão de 7 de janeiro de 1740.

No fim de 1781, é feito um novo projeto cujo autor presumido do risco teria sido o tenente-coronel José Cardoso Ramalho, o mesmo arquiteto da igreja de São Pedro dos Clérigos, desaparecida em 1942/1943 quando abriram a avenida Presidente Vargas.

A partir do projeto definitivo, a expressiva manifestação de fé veio ganhando força ao longo dos anos, por meio do empenho dos devotos e romeiros que promoviam animadas

quermesses e que, a cada ano, se tornavam mais interessantes, engrossando o número de fiéis fervorosos e afeiçoados peregrinos que vinham, de todas as partes, com flores, adornarem os pés da Virgem. Alguns caminheiros se hospedavam nas antigas casas dos romeiros construídas em torno da capela.

A partir do dia 5 de agosto de todos os anos começavam as novenas, que eram encerradas com a festa máxima no dia 15 de agosto, com muitas festividades, inúmeras barraquinhas, fogos de artifício, reacendendo a fé.

Em 1808, chega ao Rio de Janeiro a Corte portuguesa e os hábitos começam a mudar, embora a cidade ainda tenha ares e costumes do mundo português. Neste mesmo ano, no dia 29 de março, alguns dos capuchinhos italianos que habitavam o Hospício dos Barbonos foram desalojados e, mediante aviso régio, passaram a ocupar, em 3 de abril de 1808, a casa dos romeiros, abrigo ainda sem comodidade e regalia. Nessa época, a Irmandade passou a permitir modernos divertimentos, porém com discrição e zelo católico. As festas religiosas, com elevação do Brasil a parte integrante do Reino Unido, passaram então a atrair muitos curiosos, nobres damas e devotos cativos de bênçãos. As manifestações religiosas eram apologéticas e pragmáticas, de crença incomum; numerosos e representativos eram os adeptos, renovando a sua fé, animados pela Banda dos Barbeiros, uma banda de negros bizarros.

A igrejinha poligonal, caiada de branco, circundada e sombreada pela mata, com a fachada voltada para o mar, encantou D. João VI, que se tornou ardente devoto.

Entre 1808 e 1818, o viajante e comerciante inglês, John Luccock, descreve com intensidade a beleza do sítio do monte e faz muitas referências ao pequeno convento na época ocupado por jesuítas alemães**(4)**.

Em 4 de abril de 1819, nasce a filha primogênita de D. Pedro I e D. Leopoldina, sendo batizada em 27 de junho do mesmo ano, recebendo o nome de Maria da Glória. D. João VI leva a neta nos braços até os pés da Virgem Gloriosa. Com a igreja completamente iluminada, festeja-se o acontecimento com fogos e sinos a repicarem. Mais tarde, em Portugal, D. Maria da Glória receberia o título de D. Maria II. Em outras ocasiões, os pequenos príncipes também estiveram no templo para receberem a água do batismo.

Por volta de 1821, a Ladeira da Glória já possuía agradáveis residências, ocupadas com muito gosto pelos ingleses. Nessa época, ao lado do templo, foi construída uma extensa escadaria.

Maria Graham, em visita ao Rio de Janeiro, em 1823/1824, subiu ao monte vislumbrando o outeiro que, até o sopé, era coberto de uma densa vegetação, o que muito a admirou. Nessa ocasião, ainda se podia sentir o cheiro das folhas e flores aromáticas, assim como observar lá de cima as belas vagas marinhas.

O Padre Perereca (Luis Gonçalves dos Santos), bem longe, em Lisboa (1825), comenta que uma rua teria sido aberta para que o clero e a nobreza pudessem chegar até a ermida. Já

existiam também casas de um lado e do outro da ladeira e o número de romeiros era tão grande que o templo parecia pequeno demais a cada ano.

Em 2 de janeiro 1826, D. Pedro I sobe à igreja da Glória com o filho, de apenas um mês de vida, o pequeno Pedro, futuro D. Pedro II, para receber bênçãos diante do altar-mor. Neste mesmo ano, D. Leopoldina adoece gravemente. Em razão do momento difícil, suas majestades visitam a ermida com mais frequência a fim de suplicarem graças e, principalmente, a proteção divina para o alívio do sofrimento da imperatriz que, infelizmente, nesse mesmo ano, veio a falecer, gerando tristeza em toda a Corte.

Ao iniciar o ano de 1827, as visitas da família real nos dias santos demonstravam o apreço e a deferência pela Virgem. Contam os antigos que jamais o imperador e as princesas deixaram de louvar e prestigiar os cultos religiosos, assim como de contribuir com joias e bens de grande valor para a igreja.

D. Pedro I, em 17 de outubro de 1827, recebe no Outeiro bênçãos matrimoniais de seu segundo casamento com a imperatriz D. Amélia de Leuchtemberg que, anos mais tarde, em 1830, doa à igreja um belíssimo cálice de prata.

O coro, nessa época, contava com compositores ilustres como José Maurício, Marcos Portugal e Pedro Teixeira, todos vindos da Itália graças a um antigo pedido feito por D. João VI. Nos fins de semana, o imperador vinha prestigiá-los, sendo visto por populares subindo a colina até o Santuário em carruagem descoberta, puxada por quatro mulas, conhecida como "faeton".

O adro da igreja, em 1837, não era mais iluminado como no tempo dos vice-reis; nessa época foram substituídos por globos fixados em hastes de ferro. E, neste mesmo ano, a casa dos romeiros passa a ser residência definitiva de alguns ingleses.

O título de Capela Imperial foi concedido por D. Pedro II, em 1846, mas somente em 27 de dezembro de 1849 foi conferido, formalmente, à Irmandade a designação de "Capela Imperial", que se conserva até hoje. Neste mesmo ano, D. Pedro II passa a ser recebido como irmão e perpétuo protetor da Irmandade, assim como todos os príncipes da família imperial constam inscritos no livro de recepção como perpétuos protetores. Registrados no mesmo livro, entre muitos personagens ilustres do passado, estão o duque de Caxias, Souza Franco, Saldanha Marinho e José Clemente Pereira, considerado o grande provedor da Santa Casa de Misericórdia, nascido em 1787. Pedro Calmon escreve em sua homenagem: "E que espantoso provedor ele foi! Pusera a construir o edifício do novo hospital, uma obra que devia ter o tamanho do seu coração: imensurável". José Clemente morreu em 1854, deixando para trás uma bela jornada terrena.

No ano de 1858, foram abaixo algumas pequenas e antigas casas que seguiam desde o início da Ladeira até a rua do Catete. Foi necessário substituir a iluminação do átrio e grandes lampiões foram colocados dando graça e poesia à pequena ermida.

Em 1863, provedores e irmãos da Irmandade pedem permissão para incrementar os festejos com grande quantidade de fogos de artifício**(5)**. Entre os grandes pregadores que ocuparam o púlpito do Outeiro está o célebre Frei Francisco de Mont'Alverne, com sua fértil imaginação, eloquência e veemente oratória. Nascido em 1784, foi nomeado pregador imperial em 1816, pregou pela última vez na festa de 15 de agosto de 1855, com a igreja repleta de fiéis. Morreu 36 meses depois, em Niterói, cego, curvado porém lúcido. "Consta que o ator João Caetano ia sempre ouví-lo para aprender a declamar."**(6)**

Como de costume, no ano de 1875, Luís Mendes Ribeiro, na qualidade de festeiro encarregado de preparar fogos de artifício, pede ao presidente da comarca municipal da Corte nova autorização para os festejos. E, em 29 de julho de 1876, continuam os pedidos para que a ladeira da Glória fosse mantida em condições de asseio (calçamento, capinagem etc.)(**7**).

"A imperatriz Teresa Cristina, desde 25 de novembro de 1821, concorreu para a Noite da Lâmpada de Nossa Senhora, fazendo questão de acendê-la"(**8).** Ricas túnicas, copo e véu também eram oferecidos a ela.

A Igreja do Outeiro foi tombada em 4 de maio de 1938. A restauração, segundo sua feição primitiva, foi uma proposta do Dr. Raimundo Ottoni de Castro Maia, tendo como arquitetos Lúcio Costa e José de Souza Reis. O trabalho foi executado pelo IPHAN (1940), tendo como provedor o comandante Thiers Fleming.

O Museu da Irmandade é obra de 1939, finalizada em 1941, cujo arquiteto foi Adalberto Szlard, e está instalado em uma sala especial nos fundos da igreja. Assim como o museu, a casa-forte preserva peças de valor histórico pertencentes à Irmandade, nos mostruários estão porcelanas, objetos de prata, quadros e as roupas de Nossa Senhora, além de impressos e manuscritos. Ainda em 1939, foi celebrado o bicentenário da Irmandade e o desembargador Edgar Costa foi quem colocou a placa comemorativa.

Po volta de 1940/1941, o IPHAN realizou necessárias obras de restauração, já que, no ano de 1942, os irmãos providenciariam a vinda da réplica da imagem do naufrágio de 1708, imagem essa intronizada no nicho exterior da fachada norte da igreja, modelada em gesso pelo escultor português João José Gomes, diretor da Escola Industrial do Algarve. Também foi construído um edifício de três andares, em harmonia com o estilo da igreja.

A inauguração do plano inclinado (elevador) se deu em 20 de janeiro de 1944, pelo prefeito Henrique Dodsworth. Possui capacidade para 14 pessoas, servindo aos moradores do Outeiro e aos fiéis em dias de festa, embora alguns até hoje prefiram subir a ladeira a pé. Por contrato de 3 de julho de 1944, a exploração foi concedida à Irmandade.

O órgão litúrgico foi inaugurado em 1949, ainda sob o esquema do século XVIII. O cardeal D. Jaime de Barros Câmara, desde então, muito contribuiu para o avivamento e desenvolvimento de todas as solenidades musicais. Só em 1950 essas cerimônias foram proclamadas como oficiais pela Arquidiocese, cujo provedor foi D. Jayme da Costa Leal.

A igreja foi consagrada, em 31 de outubro de 1951, pelo eminentíssimo cardeal. A consagração é uma cerimônia oficial pela qual o Senhor toma posse do edifício destinado a seu culto, ficando o local revestido de caráter sagrado, dedicado ao serviço de Deus. "O dia da consagração de uma igreja é como que o dia de seu nascimento espiritual."(**9)**

O templo poligonal, único no Brasil, de oito faces, estava em moda desde o século XVII, e ainda hoje possui aspecto antigo, com paredes brancas que caracterizam a arquitetura seiscentista. As janelas têm, acima, pequenas envasaduras circulares entre pilastras com piões no topo, uma torre central com sineira e uma cobertura cuja forma lembra um bulbo, além de outras coberturas para os sinos. A igreja é pequena, no estilo barroco barromínico**(10),** que chegou ao Brasil no início do século XVIII. Interiormente, a igreja é clara e suave, as partes laterais inferiores possuem paineis de azulejos brancos e azuis com temas histórico-biblicos (1735-1745)(**11**), que teriam vindo de Lisboa, segundo Santos

Igreja N. S. da Gloria e aqueduto – W. Gore Ouseley – Rio de Janeiro, 1850

Simões. Conta com duas belas pias em mármore de lioz português do século XVIII, o mesmo lioz usado na portada frontal e nas laterais. Os três altares (1781) são de autoria de mestre desconhecido. A Capela-mor tem a imagem da Virgem em nicho de vidro, com o Menino Jesus no colo, do século XVIII. Essa imagem de Nossa Senhora da Glória, segundo a tradição, foi esculpida pelo ermitão Antônio Caminha(**12**) e possui túnica bordada em ouro e prata. A mudança das vestes ocorre todos os anos, no dia 5 de agosto, em cerimônia introduzida pela imperatriz Leopoldina**(13).** O templo mantém a imagem de Santo Amaro do lado direito, com a epístola, caracterizado pelo traje beneditino e pela coroa dos clérigos. A de São Gonçalo do Amarante permanece no terceiro altar, com o evangelho.

José de Alencar destacou o Outeiro em seu romance-lenda "O ermitão da Glória". Assim descreveu a festa da Glória em 1855: "(...)uma das poucas festas populares da corte"(**14**). Realmente, proletários, comerciantes, banqueiros, negros, romeiros provincianos, pessoas humildes, enfim, todas as camadas sociais se uniam na fé, aumentando o significado religioso, aguardando o amanhecer do dia 15 de agosto, quando as famílias ilustres viriam para assistir a primeira missa da manhã. E José de Alencar, mais uma vez, em seus escritos, deixa sua impressão: "É uma festa filosófica essa festa da Glória (...)"(**15**).

Porém, segundo Manoel Bandeira, o cortejo não estava completo, diz ele:

Reprodução de Cartão Postal

> *Faltam a ele as figuras principais que eram a dos soberanos. Os Imperadores do Brasil e antes deles os Vice-Reis e Governadores Gerais que compareciam todos os anos à festa. (...) Era uma festa ao mesmo tempo popular e aristocrática.*

Desde os tempos dos vice-reis, a Festa de Nossa Senhora da Glória é reconhecida como uma festa de grande magnitude religiosa, durante a qual o povo expande sua alegria. Com música, ardentes tochas, fogos de artifício, caminhantes sobem exclusivamente pela fé e coroam a festa com danças e representações. Manuel Bandeira recorda: "(...) Todavia não deixei de ter saudades da iluminação primitiva que formava em torno da capelinha um manto, cintilante manto de Nossa Senhora"(**16**).

Obscuridade, tormentos e aflições podem estar no asfalto, mas com certeza o Outeiro da "Glória" continua acima do Bem e do Mal. A mansão brasileira da "Rainha da Glória" é *pop*: está sempre aberta a diletos fiéis de bom zelo. E o empenho dos devotos de décadas passadas resultou em um comprometimento afetivo que enobrece o cenário da Cidade do Rio de Janeiro.

Notas

1) Segundo essa fonte, *Primeiras famílias do Rio de Janeiro*, v.1. Carlos Rheingantz, p. 286, Antônio Caminha nasceu no Rio de Janeiro, foi batizado em 20 de junho de 1649, e casou-se na igreja da Candelária, em 9 de dezembro de 1674.

2) Claudio G. do Amaral Grugel, e não Gurgel, pois assim ele assinava nos documentos da Santa Casa de Misericórdia, do qual era um importante provedor. José Vieira Fazenda. *Antiqualhas e memórias*, tomo 86, v. 149, p. 357.

3) Pequeno panorama, v. 1, p. 280.

4) O pequeno convento seria a casa dos romeiros. Igreja Nossa Senhora da Glória do Outeiro. Afrânio Peixoto. Rio de Janeiro: SPHAN, 1943, p. 16.

5) Códice 43-4-4, folha 8. AGCRJ.

6*) História da literatura brasileira*. Silvio Romero. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943. p. 180.

7) Códice 43-4-4, folha 21. AGCRJ.

8) Relatório da Imperial Irmandade de Nossa Senhora da Glória do Outeiro, 1950- 1951, p. 92.

9) Relatório da Imperial Irmandade de Nossa Senhora da Glória do Outeiro, 1950- 1951, p. 14.

10) Francesco Barronimi substituía as linhas retas por curvas e as superfícies lisas por volumes. (Século XVII – XVIII*). O Rio de Janeiro e sua arquitetura*. Rio de Janeiro: RIOTUR, 1989, p. 15.

11) Separata dos "Anais do Museu Histórico Nacional", v. 6, 1943. *Nossa Senhora da Glória do Outeiro*. Yolanda Marcondes Portugal. Rio de Janeiro, 1948, p. 22.

12) Relatório da Imperial Irmandade de Nossa Senhora da Glória do Outeiro, 1950-1951, p. 55.

13) Separata dos "Anais do Museu Histórico Nacional", v. 6, 1943. *Nossa Senhora da Glória do Outeiro*. Yolanda Marcondes Portugal. Rio de Janeiro, 1948, p. 12

14) Ibid., p. 13.

15) Rio de Janeiro em prosa e verso. Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965, p. 482.

16) Citação de Manuel Bandeira *em Crônicas da província do Brasil*, no livro Igrejas Barrocas do Rio de Janeiro, Benjamim de A. Carvalho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 87.

Referências Bibliográficas

AGCRJ. Códice 43-4-4 folha 8 e 21 Festividades.

AZEVEDO, Moreira de. *Pequeno panorama:* descrição dos principais edifícios da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typographia de F. de Paula Brito, 1961.

BANDEIRA, Manuel., ANDRADE, Carlos Drummond. *Rio de Janeiro em prosa e versos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965.

CARVALHO, Benjamim de A. *Igrejas Barrocas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

FAZENDA, José Vieira. *Antiqualhas e memórias do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1921. tomo 86, v. 140.

MACEDO, Roberto. *Efemérides cariocas*. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1943.

MAURICIO, Augusto. *Igrejas históricas do Rio de Janeiro*. Edição atualizada. Rio de Janeiro: Kosmos [19—].

MORAES FILHO, Mello. *Festas e tradições populares do Brasil.* Brasília: Garnier, 2002.

PEIXOTO, Afrânio. *A Igreja de Nossa Senhora da Glória do Outeiro*. Rio de Janeiro: SPHAN, 1943.

PORTUGAL, Yolanda Marcondes. *Nossa Senhora da Glória do Outeiro.* Rio de Janeiro, 1948.

Relatório da Imperial Irmandade de Nossa Senhora da Glória do Outeiro. Rio de Janeiro, 1950 -1951.

Rio de Janeiro e suas igrejas. Rio de Janeiro: RIOTUR, 1988.

ROMERO, Silvio. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943.

RHEINGANTZ, Carlos. *Primeiras famílias do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Brasiliana, 1965. v.1

VALLADARES, Clarival do Prado. *Rio Barroco*. Rio de Janeiro: Bloch, 1978.

(Recebido para publicação em 19/04/2011)

O Rio de vívidas e pulsantes geografias

The Rio of vivid and throbbing geographies

João Baptista Ferreira de Mello
Doutor do Instituto de Geografia UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro NeghaRIO - Núcleo de Estudos sobre Geografia Humanística, Artes e Cidade do Rio de Janeiro
E-mail: roteirosgeorio@uol.com.br

RESUMO:

O artigo, apoiado nos princípios da geografia humanística, uma corrente que procura decodificar a alma dos lugares, a partir das experiências vividas pelos indivíduos e grupos sociais, explora geografias vibrantes de personagens fictícias e de grandes artistas como Marlene, Martinho da Vila e Fernanda Montenegro, cujas trajetórias se confundem com os pulsares da Olímpica e Maravilhosa Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Rio de Janeiro; Geografia Humanística; manifestações artísticas

SUMMARY:

The article, based on principles of humanistic geography, a field that seeks to decipher the "spirit" of places by means of the experiences undergone by individuals and social groups, explores the thrilling geography of fictitious characters and important artists – from all fields – such as Marlene, Martinho da Vila and Fernanda Montenegro, whose professional courses intertwine with the pulse of the "Marvellous City" – now also Olympic – of São Sebastião do Rio de Janeiro.

Key words: *Rio de Janeiro; humanistic geography; artistic expressions*

O caudaloso Rio de nativos, conquistadores, escravos, comerciantes, religiosos e artesãos, organizou, ao longo dos séculos, o espaço urbano carioca. Na "rolança do tempo", como diria o ator Mário Lago, juntaram-se à exuberância da natureza, arquitetos, prostitutas, industriais, políticos, geógrafos, donas de casas e uma legião de advogados, faxineiros, executivos, odontólogos, lojistas e camelôs. Essa criação coletiva recebeu generosas, inusitadas e enriquecedoras colaborações. Trata-se de uma geografia vívida e dadivosa, um Rio de ações, lutas e encantos. Afinados no convívio social e procurando lidar com as dissonâncias das margens do Rio, juntaram-se engenheiros, garis, bancários, marceneiros e motoristas em uma cidade ostentatória em suas formas naturais, imponente, e ao mesmo tempo despojada, nas edificações e plena de funções, centralidades e ou simbologias, cujo traço comum aglutina beleza, hospitalidade, bem-estar, embates e o ritmo do dia a dia.

A presente comunicação, em meio aos meandros profissionais e construtores da Olímpica e Maravilhosa Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, segue o rumo do Rio dos artistas da vida, objetivando explorar alguns fragmentos biográficos como elementos exemplares de pesquisa. Nesta torrente, as ricas trajetórias da cantora Marlene, do compositor Martinho da Vila e da atriz Fernanda Montenegro e outras ficcionais, emitidas pela mente genial de Wilson Batista, mas extraídas do mundo vivido e pertinente ao malandro carioca, ao operário e ao "Pedreiro Waldemar", são apreciadas como ferramentas para a compreensão dos ofícios concernentes ao trabalho e às artes na antiga capital da Colônia, do Reino, do Império e da República, fonte e desaguadouro de uma cultura que pulsa e ecoa por todo o país.

Nesta ciranda de profissões ou, se assim entendermos, o oposto do trabalho manual ou intelectual, consideremos primeiramente o perfil do típico malandro carioca, extraído da verve artística do compositor Wilson Batista (1913-1968), natural de Campos, Estado do Rio de Janeiro, e que se tornou um relevante cronista da gente e dos lugares da Cidade Maravilhosa.

De sua galeria de melodias, a primeira a ser destacada tem por título *Lenço no Pescoço*, gravada pelo "caboclinho querido", o seresteiro Sílvio Caldas nos idos de 1933, com a seguinte mensagem: "Meu chapéu de lado/ tamanco arrastando/ lenço no pescoço/ navalha no bolso/ eu passo gingando/ provoco e desafio/ eu tenho orgulho/ em ser tão vadio/ sei que eles falam/ deste meu proceder/ eu vejo quem trabalha/ andar no miserê/ eu sou vadio/ porque tive inclinação". Do universo de sua experiência vivida o compositor Wilson Batista, frequentador da Lapa, nos anos trinta, bairro da malandragem, da boemia e dos compositores, extrai elementos para a sua narrativa no samba acima citado.

O mundo vivido, manancial de experiências e fonte de inspiração é muito rico com sua teia de acontecimentos, despojamento e comicidade. O malandro da Lapa, em sua magnitude e esplendor, não apenas contribuiu para organizar os espaços e os lugares do bairro

mencionado, como ainda hoje, calcado na mitológica malandragem, o bairro sofre uma espécie de toporreabilitação (TUAN, 1980), referente às ações de resgate/restauro em busca de melhores dias. Ou seja, a Lapa não se restringe à exuberância de imponentes sobrados, emoldurados pelos famosos Arcos da Lapa (o aqueduto de 1750, refuncionalizado em 1896, como via para os bondes para o bairro de Santa Teresa). Na esteira desse passado fabuloso da malandragem, o centro de lazer em tela vive momentos de grande pulsar. Trata-se de uma das centralidades do Rio e o simbolismo da malandragem mostra que, no passado e mesmo no presente, o malandro continua organizando espaços do medo, da rejeição, como também lugares de expressivo vigor, movimento, ritmo e esplendor. Nestes termos, pode-se afirmar que o malandro integrante do "(...) sindicato dos inimigos do bactente (...)", continua organizando espaços e lugares, como pode ser evidenciado nos ecos da velha Lapa de outrora ou no alarido da Lapa do presente (BUTTIMER, 1985; ABREU, 1997; CORRÊA, 1999; MELLO, 2002).

O mundo de Wilson Batista, na realidade, sofreu uma intervenção direta do Estado Novo quando os compositores foram obrigados a verter elogios ao trabalho e deixar a malandragem para trás. Era o tempo dos ditames do Estado Novo e da tentativa da mudança de um Brasil a caminho da industriação/urbanização. Neste sentido, o samba *O Bonde São Januário*, escrito a quatro mãos com Ataulpho Alves, é uma significativa ilustração. Nesse turbilhão, no carnaval de 1941, capitaneado pela estimada voz de Ciro Monteiro em disco, a música *O Bonde São Januário*, da dupla Wilson Batista-Ataulpho Alves, ganhou as ruas do Rio de Janeiro e do país a bordo do seguinte alerta musicado: "quem trabalha é quem tem razão/ eu digo e não tenho medo de errar/ o bonde São Januário/ leva mais um operário/ sou eu que vou trabalhar/ antigamente eu já tinha juízo, mas hoje eu penso melhor no futuro/ sou feliz vivo muito bem/ a boemia não dá camisa a ninguém/ (e vivo bem!)".

O samba *O Bonde São Januário* vicejou no bojo do controle e aconselhamentos emitidos pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) do Estado Novo, que cerceava a exaltação à malandragem e, consequentemente, procurava incentivar a exaltação ao trabalho. A aceitação do conselho e submissão às proposições impostas pelo Estado Novo (1937-1945) conduziram ao "surgimento de uma série de sambas descrevendo personagens bem-comportados, alguns ex-malandros convertidos em ordeiros operários" (SEVERIANO e HOMEM DE MELLO, 1997, p. 196), como no caso do operário que embarca no *Bonde São Januário*. Nesta mudança súbita e radical, Ataulpho Alves e Wilson Batista entrosados com a boemia, os cabarés, prostitutas, botequins, pederastas e malandros, deixam o referido reduto e ingressam no *Bonde São Januário* e, ao mesmo tempo, perfilam com a classe trabalhadora. Nesta trilha, conformados, constatam: "quem trabalha é que tem razão/ eu digo e não tenho medo de errar/ o bonde São Januário/ leva mais um operário/ sou eu que vou trabalhar (...)". Não restando outra alternativa, a letra do samba conclui pesarosa e

redimida: "(...) antigamente eu não tinha juízo/ mas hoje eu penso melhor no futuro /sou feliz vivo muito bem/ a boêmia não dá camisa a ninguém (e vivo bem!). Como se sabe, o bonde São Januário corria pelo logradouro do mesmo nome circulando junto ao maior estádio esportivo da época, de propriedade do Clube de Regatas Vasco da Gama, e hoje escorrega, tão somente, sobre os trilhos da saudade e da imaginação.

Convém lembrar que a linha de bonde, de número 53, transitava entre o largo de São Francisco, no Centro da cidade, e o bairro industrial, de serviços e residencial de São Cristóvão, no qual Wilson Batista, um dos compositores do samba, morou por algum tempo (GOMES, 1985; MELLO, 1991).

Um outro trabalhador, por excelência, o *Pedreiro Waldemar* foi registrado em disco pelo cantor Blecaute, para o carnaval de 1949, surgido das assinaturas de (novamente) Wilson Batista e do jornalista Roberto Martins, no bojo da seguinte mensagem: "Você conhece o pedreiro Valdemar?/ não conhece/ mas eu vou lhe apresentar:/ de madrugada toma o trem da Circular /faz tanta casa e não tem casa pra morar/ leva a marmita embrulhada no jornal/ se tem almoço, nem sempre tem jantar/ o Valdemar que é mestre no ofício/ constrói o edifício/ e depois não pode entrar".

O trabalho dos "peões de obra", arquitetos informais das cidades, foi assentado nessa marchinha. A música, acusada de incitar a luta de classes, relata, com maestria, a situação do trabalhador da construção civil dos grandes centros urbanos do país, muitas vezes migrante das macrorregiões periféricas do Brasil.

Em seu dia a dia o pedreiro Valdemar vive dissabores, na "Cidade Maravilhosa", que começam "... de madrugada ...", quando "... toma o trem da Circular ...", com destino ao trabalho. Artífice do espaço urbano, o pedreiro Valdemar que "... faz tanta casa e não tem casa pra morar ...", é alijado do propalado bem-estar urbano, quando a obra, que ajudou a levantar, tem fim, impedido pelo estilo de vida, o poder aquisitivo, o vestuário e o nível educacional. Assim sendo, não tem acesso ao recinto que ajudou a edificar, com trabalho e suor (MELLO, 1991).

Do nicho dos artistas da vida consagrados pelo cancioneiro popular, consideremos, a seguir, as trajetórias vividas por operários do canto, da palavra e da emoção do porte de uma Marlene, a "maior", Martinho da Vila, cantor e compositor de primeira grandeza, e Fernanda Montenegro "grande dama do teatro brasileiro."

Os artistas, convém lembrar, registram, com êxito, a riqueza de suas experiências com relação aos espaços e aos lugares, contribuindo, assim, para a criação, o conhecimento ou a consciência de porções espaciais vividas, próximas ou distantes. Na realidade, a experiência pode ser direta ou íntima, ou indireta e conceitual, mediada por símbolos (TUAN, 1983; 1998) e burilada no curso da própria existência, bem como transmitida na escola ou por meio dos relatos, dos meios de comunicação e da promoção da arte. Como guardiãs do passado e do presente e dotados de habilidade excepcional, os artistas transformam-se em

geógrafos informais, divulgando geografias diversas. Isto significa dizer que o estoque de conhecimento geográfico não está confinado à educação formal e a partir de contextos institucionais (BUTTIMER, 1974), derivando, igualmente, dos ecos da arte, assim como da poesia, afora outros canais de expressão. Como nas palavras de Shakespeare (peça "Assim é se lhe Parece", Ato II, Cena 7), "o mundo todo é um palco. Os homens e as mulheres seus atores. Eles têm suas saídas e entradas. E um único homem representa, em sua época, muitos papéis". Do mundo vivido, o artista extrai elementos para o seu ofício e no palco utiliza sua verve para entreter, denunciar, divertir, proclamar e ensinar.

Nesse sentido, o presente artigo, diante de geografias vívidas, pulsantes, sofridas, empáticas, de desafios, alegria, delírios e sonhos, focaliza, ao mesmo tempo geografias íntimas e coletivas, utilizando como meio trajetórias singulares e artísticas de ícones do espaço urbano carioca e do país. Como sublinhado por Cosgrove (1998, p. 91), "a geografia está em toda parte" e - arremata o raciocínio defendido nesta comunicação - em todas as pessoas.

Nesse contexto, coloquemos, primeiramente, sob os holofotes a vida da cantora e atriz Marlene. Nascida Vitória de Martino Bonaiuti, filha de italianos, pai católico e mãe evangélica, Marlene, migrou de sua São Paulo natal para o Rio de Janeiro, ainda adolescente, para tornar-se um dos maiores nomes das artes brasileiras, em todos os tempos. Nos anos quarenta, participou de filmes, apresentou-se no Cassino da Urca, sagrando-se "Rainha do Rádio", em 1949, quando ainda era pouco conhecida do grande público por restringir suas performances à glamorosa Boite Casablanca e ao requintado Copacabana Palace. Nos anos cinquenta, soberana dos auditórios superlotados, pontificou na Rádio Nacional, veículo maior de comunicação do país, plantado na Praça Mauá, no Centro do Rio de Janeiro. Na coletânea de discos gravados pela "Maior", há uma extensa relação de discursos musicados enaltecendo, celebrando ou denunciando as condições de vida do povo carioca. A este respeito, destacando o seu pioneirismo, o renomado escritor e crítico musical Ruy Castro sublinhou no jornal *O Estado de São Paulo* (10/04/1999, Caderno 2): "com toda a fama, Marlene, não abria mão de conciliar seu apelo popular com a escolha de um repertório mais elaborado. À sua maneira, foi também a primeira a cantar protesto".

Na década seguinte, a campeã de carnavais, justamente em meados dos anos sessenta, repensou os rumos de sua carreira metamorfoseando-a ao incorporar os novos compositores do cenário musical ao seu repertório. Consagrada pelo público e aplaudida pela crítica, como uma das maiores expressões dos palcos nacionais, Marlene atuou em filmes e ampliou o leque de sua arte representando, como atriz de teatro, textos de grande intensidade como os de Guarnieri, Mauro Rasi, Chico Buarque e mesmo Bertold Brecht e Kurt Weil, entre outros. Atada por laços de amizade à bairrofilia por Copacabana e, consequentemente, à Cidade Maravilhosa, desse seu endereço partia em excursões pelos mais diversos recantos do país e, em algumas oportunidades, ao exterior. Seguindo esta

trilha, pode-se dizer que a paulistana adotou de tal maneira a cidade que sua alma se confunde com a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, por ela tantas vezes cantada, decantada ou mesmo representada em suas sete décadas de gloriosa carreira plena de discos, filmes, peças, shows, biografias, DVDs e críticas (MELLO, 2000; www.dicionariompb.com.br).

Outra lição de vida e de geografia de uma personagem não nascida em solo carioca, mas, outrossim, dotada de passos, gestos, ginga, picardia e toda sorte de elementos característicos de sua gente, remete ao compositor Martinho da Vila, natural de Duas Barras (1938), Município do Estado do Rio de Janeiro.

Martinho, aos 13 anos, tornou-se um "habitué" da escola de samba Aprendizes da Boca do Mato e, aos 15, já compunha samba de terreiro. Em 1957, escreveu o primeiro de uma vitoriosa série de sambas-enredo. Frequentou até o terceiro ano o curso técnico de Contabilidade. Serviu ao Exército Brasileiro, por treze anos (Enciclopédia ... 1977) e participou de diversos festivais de música. Cantou a negritude, o papel da mulher na sociedade brasileira e a sua escola de samba Unidos de Vila Isabel, da qual foi, por muito tempo, diretor de harmonia e administrador da agremiação. Muito popular no país, foi anunciado, ao integrar o júri do Festival da Canção Francesa, realizado em 1987, no Hotel Nacional, como "filho de Noel Rosa com a Mãe África".

Martinho da Vila adicionou ao seu nome artístico parte da toponímia de seu lugar vivido e da famosa escola de samba. Como nas palavras do geógrafo Douglas Pocock (1981), na simbiótica relação entre homens e meio ambiente, lugares devem ser considerados como pessoas e pessoas como lugares. Martinho da Vila não apenas teceu loas e odes a partir de sua própria criação, como também emprestou sua voz para divulgar mensagens de outros autores. Nesse particular, merece destaque um trecho do samba de Ruy Quaresma e Ruy Lopes em reverência/referência ao bairro em tela e suas simbólicas fronteiras. Assim canta o samba "Flor dos Tempos", gravado por Martinho da Vila, em 1984: "à minha direita raia um sol vermelho e branco/ à minha esquerda um verde e rosa vem dormir/ à minha frente ecoa um grito de gol/ atrás de mim dorme a Floresta do Andaraí (...)".

Na música "Flor dos Tempos", poética e geograficamente, entende-se que a leste situa-se o Morro do Salgueiro, bairro da Tijuca, no qual está sediada a escola vermelha e branca dos Acadêmicos do Salgueiro; a oeste, o Morro da Mangueira, cujas cores verde e rosa são defendidas pela escola de samba de mesmo nome, um dos símbolos da cultura nacional; ao norte, o estádio do Maracanã e, ao sul, um dos grandes, e não raros, espaços verdes da "Cidade Maravilhosa", isto é, a Floresta do Andaraí. Cabe ainda dizer que, como compositor, diretor de escola de samba ou intérprete, Martinho da Vila continua emprestando seu talento para divulgar a Vila de Noel e a este se juntar em empreendimento de expressiva relevância, o que significa dizer que o compositor incorporou a alma carioca e, sobretudo, a de seu bairro vivido, o qual carrega, vale repetir, em seu próprio nome.

Por fim, enfoquemos a trajetória da atriz Fernanda Montenegro, nascida no subúrbio carioca em 1929. Arlete, seu nome de batismo, destacou-se no rádio e na televisão. Mas, no palco, sua carreira ganhou enorme ressonância e passou a ser considerada a "grande dama do teatro brasileiro" ao encenar alguns dos maiores dramaturgos do Brasil e do mundo. Com o monólogo "Dona Doida", reunindo poemas de Adélia Prado, excursionou pelo país ao longo de vários anos. Seu nome assumiu merecida projeção internacional ao ser premiada em festivais internacionais, culminando com o Festival de Berlim, em 1998, e as indicações ao Globo de Ouro e o Oscar da Academia de Ciências e Artes de Hollywood, por "Central do Brasil", o filme de Walter Salles (www2.uol.com.br/fernandamontenegro).

Em suma, neste desfecho inconcluso, englobando figuras de grande relevância, cabe lembrar que os fragmentos biográficos exibidos não constituem fenômenos isolados da história, do trabalho, da memória ou da cultura geográfica no Rio de Janeiro, até porque as mesmas são, de alguma maneira, familiares a todos nós e, de certo modo, espelham ou revelam as alegrias, as privações e os dramas do povo carioca. Isto posto, vale dizer, no espetáculo da vida e em uma exibição artística, a escuridão prevalece ao anoitecer e ao serem encerradas as cortinas. Mas, a aurora, a cada dia, triunfa sobre a obscuridade, abrindo clareiras para os lugares de extrema luminosidade.

Referências Bibliográficas

ABREU, M. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLAN, 2006.
BUTTIMER, A. *Values in geography*. Washington: Association of American Geographers (Commission on College Geography) Research Report, nº 24, 1974.

BUTTIMER, A. *Aprendendo o dinamismo do mundo vivido*. In: CHRISTOFOLETTI, A. Perspectivas da geografia. São Paulo: Difel, 1985. pp. 165-193.

CORRÊA, R. L. *Espaço urbano*. São Paulo, Ática, 1999.

COSGROVE, D. *Em direção a uma Geografia Cultural radical*: Problemas da teoria. espaço e cultura, Rio de Janeiro, nº 5, p. 5-30, janeiro/junho 1998.

Enciclopédia da Música Brasileira: Erudita, Folclórica e Popular. São Paulo, Art, 1977. 2 vol. 1190 p. Gomes, B. F. Wilson Batista e sua época. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1985.

MELLO, J.B.F. de. *O Rio de Janeiro dos compositores da música popular brasileira - 1928/1991* - uma introdução à Geografia humanística. Orientador: Roberto Lobato Corrêa. Dissertação de Mestrado, UFRJ, 1991. 301 p.

MELLO, J. B. F. *Dos espaços da escuridão aos lugares de extrema luminosidade* - o universo da estrela Marlene como palco e documento para a construção de conceitos geográficos. Orientador: Roberto Lobato Corrêa. Tese de Doutorado, UFRJ, 2000.

MELLO, J. B. F. *Explosões de centralidades na cidade do Rio de Janeiro*. In: MARAFON, Glaucio; RIBEIRO, Marta Foeppel (orgs.). *Estudos de geografia fluminense*. Rio de Janeiro: Infobook, 2002, p. 112-126.
POCOCK, D.C.D. *Place and the Novelist*. Transactions of the Institute of British Geographers. New Series 6, 337-347, 1981.
SHAKESPEARE, W. *All The World's a Stage*. 139-142, 1600.

SEVERIANO, J.; MELLO, Z. H. de. *A canção no tempo* (85 anos de músicas brasileiras). 2 volumes. São Paulo: Editora 34.

TUAN, Y. F. *Topofilia*. São Paulo: Difel, 1980. 228 p.

TUAN, Y. F. *Espaço e lugar*. São Paulo: Difel, 1983. 250 p.

TUAN, Y. F. *Escapism. Baltimore*: The Johns Hopkins University Press, 1998. 245 p.

www.dicionariompb.com.br
http://www2.uol.com.br/fernandamontenegro/
http://www.neghario.igeog.uerj.br./
http://www.roteiros.igeog.uerj.br/

(Recebido para publicação em 21/07/2011)

O "conforto moderno": a refrigeração nas salas de cinema do Rio de Janeiro na primeira metade do século XX

"Modern comforts": air-conditioning in the cinemas of Rio de Janeiro during the first half of the 20th Century

Rafael de Luna Freire
Doutor em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense, pesquisador em História do Cinema, Tecnologia das Imagens em Movimento e Preservação Audiovisual.
E-mail: rafaeldeluna@hotmail.com

RESUMO:

Este artigo baseia-se em ampla pesquisa sobre o circuito de exibição cinematográfica do Rio de Janeiro a partir de documentação primária, concentrando-se particularmente na questão da refrigeração das salas de cinema da então Capital Federal, nas primeiras décadas do século XX. O objetivo é destacar a importância do espaço da sala de projeção para a recepção dos filmes pelos espectadores, permitindo uma análise da história do cinema no Brasil que relacione aspectos ligados à exibição com a produção dos filmes nacionais.

Palavras-chave: salas de cinema do Rio de Janeiro; refrigeração; Cinema Brasileiro.

SUMMARY:

This article is based on broad research relating to cinematographic exhibition in Rio de Janeiro using primary documentation, concentrating more specifically on the issue of air-conditioning in the cinemas of the former Federal Capital during the earlier decades of the 20th Century. The purpose is to highlight the importance of the space comprising the auditorium for the approval of a film by the audience, thus allowing an analysis of the history of cinema in Brazil associating the aspects of exhibition to the production of national films.

Key words: *cinemas in Rio de Janeiro; air-conditioning; Brazilian cinema*

Nos últimos anos, a tradição textualista dos estúdios cinematográficos, com prioridade absoluta para a metodologia de análise fílmica, seja num viés semiótico ou cognitivista, tem sido colocada sob escrutínio a partir da crescente atenção aos fenômenos de recepção. No caso dos estudos de cinema no Brasil, esse viés foi criticado pioneiramente por Jean-Claude Bernardet (1995) ao apontar como a historiografia clássica do cinema brasileiro priorizou a produção em detrimento da distribuição e exibição. Porém, ainda que essa metodologia venha sendo criticada no campo teórico, ela ainda impera, sobretudo pela ausência de estudos históricos que enveredem por um outro viés e possam confrontar afirmações e conclusões já tradicionalmente arraigadas por essa historiografia tradicionalmente textualista.

Em minha tese de doutorado (FREIRE, 2011), ao estudar os gêneros cinematográficos no Brasil entre 1915 e 1951 como formações discursivas social e historicamente localizadas, num viés próximo de uma "abordagem cultural dos gêneros" (MITTELL, 2001, 2004), procurei destacar a importância crucial da recepção para a interpretação, definição e avaliação dos gêneros cinematográficos em nosso país. Desse modo, dediquei especial atenção, por exemplo, ao processo de *construção discursiva* da chanchada como um gênero tipicamente nacional.

Priorizando a análise da recepção – ressaltando como o filme não pode não ser apartado de sua exibição –, este artigo aborda o que parece ser um mero detalhe para a história do cinema e que, por isso, jamais foi estudado seriamente: a questão da refrigeração das salas de cinema da cidade do Rio de Janeiro, nas primeiras décadas do século XX. Pretende-se evidenciar como um tema como esse, ligado à formação do circuito exibidor brasileiro, pode auxiliar no estudo da história da produção de filmes nacionais, como as próprias chanchadas, ou, mais particularmente, os filmes carnavalescos**(1)**.

A questão da refrigeração das salas de cinema está intimamente ligada à alta temperatura do Rio de Janeiro e foi discutida desde cedo. Como escreveu José Inácio de Melo Souza, (2004, p. 146-8) além da concorrência com a *saison* teatral nos meses de inverno, o calor do verão foi, desde o início, um obstáculo notado pela imprensa da época para a consolidação da exibição cinematográfica na então Capital Federal do país. Entre 1907 e 1908, período de ampliação e popularização do circuito de cinemas fixos na cidade (isto é, dedicados primordialmente à exibição de filmes), "as salas quentes dos cinematógrafos", geralmente localizados no térreo de sobrados já existentes, eram motivos de queixas recorrentes, enquanto o verão empurrava o então almejado público de elite para as praias, para a serra ou para a Europa. Um dos pioneiros exibidores da cidade, Jácomo Rosário Staffa, teria relatado que a ideia de "adaptar" sua loja de cartões postais (na verdade, fachada para a exploração do jogo do bicho) para a exibição do cinematógrafo que ele conhecera na Europa foi vista com descrença por seus amigos brasileiros: "Onde já se viu – diziam – *num*

clima como o nosso, reter tanta gente num salão fechado, para ver uma coisa no escuro?" (GONZAGA, 1986, p. 34, ênfase minha).

Atento a essa observação, não surpreende que o Cinema Avenida, inaugurado por Staffa em 1907, na prestigiada avenida Central, o "salão-de-visitas" do então Distrito Federal, viesse a ser elogiado pela revista *Fon-Fon*, em 1911, pela "ventilação artificial da sala de projeções, verdadeira novidade entre nós", tornando-a uma "verdadeira atração nos nossos meses calmosos" (SOUZA, 2004, p. 226). O arquiteto Renato da Gama-Rosa Costa (1998, p. 64) destacou ainda que esse cinema foi anunciado em 1913 como o "único salão ventilado pelo processo de injeção de ar comprimido", sendo o "único dos grandes salões de projeção cientificamente arejado". Proporcionando refrigeração através de um sistema de dutos cujas saídas eram localizadas na altura das cadeiras da plateia, para Costa o Avenida apresentaria "a primeira tentativa de se usar o sistema de condicionamento de ar" em cinemas do Rio de Janeiro.

Mas, se a chique, ampla e recém-inaugurada avenida Central foi o endereço privilegiado pelas primeiras salas fixas, Gilberto Ferrez (1986, p. 37) apontou como todos os primeiros cinemas ocuparam inicialmente imóveis do lado de numeração ímpar da rua, que, por receber o sol da tarde, "as senhoras não gostavam de freqüentar por causa do calor" e assim apresentavam aluguéis mais baratos – incluindo o Cinema Avenida de Staffa, localizado no número 153.

Desse modo, diferentemente do complicado sistema utilizado no Cinema Avenida, foram outras as soluções mais frequentemente utilizadas nos ainda relativamente modestos cinematógrafos desse período para amenizar o problema do calor, como o uso de ventiladores de teto (não somente nas salas de projeção, como nas salas de espera), além da instalação de claraboias e avarandados que promoviam a circulação do ar e aliviavam a incidência solar direta. Era o caso do Cinema Íris, na rua da Carioca, que contava com uma enorme claraboia e, por isso, era destacado em uma publicidade de 1918 como "o *único* em que o salão de projeção tem o *ar livre*. O *único* em que não há calor nem asfixia. O *único* que tem a ventilação de acordo com a Saúde Pública" [ênfase no original]. Não à toa, o filme anunciado nessa propaganda era *O carnaval cantado*, filme natural com cenas da recente folia, exibido com "grande orquestra" e "corpo de cantoras que acompanharão o filme com os célebres cantos do carnaval"**(2).**

De fato, o problema do calor em um salão fechado e lotado de espectadores gerava tamanha preocupação que os anúncios do Cinema Pathé, em 1917, sempre destacavam sua "máxima ventilação", "aeração perfeita", "temperatura agradável" e o arejamento do "salão com 15 metros de alto". A sala de 500 lugares era definida como "ampla, arejada e confortável" e mirando no público *chic* e *smart* que frequentava a avenida Central, se gabava de ser o "único cinema do lado da sombra", ou seja, do lado par. De fato, conforme Alice Gonzaga (1996, p. 86), foi com a passagem de algumas salas para o lado dos números pares, mais

"bem frequentado", que se iniciou a configuração de uma divisão entre salas "aristocráticas" e populares(**3**).

Desse modo, podemos perceber como a distinção conferida pelas diferentes formas de amenizar o calor se tornou um dos mais frequentes recursos publicitários dos exibidores e, nesse sentido, por volta de 1919, o Cinema Smart, com capacidade para mil espectadores, se autointitulava o cinema "mais amplo e arejado de Vila Isabel"(PEREZ, 2002, p. 303).

Mas, apesar dessas iniciativas, o calor continuou sendo um problema para os cinemas e a circulação de ar uma questão não apenas de conforto como de "saúde pública", ainda mais tendo em vista o padrão do vestuário da época, quando os cavalheiros e senhoras não prescindiam de luvas, vestidos longos, chapéus e ternos. Mesmo com os procedimentos já citados para amenizar o problema, a maior parte das salas de cinema da antiga Capital Federal permaneceria, em geral, pequena e malventilada, ou, usando uma expressão da época, "abafadinha". Cronistas dos anos 1910 e 1920 clamavam pela criação de amplos cinemas especialmente construídos para esse fim, criticando a mera adaptação de locais preexistentes no que consistiria basicamente "em armar uma *cabine*, mais ou menos incombustível, pregar defronte uma tela, e fazer um tablado inclinado, com o maior número possível de cadeiras, bem incômodas, bem agarradinhas"(**4**).

O desejo de elitizar o espetáculo cinematográfico com a exibição das cada vez mais populares superproduções em longas-metragens – ao invés das sessões compostas por vários filmes curtos que totalizavam pouco mais de uma hora de duração – em salões mais amplos que cobravam ingressos mais caros, não era tarefa tão simples num país tropical: "Para permanecer duas horas ou mais em espaços pequenos, mal ventilados e cada vez mais insalubres, os requisitos de conforto e de arejamento teriam que ser outros", apontou Alice Gonzaga. (1996, p. 121) A adaptação do *glamour* hollywoodiano para o calor do Rio de Janeiro parecia uma "ideia fora do lugar", afinal, a luxuosa estreia do grandioso épico de guerra *O grande desfile* (*The Big Parade* [dir. King Vidor, 1925/ 1927br]), no sofisticado Theatro Cassino então arrendado pela Metro-Goldwyn-Mayer (MGM ou Metro) com o objetivo de exibir suas luxuosas superproduções para a "melhor sociedade", seria lembrada por um cronista, mais de dez anos depois, pelo traje a caráter, pelos caríssimos cinquenta mil réis de ingresso e pelo "calor bárbaro"(**5**).

Obviamente, o verão na época do carnaval agravava ainda mais o problema do calor carioca, acentuando a questão da falta de conforto – quando não de higiene – e fazendo com que durante o período silencioso as salas de cinema programassem filmes rejeitados durante o resto do ano, como já apontaram João Luiz Vieira e Margareth C. S. Pereira (1986, p. 59-60):

> *O abafamento das salas e o calor sempre foram reclamações constantes desde a época dos primeiros cinemas da Avenida Central. Arquitetos e construtores buscavam soluções as mais inventivas, variando, por exemplo, de tetos em estrutura metálica que se abriam nos intervalos das sessões, como a famosa cúpula do Cinema Ideal, até as paredes vazadas*

> *do Cinema Rosário (hoje Ramos). [...] Com uma aeração deficiente, as receitas caíam consideravelmente. Nos meses de verão, mesmo com as salas razoavelmente ventiladas, o carioca preferia outras formas de lazer, influindo nos lançamentos que eram feitos geralmente a partir de março.*

De fato, a análise dos livros-caixa do Cinema Pathé revela que o mês de fevereiro era o menos lucrativo do ano. Em 1917, a renda desta sala de cinema em fevereiro foi de apenas seis contos de réis, contra dezesseis contos em março e dezoito contos em abril. No ano seguinte, 1918, a bilheteria do mês de fevereiro rendeu treze contos, menos da metade de março (27 contos) e mais apenas do que a renda de outubro (dez contos), quando o Rio de Janeiro sofreu com o grave surto de gripe espanhola e o próprio Cinema Pathé permaneceu fechado entre os dias 19 e 25. Ou seja, o calor do verão e os festejos de carnaval eram quase tão danosos para as finanças dos cinemas quanto uma epidemia!(**6)**

Entretanto, ocorreram mudanças, que foram vistas como "avanços" na década de 1920, quando foram inaugurados os primeiros cinemas mais amplos do Rio de Janeiro em comparação com os antigos "salõesinhos" da avenida Rio Branco. A inauguração dos remodelados Ideal (1920) e Íris (1921), na rua da Carioca, aumentaram as críticas aos cinemas da avenida que ainda seriam frequentados apenas por "esnobismo", por aqueles que desejavam "ver e ser vistos". A concorrência se acirrou ainda mais com os novos cinemas de bairros, com preços mais baratos, localização mais cômoda e passando os mesmos filmes das salas do Centro: "Copacabana e Méier, Tijuca e Cidade Nova, Fábrica e Botafogo, por todos os lados aparecem grandes salões com capacidade superior a mil espectadores, atingindo às vezes proporções nunca atingidas pelos estabelecimentos do Centro, mesmo os mais modernos". Durante as férias de verão, o público ficava ainda mais raro nos cinemas da Avenida, "que a canícula converte em antesalas do inferno". Como dizia o editorial de *Cinema Para Todos...* em novembro de 1922: "As famílias que não passam fora o verão preferem ir mais a seu cômodo, aos cinemas dos bairros, que são, quase todos eles, mais arejados, mais higiênicos, mais próprios para os países tropicais, do que os da Avenida"(**7**).

A situação começou a se inverter quando o poderoso distribuidor e exibidor Francisco Serrador investiu na área então pouco frequentada do início da avenida Central – ocupando o terreno vazio do antigo Convento da Ajuda –, mas que, próxima à arejada avenida Beira Mar, facilitava o acesso por carro ou bonde aos cada vez menos distantes bairros chiques da Zona Sul da cidade. Tratava-se do começo da Cinelândia, iniciada com o Cinema Capitólio, com mais de mil lugares, inaugurado em 23 de maio 1925. A essa sala se juntaram no mesmo ano o Império e Glória, e em seguida o Odeon (1926), Pathé-Palace (1928) e o remodelado Palácio-Teatro (reformado em 1929)(**8).**

No fim de 1925, quando começavam a ser inaugurados esses primeiros palácios de cinema cariocas (*movie palaces*), os editoriais da revista *Selecta* clamavam pelo fim das "salas antiestéticas, anti-higiências e sem conforto algum", nas quais o espectador sentia "a

impressão de irrespirabilidade do ar, do calor imenso e muitas vezes das pulgas". Segundo um editorial de dezembro desse ano, o cinema teria quatro grandes inimigos no Brasil: o mau programa, o carnaval, a chuva e o calor. Se as salas fossem mais frescas do que a rua, o jornalista apostava que o público entraria nelas para fugir do calor, mas não era o que então acontecia quando um indivíduo adentrava nos cinemas:

> [*ele*] *procura a direção de um ventilador e às vezes consegue encontrar um cantinho em que o vento chega às rabanadas, um pouquinho pelo menos, e se dá por muito satisfeito o espectador. Mas o ventilador parece soprar só para ele e para mais uns dois ou três privilegiados, porque os demais continuam a suar e a sofrer o martírio do calor.*
>
> *Por que os cinemas não aumentam, na época da canícula, o número de seus ventiladores e extratores de ar? É muito possível que havendo neles a comodidade e frescura, o público não fugiria deles, e os cinematografistas não se queixariam das salas vazias, e não seriam obrigados a fazer descer das prateleiras, para as cabines, os filmes sem valor que guardam para as épocas em que não há público.*

O editorial terminava apontando que ventilação, extração e renovação de ar faziam parte do código e regulamento das casas de diversão do Rio de Janeiro, mas que esse artigo da legislação urbanística parecia não ser obedecido pelos cinemas**(9)**.

Em março de 1926, a recém-criada revista *Cinearte* também elogiava a inauguração dos "grandes cinemas", com um "ambiente de luxo, arte, gosto, conforto e higiene", lembrando que "outr'ora, existia a crença de que no verão, com o calor e a saída de inúmeras pessoas para as estações de águas e cidades serranas, diminuía de tal sorte a afluência de espectadores que seria rematada tolice exibir filmes de valor." Entretanto essa situação teria aparentemente mudado:

> *Com as salinhas, acanhadinhas, abafadinhas, sujinhas, de outrora, era justo que o público refugasse a idéia de se enclausurar durante uma hora, com 60 graus à sombra, exposto a uma insolação, só para ter o prazer de ver um filme às mais das vezes sem o mínimo de valor. Mas os grandes estabelecimentos cinematográficos atuais não padecem desses defeitos. Providos de modernos e aperfeiçoados aparelhos de ventilação, o ambiente é sempre agradável dentro desses salões, de sorte que, muitas vezes a temperatura da sala é mesmo mais agradável do que na rua (...). Daí, não haver mais programas para o verão e programas para o inverno.*

Se essa transformação era considerada uma consequência exclusiva das novas salas surgidas "no fim da Avenida" graças à visão do empresário Francisco Serrador, em antigos cinemas de segunda linha, como o Cinema Popular (aberto em 1908), ainda era cobrada em 1927 "farta instalação de ventiladores por todo o salão"(**10**).

Entretanto, como apontou Alice Gonzaga (1996, p. 115), o surgimento da Cinelândia, ainda no período silencioso, não representou uma "alteração radical em relação ao *status*

quo anterior" das salas de cinema, mas sim um "primeiro sinal de que ocorreriam transformações mais profundas no espaço e no espetáculo cinematográfico *efetivadas somente na década seguinte*" [ênfases minhas]. Inicialmente, as novas salas do Centro tiveram que apelar aos prólogos teatrais como forma de atrair o público, apesar do chamariz conferido pela introdução de novos "modernismos" como funcionários uniformizados, lanterninhas que levavam os espectadores aos seus lugares e a diminuição gradual da luz no início da sessão.

Além disso, apesar do otimismo inicial de *Cinearte*, o calor e a ausência de bons filmes nos cinemas da cidade durante o verão, particularmente no período do carnaval, não foram problemas definitivamente solucionados com as primeiras salas da Cinelândia. Para exemplificar essa particularidade, podemos citar do clássico estudo de Paulo Emílio Salles Gomes (1974, p. 420) um trecho de carta escrita em 1929 por Adhemar Gonzaga ao cineasta mineiro Humberto Mauro, em que o primeiro se refere à distribuição do filme *Sangue Mineiro,* no Rio de Janeiro: "Apenas só vale a pena começar [o plano de propaganda] quando tiver a certeza do dia de exibição. Está entrando o calor e depois vem o carnaval! Anda depressa!" Era um alerta sobre a necessidade de fugir da pior época para a estreia – o que parece não ter ocorrido, já que *Sangue Mineiro* acabou sendo lançado em 27 de janeiro de 1930.

De fato, os principais cinemas, cada um especificamente identificado com determinado estúdio norte-americano (Paramount, MGM, First National, Fox etc.), ainda mantinham a prática de reservar para os meses de verão os piores filmes e as reprises – e, aparentemente também, os filmes brasileiros... Era disso que o então correspondente de *Cinearte* em São Paulo, Octávio Gabus Mendes, já havia reclamado em janeiro de 1929, lamentando a falta de bons filmes nos principais cinemas paulistanos durante a "temporada de calor" e às vésperas do carnaval: "Cinema não tem época. Qualquer época é boa. Tempo de frio. Tempo de calor. Tempo de 'festas' [...] Esse negócio de 'temporada' é teatro. Cinema não tem temporada(**11**)."

Além disso, se a "temporada de calor" na época do carnaval resultava em uma desvalorização da programação durante esses meses, por parte dos exibidores, no período silencioso, podemos afirmar que esse problema e essa prática não apenas persistiram, como se ampliaram com o advento do cinema sonoro e a conversão das principais salas cariocas para os "filmes falados" no segundo semestre de 1929. A partir do momento em que a compreensão – e o prazer – do público em relação ao filme passou a depender não somente das imagens, mas também do som das músicas, diálogos e ruídos que vinham dos alto-falantes localizados detrás ou embaixo das telas, ou ainda nas cabines de projeção, e que competiam com o barulho dos ventiladores, a conformação das salas teria que se alterar e o problema do calor só aumentou. O editorial publicado na revista *Cinearte,* em fevereiro de 1931, é explícito a esse respeito:

> *Os cinemas daqui [Rio de Janeiro], pequenos, quase todos tem uma ventilação nula. Em refrigeração, então, nem se fala. [...] Devemos confessar, há casas que são verdadeiros fornos e, agora, com o caso dos films falados que não permitem sequer abrirem-se os ventiladores, durante os momentos de exibição, a coisa piorou, ainda*(12).

Como a conversão dos cinemas para a exibição dos *talkies* (como eram chamados os *talking pictures*) já havia representado um alto investimento na aquisição de novos projetores e equipamentos importados – o aparelho Movietone-Vitaphone da Western Electric que inaugurou o cinema sonoro no país custou ao Cinema Paramount, de São Paulo, a fortuna de quatrocentos contos de réis, em 1929 –, o gasto ainda maior com refrigeração dificilmente seria assumido. Se o custo de um equipamento de refrigeração importado era estimado, em 1936, em extraordinários mil contos de réis, tratava-se de um investimento enorme, ainda mais que, como apontou Alice Gonzaga (1996, p. 168, 195), a construção de um cinema de luxo custaria então, fora o terreno, cerca de 2 mil contos, enquanto uma sala média, sem sofisticação, poderia sair por apenas quinhentos contos. Além disso, um projetor nacional sonoro novo, o equipamento mínimo para qualquer cinema que não quisesse ficar defasado da novidade dos *talkies*, já poderia ser comprado em meados dos anos 1930 por menos de dez contos – cem vezes menos do que um aparelho de refrigeração importado**(13)**.

Por outro lado, a construção de novas salas já adaptadas para o som, durante os primeiros anos da década de 1930, dotadas de um novo padrão arquitetônico (decoradas segundo o moderno *art déco* e possuindo maiores cuidados acústicos) e seguindo o modelo dos palácios de cinema – salas amplas, sempre com mais de mil lugares para justificar o alto investimento – representaram uma inegável melhoria climática sobre os adaptados cinematógrafos de outrora. Na abertura do Cinema Paramount, que inaugurou o cinema sonoro no Brasil (e na América Latina), e que seria considerado o melhor da capital paulista, seu "excelente sistema de ventilação" foi elogiado por Guilherme de Almeida no jornal *O Estado de São Paulo* (14/4/1929 apud SIMÕES, 1990, p. 170).

Já no Rio de Janeiro, em 1932, era inaugurado o prédio em cujo térreo estava localizado o Cinema Alhambra, última cartada de Francisco Serrador na Cinelândia. A construção se destacava pela inovação das escadas rolantes e dos grandes elevadores, mas o cinema não contava com o tão esperado ar-condicionado. Em julho 1933, *Cinearte* anunciava que o futuro Cine-Theatro Rex iria possuir "aparelhos de refrigeração", e que o já conhecido Odeon iria adotar "idêntico melhoramento". Mas nada disso aconteceu, pois no ano seguinte, ao se inaugurar o luxuoso Rex, então a maior sala da cidade com quase dois mil lugares, foi destacado seu sistema de *ventilação*, "o mais moderno possível, tendo inovações que permitem a entrada de ar puro e sempre renovado". Este era composto de "grandes venezianas automáticas verticais, que captam o ar direto, […] injetado na sala após ter percorrido a tubulação embutida nas paredes e expressamente construída para este fim" (revista *Casa*, abr. 1934 apud COSTA, R., 1998, p. 127) **(14)**.

Segundo Alice Gonzaga (1996, p. 168), ao invés de adquirir aparelho de ar-condicionado para o Rex, seus proprietários preferiram comprar o terreno onde foi construído o Cinema Ipanema, aberto no fim desse mesmo ano, e que, por sua vez, tentava amenizar o problema do calor em sua arquitetura: "Seu teto atmosférico é duplo com distância do intra-dorso para o extradorso das cúpulas de dois metros, o que garante o isolamento completo do calor"(**15).** Divulgada como sendo o melhor cinema do Rio de Janeiro, essa sala já contava com dutos de saída de ar-condicionado devidamente embutidas nas paredes e pisos, mas provavelmente por falta de recursos, o cinema foi inaugurado sem a instalação do sistema (COSTA, R., 1998, p. 140). Em São Paulo, o gigantesco Cine Babilônia, aberto em 1935 com 4.500 lugares, obviamente não deixou de anunciar também uma "ventilação perfeita"(**16).**

Mesmo com essas melhorias, os problemas persistiam e o editorial de *Cine Magazine* comentou sobre a temporada de fevereiro de 1934 no Rio de Janeiro: "O mês que passou não foi muito pródigo em filmes selecionados. Havia uma razão plausível; forte calor, e época carnavalesca." Por causa do calor, mesmo o cinema lançador Alhambra – que exibiria no ano seguinte, nessa mesma época, o filme-revista carnavalesco *Alô, Alô, Brasil* (dir. Wallace Downey) – apelou para o programa duplo, isto é, exibir dois filmes pelo preço de um, estratégia comum nas salas de segunda linha. Afinal, ventilação não era refrigeração e, no Rio de Janeiro, o problema do calor de verão poderia ser amenizado, mas não resolvido somente por soluções arquitetônicas e de engenharia. Portanto, a época de carnaval certamente manteve-se um período de baixa frequência nos cinemas, em que a alta temperatura e as demais atrações e diversões resultavam na programação de reprises ou programas duplos, no aluguel do espaço para bailes carnavalescos ou até mesmo no fechamento temporário das salas.

O jornalista Celestino Silveira apontava, em outubro de 1934, no suplemento do *Cinearte* para os exibidores e distribuidores, que a solução para o atraso na estreia no Brasil dos melhores filmes de Hollywood – o que só acontecia após março e antes de novembro – talvez estivesse na instalação de aparelhos refrigeradores, como havia sido feito então recentemente no Theatro Municipal do Rio de Janeiro. Mas os exibidores alegavam que o investimento, então estimado em mais de quinhentos contos de réis, era muito alto e "não compensaria, no espaço de tempo desejado, a inversão de quantia tão vultosa, em um negócio cuja oscilação se afigura sempre e cada vez maior" (**17**).

Entretanto, na edição de dezembro de 1934 de *Cine Magazine*, essa sugestão também era dada aos exibidores com a publicação, em sua "sessão técnica", do artigo (provavelmente matéria paga) "As vantagens no acondicionamento do ar", assinado por Paul A. Suess, engenheiro da General Electric – primeira vez que a revista "à serviço dos exibidores" tocou no tema. O artigo ressaltava não apenas as vantagens em relação ao conforto do espectador, mas também à higiene do cinema, defendendo a utilidade do aparelho durante todo o ano. A segunda parte do artigo publicado no número seguinte da revista enfatizava esses mesmos

argumentos: "Ambiente convenientemente aquecido, umidificado, limpo e circulado durante o inverno; e arrefecido, desumidificado, filtrado e devidamente circulado durante o verão"(**18**).

Depois de dedicar inúmeros editoriais ao longo de 1934 à necessidade de todo o circuito exibidor brasileiro se adaptar definitivamente ao cinema sonoro, em 1935 a revista *Cine Magazine* passou a investir mais forte em outras questões, como a falta de conforto das salas representada pela ausência de refrigeração e de cadeiras de couro ou estofadas (que continuavam sendo de madeira, inclusive por causa do calor): "É certo que uma instalação de boa qualidade é bastante dispendiosa, porém, feitos os cálculos, em três anos, a diferença que traz o aumento de público compensaria a inversão de capital. Muitos seriam os espectadores que correriam aos cinemas para fugir do calor...". No mesmo número da revista, uma matéria reclamava da inexistência no Rio de Janeiro de cinemas com acondicionamento de ar e um anúncio da General Electric divulgava a instalação desses equipamento em lojas, cassinos, hospitais e residências particulares do Rio de Janeiro.

Além da matéria claramente "estimulada" pela filial da empresa americana, a revista dedicada aos exibidores ainda estampava um pequeno anúncio da firma "F.R. Moreira & Cia.", especialista em "Ventilação e acondicionamento de ar", indicando a existência de concorrentes nacionais, provavelmente com aparelhos mais baratos(19).

Como deduzimos do artigo de Francisco Silva Júnior, correspondente de *Cine Magazine* em Nova York, a situação do circuito exibidor brasileiro parecia não ter mudado muito a esse respeito em relação ao início do século, sofrendo pelo que seria uma humilhante comparação com as metrópoles estrangeiras:

> *O maior inimigo do exibidor, no Brasil, é o clima. Ora, enquanto não tivermos cinemas refrigerados, as nossas casas de exibição continuarão a ser câmaras de suplício, nos longos meses de estio. E, por conseguinte, teremos sempre o problema da programação: a dieta de "abacaxis" durante os meses em que o público prefere o alívio das praias e dos passatempos ao ar livre. E esse problema, já tão sério, veio agravar-se com o cinema falado, com as salas devidamente isoladas para os efeitos de acústica* . (19)

Entretanto, a campanha começou a dar resultados e, em julho de 1935, a *Cine Magazine* saudou a inauguração do "air condictioning" no Cinema Broadway, em São Paulo, estreado com o filme de aviação *Fuzileiros do ar* (*Devil Dogs of the Air* [dir. Lloyd Bacon, 1935]). Curiosamente, destacava-se naquele momento a "temperatura amena" proporcionada pelo equipamento nas "noites frias de inverno". Segundo a revista, a capital paulista era a primeira cidade da América do Sul a contar com um cinema com essas instalações. Depois de ser pioneira no continente no cinema sonoro, em 1929, a moderna São Paulo novamente saía na frente no quesito refrigeração seis anos depois.

No Rio de Janeiro a novidade chegou pouco mais de um ano depois, com a inauguração de um cinema "completamente *up to date*", o Cine Metro. Inaugurado no dia 26 de setembro

de 1936, com a superprodução *O grande motim* (*Mutiny on the Bounty* [dir. Frank Lloyd, 1935/ 1936br]), o cinema exclusivo dos filmes da MGM – o mais lucrativo estúdio de Hollywood à época e então responsável pelos mais sofisticados filmes e pelas mais grandiosas estrelas – foi o primeiro no Rio de Janeiro dotado de ar condicionado, modelo *Carrier*, da General Electric, com a instalação dos dutos já prevista no projeto arquitetônico para garantir sua eficiência e perfeita distribuição do ar frio por toda a sala.

Conforme Alice Gonzaga (1996, p. 168), foi a "excepcional resposta de público ao *ar de montanha*" do Cine Metro – a rigor, a segunda sala comercial do Rio a contar com refrigeração – que forçou, ou, pelo menos, incentivou outros cinemas a arcarem com esse caro investimento que diferenciou ainda mais os poucos *palácios* e os muitos *poeiras,* durante décadas. Vieira e Pereira (1986, p. 59-60) também destacaram o acontecimento social que representou a inauguração daquela sala que viria a consolidar o "padrão Metro" de exibição, obrigando os demais exibidores a realizar reformas urgentes nas outras salas. Além de inaugurar o ar-condicionado nas salas de exibição cariocas, o Metro ainda teria sido o "precursor da iniciativa de instalar poltronas totalmente estofadas nos cinema do Brasil". Estas seriam importadas dos EUA mas, em razão dos custos alfandegários, foram encomendadas à empresa paulista P. Kastrup e Cia. ao custo de 190 mil réis por poltrona – o que significa um gasto de cerca de 350 contos somente com as poltronas da sala. De fato, como o jornalista L. S. Marinho escreveu na época, a cinematografia passou a ficar dividida em duas épocas, "antes e depois do Metro"**(20).**

O sucesso do Cine Metro ajudou na publicidade da própria General Electric e um anúncio da empresa na mesma edição de *Cine Magazine* afirmava que "trabalhar, divertir, dormir em pleno verão deixará de ser um tormento", divulgando suas instalações no Cinema Broadway, em São Paulo, e no Cinema Metro, assim como no Cassino Atlântida, Cassino da Urca e Grill Room Hotel Copacabana, todos no Rio de Janeiro, equiparando definitivamente os novos palácios de cinema aos locais de lazer mais finos e sofisticados da cidade. Anunciando a instalação de aparelhos da GE na "estação da Panair" – o belo terminal de passageiros em estilo *art déco* da companhia aérea, construído no recente Aeroporto Santos Dumont – o ar-condicionado era descrito como o "conforto moderno", se tornando naquele momento o símbolo máximo de luxo e modernidade**(21).**

Dessa forma, chamamos atenção para a notícia publicada na revista *A Scena Muda,* em março de 1938, anunciando que o Cinema Broadway (ex-Capitólio), sala lançadora carioca do exibidor Generoso Ponce, "inteligentemente" aproveitou o carnaval para *fechar as portas* e instalar ar-condicionado. Na opinião do jornalista, a refrigeração era responsável por cerca de 30% do público das demais salas refrigeradas naquele momento, que criou inclusive o hábito de se ficar na calçada em frente à sala "filando" o frio que chegava até ali. Antes disso, em 1937, o Odeon, também na Cinelândia, já havia inaugurado "um novo sistema de refrigeração". Ao elogiar a iniciativa, o editor de *Cine Magazine* revelava que a

sala adquirida recentemente pelo "trust" do exibidor Luiz Severiano Ribeiro tinha optado por outro aparelho que não o da General Electric, afirmando que sua ação deveria ser imitada pelas outras salas, "seja qual for a marca de refrigeração usada, contanto que o público seja bem retribuído. Interessa mais o conforto inteligente [...] do que mesmo o mecanismo que serve de concorrência a outra firma". De fato, tanto o Odeon quanto o Broadway anunciavam oferecer "ar refrigerado e acondicionado *pelo sistema Kooler-Aire*", um equipamento nacional(**22**).

A maioria dos poucos palácios seguiu essa tendência e a novidade aparentemente se naturalizou, pelo menos dentre as melhores salas lançadoras da cidade, que cobravam ingressos significativamente mais caros e exibiam, geralmente em exclusividade por sessenta dias (ou até um ano!), as produções mais aguardadas. Sustentamos essa hipótese pelo fato de que, em 1939, ao reclamar dos altos preços dos ingressos, o articulista de *A Scena Muda*, Luiz Moreno, afirmava que "a simples refrigeração já não atrai ninguém"(**23**).

Nesse ponto, é pertinente apontarmos que foi nesse contexto que se popularizam os filmes-revista brasileiros lançados durante o verão do carnaval. Esse gênero teve um grande impulso já a partir do primeiro longa-metragem gravado com som ótico (sistema movietone) no Brasil, *Alô, alô, Brasil!* (dir. Wallace Downey, 1935), seguido, no ano seguinte, por *Alô, alô, carnaval!* (dir. Adhemar Gonzaga, Wallace Downey, 1936), lançados, respectivamente, na época do carnaval, em 1935 e 1936, no Cinema Alhambra, de Francisco Serrador, então um dos principais palácios de cinema do Rio de Janeiro, mas que dispunha apenas de um sistema de ventilação. Em 1936, a revista *Cine Magazine*, por exemplo, comentou o sucesso a toda prova de *Alô, alô, carnaval!*, que, estreando em fevereiro no Rio de Janeiro, "conseguiu o mais formidável êxito de bilheteria, *numa temperatura de fritar ovos no asfalto*, permanecendo em cartaz durante quatro semanas consecutivas" [ênfases minhas](**24**).

De fato, parecia um boa cartada do exibidor Serrador abrir espaço para o filme nacional num período do ano em que as salas de cinema costumavam apresentar bilheterias fracas e, por isso, não eram agendados grandes lançamentos hollywoodianos, evitando ainda atritos desnecessários com os distribuidores norte-americanos.

Por outro lado, mesmo para a elite carioca parecia que finalmente o verão não era mais um problema. No artigo "Veraneie na Cinelândia", publicado no verão de 1938, a crítica Zenaide Andréa lembrava que antigamente, no mês de janeiro, a maioria dos "*grand-finos*" da sociedade carioca partia para a "*season*" nas montanhas de Petrópolis. Aqueles que "por sentimentalismo ou por medida de economia" permaneciam no Rio, isolavam-se em casa "como a fugir de uma epidemia". Entretanto, a colunista afirmava que a situação em 1938 já era diferente: "criou-se Copacabana e a instituição da Cinelândia". Além do hábito de ir à praia nos agora não mais distantes nem isolados bairros da Zona Sul, no Centro da cidade o calor passava a encontrar:

> *a ciência de uma civilização para combatê-lo – o arranha-céu, as avenidas amplas, os cinemas dotados de ar-condicionado etc. [...] Quase toda a gente continua em suas residências modernas de Copacabana, Flamengo ou de Tijuca, vindo procurar na penumbra arejada das salas cinematográficas do nosso quarteirão freguês de Hollywood, o conforto amigo de uma poltrona, para melhor sentir o romance de todos os dias, na cumplicidade de seus "astros"'preferidos*(**25**)**.**

Mas esse suposto entusiasmo dos grã-finos deve ser relativizado quando confrontado com a situação como um todo na cidade, que ainda não teria se transformado radicalmente, segundo diagnosticado na primeira edição do *Cine-Rádio Jornal*, meses depois, às vésperas do verão seguinte:

> *Vem aí o verão [...] O público escasseia porque, em grande parte, se retirou da metrópole, tangida pela alta temperatura, mas, também, porque não suporta a atmosfera reinante em tantas casas exibidoras do centro, para não falar nas de bairro. O "ar-condicionado" foi uma utopia para o fã carioca até a abertura do Metro. Hoje, apenas dois salões nos dão um serviço caprichado de refrigeração, o que já mencionamos e o S. Luiz.* ***É verdade que também o Odeon, o Broadway e o Pathé-Palace dotaram suas salas de um serviço razoável de refrigeração, mas, à puridade, muito inferior, por ser muito mais econômico****. É curioso assinalar que no transcurso dos meses invernosos, nenhuma outra casa se animou a imitar as já referidas linhas acima. E o Plaza, o Alhambra e o Rex, para citar apenas três, muito estão reclamando essa medida. Vão deixá-la para os meses da canícula que já vem perto? O bom senso ordenaria que tal serviço fosse posto em prática agora mesmo, para, quando chegar a temporada do calor, todos estarem habilitados a exibir filmes menos maus. Observe-se que nós dizemos, benevolentemente, "menos maus"...* **[ênfases minhas]**(**26**)**.**

De fato, os cinemas lançadores do exibidor Vital Ramos de Castro localizados na Cinelândia, como o Rex e o Plaza, não seriam dotados de ar-condicionado até pelo menos meados dos anos 1940. Além disso, como se percebe do trecho citado, esse mesmo período foi marcado novamente pelo crescimento do circuito exibidor fora da Cinelândia e adjacências, com o surgimento nos demais bairros do Rio de Janeiro não apenas de novas salas, mas também de cinemas lançadores, isto é, nos quais estreavam os filmes novos. O luxuoso São Luiz, principal cinema de Luis Severiano Ribeiro, inaugurado em 1937 como resposta ao Cine Metro, já fora construído no Largo do Machado. A sala que consumiu todas as economias do poderoso exibidor cearense anunciava possuir refrigeração "igual a que está instalada no Radio City de New York, única e custosíssima existente no Rio"(**27**).

Também, em 1937, foi inaugurado o imponente Cine Teatro Coliseu, em Madureira, para três mil espectadores, que durante muitos anos seria a única sala do subúrbio do Rio de Janeiro a contar com refrigeração feita pelos "processos ultramodernos de ar condicionado", como elogiava a *Revista Rio Ilustrado* naquele mesmo ano (apud COSTA, R., 1998, p. 150).

No artigo "A refrigeração nos cinemas", assinado pelo jornalista e escritor Marques Rebelo e publicado no *Jornal do Exibidor*, ainda em 1939, seu autor se debruçava sobre a questão do título, apontando que o problema vinha sendo encarado "com carinho" pelos donos dos principais cinemas do Rio e São Paulo. Entretanto, continuava o autor:

> *Se um São Luiz e um Metro apresentam ao seu público uma caríssima, mas notável instalação [de ar condicionado]**, outros vão se arranjando e agradando os seus habitués com aparelhagens mais precárias e mais baratas**, mas que de algum modo denunciam boa vontade. O que é lamentável é que nossos industriais ligados ao comércio cinematográfico não procurem solucionar a questão da refrigeração dos pequenos cinemas de bairro, exatamente aqueles cuja freqüência é maior.* [ênfases minhas]

Diante dos gastos com mármore e granito que enfeitavam as fachadas dos novos palácios (e cujas fotos podem equivocadamente nos indicar, hoje, um conforto talvez inexistente em seu interior à época), Rebelo sugeria "que sejam mais modestas as salas de entrada, mas que sejam refrigeradas as salas de projeção, isso é que é necessário"(**28**).

As perspectivas melhoraram com o anúncio da inauguração de duas novas salas do circuito Metro, em Copacabana e na Tijuca, gerando o comentário de *Cine Rádio Jornal* em 1940:"O Rio está reclamando esses novos salões cinematográficos que a poderosa companhia americana lhe promete. Não é preciso encarecer o beneficio que daí advirá para o público, notadamente o de bairro onde, com pequenas exceções, ele é servido por salões acanhados, desprovidos dos mais elementares preceitos de higiene, sem refrigeração nem conforto"(**29**).

Em 9 de outubro de 1941, foi inaugurado o Cine Metro Tijuca, segunda sala desse circuito no Rio, ampliado com o Cine Metro Copacabana, que abriu as portas dia 5 de novembro daquele ano, ambos dotados do mesmo "ar de montanha" que fizera a fama do Cine Metro da rua do Passeio. Poucos meses antes, numa reportagem comentando a "invasão" de Copacabana pela classe média com seus edifícios de apartamento e aluguéis mais baratos, era relatada uma situação em plena mudança no bairro: "Até pouco tempo Copacabana tinha poucos cinemas. Só existiam dois na Av. Copacabana, o Íris e o Copacabana, casas de terceira ordem. Agora, há o Roxy, o Varieté e a Metro está construindo outra"(**30**).

Em meio ao crescimento do circuito exibidor e ao adensamento da própria cidade, o "ar-condicionado" passava a ser um elemento de distinção fundamental na disputa entre os exibidores também nos melhores cinemas de bairros: em abril de 1941, Severiano Ribeiro já tinha inaugurado seu Cinema Carioca, localizado na Praça Saens Pena e anunciando um "ar-condicionado perfeito" como o de seu vizinho Metro Tijuca. Na Zona Sul a ordem se inverteu, com o Metro Copacabana abrindo as portas antes do Cinema Rian, de Severiano Ribeiro, construído em plena avenida Atlântida, de frente para o mar. No programa de inauguração deste cinema, ocorrida em 23 de novembro de 1941, já em pleno calor do final de ano, era prometida uma "temporada de 'verão refrigerado'".

A construção de novos cinemas lançadores e a instalação de refrigeração – improvisada ou não, com aparelhagem importada ou nacional – nas salas lançadoras já existentes, coincidiu com o investimento pelos produtores brasileiros no que parecia ser uma brecha do mercado. Depois dos primeiros "alôs", os filmes carnavalescos se consolidaram como gênero justamente na passagem para os anos 1940, por intermédio, principalmente, das produções da Cinédia e da Sonofilms. Depois de lançar novamente no Cinema Alhambra, em março de 1938, *Tereré não resolve* (dir. Luiz de Barros), comédia carnavalesca feita às pressas com sobras do mais ambicioso *Samba da Vida*, (dir. Luiz de Barros, 1937), o estúdio de Adhemar Gonzaga preparou para o carnaval seguinte mais uma comédia passada na folia, *Está tudo aí* (dir. Mesquitinha), que estreou em janeiro de 1939, mas no já refrigerado Cinema Broadway.

Enquanto isso, a empresa de Wallace Downey e Alberto Byington Júnior estabeleceu um proveitoso acordo de distribuição com o circuito Metro, que passou a cumprir a lei de obrigatoriedade de exibição anual de um longa-metragem nacional, decretado em 1939, com os filmes carnavalescos *Banana da Terra* (dir. Ruy Costa, 1939), *Laranja da China* (dir. João de Barro, 1940) e *Céu Azul* (dir. Ruy Costa, 1941), todos lançados com sucesso no Cinema Metro nos primeiros meses do ano. Ou seja, numa época em que o calor e os festejos do momo diminuíam a frequência aos cinemas, parecia interessante aos cinemas lançadores

Programa do Cine Rex

aproveitarem o momento para cumprirem a lei e ainda alcançar boas bilheterias com os filmes-revista nacionais.

Analisando os circuitos de exibição desses filmes carnavalescos, percebemos que após seu lançamento nos lançadores refrigerados, eles eram exibidos nos cinemas de segunda linha, sobretudo no subúrbio e no interior, semanas e até meses mais tarde, geralmente após o período mais quente do verão brasileiro. A popularização ainda maior dos equipamentos de refrigeração em meados dos anos 1940 – chegando, por exemplo, aos lançadores do circuito Vital Ramos de Castro – coincidiria com o sucesso ainda maior dos filmes musicais carnavalescos, sobretudo as mais bem acabadas produções da Atlântida.

O cinema brasileiro desenvolvia um gênero que explorava não apenas uma suposta especificidade cultural do país – seu carnaval e sua música popular – como se adequava a um período do ano no qual arrefecia a concorrência com os filmes estrangeiros. Isso já era percebido nos comentários do crítico da revista *Diretrizes*, em março de 1941:

> *Como estamos no verão, a época é a do 'abacaxi'!... Já se tornou oficial a apresentação dos "abacaxis" internacionais nesta época. Até os "alôs, alôs" nacionais, explorações mercantis da mais baixa espécie, levantam a cabeça nesta época, em que um "abacaxi" a mais não conta...*(**31**)**.**

Ou seja, durante o quente verão carioca, "abacaxi" – termo que viria a ser substituído por "chanchada" no final dos anos 1940 – era o produto cinematográfico da estação.

Notas

1) Sobre os gêneros cinematográficos e a distinção entre filmes carnavalescos e chanchadas, ver Freire (2011).

2) *A Noite*, 4 abr. 1918, p. 5.

3) Álbum de recortes do Cinema Pathé, 1917 (Acervo Família Ferrez, Arquivo Nacional)

4) *Cinema Para Todos...*, 17 jul. 1920, p. 4 (Acervo Pedro Lima, AGCRJ).

5) *Cine-Rádio Jornal*, n. 141, 20 mar. 1941, p. 4, 13

6) Livros-caixa do Cinema Pathé, 1917, 1918, 1919 (Acervo Família Ferrez, Arquivo Nacional).

7) *Cinema Para Todos...*, 12 nov. 1921; *Cinema Para Todos...* 18 nov. 1922.

8) A "classificação dos cinemas do Rio de Janeiro" fornecida pelo Sindicato Cinematográfico de Exibidores, de 15 de agosto de 1934, listava como as sendo as melhores salas da cidade, na categoria "Extra", o Palácio Theatro, Alhambra (inaugurado em 1932), Odeon, Rex (inaugurado em 1934), Glória e Broadway (ex-Capitólio), todas na Cinelândia e adjacências. Em seguida, vinham as salas de 1ª classe, com o Império e Pathé Palace, da Cinelândia, além do Eldorado, Parisiense, Pathésinho (CARIJÓ, 1937, p. 62).

9) *Selecta*, v. 11, n. 40, 3 out. 1925; *Selecta*, v. 11, n. 50, 16 dez. 1925.

10) *Cinearte*, v. 2, n. 54, 9 mar. 1927, p. 4, 30; *Cinearte*, v. 2, n. 75, 3 ago. 1927, p. 29.

11) *Cinearte*, v. 4, n. 152, 23 jan. 1929, p. 14.

12) *Cinearte*, v. 6, n. 259, 11 fev. 1931, p. 28

13) *Cine Magazine*, v. 4, n. 37, mai. 1936, p. 3; *O Estado de S. Paulo*, 14 abr. 1929, p. 9 apud SOUZA (s.d.).

14) *Cinearte*, v. 8, n. 371, 15 jul. 1933, p. 37 ; *Cine Magazine*, v.1, n. 10, fev. 1934, p. 13.

15) *Cine Magazine*, v. 2, n. 19, nov. 1934, p. 12-3; *Cine Magazine*, v. 3, n. 25, mai. 1935, p. 6.

16) *Cinearte*, v. 9, n. 400, 1 out. 1934, p. 21.

1) *Cine Magazine*, v. 2, n. 20, dez. 1934, p. 18 ; *Cine Magazine*, v. 2, n. 21, jan. 1935, p. 21.

18) *Cine Magazine*, v. 3, n. 22, fev. 1935, p. 1-2, 4.

19) *Cine Magazine*, v. 3, n. 23, mar. 1935, p. 4.

20) A primeira sala dotada de ar-condicionado no Rio de Janeiro teria sido "o pequenino Varieté", que usufruía da aparelhagem já instalada no Cassino Balneário Atlântico, em Copacabana, do qual fazia parte (GONZAGA, 1996, p. 196). Em relação às cadeiras de couro, a empresa citada ainda existe (www.kastrup.com.br). Entretanto, antes do Cine Metro, o Cinema Rosário, inaugurado em São Paulo em 1929, já apresentava poltronas de couro. Demais referências: *O Exibidor*, n. 74, jul. 1960, p. 7; *Cine Magazine*, v. 3, n. 22, fev. 1935, p. 1; *Cine Magazine*, v. 4, n. 42, out. 1936, p. 3.

21) *Cine Magazine*, v. 5, n. 45, jan. 1937, p. 13.

22) *A Scena Muda*, v. 18, n. 885, 8 mar. 1938, p. 5; *Cine Magazine*, v. 5, n. 50, jun. 1937, p. 3; Programa Cinema Broadway, Rio de Janeiro, 10 mar. 1941 (Acervo Pedro Lima, AGCRJ); Programa Cinema Odeon, Rio de Janeiro, 1 ago. 1938 (Acervo Pedro Lima, AGCRJ). O *Kooler-Aire* foi utilizado pelo exibidor Generoso Ponce Filho para refrigerar seus dois cinemas, o Broadway, em 1938, e o Cine-Teatro Colonial – originalmente um hotel, hoje a Sala Cecília Meireles – em 1939. Este equipamento de ar-condicionado vinha sendo comercializado, fabricado e instalado no Brasil pela U.S. Airco-Moreira S.A., uma sociedade constituída em 1937 entre a poderosa empresa norte-americana Air Conditioning International Incorporation e a tradicional firma brasileira de materiais elétricos e hidráulicos F. R. Moreira & Cia, de Enéas Torreão Franco de Sá Ribeiro e Moreira.

23) *A Scena Muda*, v. 19, n. 939, 21 mar. 1939, p. 5.

24) *Cine Magazine*, v. 4, n. 34, fev. 1936, p. 7.

25) *Gazeta de Notícias*, 12 jan. 1938 (Arquivo Cinédia).

26) *Cine-Rádio Jornal*, v. 1, n. 1, 11 de ago. 1938, p. 3.

27) *Cine Magazine*, v. 5, n. 46, fev. 1937, p. 4

28) *Jornal do Exibidor*, v. 2, n. 39, 15 mar. 1939, p. 2. Cinco anos depois, o contraste entre aparência, localização e conforto ainda seria questionado pelos jornalistas, sendo aconselhando aos exibidores mostrar "que os cinemas não valem apenas pelas suas fachadas e pelas ruas em que estão localizados, mas, especialmente, pelas comodidades que oferecem ao público pagante" (*A Cena Muda*, v. 26, n. 7, 12 fev. 1946, p. 3).

29) *Cine-Rádio Jornal*, v. 3, n. 84, 22 fev. 1940, p. 2.

30) *Diretrizes*, v. 4, n. 45, 1 mai. 1941.

31) *Diretrizes*, v. 4, n. 37, 6 mar. 1941, p. 17.

Referências bibliográficas.

ALBERTI, Verena. O século do moderno: modos de vida e consumo na República. In: GOMES, Angela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves; _____ (Orgs.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/ CPDOC, 2002.

BERNARDET, Jean-Claude. *Historiografia clássica do cinema brasileiro*. São Paulo: Annablume, 1995.

CARIJÓ, Armando Moura. *Associação Cinematográfica dos Produtores Brasileiros*: relatório de atividades (biênio 1934-1936). Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1937.

COSTA, Renato da Gama-Rosa. *Salas de cinema art déco no Rio de Janeiro*: a conquista de uma identidade arquitetônica (1928-1941*)*. Dissertação de mestrado – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1998.

FERREZ, Gilberto. Pathé: 80 anos na vida do Rio. *Filme Cultura*, n. 47, ago. 1986.

FREIRE, Rafael de Luna. *Carnaval, mistério e gangsters*: o filme policial no Brasil (1915-1951). Tese de doutorado – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

GONZAGA, Alice*. Palácios e Poeiras:* 100 anos de cinemas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Record, 1996.

_____. Parisiense: cinema na Avenida Central. *Filme Cultura*, n. 47, ago. 1986.

MITTELL, Jason. A cultural approach to television genre theory. *Cinema Journal*, v. 40, n. 3, 2001.

_____. *Genre and television:* from cop shows to cartoons in American culture. New York: Routledge, 2004.

PEREZ, Eliane. O cinema brasileiro em periódicos: 1896-1930. *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 122, 2002.

SIMÕES, Inimá. *Salas de cinema em São Paulo*. São Paulo: PW: Secretaria Municipal de Cultura: Secretaria de Estado de Cultura, 1990.

SOUZA, José Inácio de Melo. *Inventário dos espaços de sociabilidade cinematográfica da cidade de São Paulo (1895-1929)*, s.d. Disponível em: <http://www.cinemateca.gov.br>.

_____. *Imagens do passado:* São Paulo e Rio de Janeiro nos primórdios do cinema. São Paulo: Senac, 2004.

VIEIRA, João Luiz; PEREIRA, Margareth C. S. Cinemas da Metro e a dominação ideológica. *Filme Cultura*, n. 47, ago. 1986.

(Recebido para publicação em 21/07/2011)

Gustavo Dahl – 1938/2011*
Cineasta, crítico e gestor público de Cinema

*Gustavo Dahl – 1938/2011**
Cineast, critic and public administrator of cinema

Entrevista concedida a Beatriz Kushnir e Taiguara Almeida*
Transcrição: Yama Arruda
Notas: Rafael de Luna Freire e Yama Arruda**

Em 2008, Gustavo Dahl assumia o CTAv (Centro Técnico Audiovisual), vinculado à SAv (Secretária do Audiovisual), do MinC (Ministério da Cultura). Como gostava de sublinhar, era o seu gerente. Nesse curto espaço de tempo, mostrou o seu talento de gestor público e de ser humano. Investiu suas energias na construção de um novo prédio para o depósito de matrizes do CTAv, que está na reta final, e se engajou na causa da preservação do acervo audiovisual brasileiro. Tomo a liberdade de expor aqui um testemunho bastante pessoal, pois Gustavo Dahl se fez um amigo muito querido e próximo. Não foi de pronto que isso ocorreu, mas esse homem experiente e sedutor soube cativar minha amizade. E foi com extrema surpresa e profunda tristeza que, menos de uma semana após o nosso último encontro – durante a 6ª CineOP, em Ouro Preto –, recebi por e-mail, em Montevidéu, a notícia de seu falecimento. Impossível descrever o vazio que o "doutor em generalidades", como se autodefinia, nos deixou. E no instante em que soube de sua morte, recordei-me da entrevista que concedeu a mim e a Taiguara Almeida – meu orientando de monografia no curso de História da UFF –, em sua casa da rua Aarão Reis. Publicá-la aqui é registrar e divulgar pequenas pinceladas de uma matriz geracional tão distante e tão necessária aos dias atuais. Trazer à tona o seu raciocínio, mais uma vez, é homenageá-lo e presentear a todos nós com as suas vivências – acertos e considerações. E, acima de tudo, referendar um sábio conselho: "Beatriz, nada é tão sério assim!". Mas, igualmente, é demarcar que cada um dos seus passos para a consolidação de políticas públicas na área da preservação audiovisual brasileira torna-se uma responsabilidade coletiva, da qual não podemos nos esquivar.

Beatriz Kushnir

In 2008, Gustavo Dahl became head of the Centro Técnico Audiovisual *(*CTAv*), subordinate to the* Secretaria do Audiovisual *(SAV), of the Ministry of Culture. He was the manager, as he often pointed out, and was to demonstrate his qualities both as a public administrator and as a person during this short period. He applied his energies to the construction of new installations for storing the CTAv original footage that are now close to completion, and engaged in the cause of preserving*

---

* Comissão Carioca de Nominação de Logradouros e Equipamentos Públicos da Prefeitura do Rio indicou, pelo processo 02/286.208/2005, na reunião de 5/7/2011, o nome de Gustavo Dahl (cineasta) para nomear logradouro público no bairro da Taquara, Jacarepaguá.

** Beatriz Kushnir é pós-doutora em História e diretora do Arquivo da Cidade. Taiguara Almeida é bacharelando da UFF, autor da monografia intitulada *O Estado brasileiro como projeto de gestor*: a Embrafilme no seu momento inicial, orientada pela profa Beatriz Kushnir. Yama Arruda – Graduado em História pela UFRJ. Rafael de Luna Freire é Doutor em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense (UFF).

the Brazilian audiovisual heritage. I take the liberty of providing a very personal account, as Gustavo Dahl became a very dear and close friend. This was not spontaneous, but this experienced and charismatic man gradually achieved my friendship over time. It was with absolute surprise and profound sadness that I received an e-mail informing his death while I was in Montevideo – less than a week after our last meeting during the 6th CineOP, in Ouro Preto, Brazil. It seems impossible to describe the void this "master of generalities" – as he described himself – leaves. On the news of his death, I immediately recollected the interview he gave Taiguara Almeida –a History graduated at Universidade Federal Fluminense – and me at his home on rua Aarão Reis. Its publication here is a means of recording and divulging small touches from a generational template that seems so distant and yet so vital in today's world. To disclose some of his reasoning – once again – is a form of paying him respect, but, furthermore, an insight of his experience – with its wisdom and considerations – is also a gift to us all. Maybe, above all, it is also a means of corroborating some very wise advice: "Beatriz, nothing is that serious!". Nevertheless, it also determines that each of his steps towards the consolidation of public policies intended for the preservation of the Brazilian audiovisual heritage constitute a collective responsibility, which we cannot forgo (**).

Beatriz Kushnir

***Gustavo Dahl*:** A gênese da Embrafilme (Empresa Brasileira de Filmes**(1)** começou com a criação do Instituto Nacional do Cinema (INC)**(2).** A Embrafilme, quando foi constituída dentro do INC, era uma empresa que iria operar a venda de filmes brasileiros no exterior e para a qual daria adiantamentos - digamos, "adiantamentos sobre direitos", e que operaria e venderia esses filmes lá fora. Como houve um certo "rebu" na época, como sempre que aparece algum dinheiro, não é? E aí, eu não lembro o sobrenome... Davi... era uma rapaz que trabalhava na produtora R. F. Farias, que tomava conta, e também eu acho que a primeira Embrafilme - o que a gente chama de primeira Embrafilme - é a de 1966. Mas esta terminou não vingando. Não aconteceu nada. Que eu me lembre, continuava como uma empresa dentro do INC. Os planos se misturam. Entra o Roberto Farias**(3)** e ele começa – ele que já era produtor importante - a fazer política cinematográfica e assume o Sindicato Nacional da Indústria Cinematográfica (SNIC)**(4),** até então presidido pelo José Alvarenga, que era diretor da Líder Cinematográfica**(5)** e era controlado pelo Luís Severiano Ribeiro Júnior**(6).**

Beatriz Kushnir: Havia uma lei de obrigatoriedade de se colocar filmes brasileiros mas, de qualquer maneira, o Sindicato Nacional da Indústria Cinematográfica servia para dar, todo ano, um atestado ao Luís Severiano Ribeiro de que não havia disponibilidade de filmes brasileiros e que por isso a lei não podia ser cumprida. Aconteceu anos a fio.

Gustavo Dahl: Até que o Roberto Farias, representando o grupo de produtores, foi eleito para o sindicato e começou a fazer uma nova política de reivindicações, "n" pleitos. O sindicato reunia desde Adhemar Gonzaga**(7),** que tinha feito a Cinédia nos anos 1930, até o Roberto Farias. Havia também o Luís Carlos Barreto**(8),** que tinha sido o produtor (estou falando isso...início dos anos 1970, coisa assim) de "Vidas Secas" [1963], e tinha uma forte ligação com o Nelson Pereira dos Santos**(9)**, então, digamos, havia uma armação corporativa, mas havia também uma armação de liderança política muito marcante que juntava o Roberto Farias, o Luís Carlos Barreto e o Nelson Pereira dos Santos.

Por essas voltas que a política brasileira dá, o Nelson Pereira dos Santos tinha conhecido o ministro Reis Veloso**(10)**, ministro do Planejamento na época e um homem forte do governo Geisel (1974-9). Entra o governo Geisel com uma perspectiva mais nacionalista. O Reis Veloso dizia "a gente pode fazer concessões econômicas, mas não precisa fazer concessões culturais" e o Veloso gostava de Cinema, até escrevera sobre Cinema. Tinha uma visão de Cinema tanto "artística**"** quanto industrial, se interessou e começou a conversar com o Nelson. O Roberto já estava no sindicato e tinha o INC, mas o INC já era uma estrutura desgastada que vai se fundir com a Embrafilme em 1976 [o INC foi extinto em 9 de dezembro de 1975], então, digamos que, nesse momento, por volta de 1974, o INC já estava desgastado. E, naquela época, a ideia de se ter uma empresa era uma proposta de governo. Havia um modelo *geiseliano* que é de empresa estatal, conselho de regulação e reserva de mercado**.** Em

várias coisas. E esse modelo foi aplicado ao Cinema. Lembraram-se, então, que dentro do INC havia uma empresa, a Embrafilme, e que era só revivê-la, redimensioná-la, que ela poderia fazer esse papel de empresa. Porque o Instituto fomentava, regulava, também cobrava o ingresso único padronizado, recebia borderôs... fazia tudo. Fazia a área cultural, a área de controle e de fiscalização.

Taiguara: A Embrafilme, nessa época, é um apêndice...?

Gustavo Dahl:: Era praticamente uma coisa que tinha ficado latente dentro do instituto, mas havia, digamos, numa reengenharia institucional... O que se fez? Reformaram-se os estatutos da Embrafilme, deu-se um *upgrade* na Embrafilme já com outra dimensão e a ideia era de que ao invés do INC conter a Embrafilme, era a Embrafilme que iria conter o INC, mas criando um órgão regulador que seria o Conselho Nacional do Cinema (Concine)(**11**). Só que, quando o decreto que cria, que funde a Embrafilme, uma empresa executiva, com o INC, ele fala de um conselho a ser criado, que é o Conselho Nacional de Cinema. A visão é a de que a Embrafilme era a empresa estatal para possibilitar uma grande operacionalização, coisa que não era possível na administração pública. Era, assim, uma modernização e desburocratização da ação governamental. Com algumas ações estratégicas, como a visão de tratar do fomento, tratar também da promoção no exterior e da parte cultural (havia uma diretoria de operações não comerciais) e também havia um embrião de distribuidora que foi comprando a estrutura da Herbert Richers(**12**), que tinha uma distribuidora, garantindo uma infraestrutura. A primeira pessoa a ser nomeada foi o Ronaldo Lupo(**13**), antes do Roberto, que era um produtor, um cômico da época; ele até fazia uns filmes que depois eram exibidos nos cinemas, mas era mais ligado à gestão, e ele começou a distribuidora.

Entrou o Roberto, com uma outra mentalidade, queria reformular a distribuidora. Aí, o Aurelino Machado(**14**), que na época era corredor da Fórmula 3 e mexia com marketing, já estava trabalhando na distribuidora. O Roberto tinha criado, junto à diretoria geral, uma Assessoria de Marketing, na qual havia uma outra pessoa que não me lembro o sobrenome, se chamava Gil. Quando o Roberto quis fazer uma distribuidora deslocou o Aurelino para a distribuidora e eu, na época, tinha acabado de lançar "Uirá, um índio em busca de Deus" [1972]. E toda vez, acho que até hoje, sempre que você lança um filme, volta à estaca zero. Sempre que você lança um filme, acha que vai resolver a sua vida, depois ele é lançado no Rio, vai mais ou menos; é lançado em São Paulo, vai péssimo; aí você retorna e cai na real de novo.

Eu tinha uma situação familiar, estava casado com a Ana Maria Magalhães, que já tinha um filho, uma produção independente. Depois, ela engravidou de mim, estava com um filho na barriga, e eu tinha levado minha mãe para São Paulo, junto com meu meio-irmão adolescente. Então, de rapaz solteiro passei a ser responsável por uma família que já tinha uma mulher, um filho, um outro filho, uma mãe velha e um meio-irmão adolescente.

Eu senti que a barra ia pesar e procurei o Jean-Claude Bernardet(**15**), que estava com a parte de Cinema do jornal *Opinião*(**16***),* e disse: "Jean-Claude, estou precisando dar uma entrevista para me relançar." Jean-Claude respondeu: "Vamos fazer". Então eu fiz a entrevista na qual colocava alguns conceitos que na época faziam sentido e que fazem sentido até hoje: "que cada filme tem seu público, é uma questão de você encontrá-lo". É engraçado, porque eu, além de um passado como crítico, como diretor, montador, documentarista, digamos, na área da "arte", sempre tive uma preocupação com a visão de conjunto da economia. Eu penso que um Cinema nacional não é feito só com filmes ou com filmes expressivos, ele é feito também com a economia. Eu tinha publicado, em meados da década de 1960, um artigo chamado "Cinema Novo e seu público" [In: *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 11-12, dez. 1966/mar. 1967], decorrente de um trabalho que fiz para o poeta e político Augusto Frederico Schmidt(**17**), interessado em instalar uma indústria.

Assim, ao mesmo tempo que eu tinha uma certa, digamos, levada intelectual, de Cinema de arte, [cita seus dois longas-metragens anteriores] tinha também uma visão do Cinema como economia e, nessa entrevista, o Roberto percebeu isso e me chamou para trabalhar com ele, dizendo: "Gustavo, você vai dar uma assessoria no lançamento dos filmes de arte, dos filmes difíceis". Eu tinha dito exatamente que todo filme tinha seu público. Mas já existia a distribuidora e era preciso tirar o Ronaldo Lupo, era um certo incômodo, aí o Roberto o tirou. Tinha também o Aurelino. O Roberto disse: "Gustavo você vai trabalhar na distribuidora, agora, quem vai dirigir a distribuidora sou eu. Você e o Aurelino não se preocupem que quem vai dirigir sou eu, mas, vocês é que vão operar", isto é, Aurelino na área administrativa e eu na área de operações.

Mas, logo se viu que o Roberto não ia dirigir a distribuidora coisa nenhuma. Não podia, porque o trabalho de diretor geral da Embrafilme já era suficientemente absorvente. Então, aconteceu que eu e o Aurelino, de repente, nos vimos começando a tocar a distribuidora. No entanto, a distribuição de filmes brasileiros tinha alguns donos: Luís Carlos Barreto, por exemplo, havia acabado de lançar "Dona Flor e seus dois maridos" [dir. Bruno Barreto, 1976]**(18),** que é o maior sucesso até hoje, imagina na época o que era. Havia o Jarbas Barbosa, com a Copacabana Filmes e distribuía. Havia o Riva Faria, irmão do Roberto, que também era, digamos, o lado empreendedor, não na produção, mas do lado empreendedor cooperativo da época. A gente chamava de REFEFE, era Roberto Ferreira Farias Produções [R.F.F]. O Jece Valadão**(19)** que havia se juntado e feito uma distribuidora, a "Ipanema Filmes"**(20).** Eram os donos da distribuição, então você imagina, para uma distribuidora com um especialista em marketing, um diretor de filmes intelectuais..... Logo de cara o Roberto me chamou e falou: "olha, tem um rapaz aí que a gente precisa ver o que faz com ele, porque eu tenho pedido para ele entrar...". Era Marco Aurélio Marcondes**(21),** genro do Comandante Antonioli. O comandante era o encarregado da área de segurança, era o representante do SNI [Serviço Nacional de Informação]**(22)** na Embrafilme. Marco

Aurélio era uma pessoa ótima, na época era presidente da Federação Nacional de Cineclubes, começamos a conversar e ele disse: "vamos fazer um setor 16mm dentro da distribuidora e começar a distribuir as cópias dos filmes brasileiros para as universidades." Assim, houve a primeira constituição da distribuidora, dentro da Embrafilme, que ainda não se chamava SUCOM (Superintendência Comercial).

Logo depois apareceu o primeiro lançamento - acho que foi "Ovelha negra, uma despedida de solteiro" [dir. Haroldo Marinho Barbosa, 1975] –, no qual eu me lembro ter trabalhado. Depois, havia um outro filme, com a Renée de Vielmond, dirigido pelo diretor teatral Antunes Filho ["Compasso de espera"]. Posteriormente, apareceu já o primeiro filme com a cara mais comercial, mais ambicioso, "O rei da noite" [1975], do Héctor Babenco. Ele pediu um adiantamento que, na época, acho que eram 500 mil cruzeiros novos. E a gente pagou, eu e o Marco Aurélio bancamos o adiantamento, e o filme veio e foi razoavelmente bem. Então a gente já começou... Marco Aurélio, na estreia, botou o conjunto do Copinho, um regional, era o rei da noite, então o filme foi razoavelmente bem.

Taiguara: Distribuído só no Rio de Janeiro?

Gustavo Dahl: Não. O filme "Lúcio Flávio, o passageiro da agonia" [dir. Hector Babenco, 1977] é que esteve depois na história de divisão de mercado. Mas, não, já era uma distribuição nacional.

Beatriz Kushnir: Sem juízo de valor, só para tentar entender. Por mais que não se queira, essa primeira Embrafilme de que você fala é de um Decreto de 1966, é depois de 1964, não é 1968 ainda, mas é depois de 1964. Estou tentando entender qual é a visão que aquele governo pós-64, pós-68, tinha, para criar um decreto como esse e instituir uma empresa. Quando se faz uma empresa como essa e se está lidando com o capital desse governo, por mais que se tenha essa visão de distensão do governo Geisel, tem-se um governo achando que valia a pena investir. Como você vê tudo isso?

Gustavo Dahl: A primeira coisa é a seguinte: o INC – você vê como funciona o Brasil –, era uma proposta que existia desde 1950, feita pelo [Alberto] Cavalcanti ao Getúlio, que consistia em juntar as várias unidades de cinema existentes nos ministérios, mas isso não colou**(23).** Depois, o [presidente] Juscelino [Kubitschek de Oliveira] (1956-61), no fim de seu governo, cria o Grupo Executivo da Indústria Cinematográfica (Geicine)**(24),** ligado a um movimento de política industrial de Cinema, que nasce em São Paulo, junto com o Flávio Tambelini(**25**), que era crítico dos *Diários Associados,* e Cavalheiro Lima**(26)**, que conhecia economia. Era um pessoal um pouco ligado à Brasil Filmes, que foi criada depois que a Vera Cruz**(27)** acabou, e, digamos, com a visão industrialista do Cinema.

Naquele momento, havia o Cury [cineasta Walter Hugo], o [crítico Rubem] Biáfora**(28)**, eles tinham uma visão, ou seja, eram os universalistas contra os regionalistas**(29).** Então,

para o Tambellini, a referência era a indústria americana, tentar dar uma evolução no modelo Vera Cruz. É quando acontece 1964. Em 1964, eu não estava no Brasil... Cheguei ao Brasil vindo da França, uma semana antes do Golpe de 1964, e havia uma grande atuação do Paulo Emílio**(30)**, da Universidade de Brasília, criada pelo Darcy Ribeiro, então chefe da Casa Civil do Jango (1961-4). Existia um pessoal do Cinema ligado um pouco com a esquerda: Nelson Pereira dos Santos, o próprio Glauber (Rocha)(**31**), algumas coisas já estavam por ali. Havia uma proximidade entre o pessoal do Cinema e do Cinema Novo com Samuel Weiner(**32**), do jornal *Última Hora*, e tinha uma musa no meio, chamada Regina Rosemburgo, que inspirava... Namorava Samuel, depois namorou Glauber, Reis Veloso achou graça nela... tem também esse lado.

O Reis Veloso tinha uma visão da importância política da indústria do Cinema, uma consciência que o pessoal do Cinema estava começando a ter, não é? Você imagina, 1964 é o ano em que se faz "Os fuzis" [dir. Ruy Guerra], "Vidas secas" [dir. Nelson Pereira dos Santos] e "Deus e o diabo na terra do sol" [dir. Glauber Rocha]. É o apogeu de uma visão social do Cinema, com grande repercussão no exterior. Os três filmes repercutiram"Os fuzis" em Berlim, "Deus e o diabo" e "Vidas secas" em Cannes. O Anselmo Duarte tinha feito antes "O pagador de promessas" [1962] ganhando a Palma de Ouro.

O Veloso, com uma visão estratégica forte no governo, ministro do Planejamento...[isso em Geisel]. Antes, quando a gente vai para a Revolução propriamente dita, o golpe militar, já havia esse projeto do Geicine, eu misturei duas épocas... liderado um pouco pelo Flávio Tambellini, casado com a irmã do Roberto Campos **(33)**, que era o grande mentor econômico - ele e o [Otávio] Bulhões **(34)** – o reformulador da economia brasileira e do caos da economia brasileira instalado pelo governo esquerdista de João Goulart, não é? Mas, com o Golpe de 1964, a famosa "Revolução", veio o governo Castelo [Branco] que era para durar um ano, durou mais um e, em 1966, acaba o governo, e o Roberto Campos sai. Eu digo, ali era uma excelente ocasião para criar uma instituição que abrigasse o genro dele. Então, tem esse lado pessoal do Roberto Campos também... o projeto já existia.

Taiguara: Ele vai ser o primeiro diretor do INC, não é?

Gustavo Dahl: É, e que traz o pessoal de São Paulo, traz o *Jacques Deheinzelin* ***(35)***, também ligado ao [crítico Antonio] Moniz Viana (**36**), em São Paulo. Instala-se a direita do Cinema brasileiro, usando bastante humor [ele frisa], se instalam os universalistas e fazem o Instituto Nacional do Cinema. Quando, em 1974, entra o Geisel, há uma chance para a centro-esquerda do Cinema brasileiro entrar, porque o Roberto, que foi assistente de direção de sucesso, diretor de sucesso, dirigente sindical de sucesso, empresário de sucesso, era a liderança política da época. Ao mesmo tempo, o Nelson Pereira não queria... não tinha, digamos, vocação institucional, e o Luiz Carlos Barreto já na época encontrava algumas resistências.

Então, o Roberto Farias era, desse grupo, quem poderia assumir. Agora, havia essa história... quem contou foi o Élio Gaspari, que tinha conexões com o Geisel e com o Golbery **(37**), uma história do Golbery absolutamente maravilhosa. Ele disse que "esses rapazes do Cinema Novo são todos integralistas e não sabem! Só mandam para cá documentos falando do Brasil grande, que não sei o quê." Estou dizendo: a componente nacionalista do governo Geisel se adaptava muito bem à uma certa ideologia do Cinema Novo e a esses filmes como "Vidas secas", "Deus e o diabo**..."**. Lembre-se que o Roberto fizera "Assalto ao trem pagador" (1962), que é um filme de grande sucesso comercial, mas que é também um filme passado nas favelas, que coloca a questão do racismo. O Roberto era um diretor comercial, mas com uma visão social, esse é um lado do Roberto que ele vai mostrar no "Pra frente Brasil"(1984). E Roberto também já tinha feito "Cidade ameaçada"(1960), antes do "Assalto ao trem pagador", que era um pouco da periferia de São Paulo, essa coisa do mundo à margem e também ligado um pouco à periferia. O que estou dizendo é que havia uma adesão, digamos, nacionalista, e acho, isso até hoje, eu sou um geiseliano, defendo, porque o modelo econômico era de substituição de importações. Olha como o modelo de Cinema brasileiro cabe nesse modelo de substituiçao de importações.

Até o lado mercadológico que o Cinema americano teve, ao longo do século, era alguma coisa que se encaixava nessa visão. Se você juntar isso com a visão de uma reserva de mercado como foi feita, por exemplo, com a informática, e junto com o conselho, você percebia que havia uma consciência da importância política do Cinema e de uma importância social. Eu estou falando do general Antonioli, do SNI, mas o SNI era só um clima, o SNI não se metia na gestão, até porque o ministro da Educação era o Ney Braga, ex-governador do Paraná, e parece que o pai era exibidor. O Ney Braga **(38),** além de gostar de Cinema, um mal dos políticos, também se sentia... Além disso, no departamento - acho que se chamava Departamento da Cultura do Ministério da Educação e Cultura -, quem era praticamente um vice-ministro era o professor Manoel Diegues, pai do cineasta Cacá Diegues. Então, você vê como essa rede é uma rede que vai se ligar também ao Itamaraty, ao Mário Dias Costa, ao Arnaldo Carrilho, que era um jovem diplomata na época, ao Celso Amorim, que tinha passado pelo Cinema. Então, essa "conspiração do Cinema Novo" era muito bem urdida, não é? O Joaquim Pedro de Andrade, retirando o sobrenome Melo Franco, era filho do Dr. Rodrigo Melo Franco, que era do Patrimônio. E o IPHAN era uma sobrevivência, ou seja, foi criado durante a gestão de Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde de Getúlio, só que o chefe de gabinete do Gustavo Capanema era Carlos Drummond de Andrade e o Dr. Lúcio Costa trabalhava também no Patrimônio, junto com o Dr. Rodrigo.

Beatriz Kushnir: E sobrevive desde Capanema... O Dr. Rodrigo fica 60 anos no IPHAN

Gustavo Dahl: Eu frequentava as festinhas das filhas do Dr. Lúcio **(39**). A gente convivia com Dr. Lúcio, com Dr. Rodrigo **(40),** e ia das ligações com o Partido Comunista (Alex

Viany) até a elite brasileira, a elite intelectual. Eu trazia a ligação com São Paulo, com Paulo Emílio Sales Gomes, com a Cinemateca Brasileira, então, era um lobby político, intelectual e social feroz. Todo mundo esperto, todo mundo querendo modernizar o Cinema brasileiro, no sentido de atualizar o Cinema no Brasil. É evidente que logo depois desse movimento, quando surge a Embrafilme, e quando surge o governo Geisel com essa proposta econômica sobre a qual já falei, é como se fosse uma continuidade do movimento modernista, do regionalismo do Nordeste, e que vai desembocar, que passa ali, pelo primeiro período da Revolução de 1964.

Digamos 1964-1974, com esse grupo ligado ao Tambellini, pró-americano, mas depois voltam. Os rapazes já não estavam mais tão radicais assim, porque também a luta armada já havia passado. Em 1968, tinha passado a luta armada. A visão de que era preciso atuar dentro de uma estrutura de governo com a qual, por conta desse tom nacionalista, não havia uma contradição ideológica muito forte, lembrando também que o governo Geisel... Primeiro: foi o governo Geisel que acabou com a tortura nos quarteis e também quando o Golbery começou a lançar a ideia da distenção lenta, gradual e segura.

Beatriz Kushnir: Achei muito interessante essa ligação que você faz com a geração de 1922, 1945 , essa intelectualidade como o Drummond, que vai digerir a vida inteira o fato de ter sido chefe de Gabinete do Capanema, no Estado Novo; e a segunda geração que estará no aparelho do Estado pós-1974, porque faz parte de uma indústria que precisa do Estado ou não consegue acontecer.

Gustavo Dahl: Cinema se faz com dinheiro dos outros e o diretor é quem arranja produtor. Então é isso. Primeiro, você não enfrenta o Cinema americano, em escala mundial, o melhor produto desde 1914. Segundo, você não faz um Cinema nacional sem o governo. Então, é essa a coisa. Claro que isso causou, na Europa sobretudo, esse lado ideológico causava um certo escândalo. "Vendidos à Ditadura".

A gente sabe o que está fazendo. Aí, a distribuidora da Embrafilme, em determinado momento o Roberto Farias, - eu estava na distribuidora e saí por um momento porque tinha muito "piru" de fora, esses veteranos da distribuição se sentindo muito...Era a turma do Roberto. Porque o Roberto era um político muito hábil, ele compunha com todo o arco da sociedade. Mas tinha lá o que a gente do Cinema Novo chamava de *os gansgsters:* Jece Valadão, Jarbas Barbosa, Riva Faria (**41**)... que pressionavam, porque a distribuidora era um possível espaço de poder. Aí, eu disse: "Ah, é? Então saio da distribuidora." Fui trabalhar na área de produção. Chamo um veterano da distribuição, o Deca (José da Costa Cordeiro), que tinha acabado de lançar o "Dona Flor...", mas de repente o Deca tem um infarto e a distribuidora começa a dar rolo. O Roberto me chama de volta e eu respondo que só volto se tiver carta branca para reestruturar. Convoco o Alberto Flacksman(**42**), que é da minha geração, economista, e tinha vivido sete anos em Paris, tinha desenvolvido uma visão racional, que por seu lado convoca alguns...

Criou-se um consultoria, do Roberto com uma moça que era uma psicóloga argentina, um outro que era formado em contabilidade na Irlanda, se dá um *upgrade* na concepção da distribuidora. Deixa de ser aquela mentalidade Herbert Richers, Roberto Farias. Eu digo: "junta as pessoas, faz uma reunião", já tinhamos o Marco Aurélio, que era ligado ao Partido Comunista, mas era um grande operador. "Vamos convocar uma reunião aqui no Hotel Paineiras e chama o Antônio Cândido **(43)** para fazer uma conferência para as pessoas, para abrir as cabeças."

De um lado se discute a distribuidora e do outro, a cultura brasileira. Aparece uma proposta de se criar na distribuidora, pagando um salário melhor, e aí esses consultores vão procurar nas distribuidoras americanas os grandes operadores, o Jorge Corrêa, o Sebastião Martinez **(44)**, que topam vir para para a distribuidora da Embrafilme. Distribuição é uma coisa que você recebe o dinheiro... Primeiro a sala de cinema recebe o dinheiro, segura um certo tempo, e depois passa para a distribuidora, que segura um certo tempo também, e depois passa para o produtor. *Upgrade* e evolução da distribuidora. "Os Trapalhões" levavam seis meses para receber o dinheiro.

Na Embrafilme era tudo ali, nos conformes, além de um certo rigor ideológico. O Renato Aragão passa a adorar. A nova proposta: trabalhar a distribuidora como se fosse uma empresa, mas, ao mesmo tempo, com um orçamento público. O dinheiro vem da Embrafilme, que tinha receita própria, reserva de mercado e conselho regulador. E, sobretudo, se começa a criar uma outra cultura dentro da Embrafilme. Porque a cultura da Embrafilme era "Tem que dar pra fulano, porque não sei o quê..." Aí nós... éramos todos de mercado.

Taiguara: Essa questão, do mercado: a Embrafilme produz muitos filmes e a distribuidora tem que ter um crivo maior. Como isso se deu? Como os filmes eram escolhidos pela distribuidora?

Gustavo Dahl: Os filmes não eram escolhidos pelo distribuidor. Mudanças da distribuidora: localização, departamentos novos. Os filmes eram escolhidos pela diretoria da Embrafilme, era uma decisão da diretoria sobre o fomento. E, fundamentalmente, do diretor-geral. Mas, também, essas operações, essa alocação de recursos era dada de forma que mantivesse um certo equilíbrio político. Quando vai se fazer a distribuidora tem um momento que a gente diz: agora você fez o filme, mas distribuidora é uma coisa que você está entre o produtor e o exibidor, se lida com o mercado propriamente dito, com a realidade. Não escolhíamos o filme, mas escolhiamos o lançamento do filme, a campanha dos filmes: quantas cópias iam ser feitas, quanto ia se investir em publicidade... e foi indo.

Beatriz Kushnir: Sem nenhuma ingerência do governo?

Nenhuma.

Beatriz Kushnir: Nenhum conselho, ninguém se metia?

Nada. Nada.

Beatriz Kushnir: Mas, então, o Roberto tinha uma força excepcional.

Gustavo Dahl: Porque ele tinha força junto ao Ney Braga. Também a Embrafilme não dava problemas, o Cinema brasileiro não dava problema. Às vezes, tinha umas ideias: "Vamos fazer filmes históricos e tal!" mas aí vinha por terra(**45**). Também não é só isso. Havia uma espécie de blindagem decorrente da eficiência da ocupação do mercado. O Cinema brasileiro chega a ocupar...a distribuidora da Embrafilme chegou a ser a segunda maior distribuidora do país, era um sucesso. E isso blindava politicamente. Você está me perguntando se a diretoria influía?

Tinha a Diretoria de Operações Comerciais, que era a área cultural, responsável por operações, mas que não apitava muito. Tinha a Diretoria Geral, por nomeação política, e uma Diretoria Administrativa, política, mas, digamos, indicada pela corporação. Começamos a incrementar alguma influência na produção, dando adiantamento sobre distribuição, porque o investimento da Embrafilme era feito, digamos, metade se associando ao risco, teoricamente 33% da équide do filme, e dava mais 33% como adiantamento sobre distribuição. Então, ela se associava ao risco em 66%, porque, senão, ficava devendo. Metade era sócia, metade era adiantamento, se o filme foi distribuído e não deu... é que o modelo é assim. É assim que os estúdios funcionam: os filmes bem-sucedidos pagam os filmes malsucedidos. Você vai criando um rolo. E a distribuidora terminou praticamente pagando suas despesas. Eu me lembro que nas últimas evoluções, nos últimos tempos da distribuidora, a ideia era a seguinte: "Precisamos agora repassar mais dinheiro para os produtores". Porque também a distribuidora tinha uma tática de você superaquecer o lançamento, com investimentos em cópias e publicidade, e depois tinha que recuperar. Politicamente estava bem armado, porque o Ney Braga era um ministro forte, tinha o Reis Veloso como ministro do Planejamento, a empresa estatal funcionava, a corporação era mais ou menos cooptada.

O primeiro conflito ideológico vai surgir com o "Pra frente Brasil". Quando sai o Roberto, ele se vê diante da contigência. Ele queria fazer o "Pra frente Brasil", mas tinha um pouco de medo também. E aí ele decide e quando os militares vão ver "Pra frente Brasil" o que eles dizem é o seguinte: "Mas, estão fazendo isso com o nosso dinheiro?"

Beatriz Kushnir: Eu fiz uma tese sobre censura, entrevistei o Coriolano Fagundes (46), que era o censor. Ele faz um parecer positivo, mas a Solange "tesourinha" (Hernandes) tira o parecer do Coreolano e só manda os pareceres negativos. E o Roberto recebe o parecer positivo do Coriolano pelo correio. A censura também estava dividida em relação **...**

Gustavo Dahl: Essa é a história da instalação, agora leva aí.

Beatriz Kushnir: O Roberto sai no final do governo Geisel, ele sai em 1979, o "Pra frente Brasil" é de 1983, quem substitui o Roberto?

Gustavo Dahl: Aí, há o famoso racha, porque o sucessor natural era eu e já havia uma espécie de compromisso. Mas tem sempre alguém que chega... alguém chamado Zelito Viana,(**47**) não é? Que chega no ouvido do Roberto e diz: "O Gustavo não tem essa unanimidade toda, não. Era melhor que você ficasse" Aí o Roberto... me comunicam. E eu digo "ah, mas não foi esse o combinado, de maneira que eu vou chiar". E planto um racha. Então é nomeado ministro o Eduardo Portela **(48)**, que chega até a me sondar para eu ser o diretor-geral da Embrafilme.

Mas tem sempre aquela coisa. O Miguel Borges, que era presidente de sindicato, manda uma carta dizendo que não e me questionando. Mas eu e Marco Aurélio na distribuidora tínhamos feito muitos amigos. Essa perspectiva relativamente impessoal, profissional de tratar com os filmes, não era uma coisa bem-vista dentro de uma classe muito corporativista. Então, o Eduardo Portela diz aquela famosa frase, maravilhosa: "dois cineastas fazem um partido". Chamam o Celso Amorim que é o tertius. Fica o Celso Amorim e o Roberto vai fazer o "Pra frente Brasil". Eu saio da distribuidora e vou fazer o "Tensão no Rio" (1980), que é um filme problemático, interrompido. mas isso é uma outra história.

Taiguara: Gustavo, esclareça a questão da distribuição e do financiamento durante a sua participação na SUCON (Superintendência de Comercialização). Que mudanças foram implementadas de fato?

Gustavo Dahl: A primeira foi essa de introduzir, passar a avaliar os resultados dos filmes em função de custo-benefício. A segunda, digamos, foi fazer um grande investimento em marketing. Por exemplo, há um caso dentro da distribuidora da Embrafilme, que é o do filme "A dama do lotação" (dir. Neville D'Almeida, 1978), que é o primeiro lançamento nacional com 80 cópias. Para te dar uma ideia, "Dona Flor..." e "Xica da Silva" (dir. Carlos Diegues, 1976) foram exibidos com 40 cópias. "A dama do lotação" foi exibida com 80 e chegou a 100. Era um investimento de campanha de televisão que, na época, era de dois milhões de cruzeiros, e talvez fosse cinco vezes o custo do filme. Mas, aí é que a gente vê a generosidade e a grandeza do Roberto, porque realmente a distribuidora virou uma outra cultura. Éramos nós e eles. "Aqui a gente trabalha, nós somos sérios, a gente vai lá, era um outro clima, nós somos profissionais."

Mas eu tinha uma noção das coisas, então, para autorizar a TV Globo, que tinha dado para "Dona Flor..." três vezes o custo do filme..... "Dona Flor..." teve a publicidade da Globo de graça, por conta do Walter Clark **(49)**. Nós fomos lá, Marco Aurélio e eu, tivemos que negociar com a Globo: "Para "Dona Flor..." vocês deram de graça, não vão poder arrochar". Então eu vou ao Roberto e digo: "Roberto, é o seguinte, são dois milhões de campanha." O Roberto pergunta: " São quantas cópias?" "São tantas". "Divide por cópias". O Roberto me

autoriza a fazer esse investimento brutal. Você vê que nós já tínhamos começado a criar uma contabilidade, ver o custo-benefício. O que arruina sempre as distribuidoras é o investimento em cópias, cartazes e publicidade que depois não são pagos pelos filmes e vão se acumulando. Introduzimos um manejo contábil-financeiro. Criou-se uma área de propaganda e marketing. Deu-se uma qualificada nos cartazes, na embalagem dos filmes brasileiros, achando que as embalagens e os cartazes já eram uma imagem do Cinema brasileiro. Criou-se um marketing do gênero, antes de lançar o filme "A dama do lotação". Está trabalhando comigo agora, o João Carlos Rodrigues, eu disse: "João Carlos, olha quais são os cinemas de maior frequência média do Brasil inteiro". Então, começamos a programar os lançamentos nos cinemas e isso também rompia com um modelo de negócios no qual os filmes se dividiam entre Sul e Norte. Então, no Sul era com o Florentino e no Norte com o Severiano Ribeiro. Era uma ruptura que o "O Poderoso Chefão" e o "Tubarão" vão dar no mercado americano, nos fizemos ela aqui com "A dama do lotação". Nenhuma cadeia mais tem exclusividade. Como o filme tinha potencial, íamos investir em publicidade, passamos a impor uma liberdade de negociação, digamos, por fora do oligopólio da exibição. Também havia o número de salas, era muito maior e o ingresso era infinitamente mais barato. E isso, do ponto de vista de distribuição, nós realmente criamos uma distribuidora com um padrão de eficiência dos americanos e com filme brasileiro.

Havia também alguma coisa... era um momento em que os cineastas do Cinema Novo, tirando o Ruy Guerra, que não abria mão de seus princípios, mas o Joaquim Pedro, o Nelson [Pereira dos Santos] já faz "Como era gostoso o meu francês" (1970)... os filmes ficam coloridos, o "Como era gostoso o meu francês", "Macunaíma" (1969) e vem por aí. Haviam sucessos médios também. Ao mesmo tempo, havia uma visão típica de estúdio que era essa de criar um rolo: filmes bem-sucedidos pagam os filmes malsucedidos e também há certos lançamentos de prestígio que tínhamos que fazer. Então, a distribuidora também lançava "Tudo bem", do [Arnaldo] Jabor, "A lira do delírio", do Walter Lima [Júnior]. Ampliava [para 35 mm] "A queda", do Ruy Guerra, feito em 16 mm, e mandava para Berlim para ganhar um prêmio. Simplesmente se dava uma verticalizada num certo sentido, controlava um pouco a produção e tem uma coisa clássica também que é o fato de você ter "Os Trapalhões" duas vezes por ano, um sucesso até hoje, e isso dá força no mercado para impor o resto do seu estoque. E, além de "Os Trapalhões", tinha-se filmes não infantis interessantes, alguns grandes sucessos, e também existiam alguns sucessos médios. Então, o Cinema brasileiro virou alguma coisa normal.

Beatriz Kushnir: Mas, estamos falando de uma revolução em cinco anos, só para se ter uma dimensão do tempo, porque são cinco anos, parece que você vivia 24 horas ...

Gustavo Dahl: No próximo número de *Filme e Cultura* (**50**) o tema vai ser blockbuster, na verdade vai chamar arrasa quarteirão. Os filmes brasileiros que todo mundo viu. Tem

um artigo do João Carlos Rodrigues, que participou do lançamento, e tem um artigo que eu vi, eu tinha saído depois do lançamento, fui fazer uma viagem à Europa. Na volta, eu passo pelo Rio de Janeiro, ia ver meu pai, conheci meu pai na Argentina, tinha 38 anos e o tinha visto só quando criança. Abro o jornal e vejo uma meia página com a foto da Sônia Braga com óculos de gatinha dizendo: "Esta dama, derrotou o Tubarão"..." falando da renda e com o slogan embaixo : "Estamos conquistando o espaço, a casa é nossa". Então, havia uma ideologia. Esse fervor tinha uma importância política no sucesso comercial do Cinema brasileiro. Uma consciência da importância cultural de uma indústria. Coisa que os americanos sabem há 100 anos, mas a que o Cinema brasileiro ainda hoje resiste, não entendeu bem essa história.

Então, de fato, até hoje é considerada uma época de ouro, a melhor fase de relacionamento do Cinema brasileiro com o seu público, ocupava-se um terço do mercado com picos de até 50%, se lançavam filmes de todos os tipos. Até que em algum momento a gente disse: "Agora precisa entrar na exibição". Dizíamos para o Roberto: "Nós já temos produção para dois anos... ou então, para dar escoamento a gente tem que entrar na exibição". Começa o Roberto, que era um pouco mais privatista do que eu e o Marco Aurélio (nós éramos estatizantes ferozes). Aí, negociamos com a cadeia de exibição do Hugo Sorrentino que é a Art, que era a segunda cadeia de exibição da cidade. Negociamos com ele para que desse para a distribuidora os dias da reserva de mercado em troca das multas aplicadas pelo Concine (Conselho Nacional de Cinema). A gente garantia para ele a renda média dos cinemas e ficaria com a parte do exibidor, a parte do distribuidor ia ter um risco muito menor. Mas aí o Roberto achou que era estatismo demais e cortou. Fez abortar essa negociação. O que eu posso dizer é que, em relação à exibição, havia a noção de que, como o risco em Cinema é muito grande, você verticalizando a estrutura econômica, você diminui muito o risco e com isso você periga fazer sucesso.

Mercadologia absolutamente selvagem. Ninguém com experiência, aquela coisa bem brasileira, uma coisa muito bonita. Eu tinha 38 anos, o Marco Aurélio tinha 28. Era uma turma feroz, entusiasmada. Depois, quando entra o Celso Amorim(**51**), mantém ainda o Marco Aurélio, só que com a crise de "Pra frente Brasil" entra o Roberto Parreiras. E aí sim, com Roberto Parreiras o governo chegou à Embrafilme.

Beatriz Kushnir: Você volta, 30 anos depois, para o que sobrou da Embrafilme, literalmente os escombros.

Gustavo Dahl: Mas, antes disso, eu dirigi o Concine. E fiz o órgão fomentador e regulador. Depois de 30 anos, eu desisto. Acho que tenho uma visão de mercado. E acho que foi ruim para o Cinema brasileiro eu não ter sido diretor-geral da Embrafilme, em 1980. Até hoje acho um absurdo gastar o dinheiro que se gasta e investir tão pouco em divulgação no exterior. Cinema é uma coisa que é feita para difundir a imagem do país,

entre outras coisas. Em relacão ao Cinema industrial, acho fantástico esse sucesso de "Se eu fosse você 2", acho que é um fato cultural. Ao mesmo tempo, os blockbusters nacionais, os êxitos não viajam.

Beatriz Kushnir: Além de não viajar, acho que eles falam muito da cultura. Quando você diz que "Se Eu Fosse Você 2"é um fato cultural, é um fato cultural em vários sentidos. Até um fato cultural do que a gente quer ver.

Gustavo Dahl: Também. Esse é um outro problema, primeiro você teria que inserir isso junto com a televisão e que a Globo criou um ... Agora, também você tem um investimento em Cinema autoral enorme, você não tem um investimento em cultura cinematográfica, em valorização do Cinema, não faz a promoção, o marketing do Cinema cultural. Até teve um momento, em que o cinema no Brasil, o número de salas de arte era muito grande. Havia mais ou menos 10% das salas. Agora, com o DVD, esse tipo de filme que se vê na sala de arte, também se vê em casa.

Beatriz Kushnir: E a Blockbsuter dos Estados Unidos faliu esta semana, até porque você consegue na internet baixar um filme.

Gustavo Dahl: O modelo econômico está mudando. Quando me perguntam em função desse passado glorioso, dentro de uma perspectiva iberoamericana, como é, como tem que ficar a distribuição? Então, algumas coisas temos que entender. Primeiro: Cinema independente norte-americano tem problema de distribuição no mercado norte-americano; segundo, que o esquema tradicional é muito forte, o esquema de salas e distribuidoras, eu faço uma gracinha, quando digo que entrar neles equivale a invadir militarmente os Estados Unidos. E é verdade, os Estados Unidos são muito ciosos, há muito tempo, da importância estratégica do Cinema, e nunca esconderam isso. Tancredo Neves uma vez falou sobre isso. Estávamos tendo um contencioso com os Estados Unidos e ele ameaçou retaliar com o Cinema. Era um negócio de represa e os americanos recuaram. Pensando sobre distribuição digo, não, já mudou, você não pode fazer uma proposta nova olhando para o modelo de negócios, por exemplo, no Brasil, cujo apogeu foi há 30 anos. Agora, no mundo o apogeu vem desde os anos 20 do século passado e você ainda quer uma proposta de distribuição dentro desse modelo que tem 90 anos? Ou que dentro do Brasil tem 30 anos? O espaço novo, a dimensão nova que surge é a internet, onde se pode distribuir praticamente sem custo. Você acaba com a economia de escassez. A internet e o digital são a economia da abundância. A ideia de escassez movimenta a espécie humana há uns 50 mil anos.

Beatriz Kushnir: Você acha que esse grupo que esteve na Embrafilme nesses cinco anos se tornou muito mais produtor que cineasta? Por que, depois de Pra frente Brasil, o Roberto vai fazer o filme dos Trapalhões, não é ?

Gustavo Dahl: É, o que acontece é o seguinte: o pessoal da distribuidora, o Rodrigo foi para a Columbia e some. Marco Aurélio foi trabalhar na Art (Films), depois Severiano Ribeiro, depois Europa Filmes. O Alberto Flacksman foi trabalhar com o Walter Salles. Aqueles que vinham das grandes distribuidoras voltaram. Ainda sob o Celso Amorim, a distribuidora funcionou. Estava o Marco Aurélio lá, que era o herdeiro. Ao mesmo tempo, o Cinema industrial brasileiro passa a ser muito caudatário da Globo. A Globo passa a criar a Globo Filmes também. Hoje, 90% dos filmes brasileiros bem-sucedidos estão ligados à Globo Filmes. O próprio modelo de negócio de Cinema muda. O blockbuster, aquelas cópias. Quando foi lançado *A Dama do Lotação* com 100 cópias era um escândalo, *Tropa de Elite 2* lançado hoje pelo velho Marco Aurélio Marcondes, vai ter 600 cópias. Esse negócio do lançamento nacional é uma coisa importada dos Estados Unidos, na época de *O poderoso chefão*, do *Tubarão*.

Beatriz Kushnir: Mas já não são cópias de 35 mm, são cópias ....

Gustavo Dahl: Agora você tem o cinema digital, a internet. Na internet você pode ser produtor, distribuidor, exibidor, pode ter uma televisão e até distribuir na internet. O modelo de negócio está inteiramente mudado, a própria sala, parece que no ano passado, teve um aumento populacional, mas a sala não acaba. Atualmente, você tem no mundo três bilhões de telas, se você juntar celular, computador, metade da população mundial trabalha com um aparelho audiovisual que pode produzir, todo mundo virou fotógrafo. Criou-se um novo padrão, esse conceito de audiovisual, eu acho que Cinema... são indústrias diferentes. O blockbuster, - isso acontece na literatura também -, ele passa a concentrar um público enorme, de um lado tem a cauda longa, a economia de nichos e o blockbuster. Os nichos não são suficientes para viabilizar economicamente. Já o blockbuster é. Os custos de um blockbuster internacional são 40 vezes mais do que os de um filme brasileiro. É evidente que o espaço que fica é a internet. Mas para isso tem que mudar.

Beatriz Kushnir: Por isso que a Riofilme só pôde ter um *up* quando este ano entrou pesado em produções que se sabia que iam ter boa bilheteria.

Gustavo Dahl: A Riofilmes descobriu o mercado.

Beatriz Kushnir: 30 anos depois.

Gustavo Dahl: Foi o que eu disse. Eu me preocupei muito com isso há 30 anos. Agora, essa história é pouco contada, a gente que estava lá tem vontade de contar, o Rodrigo está aí, o Marco Aurélio está aí ... A Sucon, é uma história, é um pouco ...., vem tudo dentro desse bolo Embrafilme, mas você vê pelas coisas que eu contei que há um recorte.

Beatriz Kushnir: Algo mais.

Gustavo Dahl: Eu dei um bom depoimento.

Cartaz do filme o "Rei da Noite", de Hector Babenco, 1975 – acervo Pedro Lima - AGCRJ

Notas

1) Empresa estatal brasileira produtora e distribuidora de filmes cinematográficos. Criada pelo Decreto-Lei nº 862, de 12 de setembro de 1969, como Empresa Brasileira de Filmes Sociedade Anônima. Tinha por missão, fomentar a produção e distribuição de filmes brasileiros, sendo extinta em 16 de março de 1990, pelo Programa Nacional de Desestatização (PND), do governo Fernando Collor de Mello. Ao ser publicado o decreto de sua extinção, a Embrafilme estava às vésperas de lançar com muita divulgação o filme, "Dias melhores virão", dirigido por Cacá Diegues. Atualmente, as funções de regulação e fiscalização da extinta Embrafilme são feitas pela Ancine.

2) O Instituto Nacional de Cinema foi uma autarquia federal criada em 1966, incorporando o Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE), criado em 1937, e o Grupo Executivo da Indústria Cinematográfica (GEICINE).

3) O produtor e diretor Roberto Farias (1932-) tinha começado a dirigir seus primeiros filmes – as chanchadas "Rico ri à toa" e "No mundo da lua" – no fim dos anos 1950 e, nos anos 1960, já era um dos mais experientes cineastas da nova geração.

4) O SNIC (Sindicato Nacional da Indústria Cinematográfica) foi criado na década de 1950, tornando-se o principal órgão de classe do cinema brasileiro.

5) José Alvarenga, pai do cineasta e diretor de televisão José Alvarenga Júnior, dirigiu o Líder Cine Laboratórios, o principal laboratório cinematográfico do país nos anos 1960 e 1970.

6) Luís Severiano Ribeiro Júnior (1912-1993) tinha assumido o comando de uma das maiores cadeias de exibição do país, constituída por seu pai, além de ter criado a distribuidora União Cinematográfica Brasileira (UCB) e assumido, em 1947, o comando acionário dos estúdios da Atlântida Cinematográfica. Acusado de manter um truste que abarcava a produção, distribuição e exibição de filmes, foi alvo de ataques de diversos produtores e diretores brasileiros nos anos 1950 e 1960.

7) Adhemar Gonzaga (1901-1978), veterano produtor, diretor e crítico cinematográfico que diminuíra suas atividades no campo da produção a partir do fim dos anos 1950.

8) Luís Carlos Barreto (1928 -), produtor, começou sua carreira como fotógrafo da revista *O Cruzeiro*. Em "Vidas secas" (dir. Nélson Pereira dos Santos, 1963) ficou responsável pela fotografia e foi um dos produtores. Fundou a produtora LC Barreto na década de 1960, responsável por algumas das maiores bilheterias do cinema nacional até hoje. É casado com a produtora Lucy Barreto e pai dos diretores Fábio Barreto e Bruno Barreto.

9) Nélson Pereira dos Santos (1928 -), diretor consagrado nos anos 1950, por filmes como "Rio 40" graus (1955) e "Rio Zona Norte" (1957), alcançou repercussão ainda maior na década seguinte com obras como: "Vidas secas" (1963) e "Como era gostoso o meu francês" (1971). Em 2006, Nélson Pereira dos Santos foi eleito para a Academia Brasileira de Letras e continua em atividade.

10) João Paulo Reis Veloso (1931), economista, foi ministro do Planejamento nos governos dos presidentes Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) e Ernesto Geisel (1974-1979). Antes de assumir o cargo de ministro foi presidente do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), em 1969. Atualmente é membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

11) O Concine foi criado em 1976, substituindo o Conselho Deliberativo e o Conselho Consultivo do INC. Em 1985 foi reformulado e transformado no órgão forte do cinema brasileiro.

12) Herbert Richers era um importante produtor desde os anos 1950, tendo sido responsável por inúmeras chanchadas, incluindo os primeiros filmes de Roberto Farias.

13) Ronaldo Lupo (1913-2005) havia desenvolvido carreira como cantor desde os anos 1920, atuando no cinema, teatro e rádio. Nos anos 1950, começa a produzir filmes estrelados por ele mesmo, tornando-se importante produtor independente de chanchadas, com ativa atuação na política cinematográfica.

14) Aurelino da Rosa Machado Filho (- 2007) se destacou no Concine e na Embrafilme e participou ativamente da criação e implantação da Agência Nacional de Cinema, sendo o seu superintendente de Registro, Controle e Fiscalização.

15) Jean Claude-Bernardet era um dos mais importantes críticos de cinema do Brasil nos anos 1970, tendo publicado o livro *Brasil em tempo de cinema*: ensaio sobre o cinema brasileiro de 1958 a 1966, em (1967) e sido o mais atuante professor do curso de cinema da Universidade de Brasília (UnB), antes de seu fechamento pela ditadura, e sua transferência para a Universidade de São Paulo (USP).

16) Jornal Opinião – Criado em São Paulo em 1972 parou de circular em 1978. Foi considerado um dos jornais alternativos mais influentes da época.

17) Augusto Frederico Schmidt (1906-1965), poeta, editor e político. Entre seus principais livros estão: *O Galo Branco* e *Estrela Solitária*. Como editor publicou *Casa Grande e Senzala,* de Gilberto Freyre e *Caetés*, de Graciliano Ramos, pela Schmidt Editora fundada por ele em 1931. Foi assessor do presidente Juscelino Kubitschek, participando ativamente da Operação Pan-Americana (OPA), iniciativa brasileira que tinha como objetivo atrair recursos norte-americanos para os países latino-americanos sob a liderança do Brasil. Após o fim do governo de Juscelino se filiou ao Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPÊS) e participou da campanha de desestabilização do governo João Goulart através do Grupo de Publicações Editoriais (GPE) que reunia profissionais da mídia, publicitários, escritores e militares.

18) Bruno Barreto (1955 -), diretor, seu filme de maior sucesso foi "Dona Flor e seus dois maridos" (1978), durante muito tempo a maior bilheteria do cinema brasileiro. Em 1997 teve o seu filme, "O que é isso companheiro", inspirado no livro de Fernando Gabeira, indicado ao Oscar de melhor filme estrangeiro.

19) Jece Valadão (1930-2006) tinha se celebrizado como ator nos anos 1950, tornando-se um produtor de sucesso a partir do filme "Os cafajestes" (dir. Ruy Guerra, 1962) através de sua empresa Magnus Filmes.

20) A Ipanema filmes foi criada pelos produtores Jarbas Barbosa, Jece Valadão, Herbert Richers e Roberto Farias em 1969, tornando-se a principal distribuidora de filmes nacionais na primeira metade dos anos 1970.

21) Marco Aurélio Marcondes, distribuidor independente, foi um dos fundadores do cineclube Glauber Rocha e presidente do Conselho Nacional de Cineclubes. Em 1975 aceitou convite de Gustavo Dahl para assumir a divisão de 16mm da Embrafilme e posteriormente ocupou o cargo de Superintendente de Comercialização de 1979 a 1982, na estatal. Em 2010, foi responsável pelo lançamento do filme "Tropa de Elite 2", de José Padilha.

22) SNI (Serviço Nacional de Informações), criado em 13 de abril de 1964 com o objetivo de supervisionar e coordenar o serviço de informações e contrainformações no Brasil e no exterior. Seu idealizador foi o general Golbery do Couto e Silva. O SNI foi substituído pela ABIN (Agência Brasileira de Inteligência) criada em 1999 no governo de Fernando Henrique Cardoso

23) O diretor Alberto Cavalcanti (1897-1982) era o único profissional brasileiro de destaque no cinema mundial até os anos 1940, tendo trabalhado na França e na Inglaterra. Vindo ao Brasil em 1949, foi convidado a assumir a orientação artística dos estúdios da Vera Cruz. Em 1951, foi convidado pelo então presidente Getúlio Vargas a escrever um estudo sobre a situação do cinema brasileiro. As propostas apresentadas por Cavalcanti, inclusive o anteprojeto de criação do INC, receberam duras críticas e foram amplamente discutidas pela classe cinematográfica.

24) O Decreto nº 50.278, de 17 de fevereiro de 1961, cria o Grupo Executivo da Indústria Cinematográfica e dá outras providências.

25) Flávio Tambellini (1927-1976), crítico, diretor e produtor cinematográfico e uma das principais lideranças do cinema paulista.

26) Cavalheiro Lima, ex-funcionário do Departamento de Publicidade da Vera Cruz, tornou-se um dos maiores especialistas em economia do Cinema nos anos 1950.

27) Vera Cruz - empresa fundada em 1949 produziu e coproduziu mais de 40 longas-metragens. Em meados dos anos 1950 entrou em grave crise financeira, colocando em xeque o modelo de cinema industrial no Brasil.

28) Rubem Biáfora (1922-1996), crítico de cinema, diretor, roteirista e produtor.

29) Divisão das duas principais tendências do cinema brasileiro nos anos 1950 e 1960 consagrada no livro de José Mário Ortiz Ramos, *Cinema, Estado e Lutas Culturais*: Anos 50, 60 e 70 (São Paulo: Paz e Terra, 1984).

30) Paulo Emílio Salles Gomes (1916-1977), crítico e historiador de cinema, criou o primeiro curso superior de cinema na UnB em 1965. Em 1968 tornou-se professor de História do Cinema na USP.

31) Glauber Rocha (1939-1981), diretor de cinema, entre seus filmes mais famosos estão Deus e o Diabo na Terra do Sol (1963) e O Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro (1969).

32) Samuel Wainer (1910-1980), jornalista, criou em 1951 o jornal *Última Hora*, que apoiava o presidente Getúlio Vargas. Foi considerado um jornal revolucionário que inovou no conteúdo e na parte gráfica. Apesar do sucesso, o jornal foi fechado em 1971.

33) Roberto Campos (1917-2001), economista, foi embaixador em Washington no governo de João Goulart (1961-1964) e ministro do Planejamento no governo Castelo Branco (1964-1967). Posteriormente foi nomeado embaixador em Londres, durante o governo Geisel (1974-1979). Durante a ditadura militar elegeu-se senador, e após a redemocratização, deputado federal. Em 1999 foi eleito para a Academia Brasileira de Letras.

34) Otávio Bulhões (1906-1990), economista, foi ministro da Fazenda no governo Castelo Branco (1964-1967).

35) Iluminador e câmera dos grandes estúdios paulistas, Deheinzelin tornou-se um dos principais analistas da situação econômica do Cinema brasileiro nos anos 1950 juntamente com Cavalheiro Lima. Posteriormente, tornou-se presidente da Associação Paulista de Produtores Cinematográficos.

36) Desde o fim dos anos 1940, o médico Antonio Moniz Vianna (1924-2009) era um dos mais respeitados críticos cinematográficos brasileiros. Entretanto, por suas críticas ao neorrealismo italiano e ao Cinema Novo brasileiro, assim como por sua preferência pelo Cinema norte-americano, provocava polêmica junto aos jovens críticos e cineastas dos anos 1960.

37) Golbery do Couto e Silva (1911-1987), militar, criou em 1961 o IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) que auxiliou na campanha de desestabilização do governo João Goulart (1961-1964), e os arquivos e gravações telefônicas coletados neste período pelo IPES foram transferidos para o Serviço Nacional de Informações, também criado pelo general Golbery. Durante o governo Geisel (1974-1979) foi chefe da Casa Civil da Presidência da República, permanecendo no cargo até 1981, já no governo Figueiredo (1979-1985). [38-] Ney Braga (1917-2000), político e militar, foi prefeito de Curitiba (1954-1958), governador do Paraná (1961-1965; 1979-1982), ministro da Agricultura (1965-1967) do governo Castelo Branco e ministro da Educação (1974-1978) do governo Geisel.

39) Lúcio Costa (1902-1998), arquiteto, ficou conhecido por fazer o Plano Piloto de Brasília, a nova capital do Brasil. Projetou também o Palácio Capanema no Rio de Janeiro, antiga sede do Ministério da Educação e Cultura e a Barra da Tijuca, bairro da Zona Oeste do Rio de Janeiro.

40) Rodrigo de Melo Franco (1898-1969), jornalista, advogado e escritor. Foi chefe de Gabinete de Francisco Campos, ministro da Educação no primeiro governo de Getúlio Vargas. Comandou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SEPHAN, atual IPHAN) de 1937 até

41) Riva Faria, produtor cinematográfico, fundou com o irmão Roberto Farias a Produtora R. F. Farias e a distribuidora Ipanema Filmes. Produziu filmes como "O Assalto ao Trem Pagador" (1962) de Roberto Farias e "Os Paqueras" (1968) de Reginaldo Farias. Foi diretor do Sindicato Nacional da Indústria Cinematográfica e membro do Conselho Nacional de Cinema.

42) Alberto Flacksman (1942-), roteirista e produtor de Cinema, produziu filmes como "A Grande Arte" (1991), de Walter Salles e "Eu te amo" (1981) de Arnaldo Jabor. Foi diretor executivo e produtor da Videofilmes produtora dos irmãos Moreira Salles. Atualmente é assessor internacional da Ancine e professor do curso de Formação Executiva em Cinema e TV da Fundação Getulio Vargas (FGV).

43) Antônio Cândido (1918 -), crítico literário, professor aposentado da USP, filiado ao Partido dos Trabalhadores, PT.

[44 -] Sebastião Martinez foi executivo da FOX Filmes Brasil e depois trabalhou na Art Filmes. Atualmente é dono de uma pousada em Conservatória.

45) Gustavo Dahl refere-se ao incentivo à produção de filmes históricos de exaltação nacionalista, como "Independência ou morte" (dir. Carlos Coimbra, 1972). Em 1975, a Embrafilme chegou a ter uma verba especial para essa linha de filmes.

46) Coriolano Fagundes, censor, trabalhou no Departamento de Censura entre 1961 e 1984.

47) Produtor de *Terra em transe* (dir. Glauber Rocha, 1967), Zelito Viana (1938-) era um dos mais importantes produtores da geração do Cinema Novo.

48) Eduardo Portella (1932-), escritor e político. Foi integrante do Gabinete Civil do presidente Juscelino Kubitschek e ministro da Educação de 1979 a 1980 no governo Figueiredo (1979-1985). É membro da ABL desde 1981.

49) Walter Clark (1936-1997), produtor e executivo de televisão, começou a trabalhar em televisão na TV Rio em 1956. Em 1965 foi para a TV Globo onde assumiu o cargo de diretor-geral, permanecendo na emissora até 1977. Walter Clark também foi produtor de filmes como "Bye Bye Brasil" (1979) de Cacá Diegues e "Eu te amo" (1980) de Arnaldo Jabor.

50) Tradicional revista brasileira de cinema que, relançada em 2010, vinha sendo editada por Gustavo Dahl. A edição a qual se refere é a de número 52, de outubro de 2010.

51) Celso Amorim (1942 -), diplomata, foi presidente da Embrafilme entre 1979 e 1982. Foi ministro das Relações Exteriores duas vezes, a primeira de 1993 a 1995 entre os governos de Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1994-1998). A segunda no governo Lula (2003-2010). Atualmente é ministro da Defesa do governo Dilma Rousseff (2011 -).

(Recebido para publicação em 12/08/2011)